UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO

A *NOVA DIREITA* NO BRASIL: APARELHOS DE AÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA E A ATUALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO BURGUESA (1980 – 2014)

Professora Orientadora: Virgínia Fontes

Niterói
2016

FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO

A *NOVA DIREITA* NO BRASIL: APARELHOS DE AÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA E A ATUALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO BURGUESA (1980 – 2014)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, sob a orientação da Professora Doutora Virgínia Fontes.

Niterói-RJ
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C339 Casimiro, Flávio Henrique Calheiros.
A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014) / Flávio Henrique Calheiros Casimiro. – 2016.
479 f. ; il.
Orientadora: Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.
Bibliografia: f. 412-416.

1. Hegemonia política. 2. Burguesia. 3. Brasil. I. Fontes, Virginia Maria Gomes de Mattos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO

A *NOVA DIREITA* NO BRASIL: APARELHOS DE AÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA E A ATUALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO BURGUESA (1980 – 2014)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor.

_____

Profaª Draª Virgínia Fontes – Orientadora (UFF)

_____

Profª Draª Sônia Regina de Mendonça (UFF)

_____

Profº Dr. Demian Bezerra de Melo (UFF)

_____

Profª Draª Marcela Pronko (Fiocruz)

_____

Profª Draª Carla Luciana Silva (UNIOESTE)

À Manu, minha companheira, meu grande amor.

Ao meu filho Tomáz, alegria da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Para a construção do objeto e execução dessa pesquisa eu pude contar com o apoio de uma grande orientadora e amiga, a historiadora Virgínia Fontes. Para além de sua análise critica rigorosa de um marxismo refinado e militante, sua profundidade conceitual e sua capacidade de compreensão das relações sociais e do mundo a sua volta, está a sua sensibilidade para compreender e nos auxiliar diante das nossas dificuldades acadêmicas e pessoais. O desenvolvimento do processo de orientação com a Virgínia Fontes, sem dúvida representou muito mais que o aprendizado acadêmico. Significou, tanto uma ampliação da minha capacidade de análise crítica da realidade, das minhas concepções de mundo, como também e principalmente, um aprendizado a partir de seu exemplo de intelectual militante, ao mesmo tempo, sensível e afetuosa nas relações interpessoais. Diante dessas considerações é que tomo a liberdade, já no início de meus agradecimentos, de apresentar-te como uma amiga. Sou muito grato por tudo Virgínia.

Agradeço também a amiga Carla Luciana Silva, que em 2011, ao participar da minha banca de defesa do mestrado, foi além das observações restritas ao texto e me indicou, como caminho profícuo para a continuidade minha vida acadêmica, o programa de doutorado da UFF e a professora Virgínia Fontes como sendo a orientadora ideal para a minha pesquisa. Agradeço muito também por sua atenção e amizade de sempre.

Outro fator fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico e, principalmente, para o alargamento crítico do meu referencial teórico-político, foi o Grupo de Trabalho e Orientação (GTO), coordenado pela Virgínia Fontes. A participação nas discussões e reflexões no GTO ao longo dos pouco mais de três anos, desde o início de 2013, foi um grande diferencial na minha vida acadêmica. Dessa forma agradeço muito

aos companheiros Thiago Ribeiro, Danilo Spinosa, André Guiot, Anderson Tavares, João Paulo e Rejane Hoeveler pelas ótimas rodadas de debates e discussões, assim como pela interlocução.

Agradeço também aos professores Demian Bezerra de Melo e Marcela Pronko, que compuseram a banca de qualificação e contribuíram com análises e sugestões preciosas para o desenvolvimento da pesquisa. Outro agradecimento muito especial dedico ao meu amigo de todas as horas e interlocutor tanto nas questões acadêmicas, como políticas e pessoais, meu grande camarada Marcus Marcusso. Agradeço também aos meus grandes amigos Pedro Sarto e Fabiana, que me acolheram tantas vezes em sua casa, sempre com a mesma alegria e gentileza.

Os meus mais profundos e dedicados agradecimentos vão, como não poderia ser diferente, para minha esposa, companheira, amiga e mãe exemplar do meu pequeno Tomáz, minha amada Manu. Este foi um desafio que você assumiu ao meu lado. Nada mais justo e prazeroso que dividir com você e com nosso amado filhinho Tomáz este momento de alegria e recompensa. Amo vocês e é a vocês que dedico essa tese.

RESUMO

A tese é resultado de uma pesquisa sobre um conjunto de aparelhos privados de hegemonia de ação política e ideológica de caráter patronal, representantes das classes dominantes no Brasil, no período de 1980 a 2014, embasada no arcabouço teórico marxista de Antonio Gramsci, assim como na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. A proposta busca articular motivações de ordem teórico-política no sentido de contribuir para o estudo sobre a estruturação e organização da burguesia brasileira para a manutenção e atualização de suas estratégias de dominação e acumulação de capital. A partir da análise da relação entre estes aparelhos burgueses e a estrutura estatal, o estudo é atravessado pela discussão quanto à indissociabilidade entre Estado e sociedade civil, na concepção de Estado ampliado gramsciana. Uma das questões fundamentais da pesquisa, por conseguinte, emerge de reflexões e inquietações sobre as formas com as quais determinadas frações das classes dominantes elaboram – a partir da atuação de seus intelectuais coletivos – estratégias de ação no sentido de criar condições para a reconfiguração da estrutura institucional do Estado, tanto como uma relação interna no quadro de dominação, como externa, no conjunto das determinações do capitalismo mundializado. Essa representação política não partidária dos segmentos da direita liberal-conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta na defesa de seus pressupostos e atuação política, configura-se, portanto, como uma forma de ação gestada e em curso a partir do processo de redemocratização, com o surgimento dessa estratégia de organização que se materializa por meio de aparelhos da burguesia, porem integra crescentemente o próprio Estado, ampliando-o. Essa ampliação consiste em que o Estado não pode ser reduzido ou compreendido simplesmente a partir do conjunto de seus órgãos, agências e aparatos administrativos. Essa forma articulada, mobilizada e aparelhada de segmentos burgueses, liberal-conservadores, caracteriza um novo *modus operandi* de ação política por parte das frações da classe dominante brasileira, representando, assim, a estruturação da chamada "*nova direita*" no Brasil.

Palavras-chave: Aparelhos Privados de Hegemonia, dominação burguesa e Estado ampliado.

ABSTRACT

The thesis is the result of a research on a set of private hegemonic apparatuses of political and ideological action of a patronage character, representatives of the dominant classes in Brazil, from the period of 1980 to 2014, based on Antonio Gramsci's theoretical marxist framework, as well as sociological theory of Pierre Bourdieu. The proposal seeks to articulate theoretical and political motivations in order to contribute to the study of the structure and organization of the Brazilian bourgeoisie in order to maintain and improve its strategies of domination and capital accumulation. From the analysis of the relation between these bourgeois apparatuses and the state structure, the study is crossed by the discussion of the inseparability between the State and civil society, in the Gramscian conception of Enlarged State. One of the fundamental questions of the research, therefore, emerges from reflections and concerns about the ways in which certain fractions of the dominant classes elaborate - from the action of their collective intellectuals - strategies of action in order to create conditions for the reconfiguration of the institutional structure of the State, as well as an internal relation within the framework of domination, as external, in the set of determinations of the globalized capitalism. This non-partisan political representation of the segments of the liberal-conservative right, updated, militant, and often truculent in defending its assumptions and political action, is therefore a form of action that is being developed and is proceeding from the process of redemocratization, with the emergence of this strategy of organization that materializes through apparatus of the bourgeoisie, but increasingly integrates the state itself, expanding it. This expansion consists in that the State cannot be reduced or understood simply from the set of its organs, agencies and administrative apparatuses. This articulated, mobilized and structured form of bourgeois segments, liberal-conservative, characterizes a new *modus operandi* of political action by the fractions of the Brazilian ruling class, thus representing the structuring of the so-called "new right" in Brazil.

Keywords: private hegemonic apparatuses - bourgeois domination - Enlarged State.

(…) num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de "círculo cujo o centro está em toda parte e em parte alguma" – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

(BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*.Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007, p. 7-8.)

Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na "linguagem", está contida uma determinada concepção do mundo –, passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, ao seguinte problema: é preferível "pensar" sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, "participar" de uma concepção do mundo "imposta" mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (…) ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação deste trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

(GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 93-94.)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 Dirigentes Confederação Nacional das Instituições Financeiras …..... 60
Quadro 1.2 Representação do CNF na Estrutura Estatal …..... 65
Quadro 1.3 Membros Fundadores da ABDD …..... 69
Quadro 1.4 Dirigentes da UDR (até 1988) …..... 76
Quadro 1.5 Propostas da UB para Emendas Supressivas do Texto da Constituinte (1) …..... 90
Quadro 1.6 Propostas da UB para Emendas Supressivas do Texto da Constituinte (2) …..... 92
Quadro 1.7 Conselho Estadual Provisório do MCRN (1987) …..... 102
Quadro 2.1 Legislação e Características das FASFIL …..... 128
Quadro 2.2 Entidades Associadas GIFE (Fundações e Institutos) …..... 132
Quadro 2.3 Membros da Diretoria e Conselho Deliberativo do Instituto Ethos..... 141
Quadro 2.4 Organizações Parceiras dos Programas do Instituto Ethos (2015)..... 145
Quadro 2.5 Instituições que Contam com a Participação do Instituto Ethos..... 146
Quadro 3.1 Conselheiros do IEDI e suas Empresas (2014) …..... 161
Quadro 3.2 Propostas de Políticas Públicas – Instituto Atlântico …..... 169
Quadro 3.3 Cadernos do Instituto Atlântico – Programa de Estabilização com Crescimento (1994 – 1997) …..... 181
Quadro 3.4 Artigos publicados a partir do Projeto Rio Cidade-Estado – Instituto Atlântico..... 185
Quadro 3.5 Estrutura e Equipe de Gestão do MBE (2015) …..... 191
Quadro 3.6 Instituições que Apoiam e Financiam Projetos do Instituto Atlântico..... 192
Quadro 3.7 Estrutura Organizacional e Dirigentes do LIDE …..... 200
Quadro 3.8 Empresas do Quadro de Filiados do LIDE no Rio Grande do Sul..... 205
Quadro 3.9 Grupos Empresariais Filiados ao LIDE …..... 207
Quadro 3.10 Periódicos do Grupo Doria – LIDE …..... 209
Quadro 3.11 Composição do Conselho Superior do MBC (2007 – 2013) …..... 218
Quadro 3.12 Grupos Empresariais Associados ao MBC …..... 220
Quadro 3.13 Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) – MBC …..... 227
Quadro 4.1 Lista de Mantenedores Declarados do IL (1983 – 1993)..... 247
Quadro 4.2 Organizações latino-americanas associadas - Programa do CIPE..... 255
Quadro 4.3 Resumo do Programa de Assessoria Legislativa para a América Latina – CIPE..... 257
Quadro 4.4 Relação de Publicações da Série *Notas* - Assessoria Legislativa - programa CIPE (1990 – 1997)..... 262
Quadro 4.5 Organizações Financiadoras do Programa de Assessoria

Legislativa..... 265
Quadro 4.6 Organizações Estrangeiras Financiadoras do Instituto Liberal (1991-1997)..... 266
Quadro 4.7 Relação do Instituto Liberal com outras Organizações …..... 267
Quadro 4.8 Diretorias do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e São Paulo (1983 – 1998) …..... 269
Quadro 4.9 Dirigentes do Instituto Liberal (2015)..... 277
Quadro 4.10 Equipe de Gestão do IEE e Organização do Fórum da Liberdade (1988 – 2012)..... 286
Quadro 4.11 Fórum da Liberdade (1988 a 2014)..... 289
Quadro 4.12 Presidentes do IL-RS / Instituto Liberdade (1986 – 2014)..... 297
Quadro 4.13 Lista de Organizações Participantes da Distribuição do IIDP..... 304
Quadro 4.14 Câmara de Fundadores e Curadores Instituto Millenium..... 310
Quadro 4.15 Câmara de Mantenedores do Instituto Millenium..... 314
Quadro 4.16 Quadro de Prestação de Contas do Instituto Millenium (2009 – 2014)..... 317
Quadro 4.17 Conselho Executivo Estudantes Pela Liberdade (2014)..... 350
Quadro 5.1 Estudo do IEDI sobre a Internacionalização de Indústrias Brasileiras …..... 360
Quadro 5.2 Dirigentes das Unidades Internacionais do LIDE..... 365
Quadro 5.3 Empresas Participantes do Quadro de Filiados do LIDE – Portugal..... 370
Quadro 5.4 Instituições que Financiaram a 2ª Conferência de Inovação Brasil-Estados Unidos..... 382
Quadro 5.5 Instituições Associadas à Plataforma Democrática..... 396
Quadro 5.6 Dinâmicas Geopolíticas Globais e a Democracia na América Latina (iFHC/Plataforma Democrática)..... 399
Quadro 5.7 Brasil e América do Sul: Olhares Cruzados (iFHC/Plataforma Democrática)..... 401
Quadro 6.1 Conjunto dos Aparelhos Privados de Hegemonia Pesquisados 404

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACE	Association for the Advancement of Cost Engineering
ABAG	Associação Brasileira de Agronegócios
ABBC	Associação Brasileira de Bancos
ABCA	Associação Brasileira de Críticos de Arte
ABDCRIM	Academia Brasileira de Direito Criminal
ABDD	Associação Brasileira de Defesa da Democracia
Abdib	Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base
ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ABEL	Associação Brasileira das Empresas de *Leasing*
ABF	Associação Brasileira de Franchising
Abifa	Associação Brasileira da Indústria de Fundição
Abifarma	Associação Brasileira de Indústrias Farmacêutica
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas
Abinee	Associação Brasileira da indústria Eletro-Eletrônica
Abitrigo	Associação Brasileira da Indústria do Trigo
ABL	Academia Brasileira de Letras
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Abong	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRACRIM	Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas
ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
Abrinq	Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos
ACDF	Associação Comercial do Distrito Federal
ACIJ	Associação Empresarial de Joinville
ACILS	American Center for International Labor Solidarity
ACLAME	Associação da Classe Média
ACPA	Associação Comercial de Porto Alegre
ACREFI	Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
ADEVAL	Associação das Empresas Distribuidoras de Valores
ADP	Aliança dos Direitos de Propriedade
ADVB	Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil
AECI	Agência Espanhola de Cooperação Internacional
Afrobras	Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural
AIDA	Associação Internacional de Direito do Seguro
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMCHAM	Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos
ANAV	Associação Nacional de Empresas de Aluguel de Veículos
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANCOR	Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias
ANDE	Asociación Nacional de Empresarios (Equador)
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
ANE	Academia Nacional de Economia
ANED	Associação Nacional de Ensino Domiciliar
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANEP	Asociación Nacional de la Empresa Privada (El Salvador)
ANER	Associação Nacional de Editores de Revistas
ANEU	Associação Nacional de Empreendedorismo Universitário
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANR	Associação Nacional de Restaurantes
ANSEB	Associação Nacional dos Supervisores de Educação do Brasil
APH	Aparelho Privado de Hegemonia
Assobrav	Associação Brasileira de Distribuidores Volkswagen
ATA	Academia Tributária das Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social
CACB	Confederação das Associações Comerciais do Brasil
CADAL	Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina (Argentina)
CARF	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda
CBIE	Centro Brasileiro de Infra Estrutura
CCB	Código Civil Brasileiro
CCBP	Câmara de Comércio Brasil Portugal
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CDP	Conselho Consultivo do Carbon Disclousure Program
CEAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEBEU	Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos
Cebrap	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CEDES	Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais
CEDIN	Conselho de Economia e Desenvolvimento Industrial
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CEPB	Confederación de Empresarios Privados de Bolivia
Cepel	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CEPER	Centro de Estudios en Periodismo (Colômbia)
CERES	Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social (Uruguai)
CESUPA	Centro Universitário do Estado do Pará
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CGU	Controladoria Geral da União
CIC	Centro para Inovação e Competitividade
CIDE	Centro de Investigación y Docencia Económicas A. C. (México)
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEDAL	Centro de Investigaciones sobre el Estado y la Democracia en América Latina (Argentina)
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CIEEP	Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista
CIEPLAN	Corporación de Estudios para Latinoamérica (Chile)
CIPE	Center for International Private Enterprise (EUA)
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CNF	Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPS	Conselho Nacional de Previdência Social
CNTT	Confederação Nacional dos Transportes Terrestres
COA	Conselho das Américas
CoC	Conselho de Competitividade Americano
COE	Centro de Orientación Económica (República Dominicana)
Conaje	Confederação Nacional de Jovens Empresários
Conema	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CONIL	Conselho Nacional dos Institutos Liberais do Brasil
Connacen	Conselho Nacional de Entidades
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Copel	Companhia Paranaense de Energia
COSEP	Consejo Superior de la Empresa Privada (Nicarágua)
CRSFN	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional
CSIS	Center for Strategic International Studies (EUA)
CT/SST	Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DFID	Department for International Development
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOSES	Asociación Desarrollo, Organización, Servicios y Estudios Socioculturles (Guatemala)
ECGI	European Corporate Governance Institute
EGN	Escola de Guerra Naval
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPL	Estudantes Pela Liberdade

ESG	Escola Superior de Guerra
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
ETCO	Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial
FAAP	Fundação Armando Alvares Penteado
FABH	Fundação Affonso Brandão Hennel
FAES	Fundação para Análises e Estudos Sociais
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FARM	Federação das Associações Rurais do Mercosul
FASFIL	Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos
FBMC	Fórum Brasileiro de Mudança Climática
FCAV	Fundação Carlos Alberto Vanzolini
FDC	Fundação Dom Cabral
FDR	Farol da Democracia Representativa
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FEDEPRICAP	Federación de Entidades Privadas de Centroamérica y Panamá
FEDERASUL	Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FENABAN	Federação Nacional de Bancos
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiam	Faculdades Integradas Alcântara Machado
FIEMG	Federação das Industrias do Estado de Minas Gerais
FIEP	Federação das Industrias do Estado do Paraná
FIERGS	Federação das Industrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIERJ	Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro
FIES	Fundo Itaú Excelência Social
FIESC	Federação das Industrias do Estado do Santa Catarina
FIESP	Federação das Industrias do Estado de São Paulo
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FIR	Faculdade Integrada do Recife
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas
FNLI	Frente Nacional pela Livre Iniciativa
FNQ	Fundo Nacional da Qualidade
ForGRAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras
FPNQ	Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade
FSC	Forest Stewardship Council
Fundatec	Fundação de Desenvolvimento Tecnológico
FUPACODE	Fundación para la Cooperación y el Desarrollo (Paraguai)
FURB	Universidade Regional de Blumenau
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GMP	Grupo de Mobilização Permanente
GRI	Global Reporting Initiative
HRAC	Human Rights Action Center
HRF	Human Rights Foundation

IA	Instituto Atlântico
IAF	Inter-American Foundation (EUA)
IASP	Instituto dos Advogados de São Paulo
IBA	International Bar Association
Ibape	Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias
IBCCrim	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IBD	Inter-American Development Bank (EUA)
IBET	Instituto Brasileiro de Direito Tributário
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Faculdade IBMEC)
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário
IBQN	Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear
IBQP	Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade
IBRET	Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho
IBS	Instituto Brasileiro de Siderurgia
ICEG	International Center for Economic Growth
Icone	Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais
IDCC	Instituto de Direito Constitucional e Cidadania
IDDD	Instituto de Defesa do Direito de Defesa
Idec	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IDESP	Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
IEA	Instituto de Estudos Avançados
IEAH	Instituto de Estudos da Ação Humana
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
IERAL	Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana (Argentina)
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
iFHC	Instituto Fernando Henrique Cardoso
IFL	Instituto de Formação de Líderes
IFLRY	Federação Internacional de Juventudes Liberais
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
IIDP	Índice de Direitos de Propriedade
IISI	International Iron and Steel Institute
IL	Instituto Liberal
ILADES	Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales / Universidad Alberto Hurtado (Chile)
ILANUD	Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime
ILD	Instituto para a Liberdade e Democracia
IMB	Instituto Von Mises Brasil
IMIL	Instituto Millenium
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
InPacto	Instituto Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo
Insead	European Institute of Business Administration
INVESP	Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEN	Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares
IPES	O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPESPE	Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas
IPSA	International Political Science Association
ISBA	Institut Supérieur du Béton Armé (França)
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
ITAM	Instituto Tecnológico Autónomo de México
ITB	Instituto Talento Brasil
Iuperj	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
JICA	Japan International Cooperation Agency
LIBER	Partido Libertários
LIDE	Grupo de Líderes Empresariais
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MBE	Movimento Brasil Eficiente
MBL	Movimento Brasil Livre
MCRN	Movimento Cívico de Recuperação Nacional
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDU	Movimento Democrático Urbano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NDI	National Democratic Institute for International Affairs (EUA)
NED	National Endowment for Democracy (EUA)
NEPO	Núcleo de Estudos da População
NYU	Universidade de Nova Iorque
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Conferência da Organização do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDN	Partido Democrático Nacional
PDS	Partido Democrático Social
PEC	Programa de Estabilização com Crescimento
PFL	Partido da Frente Liberal
PGQP	Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMGP	Programa Modernizando a Gestão Pública
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNQ	Prêmio Nacional da Qualidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUCP	Pontificia Universidad Católica del Perú
RAP	Red de Acción Política (Argentina)
RELIAL	Red Liberal de América Latina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Sicetel	Sindicato da Indústria de Trefilação e laminação de Metais Não Ferrosos
SIEPR	Stanford Institute for Economic Policy Research (EUA)
Simpamig	Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado de Minas Gerais
Sindbebidas-MG	Sindicato das Indústrias de Bebidas do Estado de Minas Gerais
Sindifer-MG	Sindicato do Ferro do Estado de Minas Gerais
Sindirepa-MG	Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Minas Gerais
Sindpeças	Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos
Sinduscon-SP	Sindicato da Construção de São Paulo
SITC	Standard International Trade Classification
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STF	Supremo Tribunal Federal
TACE	Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos
TFI	Tinker Foundation Incorporated
TNC	The Natural Conservancy
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UBA	Universidade de Buenos Aires
UBE ou UB	União Brasileira de Empresários
UCAB	Universidade Católica Andrés Bello (Venezuela)
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UCB	Universidade Católica de Brasília
UCIP	União Católica Internacional de Imprensa
UCS	Universidade Caxias do Sul
UDELAR	Universidad de la República (Venezuela)
UdeSa	Universidad de San Andrés (Argentina)
UDR	União Democrática Ruralista
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC Paulista
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal do Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UGV	Universidade Gama Filho
UIUC	Universidade de Illinois em Urbana-Champaign
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNG	Universidade de Guarulhos
Uniandes	Universidad de los Andes (Colômbia)
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICID	Universidade Cidade de São Paulo
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIFIEO	Centro Universitário Fundação Instituto de Ensino para Osasco
UNIFMU	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
UNIFRA	Centro Universitário Franciscano
Unimep	Universidade Metodista de Piracicaba
UNIP	Universidade Paulista
UniRio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIROSARIO	Universidad del Rosario (Colômbia)
Unisa	Universidade de Santo Amaro
UniSanta	Universidade Santa Cecília
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNSAM	Universidad Nacional de San Martín (Argentina)
URL	Universidad Rafael Landívar (Guatemala)
USAID	United States Agency for International Development
USEC	União Social de Empresários Cristãos
USI	União Sindical Independente
USP	Universidade de São Paulo
UTDT	Universidad Torcuato Di Tella
UVA	Universidade Veiga de Almeida
YPO	Young Presidents' Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 24

CAP. I: ATUAÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA DA BURGUESIA BRASILEIRA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO, NOS ANOS DE 1980. ….....47

1.1 - A Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES): a inauguração de um novo modelo de ação política e ideológica da burguesia brasileira. …..... 49

1.2 - A criação do Grupo de Mobilização Permanente (GMP) como alternativa à atuação da FIESP, nos debates da constituinte. …..... 56

1.3 - O aparelho do mercado financeiro nas disputas da constituinte: a articulação da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). …..... 59

1.4 - Os militares também queriam seu espaço: a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD) e contra o "avanço das ideias comunistas" no Brasil. …..... 67

1.5 - A violência como *modus operandi*: a criação da União Democrática Ruralista (UDR), o aparelho de ação política dos grandes latifundiários no Brasil. …..... 73

1.6 - A organização de uma *"Frente de Operações"* do empresariado na constituinte: a União Brasileira de Empresários (UB). …..... 83

1.7 - A articulação do eixo de poder empresarial-militar no Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN). …..... 97

1.8 - O Movimento Democrático Urbano (MDU): rivalidades e conflitos inter-burgueses no interior da FIESP, nos embates da ANC. …..... 105

1.9 - A alternativa burguesa em busca de maior organicidade intra-classe a partir da criação do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). …..... 111

1.10 - Os "insatisfeitos" da FIESP: a Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI) contra os "*avanços da esquerda"* na Constituinte. …....119

CAP. II: DO EMPRESARIADO "DEMOCRÁTICO" E VOLTADO PARA O SOCIAL AO EMPRESARIAMENTO DE FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO NO BRASIL 123

2.1 - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE): articulação de ONGs em torno do "investimento social privado" como estratégia de redefinição do Estado. …..... 126

2.2 - Refinamento e organicidade de classe na estratégia de "Responsabilidade Social

Empresarial" do Instituto Ethos. …..... 139

CAP. III: SOCIEDADE CIVIL E ESTADO: APARELHOS PRIVADOS DE AÇÃO ESTRUTURAL E SUAS ESTATÉGIAS DE RECONFIGURAÇÃO DA OSSATURA ESTATAL. 151

3.1 - O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e a estratégia de ação da grande burguesia brasileira por dentro do Estado. …….....…..... 153

3.2 - Da CEDES ao Instituto Atlântico: organização empresarial em torno de um projeto estrutural de reconfiguração da estrutura institucional da Estado. …..... 164

3.3 - O *"clube dos milionários"* e sua estratégia de ação político-ideológica através do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE). …..... 196

3.4 - Movimento Brasil Competitivo (MBC): estratégia de conversão do público ao modelo de gestão privado e o Estado ampliado. …..... 215

CAP. IV: AÇÃO DOUTRINÁRIA, CONSENSO E SOCIABILIDADE DO CAPITAL: A AGRESSIVIDADE DA NOVA DIREITA..... 237

4.1 - Instituto Liberal (IL): o precursor dos aparelhos privados de hegemonia de ação doutrinária de difusão do liberalismo no Brasil. …..... 238

4.2 - Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e a organização do principal evento da agenda liberal no Brasil: o Fórum da Liberdade. …..... 280

4.3 - De Instituto Liberal do Rio Grande do Sul para Instituto Liberdade. 296

4.4 - Ação doutrinária e construção do consenso pelo *Think Tank* Liberal, Instituto Millenium (IMIL). …..... 308

4.5 - Instituto Von Mises Brasil (IMB): da tradição doutrinária da Escola Austríaca de Economia ao conservadorismo cultural. …..... 331

4.6 - Estudantes Pela Liberdade (EPL): doutrinação e recrutamento nos meios estudantis e ação política através de sua célula de mobilização, o Movimento Brasil Livre (MBL). …..... 345

CAP. V: ATUAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA.....…..... 358

5.1 - O Projeto de Desenvolvimento Industrial do IEDI e a estratégia de internacionalização da burguesia a partir da reconfiguração do Estado..... 359

5.2 - Grupo de Líderes Empresariais, expansão capitalista e internacionalização da burguesia brasileira. …..... 364

5.3 - O Movimento Brasil Competitivo: a reconfiguração do Estado como veículo e resultado da atualização da dominação no Capital-Imperialismo. …..... 378

5.4 - O Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e a "Plataforma Democrática": a estratégia de inserção subordinada da burguesia brasileira no quadro do capitalismo internacional..... 385

CONSIDERAÇÕES FINAIS. …..... 403

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....412

FONTES: REVISTAS E JORNAIS..... 417

FONTES: ESTUDOS E RELATÓRIOS..... 420

PÁGINAS DA WEB CONSULTADAS …..... 421

ANEXOS. …..... 424

INTRODUÇÃO

Este estudo é o resultado de uma pesquisa sobre a organização da burguesia brasileira, em sua estratégia para redefinir e atualizar suas bases de dominação e atuação político-ideológica, a partir processo de redemocratização do país, entre 1980 e 2014. Esse processo de reorganização da estratégia de ação política da burguesia, teve como sustentáculo fundamental a estruturação de uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado. Parte-se do pressuposto de que este fenômeno de mobilização e articulação, distinto das formas organizativas tradicionais até então, representa uma estratégia de atualização dos mecanismos de dominação de classe no Brasil.

A questão fundamental da pesquisa, por conseguinte, emerge de reflexões e inquietações sobre as formas com as quais determinadas frações das classes dominantes elaboram – a partir da atuação de seus intelectuais coletivos – estratégias de ação no sentido de criar condições para a reconfiguração da estrutura institucional do Estado, tanto como uma relação interna no quadro de dominação, como externa, no conjunto das determinações do capitalismo mundializado. Esta, sem dúvida representa uma condição essencial que se apresenta dialeticamente como caminho e resultado do processo de atualização da dominação de classe, tendo em vista o objetivo de garantia de seus interesses de concentração de recursos sociais e recriação permanente das expropriações sociais. Como nos mostra a historiadora Virgínia Fontes:

> A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me

à simultânea produção da base social que nutre o capital[1].

O objeto de análise deste estudo é a atuação de um conjunto de aparelhos privados de hegemonia, procurando identificar seu caráter principal. Tais organizações atuam, tanto no sentido doutrinário – de difusão de diferentes matrizes do pensamento liberal e recrutamento de intelectuais orgânicos –, quanto na ação considerada mais pragmática de elaboração de diretrizes, intervenção e proposição de políticas públicas; assim como de ação estrutural, alicerçada em um projeto de poder, desenvolvendo estratégias por dentro do Estado. Essas organizações podem ser caracterizadas como uma das principais estratégias de ação de frações e/ou setores da burguesia brasileira em projetos de reestruturação da dominação no conjunto das lutas de classes, evidenciando certas tensões, inclusive nas formas de internacionalização no plano capital-imperialista.

Por conseguinte, uma das hipóteses que lançamos nesse estudo, diz respeito à essa forma articulada, mobilizada e aparelhada de segmentos burgueses, liberal-conservadores, que nos últimos anos se convencionou chamar – por parte da mídia e mesmo por analistas políticos –, entretanto ainda pouco qualificada conceitualmente, de "*nova direita*" no Brasil. Essa representação política não partidária dos segmentos da direita liberal-conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta na defesa de seus pressupostos e atuação política, configura-se, portanto, como um processo gestado e em curso a partir do processo de redemocratização, com o surgimento dessa estratégia de organização que se materializa por meio de seus aparelhos da burguesia, porem integra crescentemente o próprio Estado. Esse processo vem ganhando projeção tanto de forma deliberada, como inconscientemente, pela instrumentalização e objetivação de seus projetos, assim como pela reprodução social de seus valores nos mais variados meios.

---

[1] FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 42.

Estes apontamentos remetem-nos à outra questão de ordem teórica que atravessa, imbrica e envolve grande parte dessa pesquisa, que seria a reflexão sobre a relação entre sociedade civil e o Estado. Para tanto, partimos do arcabouço teórico da tradição marxista tão lucidamente implementada pelo filósofo sardo, Antônio Gramsci, em seu instrumental conceitual extremamente complexo e que tão habilmente compreende o movimento no interior dessas relações sociais. Trata-se, portanto, de sua concepção de Estado ampliado ou integral. Com base nessa elaboração teórico-metodológica, o Estado compreende e abarca as organizações da sociedade civil que, desta feita, ampliam sua estrutura de dominação. O poder do Estado enquanto órgão e mecanismo de dominação de classe se edifica, como nos mostra Gramsci, não somente no âmbito da sociedade política e da institucionalidade do poder político, mas fundamentalmente, essa dominação está alicerçada em trincheiras avançadas na sociedade civil. Nas palavras de Gramsci:

> A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto das associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às "trincheiras" e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas parcial o elemento do movimento que antes constituía "toda" a guerra, etc[2]. (GRAMSCI, 2012, v. 3, p. 24).

Nessa perspectiva, o momento estratégico da chamada guerra de posição, é o momento da mobilização, articulação e posicionamento dos agentes individuais e coletivos nos espaços que envolvem a vida civil e sua relação com o Estado. A concepção de sociedade civil aqui adotada não se encontra, portanto, em oposição ao Estado, como se este fosse o espaço do poder político e da dominação, enquanto a sociedade civil seria o espaço da produção e da liberdade dos indivíduos, visão característica da tradição liberal. A pesquisa aqui desenvolvida tem como pressuposto o refutamento veemente de

[2] GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere (caderno 13)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, (vol 3), p. 24.

qualquer noção de sociedade civil desprovida de conteúdo classista ou desagregada do Estado. Para nossa análise, ambos se articulam na concepção de Estado ampliado ou Estado integral de Gramsci, onde a sociedade civil é o espaço onde a dominação de classe encontra seu sustentáculo fundamental. Temos aqui o movimento dialético entre Estado e Sociedade civil, assim como entre estrutura e superestrutura, onde se inicia o poder político funda-se com o exercício do poder de classe em que sociedade política e sociedade civil são complementares e devem ser observadas a partir de processos históricos concretos. Como afirma a historiadora Virgínia Fontes:

> Em Gramsci a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada[3].

Partindo da concepção de Estado ampliado de Gramsci e do papel dos organismos atuantes na sociedade civil para a estruturação da dominação, é que adentramos na discussão quanto à nova estratégia de organização da burguesia brasileira, mais especificamente dos chamados “aparelhos privados de hegemonia". Destaca-se, assim, o seu papel na construção de consenso e realinhamento das bases de dominação, em torno de um projeto político cujo horizonte apontava para um modelo democrático burguês. A reprodução do capital, por sua vez, necessita de atores que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais como intelectuais coletivos ou partidos no sentido *lato*. Essa organização burguesa na sociedade civil envolve também, inevitavelmente, o momento coerção, isto é, a preparação para guerras de movimentos prolongadas ou ágeis.

---

[3] FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 216.

Processo que traz de volta a complexa articulação, em Gramsci, entre guerra de posição e guerra de movimento.

Essas organizações são os portadores materiais da sociedade civil. Com efeito, Gramsci identifica-os como “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, dialeticamente, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social e que, por sua vez ampliam o Estado[4].

A construção da hegemonia de determinado grupo (fração burguesa) e sua concepção de mundo é um processo dinâmico e contínuo, que necessita de constante atualização para sua revitalização e permanência. A hegemonia, dessa forma, não é um fim, mas sim, é um momento da dinâmica do próprio processo que, enquanto hegemônico, de um lado, precisa ser garantido permanentemente e, de outro, cria seus próprios mecanismos de atualização. O Estado representa uma forma de materialização institucional e veículo fundamental nesse processo de construção da hegemonia. Como nos diz Gramsci:

> o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isso é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica[5].

De acordo com a formulação do filósofo e sociólogo grego Nicos Poulantzas o

---

[4] COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
[5] GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere (caderno 13)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, (vol 3). p. 48.

Estado possui um papel fundamental no conjunto das relações de produção e na "delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante"[6]. Todo esse movimento exige, por sua vez, a elaboração cada vez mais sofisticada de mecanismos de naturalização, a partir da produção do consenso e, por outro lado, também pelo uso da força e meios institucionais de ação coercitiva, principalmente, para impor aquilo que o consenso não teve a eficácia de garantir. Nessa perspectiva, Virgínia Fontes afirma que,

> a perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível. Violência e convencimento seguem conjugados, na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (*think tanks*)[7].

O momento da organização para o convencimento (que se insere no conjunto da guerra de posição) já envolve, ao menos no caso brasileiro, a organização para o movimento, para a tomada abrupta de parcela do poder de Estado – não como coisa ou em uma concepção funcionalista –, mas como ataque aos suprimentos das classes subalternas, como mecanismo fundamental para a ampliação das formas de expropriações das classes trabalhadoras, partindo de seus partidos (*stricto*), de seus aparelhos privados de ação político-ideológica e suas posições na estrutura institucional do Estado.

O papel das organizações burguesas abordadas nesta pesquisa passa tanto pelo estabelecimento e produção do consenso, como também pelo recurso da coerção. A ação dos "intelectuais orgânicos" (para nossa discussão os empresários-intelectuais) tem um papel fundamental em todo esse processo de construção, atuando para a legitimação de

---

[6] POULANTZAS. Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 33.
[7] FONTES, Virgínia. *Op. Cit.* 2010, p. 14.

um projeto que almeja alcançar uma condição de hegemonia. Por esse entendimento, nossa concepção de “intelectual orgânico”, como nos apresenta Gramsci, não se define pelo seu grau de escolaridade ou erudição, mas sim pelo seu tipo de ação no conjunto das lutas de classes, isto é, pela função que exerce no “trabalho” de construção da base de consenso na sociedade.

Partindo dessa concepção sobre a atuação dos intelectuais, uma parte importante da pesquisa foi o levantamento, não só das estratégias institucionais desenvolvidas pelos aparelhos burgueses, mas também o aprofundamento na compreensão tanto dos pressupostos que os estruturam, como do alcance de sua atuação, por meio da análise das trajetórias desses intelectuais orgânicos. Trata-se da busca pelos elementos que de alguma maneira estruturam seus *habitus*. Para tanto, como recurso metodológico lançamos mão da refinada elaboração teórica praxiológica do sociólogo francês, Pierre Bourdieu. Na abordagem do sociólogo,

> o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*); ou, em outros termos, ao sistema de separações diferenciais, que definem as diferentes posições nos dois sistemas principais do espaço social, corresponde um sistema de separações diferenciais nas propriedades dos agentes (ou de classes construídas como agentes), isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo[8].

Nesse sentido, uma das funções importantes da noção de *habitus* – e que, para efeito da pesquisa, traz uma espécie de azeitamento para a compreensão da ação do indivíduo no conjunto das estratégias institucionais – é a de dar conta da unidade ou semelhança de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma

[8] BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas:* sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 21.

classe de agentes. Essas trajetórias individuais de membros, dirigentes e financiadores das organizações analisadas nesta tese, apresentam informações extremamente ricas e funcionais como: a formação intelectual e o tipo de instituição onde se adquiriu tal formação; a atividade profissional e quais as empresas por onde atuou; quando atuante na mídia, de quais veículos participa; quando pertencente aos meios acadêmicos, em quais universidades ministra aulas; quando pertencente a outros aparelhos privados de hegemonia, de quais instituições participa; e quando atua em partidos políticos formais qual a legenda e quais cargos públicos ocupou. Dessa forma, como afirma Bourdieu, "assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções"[9].

Compondo esse quadro de interpretação baseada na teoria bourdiesiana, esses elementos de distinção e diferenciação também criam laços de vinculação e pertencimento atravessados por diferentes tipos de capitais, seja capital econômico, político ou simbólico, que conferem fluidez e alcance a esses agentes individuais ou coletivos. Capitais esses, que também se configuram como armas, comandam as representações desse espaço social (lembramos que este espaço está constituído e atravessado pelas classes sociais) e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo.

Tendo em vista tais referências teórico-metodológicas, a pesquisa foi desenvolvida a partir de um significativo e diversificado volume de fontes, que inclui desde periódicos de circulação nacional como: revista Veja, Exame, jornal Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, Jornal Brasiliense, Valor

[9] BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit*. 1996, p. 22.

Econômico, o Globo, Jornal da Tarde, Jornal ESHOJE; como também fontes secundárias, dialogando com diversos autores que já desenvolveram estudos sobre algumas das organizações abordadas neste trabalho. Além disso, foram utilizados estudos publicados e relatórios anuais das instituições pesquisadas, bem como a documentação disponibilizada em seus portais eletrônicos ou em outros sítios na internet. A atualidade do tema da pesquisa possibilitou uma ampla investigação por meio dos recursos eletrônicos, viabilizando o acesso e o cruzamento de informações, tanto dos atores, como das instituições que compõem o objeto do estudo.

O trabalho, nesse sentido, busca elucidar a ação de determinados grupos no âmbito da sociedade civil, que buscam naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. O Estado, nessa trama complexa, é tanto um veículo de materialização, institucionalização e legitimação desse processo, como por outro lado, a sua reformulação é fundamental para a adequação constante ao conjunto de interesses dinâmicos das determinações internas do quadro de dominação, como das determinações externas do capitalismo. Poulantzas afirma que o "Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e as classes dominadas"[10].

Esse processo de difusão ideológica e materialização institucionalizada de determinados pressupostos adquire, com ações deliberadas e outras espontâneas e até inconscientes de parte da sociedade, instituindo espécies de "verdades" socialmente aceitas e reproduzidas como uma *doxa*. Nesse sentido a junção metodológica de categorias gramscianas – como a noção de produção de consenso, a guerra de posição e o próprio Estado ampliado – e a elaboração teórica de Pierre Bourdieu – que refina a

[10] POULANTZAS. Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p. 36.

análise dos mecanismos de naturalização de determinadas concepções, assim como o movimento de *internalização* de *externalidades* e de *externalização* de *internalidades* da dinâmica de constituição dos *habitus* – se mostra um recurso extremamente profícuo de análise e que denota uma grande complexidade aos processos.

Essa espécie de "gota-a-gota simbólico[11]" (nas palavras de Bourdieu), para o qual jornais escritos e televisivos, instituições e intelectuais contribuem muito fortemente – em grande parte inconscientemente, visto que a grande parte das pessoas que reproduzem essas ideias o fazem de forma irrefletida –, produz efeitos muito profundos no sentido da naturalização de certos valores de determinadas frações de classe, transbordando-os para a totalidade. É assim que, em grande medida, a propriedade privada, a ideologia de mercado e o próprio capitalismo passam a ser apresentados e reproduzidos socialmente sob as aparências de uma suposta "inevitabilidade".

Em consonância com esse processo paulatino de produção de consenso em torno de valores e pressupostos do capital, que atravessa toda nossa pesquisa de 1980 a 2014, a conjuntura de mobilização e organização burguesa, ocorrida nesse período, manifestou-se, no início como uma contra-ofensiva das classes dominantes em detrimento às formas de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais desde meados da década de 1970, e seguiu ampliando, reconfigurando e atualizando tais mecanismos de dominação nas décadas subsequentes. Isso pode ser evidenciado de tal forma que parte da sua dinâmica se extraiu da vontade crescente de reverter no início – por meio de transformações mais profundas do sistema produtivo e das relações com o aparato institucional do Estado e não com simples medidas conjunturais – o crescimento da mobilização e das lutas sociais, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1970

[11] BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos:* táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

e seguiu ampliando suas formas de coerção e doutrinação ideológica. Sintonizando-se, dessa forma, à reformulação econômica, social e política do capitalismo em escala mundial.

Partimos da concepção de que, primeiramente, a transição democrática, consolidada nos finais da década de 1980 e início dos anos de 1990, não representou qualquer tipo de ruptura com as velhas forças dominantes. Na realidade, diante da necessidade de adequação ao quadro do capitalismo internacional e das pressões pelo novo arranjo democrático, foram operados ajustes, nos quais a solução para as crises não incorporou, de fato, os interesses subalternos, mas caracterizou-se pela permanência (reestruturada e atualizada) das estruturas dominantes através de estratégias pactuadas pelo alto. Assim, operou-se ajustes conjunturais para se evitar transformações concretas. Não obstante, a própria expansão do capitalismo envolveu novas e complexas exigências. Essa redefinição das estratégias de ação das classes dominantes – que serão apresentadas ao longo deste estudo – deve ser compreendida enquanto parte intrínseca e resultante do quadro de luta de classes, nessa conjuntura de ocidentalização da sociedade brasileira, ou seja, no processo de complexificação da sociedade civil, tendo em vista a estruturação de seus aparelhos tanto hegemônicos, como contra-hegemônicos.

Em segundo, apresentamos a hipótese de que essa estratégia de atualização da dominação inaugurada diante do contexto de redemocratização, não termina com a conclusão do processo. Num segundo momento, diante de um processo auto-proclamado "democrático", após a constituinte, ocorreu uma investida mais significativa em um novo *modus operandi* de organização política e ideológica das classes e frações de classes burguesa. Multiplicando-se em uma extensa gama de aparelhos de difusão dos pressupostos da economia de mercado, ganham capilaridade e penetração nos mais distintos meios, adquirindo ressonância em diferentes espaços da vida social, estruturando

e inaugurando o que convencionou-se chamar de a "*Nova Direita*" no Brasil.

Essa conjuntura de articulação e mobilização burguesa para a dominação será entendida como um processo que vem sendo construído ao longo das últimas décadas, levando a modificações na gestão política, na reestruturação produtiva, na linguagem ideológica e na difusão de novos padrões de sociabilidade do capital. Por conseguinte, a nova estrutura de dominação burguesa no Brasil, vem sendo construída e reiterada enquanto processo de garantia de continuidade sob novas condições.

Uma das faces dessa "atualização" da dominação materializa-se por meio de ações de desestruturação e desarticulação dos movimentos sociais e trabalhistas a partir de estratégias que envolvem, desde a atuação incisiva e coercitiva do Estado; o sistemático processo de desregulamentação e dilapidação de direitos historicamente constituídos e conquistados por meio de lutas sociais; assim como pela naturalização de um novo significado de ator social – através da atuação dos aparelhos privados de hegemonia e dos meios midiáticos –, despolitizando as relações sociais e transformando aquele trabalhador militante e combativo em voluntário passivo. Como afirma a historiadora Virgínia Fontes, num "peculiar processo de mercantil-filantropização da luta social[12]".

Para ser efetivo e naturalizado, o projeto de dominação, enquanto forma de gestão do capital, precisa contemplar os interesses das diferentes frações do capital, ainda que de forma distinta e parcial. Busca agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais até os grandes conglomerados financeiros e industriais. Essa congregação de interesses e quadros, por sua vez, necessita de seus "intelectuais coletivos", que compatibilizam as distintas frações e interesses, organizam a atuação tática, assim como conduzem a formulação de diretrizes de ação a partir de um programa

[12] FONTES, *op cit*, p. 270-271.

político-ideológico. Os aparelhos privados de hegemonia, portanto, realizam essa função, tanto enquanto *córtex político* – de atuação conjuntural, tático-operacional – quanto funcionando como um *Estado-maior,* ou seja, um partido político (no sentido *lato*, na formulação de Gramsci), capaz de elaborar um projeto político e operacionalizar estratégias de caráter estrutural, para além dos interesses imediatos de classe.

A educadora Lúcia Neves afirma que a história política do Brasil, a partir dos anos de 1990, pode ser entendida como a "história da recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia da burguesia brasileira nesse momento de mudanças qualitativas na organização do trabalho e da produção e da reestruturação do Estado no capitalismo monopolista internacional e nacional[13]". Como veremos mais adiante, esse processo de reconfiguração das bases de dominação da burguesia brasileira, como bem apresentado por Lúcia Neves, deve ser compreendida não apenas a partir dos anos 1990, mas sim, como um processo que se estrutura e adquire a dimensão de um projeto de poder, já nos anos 80.

Como muito bem examinado por Virgínia Fontes, os anos de 1970 e 1980 foram extremamente ricos no que concerne à "constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindicais e populares, que afrontavam a multiplicidade e a seletividade repressiva dominante[14]". Esse desenvolvimento de entidades de classe evidenciam a complexificação da sociedade brasileira em seu processo tardio de ocidentalização. Como afirma Virgínia Fontes, as entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil, ou seja, como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes, durante (e podemos acrescentar) depois do período ditatorial. Apresentavam-se, entretanto, como sociedade civil no sentido liberal,

---

[13] NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia:* estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, p. 89.
[14] FONTES, op cit, p. 227.

contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do *Centrão*, força política interpartidária que lhe dava suporte[15].

Por este entendimento, podemos retomar Florestan Fernandes, onde o autor discute que a noção de "democracia burguesa" sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos *mores* (comportamento), mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa[16].

O modelo autocrático-burguês, para Florestan, não reflete sociologicamente apenas as condições econômicas, socioculturais e políticas do atual estado da sociedade de classe brasileira, sob um capitalismo dependente de grande vitalidade. Também revela, por igual e simultaneamente: primeiramente os objetivos e desígnios políticos, mais ou menos deliberados, que animaram a atuação prática das classes e dos estratos de classes burgueses nos momentos de crise do poder burguês no Brasil; em segundo, as potencialidades de absorção efetiva desses objetivos e desígnios pelos processos de estabilidade e mudança da ordem social, inerente à referida sociedade de classes, e o grau de racionalidade demonstrado pelas classes e pelos estratos de classe burgueses no aproveitamento do espaço político daí resultante; e em terceiro, o modo pelo qual interesses indireta e especificamente políticos externos, transmitidos através dos dinamismos das nações capitalistas hegemônicas, das "empresas multinacionais" e da "comunidade internacional de negócios", se encadearam seja com aqueles desígnios e objetivos, seja com suas "possibilidades históricas", reforçando-os e, portanto,

---

[15] *Idem*, p. 242.
[16] FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005, p. 340.

aumentando sua viabilidade a curto, médio e largo prazos[17].

Essa atuação política e ideológica é conscientemente organizada e executada por empresários e intelectuais coletivos, que investem capital material e simbólico para defender sua posição dominante. Dessa forma, nossa proposta concentra-se em refletir sobre a organização da burguesia e a estruturação da dominação de classe no Brasil, tendo sempre em vista a sua complexa relação com o Estado. O exercício da dominação de classe pressupõe a existência de um Estado que dê condições e estruture o poder, universalizando os interesses específicos de determinada classe para todo conjunto social. Como nos diz Nicos Poulantzas: "O Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção"[18]. Por outro lado, o que complexifica a compreensão das formas de dominação de classe, principalmente na conjuntura atual do capitalismo, é, justamente, a observação da estruturação dessa dominação burguesa a partir de interesses e de uma atuação que vai muito além dos limites do Estado, sintonizando-se às relações capital-imperialistas. Como define Virgínia Fontes,

> este capital-imperialismo brasileiro, que, como já dito, emerge subalterno, resulta tanto das condições internas da dominação burguesa quanto das contradições mais amplas que atravessam o capital-imperialismo mundial, mas carrega consigo as tradições prepotentes (autocráticas) que acompanham a história da dominação burguesa no Brasil[19].

Ao apresentar a estruturação de novas estratégias de dominação burguesa no Brasil, por meio de seus aparelhos privados de hegemonia, não estamos, contudo, afirmando que essa atualização pressupõe uma organicidade e homogeneidade das distintas frações das classes dominantes. A pesquisa pressupõe, por conseguinte, a

---

[17] FERNANDES, Florestan. *Op Cit.* 2005, p. 374.
[18] POULANTZAS. *Op. Cit.* 1980, p. 44.
[19] FONTES, Virgínia. *Op. Cit.* 2010, p. 15.

existência de interesses distintos e conflitos inter-burgueses que denotam a complexidade dessas relações, mas não se detém na análise desse fenômeno. Apesar de não haver um item específico no conjunto da pesquisa, claramente analisado, há, por sua vez, a suposição de que certos aparelhos correspondem à tensões ou devem acomodar tensões interburguesas.

O que também é importante ressaltar, entretanto, é que apesar das clivagens das classes dominantes (cada vez mais difíceis de se identificar) e os diversos interesses em disputa no interior das frações burguesas, essas divergências e conflitos são abarcados e diluídos no conjunto dessas formas de organização, no sentido de garantia do essencial da dominação, ou seja, nos mecanismos de atualização das expropriações sociais e nas estratégias de acumulação de capital.

Diante do exposto, ao longo do trabalho procuramos responder a questões, tais como: quais seriam as estratégias de atuação da burguesia no sentido de garantir, reproduzir e atualizar sua dominação? Quem são e como atuam esses intelectuais orgânicos da ideologia de mercado no Brasil? Quais são os principais elementos que constituem os projetos de dominação estruturados por essas organizações? Quais são as bases de formulação do consenso e doutrinação articulados diante de tais projetos de dominação? Como enfrentar a complexa relação entre as estratégias de dominação de classe burguesa e sua relação com o Estado? E entre interesses específicos das classes e frações de classes dominantes no Brasil e as determinações externas do capitalismo mundializado?

O primeiro capítulo, traz as formas de organização burguesa, em seus intelectuais coletivos, como estratégia pragmática e específica para o contexto de disputas inter-burguesas e, principalmente, no conjunto das lutas de classes, no processo de redemocratização, nos anos de 1980. A principal arena de materialização desses conflitos

foi a Assembleia Nacional Constituinte e, por sua vez, as eleições legislativas para sua composição. Tratava-se de um momento estratégico no conjunto das lutas sociais e para a redefinição das bases institucionais de operacionalização e legitimação de um dado projeto de poder e dominação. Foi justamente essa conjuntura específica de abertura no bloco de poder, que marcou o desenvolvimento das novas formas de organização das estratégias de dominação burguesa no Brasil contemporâneo.

Destacam-se, neste arcabouço, as dificuldades ou barreiras – identificadas na atuação historicamente autoritária do Estado no Brasil – para que os "novos atores", emergindo num contexto de novas possibilidades, possam se organizar, dar conta das questões que assolam a sociedade. Temos, por outro lado, a partir das formulações gramscianas, análises atentas ao desvendamento das formas de hegemonia burguesa no Brasil, dos anos de 1980, onde sociedade civil é entendida como conjunto de aparelhos privados produtores e difusores de hegemonia, ou seja, de relações de poder. Entendimento este que passa a nortear a análise nos demais capítulos da tese. Entre as organizações pesquisadas e apresentadas neste capítulo estão: a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES); Grupo de Mobilização Permanente (GMP); Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD); União Democrática Ruralista (UDR); União Brasileira de Empresários (UB); Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN); Movimento Democrático Urbano (MDU); Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI).

O segundo capítulo da tese aborda umas das faces do processo de complexificação e ocidentalização da sociedade civil no Brasil, na virada dos anos de 1980 para os anos de 1990. Por conseguinte, nesse ponto da pesquisa avançamos sobre a atuação de aparelhos privados de hegemonia cuja estratégia concentra-se na captura e articulação de

uma multiplicidade de ONGs (Organizações Não Governamentais) e FASFIL (Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos), dando a estas organizações representantes de distintas frações e interesses, sentido e organicidade de classe. Tendo como pressuposto uma concepção de "capitalismo humanizado", essa nova direita objetiva capturar e ressignificar o papel do Estado enquanto responsável pelo desenvolvimento de políticas sociais, como parte da estratégia burguesa de atualização de suas estratégias de dominação.

Para a execução de seu projeto, investe na produção do convencimento em torno do empresariamento das funções sociais do Estado a partir da disseminação – em sua rede capilarizada de ONGs e FASFIL, que por sua vez envolve uma grande infinidade de empresas de diversos segmentos – de programas como o "Investimento Social Privado" e "Responsabilidade Social Empresarial". Foram analisados, nesse sentido, as organizações: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

No terceiro capítulo analisamos a formulação de projetos estruturais de poder e seus distintos mecanismos de reconfiguração, por dentro da estrutura institucional do Estado brasileiro, através da atuação articulada de organizações burguesas representantes de poderosas frações das classes dominantes no Brasil. Esses aparelhos privados produtores e difusores de diretrizes de ação estrutural para a construção da hegemonia burguesa, representam e contam com o suporte financeiro de grandes grupos industriais e financeiros nacionais e multinacionais. Por conseguinte, colocam-se como os verdadeiros portadores de uma suposta "racionalidade" e "objetividade" técnica necessária para a transformação e progresso do país em sua inserção no mundo globalizado.

Com base em tais pressupostos, essas organizações da grande burguesia brasileira

atuaram sistematicamente na formulação de seus próprios projetos de reformulação da ossatura material do Estado. Dessa forma, desenvolvem mecanismos tático-operacionais para o aprofundamento e atualização das formas de expropriações sociais, estabelecendo diretrizes e cobrando por reformas: na legislação tributária; privatização tanto da estrutura estatal, dos fundos públicos, como da própria gestão do bem público; nas relações do trabalho; e na estruturação de estratégias de inserção, mesmo que subalterna, do Brasil no conjunto de determinações do capitalismo globalizado. Atuam, portanto, não apenas por meio de medidas de conjuntura, mas por alterações constitucionais estruturais. Nessa linha de ação foram pesquisados o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), o Instituto Atlântico, o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC).

O quarto capítulo traz a organização dos aparelhos de difusão do liberalismo e ação doutrinária. Atuando como sustentáculos para a construção e constante atualização da hegemonia burguesa no Brasil, temos uma deliberada e intensa articulação em torno de organizações de doutrinação ideológica liberal, que, enquanto formuladoras de diretrizes de ação, buscaram universalizar seus interesses de classe como consenso. Estratégia de organização inaugurada em 1983, com a criação do Instituto Liberal, ganhou uma forte projeção e capilaridade com o surgimento de uma série de intelectuais coletivos, alguns desses autodeclarados *think tanks* ou centros de pensamento.

O capítulo, por conseguinte, apresenta e analisa a capacidade de articulação desses intelectuais orgânicos da ideologia de mercado e seus aparelhos difusores, onde a pesquisa mostra que sua atuação vai muito além dos limites institucionais e do alcance mais ponderável de suas ações. Buscam a produção do consenso através de diferentes estratégias de difusão, atuam articuladamente na elaboração e execução de projetos, eventos e treinamentos, ampliando, dessa forma, seu campo de atuação. Estão inseridos

de forma difusa e capilarizada em diversos veículos de comunicação, entidades de representação classista e patronal, nas universidades, em partidos políticos e em outros aparelhos privados de hegemonia, transbordando sua concepção de mundo e seu projeto de poder. Atuam de forma organizada na formulação do convencimento, recrutando novos quadros de intelectuais orgânicos, treinando/educando para a ação política.

Os aparelhos de difusão doutrinária do liberalismo por este capítulo contemplados foram: o Instituto Liberal (IL); o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), organizador do principal evento da agenda liberal no Brasil, o Fórum da Liberdade; o Instituto Liberdade; o Instituto Millenium (IMIL); o Instituto Von Mises Brasil (IMB); o Estudantes Pela Liberdade (EPL) e sua célula de atuação política e articulação de protestos, o Movimento Brasil Livre (MBL).

É importante ressaltar que, apesar do estudo organizar e separar esses aparelhos a partir de sua atuação, sendo alguns caracterizados como de ação doutrinária e outros como sendo mais pragmáticos, e ainda de ação estrutural, por dentro do Estado, isso não significa, contudo, que essas organizações não desenvolvam, em certa medida, um pouco de cada uma dessas estratégias. Muitos desses intelectuais coletivos, que compõem o objeto dessa pesquisa, em um determinado grau, atuam em diferentes direções, ou seja, desenvolvem estratégias tanto doutrinárias, como pragmáticas ou estruturais, no interior da estrutura estatal. Entretanto, alguns priorizam e se caracterizam mais pelas ações de doutrinação, enquanto outros são reconhecidamente mais ligados às formas de atuação mais estruturais com um projeto de poder bem definido. Essa separação, portanto, possui limitações e tem um caráter mais analítico, no sentido de ressaltar certos aspectos no conjunto das formas de organização dessas instituições.

O quinto e último capítulo da pesquisa, avança nas discussões acerca das distintas estratégias de ação desenvolvidas por alguns dos aparelhos privados de hegemonia,

analisados nos capítulos anteriores e com a inclusão do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), no sentido da internacionalização da burguesia brasileira, como uma das faces do capital-imperialismo. Temos aqui o debate que envolve tanto os condicionantes internos do já referido processo de atualização das formas de dominação interna, como as determinações externas do capitalismo mundializado.

Nessa complexa trama de organização da dominação, emerge novamente a discussão sobre as relações entre sociedade civil e o Estado, onde as classes e frações de classes dominantes, organizam-se e desenvolvem os mais variados mecanismos com o objetivo de redefinir a estrutura institucional do Estado. Este mostra-se um recurso fundamental no processo de internacionalização e adequação ao conjunto de determinações da economia mundo, para sua inserção ativa, porém, subordinada no quadro do capitalismo internacional.

Essa atuação envolve desde a estruturação de unidades internacionais para articulação e viabilização de acordos econômicos; a organização de eventos comitivas de empresários e reuniões chanceladas pelo Estado brasileiro, a partir de membros da sociedade política, para o desenvolvimento de acordos bilaterais; a execução de projetos financiados por organizações internacionais para a cooptação e *lobby* sobre representantes das instâncias legislativas, com o intuito de operacionalizar a aprovação de reformas e políticas públicas em benefício do capital; assim como ações de posicionamento geopolítico, com o objetivo de estabelecer o Brasil como uma liderança latino-americana no quadro capital-imperialista.

Ressaltamos que a pesquisa não esgota a multiplicidade dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes, atuantes político-ideologicamente no Brasil, no período compreendido pelo estudo. Buscou-se, todavia, compreender a complexidade desse movimento histórico de composição da "*nova direita*" no Brasil, que pressupõe

novas formas organizativas de estruturação da dominação. A definição dos aparelhos burgueses analisados na pesquisa, teve como critério o seu papel no conjunto das estratégias de organização das forças dominantes, priorizando aquelas instituições de maior representatividade entre os estratos burgueses, que não se vinculam, diretamente, a partidos políticos formais ou como representação de classe de determinado setor nos meios de produção, mas que represente uma efetiva atuação político-ideológica de articulação das classes burguesas.

Essa seleção buscou contemplar, ao máximo, os aparelhos que apresentam forte relação com diferentes segmentos da vida social, ampliando seu espaço de ação estratégica, como a mídia, os meios acadêmicos, organizações de representação patronal, ONG's, FASFIL'S, outros aparelhos privados de hegemonia, entre outros espaços. A partir deste perfil, buscou-se agrupar todos as organizações de grande representatividade e visibilidade, tanto nos meios midiáticos, como entre seus pares, através de suas conexões com outras instituições. Da mesma forma, a proposta consistia em analisar as estratégias daquelas organizações que penetram na institucionalidade estatal, operando de forma estrutural e profundamente articulada à estrutura do Estado. Grande parte dos aparelhos burgueses analisados foram incorporados ao longo da própria pesquisa, a partir do cruzamento de informações, tendo em vista a sua relação e articulação com outras organizações pesquisadas, que, dessa forma, nos remeteram seu papel importante na composição desse processo.

Esses aparelhos privados de hegemonia atuaram, de forma mais direta ou indiretamente, ao lado de uma profusão de partidos políticos oficiais, em várias direções: Tanto no que se refere a medidas no âmbito da coerção, do convencimento, assim como, recentemente, apontam para a criação de partidos oficiais próprios, explicitamente vinculados a uma orientação de extrema-direita, embora não necessariamente

“conservadores” quanto aos costumes, mas certamente partidos capitalistas liberais. Embora a pesquisa aponte o papel de “partido”, no sentido gramsciano desses aparelhos privados de hegemonia, não analisou especificamente sua estruturação hierárquica, nem suas supostas correlações diretas com partidos oficiais.

CAPÍTULO I: ATUAÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA DA BURGUESIA BRASILEIRA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO, NOS ANOS DE 1980.

A partir da segunda metade dos anos 1970, diante do processo de transição da ditadura civil-militar para a Nova República – movimento “lento, gradual” e, acima de tudo, seguro para as estruturas dominantes do país –, a burguesia brasileira já começa a reagir frente às formas de organização das classes trabalhadoras e a organizar suas estratégias para adequar-se às novas formas de se relacionar com o Estado em redemocratização. Frações da grande burguesia começaram suas articulações no sentido de reestruturar e/ou criar novas organizações que os representassem em face das novas perspectivas de ação política e ideológica com a abertura no bloco de poder. Nesse momento, surge ainda de forma pouco coordenada, tentativas de atuação empresarial no sentido de defender seus interesses, partindo de pressupostos de defesa da propriedade privada e da economia de mercado, reclamando a redefinição do papel do Estado brasileiro, já influenciadas por concepções neoliberais.

Uma demonstração disso pode ser verificada pela iniciativa do empresário e engenheiro Henry Maksoud, por meio da revista Visão, que já atuava no sentido de difundir o pensamento liberal no Brasil, desde meados dos anos de 1970. Henry Maksoud que junto do expoente do pensamento econômico brasileiro, Eugênio Gudim, foi membro da Sociedade Mont Pelerin, uma das mais importantes organizações internacionais de difusão da ideologia neoliberal, fundada em 1947. A publicação especializada da revista Visão sobre o mundo dos negócios, se converteu numa tribuna excepcional para o exercício da militância neoliberal por parte de seu diretor, Maksoud. Sua proposta destacava-se como uma expressão clara do projeto de organização jurídico-institucional

do neoliberalismo nos moldes da Escola Austríaca, além disso, o empresário já começava a buscar uma articulação do empresariado para discutir suas possibilidades de ação diante da expectativa da Assembleia Nacional Constituinte.

> Maksoud reuniu mais de 40 personalidades dos meios político, intelectual, governamental, jornalístico, científico e jurídico do País para responder três questões: (a) se a Constituinte deveria ser autônoma e não congressual; (b) se deveria ser apartidária, pairando acima das facções políticas; e (c) se a elaboração da Carta deveria ser baseada em um regime político previamente definido. Como se percebe, a formulação dessas questões já denota a base hayekiana do pensamento de Maksoud. Mas a sua contribuição mais acabada está publicada em Proposta de Constituição para o Brasil[20].

Para além das iniciativas tradicionais de organização da dominação e penetração no Estado empenhadas por certos quadros dirigentes do empresariado brasileiro – muitas vezes de forma mais direta, nos corredores e entre-salas do poder político autoritário –, importantes setores da burguesia buscaram se organizar de forma mais estruturada e institucional por meio da fundação de aparelhos privados de hegemonia, que passam a se constituir, a partir da formulação de René Dreifuss (1986, 1989) como *Estados-Maiores* ou pivôs de poder e ação política.

Por conseguinte, a proposta deste capítulo busca, a partir da monumental pesquisa desenvolvida por Dreifuss, na obra "*A Internacional Capitalista: estratégia e tática do empresariado transnacional, 1918-1986* ", atualizar e relacionar, o conjunto de aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira e sua atuação no processo de redemocratização, como uma estratégia de atualização de suas formas de dominação de classe. É mister esclarecer que não esgotamos todas organizações que atuaram nesse processo de reconfiguração das formas de dominação, contudo, buscamos contemplar os aparelhos burgueses de atuação política e ideológica sem vínculos mais imediatos com os

---

[20] Maksoud, 1988 *apud* GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e o Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6), p. 208.

meios de produção ou representação patronal setorial. Assim, elencamos as organizações mais representativas entre as formas de organização burguesa ou aquelas que, mesmo a atuação tendo se mostrado deveras efêmera, sua criação tenha representado certa ruptura interburguesa ou característica importante no conjunto das forças dominantes.

1.1 - A Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES): a inauguração de um novo modelo ação política e ideológica da burguesia brasileira.

A partir da conjuntura política brasileira e da organização de importantes frações da burguesia, em sua articulação para o que seria uma "batalha em campo aberto" da vindoura Assembleia Nacional Constituinte, surge um intelectual coletivo de singular atuação política, até o período. Foi fundado em 1980, em São Paulo, pelo empresário Paulo Rabello de Castro – no seio do realinhamento dos interesses conservadores –, a chamada Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES). Considerada pelo historiador e cientista político René Dreifuss em "*O Jogo da Direita na Nova República*" (1989), como um dos mais atuantes pivôs político-ideológicos dos anos de 1980, a CEDES configura-se como um dos precursores dos aparelhos privados de hegemonia da causa liberal, no Brasil. Entende-se por *pivô* de atuação política e ideológica a organização que, como o caso da CEDES, exerce uma atuação tática de planejamento e formulação de diretrizes de ação conjuntural, com vistas à defesa dos interesses de determinada classe ou fração de classe. René Dreifuss, assim define sua concepção de pivô político-ideológico:

> Os pivôs não são instrumentos estratégicos nem projeto político, mas conjunturais e de alcance tático operacional. Sua função é desenhar cursos de ação imediata, discernindo meios e métodos, apoiando e escorando os giros e evoluções ideológico-políticas de sua categoria

> social. Os pivôs são lideranças provisórias, com objetivos limitados e alvos imediatos – tais como a luta pela configuração da Assembleia Nacional Constituinte ou a eleição de governadores, em 1986. Mas do seu bom desempenho depende o sucesso de uma ação coletiva posterior e mais ampla. Já que preparam o terreno para a emergência de estruturas mais 'densas', do ponto de vista da ação classista[21].

A CEDES, após passar os primeiros anos com pouca atuação efetiva, no ano de 1983, passa a expandir e intensificar suas ações em virtude do quadro político-econômico e das lutas promovidas por distintos setores da sociedade civil, em defesa da convocação para a Assembleia Nacional Constituinte. Nessa conjuntura, em abril de 1983, foi apresentada a proposta de emenda constitucional, conhecida com o nome de seu autor: Emenda Dante de Oliveira (Emenda nº26), a qual previa a convocação de uma assembleia composta por membros do Congresso Nacional (deputados e senadores). Entretanto, a Emenda Dante de Oliveira foi derrotada na Câmara dos Deputados[22]. Outra manifestação das pressões em torno da Constituinte em 1983, foi a organização, em agosto do mesmo ano, do Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte realizado pela OAB e que reuniu na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, advogados provenientes de todo Brasil. Já em 27 de novembro, temos o início da campanha por eleições diretas para presidente da República.

A grande marca da força da CEDES pode ser verificada a partir do seu elenco de intelectuais orgânicos que reunia grandes e influentes empresários vinculados entre os mais poderosos grupos econômicos do país, que congregavam de seus interesses e de suas ações. A CEDES articulava tanto, empresários industriais provenientes de grandes grupos econômicos e financeiros, como grandes representantes do agronegócio, aliando as camadas mais conservadoras da política brasileira em torno de suas propostas de ação.

---

[21] DREIFUSS, René. O jogo da direita na Nova República. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989, p. 50.
[22] TROIANO, Mariele. As associações empresariais e o processo constituinte de 1987- 88. Dissertação. São Carlos : UFSCar, 2013, p. 28. .

Além de ter em Delfim Netto um dos seus principais articuladores políticos e pilar fundamental de seu projeto – principalmente quando pensamos nos propósitos da CEDES na disputa da Constituinte –, a organização contava como seu presidente, o empresário do agronegócio, Renato Ticoulat Filho (ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira - SRB); como vice-presidente, Fernando Vergueiro (à época, secretário-geral do Partido da Frente Liberal (PFL) e dirigente do SRB e frequentemente acusado por grilagem e invasão de terras indígenas na Amazônia e uso de mão-de-obra escrava em algumas de suas propriedades[23]); e como secretário-geral, Gastão Alves de Toledo.

Vergueiro foi quem compôs, em 1986, a chapa de um dos aspirantes ao governo de São Paulo, o empresário Antônio Ermínio de Moraes (empresário e Presidente do Grupo Votorantim), como candidato ao Senado, indicado pelo presidente da Associação Comercial, Guilherme Afif Domingos. A CEDES contava também com a assessoria técnica de Julian Chacel (que foi do grupo de estudos e Doutrina do Ipes carioca, hoje da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro). Além dos nomes supracitados, são sócios-fundadores da CEDES, entre outros, Antônio Ermínio de Moraes (Grupo Votorantim); Olacyr Francisco de Moraes, conhecido como o "rei da soja" (por ser o maior produtor individual e dono da mais extensa plantação do mundo – na época, anos 1980 –, localizada em Mato Grosso do Sul) e proprietário do Banco Itamaraty e da quinta maior empresa de construção do país, a Constran de São Paulo; Paulo Cunha (Grupo Ultra); Roberto

[23] Grileiros paulistas invadiram a Amazônia como se fosse vazio demográfico, Adital: notícias de América Latina e Caribe de 08/12/2009. O jornal apresenta que em 1967 os irmãos Vergueiro (Fernando e Sérgio Vergueiro) fizeram a sua primeira experiência de grilagem de terras no Noroeste de Mato Grosso entre os rios Sangue e Arinos em terras dos índios Irantxe, Beiços-de-Pau e Rikbaktsa com a criação da fazenda Agropecuária Agrosan, frequentemente acusada por uso de mão-de-obra escrava, a Membeca em terras dos índios Manoki e outras. Até 25-01-71 já haviam realizado 43 projetos de grilagem de terras na Amazônia. E naquele ano de 1971 ambicionavam conseguir realizar outros 40, conforme o jornal BANAS, entusiasta deste tipo de ação ilegal. Entre 1967 e 1971 expandiram o seu escritório de São Paulo para Cuiabá, Belém, Brasília e Manaus e através de suas empresas, a Vergueiro Planejamentos e Serviços Ltda. e a Módulo Corretora de Câmbio e Valores, captaram recursos de incentivos fiscais na ordem Cr$ 352,5 milhões. (In: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=43675&lang=PT, acessado em 27/08/2015 às 17:30h).

Bornhausen (presidente do Unibanco; presidente da Federação Brasileira dos Bancos - Febraban e da Federação Nacional dos Bancos - Fenaban); Ney Bittencourt Araújo (Agroceres); e os fazendeiros Flávio Telles de Menezes (presidente da SRB), Antônio Sobrinho e o próprio Fernando Vergueiro[24].

Nesse sentido, a CEDES além de apresentar um grupo dirigente composto por empresários extremamente influentes, representava os interesses de mais de cinquenta grandes empresas e associações nacionais e transnacionais. Segundo René Dreuifuss o orçamento da CEDES para o ano de 1986 teria sido na casa dos 1,2 milhões de cruzados, onde o historiador apresenta que:

> Uma lista parcial daqueles que providenciaram apoio monetário e material para a instituição paulista nos dá uma ideia de seu músculo econômico e poder político potencial: o já citado Antônio Ermínio de Moraes; Luiz Eulálio Bueno Vidigal (grupo Cobrasma, ex-presidente da Fiesp), Roberto Konder Borhausen (Unibanco, presidente da Febraban e Fenaban), Romeu Chap Chap (presidente do Conselho Consultivo do Sindicato das Empresas de Construção e Administração de Imóveis de São Paulo e presidente, desde março de 1988, da divisão brasileira da Federação Internacional das Profissões Imobiliárias); Olacyr de Moraes; Guilherme Afif Domingos (candidato a deputado federal pelo Partido Liberal, ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo e vice-presidente da Indiana Seguros); e até Luiz Boccalato (presidente da Cia. Paulista de Fertilizantes – Copas), que pertencia ao grupo de íntimos colaboradores de Sarney[25].

Seguindo o raciocínio teórico desenvolvido por Dreifuss (*A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional - 1986*) a atuação da CEDES também poderia ser caracterizada a partir da sua categoria de *córtex político*, que pode ser definido como um "órgão capaz de visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis[26]". Por conseguinte, ao atuar no campo político e ideológico enquanto *córtex político*, esse intelectual coletivo passa a assumir funções conectivas e

---

[24] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 51-52.
[25] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 52.
[26] DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista:* estratégia e tática do empresariado transnacional, 1918-1986. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987., p. 24.

organizacionais, intervindo no interior das classes dominantes, formando novos quadros de intelectuais orgânicos, almejando uma articulação hegemônica e procurando regular relações conflitivas no sentido de contemplar e incorporar outros estratos no interior da classe burguesa, visando à produção de consenso para a coesão interna de classe, numa organização adequada e factível[27].

Enquanto intelectual coletivo de atuação político-ideológica a CEDES desenvolveu uma série de mecanismos e táticas de ação política no sentido de penetrar na estrutura material do Estado, mantendo uma relação estreita com a sociedade política, seja por meio de *lobby*, financiamento de campanhas, proposição de políticas públicas e mesmo com o lançamento de candidatos próprios à mandatos políticos (como foi o caso dos empresários e membros da CEDES, Antônio Ermínio de Moraes e Guilherme Afif Domingos). O presidente da CEDES, Renato Ticoulat Filho, entretanto, define a organização como sendo uma instituição realizadora de "atividades acadêmicas" e de um "apoliticismo absoluto" e que seu objetivo, segundo o mesmo Ticoulat, seria o de "unir o empresário no sentido de demonstrar que o neoliberalismo não é um capitalismo selvagem, um criador de miséria, mas uma alavanca de desenvolvimento social, como mostra o exemplo norte-americano[28]".

De acordo com o trabalho da cientista social Mariele Troiano (2012), o presidente Renato Ticoulat Filho relatou que a intenção maior da CEDES seria a de "fazer um trabalho de conscientização sobre a economia de mercado, a importância do lucro, o risco e o liberalismo. (...) mostrar que o capitalismo e o liberalismo não são os causadores da miséria, ao contrário". Para Paulo Rabello de Castro (Fundação Getúlio Vargas, fundador e chefe do Conselho de Economistas da CEDES), a organização é "apolítica, e tanto pode

---

[27] *Idem*, p. 26.
[28] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 52.

servir à esquerda, direita ou centro, pois tem um pensamento ecumênico”[29]. Dessa forma, Paulo Rabello de Castro apresenta uma definição para a atuação da CEDES, que parte da mesma caracterização baseada na noção de apoliticismo e de mera difusão de ideias defendida por Ticoulat ao sugerir que se trata de “atividades acadêmicas”.

Dessa forma, em relação ao objetivo e atuação da CEDES, Paulo Rabello de Castro, assim define: “Estamos criando uma consciência de classe”. Buscando essa mobilização (ou “consciência de classe”), Rabello de Castro passou a articular uma série de encontros de empresários, como o organizado em outubro de 1986, no Hotel Nacional do Rio de Janeiro, onde 100 produtores rurais, principalmente pecuaristas, discutiram o tema “Governo, Classe Política e Empresário[30]”. Esses representantes do empresariado rural e a CEDES visavam – por meio do debate a partir de teses desestatizantes, mobilizadoras da classe, e de discussões sobre a conjuntura, calcadas numa percepção do processo econômico determinado, na década de 80, pela monstruosa dívida externa – repensar e criar mecanismos de atuação política no sentido de reconfigurar o papel do Estado a partir dos pressupostos da economia de mercado.

> Como parte de sua campanha, a Cedes organizou um encontro em 1986 que produziu uma sofisticada análise 'neoliberal' da situação e dos rumos da economia latino-americana, a cargo de renomados economistas do mundo empresarial. O ex-ministro Mario Henrique Simonsen, junto com o ex-ministro peruano das Minas e Energia e da Economia, Pedro Pablo Kucynski, e colegas mexicanos fizeram este trabalho por encomenda da *Americas Society* (Sociedade das Américas), a *elite orgânica* norte-americana para a América Latina, que reúne as 200 maiores *corporações estratégicas* com atuação e interesses no hemisfério, e cujo presidente é David Rockefeller[31].

Apesar de os debates do evento priorizarem temas mais amplos, a pauta fundamental para a CEDES continuava a ser, sem sombra de dúvidas, a representatividade

---

[29] TROIANO, *op cit*, 2012, p. 82.
[30] DREIFUSS, op cit, 1989, p. 52-53.
[31] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 53.

e as táticas a serem desenvolvidas para o campo de batalhas da Assembleia Nacional Constituinte, tanto nos eventos organizados pela câmara, como nas reuniões que ocorriam à portas fechadas, na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro. A CEDES organizou, nessa perspectiva, importantes eventos, entre eles, destacou-se a realização de um seminário que contou com a presença de cerca de 140 das mais expressivas lideranças empresariais e do agronegócio, além de contar com a participação de cientistas políticos e economistas de renome, todos do eixo São Paulo-Brasília, no Hotel Casa Grande (Guarujá).

Entre os representantes da burguesia brasileira presentes no evento, destacavam-se alguns pesos pesados da agricultura, indústria e comércio; os paulistas sendo maioria (93), seguidos pelos cariocas (21) e pelos gaúchos (17), embora o encontro contasse também com a presença de empresários do Paraná, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Pernambuco e Brasília. Lá estavam Flávio Telles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira; Werther Annichino, presidente da Copersucar e diretor vice-presidente da Refinaria Piedade; José Luiz Zillo, do Sindicato do Açucar de São Paulo e vice-presidente da Copersucar; Carlos Antich, da Sanbra; Laerte Setúbal, da Duratex; Jacy Mendonça, diretor da Volkswagen e vice-presidente da Anfavea; Norberto Odebrecht, da construtora do mesmo nome; Flávio Andrade, da Standard Ogilvy; Jorge Simeira Jacob, do grupo Fenícia; empresário Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau que inclui a Usina Siderúrgica Paraense, a Metalúrgica Fibra S.A. e a Mefisa Parafusos e Fixadores S.A., todas em Minas Gerais); Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo, que reúne mais de 225 mil empresas em todo o estado; e o publicitário Mauro Salles[32].

[32] *Idem*, p. 55.

Havia, portanto, uma forte representação por parte do empresariado urbano e rural, dentre os quais, 41 eram presidentes, 18 vice-presidentes e 48 qualificados diretores de empresas nacionais e estrangeiras, assim como, 7 presidentes de entidades de classe, entre eles Amaury Temporal, da Associação Comercial do Rio de Janeiro. O empresário Jorge Gerdau Johannpeter, segundo Dreifuss, "chegou a fazer as contas mostrando que o setor empresarial conseguiria facilmente eleger 100 representantes com o poder do empresariado urbano, e outros 40 com a força da área rural". A estes deveriam ser somados outros 20 deputados a partir dos esforços da Associação Comercial do Rio de Janeiro[33].

Inaugurando uma nova estratégia de ação política e ideológica da burguesia brasileira, o objetivo da CEDES, por conseguinte, era o de avaliar a conjuntura e discutir abertamente o "financiamento de candidatos e a arregimentação de forças para o confronto", que – esperava-se – iria acontecer na Constituinte. Tanto que aos olhos do empresariado a composição da futura Assembleia Nacional Constituinte era mais importante do que a própria eleição presidencial[34]. No início dos anos de 1990, em virtude do seu perfil mais pragmático em relação a ANC, o CEDES passa por uma reformulação, adquirindo uma nova concepção de ação político-ideológica, e passa a ser denominado como Instituto Atlântico, como veremos com mais detalhes no terceiro capítulo deste estudo.

1.2 - A criação do Grupo de Mobilização Permanente (GMP) como alternativa à atuação da FIESP, nos debates da constituinte.

[33] *Idem*, p. 55.
[34] *Idem*, p. 53.

Ainda no importante ano de 1983, tendo em vista o início das reivindicações pela abertura da Constituinte e em meio a luta no processo de redemocratização, outro movimento do empresariado brasileiro aparece como expressão no quadro de rearticulação da burguesia. Trata-se do chamado Grupo de Mobilização Permanente - GMP, que foi fundado por Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo. O empresário era figura conhecida no movimento da burguesia por fazer parte da CEDES e, posteriormente sair como candidato indicado pela instituição como Deputado Federal e à Presidência da República, em 1989. A organização nasce no bojo da crítica às instituições corporativas em sua atuação diante do vindouro processo Constituinte. O argumento do GMP, em primeiro plano, centrava-se na necessidade de uma maior coesão do empresariado na defesa e difusão de seus interesses, tendo em vista sua insatisfação com a atuação da Fiesp. Isso nos remete aos conflitos interburgueses que, em nossa hipótese, ajudaram na criação de inúmeros aparelhos privados de hegemonia, que na essência partilhavam dos mesmos propósitos no sentido da acumulação de capital. No segundo plano, a instituição insere-se no quadro de entidades de defesa política da propriedade privada, da livre iniciativa e de reivindicação pela adoção de políticas voltadas à economia de mercado a partir de pressupostos neoliberais.

De acordo com o estudo da cientista política Marieli Troiano, o "grupo era composto por cerca de mil empresários que apresentaram um texto com sugestões de mudanças e permanências às áreas sindicais, tributárias e econômicas"[35]. Tal organização contava com ampla participação das várias federações industriais e comerciais estaduais. Organizando o modo de atuação de forma semelhante ao executado pela CEDES, o Grupo de Mobilização Permanente esteve diretamente relacionado à articulação e ao

[35] TROIANO, *op cit*, 2012, p. 85.

financiamento de candidatos representantes do empresariado à Assembleia Nacional Constituinte, em grande medida, em campanha e defesa de seu líder e fundador Guilherme Afif Domingos.

O membro do GMP e presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, "César Rogério Valente foi acusado pelo deputado federal Maurílio Ferreira Lima (PMDB) de ser um dos empresários que estaria recolhendo recursos financeiros para eleger 300 constituintes vinculados ao empresariado"[36]. Essa seria o principal mecanismo de ação da instituição, que apresentou uma atuação muito específica e pragmática de alcance conjuntural, no campo de disputas na Assembleia Nacional constituinte.

Com objetivos e meios para a execução bem definidos (sejam financeiros e/ou operacionais), o Grupo de Mobilização se organizava por meio de núcleos para articular seus 10 mil membros somente na capital paulista. Seu principal mecanismo de difusão e potencial de capilaridade era alicerçado na sua relação com as quase 300 associações comerciais do interior paulista, utilizando as dez sedes distritais da Associação Comercial para arregimentação e reuniões. Sua atuação, entretanto, se limitava ao estado de São Paulo, já que o grupo não havia desenvolvido articulações com associações comerciais de outros estados[37].

Como partia de uma atuação e objetivos muito específicos e de tiro curto, ou seja, a projeção e financiamento de quadros do empresariado para a composição da Assembleia Nacional Constituinte, principalmente a eleição de Afif Domingos, o Grupo de Mobilização Permanente não dispunha de um projeto político, tampouco exerceu um papel decisivo do ponto vista político-ideológico no conjunto da burguesia brasileira. O

---

[36] ULYSSES 1985, *apud* TROIANO, *op cit*, 2012, p. 85.
[37] *Idem.*

Grupo, por conseguinte, extinguiu-se durante os próprios trabalhos da ANC.

1.3 - O aparelho do mercado financeiro nas disputas da constituinte: a articulação da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

A Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF representa o intelectual coletivo de ação político-ideológica do mercado financeiro no conjunto dos debates da nova Constituinte. É importante ressaltar que seu formato difere um pouco dos aparelhos privados de hegemonia, por este estudo elencados, tendo em vista seu status e atuação enquanto confederação, ou seja, sua estrutura é de cunho sindical e certamente abrange mais do que o núcleo central. Apesar da Febraban continuar negociando com os trabalhadores "bancários" (que deve ser a maior categoria), uma Confederação deve ser reconhecida pelos sindicatos e pelo Estado. A CNF foi instituída em 25 de outubro de 1985, inaugurada num "clima de verdadeiro manifesto a favor da livre iniciativa e da redução da presença do Estado na economia"[38]. O lançamento público e oficial do novo APH de defesa dos interesses do setor financeiro foi na Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, em dezembro de 1985. A partir daquela data, as entidades que atuam nos diferentes segmentos do mercado financeiro passaram a agir unificadas no campo político-institucional. Na qualidade de entidade máxima do sistema financeiro, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras representa o setor perante a sociedade e nas relações com o Estado, bem como participa do debate das grandes questões nacionais[39].

---

[38] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 57.
[39] http://www.cnf.org.br/nossa-historia, acesso em 30/08/2015

Nascia, dessa forma, o aparelho privado de hegemonia de atuação político-institucional do "conjunto de instituições que constituem o sistema financeiro nacional privado, incluindo os bancos comerciais e de investimento, corretoras, distribuidora de valores, instituições de crédito imobiliário, *leasing* e empresas financeiras, representando ao todo 280 empresas[40]".

A CNF congrega e representa uma série de organizações que, por sua vez, fazem parte de sua estrutura organizacional e de representação. Da primeira reunião, no Nacional Clube, participaram oito entidades fundadoras, a saber: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP); Associação Brasileira das Empresas de *Leasing* (ABEL); Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI, então denominada AMECIF); Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (ADEVAL); Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias (ANCOR); Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID); Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA); e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)[41].

Também participaram representantes de empresas de crédito, investimentos e financiamentos. Naquela ocasião, foram aprovados os Estatutos Sociais da nova entidade e eleitos pela Assembleia (agora denominada Conselho de Representantes) os primeiros administradores da Confederação. O quadro a seguir apresenta os quadros dirigentes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras da fundação até o ano de 2014.

Quadro 1.1 – Dirigentes - Confederação Nacional das Instituições Financeiras

Período	Gestão da CNF
1985 /1987	**Presidente** Roberto Konder Bornhausen; **Vice-Presidente** Carlos Brandão; **Membros Natos: Presidente da Abecip** Anésio Abdalla; **Presidente da Abel** Carlos Tafla; **Presidente da Acrefi** Jairo José Isaac; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbid** Ronaldo

[40] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 57.
[41] http://www.cnf.org.br/nossa-historia, acesso em 30/08/2015

	Cezar Coelho; **Presidente da Ancor** Alberto Alves Sobrinho; **Presidente da Andima** Carlos Brandão; **Presidente da Febraban** Roberto Konder Bornhausen.
1987 / 1999	**Presidente** Roberto Konder Bornhausen; **Vice-Presidente** Carlos Brandão; **Membros Natos: Presidente da Abecip** Anésio Abdalla; **Presidente da Abel** Carlos Mário Fagundes de Souza Filho; **Presidente da Acrefi** Américo Oswaldo Campiglia; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbid** Cristiano Buarque Franco Netto; **Presidente da Ancor** Fernando Rosa Carramaschi; **Presidente da Andima** Marcos de Aguiar Jacobsen; **Presidente da Febraban** Antônio de Pádua Rocha Diniz.
1989 / 1991	**Presidente** Léo Wallace Cochrane Júnior; **Vice-Presidente** Cristiano Buarque Franco Netto; **Membros Natos: Presidente da Abecip** Luis Filipe Soares Baptista; **Presidente da Abel** Antônio Bornia; **Presidente da Acrefi** Américo Oswaldo Campiglia; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbid** Cristiano Buarque Franco Netto; **Presidente da Ancor** Fernando Rosa Carramaschi; **Presidente da Andima** Marcos de Aguiar Jacobsen; **Presidente da Febraban** Léo Wallace Cochrane Júnior.
1991 / 1994	**Presidente** Léo Wallace Cochrane Júnior; **Vice-Presidente** Ney Castro Alves **Membros Natos: Presidente da Abecip** Luiz Eduardo Ferreira Pinto; **Presidente da Abel** Antônio Bornia; **Presidente da Acrefi** Américo Oswaldo Campiglia; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbid** Manoel Félix Cintra Neto; **Presidente da Ancor** Manoel Francisco Pires da Costa; **Presidente da Andima** Marcos de Aguiar Jacobsen; **Presidente da Febraban** Léo Wallace Cochrane Júnior; **Diretoria: Vice-Presidente Executivo** Cristiano Buarque Franco Netto; **Diretor-Secretário** José Augusto de Queiroz; **Conselho Fiscal: Membros Efetivos** Gabriel Jorge Ferreira; Álvaro Pereira Novais; Carlos de Souza Toledo; **Suplentes** João Magno Coutinho de Souza Dias; Manoel Carlos Dias da Costa Santos; Rogério Bonfiglioli.
1994 / 1997	**Presidente** Cristiano Buarque Franco Netto; **Vice-Presidente** Antônio Bornia; **Membros Natos: Presidente da Abecip** João Batista Gatti; **Presidente da Abel** Antônio Bornia; **Presidente da Acrefi** Alkindar de Toledo Ramos; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbid** Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado; **Presidente da Ancor** Homero Amaral Júnior; **Presidente da Andima** José Carlos de Oliveira; **Presidente da Febraban** Maurício Schulman; **Diretoria: Vice-Presidente Executivo** Gabriel Jorge Ferreira; **Diretor-Secretário** José Augusto de Queiroz; **Conselho Fiscal: Titulares** Ageo Silva; Flávio Aragão dos Santos; Paulino Botelho de Abreu Sampaio; **Suplentes** Concetto Mazzarella Henrique Freihofer Molinari; Pedro Wagner Pereira Coelho.
1997 / 2001	**Presidente** Cristiano Buarque Franco Netto; **Vice-Presidente** Antônio Bornia**.** Em 2000 o Cristiano B. F. Netto renuncia, quem assume é o vice: Antônio Bornia; **Membros Natos: Presidente da Abecip** Anésio Abdalla; **Presidente da Abel** Antônio Bornia; **Presidente da Acrefi** Henrique Pereira Gomes; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbid** Edmar Lisboa Bacha; **Presidente da Ancor** Paulino Botelho de Abreu Sampaio **Presidente da Andima** Edgar da Silva Ramos; **Presidente da Febraban** Roberto Egydio Setúbal; **Diretoria: Vice-Presidente Executivo** Gabriel Jorge Ferreira; **Diretor-Secretário** Antonio Carlos de Lauro Castrucci; **Conselho Fiscal: Titulares** Katsumi Kihara; Luiz

	Kaufman; Paulino Botelho de Abreu Sampaio; **Suplentes** José Claudio Arouca; Mauro Cesar Ferreira Araújo; Henrique Freihofer Molinari.
2001 / 2003	**Presidente** Antônio Bornia; **Vice-Presidente** Gabriel Jorge Ferreira; **Membros Natos: Presidente da Abecip** Anésio Abdalla; **Presidente da Abel** Antônio Bornia; **Presidente da Acrefi** Henrique Pereira Gomes; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbid** Edmar Lisboa Bacha; **Presidente da Ancor** Paulino Botelho de Abreu Sampaio; **Presidente da Andima** Edgar da Silva Ramos; **Presidente da Febraban** Gabriel Jorge Ferreira; **Diretoria: Vice-Presidente Executivo** Antonio Carlos de Lauro Castrucci; **Diretor Secretário** Hélio Ribeiro Duarte; **Diretor Geral** Antonio Augusto dos Reis Veloso; **Conselho Fiscal: Titulares** Gonçalo Christovam Meireles de Araújo Dias; Luiz Henrique Coelho da Rocha; Luiz Kaufman; **Suplentes** José Ataliba Ferraz Sampaio; Marcos Paulo de Almeida Salles; Rafael Euclydes Campos Cardoso.
2004 / 2006	**Presidente** Gabriel Jorge Ferreira; **Vice – Presidente** Antônio Bornia; **Conselheiros: Presidente da Abecip** Décio Tenerelio; **Presidente da Abel** Antônio Bornia; **Presidente da Acrefi** Ricardo Malcon; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbid** Alfredo Egydio Setúbal; **Presidente da Ancor** Paulino Botelho de Abreu Sampalo; **Presidente da Andima** Edgar da Silva Ramos; **Presidente da Febraban** Márcio Artur Laurelli Cypriano. **Diretoria: Vice – Presidente Executivo** Hélio Ribeiro Duarte; **Diretor Secretário** Aldous Albuquerque Galletti; **Diretor Geral** Antonio Augusto dos Reis Veloso; **Conselho Fiscal: Titulares** Alfredo Neves Penteado Moraes; Luiz Kaufman; Osvaldo Corrêa Fonseca; **Suplentes** José Ataliba Ferraz Sampaio; Odílio Figueiredo Neto; Rafael Euclydes Campos Cardoso
2007 / 2009	**Presidente** Fabio Colletti Barbosa; **Vice-Presidente** Luiz Carlos Trabuco Cappi; **Membros Natos: Presidente da Abecip** Luiz Antonio Nogueira de França; **Presidente da Abel** Osmar Roncolato Pinho; **Presidente da Acrefi** Érico Sodré Quirino Ferreira; **Presidente da Adeval** Ney Castro Alves; **Presidente da Anbima** Marcelo Fidencio Giufrida; **Presidente da Ancor** Manoel Felix Cintra Neto; **Presidente da Febraban** Fabio Colletti Barbosa; **Diretoria: Vice-Presidente Executivo** Hélio Ribeiro Duarte; **Vice-Presidente de Relações Institucionais** José Ricardo da Costa Aguiar Alves; **Diretor** Oswaldo de Assis Filho; **Conselho Fiscal: Titulares** José Ataliba Ferraz Sampaio; Carlos Tafla; Gil Aurélio Garcia; **Suplentes** Odílio Figueiredo Neto; Luiz Kaufman; Osvaldo Corrêa Fonseca.
2009 / 2011	**Presidente** Fabio Colletti Barbosa; **Vice-Presidente** Marcelo Fidêncio Giufrida; **Membros Natos: Presidente da ABBC** Renato Martins Oliva; **Presidente da ABECIP** Luiz Antonio Nogueira de França; **Presidente da ABEL** Osmar Roncolato Pinho; **Presidente da ACREFI** Érico Sodré Quirino Ferreira; **Presidente da ANBIMA** Marcelo Fidêncio Giufrida; **Presidente da ANCORD** Manoel Felix Cintra Neto; **Presidente da FEBRABAN** Murilo Portugal Filho; **Diretoria Executiva: Vice-Presidente Executivo** José Ricardo da Costa Aguiar Alves; **Diretores Executivos** Antonio Augusto de Almeida Leite (ACREFI); Filipe Ferrez Pontual Machado (ABECIP); Hélio Ribeiro Duarte (FEBRABAN); Luiz Kaufman (ANBIMA); Wilson Roberto Levorato (FEBRABAN); **Conselho Fiscal: Titulares** Allan Rivail da Silva Guimarães (ANBIMA); Carlos Tafla (ABEL); Luiz Sérgio Barbosa (FEBRABAN); **Suplentes** Carlos Eduardo Sampaio Lofrano (ABBC); José Ataliba Ferraz Sampaio (ANCORD); Luciana Junqueira de Azevedo Vieira (ABECIP).

2011 / 2014	**Presidente** Luiz Carlos Trabuco Cappi; **Vice-Presidente** Marcelo Fidêncio Giufrida; **Membros Natos: Presidente da ABBC** Manoel Felix Cintra Neto; **Presidente da ABECIP** Octavio de Lazari Junior; **Presidente da ABEL** Osmar Roncolato Pinho; **Presidente da ACREFI** Érico Sodré Quirino Ferreira; **Presidente da ANBIMA** Denise Pauli Pavarina; **Presidente da ANCORD** Joaquim da Silva Ferreira; **Presidente da FEBRABAN** Murilo Portugal Filho; **Diretoria Executiva: Vice-Presidente Executivo** José Ricardo da Costa Aguiar Alves; **Diretores Executivos:** Antonio Augusto de Almeida Leite (ACREFI); Filipe Ferrez Pontual Machado (ABECIP); Hélio Ribeiro Duarte (FEBRABAN); José Carlos Halpern Doherty (ANBIMA); Murilo Portugal Filho (FEBRABAN); **Conselho Fiscal: Titulares** Allan Rivail da Silva Guimarães (ANBIMA); Carlos Tafla (ABEL); Luiz Sérgio Barbosa (FEBRABAN); **Suplentes** Carlos Eduardo Sampaio Lofrano (ABBC); José Ataliba Ferraz Sampaio (ANCORD); Luciana Junqueira de Azevedo Vieira (ABECIP).

Elaboração própria. Fonte: http://www.cnf.org.br/administracoes-anteriores#bienio1985, acesso em 30/08/2015)

Como um pivô político e ideológico, representante de uma das frações mais importantes do ponto de vista da reprodução ampliada da acumulação capitalista, a CNF consegue articular os mais diversos setores do mercado financeiro compondo de forma singular o quadro de reconfiguração da estratégia de dominação burguesa no Brasil. De acordo com o endereço eletrônico da entidade:

> São objetivos da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF: orientar, coordenar, defender e representar os interesses das instituições financeiras a nível nacional; colaborar para o fortalecimento e desenvolvimento harmônico das instituições financeiras em todas as regiões do país; **cooperar para a evolução econômica do país, observados os princípios da livre iniciativa e da economia de mercado**; patrocinar a solidariedade entre as categorias econômicas do sistema financeiro, compondo e harmonizando seus interesses; promover, perante os diversos setores de atividade econômica do País, órgãos de comunicação, usuários dos serviços das entidades filiadas e público em geral, a divulgação das atividades do sistema financeiro nacional no contexto social e no atendimento aos interesses da coletividade (grifos nossos)[42].

A entidade nasceu no bojo de um enfrentamento às organizações de trabalhadores e outros segmentos no contexto político-econômico brasileiro, tendo em vista os desafios

[42] http://www.cnf.org.br/atuacao, acesso em 30/08/2015.

de um ano em que as demissões em massa, no setor bancário, já atingiam 10% do contingente total. Por outro lado, o membro nato da CNF e ex-vice-presidente das Associações das Instituições de Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, afirma que a entidade "não tem caráter de entidade sindical patronal", sendo assim, essas negociações continuariam sob a responsabilidade da Febraban. Segundo Roberto Bornhausen, que acumulava as presidências da CNF, Febraban e Fenaban, a nova organização tinha como objetivo a "coordenação das associações de classe representando empresas financeiras, com vistas a permitir uma ação unificada político-institucional, frente aos poderes constituídos, à mídia e outros setores, e ao público em geral, em defesa de seus legítimos interesses[43]". De acordo com o site da entidade:

> É no âmbito da CNF que os diversos agentes que compõem o Sistema Financeiro Nacional harmonizam seus interesses e definem estratégias, seja para defesa de posições consensuais, seja para promoção da contribuição coletiva para a agenda nacional. A entidade patrocina debates e participa das discussões dos temas de interesse do Brasil, mediante atuação intensa e transparente pelos canais apropriados dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil. Essa prática contribui para sedimentar, junto à opinião pública, a imagem de um setor não só moderno e eficiente, mas também responsável e consciente do seu papel no desenvolvimento econômico e social do país[44].

Apesar da entidade atuar em um campo mais delimitado, característico do mercado financeiro, a repercussão de suas diretrizes impacta de forma decisiva sobre diferentes setores da economia. A CNF estabelece como uma de suas prerrogativas "colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as atividades e categorias econômicas coordenadas"[45]. Dessa forma, a instituição acaba participando da tomada de decisões sobre diferentes temas e setores sociais, representando, assim, um intelectual coletivo de posicionamento

---

[43] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 57.
[44] http://www.cnf.org.br/nossa-historia, acesso em 30/08/2015
[45] http://www.cnf.org.br/atuacao, acesso em 30/08/2015.

estratégico nas relações entre sociedade civil e Estado. Mesmo estabelecendo seu campo de atuação de forma mais específica, seus objetivos e mecanismos de ação inserem-se no projeto de reconfiguração da organização burguesa pautada na ideologia de marcado. Na ocasião da inauguração oficial da CNF, o senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacou "a importância da CNF como mais uma corrente da livre iniciativa trabalhando junto com as demais, já estruturadas"[46].

Um exemplo da relação entre a CNF e a estrutura institucional do Estado e a sua penetração nos mais variados contextos de discussão política e ideológica é a abrangência de sua representatividade. Como entidade de representação do Setor Financeiro, a CNF participa, no âmbito de órgãos do Poder Executivo, de diversos fóruns de debate das principais questões nacionais.

A CNF conta com representantes em diversos Conselhos, Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho da estrutura organizacional do Estado. Além das discussões coordenadas pelo Governo, a Confederação também participa de debates em fóruns que reúnem setores específicos da sociedade, tais como a Ação Empresarial, a Coalizão Empresarial Brasileira, o Fundo Garantidor de Créditos, o Plano Diretor de Mercado de Capitais, entre outros[47]. O quadro a seguir apresenta a variedade de temas e debates públicos em que a entidade dispõe de espaço e representação no aparelho de Estado em 2015.

Quadro 1.2 – Representação do CNF na Estrutura Estatal

Modalidade	Representação do CNF
Participação em Conselhos	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
	Conselho das Cidades
	Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional
	Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS
	Conselho Nacional de Imigração

[46] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 57
[47] http://www.cnf.org.br/representacoes, acesso em 30/08/2015.

	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
Participação em Comissões	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
	Comissão Tripartite Paritária Nacional da Norma Regulamentadora 32
	Comissão Tripartite para Igualdade de Oportunidade de Gênero e Raça no Trabalho
	Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador
	Comissão Tripartite de Relações Internacionais
	Comissão Tripartite Paritária Permanente
	Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral
	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
	Comissão Quadripartite para Propor o Fortalecimento do Salário Mínimo
	Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho - CT-SST
	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
Participação em Grupos de Trabalho	Grupo de Trabalho Tripartite da Norma Regulamentadora 17 - Teleatendimento / Telemarketing
	Grupo de Trabalho Tripartite – Agenda Nacional do Trabalho Decente
	Grupo de Atualização das Normas Técnicas de Avaliação de Incapacidade Laborativa em Doenças Ocupacionais
	Grupo Técnico do Sistema Integrado de Relações do Trabalho
	Grupo de Trabalho sobre mecanismos definitivos de sustentação financeiros da organização sindical patronal
	Grupo Técnico Tripartite sobre o HIV / AIDS no Local de Trabalho
Representação em outras instâncias	Ação Empresarial
	Fundo Garantidor de Créditos
	Coalizão Empresarial Brasileira
	FINAME - BNDES
	FUNDACENTRO
	Conferência da Organização do Trabalho – OIT
	Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do Fundo de Garantiado Tempo de Serviço

Elaboração própria. Fonte: http://www.cnf.org.br/representacoes, acesso em 30/08/2015.

A entidade do setor financeiro atua por dentro do Estado e apresenta uma impressionante capilaridade e capacidade de penetração nos mais distintos setores da vida social, a partir de sua representação e em suas estratégias de ação. A CNF também articulou grandes esforços para assegurar que a Assembleia Nacional Constituinte tivesse no seu quadro de delegados um numero substancial de representantes dos anseios do mercado financeiro. “O publicitário Mauro Salles, um dos participantes do encontro do Guarujá, organizado pela CEDES, foi o escolhido pelo presidente da CNF, Roberto Bornhausen, para desenvolver o *lobby* do sistema financeiro, que se sentia ameaçado pela

aventada possibilidade de estatização”[48]. Já para o vice-presidência da entidade, Carlos Brandão, “a CNF só começaria o *lobby* de forma efetiva após as eleições, quando os anteprojetos de Constituição estariam alinhavados e seria possível saber o perfil ideológico dos constituintes[49]”.

1.4 – Os militares também queriam seu espaço: a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD) e contra o “avanço das ideias comunistas” no Brasil.

As forças conservadoras entre os setores militares também buscaram organizar-se diante da nova realidade democrática que se anunciava. Demonstrando os limites da “lenta e gradual” transição para a democracia no Brasil, setores mais “duros” dentre os militares e, principalmente, certos expoentes ligados à fatídica Escola Superior de Guerra (ESG), organizaram-se enquanto intelectual coletivo, buscando capturar o sentido da democracia nascente na conjuntura.

Foi nesse ambiente que em 9 janeiro de 1985, um grupo de militares do Centro de Informações do Exército (CIE) e grupos civis representantes de setores extremamente conservadores, fundaram formalmente a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD). A organização que se configura como uma forma de remanescência dos valores autoritários travestidos e ressignificados na nova plataforma de construção de um projeto de poder, como “defensora” da democracia, reivindicava também a defesa de valores cristãos, das grandes empresas e da propriedade privada. Além disso, pautavam-se na ideologia nacionalista, moralista e patriótica característica do discurso militar no Brasil.

---

[48] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 57.
[49] *Idem*, p. 58.

A organização da direita militar foi registrada em cartório compreendendo um contingente inicial de quarenta e cinco pessoas. Sua finalidade institucional foi definida no Diário Oficial do Distrito Federal, de 14 de janeiro de 1985 como sendo:

> a defesa dos postulados do verdadeiro regime democrático; a defesa dos valores morais e espirituais da nação brasileira e de seus sentimentos cristãos; a valorização do país através da promoção de seus valores, seus símbolos, suas tradições, seus ideais, seus objetivos, do espírito de civismo de seu povo, do amor à pátria e à nacionalidade; a defesa dos postulados da propriedade privada e da livre iniciativa no domínio econômico; e a defesa dos fundamentais direitos da pessoa humana, através da divulgação de estudos, pesquisas, publicações, cursos, conferências e outras atividades correlatas[50].

O movimento apresenta como princípios fundamentais, pautas de defesa da propriedade privada e da economia de mercado, ao mesmo tempo que empunha bandeiras extremamente conservadoras como a defesa de valores cristãos, de uma cultura cívica e nacionalista, com a exaltação de símbolos patrióticos, enfim, os valores tradicionalmente defendidos pelos militares ao longo dos anos da ditadura civil-militar, pós 1964.

O surgimento de uma organização da direita militar no cenário de construção dos pressupostos que iriam nortear a democracia no Brasil, sem dúvidas, provocaria reações entre os atores e grupos em disputa. Nesse sentido, foi de perplexidade a reação de grande parte dos parlamentares que tomaram conhecimento, no Congresso, da fundação da Associação Brasileira de Defesa da Democracia, formada por militares e civis ligados à ditadura civil-militar, implantada em 1964. O deputado Federal Euclides Scalco, líder do PMDB na Constituinte, com veemência expressou que “é inacreditável que aqueles que foram responsáveis pela destruição do país, pelo endividamento externo e pela crise social, se organizem agora como arautos da democracia”, disse, referindo-se aos que se reuniram no Clube da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, para “ouvir uma pregação anticomunista do professor Jorge Boaventura, do corpo permanente da Escola Superior

[50] *Idem*, p. 87.

de Guerra”[51]. Outro parlamentar que fez questão de se pronunciar a respeito do surgimento da ABDD, foi Fernando Lyra (PMDB-PE), ex-ministro da Justiça:

> A reaglutinação de forças reacionárias e fascistas se faz possível no Brasil de hoje graças à estagnação do processo de transição democrática. O presidente Sarney, o presidente Ulysses Guimarães e tantos outros líderes da política brasileira querem inventar um tipo de democracia que não tem analogia no mundo ocidental, que é a democracia sem voto[52].

Na relação de fundadores da Associação Brasileira de Defesa da Democracia, a grande maioria dos nomes é composta por militares da ativa e alguns outros membros representados por militares da reserva (nomes estes que apareceram na lista como civis em diferentes áreas de atuação, em uma tentativa de negligenciar a informação de que compunham o regime ditatorial anterior). Também faziam parte da lista, civis ligados de alguma forma à ditadura civil-militar, como por exemplo, jornalistas que apoiavam o regime e professores da Escola Superior de Guerra – ESG. Abaixo segue a relação de fundadores da ABDD.

Quadro 1.3 – Membros Fundadores da ABDD

Membro Fundador	Referências
Coronel José Leopoldino Silva	Militar da reserva em 1985, presidente da ABDD, serviu na diretoria regional da Poupex (caderneta de poupança do Exército), que funciona num anexo da Esplanada dos Ministérios.
Coronel de Cavalaria Agnaldo Del Nero	Militar da ativa em 1985, foi chefe da seção de Subversão do Centro de Informações de Exército e membro importante da 'comunidade de informações' durante o governo Figueiredo. Participou da tentativa de desestabilização da candidatura de Tancredo neves em 1984, comandou recentemente o 7º Batalhão de Carros de Combate em Pirassununga, São Paulo.
Coronel de Artilharia Audir Santos	Militar da ativa em 1985, o militar foi comandante do Destacamento de Operações de Informações (DOI) de São Paulo; Tem curso de operações na selva (antiguerrilha), de informações e de Estado-Maior (na Itália); Foi assessor do general Íris Lustosa, ex-chefe do CIE.
Coronel-veterinário Antônio Garbácio	Militar da reserva, tem curso de navegação espacial e de operacionalização de objetivos educacionais. Serviu no CIE e no gabinete do ministro-general Walter Pires.
Coronel-veterinário José	Militar da ativa em 1985, tem curso de operacionalização de objetivos educacionais, administração de estoque e inspeção de alimentos e

[51] Jornal do Brasil, 09/10/1987.
[52] Jornal do Brasil, 09/10/1987.

Carlos Bon	bromatologia.
Coronel de Infantaria Manoel Praxedes Neto	Militar da ativa em 1985, serviu em 1984 no CIE.
Coronel de Infantaria Willian da Rocha	Militar da ativa em 1985, especialista em foto-informação.
Coronel de Cavalaria Sérgio Augusto Ferreira Krau	Militar da ativa em 1985, especialista em Informações.
Coronel da Artilharia José Augusto Andrade Netto	Militar da ativa em 1985, foi chefe do Departamento de Contra-Informações e Contrapropaganda do CIE, à época do general Lustosa, um dos coordenadores da tentativa de desestabilização da candidatura de Tancredo Neves, serviu como ajunto de adido nos Estados Unidos.
Tenente-Coronel de Infantaria Aécio Augusto Moreira	Militar da ativa em 1985, especialista em informações e guerra na selva.
Tenente-Coronel-dentista Fernando Dias da Silva	Militar da ativa em 1985.
Coronel de Cavalaria Sérgio Tierno	Militar da ativa em 1985, comandou uma unidade em Mato Grosso do Sul, serviu o Estado-Maior do Exército.
Coronel da Artilharia Jolimar Fonseca	Militar da ativa em 1985.
Coronel de Infantaria Areski Pinto Abreu	Militar da reserva em 1985.
Coronel da Artilharia Arlene Cardoso Amorim	Militar da ativa em 1985, especialista em informações, com passagem pelo SNI.
Coronel de Engenharia Anníbal dos Santos Abreu Júnior	Militar da reserva em 1985, teve passagem pelo SNI.
Coronel da Artilharia Romeu Antônio Ferreira	Militar da ativa em 1985, oficial da área de comunicações.
Coronel da Cavalaria Maurizil Othon Neves Gonzaga	Militar da ativa em 1985, Comandante do Batalhão Logístico (Belog) que funciona no Setor Militar Urbano, onde fica a sede do QG do Exército, especialista em informações, operações anfíbias e manutenção de material bélico.
Tenente-Coronel de Engenharia Walter Heinrich Kõning	Militar da ativa em 1985, especialista em comunicações.
Tenente-Coronel-intendente Waldo Pereira Nunes Júnior	Militar da ativa em 1985.

Coronel da Artilharia Renato Brilhante Ustra	Militar da ativa em 1985, para-quedista, mestre de salto, serviu no CIE e comandou a Escola de Educação Física do Exército, no Rio; irmão do ex-comandante do DOI-Codi do Exército do Estado de São Paulo, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.
Coronel da Cavalaria Rosalino Hernandes Candia	Militar da ativa em 1985, instrutor de equitação, foi assessor do general Iris Lustosa, na época em que ele chefiava o CIE.
Coronel da Artilharia Haroldo Azevedo da Rosa	Militar da reserva em 1985, serviu no CIE na mesma época de Andrade Neto, Del Nero e Maciel.
Primeiro-tenente Nelson Vieira Gomes	Militar da reserva em 1985, da área de administração geral, serviu o CIE como gráfico, sendo um dos que imprimia material de contra-propaganda.
Major de Infantaria Luiz Gonzaga Sivieiro	Militar da ativa em 1985, para-quedista e instrutor de educação física.
Capitão-de-fragata César Soares de Souza	Militar da reserva em 1985, serviu no Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e no SNI, como chefe de operações da Agência Central, no tempo do general Newton Cruz.
Major-intendente José Arnaldo Fazza	Militar da ativa em 1985.
Aécio Diniz Almeida	Civil, jornalista, diretor do *Jornal de Alagoas* (décimo-quarto fundador da entidade).
Lenildo Tabosa Pessoa	Civil, jornalista do *O Estado de São Paulo*
Fernando Luiz da Câmara Cascudo	Civil, jornalista, ex-chefe da TV Manchete de Recife, depois transferido para o Rio de Janeiro.
José Oswaldo de Meira Pena	Civil, ex-embaixador, professor da Universidade de Brasília.
Mário Pessoa	Civil, jurista, catedrático da Universidade Federal de Pernambuco, ex-membro permanente da Escola Superior de Guerra na divisão de assuntos políticos, depois tornou-se conselheiro jurídico da entidade.
Jorge Boaventura	Civil, professor da Escola Superior de Guerra e ideólogo da ABDD.

Elaboração própria. Fonte: DREIFUSS, 1989, p. 87-90.

Entre os membros da ABDD estão militares da linha dura do exército, atuantes diretos do regime ditatorial de 1964. Dois deles, os coronéis Agnaldo Del Nero Augusto e Audir Santos Maciel, em 1987 eram candidatos ao generalato. O coronel Maciel "tornou-se nacionalmente conhecido quando, nos anos 70, chefiou o DOI-Codi do II Exército, em São Paulo. Na sua gestão morreu no DOI o jornalista Vladimir Herzog"[53]. A ABDD declarava possuir cerca de 5 mil sócios e iniciou sua atuação político-ideológica

[53] Veja, 21/10/1987.

como “polo aglutinador do *'bunker*' militar e de seu colchão de apoio civil. Era também um órgão de difusão e disseminação de ideias, articulando nas sombras do sistema militar e pretendendo ainda servir de 'espoleta' entre o 'público interno'”[54].

Entre as ações de difusão ideológica desenvolvidas pela ABDD, constam a publicação da revista *Pontos de Vista*, cujo responsável pela produção dos textos da ABDD era o ex-embaixador José Oswaldo de Meira Pena. Outro material propagandístico de afirmação da direita militar, foi o jornal mensal *“Letras em Marcha”*, que funcionava desde 1971. O jornal era mantido por recursos obtidos através de seus assinantes “beneméritos”, colaboradores civis e militares além de contar com uma pequena lista de anunciantes, entre eles “a Construtora ERG, da Bahia; a Associação Brasileira de Exportadores de Cacau – Abec; a Sedil Segurança Ltda; a Loja Super Sport, da zona franca de Manaus; e a Corrfa Previdência Privada[55].

A ABDD realizou reuniões públicas e alguns dos seus aliados, como o ex-ministro Armando Falcão, defenderam que a Nova República passava por um intenso processo de infiltração de ideias comunistas e por este motivo seria necessária uma intervenção castrense[56]. Em dezembro de 1987, membros da Associação Brasileira de Defesa da Democracia organizaram a chamada União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD). A nova organização manteve a retórica anticomunista, já apresentada pela ABDD, e apontaram como indícios da ascensão do comunismo no Brasil os postulados: a concessão de direito a voto para jovens maiores de 16 anos, a legalização dos partidos de orientação socialista e comunista, as propostas de implantação de um sistema parlamentarista no Brasil, a redução ou supressão da participação castrense na segurança interna, a ampliação

---

[54] DREIFUSS, op cit, 1989, p. 90.
[55] *Idem*, p. 91-92.
[56] MONTEIRO, Thiago Francisco. *As propostas de defesa da democracia apresentadas pelas facções castrenses do Exército brasileiro entre a Transição Política e a Nova República (1974-89).* Aedos no 13 vol. 5 - Ago/Dez 2013, p. 95.

da anistia aos militares punidos pelo golpe de 1964, a retirada da referencia a Deus na Constituinte[57].

A organização de um intelectual coletivo da direita militar através da criação da ABDD, demonstra que esses setores conservadores buscavam defender e difundir o seu próprio modelo de democracia, garantindo a manutenção de estruturas políticas e sociais características do regime ditatorial que se encerrava. Se o momento era de construção de um novo projeto político para a Nova República, os militares e seus apoiadores não queriam ficar de fora dessa reconfiguração, no sentido de garantir seus interesses conservadores, a defesa incondicional da propriedade privada e da iniciativa privada, e o controle dos movimentos sociais contestatórios, bem como, o "avanço das ideias comunistas" no Brasil.

1.5 – A violência como *modus operandi*: a criação da União Democrática Ruralista (UDR), o aparelho de ação política dos grandes latifundiários no Brasil.

O debate em torno da Assembleia Nacional Constituinte representava, a esta altura, uma possível ameaça aos interesses dos latifundiários e empresários pecuaristas, na medida em que, propostas ligadas à reforma agrária e mesmo às relações do trabalho no campo, afetariam diretamente seus interesses e no quadro de acumulação, deste setor marcado, historicamente no Brasil, pela concentração fundiária, pelo conservadorismo político e pela violência.

Para além das entidades tradicionais, sindicatos rurais patronais, associações de proprietários rurais, marcadamente cartoriais e pouco efetivos na conjuntura política dos

[57] *Idem*; DREIFUSS, op cit, 1989; Veja 13/04/1988, p. 11.

anos de 1980, representantes de determinados extratos do empresariado rural buscavam uma organização que pudesse atuar político e ideologicamente no sentido de alinhar suas estratégias de poder, controle da terra, e o direito de propriedade dentro do jogo democrático. Essa verdadeira organização do patronato rural, por conseguinte, visava articular ou unificar os grupos ruralistas, ou seja, organizar uma "união ruralista" que conseguisse mobilizar o meio agrário e foi nessa perspectiva de organização que nasceu, em maio 1985, a União Democrática Ruralista (UDR). Uma organização que congregou os setores mais conservadores e arcaicos do meio agrário, inclusive em oposição aos setores mais dinâmicos do agronegócio e os grupos ligados à Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Como afirma Dreifuss,

> Retrógrada em seus objetivos e até violenta em seus métodos, a União Democrática Ruralista nasceu (…) para lutar com todas as armas, da intimidação ao poder econômico, não só contra as mudanças políticas e burocráticas em favor da reforma agrária – que as lideranças ruralistas consideravam "demagógica de papel" - mas também para exigir, o que seria, "a verdadeira política agrícola"[58].

Três aspectos foram decisivos para a consolidação da organização política e ideológica criada pelos grandes proprietários brasileiros: primeiramente, a concentração de áreas do território nacional nas mãos de grandes grupos empresariais do ramo de mineração; em segundo, o quadro de lutas pela reforma agrária que vinha mobilizando os movimentos sociais e exercendo forte pressão nos debates da Constituinte; e em terceiro a grande desunião dos representantes dos grandes latifundiários na formação de uma Frente Parlamentar Agrícola e mesmo diante da frustrada tentativa de confisco de bois gordos no pasto, durante o Plano Cruzado[59].

Foi definido como primeiro presidente da entidade, o médico e grande proprietário

---

[58] DREIFUSS, op cit, 1989, p. 69.
[59] *Idem*, p. 70.

rural, advindo de uma família tradicional na política regional de Goiás, Ronaldo Caiado, e como vice-presidente, o grande pecuarista Roosevelt Roque dos Santos. O primeiro dirigente da entidade teve papel fundamental na sua estruturação a partir da mobilização dos grandes proprietários. Dessa forma, Ronaldo Caiado, Altair Veloso e Salvador Sidney Farina percorreram o estado de Goiás, "passando por 50 cidades somente o ano de 1985, para estabelecer as bases do que seria a estrutura de empresários rurais mais organizada da História do país"[60].

Diante da "tímida" proposta do governo Sarney para a reforma agrária em 1985 - como afirma Dreifuss, uma quase reedição do projeto ipesiano do Estatuto da Terra, parcialmente encampado pelo governo Castelo Branco -, o presidente da entidade afirmou que "mesmo com as mudanças feitas no plano original, esta reforma é uma ameaça"[61]. Ronaldo Caiado, no seu discurso de posse, também já demonstrava a tensão existente entre os grandes concentradores de terras e os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, na conjuntura de redemocratização. Nas palavras de Caiado,

> Ou criamos instituições democráticas que, na medida do possível, façam com que a sociedade caminhe por si própria, fundada em princípios de eficiência, credibilidade e competência, ou assistiremos à esquerda radical, travestida de democrática, usar temas como reforma agrária, para fomentar o desentendimento entre as classes do produtor e do trabalhador rural e, ao mesmo tempo, desestabilizar o regime e comprometer o Plano Cruzado. (…) Os fazendeiros não admitem é que a fatura dos erros acumulados todos esses anos, somados com os vícios de tecnocratas de gabinete, tenha de ser resgatada de uma só vez e precisamente pela classe produtora rural, exatamente a que mais produz e que politicamente tem menor e mais dispersa representação[62].

Além de recursos provenientes de doações dos próprios membros associados, a União Democrática Ruralista, para financiar suas estratégias de ação, lançou mão de diferentes recursos, como por exemplo, grandes leilões de gado no interior do estado de

---

[60] DREIFUSS, op cit, 1989, p. 69.
[61] Veja, 16/10/1985.
[62] DREIFUSS, op cit, 1989, p. 71.

São Paulo e em Goiás. Em 1985, a entidade realizou em Goiânia um evento chamado de "Leilão dos Mil Bois" com a finalidade de levantar fundos para investir pesado na defesa de seus interesses, principalmente, nas campanhas eleitorais. Em dezembro do mesmo ano, a UDR organizou outro grande leilão, desta vez, com três mil animais, no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Presidente Prudente. De acordo com a revista Veja de 27 de novembro de 1985, "com o dinheiro, os integrantes da UDR pretendem difundir suas teses contrárias à reforma agrária e ajudar a eleger representantes dos fazendeiros à Constituinte[63]. Entre os dirigentes da União Democrática Ruralista, até 1988 estão, os seguintes representantes dos grandes empresários rurais:

Quadro 1.4 – Dirigentes da UDR (até 1988)

Dirigentes	Referências
Ronaldo Caiado	Presidente Nacional da UDR, médico e fazendeiro.
Roosevelt Roque dos Santos	Vice-presidente Nacional da UDR, dirigente regional de São Paulo, grande pecuarista com fazendas em Presidente Venceslau (SP), Anaurilândia (MS) e de São Paulo e Bela Vista (MS), com mais de 4 mil cabeças de gado.
Ana Maria Ferreira Leite Pinto	Presidente regional da UDR de Guaratinguetá em São Paulo, substituiu Roosevelt na presidência da UDR de São Paulo quando o mesmo assumiu a presidência nacional da entidade.
Feancisco Amêndola	Dirigente da UDR em São Paulo, presidente do Sindicato Rural do Vale do Rio Grande, fazendeiro.
José de Melo Dias	Diretor de assuntos Fundiários da UDR de São Paulo, fazendeiro.
René Abijaoudi	Dirigente da UDR no Estado do Rio de Janeiro, presidente da Associação de Médias e Pequenas Empresas (Ampeme), fazendeiro.
Carlos Eduardo de Salvo Souza	Dirigente da regional metropolitana da UDR no Rio de Janeiro, empresário e fazendeiro.
Alfredo Lunardelli	Membro da diretoria da regional metropolitana da UDR no Rio de Janeiro, agropecuarista.
Samir Jubran	Membro da diretoria da regional metropolitana da UDR no Rio de Janeiro, pecuarista e investidor na Bolsa de Mercadorias de São Paulo.
José Resende de Andrade	Presidente da UDR em Belo Horizonte, delegado especial de polícia aposentado, secretário de Segurança Pública no governo Hélio Garcia, secretário-adjunto no governo Tancredo Neves.
	Tesoureiro da UDR de Minas Gerais, foi presidente da Associação

[63] Veja, 27/11/1985.

Jairo Andrade	Rural do Sudoeste de Minas Gerais, organizador de marchas "com Deus, a família, pela liberdade", ativo nas lutas contra a ação das ligas de trabalhadores rurais.
Udelson Franco	Presidente da seção da UDR de Minas Gerais, fazendeiro.
Geraldo Figueiredo Martins	Dirigente da UDR em Belo Horizonte, do grupo dos chamados "médicos ruralistas", médico cardiologista, proprietário de três fazendas, criador de bovinos.
José Maurício de Campos	Dirigente da UDR em Belo Horizonte, diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Estado de Minas Gerais, pecuarista proprietário de fazendas no Oeste, Norte de Minas e Triângulo Mineiro.
Gilberto Scopel de Moraes	Presidente da UDR do Rio Grande do Sul, fazendeiro, médico lecionou nas Universidades Federal do Rio Grande do Sul, de Passo Fundo e na PUC de Porto Alegre.
Rubens de Jorge Melo	Presidente da UDR do Maranhão, fazendeiro.
Luiz Rocha	Membro da UDR do Maranhão, ex-governador do estado, fazendeiro na região do Vale do Mearim.
Salvador Farina	Vice-presidente e diretor administrativo da UDR em Goiás, fazendeiro.

Elaboração própria. Fonte: DREIFUSS, 1989, p. 74-75; Jornal do Brasil, 17/05/1988.

Mesmo representando diretamente os interesses de determinada fração entre grandes proprietários de terras e pecuaristas, a União Democrática Ruralista buscou ampliar suas bases de representação e consenso, garimpando outros estratos do campo, como os médios e pequenos proprietários. A entidade precisava de mais legitimidade no quadro de lutas de classes, principalmente, contra as propostas de reforma agrária e buscou aumentar sua capacidade de mobilização incluindo proprietários de terras de menor expressão. Em suas gravações das conferências públicas da UDR, entregues ao Serviço Nacional de Informações, no ano de 1986, de acordo com a revista Veja: "a última série de fitas mostra que a UDR esta arregimentando também os médios e pequenos agricultores para lutar contra a reforma agrária"[64].

Enquanto intelectual coletivo a UDR buscou construir o consenso entre as diferentes frações existentes no universo de proprietários rurais, mesmo que seus

[64] Veja, 02/06/1986.

interesses divirjam em diversos aspectos. A suposta “ameaça” cada vez mais próxima de uma reforma agrária, serviu como mecanismo de mobilização destes distintos estratos, como uma “causa maior” para uni-los diante dos interesses essenciais da manutenção da propriedade privada. Da mesma forma, a UDR buscou associar-se às entidades de representação empresarial urbanas, para a ampliação de sua plataforma política, como foi o caso da sua relação com o Movimento Democrático Urbano – MDU, que será abordado mais a frente.

Como uma contra-ofensiva sobre os movimentos sociais, trabalhadores rurais sem terra e setores progressistas da igreja católica – com uma atuação que nessa altura já incomodava os grandes latifundiários e representantes da UDR, principalmente nas regiões norte e nordeste do país –, a União Democrática Ruralista enviou um de seus dirigentes e fazendeiro do interior de São Paulo para uma missão em Recife, que seria comprar um horário na grade de uma emissora de TV do Nordeste. O projeto foi o de organizar um programa de televisão semanal, com transmissão todos os domingos, às 7 horas da manhã, seguindo a mesma linha do programa *Globo Rural*. O programa seria na TV Jornal do Comércio, que recebia a programação da Rede Bandeirantes de Televisão[65]. O objetivo, todavia, seria o de recrutar associados para a entidade entre os fazendeiros nordestinos, assim como ampliar a difusão de seus valores e de sua defesa incondicional, inalienável e abstrata do direito à propriedade privada. Além disso, o projeto ajudaria na “orientação” dos produtores rurais na sua escolha dos “homens certos” para a composição da Constituinte.

Como parte de sua estratégia de ampliação de quadros e produção de consenso, a UDR – ainda em seu confronto com os movimentos sociais e os setores progressistas da

[65] Veja, 30/07/1986.

igreja católica, principalmente os grupos ligados à Teologia da Libertação –, buscou atuar no interior de instituições religiosas ensino. De acordo com a revista Veja de outubro de 1986, foi fundada em Belém do Pará, a facção jovem da União Democrática Ruralista, integrada por filhos de membros associados da entidade na região, onde o campo de atuação estaria demarcado: “os colégios religiosos onde os professores de religião adeptos da Teologia da Libertação pregam a reforma agrária e o fim da propriedade privada. A juventude ruralista, um contingente de cinquenta rapazes, promete deter o avanço nas salas de aula das ideias progressistas da igreja”[66].

Um grande trunfo no início do trabalho político e ideológico da UDR, como apresentado por Dreifuss, teria sido sua forma de organização que “'em momento algum' foram realizadas reuniões nas capitais ou em grandes salões. Ao contrário: seus dirigentes foram 'ao campo mesmo', não fazendo 'entidades de cúpula' e 'trabalhando as bases'”[67]. Tão importante quanto esse trabalho com as bases, seria que, “ao contrário do tradicional estilo político dos coronéis, a nova postura desses proprietários rurais não inclui o método convencional do clientelismo pessoal, procurando estabelecer diretrizes de ação a curto, médio e longo prazos”[68].

A UDR, da mesma forma que algumas das principais organizações do empresariado, entendia o quadro conjuntural como estratégico para seus interesses de classe e buscava compor o quadro de delegados da Assembleia Nacional Constituinte com o maior número possível de representantes diretos ou de membros que pudessem apoiar seus interesses ligados à defesa da propriedade e a economia de mercado que, por sua vez, implicavam em uma verdadeira reconfiguração do papel do Estado. O vice-presidente nacional e presidente da UDR de São Paulo Roosevelt dos Santos estimava em

---

[66] Veja 15/10/1986.
[67] DREIFUSS, op cit, 1989, p. 73.
[68] *Idem*, p. 73.

julho de 1986, que a entidade conseguiria eleger de 3 a 4% do quadro de delegados da Constituinte e se somados aos candidatos apoiados por outros setores que comungam dos seus interesses como os banqueiros, os empresários industriais e o setor comercial, esse número poderia chegar a 70%[69]. Não satisfeitos com a postura de boa parte dos representantes dos grandes latifundiários no campo político, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado conclama seus pares à atuarem de forma mais incisiva em 1987: "temos de sair de cima do muro e mostrar a nossa força. Democracia não se faz com a paz dos cemitérios"[70].

Assim como a União Brasileira de Empresários (UB), a UDR também atacou de forma veemente o trecho da proposta da Constituição referente aos direitos sociais. De acordo Roosevelt dos Santos, "imagina você, (…) se um trabalhador rural resolve cobrar, depois de 29 anos de serviço, os direitos que ele acredita possuir desde o primeiro dia no emprego. O produtor rural vai ser obrigado até a vender sua terra para pagá-lo". E assim define enfaticamente, "temos que tentar, através de emendas supressivas, preservar os interesses dos produtores e dos próprios trabalhadores rurais"[71]. Dessa forma, Rossevelt ao defender os interesses dos grandes proprietários, propõe o discurso de que seria uma forma de preservar os interesses dos próprios trabalhadores rurais.

Já em 1989, a grande questão colocada em debate no interior da União Democrática Ruralista, foi a postura da entidade diante da eleição presidencial. A UDR que sempre investiu e primou por uma união de seus filiados para ampliar sua representatividade no campo político, acabou dividida no ano da primeira eleição direta à presidência da república, após a redemocratização. Segundo a revista veja de fevereiro de 1989, a entidade teria rachado a partir de duas correntes divergentes em relação à

---

[69] *Idem*, p. 82.
[70] Veja, 08/02/1987.
[71] Jornal do Brasil, 15/07/1988.

fundação de um partido político pela UDR e o consequente lançamento de uma candidatura para a disputa eleitoral ao cargo maior do executivo brasileiro. Haveria então uma ala por eles definida como "progressista", liderada pelo próprio presidente da entidade, Ronaldo Caiado, que defendia a proposta de candidatura, e uma ala "conservadora" que tem suas raízes na Sociedade Rural Brasileira e na Confederação Nacional da Agricultura, que não concordavam com a proposta de um candidato próprio[72]. Ronaldo Caiado saiu como candidato a presidente da república pelo Partido Social Democrático – PSD na coligação com o Partido Democrático Nacional – PDN.

Enquanto intelectual coletivo, a União Democrática Ruralista compõe o quadro de reconfiguração da estratégia das classes dominantes no Brasil, no sentido de readequar-se às novas condições de acesso à sociedade política e, por sua vez, à estrutura institucional do Estado, na conjuntura de redemocratização. Apesar de não representar todo o conjunto das forças do setor agrário brasileiro, a entidade atuou como um agente político e ideológico conservador das velhas estruturas de concentração fundiária do país, buscando apresentar-se como uma "nova" instituição de representação dos interesses dos produtores rurais. Aliando uma atuação marcadamente violenta e retrógrada às novas formas de financiamento de candidaturas e *lobby* político, a entidade marca o processo histórico de redemocratização como uma das mais temidas, perigosas e influentes organizações conservadoras entre as classes dominantes. Por conseguinte, para muito além da produção do consenso, como apresentado no livro de Alceu Castilho, *"O Partido da Terra"*, a UDR lançou mão de estratégias truculentas, sendo acusada de organizar milícias com a compra de armas pelos proprietários de terra para evitar ocupações de sem-terra na década de 1980[73].

---

[72] Veja, 30/12/1987.
[73] CASTILHO, Alceu Luís. *O partido da terra*: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

Nos anos de 1990, a unidade de Presidente Prudente, uma das mais estratégicas da organização ficou praticamente desativada, de 1994 até o final de 1996. Atualmente (2015), a União Democrática Ruralista continua em atividade, tendo como seu presidente nacional o agropecuarista de Presidente Prudente-SP, Luiz Antonio Nabhan Garcia, filiado ao Partido Trabalhista do Brasil (PTB). Nabhan Garcia também coordena o movimento chamado Frente Nacional do Brasil e em março 2015 articulou em parceria com o movimento "Vem pra Rua"[74] a mobilização de setores mais conservadores da sociedade brasileira para a organização de protestos pró-impeachment, sob uma plataforma "contra a corrupção"[75].

O movimento, autodefinido como "apartidário" e "apolítico", nasceu em novembro de 2014 em Araçatuba (SP) e segundo Luiz Antonio Garcia, já percorreu diversas cidades como Presidente Prudente (SP), Londrina (PR) e São Gabriel (RS). "No 3º encontro o movimento colocou mais de 800 pessoas no tattersal do Parque de Exposições Assis Brasil, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul". Ainda segundo o presidente da UDR e coordenador do movimento: "Reunimos médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, líderes religiosos, comerciantes, industriais, produtores rurais, enfim, pessoas que não aprovam a forma como o Brasil está sendo governado"[76].

Por conseguinte, a atuação da UDR no campo político é considerável, tendo em vista, inclusive, seu papel na mobilização das campanhas eleitorais de seu principal dirigente e fundador, o senador do DEM, Ronaldo Caiado, que com o apoio da

---

[74] O Vem pra Rua é um movimento político em atividade desde 2014, que integra os grupos de mobilização pró-impeachment como o Movimento Brasil Livre, o Revoltados Online e também por facções pró-golpe militar, como o SOS Forças Armadas. A convocação das suas manifestações, entretanto, se dá de forma difusa, em especial pelas redes sociais. http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-enfrenta-novos-protestos-neste-domingo-12-4756.html. Acesso em 26/12/2015.

[75] http://www.progresso.com.br/dia-a-dia/presidente-da-udr-convoca-sociedade-para-megaprotesto. Acesso em 26/12/2015.

[76] http://www.progresso.com.br/dia-a-dia/presidente-da-udr-convoca-sociedade-para-megaprotesto. Acesso em 26/12/2015.

organização, transita no poder desde os anos 80, até a atualidade (2015).

1.6 – A organização de uma *"Frente de Operações"* do empresariado na constituinte: a União Brasileira de Empresários (UB).

A burguesia brasileira já apresentava, desde a primeira metade da década de 1980, seu interesse estratégico no embate que estava se estruturando em torno da Assembleia Nacional Constituinte. Diferentes organizações representantes das classes dominantes começam a povoar o cenário político do país e a compor um quadro mais coerente de estratégias e pressupostos ideológicos, na maioria dos casos, influenciados pelo movimento neoliberal. Entretanto, essa atuação, até 1985, ainda era considerada insuficiente por diversos setores do empresariado, receosos com os rumos que o Estado brasileiro poderia tomar após a Constituinte.

A necessidade de ampliar as bases de consenso entre os empresários, assim como de operacionalizar os interesses das distintas frações do capital – atuando, por um lado, no sentido de unificar ou incorporar diferentes demandas e coordenar as ações dispersas, e de outro, trabalhando no sentido de romper com a passividade e/ou omissão de boa parte do empresariado (desacostumado com a necessidade desse tipo de ação, após anos de relação direta com o Estado ditatorial) – levou a um prenúncio de uma organização política mais coerente aos interesses supracitados. Buscava-se uma organização e convergência para além do tradicional *looby* econômico. Segundo Dreifuss,

> Dirigentes de federações e confederações empresariais – entre elas a Confederação Nacional da Agricultura, a Febraban, a Confederação Nacional da Indústria, a Federação das Indústrias do Espírito Santo e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – reuniram-se em Contagem (próximo a Belo Horizonte) e cumpriram, segundo Luíz Eulálio Bueno Vidigal, então presidente da Fiesp, uma programação

> esboçada há mais de um ano. Nesta reunião discutiram não só questões específicas das relações governo-empresários, mas uma estratégia para evitar a eleição de grande número de constituintes comprometidos com projetos que Albano Franco, presidente da CNI – entidade que congrega 22 federações de indústrias dos estados -, chamava de "lesivos à iniciativa privada"[77].

No encontro foi discutido a possibilidade de criação de uma "Central Única dos Empresários". Diante de uma série de divergências em relação a criação da suposta entidade, Luíz Vidigal defendia que a entidade deveria "reunir empresários de todas as áreas, em defesa dos interesses da iniciativa privada na Constituinte, e não as empresas e empresários". Afirma ainda que os "empresários têm um compromisso com a iniciativa privada" e que a linha de ação deveria visar o convencimento dos futuros representantes sobre a importância deste compromisso. Como afirma Dreifuss, "o empresariado começava a dar sinais de cansaço com o comportamento 'contemplativo' de suas associações"[78]. A ideia era manter sua presença no interior da estrutura estatal e na relação com a sociedade política.

Foi no bojo das negociações para a organização de uma *frente de operações* que articulasse os interesses do empresariado e estabelecesse diretrizes de ação, que motivou a fundação da União Brasileira de Empresários (em alguns momentos representada pela sigla UB e em outros UBE). O jornal Gazeta Mercantil de 11 de maio de 1986, publicou a matéria "Empresários unem-se para a Constituinte". A reportagem afirma que a entidade seria uma "espécie de central única das classes produtoras" e que "na prática, esse órgão funcionará com seis presidentes e um conselho diretor, constituído por representantes estaduais[79].

Como afirma Dreifuss, a criação da entidade foi "deslanchada na Confederação

---

[77] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 60-61.
[78] *Idem*, p. 61.
[79] Gazeta Mercantil, 11/05/1986.

Nacional das Indústrias em Brasília, em março de 1986, e endossada pelos presidentes de várias confederações nacionais de empresários" como a Confederação Nacional das Indústrias, dirigida por Albano Franco; a Confederação Nacional da Agricultura, por Flávio da Costa Brito; a Confederação Nacional do Comércio, por Antônio de Oliveira Santos; a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, por Roberto Konder Bornhausen; a Confederação Nacional dos Transportes Rodoviários e Carga, por Hermínio Mendes Cavaleiro; e Confederação Brasileira das Associações Comerciais, dirigida por Amaury Temporal[80]. A entrada da Confederação Nacional da Agricultura no conjunto da articulação empresarial reafirma e atualiza o tradicional "pacto social" dominante entre a aristocracia rural e a burguesia urbana – que marca a vida política no Brasil desde os primórdios da República.

No sentido do alinhamento entre aparelhos privados de hegemonia – como vem sendo mostrado ao longo deste capítulo, com a articulação de diferentes organizações empresariais, seja do ponto de vista das relações institucionais, seja na formação dos seus quadros constituídos de uma grande quantidade de membros em comum – a UB integra em seu conselho o secretário-executivo da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais, Renato Ticoulat Filho.

A organização que se tornou uma das siglas mais poderosas do país, contava com um arsenal de cerca de 100 associados-contribuintes e passou a ser dirigida por um Conselho Consultivo de 78 membros, uma secretaria geral ocupada por Sylvio Pizza Pedroza e uma coordenação geral assumida por Albano Franco (Presidente da CNI), que depois foi substituído por Antônio de Oliveira Santos (Presidente da Confederação Nacional do Comércio que orientava 648 sindicatos patronais, envolvendo cerca de 14

[80] DREIFUSS, *op cit*, p. 62.

milhões de comerciários de todo país). Para se ter uma dimensão da capacidade de alcance e capilaridade que a UB atinge, segundo Dreifuss, a organização fala em nome das "seis grandes confederações e de mais de 100 associações empresariais, representando um universo de 4 milhões de empresas de todos os tipos e tamanhos, onde seus 40 milhões de empregados produzem a maior parte do PIB nacional", nos anos de 1980[81].

De acordo com Albano Franco e Antônio Oliveira Santos "não será otimismo nem exagero afirmar que a UB unificará o pensamento, a linguagem e a ação do empresariado nacional"[82]. A criação da entidade se insere no quadro de embates pela definição de diretrizes e estratégias de ação a partir da Constituinte, tendo como pressuposto a defesa da iniciativa privada. Nas palavras de Albano Franco, "a perspectiva de uma Constituinte nos leva, naturalmente à organização para melhor defesa da iniciativa privada", e Oliveira Santos da CNC complementa: "estamos nos preparando para essa temporada política"[83].

É importante ressaltar que toda essa articulação não nos permite deduzir que não houvesse setores empresarias divergentes ao projeto político defendido, difundido e financiado pela UB. Novas lideranças no meio empresarial, como o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo e fundador do Movimento Democrático Urbano (MDU), Eduardo Rocha Azevedo, e o dirigente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, divergiam e travavam significativos embates com os dirigentes da UB, denotando as cisões interburguesas nos projetos de poder. Ao tratar das federações de empresas e da UB, Azevedo dispara que, "são lideranças arcaicas, que precisam ir embora e abrir espaço para gente nova"[84].

Por conseguinte, diante de tal otimismo e do referido processo de preparação

---

[81] DREIFUSS, *op cit*, p. 62-63.
[82] Gazeta Mercantil, 11/05/1986.
[83] *Idem*.
[84] O Estado de São Paulo, 09/12/1987.

política, o empresariado apostava alto nas campanhas eleitorais. O objetivo nesse momento era tanto o de garantir um número expressivo de representantes combativos que defendessem seus interesses na futura Constituinte, como também investir em campanhas de candidatos, aos governos estaduais, com posicionamentos mais afinados com as suas pretensões de reordenamento da estrutura econômica e política do Estado brasileiro. A UB chegou a projetar e apoiar até alguns de seus próprios representantes, destacando-se "Antônio Ermínio de Morais, que disputaria o governo de São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro, tendo Fernando Vergueiro, secretário-geral do PFL, diretor da SRB e da CEDES, como companheiro de chapa – indicado por Afif Domingos, para ocupar uma das legendas ao senado"[85].

A atuação da União Brasileira de Empresários, entretanto, não se restringe às questões pragmáticas de composição de quadros para a ANC, mas, todavia, organiza-se a partir de prerrogativas mais amplas do ponto de vista da economia de mercado, do papel do Estado e sua relação com os setores da burguesia. De acordo com a matéria publicada pela Folha de São Paulo em 17 de abril de 1987, "o texto da UB dá um dos primeiros passos para a análise de propostas reais à nova Constituinte". Dessa forma, propõe "limites a atuação estatal, defendendo as leis de mercado (…) a necessidade de restringir a participação governamental no setor produtivo da economia; de José Serra a Delfim Netto, a privatização vem conseguindo o mais amplo apoio". No documento da UB aparece a seguinte definição: "A economia se organizará segundo as leis de mercado, cabendo preferencialmente às empresas privadas, com o estímulo, o apoio e a fiscalização do Estado[86].

No que concerne às relações do trabalho, a entidade empresarial, já em 1987

[85] DREIFUSS, op cit, 1989, p. 64.
[86] Folha de São Paulo, 17/04/1987.

demonstra grande preocupação com as possibilidades de avanços nas relações trabalhistas – tendo em vista as próprias pressões dos movimentos de trabalhadores, no âmbito das lutas de classes – e parte em contra-ofensiva sobre as possíveis conquistas da classe. De acordo com a matéria do Jornal Brasiliense:

> Os dirigentes da União Brasileira de Empresários, Antônio Oliveira Santos e Albano Franco, manifestaram ontem ao presidente José Sarney, num documento, suas preocupações com a possibilidade de que a Assembleia Nacional Constituinte venha a aprovar para o trabalhador a "estabilidade no emprego" e a redução do tempo de trabalho semanal. Disseram eles ao presidente que "infelizmente, alguns pontos incorporados, precipitadamente, no primeiro esboço de trabalho da Assembleia Constituinte se afastam, perigosamente dos princípios da livre iniciativa e da liberdade de atuação de seus agentes", e adverte: "a nação acompanha a perspectiva de ruptura nas relações dos fatores de produção – do trabalho e do capital"[87].

Os dirigentes da organização empresarial ainda afirmam que, em relação à proposta de redução da carga horária semanal, "o Brasil não atingiu o estágio de País rico, que possa se dar ao luxo de conceder, hoje, benefícios que outros países vieram a desfrutar ao cabo de longo processo de desenvolvimento". E exclamam que "a estabilidade no emprego pode inviabilizar o progresso tecnológico e inibir o trabalhador em uma empresa, inibindo-o de mudar de emprego e de buscar no mercado melhores oportunidades e melhor salário"[88]. Outra área de atrito que a UB buscou eliminar, no ano seguinte é o que Oliveira Santos identifica como "transformação do direito de greve, que é líquido e certo, em poder", que seria a deflagração de greves por setores independentes dos sindicatos e em setores essenciais[89].

A direção da entidade empresarial, por conseguinte, tenta pressionar, como tradicionalmente o faz, o posto máximo do poder executivo. O objetivo mostra-se ser o de precaver-se de possíveis derrotas nas relações do trabalho, no âmbito legislativo.

---

[87] Jornal Brasiliense, 28/07/1987.
[88] *Idem.*
[89] Folha de São Paulo, 17/05/1988.

Derrota esta, potencialmente perigosa para a extração de mais-valor e na consequente acumulação de capital. O discurso dos empresários parte do pressuposto de uma "defesa" dos interesses dos próprios trabalhadores que, adquirindo a estabilidade no emprego, acabariam se acomodando, perdendo, assim, o estímulo e as melhores oportunidades que o mercado poderia lhes oferecer. Dessa forma, como afirma René Dreifuss, "o empresariado, por seu caráter de classe, isto é, por sua autoconsciência coletiva, pelo discernimento claro dos seus interesses de conjunto não negociáveis (…)" apresenta uma "predisposição para a ação de Estado, organizada de forma regular, com abrangência e escopo nacional, dando assim uma forma geral a seus interesses particulares, isto é, apresentados como sendo de interesse do país como um todo"[90].

Foi imbuída desse tipo de discurso que os dirigentes da União Brasileira de Empresários organizaram um documento, no ano de 1988, para tentar reverter algumas prerrogativas discutidas e aprovadas em primeira instância na Constituinte que versam, mais uma vez, sobre as relações do trabalho.

> A limitação da cobrança de juros em 12% ao ano, o turno de seis horas, a imprescritibilidade das ações trabalhistas, o direito de greve irrestrito e a licença paternidade de oito dias são os principais pontos aprovados em primeiro turno pelo Congresso constituinte que a União Brasileira de Empresários (UB) deseja mudar quando forem votados em segundo turno. Essa decisão foi tomada ontem durante a reunião da diretoria da entidade na Confederação Nacional do Comércio (CNC) em Brasília[91].

Por outro lado, a entidade, representada por um de seus dirigentes, Antônio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), na mesma reunião de diretoria, elogiou como "ponto favorável", aprovado na Constituinte e que "agradou a UB", teria sido a defesa do direito de propriedade, "caracterizado na votação da reforma agrária". Nas palavras de Oliveira Santos, "no momento em que se garante a

---

[90] DREIFUSS, op cit, 1989, p. 26.
[91] Folha de São Paulo, 17/05/1988.

propriedade privada produtiva esta se demonstrando que o direito de propriedade está preservado”[92]. Participaram da reunião organizada pela UB, além do presidente da CNC, outros presidentes de várias confederações do setor empresarial:

> o senador Albano Franco (PMDB-SE), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Camilo presidente da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres (CNTT), Roberto Bornhausen, presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). Também estavam na reunião o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, e o secretário-geral da UB, Sylvio Pedrosa[93].

Já em julho de 1988, a UB, em ato solene organizado na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) convocou comerciantes, industriais, banqueiros e proprietários rurais a se engajarem na defesa dos interesses da iniciativa privada na Constituinte. A entidade selecionou 23 emendas supressivas, que, segundo o presidente da Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro (Fierj), Arthur João Donato, devem ser defendidas junto à cada constituinte “como se fosse uma luta pela sobrevivência, na qual não há possibilidade de rendição”[94].

Dentre as vinte e três propostas de emendas supressivas, pelo menos oito delas, dizem respeito diretamente às relações do trabalho, grande objeto de interesse do empresariado e mecanismo de controle e ampliação da acumulação, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1.5 – Propostas da UB para Emendas Supressivas do Texto da Constituinte

Pontos Questionados	Descrição
Relação de emprego protegida	O empresariado pretende que a “indenização compensatória” seja suficiente como garantia de emprego, eliminando do texto a expressão “outros direitos”.

[92] *Idem.*
[93] *Idem.*
[94] Jornal do Brasil, 21/07/1988.

Férias remuneradas	A remuneração das férias em pelo menos um terço a mais do que o salário real foi refutada por "remunerar mais o lazer do que o trabalho", num "desvio econômico e psicológico". Argumentaram, ainda, que muitas pequenas empresas não suportarão os custos.
Turnos ininterruptos de revezamento	A "jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva", é tida como uma ameaça à competitividade nacional no mercado externo, já que nenhum país adota tal sistema de trabalho.
Aviso prévio	A UB não admite que o aviso prévio seja superior a 30 dias, como pretende o texto atual, que prevê "aviso prévio proporcional ao tempo de serviço". Na forma como se encontra, transforma-se em "técnica indenizatória".
Prescrição trabalhista	O limite de cinco anos para que os trabalhadores rurais e urbanos possam reclamar na Justiça seus direitos trabalhistas também foi considerado excessivo pelos empresários, que pretendem fixar esse prazo em dois anos. São contra, ainda, as diferenciações entre os trabalhadores rurais e urbanos.
Competência do TST	A limitação de recorrer de sentenças trabalhistas exclusivamente aos tribunais regionais do trabalho, salvo poucas exceções, provocaria um "arquipélago de julgados divergentes", onde deveria haver uniformidade. Querem os empresários poder para ambas as partes recorrerem ao Tribunal Superior do Trabalho.
Justiça normativa	A liberdade para que a Justiça do Trabalho estabeleça normas e condições para cumprimento de dissídio coletivo, quando uma das partes não quiser negociar, daria ao Judiciário, segundo a UB, a capacidade de legislar no lugar do Congresso Nacional, criando normas que fujam ao espírito da lei.
Direito de greve	"Que a greve seja um direito e não um superpoder", argumentam os empresários ao criticar a formulação do texto de que os trabalhadores é que decidirão sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio da greve, defender.

Elaboração própria. Fonte: Jornal de Brasília, 21/07/1988.

Como demonstra o quadro, uma série de questões, objetos de disputa na constituinte e que representavam reivindicações e lutas das classes trabalhadoras – como a jornada máxima de seis horas em turnos ininterruptos e o direito de greve – foram rechaçadas a partir do discurso tradicional alicerçado na ideia de competitividade da indústria nacional no mercado externo e no suposto "superpoder" do trabalhador diante da garantia legal de organização grevista. Argumentos muito explorados pelos detentores

dos meios de produção e seus intelectuais prepostos, como se fossem elementos objetivos e irrefutáveis. Outra proposta de alteração do texto da constituinte que vale a pena ressaltar é a que diz respeito à remuneração de férias, que segundo o empresariado representado pela UB, significaria um "desvio econômico e psicológico" ao remunerar mais "o lazer do que o trabalho". Ou seja, além do argumento do custo que tal medida representaria, segundo o questionamento dos empresários, a remuneração de férias acarretaria em um elemento nocivo para o trabalhador a partir de seus valores de produtividade e competitividade.

Outras sete propostas de emendas supressivas relacionavam-se com outro aspecto considerado estratégico para a burguesia brasileira que dizia respeito aos limites do Estado e sua abertura ao capital internacional, como podemos observar no quadro:

Quadro 1.6 - Propostas da UB para Emendas Supressivas do Texto da Constituinte

Pontos Questionados	Descrição
Estatização das telecomunicações	Querem os empresários suprimir a expressão "sob controle acionário estatal", que tira o setor de telecomunicações da área de ação da iniciativa privada, quando a tendência do mundo civilizado é exatamente o contrário.
Excesso de intervenção	Atribuir ao Estado o papel de agente normativo e regulador da econômica, fere o princípio da iniciativa privada, atrelando todo o processo produtivo ao planejamento estatal, que tem se mostrado falho.
Empresa brasileira	Os empresários não concordam com a definição de empresa brasileira de capital nacional, alegando que restringe muito a entrada de capital estrangeiro.
Recursos minerais	Argumenta a UB, a exploração de minerais está aquém do que o País precisa, e não tem sentido, segundo os empresários, restringir a participação do capital internacional neste setor.
Contrato de risco	Com o argumento de que até a Petrobras defende a existência dos contratos de risco, de modo a prover o mais rápido possível a auto-suficiência do País, podendo até transformar o Brasil em exportador de petróleo, a UB quer derrubar o veto aos contratos de risco.
Saúde multinacional	A proibição de que empresas estrangeiras participem direta ou indiretamente na assistência à saúde no País, é contra-senso, segundo a UB.
Gás canalizado	A exploração da distribuição de gás canalizado, pelos

	Estados ou empresas estatais com exclusividade, eliminaria empresas que já fazem tal serviço e não há tradição de competência dos serviços estatais que justifiquem tal medida.

Elaboração própria. Fonte: Jornal de Brasília, 21/07/1988.

Essas propostas de alteração e supressão de itens do texto constitucional demonstram muito bem a estratégia de reconfiguração do papel do Estado defendida pela burguesia no conjunto das lutas travadas na Constituinte. Uma "ideia-força" amplamente acionada pelas classes dominantes e reproduzida socialmente como uma *doxa*, a partir de meados dos anos de 1980, é sem dúvida a ideologia da globalização. Dessa forma, as supostas "tendências do mundo civilizado", as "reformas modernizantes" estão sempre vinculadas ao discurso da globalização como um elemento inquestionável, onde o "caminho para o sucesso" estaria na abertura e privatização.

O tabelamento dos juros também foi pauta de emenda supressiva do texto constitucional proposta pela UB. Segundo a organização do empresariado, o tabelamento dos juros fere profundamente a liberdade de mercado, defendida pelos empresários, e impediria ao Governo de executar sua política monetária. Além disso, duas propostas de emendas versavam sobre tributação. A primeira tratava do adicional de Imposto de Renda, onde a UB questiona esse dispositivo afirmando-o como sendo uma afronta às bases da Constituição. Segundo a instituição, a permissão para que Estados e o Distrito Federal introduzam um adicional de até 5% sobre o imposto de renda de seus habitantes, promoveria elevação de tributação, quando esta já estaria muito alta.

A segunda e mais significativa está relacionada ao texto que tratava do imposto sobre grandes fortunas. O argumento defendido pelo UB foi o de que os empresários se julgam no direito de aumentar seu patrimônio como "consequência de sua competência" e alegam que esse imposto pode vir a inibir a capacidade de investimento para gerar mais empregos e riquezas. Dessa forma, a burguesia atacou essa que seria um grande objeto de

luta de setores progressistas em prol a redução das desigualdades sociais, aliando um discurso falacioso baseado na meritocracia e na empregabilidade.

Outras emendas tratavam de temas variados como: o mandado de injunção e aplicação imediata, que garantiria a qualquer cidadão ou instituição à justiça para ver cumpridos os “direitos e garantias fundamentais” fixados na Constituição; a questão do abastecimento alimentar, questionado pela UB que considerava excessiva a competência da União em “organizar o abastecimento alimentar; um texto sobre legislação complementar, que segundo os empresários seria uma “temeridade” ao atribuir aos municípios a competência para legislar suplementarmente à União e aos governos estaduais, que impediria, de acordo com a UB, a descentralização administrativa, gerando entraves e conflitos; e a legislação de trânsito que na proposta da UB deveria estar exclusivamente sob responsabilidade da União, legislar sobre trânsito e transporte de bens e pessoas[95].

O evento de articulação empresarial em torno das propostas de emendas reuniu cerca de 200 empresários representantes dos principais setores da economia brasileira. Além disso, lá estavam o presidente do Grupo Votorantim – o maior investidor privado do país, Antônio Ermínio de Moraes – o presidente da Febraban, da Fenaban e da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Roberto Konder Bornhausen e o presidente da Federação das Industrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato[96]. As críticas da UB se concentraram no capítulo referente aos direitos sociais e aos dispositivos que discriminam a participação de capitais nacionais e estrangeiros em setores da economia. Arthur Donato disse que esses dispositivos do projeto da Constituição "conspiram contra a liberdade econômica, considerada inseparável da

[95] Jornal de Brasília, 21/07/1988
[96] Jornal do Brasil, 21/07/1988.

liberdade política e administrativa que se pretende para o país"[97].

Cada um dos empresários presentes no evento recebeu da UB um caderno contendo o texto de discussão das 23 emendas a serem propostas, acompanhado de uma listagem com as principais lideranças da Constituinte e um levantamento dos votos que os parlamentares deram no primeiro turno para questões de interesse do setor. “Este é um documento valioso para o trabalho que devemos fazer junto aos constituintes[98]”, salientou o presidente da Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro, incitando os presentes a procurarem os parlamentares de seu ciclo de relacionamento. E assim convoca: “Todos os empresários devem procurar entrar em contato com parlamentares da sua região, do seu setor, do seu círculo de amizades, parentes, etc. Vamos juntos nesta cruzada. Nosso esforço há de ser vitorioso”[99].

Jorge Gerdau Johannpter, presidente do Grupo Gerdau do setor siderúrgico e dirigente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES) e do Instituto Liberal (IL), sucedeu a Arthur Donato na tribuna e desafiou o auditório de empresários a refletir sobre a ameaça de, segundo ele, “perdermos o bonde da história”. O empresário admitiu que há “alguns avanços” no texto aprovado no primeiro turno, mas lamentou que sejam anulados por algumas “opções pelo atraso”, com dispositivos que consagram “verdadeiros arcaísmos, como o paternalismo e o intervencionismo estatal na vida do cidadão”[100]. Referindo-se principalmente ao trecho que diz respeito às relações do trabalho. Na tribuna, Jorge Gerdau condenou com veemência o texto da constituinte que prevê a limitação das seis horas de trabalho no sistema de turnos ininterruptos de revezamento e o direito amplo e irrestrito de greve que, segundo o empresário, afetaria

---

[97] *Idem.*
[98] O Globo, 21/07/1988.
[99] *Idem*.
[100] Jornal do Brasil, 21/07/1988.

drasticamente o setor siderúrgico no Brasil[101].

Para o presidente da UB e da CNC, Antônio Oliveira Santos, o texto constitucional referente ao direito de greve seria potencialmente perigoso para a "ordem social" e para "harmonia" entre as classes. Nas palavras do dirigente, "o convívio social '*harmonioso*' que deverá presidir o nosso trabalho estará seriamente comprometido se o direito de greve for regulado como poder de greve, constituindo um convite à subversão da ordem". E afirma que "a criação dos direitos trabalhistas onerosos poderão se transformar em pesado ônus para as empresas, aumentando os custos e reduzindo a capacidade de exportar"[102]. Para o Oliveira Santos, estas 23 emendas propostas são os pontos considerados "essenciais" para o empresariado, com vistas à manutenção da livre iniciativa no País e de suas chances de prosperidade.

A União Brasileira de Empresários pode ser compreendida como uma organização estratégica no âmbito das lutas de classes, no contexto da redemocratização e, fundamentalmente, no âmbito das disputas na Assembleia Nacional Constituinte. Sua atuação agregou os interesses de um número muito expressivo de setores do empresariado, principalmente, por sua capacidade de congregar algumas das mais importantes e tradicionais entidades corporativas de representação da classe burguesa sob seu controle. Da mesma forma, alinhava-se aos interesses e estratégias de outros importantes aparelhos privados de hegemonia (seja por meio de ações institucionais conjuntas ou por partilhar de membros em comum) como nos exemplos de relações com a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), com o Instituto Liberal (organização discutida mais profundamente no quarto capítulo deste estudo), e com a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

---

[101] *Idem.*
[102] O Globo, 21/07/1988.

Apesar de sua organização tática priorizar objetivos mais pragmáticos de acesso ao poder e às instâncias decisórias – como na composição de quadros de representação na Assembleia Nacional Constituinte e na eleição de alinhados políticos nos governos estaduais – o objetivo maior a partir deste acesso ao poder, era, fundamentalmente, a implantação de suas diretrizes e pressupostos para o aprofundamento da economia de mercado, assim como, seu projeto de reconfiguração do papel do Estado, de acordo com os interesses da classe dominante. Como sua atuação estava muito centrada na ANC, a entidade perdeu forças e relevância política na nova conjuntura dos anos de 1990. Em 1995 foi extinta do cadastro nacional de Empresas do Brasil, onde figurava com natureza jurídica de Associação Privada[103].

1.7 – A articulação do eixo de poder empresarial-militar no Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN)

Aparelho privado de hegemonia organizado por um grupo de influentes empresários com vínculos históricos com o Ipes, o Movimento Cívico de Recuperação Nacional – MCRN, é considerado singular entre as entidades de mobilização das classes dominantes no país. Segundo o historiador René Dreifuss e o cientista social Álvaro Bianchi, a instituição foi criada em junho de 1987, em São Paulo. Entretanto, veículos da imprensa nacional, como veremos mais a frente, registram a atuação da entidade desde fevereiro de 1984. De qualquer forma, o movimento "nasce com o intuito de agir como pivô e para desenvolver a função de ponte fixa operacional, mas se estabelece como

[103] http://empresasdobrasil.com/empresa/ube-29548138000101. Acesso em 26/12/2015.

alinhamento civil-militar e consolida-se como eixo de poder empresarial-militar”[104].

Em fevereiro de 1984, conduzido pelo empresário do Grupo Gazeta Mercantil, ex colaborador do Ipes e deputado federal, Herbert Levy (PDS), um grupo de pepistas que acabaram entrando no PDS, seguiam dando mostras de que não desejavam perder de vista sua identidade e buscavam a ressurreição do Partido Popular (PP). Como os obstáculos legais para a criação de uma organização partidária no Brasil eram enormes, o deputado Levy buscou através do Movimento Cívico de Recuperação Nacional – MCRN, colocar o PP numa espécie de semi-clandestinidade[105]. Por conseguinte, o MCRN nasce do anseio de setores conservadores da burguesia ligados ao Ipes, como um projeto de partido político na procura de recriar o Partido Popular (PP).

O grupo dirigente do movimento, encabeçado por Herbert Levy, organizou um manifesto na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 13 de fevereiro de 1984. Os empresários diziam-se favoráveis, às eleições diretas para a presidência da República, mas, por outro lado, mostravam-se dispostos a acatar a opinião do Congresso Nacional se o indicado por ele fosse um “membro respeitável”, afirmou Levy. Segundo a matéria publicada pela Folha de São Paulo, Herbert Levy foi indagado se o MCRN teria restrições às candidaturas de Paulo Maluf e Mário Andrezza, sua resposta foi sutil: “se o movimento nasce com o objetivo de moralizar a vida pública, a resposta está dada automaticamente”. Já os nomes de Aureliano Chaves, Marco Maciel, Hélio Beltrão e Tancredo Neves, contavam com grande apoio do movimento. “A grande maioria simpatiza com Aureliano Chaves, homem que corresponde ao anseio de moralidade”, declarou Levy. A candidatura de Tancredo Neves também mereceu comentários do deputado, afirmando que “ele tem problemas dentro do seu partido (PMDB), porém se surgir o seu nome, não teremos

[104] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 156.
[105] Folha de São Paulo, 14/05/1984.

dúvida em apoiá-lo[106].

No dia 23 de maio de 1984, foi realizada a primeira reunião do MCRN no interior do estado de São Paulo. No evento realizado na cidade de Campinas, o movimento buscava criar uma alternativa ao vice-presidente Aureliano Chaves, caso ele não conseguisse passar pela disputa sucessória dentro do colégio eleitoral, assim, Herbert levy afirmou que: “o PP ressurgirá fortalecido” assinalando que em abril seria possível iniciar a reestruturação do partido[107]. Cerca de dois meses depois, em um evento organizado pelo MCRN no Maksoud-Plaza, Levy defendeu que: “a oposição não pode negar-se a um entendimento para a escolha de um candidato de consenso, merecedor de respeito da nação, neste momento em que o presidente Figueiredo estende a mão e procura o entendimento para preservar o país da escolha de elementos indesejáveis”[108].

A grande questão nesse momento para o Movimento Cívico de Recuperação Nacional seria, em primeiro lugar, a ressurreição do Partido Popular, grande objetivo de Herbert Levy e outros pepistas filiados ao PDS e alguns ao PTB e, como objetivo mais amplo no conjunto da política brasileira do período, estava o de articular o empresariado e setores militares, para uma sucessão presidencial que garantisse um nome “desejável” e seguro para seus interesses, como um laço de continuidade de velhas estruturas em meio ao processo de transformação política com a redemocratização.

Foi em 1987 – ano emblemático de importantes embates em torno da construção da nova constituinte e, por sua vez, momento estratégico para a estruturação do novo projeto de dominação burguesa no Brasil – que o MCRN se consolida como um intelectual coletivo aglutinador de diferentes frações da classe dominante no Brasil. O movimento passou a reunir tanto membros atuantes em diferentes associações e

---

[106] Folha de São Paulo, 14/02/1984.
[107] Folha de São Paulo, 24/03/1984.
[108] Folha de São Paulo, 15/05/1984.

sindicatos patronais, como representantes de outros setores que dinamizavam a construção de consenso para outros estratos sociais, como Antônio Magaldi, (União Sindical Independente - USI) além de diversos militares de alta patente, empresários do meio urbano e rural como os generais Adelbert de Queiroz e Rubens Resteel, o almirante Brito Guerra, o brigadeiro Clovis Pavan, Fernando Vergueiro (latifundiário, secretário-geral do Partido da Frente Liberal e dirigente do SRB e CEDES), e Nélson Gomes Teixeira, economista, ex-ministro interino da Indústria e Comércio do general Geisel e secretário da Fazenda de Paulo Egydio Martins, no governo de São Paulo[109].

Também compunham o quadro do MCRN, Flávio Telles de Menezes (Sociedade Rural Brasileira; CEDES; Fórum Informal); Antônio Pádua Diniz (Banco Nacional; Febraban); José Ermirio de Morais Filho (Grupo Votorantim); Lázaro de Mello Brandão (Bradesco); Gal Rubem Ludwig (ex-ministro da educação no governo Figueiredo); José Mindlin (Metal Leve, Instituto Liberal e PNBE); Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau, CEDES, Instituto Liberal e UB); Hebert Victor Levy e seu pai Hebert Levy (empresário e dono da Gazeta Mercantil, principal jornal voltado exclusivamente para o empresariado na época); contava também com o apoio de Roberto Marinho (proprietário da Rede Globo); Victor Civita (Grupo Abril) e outras entidades empresariais[110]. O movimento conseguia articular distintos setores do empresariado e grupos mais conservadores ligados ao exército e latifundiários, ampliando suas bases de construção do consenso, agrupando sob sua plataforma político-ideológica desde militares, grandes empresários, grupos sindicais, assim como a força persuasiva da grande mídia nacional.

A organização de significativa composição empresarial-militar também reunia membros de outros aparelhos privados de hegemonia como a Câmara de Estudos e

---

[109] DREIFUSS, op cit, 1989.
[110] *Idem*; FONTES, op cit, 2010, p. 241.

Debates Econômicos e Sociais, o Instituto Liberal, a União Brasileira de Empresários, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, assim como de forças auxiliares internas, como o Fórum Informal e forças auxiliares externas à classe como a União Sindical Independente. Sua atuação também se singularizava por sua configuração como uma espécie *frente móvel de ação*, composta por ativistas e não por associações classistas ou sindicatos patronais. Como afirma Dreifuss,

> Era a primeira entidade a ostentar uma clara e premeditada presença militar em sua direção. Em outras palavras: apresentava-se como *bloco de poder*, mas se estruturava, desde a primeira hora, como organização estratégica e estado-maior combinado, recrutando para suas fileiras, inclusive na coordenação, ativistas dos mais variados setores políticos[111].

Enquanto aparelho privado de hegemonia de defesa dos interesses conservadores de importantes setores da burguesia brasileira e de militares, o MCRN não se limitava em uma ação meramente conjuntural, no sentido de articular o empresariado para a composição de quadros da Assembleia Constituinte ou para realizar *"lobby"* junto aos constituintes para a manutenção de seus interesses imediatos. O movimento, todavia, procurou organizar uma "reflexão sistemática" a respeito da realidade brasileira, que estaria, em seu julgamento, sob a ameaça de uma "decomposição moral na postura dos homens públicos". Dessa forma, a partir da retórica de crise político-econômica, caos social e desagregação administrativa, com uma suposta "ausência de canais partidários consistentes, eficazes ou confiáveis, este eixo de poder preparava-se não só para a batalha de curto prazo da Constituinte, mas para predispor suas forças para a luta de ocupação de um eventual 'vazio de poder'"[112].

Esse eixo militar-empresarial atuante como uma *frente móvel*, articulado e

---

[111] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 156.
[112] *Idem*, p. 156-157.

dinâmico que alcançava outros espaços de ação - sejam político-partidários ou mesmo sindicais – desenvolveu-se solidamente em São Paulo, principalmente, a partir 1987, contando com cerca de 500 membros associados, advindos do que seria o "primeiro time empresarial" de representação dos interesses conservadores da política brasileira. Apoiando-se em sua experiência anterior, dos tempos do Ipes, Herbert Levy e seus companheiros buscaram implantar o mesmo *modus operandi*, da organização estratégica na ditadura, inserindo ao menos um militar de renome, de cada área ou arma, nos quadros superiores do movimento.

Trata-se de uma organização que se autodefine como suprapartidária, que conseguiu, por sua vez, obter o consenso necessário para abarcar interesses de estratos caracterizados por uma forte heterogeneidade no interior das classes dominantes, com uma abrangência política e ideológica e de um poder econômico singular no período de redemocratização. O quadro abaixo, com a composição do Conselho Estadual provisório do MCRN em São Paulo, exemplifica bem essa abrangência:

Quadro 1.7 – Conselho Estadual Provisório do MCRN (1987)

Membro	Referências
Herbert Levy	Gazeta Mercantil; deputado federal (PDS); e ex-colaborador do Ipes.
Pedro Conde	Banco de Crédito Nacional.
Mário Amato	Grupo Springer; presidente da FIESP; membro do Conselho de Economia, Sociedade e política da Federação do Comércio de São Paulo; dirigente do Fórum Informal, do Instituto Liberal e do FNLI.
José Ermínio de Morais Filho	Grupo Votorantim; ex-dirigente do Ipes.
Lázaro de Melo brandão	Bradesco.
Flávio Telles de Menezes	Sociedade Rural Brasileira; CEDES; Fórum Informal.
Antônio Pádua Diniz	Banco Nacional; Febraban.
Rubem Ludwig	General; ex-ministro da educação no Governo Figueiredo e ex-chefe da Casa Militar, além de membro do Conselho de Administração da Matel Tecnologia de Teleinformática S.A

	(Matec); diretor da Erickson.
Iapery Tupiassu Brito Guerra	Almirante.
Nelson Boni	Professor; Conselheiro efetivo do Senac.
Peri Igel	Grupo Ultra.
Clovis Pavan	Brigadeiro.
João Baptista Leopoldo Figueiredo	Ex-presidente do Ipes; membro do Conselho de Administração de diversas empresas.
Nélson Gomes Teixeira	Economista; ex-ministro interino da Indústria e Comércio do general Geisel; secretário da Fazenda de Paulo Egydio Martins, no governo de São Paulo; Fides.
Reynaldo de Barros	Político (PDS).
José Egreja Ferraz	Deputado federal constituinte pelo PTB de São Paulo; e usineiro.
Abram Szajman	Presidente da Federação das Associações Comerciais de São Paulo; Fórum Informal.
Jorge Wilson Simeira Jacob	Grupo Fenícia, que inclui, na divisão de alimentos a Etti, a Etti Nordeste (Pernambuco) e a Neugebauer, no Rio Grande do Sul; na divisão de construção civil, a Lotus; na divisão financeira, o Banco Fenícia; na divisão agropecuária, a Arapuã-Norte Agropecuária de Exportação e a Companhia Agropecuária Simeira; na divisão de comércio de eletrodomésticos, as lojas Arapuã, Prosdóscimo, GG Presentes, Radiolar e Primavera; Instituto Liberal.
Paulo Villares	Aços Villares, ex-dirigente do Ipes.
Jorge Gerdau Johannpeter	Metalúrgica Gerdau S.A., Siderúrgica Riograndense S.A., Siderúrgica Aço Norte S.A., Cosigua, Siderúrgica Guaíra S.A.; dirigente do CEDES, do Instituto Liberal e do UB.
Ruy Lara Nogueira	Sem registro.
José Mindlin	Metal Leve, membro do Conselho de Economia, Sociedade e política da Federação do Comércio de São Paulo; Instituto Liberal e PNBE.
Keith Bush	Sem registro.
Alberto Lopes Rollo	Sem registro.
Victor Civita	Editora Abril.
Max Pfeffer	Suzano Papel e Celulose.
Horácio Cherkassy	Diretor do Grupo Klabin; presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Papel Celulose.
Mario Altenfeder Silva	Sem registro.
Paulo Queiroz	Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Fórum Informal.
André Arantes	Ex-membro do Ipes.
Pedro Favaro	Jundiaí.

Paulo de Almeida Machado	Campinas.
Maurilio Biaggi Filho	Ribeirão Preto.
Wilson Romano Calil	São José do Rio Preto (ex-candidato a prefeito da cidade. Apoiou Antônio Ermínio de Morais na campanha de 1986).
Nélson Marchezelli	Pirassununga.
Roberto Rodrigues	Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras.
Romeu Trussardi Filho	Advogado e empresário (Trufana Téxtil); presidente da Associação Comercial de São Paulo, que representa os interesses de mais de 20.000 empresas; Fórum Informal; CEDES.

Elaboração própria. Fonte: DREIFUSS, 1989, p. 158-160.

Em outubro de 1987 foi divulgada uma lista contendo 83 nomes representativos, que comporiam a lista de integrantes do Conselho Estadual, que substituiu a cúpula provisória supracitada. O conselho formou uma forte base de apoio a futuras candidaturas que atendiam aos interesses conservadores defendidos pelo movimento. Antônio Ermínio de Morais, Orestes Quércia, Fernando Collor de Melo, Aureliano Chaves ou Guilherme Afif Domingos seriam opções que compunham a estrutura de ação política do MCRN, para a campanha eleitoral do mais elevado cargo do executivo no Brasil, em 1989. Assim, independentemente do candidato vitorioso, entre os acima citados, o setor empresarial estaria com seus interesses representados no processo.

Toda essa força e abrangência de representação foi viabilizada a partir de sua estrutura organizacional desenvolvida a partir de lideranças regionais, em uma combinação federativa/piramidal. Assim, como nos mostra Dreifuss,

> este sistema permitiria a congregação de interesses locais em conselhos estabelecidos em cada cidade onde o MCRN atuasse, que tratariam de filtrar suas particularidades antes de chegarem ao plano regional e ao conselho estadual, onde seriam novamente filtradas, antes do debate nacional. E só após o consenso final, seriam definidas as ações concretas. (…) Foram estabelecidas bases em Araras, Bauru, Itapetininga, Ribeirão Preto, Franca, Igarapava, Barretos, Jundiaí, Leme, São José dos Campos, Jacareí, Jaguariúna, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Capivari, Elias Fausto, Marília Presidente Prudente, Ourinhos, Puraju e Avaré. Em outras palavras: o MCRN decidia começar seu

> trabalho de agregação pelo interior paulista, evoluindo da periferia para o centro (...)”[113].

Uma vez consolidada sua estrutura de ação tático-operacional em sua base, o estado de São Paulo, o MCRN buscou ampliar sua atuação, iniciando pelos estados vizinhos, Paraná e Minas Gerais. O Rio Grande do Sul já se configurava como uma base do movimento que compunha o eixo de poder São Paulo-Rio Grande do Sul que ajudava a dar projeção nacional a seu jogo político.

Segundo René Dreifuss, a capacidade de atuação do MCRN fora superdimensionada, não permitindo o seu desdobramento efetivo. Seus recursos e capacidade de ação eram imensos, entretanto, inadequados aos alvos imediatos, no caso, a Assembleia Nacional Constituinte. O despreparo tático-operacional não permitiria a participação mais efetiva da organização empresarial na consecução dos objetivos mais urgentes, embora circunstanciais. Em virtude de sua abrangência nacional e sua capacidade de articulação de distintas frações do capital, apresentava grande potencial de catalizar diretrizes de ação estratégica. Acabou, entretanto, sendo obrigado – em função da conjuntura de luta institucional da Constituinte – a restringir sua atuação, assumindo um papel parcial e meramente tático[114].

1.8 – O Movimento Democrático Urbano (MDU): rivalidades e conflitos inter-burgueses no interior da FIESP, nos embates da Constituinte.

A burguesia brasileira lançou diferentes frentes de ação política, a partir dos anos

[113] DREIFUSS, *op cit*, p. 162.
[114] *Idem*, 1989.

de 1980, o que denota a complexidade e a multiplicidade de organizações de representação de seus interesses de acumulação. Frações do empresariado do estado de São Paulo, principalmente aqueles que se articulavam em torno do presidente da bolsa de valores de São Paulo organizaram-se em torno da criação do chamado Movimento Democrático Urbano - MDU. A partir de posições políticas e interesses mais específicos defendidos por Euardo Rocha Azevedo (empresário e presidente da Bolsa de Valores de São Paulo), em oposição às propostas defendidas pelo empresariado ligado a União Brasileira de Empresários (UB), o MDU foi fundado no dia 21 de abril de 1987, e surge no cenário político brasileiro como uma representação alternativa no interior da burguesia. Os pesados embates na elaboração da proposta Constituinte e o sentimento, entre certos grupos empresariais ligados às lideranças da BOVESPA, de que a representação do setor não estava alcançando o exito necessário (crítica sobre a atuação da Fiesp e da UB), motivaram a criação do MDU.

A organização de empresários, principalmente de São Paulo, foi fundada pelo empresário e presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo que assumiu a direção da instituição. Como vice-presidente da MDU, foi definido o nome do empresário, presidente da Companhia Nacional de Armazéns Gerais Alfandegados (Cnaga) e grande criador de cavalos, José Américo Ribeiro dos Santos. Contava também com os conselheiros, Luiz Masagão, presidente da BM&F e o advogado Ricardo Portugal Gouvêa.

A entidade desenvolvia atividades para organizar suas estratégias de ação no âmbito da ANC, pautadas em valores voltados ao direito de propriedade e à livre iniciativa, a partir da organização de reuniões e conferências quinzenais no Jardim Paulista em São Paulo, assim como na realização de eventos em outros estados. Além disso, o MDU produzia um jornal de tiragem quinzenal chamado *“Livre Iniciativa”* que

divulgava os valores e as ações desenvolvidas pela instituição, bem como trazia matérias e artigos relacionados a temas políticos e econômicos de interesse do empresariado. O jornal da instituição traz a sua autodefinição: "Somos um Movimento aberto a todas as pessoas que queiram lutar a favor da Reconstrução Nacional, pois estamos vivendo uma grave crise econômica, política e, principalmente, perdendo nossos valores morais"[115].

O tema da redução do papel do Estado (Estado minimizado ou Estado eficiente) está sempre presente no discurso da burguesia brasileira nesse contexto, e é bastante acionado pelos intelectuais do MDU. Debatendo sobre o Plano Cruzado na publicação do seu jornal "*Livre Iniciativa*" de janeiro de 1989, o presidente da MDU, Eduardo da Rocha Azevedo afirma que "o presidente Sarney culpou os empresários se o plano falhar". Azevedo ainda ressalta que:

> Acredito que só não irá dar certo se o Governo não cumprir a sua parte, como a demissão dos 60 mil funcionários e gastar apenas o que arrecadar. É um plano que precisa dar certo e necessita para que tal ocorra, sacrifícios por parte do Governo e dos políticos, abrindo mão de suas benesses. Se não houvesse o plano, seria o caos com a hiperinflação, pois não há no mundo um país que viva com a inflação de 30% ao mês. Estou com esperança, mas não otimista"[116].

Uma das estratégias de composição de quadros de novos intelectuais orgânicos da instituição, era o investimento na formação de jovens lideranças empresariais. Com o objetivo de ampliar suas bases de produção do consenso junto ao público universitário, o MDU criou em 1988 o chamado MDU-Jovem. O proposito segundo a própria instituição era estimular a juventude a assumir uma postura mais ativa de participação política no Brasil. O filhote da entidade empresarial teve como primeiro presidente Ricardo Piragini. O jovem lider da entidade, na época com 23 anos, era formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), foi presidente do Interact Club Rio Branco (órgão

---

[115] Livre Iniciativa Ano I. 2ª Quinz. Jan./89.
[116] *Idem.*

ligado ao Rotary Club) e presidente do centro acadêmico *"22 de Agosto"* do Direito da PUC. Ricardo Piragini informou que, diante da disputa eleitoral à presidência da república, o "MDU-Jovem pretende atuar em diversas áreas em 89, promovendo ciclos de debates e palestras". Segundo o vice-presidente do MDU, José Américo, "a entidade quer fazer escola entre os jovens e por isso quando lhe fazem a pergunta sobre o que mais lhe emocionou neste ano que passou dentro do MDU. A resposta vem fácil: 'A criação do MDU-Jovem'"[117].

Uma das principais características do Movimento Democrático Urbano teria sido a sua aproximação e articulação com a União Democrática Ruralista. A entidade era frequentemente tratada na mídia como uma versão urbana da UDR. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado demonstra que essa relação entre as duas organizações teve um papel importante para a mobilização dos seus interesses, como afirma o dirigente: "nessa movimentação feita pela UDR no meio rural, e pelo MDU, coordenado pelo companheiro Eduardo Azevedo, as coisas começam cada vez mais a se somar e a se potencializar para que daí decole um nome (à sucessão presidencial) que seja realmente a esperança da sociedade brasileira"[118].

No Boletim "CAMBOTA" (periódico de luta do campo ligado às CPTs) de abril de 1988, o texto traz a referência de que o jatinho fretado por quase meio milhão de cruzados para transportar de São Paulo a Pouso Alegre (MG) a comitiva que participou do lançamento nacional do Movimento Democrático Urbano (MDU) – "o equivalente da União Democrática Ruralista (UDR) nas cidades" — mostrou que falta de dinheiro não será problema para essa organização montada para mobilizar o empresariado dos grandes centros na defesa da iniciativa privada e do capitalismo[119]. Na viagem de lançamento

---

[117] Livre Iniciativa Ano I. 2ª Quinz. Jan./89.
[118] Folha de São Paulo, 25/12/1987.
[119] Boletim Cambota, Abril/88 Ano XVI nº 144, p. 6.

nacional do MDU no sul de Minas Gerais, segundo o periódico, teria ocorrido o seguinte diálogo entre as lideranças das duas entidades:

> Você tem de arrebentar com as CEBs (Comunidade Eclesiais de Base). Foi isso que fizemos com as CPTs (Comissões Pastorais da Terra). Hoje, damos de dez a zero nelas. O conselho foi dado em tom franco por um dos passageiros do avião, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, a seu colega, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo da Rocha Azevedo, líder e primeiro presidente do MDU[120].

As forças conservadoras da burguesia brasileira são obrigadas a adequarem-se às transformações políticas em processo e, no sentido de defender seus interesses, tão privilegiados durante o regime militar, buscam aproximação ou reforçam identidades com seus representantes políticos. No caso, os setores vinculados ao patronato rural vão se configurar na União Democrática Ruralista, UDR, e, para os estratos conservadores do empresariado urbano, um dos seus canais de atuação política foi, sem dúvida, o Movimento Democrático Urbano, MDU, uma vez que durante a ditadura militar, as burguesias "não apostaram em nenhum partido político, mesmo os de sustentação do regime autoritário"[121].

> Ultrapassando o sistema de partidos, as burguesias construíram um sistema paralelo, para-político, que aglutina mais que os partidos políticos; e a partir do qual estruturaram sua ação política. A organização mais conhecida desse sistema paralelo é a denominada União Democrática Ruralista – UDR, que aglutina os novos empresários agrícolas do complexo agroindustrial e conseguiu o apoio dos pequenos e médios proprietários, temerosos da reforma agrária anunciada desde os primeiros anos da Nova República[122].

A relação estreita entre o MDU e a UDR vai além da disseminação de valores conservadores e da defesa da propriedade privada, mas sim, passa a assumir uma característica mais pragmática no sentido de articulação política voltada à sucessão

---

[120] *Idem.*
[121] OLIVEIRA, Francisco de. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Hucitec, 1990, p. 49.
[122] *Idem*, p. 50.

presidencial, do ano de 1989. As lideranças empresariais da União Brasileira de Empresários (UB) – entidade com frequência atacada pela UDR e MDU – segundo a reportagem da Folha, observam com imensa desconfiança a aliança entre a UDR de Ronaldo Caiado e o Movimento Democrático Urbano de Eduardo Azevedo. Ambos defendiam abertamente a possibilidade de as eleições presidenciais serem disputadas por candidatos "avulsos" (ou seja, nascidos fora das convenções partidárias). A grande suspeita era a de que um dos dois tentariam concorrer com o apoio do outro, à sucessão de Sarney[123].

Já em 1989, o vice-presidente do MDU José Américo dos Santos, demonstra que a entidade estaria à procura de um nome a ser indicado pela entidade para ocupar tal posto. Nas palavras do dirigente, "devemos nos empenhar na procura do homem ideal para o posto, que hoje, para mim, esse nome é Sílvio Santos" (apresentador e dono do canal de televisão SBT). E complementa, "não o conheço pessoalmente, mas já estou pesquisando sobre suas atividades e ele, agradaria a todas as classes e mais ainda, tem garra e sabe o que é sofrer" observa José Américo[124]. O fato é que, o MDU tinha objetivos claros de participação ativa no processo eleitoral de sucessão presidencial, de 1989. Seja buscando articular-se com organizações de vocação ideológica semelhante – como é o caso de sua relação com a UDR –, seja investindo em um candidato próprio – nesse caso, tentando explorar a imagem carismática do apresentador de televisão Sílvio Santos –, o MDU via na corrida presidencial, um momento estratégico de atuação e defesa dos seus interesses.

Apresentando-se como "centro", essa relação expressa o caráter retrógrado e autoritário, que no momento de rearranjo das forças políticas no país, representam – junto com a ABDD da direita militar, o MCRN e outros movimentos de expressão conservadora

[123] Folha de São Paulo, 25/12/1987.
[124] Livre Iniciativa Ano I. 2ª Quinz. Jan./89.

–, o rastro de continuísmo do autoritarismo almejado e defendido por setores burgueses mais conservadores, para a construção do projeto de democracia “à sua maneira”.

1.9 – A alternativa burguesa em busca de maior organicidade intra-classe a partir da criação do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

No esteio dessa multiplicidade de representação da classe burguesa no Brasil, o empresariado de São Paulo, no final dos anos de 1980, buscava, a partir de diferentes iniciativas e formas de organização, estabelecer seus próprios canais de diálogo com o Estado, para a tarefa da defesa e negociação daquilo que manteria ou modificaria suas condições de dominação e privilégio. A necessidade de recomposição e reconfiguração do projeto político dominante, estimulava a burguesia brasileira a buscar o seu próprio espaço no processo de construção do novo arranjo democrático.

O surgimento do Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE, constitui-se como uma movimentação de empresários urbanos paulistas, na busca de maior estruturação e organicidade intra-classe. O PNBE, portanto, representava uma articulação em torno de propostas pragmáticas de ação empresarial. Como define o cientista social e pesquisador sobre a instituição, Alvaro Bianchi, não se configura como uma “entidade voltada explicitamente para a elaboração de propostas ou para a difusão de uma ideologia, mas uma associação de empresários com vistas à ação”[125].

Por conseguinte, diante desse propósito, os presidentes de associações e sindicatos patronais, entre eles Luís Paulo Butori, da Associação Brasileira da Indústria de Fundição

[125] MENDEZ, Alvaro Bianchi. Crise e Representação Empresarial: o surgimento do Pensamento Nacional das Bases Empresariais. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 16, p. 123-142, jun. 2001, p. 131.

(Abifa); Luís Carlos Delben Leite, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq); Oded Grajew, da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq); Adauto Porto, vice-presidente da Associação Brasileira de Indústrias Farmacêutica (Abifarma), passaram a articular e catalisar a insatisfação das "bases empresariais"[126]. De acordo com o presidente da Abifa, Paulo Butori, um dos principais objetivos da nova entidade seria "demonstrar à sociedade e aos políticos, particularmente aos constituintes, a importância da livre iniciativa, fundamental para o desenvolvimento do País, na geração de empregos e da riqueza nacional"[127].

Foi nessa atmosfera que em 1986 foi fundado o Pensamento Nacional das Bases Empresariais. O movimento, que se iniciou com encontros no Hotel Maksoud Plaza, foi lançado publicamente em junho de 1987. Seu lançamento, como afirma Bianchi, foi com toda pompa e circunstância, em um grande evento no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, com a participação do então Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, que realizou uma audiência pública para cerca de 2600 empresários[128]. O principal objetivo do evento era o debate de propostas do setor empresarial para a Constituinte. Segundo Bianchi, uma "manifestação como essa no meio empresarial nunca tinha sido vista, ainda mais que a reunião havia sido convocada por algumas jovens lideranças, cujos nomes só eram até então conhecidos por aqueles que acompanhavam o dia-a-dia dos sindicatos patronais"[129]. De acordo com o PNBE:

> Na época, o plano Cruzado havia fracassado no propósito de derrubar a inflação. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tinha sido substituído pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira, que lançara o plano Bresser. Rapidamente, aqueles jovens empresários convidaram o empresariado para uma audiência pública com o ministro no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo. O evento marcaria o lançamento do PNBE. Para surpresa dos organizadores, compareceram três mil empresários que, de forma organizada, puderam questionar o

[126] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 130.
[127] O Estado de São Paulo, 29/05/1987.
[128] MENDEZ, *op cit*, 2001, p. 131.
[129] *Idem*.

> ministro diretamente sobre o novo plano econômico. O exercício democrático da sabatina pública era algo completamente inédito nos meios empresariais, acostumados às conversas fechadas em gabinetes ministeriais, que nunca chegavam às bases[130].

O jornal Folha de São Paulo, de junho de 1987, publicou uma matéria sobre o evento de fundação do PNBE. O texto falava da criação de um grupo de mobilização do empresariado com o propósito de atuar no dia-a-dia da economia nacional. O fato é que entre os objetivos da instituição estavam a coleta de assinaturas para "defender a livre iniciativa" junto à Constituinte, além do recurso da produção do consenso, através de estratégias de "amenização" de conflitos e de "entendimento com os trabalhadores". Ainda segundo a reportagem, "esses seriam os resultados apresentados ontem ao final do PNBE, pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Fundição, Paulo Butori, um dos quatro organizadores do movimento, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, zona norte de São Paulo"[131]. Já na matéria da Folha, de 10 de julho do mesmo ano, a reportagem exalta que Bruno Nardini, vice-presidente Abimaq também teria arrancado aplausos calorosos do empresariado ao discursar no evento de fundação do PNBE, em suas palavras:

> Não estamos aqui para defender apenas pequenos e imediatos interesses corporativos, mas para reafirmar nossa exigência de uma rearticulação da ordem econômica que valorize o trabalho, para que se possam fazer investimentos produtivos, o que não se faz sem que a autoridade pública seja confiável e sem a transparência e o debate público dos planos econômicos e das prioridades sociais", disse Nardini[132].

Defendendo ações pragmáticas de intervenção no debate constituinte, baseadas em prerrogativas da economia de mercado, da livre iniciativa, a redução do papel do Estado na economia, assim como uma política econômica mais consistente, o PNBE conquistou espaço no meio empresarial e obteve assinaturas de apoio de diversas

---

[130] http://www.pnbe.org.br/historico.html, acesso em 11/09/2015.
[131] Folha de São Paulo, 10/06/1987.
[132] Folha de São Paulo, 10/07/1987

entidades de classe[133]. Participaram da fundação os empresários Oded Grajew, Emerson Kapaz, Salo Seibel, Joseph Couri, Paulo Butori, Adauto Ponte, Eduardo Capobianco e outras lideranças da indústria paulista. De acordo com o histórico publicado pela própria instituição em seu site, um "grupo de jovens líderes empresariais paulistas decidiu criar um movimento que exprimisse os anseios das bases da iniciativa privada no Brasil moderno que começava a se delinear", a partir da defesa dos seguintes pressupostos: aprofundamento da democracia em todas as instâncias do país; economia de mercado, combatendo abusos de poder econômico; melhor distribuição da renda; exercício da cidadania; opção pela negociação como sendo o melhor processo para a resolução dos conflitos; aceitação da diversidade como elemento enriquecedor dos processos; defesa do patrimônio material e humano do país[134].

Durante os primeiros três anos, o PNBE constituía-se como um movimento informal. O grupo de empresários fundadores da entidade reunia-se alternadamente nas sedes das associações da indústria de brinquedos (Abrinq), da Indústria de Fundição (Abifa) e outras apoiadoras do projeto. Segundo o PNBE, entre esses empresários, "firmou-se a convicção de que o empresariado moderno deveria derrubar um dogma de décadas e articular-se com as lideranças emergentes dos trabalhadores na identificação de causas comuns, como a luta contra a inflação"[135]. Discurso este que apresenta o recurso estratégico de "amenização" de conflitos e "conciliação de classes" que caracterizaram sua atuação. Por esse mecanismo a entidade tenta universalizar seus interesses e apresentar suas propostas parcelares como sendo de interesse da "nação".

Foi em 1990 que o PNBE se institucionaliza e formaliza seus procedimentos a partir da redação de seus estatutos e do ideário norteador da entidade. Nesse momento foi

---

[133] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 130.
[134] http://www.pnbe.org.br/historico.html, acesso em 11/09/2015.
[135] *Idem.*

aberta a possibilidade de filiação de novos associados, onde ingressam lideranças como Helio Mattar e Sergio Mindlin. Foram organizadas, dessa forma, as primeiras eleições internas da instituição, tendo como base a norma de que o "PNBE não terá um presidente, mas um colegiado de 20 coordenadores para liderá-lo de acordo com as determinações das bases. São eleitos, Oded Grajew para 1º coordenador-geral e Emerson Kapaz para 2º coordenador-geral"[136].

A entidade, como demonstra René Dreifuss, tentava esquivar-se das intrigas que a apontavam como um pivô na disputa interna na Fiesp. Entretanto, mais tarde, os próprios líderes do PNBE afirmaram que "tanto a Fiesp como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) visualizaram a nova entidade como uma dissidência e a rechaçaram no nascedouro"[137]. Divergências como estas iluminam certos elementos importantes, no que concerne a um de nossos objetivos neste estudo, que seria compreender este surgimento de uma multiplicidade de entidades burguesas que, na sua essência, defendiam interesses comuns. Assim como os casos observados entre a UDR e a MDU de um lado, em oposição à UB e a Fiesp de outro, o PNBE também traz como marca importante a divergência interburguesa a partir da posição assumida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Mais do que isso, aponta para essa fragmentação nas formas de representação do empresariado paulista.

Essa oposição da Fiesp à organização da nova entidade pode ser evidenciada no evento de lançamento do PNBE, no Anhembi. Álvaro Bianchi afirma que, o então presidente da Fiesp, o empresário Mário Amato, teria sido convidado a participar e liderar as apresentações do evento, mas não aceitou a proposta. "Pelo contrário: interpretou a reunião como uma disputa 'pelo poder' na entidade e organizou um boicote ativo. Enviou

---

[136] *Idem.*
[137] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 130.

um documento confidencial aos presidentes dos sindicatos da indústria paulista, orientando-os a marcarem reuniões no horário do evento”[138].

Por outro lado, o grupo de organizadores do PNBE questionava a falta de espaço e os métodos adotados nas tomadas de decisão por parte da Fiesp. O poder de decisão na estrutura organizacional da Fiesp seria muito concentrado, questionam os articuladores do movimento que originou o PNBE. Segundo o empresário, Paulo Roberto Butori (da Hitchiner, empresa de fundição de porte médio e um dos fundadores do PNBE), na Fiesp “quem comanda mesmo é um grupo de cinco ou seis dirigentes”[139]. O que definiria a distinção entre as duas entidades de representação seria sua organização tático-operacional, como afirma Bruno Nardini, “as bandeiras são as mesmas, a diferença está no processo[140]. Ou seja, o cerne dessa dissidência estaria na forma de atuação política e não nos interesses de classe. Essa separação no interior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, ilustra bem o ambiente político-institucional que caracterizou a década de 1980, pela multiplicidade na representatividade, como uma face da reconfiguração das formas de dominação burguesa no período.

> Classificando as novas formas de organização do empresariado, Sebastião Velasco e Cruz aponta que o surgimento do PNBE está intimamente vinculado ao “surgimento de propostas mobilizadoras endereçadas aos empresários, como pessoas físicas, com o duplo propósito de veicular junto à opinião pública e às autoridades pontos de vistas sub-representados nas estruturas organizativas institucionalizadas e de maximizar a influência de seus promotores no interior destas”[141].

As formas de acesso e articulação da burguesia no aparato institucional do Estado também eram questionadas pelo grupo dirigente do PNBE. O processo de redemocratização do país trazia consigo novos desafios nessa relação, como uma “batalha

---

[138] MENDEZ, *op cit*, 2001, p. 131.
[139] DREIFUSS, *op cit*, 1989, p. 131.
[140] *Idem.*
[141] MENDEZ, *op cit*, 2001, p. 131

em campo aberto", complexificando e inserindo novos atores e grupos de pressão, em substituição aos velhos acordos em portas fechadas nos gabinetes ministeriais. O empresário, presidente do Sindicato da Indústria de Trefilação e laminação de Metais Não Ferrosos de São Paulo (Sicetel), vice-presidente da Fiesp e afinado com as demandas do PNBE, Nildo Masini, define em 1987, que "o empresariado, num regime fechado, acaba tendo mais facilidades de acesso a determinadas áreas". (…) "A comodidade se espalhou entre muitas lideranças, que imaginam que nós ainda estamos no mesmo processo de antes"[142].

Nilo Masini, desta feita, faz alusão às facilidades encontradas pelos grandes empresários em obter acesso à ossatura material do Estado durante a ditadura civil-militar, e, por sua vez, demonstra a necessidade de adequar-se aos novos caminhos de acesso a partir do processo de redemocratização em construção no período. Por outro lado, o incômodo com este novo cenário, levou o vice-presidente da Fiesp, em 1987, a propor a renúncia imediata do presidente da república José Sarney, assim como, a suspensão dos trabalhos da Constituinte. Masini defendia a convocação, no menor tempo possível, de eleições gerais, tanto para a presidência como para a composição de um novo quadro de constituintes. "Não é um golpe" – afirmava Nilo Masini – ao tentar justificar sua posição, "é a própria população que está reclamando do desempenho dos constituintes e, além de tudo, a maioria deles foi eleita em cima de um engodo (o Plano Cruzado)"[143]. Essa postura de Masini não era isolada, mas, na verdade representava a própria posição do PNBE sobre a continuidade do mandato presidencial, como publicado na matéria do Jornal da Tarde, do início de 1988:

> pelo menos um segmento do empresariado paulista está disposto a agir. Sob a sigla PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais –, dez empresários (entre eles Bruno Nardini, Oded Grajew e Emerson

[142] DREIFUSS, *op cit, 1989,* p. 131.
[143] Jornal do Brasil, 17/11/1987.

> Kapaz) iniciaram, na última sexta-feira, uma consulta a 117 entidades empresariais e, até o início da segunda quinzena de fevereiro, prometem traçar um quadro real sobre as aspirações da classe quanto à duração do mandato de Sarney[144].

O PNBE, como demonstrado, tinha entre seus objetivos, azeitar as relações entre a classe empresarial e os trabalhadores, cooptando e ressignificando suas lutas. Dessa forma, a entidade organizou e articulou seus esforços na produção de consenso sob um discurso de "convergência empresarial-sindical, através do 'sindicalismo de resultados' de Luiz Antônio Medeiros. E ainda faria alguns acenos amigáveis à própria CUT de Jair Meneguelli"[145]. A partir dessa estratégia, o PNBE organizou uma missão formada por lideranças empresariais e sindicais, para uma viagem a Israel com o intuito de conhecer o plano que teria debelado a inflação naquele país. Como mostra o site do PNBE, participaram os "fundadores do PNBE e as lideranças da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (que mais tarde fundariam a Força Sindical). Em Israel, os integrantes da missão se entrevistaram com os principais integrantes da equipe econômica e com o então primeiro-ministro Shimon Peres"[146].

Já estruturado, no período do governo Collor, o PNBE procurou articular de forma mais concreta sua estratégia de "conciliação de classes" incorporando/cooptando as classes trabalhadoras, a partir de um projeto que a entidade convencionou chamar de "Pacto Nacional", que envolveria, segundo eles, as principais lideranças dos trabalhadores. Segundo o PNBE, o pacto

> Consegue interessar o governo, que envolve nas negociações os ministros Antonio Kandir, Jarbas Passarinho, Ibrahim Abi Akcel e Zélia Cardoso de Mello. Articula as principais entidades empresariais do país – CNI (indústria), CNA (agricultura), CNC (comércio), Febraban (bancos), e CNT (transportes), que pela primeira vez subscrevem um documento conjunto, com compromissos para um pacto nacional de controle da inflação e retomada do desenvolvimento, entretanto, o

---

[144] Jornal da Tarde, 02/02/1988.
[145] DREIFUSS, *op cit, 1989*, p. 133
[146] http://www.pnbe.org.br/historico.html, acesso em 11/09/2015.

> governo Collor demonstra que não pretende efetivamente negociar o acordo proposto. Os trabalhadores da CUT e o PNBE retiram-se das reuniões e o fórum do Pacto Nacional é extinto[147].

Dessa forma, no fatídico "Pacto Nacional", o PNBE buscou elaborar um discurso que abarcasse as classes trabalhadoras capturando o sentido de suas bandeiras de luta e, para tanto, contou com a participação da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Atuando de forma consistente e coordenada na articulação do empresariado, desenvolvendo estratégias pragmáticas de mobilização e pressão sobre a sociedade política, difundindo e organizando ações na defesa dos princípios da economia de mercado, da livre iniciativa e da redefinição do papel do Estado, o PNBE pode ser entendido como um aparelho privado de hegemonia de singular atuação política e ideológica no fim da década de 1980. A atuação do PNBE, nesse sentido, sinaliza a tentativa de capturar as demandas das classes trabalhadoras em suas estratégias de "sindicalismo de resultados" ou "Pacto Nacional", tentando, assim, diluir e ressignificar tais lutas em favor do capital, a partir de um discurso legitimado por uma suposta defesa da democracia.

1.10 – Os "insatisfeitos" da FIESP: a Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI) contra os "*avanços da esquerda*" na Constituinte.

Assim como o já citado PNBE, outra instituição de atuação política e ideológica que emergiu da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no final dos anos de 1980, foi o movimento chamado Frente Nacional pela Livre iniciativa - FNLI. A aprovação da estabilidade no emprego, pela Comissão de Sistematização da ANC, teria

---

[147] *Idem.*

sido o principal motivo para que certos empresários do grupo de apoio de Mário Amato no interior das disputas políticas da Fiesp, buscassem o novo canal de articulação e mobilização. O projeto contou também com “insatisfeitos” – principalmente, com a referida questão da estabilidade no emprego – representantes da União Democrática Ruralista (UDR), Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional da Indústria.

A FNLI surge, em 1987, portanto, como uma reação ao que considerava "avanços da esquerda" no Congresso Constituinte[148] e com possibilidades de ação mais incisivas diante do suposto avanço, tendo em vista os limites enfrentados pela Fiesp, enquanto instituição de caráter sindical. A FNLI foi constituída a partir de iniciativas oriundas do grupo de dirigentes da Fiesp, principalmente, do empresário Mário Amato, que desapontado com certos rumos que vinha tomando os debates da Constituinte, buscou reunir o empresariado paulista em uma defesa mais pragmática dos princípios da economia de mercado e da livre iniciativa. Essa organização de uma entidade de atuação política que emerge do interior de uma instituição de caráter sindical, como a Fiesp, novamente nos remete a uma motivação mais operacional do que ideológica para a articulação em torno de sua criação.

Aproximando-se tanto da composição como dos objetivos defendidos pela União Brasileira de Empresários (UBE), a FNLI diferenciava-se por ser uma entidade formal com existência limitada ao tempo de duração da Constituinte: “Não somos frente política, estamos apenas à defesa do princípio da economia de mercado”[149], afirmavam os dirigentes da instituição. A FNLI orienta seu trabalho tendo como base de seu discurso o tripé: “direito de propriedade, economia de mercado e democracia”. Assim, a entidade

[148] Folha de São Paulo, 04/11/1987.
[149] TROIANO, *op cit*, 2012, p. 81.

empresarial buscava influenciar diretamente na tomada de decisão e definição de diretrizes políticas para quase todas as áreas como no conceito de empresa nacional, tributação, reforma agrária, saúde, educação e comunicação, buscando orientar o debate para a "democracia" à sua maneira, garantindo seus interesses parcelares como se fossem universais. De acordo com a matéria da Folha de São Paulo de 04 de novembro de 1987: "Em resumo, a FNLI é frontalmente contra a estatização"[150].

Grupos e entidades de esquerda de Londrina/PR, chegaram a organizar uma mobilização para denunciar que, com a formação da Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI), estava sendo organizado um *"lobby"* no Congresso Nacional, integrado pela União Democrática Ruralista (UDR), federações de indústrias, comerciantes, industriais e latifundiários, objetivando fazer com que a Constituinte tomasse outros rumos, ou seja, reverter os temas que supostamente constituísse conquistas para os trabalhadores. Esse movimento de entidades de esquerda do Paraná, foi apoiado pela CUT e pelo PT, sendo suas principais lideranças compostas: por um professor de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, militante da CUT e do PT; pelo membro da diretoria do Sindicato dos Bancários de Londrina, militante da CUT e do PT conhecido como "Ceará"; pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Londrina, militante da CUT e do PT; um professor membro da Associação dos Professores do Paraná; além de um membro da Federação das Associações de Moradores de Londrina[151].

A FNLI que ao ser lançada por meio de um alinhamento de fortes setores do empresariado do interior da Fiesp, "tinha a dimensão aparente de um 'lobby' final e arrasador". Foi a definição dada na reportagem de João Batista Natali para a Folha de São Paulo, em 25 de dezembro de 1987. Entretanto, segundo a mesma matéria, a instituição

---

[150] Folha de São Paulo, 04/11/1987.
[151] BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988*: entre a política institucional e a participação popular . Dissertação. São Paulo: USP, 2011, p. 287.

demonstrava estar “congelada como estrutura de pressão”. As motivações dessa perda de representatividade apontam novamente para cisões entre organizações da própria burguesia. O veto por parte de entidades mais tradicionais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em relação à proposta de ação conjunta entre a FNLI e a União Democrática Ruralista (UDR) teria inviabilizado sua atuação. Essa forte divergência entre a Fiesp e a UDR pode ser evidenciada a partir dos atritos, publicamente expressos, pelo presidente da UDR Ronaldo Caiado, e Eduardo Azevedo da MDU, que acusavam a hierarquia empresarial existente (principalmente da Fiesp e da UB) de “pelega” e pouco representativa[152]. Dessa forma, a FNLI teve atuação considerada efêmera (aproximadamente dois meses conforme as notícias na imprensa). Essa rápida dissolução da entidade teria sido consequência das próprias cisões e divergências políticas no interior de seu núcleo duro de dirigentes, expressão dos conflitos interburgueses na busca pela redefinição de seus projetos de poder.

[152] Folha de São Paulo, 25/12/1987.

CAPÍTULO II: DO EMPRESARIADO "DEMOCRÁTICO" E VOLTADO PARA O SOCIAL AO EMPRESARIAMENTO DE FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO NO BRASIL

Os anos de 1980 constituíram-se como um marco importante na história recente do Brasil, tendo em vista o complexo processo de transição para a democracia, após quase três décadas de ditadura civil-militar, onde ocorreram importantes transformações, no que concerne à ocidentalização da sociedade brasileira. Entre as lutas pela democracia empreendidas por movimentos sociais e grupos progressistas que almejavam a universalização de direitos de cidadania e bem-estar social, povoaram também nessa sociedade civil – cada vez mais complexa e ocidentalizada – uma multiplicidade de organizações da classe dominante, que nos remete a sua necessidade de rearticular suas estratégias de acumulação e, principalmente, sua relação com a ossatura do Estado.

Mas foi nos anos de 1990 que esse processo se intensificou e se consolidou, onde as bandeiras burguesas da economia de mercado lançadas na década anterior empunhadas por uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia, começam a ser operacionalizadas em um programa de reformas com vistas à reconfigurar a papel do Estado, ou como afirmam seus intelectuais orgânicos, torná-lo "eficiente". Este acesso não deve ser entendido em um sentido funcionalista, uma vez que o Estado moderno é, por natureza, um Estado burguês, mas, todavia, compreendendo que as classes dominantes necessitam de uma permanente atualização das formas de expropriação social, onde a estrutura institucional do Estado, deve ser sempre reorientrada no sentido de funcionalizar a dominação de classe. Como nos diz Nicos Poulantzas, "o Estado é uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes"[153].

---

[153] POULANTZAS, Nicos. O Poder, O Estado e o Socialismo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Ed,

No plano internacional, a euforia em torno da chamada globalização representou um veículo fundamental nas lutas de classes, no sentido de favorecer a naturalização da ideologia neoliberal, sendo apresentada, por esses agentes, como a própria expressão da "modernidade" notadamente por ser considerada como resultado das forças de mercado "liberadas das correntes nocivas da ação do Estado". Por conseguinte, o discurso dos organismos internacionais como o FMI - Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – era o de que as reformas estruturais que incentivassem o funcionamento dos mercados, apoiadas na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantiriam a essas nações a retomada das altas taxas de investimento e, por sua vez, o crescimento econômico.

No discurso de reformas para o mercado e de acordo com a cartilha do "Consenso de Washington", todos os países latino-americanos deveriam se engajar neste processo de reconfiguração da ordem econômica que garantiria sua inserção no "novo mundo globalizado" e seriam tão mais bem-sucedidos, quanto maior o grau de abertura das economias e a desregulamentação dos mercados. Assim, os organismos internacionais lançam mão de novas estratégias de ação, tanto na condução da política econômica quanto na conformação social dos países. As "novas funções do Estado" envolvem desde a gestão das pequenas reformas para implantar as grandes reformas até a formulação de uma nova conformação social[154].

Dessa forma, no início dos anos de 1990, temos de um lado o quadro internacional do capitalismo calcado na ideologia da globalização e na reestruturação produtiva e, de outro, temos uma movimentação da burguesia brasileira no sentido de atualizar sua

---

1985, p. 148

[154] NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia:* estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, p. 73.

relação com Estado, com vistas a garantir sua posição de dominação e, principalmente, em prol da garantia de seus interesses mais imediatos de acumulação. Além disso, temos que considerar as formas específicas de resistência social ao projeto neoliberal no Brasil, no âmbito das lutas de classes, que, em grande medida, forçaram um ritmo cadenciado e não acelerado (como defendiam muitos dos intelectuais coletivos apresentados no primeiro capítulo) na execução das referidas reformas. Intelectuais progressistas, estudantes, movimentos sociais, sindicais e partidos de esquerda, entre outros, pressionavam contra a adoção de tais reformas neoliberais, o que exigiu, por sua vez, tanto a ação coercitiva mais intensa, como estratégias mais elaboradas de construção de consenso por seus intelectuais orgânicos e seus aparelhos privados.

Não obstante, diante do desenvolvimento das novas orientações internacionais do capitalismo mundializado amparadas nas premissas da globalização e da reestruturação produtiva, da mesma forma, novas relações e estratégias burguesas de domínio sobre a ossatura material do Estado, também se mostram necessárias. A burguesia brasileira, nessa reconstrução das regras do jogo democrático, passa a defender de forma mais aberta e articulada o seu modelo de sociedade fundada nos valores da economia de mercado e da meritocracia. Temos de um lado a organização da burguesia brasileira em defesa de seus interesses imediatos de ampliação da acumulação e da defesa de sua concepção de mundo – o que implica em articulações, cisões e conflitos intra-classe, denotando a complexidade dessas relações de poder – e, conjuntamente, suas pretensões de se internacionalizar no plano estrutural do capitalismo mundializado. Por outro lado, temos as formas de resistência ao avanço de tais projetos de hegemonia burguesa – que mobilizaram movimentos sociais, sindicatos das classes trabalhadoras – acionando diferentes grupos sociais, assim como forçando estratégias complexas para garantia e atualização da dominação entre a coerção e a produção de consenso.

Podemos observar como os modelos de ação gestados no período anterior acabam tendo desdobramentos interessantes. De um lado, a permanência da truculência generalizada contra qualquer movimento de reforma agrária, em paralelo ao crescimento da concentração da propriedade da terra. As agressivas campanhas de privatização e reformatação do Estado, conduzidas por algumas entidades, terão em paralelo, uma nova postura "negociadora" de parcela da burguesia que, paulatinamente, vai alcançando quase toda a burguesia brasileira. No mesmo sentido, uma insistência nas reformas constitucionais, que foram realizadas sempre que conseguiram maiorias parlamentares, ainda que a troco de pagamentos espúrios, e o bálsamo das entidades de "responsabilidade social" ou do discurso do capitalismo para os trabalhadores.

Este é um quadro conjuntural que nos remete às formas atualizadas do modelo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo monopolista no Brasil. Essa dupla articulação, como chama Florestan Fernandes, não cria apenas o seu modelo de transformação capitalista, "ela engendra uma fórmula típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa"[155].

2.1 – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE): articulação de ONGs em torno do "investimento social privado" como estratégia de redefinição do Estado.

No conjunto da organização da burguesia brasileira podemos evidenciar a ampliação da arena de batalhas, com uma multiplicidade de organizações que denotam a

[155] FERNANDES, *op cit*, 2005, p. 349.

expansão do empresariamento nas mais diversas áreas de atuação pública. No interior dessa variedade de organizações, temos a constituição de entidades que atuam na conversão de lutas, assim como em uma espécie de organização de “nichos de mercado” que, em muitos casos, acabam por desmantelar certas conquistas populares e converter essas atividades em formas de obtenção de lucro.

Esse novo arranjo nos padrões de sociabilidade, que vai se construindo desde os anos 80 e se consolida na década de 90, apresenta a complexidade das transformações ocorridas no período. A interação entre estruturas estatais e intelectuais coletivos privados no processo de formulação de políticas públicas passa, dessa forma, por importantes transformações. Condição esta que se desenvolve tanto em virtude da própria diversificação e complexidade do processo – tendo em vista a ocidentalização da sociedade civil no Brasil – quanto pela participação de novos atores, principalmente das chamadas organizações não-governamentais (ONGs) e das chamadas fundações e associações sem fins lucrativos (Fasfil). Ressaltamos a multiplicação de ONGs e FASFIL, que, para nossa análise, destacamos aquelas que disputam pelos recursos públicos, deslocando o sentido da responsabilidade social do público para o privado e do universalizante para o focalizado. Essas organizações, por sua vez, demonstram uma ampliação da esfera de luta e as novas estratégias das classes dominantes, no sentido de buscar dar unicidade e/ou organicidade à multiplicidade de frentes no interior da burguesia.

As Fundações e Associações sem fins lucrativos (Fasfil) brasileiras de acordo com o Código Civil Brasileiro (CCB), promulgado por meio da Lei nº 10.406/2002, são classificadas como pessoas jurídicas de direito privado. O CCB estabelece que tais entidades são uniões de pessoas para fins econômicos, não existindo direitos e obrigações recíprocas entre seus associados. O quadro abaixo apresenta a legislação que ampara e os

benefícios decorrentes de títulos concedidos às Fasfil no Brasil.

Quadro 2.1 – Legislação e Características das FASFIL

Formato de FASFIL	Legislação que Ampara	Benefícios e Vantagens
Utilidade Pública Federal	Lei no 91/1935; Decreto no 50517/1961; Decreto no 3415/2000.	- Dedutibilidade do imposto de renda; - Recebimento de subvenções, auxílios e doações; - Permissão para realização de sorteios, desde que autorizados pelo Ministério da Justiça; - Pré-requisito para obter o CEAS; - É um dos pré-requisitos para requerer a "isenção" da cota patronal devida ao INSS.
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)	Constituição Federal, art. 203; Lei no 8212/1991, art. 4º e 55; Lei no 8742/1993, arts. 1º a 3º; Decreto no2536/1998; Resolução CNAS nº 177/2000.	- Também serve de pré-requisito para requerer a "isenção" da cota patronal devida ao INSS.
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	Lei no 9790/1999; Decreto no 3100/1999.	- Dedutibilidade do imposto de renda das pessoas Jurídicas; - Possibilidade de remuneração de dirigentes sem a perda de benefício social; - Celebração de termos de parceria com o Poder Público.
Organização Social (OS)	Lei no 9637/1998.	- Habilitação da entidade para celebrar contratos de gestão com a Administração Pública; - Facilidade na administração de recursos materiais, financeiros e humanos do Poder Público sem a burocracia das normas a ele inerentes.

Fonte: GIMENES, Éder Rodrigo. O que são Fasfil? Perfil das Fundações e Associações sem fins lucrativos no âmbito Brasileiro. Revista Caderno de Administração, v. 24, n. 1, 2016, p. 62-63. Com base em OAB/SP (2005).

O IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em parceria com a Abong e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE desenvolveram uma pesquisa sobre as chamadas "organizações da sociedade civil organizada no Brasil", com

base nos dados do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE, com a participação da Secretaria-Geral da Presidência da República. De acordo com o estudo, em 2010, havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). As Fasfil concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%)[156].

A construção desse novo modelo de sociabilidade, que tem na imagem do "empreendedor" e no modelo empresarial de gestão, seu grande referencial que deveria ser reproduzido em todas as esferas da vida social, encontra no plano das políticas sociais, um grande filão para a conversão de atribuições universalistas do Estado a mecanismos focalizados da iniciativa privada. A reconfiguração do papel do Estado, portanto, teve como um de seus importantes veículos – tanto na materialização de políticas, como no âmbito das lutas simbólicas e construção do consenso – a organização empresarial para a captura e ressignificação dos problemas sociais e suas "soluções".

A partir de iniciativas desenvolvidas e em atividade desde o início dos anos de 1980, o empresariado já buscava alinhar-se às novas formas de pensar e organizar "soluções" para conflitos e problemas sociais, tendo como uma de suas estratégias de ação, o desenvolvimento de propostas que se enquadram em um formato de "filantropia empresarial". As primeiras experiências que serviram de subsídio ao fortalecimento ideológico e organizativo da classe burguesa nos novos moldes, tiveram duas raízes

[156] http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm, acesso em 28/09/2015.

anteriores aos anos 90. Uma delas foi ligada ao Prêmio Empresa-Comunidade (Prêmio ECO), lançado em 1982, que era coordenado pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo. A outra iniciativa baseava-se em atividades da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e Adolescente, dirigida pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos. A proposta da Abrinq representou um importante mecanismo para inscrever na agenda dos empresários brasileiros a relevância da intervenção classista nas "questões sociais"[157].

Foi no seio dos debates e da organização de ações voltadas à filantropia empresarial que nasceu o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O GIFE é uma organização que se auto-declara como sendo sem fins lucrativos e que "reúne associados de origem empresarial, familiar, independente ou comunitária, que investem em projetos de finalidade pública. Nascido como grupo informal em 1989, foi instituído como Grupo de Institutos Fundações e Empresas em 1995 por 25 organizações"[158]. Por conseguinte, foi através desse grupo de grandes empresários mobilizados pelos pressupostos da "responsabilidade social" ou "investimento social privado" no novo padrão de relações com o Estado, que já vinha em gestação desde o início dos anos 1980 (com o Prêmio ECO), que surge a iniciativa de criação de uma instituição que articulasse e pudesse dar ressonância a essa estratégia de ação da burguesia. Segundo o GIFE:

> A sociedade deve estar no centro do **investimento social privado.** Seu papel e potencial transformador ganha forma na sua capacidade de reconhecer e assimilar as demandas e necessidades da sociedade. Para isso, o investimento social possui instrumentos poderosos ligados à mobilização dos recursos da sociedade e do capital privado, à capacidade de assumir riscos e promover inovação e ao papel da sociedade no fortalecimento das políticas públicas e no exercício do controle social sobre o Estado[159]. (Grifos nossos).

---

[157] MARTINS, *op cit*, 2007.
[158] http://gife.org.br/quem-somos/, acesso em 25/09/2015.
[159] *Idem.*

É interessante observar que em seu discurso a questão não se apresenta como "filantropia", mas, entretanto, como "investimento". Esta abordagem apoia-se no "pé filantrópico" como ponto de partida para inaugurar o que poderíamos chamar de uma "gestão da pobreza". Como afirma o educador André Martins, que pesquisou a entidade, o GIFE pode ser caracterizado como uma organização, cuja atuação teria sido importante no processo de mudança do comportamento político empresarial na sociedade civil, a partir da segunda metade dos anos de 1990.

A instituição contava com o apoio financeiro e/ou organizacional da Fundação Ford e Fundação Kellongs dos Estados Unidos, o GIFE foi criado com o intuito de oferecer uma estrutura articulada de ação política "às intervenções empresariais descontínuas, voluntariosas, fragmentadas, pontuais, desconectadas e restritas ao universo da filantropia empresarial, dando a elas um novo formato e uma perspectiva de classe"[160]. De acordo com o secretário-geral do GIFE, Fernando Rossetti, "não temos uma cultura da filantropia privada local em trabalhar com os outros. Os projetos das empresas sempre nadam em raias próprias. Somente agora é que começamos a ver algum alinhamento das ações"[161].

O objetivo da instituição seria o de fornecer uma aparelhagem preparada para orientar, dirigir e apoiar as intervenções político-sociais do empresariado na sociedade civil. Além do apoio das entidades supracitadas e das vinte e cinco instituições que fundaram o GIFE, a organização empresarial passou a compreender mais de 130 instituições associadas, compondo um importante veículo de representação da burguesia, em um aspecto específico de sua estratégia de atuação. "É uma questão econômica", aponta Fernando Rossetti. "Dentro de um ambiente de competição global, o setor

[160] MARTINS, op cit, 2007, p. 145.
[161] Folha de São Paulo, 27/05/2009.

empresarial no Brasil está cada vez mais preocupado com a questão da qualidade na formação dos recursos humanos, e isso se reflete em seus investimentos sociais”[162]. A partir desse discurso, a entidade agrupa em seus projetos uma extensa lista de fundações e institutos associados. Entre as entidades estão:

Quadro 2.2 – Entidades Associadas GIFE (Fundações e Institutos)

Entidades Associadas GIFE			
1	Aldeias Infantis SOS	53	Instituto Alana
2	Brazilfundation	54	Instituto Alair Martins-Iamar
3	Childfund Brasil – Fundo para Crianças	55	Instituto Alcoa
4	Childhood Brasil	56	Instituto Algar
5	Fundação Affonso Brandão Hennel - FABH	57	Instituto Arapyaú
6	Fundação Amazonas Sustentável	58	Instituto Arcor Brasil
7	Fundação André e Lúcia Maggi	59	Instituto Arredondar
8	Fundação Aperam Acesita	60	Instituto Avon
9	Fundação Avina	61	Instituto Ayrton Senna
10	Fundação ArcelorMittal Brasil	62	Instituto BM&FBovespa
11	Fundação Arymax	63	Instituto BRF
12	Fundação Banco do Brasil	64	Instituto C&A
13	Fundação Bradesco	65	Instituto Camargo Corrêa
14	Fundação Bunge	66	Instituto Coca-cola Brasil
15	Fundação Cargill	67	Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo
16	Fundação CSN	68	Instituto Criança é Vida
17	Fundação Educar DPaschoal	69	Instituto Cyrela
18	Fundação FEAC	70	Instituto de Cidadania Empresarial
19	Fundação Ford	71	Instituto Desiderata
20	Fundação Grupo Boticário	72	Instituto Ecofuturo
21	Fundação Itaú Social	73	Instituto EDP
22	Fundação Jaime Câmara	74	Instituto Elisabetha Randon
23	Fundação Jardi	75	Instituto Embreaer
24	Fundação John Deere	76	Instituto Embratel Claro
25	Fundação José Luiz Egydio Setubal	77	Instituto Estre
26	Fundação José Silveira	78	Instituto Eurofarma
27	Fundação Lochpe	79	Instituto Grupo Boticário
28	Fundação Lamb Watchers	80	Instituto Grupo Pão de Açucar
29	Fundação Lemann	81	Instituto Holcim
30	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	82	Instituto HSBC Solidariedade
31	Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho	83	Instituto Inspirare
32	Fundação Nestlé Brasil	84	Instituto Invepar
33	Fundação Odebrecht	85	Instituto Itaú Cultural
34	Fundação Oftalmologia Dr. Ruben Cunha	86	Instituto Jama

[162] Folha de São Paulo, 27/05/2009.

35	Fundação Otacílio Coser	87	Instituto Jatobás
36	Fundação Projeto Pescar	88	Instituto Júlio Simões
37	Fundação Roberto Marinho	89	Instituto Lina Galvani
38	Fundação Romi	90	Instituto Lojas Renner
39	Fundação Semear	91	Instituto Natura
40	Fundação SM	92	Instituto Paulo Montenegro
41	Fundação Stickel	93	Instituto Pnínsula
42	Fundação Telefônica Vivo	94	Instituto Positivo
43	Fundação Tide Setubal	95	Instituto Ranault
44	Fundação Vale	96	Instituto Rogério Steinberg
45	Fundação Via Varejo	97	Instituto Sabin
46	Fundação Victor Civita	98	Instituto Souza Cruz
47	Fundação Volkswagen	99	Instituto Unibanco
48	ICCO Cooperation	100	Instituto Samuel Klein
49	Impaes	101	Instituto Votorantim
50	Instituto 3M	102	Instituto Wal-Mart
51	Instituto ABCD	103	Instituto Unimed Vitória
52	Instituto Abramundo		

Elaboração própria. Fonte: http://gife.org.br/associados/, acesso em 25/09/2015)

Além das fundações e institutos supracitados, os projetos do GIFE também articulam empresas como a TV Globo, Accenture, Banco JP Morgan, Banco Bradesco, BASF, BG Brasil, Carrefour, CCR, Cielo, FTD Educação, Mattos Filho, Microsoft, Intel, NET, Oi Futuro, Monsanto, ProUni-Unimed Cuiabá, Roche, Pepsico, Santander, SAP Brasil, Samarco, Tecnisa, Tim Brasil, Serasa Experian, União Marista do Brasil e United Way Brasil. Dessa forma, o GIFE congrega e operacionaliza interesses de importantes grupos econômicos atuantes em diferentes campos.

Atualmente (2015) seu corpo de dirigentes (chamado de Conselho de Governança) é composto por Ana Helena de Moraes Vicintin (Instituto Votorantim); Beatriz Azeredo (TV Globo); Beatriz Gerdau Johannpeter (presidente do GIFE, Grupo Gerdau); Bernadette Coser (Fundação Otacílio Coser); Denis Mizne (Fundação Lemann); Leonardo Gloor (Fundação ArcelorMittal); Marcelo de Camargo Furtado (Instituto Arapyaú); Marcos Nisti (Instituto Alana); Maria Alice Setubal;(Fundação Tide Setubal); Maria de Lourdes Nunes (Fundação Grupo Boticário); Ricardo Henriques (Instituto Unibanco). E no Conselho Fiscal, Arnaldo Rezende (Fundação FEAC); Cristiano Mello

de Almeida (Banco J.P. Morgan); Jefferson Romon (Fundação Bradesco)[163].

O GIFE apresenta seu escopo de atuação no conjunto das iniciativas privadas de investimento em políticas sociais a partir das seguintes premissas fundamentais:

> 1- Atua como um centro de reflexão, organização e difusão de informações sobre investimento social privado no Brasil, bem como um polo de disseminação de tecnologias de ponta no terceiro setor;
> 2- Contribui para criar condições que estimulem o setor privado a investir no desenvolvimento social do país;
> 3- Estimula a formação de parcerias, para que as ações na área social não estejam pulverizadas, mas formem um conjunto mais eficiente para a melhoria das condições do desenvolvimento sustentado do país;
> 4- Agrega valor à organização, propiciando informação e troca de experiências; estabelece intercâmbios com as organizações congêneres nacionais e internacionais;
> 5- Estimula o surgimento e a prática de novos paradigmas de desenvolvimento social sustentável;
> 6- Contribui para a formação de um ambiente legal favorável à atuação do terceiro setor, mais especificamente dos investidores sociais privados[164].

O GIFE estabelece "*agendas estratégicas*" de ação. Segundo consta no site da entidade, as agendas estratégicas "envolvem temáticas cujo aprofundamento tem grande potencial de fortalecer e legitimar o investimento social privado como setor e ator de grande relevância e impacto no uso de recursos privados para a produção do bem público"[165]. Ela estabelece suas diretrizes de ação a partir de "debates na sociedade civil" para a definição de "tendências" do investimento social privado no Brasil. O GIFE afirma ainda que as agendas "envolvem temáticas importantes para o investimento social por significarem alternativas promotoras de uma visão sistêmica e integrada para a atuação de nossos associados". Entre elas estão: o alinhamento do investimento social às políticas públicas; o alinhamento entre investimento social e o negócio; a ampliação da doação no investimento social privado; o fortalecimento das organizações da sociedade civil; e

---

[163] http://gife.org.br/equipe-e-conselho/, acesso em 26/09/2015.
[164] http://gife.org.br, acesso em 25/09/2015.
[165] *Idem.*

negócios de impacto social[166].

O GIFE, portanto, tem o propósito de unificar esforços e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de ações integradas e comuns entre os grandes grupos empresariais atuantes no país. Dessa forma, sua atuação enquanto intelectual coletivo da classe burguesa articula e congrega as distintas posições e interesses intra-classe, imprimindo uma marca ideológica mais unificada e identificada com os pressupostos neoliberais. Assumindo o papel de porta-voz dos interesses parcelares e desconexos da infinidade de entidades associadas e apoiadoras de seus projetos, o GIFE entra no cenário político como um APH, atuante para o alinhamento e acomodação dos diferentes interesses que compõem o universo heterogêneo das Fasfil, na busca por um reordenamento do papel do Estado, a partir do investimento social privado. Como afirma Virgínia Fontes, "aparelhos privados de hegemonia não se definem, em Gramsci, unicamente pela vontade de transformação (ou de conservação), mas pelos laços orgânicos que os ligam às classes sociais fundamentais"[167].

Concepção social esta que se baseia na mercantilização e filantropização das lutas sociais, como amortecedor de conflitos e arma simbólica no processo de construção do consenso e naturalização de um novo padrão de sociabilidade. De acordo com a empresária, presidente da Fundação Ioschpe e representante do GIFE, Evelyn Ioschpe, "um erro muito comum no Brasil é a confusão entre filantropia e a caridade ou paternalismo. Na realidade, filantropia é mais que isso. É uma forma de moldar a sociedade, porque reforça os laços de solidariedade entre as pessoas"[168].

Entretanto, a filantropia assume também o papel de mecanismo do empresariamento de determinadas funções sociais do Estado e, portanto, merece uma

---

[166] http://gife.org.br/agendas-estrategicas/, acesso em 24/09/2015.
[167] FONTES, Virgínia. *op cit*, 2010, p. 282.
[168] Veja, 16/04/1997.

análise e caracterização mais complexa do que a visão apontada pela empresária. Como afirma Virgínia Fontes, a filantropia é o exercício da doação dos que têm muito para os demais. Em outros termos, aqueles que muito têm precisam continuar a usufruir de sua posição (que obviamente deriva de exploração da força de trabalho), para em seguida doarem o quanto quiserem, para fazer o que eles acharem conveniente, permitindo-se inclusive selecionar quais setores da população serão os "alvos" ou "merecedores" de sua filantropia. Por conseguinte, trata-se justamente do contrário de qualquer política universalizante, igualitária, pública e democrática, capaz de assegurar a socialização da qualidade de vida[169].

Apesar de atuar, à primeira vista, em uma arena específica de batalhas no campo político-ideológico, relacionada às questões sociais, o GIFE amplia esse universo de atuação e disputa, na medida em que assume o papel de unificação dessas matizes em uma concepção de mundo coerente e sintonizada às relações bem mais profundas entre sociedade civil e Estado que alcançam todas as esferas da vida social.

O empresário Helio Mattar (presidente do Instituto Akatu, conselheiro político-estratégico do GIFE e membro do PNBE), em debate quanto à perspectiva do "investimento privado no campo social" frente aos desafios do desenvolvimento do país – na conferência de abertura do 1º Congresso do GIFE ocorrido em 2000 – demonstrou a linha de atuação do GIFE. Na ocasião, afirmou que a drástica redução dos gastos públicos na área social — ocorrida entre os anos de 1996 e 1998 (na ordem de 8%), e a perspectiva de se manter essa tendência para cumprir metas de pagamento da dívida externa — e a suposta diminuição da capacidade gerencial do aparato institucional do Estado no sentido de garantir o atendimento das questões sociais, "contrastam com o aumento do poder

[169] Fontes, Virgínia. Entrevista concedida a Carta Maior, 04/04/2013. In: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Virginia-Fontes-o-SUS-e-a-luta-de-classes/5/27816. Acesso em 15/09/2015.

empresarial decorrente da concentração da riqueza no setor privado e da melhoria dos modelos de gestão empresarial desenvolvidas recentemente”[170].

Com a articulação do empresariado e a consequente definição de uma diretriz ideológica norteadora das ações da burguesia no plano social, seria possível uma significativa operacionalização de objetivos em políticas sociais. Isso se opera, na visão do empresariado, a partir da capacidade de levantamento de recursos financeiros e a maior facilidade na utilização e alocação desses recursos pelo setor privado, daria maior “eficiência” ao enfrentamento dos problemas sociais. Trata-se de novos modos de “gerir”, é a utilização dos fundos públicos como se privados fossem. A partir daí, descobrir novas formas de preparar, educar e disciplinar as classes trabalhadoras, disputar os movimentos sociais e a forma “certa” e “eficaz” de enfrentar os problemas sociais.

No sentido de ilustrar esse suposto novo papel do setor privado na gestão do social, o dirigente do GIFE, Hélio Mattar, assim define: “dez corporações mundiais equivalem a oito países em termos do seu PIB. Houve um forte deslocamento de poder para a mão das empresas. E se houve um deslocamento de poder, nós não podemos deixar de considerar que houve um deslocamento da responsabilidade”[171].

Este seria o desafio e, acima de tudo, o compromisso do empresariado na concepção do GIFE: assumir o “deslocamento de responsabilidades” imposto pela nova ordem e aceitar o desafio de contribuir para o fortalecimento do campo social com a perspectiva de tornar “a humanidade uma irmandade”[172]. Primeiramente, observa-se a noção bastante recorrente em outras ações entre as organizações da burguesia, que se refere ao papel do empresário enquanto “ator fundamental” para a condução do processo de “desenvolvimento” do país. Outro elemento que se apresenta na argumentação do

---

[170] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 150.
[171] *Idem*, p. 150.
[172] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 150.

dirigente é a visão "conciliatória", de "amenização" dos conflitos sociais a partir da atuação no plano social como colchão amortecedor no processo de mercantil-filantropização das lutas sociais. O modelo é de conciliação do padrão de acumulação capitalista e a ampliação das taxas de lucro, com a conversão da responsabilidade social do Estado para o empresariado (com adesão voluntária e atuação focalizada).

O "novo" modelo de sociabilidade que se pretende com essa redefinição do papel do aparelho estatal, se revela como expressão da luta para o consolidar como *"Estado gerencial* no sentido da afirmação do Estado neoliberal, como proposto pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial). Por sua vez, o 'investimento social privado' se afirma como um dos mecanismos operacionais para construção dessa idealização de sociedade"[173]. Como afirma o educador André Martins, a concepção que orienta esse mecanismo operacional parte de um pressuposto muito importante: "as empresas e suas fundações/institutos que assumem a responsabilidade por projetos sociais de relevância para o país devem contar com o apoio do fundo público através de isenções fiscais"[174]. Segundo Martins,

> o GIFE, além de orientar as entidades filiadas que requeressem o título de Utilidade Pública Federal (mecanismo que permite a isenção do pagamento de impostos), interveio, através de seus intelectuais, nas articulações ocorridas no governo Fernando Henrique Cardoso para a construção e aprovação de um novo "marco legal do terceiro setor", contemplando que as organizações sem fins lucrativos situadas na sociedade civil de origem empresarial pudessem se qualificar como aptas a disputar os recursos do fundo público para desenvolvimento de projetos sociais tidos como de relevância estratégica para o país[175].

Atuando por um lado, para a naturalização de um novo tipo de ator social – capturando e ressignificando as reivindicações e os conflitos sociais –, de outro, na construção, difusão e na defesa de políticas públicas que previam o deslocamento da

---

[173] *Idem*, p. 151.
[174] *Idem*, p. 151
[175] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 151.

responsabilidade (universalizante) do Estado, para (ações focalizadas) do empresariado, o GIFE configura-se como um aparelho privado de hegemonia que representa certos interesses no sentido econômico e no enfrentamento político-ideológico nas lutas sociais, aceitando, por um lado, o diagnóstico da desigualdade e pobreza e, por outro, revirando-o para sua concepção de gestão.

2.2 – Refinamento e organicidade de classe na estratégia de "Responsabilidade Social Empresarial" do Instituto Ethos

Segundo André Martins, o trabalho ideológico de "educação" política empreendida pelo GIFE ganhou um novo impulso com a criação do aparelho privado de hegemonia nomeado de Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. A entidade que se enquadra como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), se auto-declara como uma instituição cuja missão seria de "mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável"[176].

Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada, o Instituto Ethos, segundo sua própria definição, seria um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de "ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável"[177]. Esse aparelho propiciou a consolidação de pressupostos voltados à radicalização das ações políticas do empresariado em certos espaços da sociedade civil, a partir da concepção de

[176] http://www3.ethos.org.br/conteudo/, acesso em 25/09/2015.
[177] http://www3.ethos.org.br/, acesso em 25/09/2015.

“responsabilidade social empresarial”.

Segundo seu site, o Instituto Ethos em seu objetivo de disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, propõe auxiliar as instituições a: compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável; implementar políticas e práticas que atendam a elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do sucesso econômico sustentável em longo prazo; assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são atingidos por suas atividades; demonstrar a seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para o retorno em longo prazo sobre seus investimentos; identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum; prosperar, contribuindo para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável[178].

Por conseguinte, o Instituto Ethos defende como medida eficiente a ser instrumentalizada em políticas públicas, transformar em regras as “boas práticas empresariais”, nas suas diversas formas – seja no modo de produção, seja na substituição de recursos naturais –, consolidando-as como padrão geral. “E os meios que podem ser utilizados para transformar boas práticas em normas são a regulamentação pública e a autorregulação setorial, muitas vezes utilizadas conjuntamente”[179]. Dessa forma o instituto define que,

> a indução de políticas públicas utilizaria as organizações já comprometidas com pelo menos parte das mudanças necessárias como apoio ao engajamento do mercado em que estão inseridas, provocando ações estruturais que resultariam em alterações relevantes nos perfis da produção, do consumo e da distribuição de renda. Considerando um objetivo mais abrangente, a adoção de políticas públicas representa ampliar o leque contributivo das ferramentas já criadas pelas próprias empresas para promover avanços concretos na implantação de uma nova economia, equilibrando o patamar das práticas de

[178] http://www3.ethos.org.br/conteudo, acesso em 25/09/2015.
[179] http://www3.ethos.org.br/, acesso em 25/09/2015.

> Responsabilidade Social Empresarial. Além disso, as políticas públicas devem prever que práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que já produzem algum resultado, devem ser identificadas e reconhecidas, de forma que o ciclo de investimentos e de desenvolvimento de ações positivas permaneça sempre em atividade[180].

A tática de ação desenvolvida pelo Instituto Ethos seria refinar e dar sentido de coletividade às práticas voluntaristas e desagregadas das empresas, convertendo-as em estratégias orgânicas da classe. Dessa forma, a instituição se insere no quadro de estratégias da burguesia como mecanismo de consolidação de referências materiais e simbólicas para introdução de novos "elementos na relação capital e trabalho, visando consolidar as mudanças já ocorridas na função do aparelho de Estado, nas políticas sociais e difundir uma nova dimensão política da cidadania e de participação"[181]. Por conseguinte, o sentido da chamada "responsabilidade social empresarial" se constituiu numa face da ideologia neoliberal que dá organicidade à determinadas formas de atuação coletiva, na construção do consenso em torno de sua concepção de mundo e na operacionalização de objetivos político-ideológicos.

A estrutura organizacional do Instituto Ethos é composta por sua diretoria, assim como outros cinco conselhos que compõem o quadro dirigente e participam diretamente nos processos de tomadas de decisão da instituição. São eles: Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo, Conselho Fiscal, Conselho Internacional e Conselho Orientador do Plano Ethos 10 anos. O quadro a seguir apresenta os membros da diretoria e Conselho Deliberativo do Instituto Ethos:

Quadro 2.3 – Membros da Diretoria e Conselho Deliberativo do Instituto Ethos (2015)

Membro/Cargo	Referências
Jorge Abrahão, diretor-presidente	Engenheiro e empresário, membro do Conselho do Global Compact da ONU; membro do Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial- ISE da Bovespa; membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial; membro do Conselho de Transparencia do Senado Federal; membro do

[180] http://www3.ethos.org.br, acesso em 25/09/2015.
[181] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 151.

	Conselho da Cidade de Sao Paulo; membro do Fórum Brasileiro de Mudança Climática (FBMC); membro do Colegiado de Apoio da Rede Nossa São Paulo; membro do Conselho do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente; membro do Conselho da Atletas pelo Brasil.
Caio Magri, diretor de Operações, Práticas Empresariais e Políticas Públicas	Graduado em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), foi gerente de políticas públicas da Fundação Abrinq, além de coordenador do Programa de Políticas Públicas para a Juventude da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (SP). Em 2003 integrou na assessoria especial do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sob a coordenação de Oded Grajew.
Celina Borges Torrealba Carpi, Presidente do Conselho Deliberativo	Sócia-fundadora do Instituto Ethos; foi executiva por muitos anos da Libra Holding S.A., controladora das empresas que formam o Grupo Libra; presidente do Conselho do Rio Como Vamos; conselheira plena da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade; e participa da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); Graduada em engenharia civil pela UFRJ e em direito pela Universidade Cândido Mendes, cursou MBA no European Institute of Business Administration (Insead) e possui pós-graduação em políticas públicas pela EPPG/Iuperj e mestrado nas áreas de sustentabilidade e gestão ambiental pela Universidade Harvard.
Franklin Feder, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo	Graduado em administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP); com MBA pelo International Management Development Institute, de Lausanne, na Suíça; foi presidente da Alcoa América Latina, vice-presidente da Alcoa Inc. e membro do Conselho Administrativo da Alcoa Foundation, além de trabalhar bem próximo ao governo e às comunidades para aprimorar o perfil institucional da Alcoa no país.
Andrea Alvares, Conselho Deliberativo	Líder da Unidade de Negócios de Salty Snacks da PepsiCo; trabalhou também na Procter & Gamble no Brasil. Formada em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, é vice-presidente do Conselho Administrativo da Amcham e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). É também membro do Conselho Estratégico da Rede das Mulheres pela Sustentabilidade do Ministério do Meio Ambiente.
Carlos Eduardo Lessa Brandão, Conselho Deliberativo	Consultor e professor, é membro dos conselhos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&F Bovespa; participa do Conselho de Autorregulação do Código Abrasca, do Conselho de *Stakeholders* da Global Reporting Initiative (GRI) e do Comitê Técnico da Global Initiative for Sustainability Ratings (GISR); foi executivo dos grupos Andrade Gutierrez e Vale; Engenheiro civil, é mestre em Planejamento Energético e doutor em História e Filosofia da Ciência pela UFRJ, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC e ADP pela London Business School.
Daniel Feffer, Conselho Deliberativo	Vice-presidente corporativo da Suzano Holding e membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose; conselheiro da MDS-SGPS; presidente da Fundação Filantrópica Arymax; presidente do Instituto Ecofuturo; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); membro do Conselho da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp); membro do Conselho da The Natural Conservancy (TNC); membro fundador do Conselho do Compromisso Todos pela Educação; membro do Conselho do Movimento Brasil Competitivo (MBC); membro do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).
Eduardo Ribeiro Capobianco, Conselho Deliberativo	Sócio-fundador do Instituto Ethos; sócio e presidente da Agrocap, holding; fundador e presidente do Instituto São Paulo contra a Violência; sócio-fundador e presidente do Conselho Deliberativo da Transparência Brasil desde 2000; vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) desde 2004; presidente, de 1992 a 1996, e membro vitalício do Conselho Deliberativo do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP); vice-presidente, de 1993 a 1995, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; sócio-fundador e ex-coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).
Guilherme Peirão Leal, Conselho	Sócio-fundador do Instituto Ethos; copresidente do Conselho de Administração da Natura; fundador e ex-coordenador do Pensamento Nacional

Deliberativo	das Bases Empresariais (PNBE); ex-presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Abrinq; ex-presidente da Assembleia dos Presidentes do Centro de Tecnologia Empresarial (CTE); ex-membro do G-50, grupo de líderes empresariais da América Latina; ex-membro do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal); ex-conselheiro do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); ex-membro do Conselho da Presidência da República para a Segurança Alimentar (Consea); ex-membro do Conselho do Grupo O Estado de S. Paulo; Em 2010, foi candidato à vice-presidência da República na chapa encabeçada por Marina Silva
José Vicente, Conselho Deliberativo	Reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares; fundador e presidente do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior e da Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural (Afrobras); membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, do Conselho de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), do Conselho Superior de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Conselho Consultivo do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE);madvogado, mestre em administração e doutorando em educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), com especialização em relações internacionais e polícia comunitária, em Fenix (EUA), e em combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro, em Roma (Itália).
Leila Cristina Velez, Conselho Deliberativo	CEO e sócia fundadora da rede de institutos Beleza Natural, apoiada pelo Instituto Empreender Endeavor Brasil desde 2002. Formada em administração de empresas, com especialização em marketing pela ESPM e MBA Executivo do Coppead (UFRJ), é palestrante sobre empreendedorismo, inovação, base da pirâmide e excelência no atendimento em eventos e em universidades no Brasil, Uruguai, Portugal, Estados Unidos Chile e Argentina.
Oded Grajew, Presidente Emérito do Instituto Ethos, Conselho Deliberativo	Coordenador geral da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo; Sócio-fundador e presidente emérito do Instituto Ethos; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República; ex-assessor especial do presidente da República; idealizador do Fórum Social Mundial; membro-fundador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE); fundador e ex-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; fundador e coordenador de honra da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives).
Olinta Cardoso, Conselho Deliberativo	Sócia-diretora da Matizes Comunicação; graduada em comunicação, pela Faculdade Newton Paiva, de Belo Horizonte (MG), com pós-graduação latu sensu em comunicação e gestão empresarial pela PUC Minas e especializações em gestão responsável para a sustentabilidade, pela Fundação Dom Cabral (FDC), comunicação empresarial, pela University of Syracuse/Aberje, e gestão de pessoas, pela FDC/Insead; foi diretora de Comunicação da Vale, diretora-presidente da Fundação Vale e gerente corporativa de Comunicação da Samarco.
Paulo Nigro, Conselho Deliberativo	Presidente da Tetrapak no Brasil e vice-presidente da empresa nas Américas Central e do Sul, é formado em engenharia mecânica pela FAAP, com MBA pela Universidade Mackenzie e especialização em gerência e administração de negócios pelo IMD Institute, de Lausanne, na Suíça. É membro dos conselhos da Canadian Waste Diversion Organization (organização preocupada com o destino correto dos resíduos), da Italian Industrial Association, do Instituto Coca-Cola, da Câmara Sueca de Comércio no Brasil e do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE).
Ricardo Young Silva, Conselho Deliberativo	Empresário; âncora do programa Sustentabilidade, no Terra TV; articulista da Folha de S.Paulo e da Carta Capital; palestrante internacional nos temas de responsabilidade social, gestão e desenvolvimento sustentável; graduado em administração pública pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e pós-graduado em administração geral pelo Insper e em lideranças sistêmicas pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT); conselheiro das empresas Fibria, Amata e Kimberly-Clark; conselheiro da Associação Brasileira de Franchising; ex-diretor-presidente do Instituto Ethos e do Uniethos; ex-

	conselheiro das organizações internacionais Global Reporting Initiative (GRI) e Accountability; foi candidato ao Senado por São Paulo, pelo PV.
Roberto Waack, Conselho Deliberativo	Fundador da Amata S.A. e presidente do seu Conselho Administrativo, é conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e membro de conselhos de organizações como Forest Stewardship Council (FSC), Global Reporting Initiative (GRI), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio); foi presidente da Amata S.A., da Orsa Florestal e diretor de empresas farmacêuticas como Boehringer Ingelheim, Vallée e Pasteur Mérieux. É biólogo e mestre em administração de empresas pela FEA-USP, com concentração na área da nova economia institucional.
Sérgio Ephim Mindlin, Conselho Deliberativo	Sócio-fundador do Instituto Ethos; sócio-diretor da consultoria Ação Responsável; membro do Conselho Curador da Fundação Roberto Marinho; membro do Conselho Estratégico do Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor (Ceats), da Universidade de São Paulo (USP); engenheiro de produção graduado pela Escola Politécnica da USP, mestre em comportamento organizacional pela Universidade de Cornell (EUA) e doutor em administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da USP; ex-diretor-presidente da Fundação Abrinq; membro fundador e ex-coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

Elaboração própria. Fonte: http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao, acesso em 25/09/2015)

O quadro de dirigentes do Instituto Ethos apresenta um importante aspecto que caracteriza bem a sua atuação, que seria sua significativa capilaridade. Seus intelectuais orgânicos são membros atuantes nas mais variadas organizações, tanto em instituições setoriais, entidades de representação classista, sindicatos patronais, assim como em outros aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa. Muitos destes intelectuais do Ethos, portanto, são ou já foram membros dirigentes de importantes entidades de atuação político-ideológica da burguesia brasileira, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), e o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

O Ethos também articulou parcerias com as Federações Industriais de São Paulo (Fiesp), de Minas Gerais (Fiemg), do Rio de Janeiro (Fierj), do Paraná (Fiep), Santa Catarina (Fiesc). Articulação esta, estratégica para a ampliar seus canais de difusão da responsabilidade social junto ao empresariado brasileiro. Por meio dessas organizações, como nos mostra André Martins, “o Instituto deu um passo importante para concretizar a responsabilidade social no país, pois essas Federações não só abraçaram a ideologia como

passaram a incentivar seus associados a assumirem o mesmo comportamento”[182].

Dessa forma, os membros do instituto atuam em áreas bastante diversificadas com participação em iniciativas e atividades coletivas de organização política e mobilização empresarial. Estão entre os colaboradores e patrocinadores dos projetos desenvolvidos pelo Ethos, grandes empresas e grupos econômicos como a Alcoa, o Carrefour, a CPFL energia, a Natura, a Shell, o Walmart Brasil, o GAD, e Accenture. Além disso, o instituto apresenta uma extensa lista de organizações parceiras dos seus programas. São elas:

Quadro 2.4 – Organizações Parceiras dos Programas do Instituto Ethos (2015)

Entidades Parceiras
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)
Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec)
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
BM&FBOVESPA
Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP)
Comitê Brasileiro do Pacto Global da ONU
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
Controladoria-Geral da União (CGU)
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Fundação Avina
Fundação Dom Cabral (FDC)
Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)
Greenpeace Brasil
Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE)
Instituto Akatu pelo Consumo Consciente
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Instituto Socioambiental (ISA)
Instituto Vitae Civilis
Natura Cosméticos
Núcleo de Economia Socioambiental da Universidade de São Paulo (Nesa/USP)
Núcleo de Estudos do Futuro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEF/PUC-SP)
Organização Internacional do Trabalho (OIT Brasil)
Rede Nossa São Paulo

[182] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 165.

Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis
Roland Berger Strategy Consultants
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)
Suzano Papel e Celulose
Vale
WWF-Brasil

Elaboração própria. Fonte: (http://www3.ethos.org.br/conteudo/entidades-parceiras. Acesso em 25/09/2015).

O Ethos participa, congrega e articula interesses de grandes organizações burguesas nacionais e internacionais. Dessa forma, a instituição está presente e atuante em muitos outros espaços de ressonância para a difusão de seus valores e de sua concepção de mundo, em grande medida, partilhada entre os grupos e entidades das quais são parceiros. A composição do grupo dirigente do instituto não apresenta uma homogeneidade do ponto de vista ideológico de seus membros.

O Instituto Ethos, tanto por meio da atuação de seus membros em diferentes frentes e organizações da burguesia, como também, por suas próprias formas institucionais de articulação do empresariado, representa um mecanismo catalizador de diretrizes de ação política. Por conseguinte, o instituto participa da tomada de decisões de uma série de outras organizações, o que denota a sua capacidade de difusão e de fazer transbordar suas diretrizes de ação, a partir de sua capilaridade. Segue a listagem de instituições nas quais o Instituto Ethos participa.

Quadro 2.5 – Instituições que Contam com a Participação do Instituto Ethos

Nome da Organização/Iniciativa	Forma de Participação	Representante
Colegiado Rede Nossa São Paulo	Membro	Jorge Abrahão
Comitê Brasileiro do Pacto Global	Membro	Jorge Abrahão
Comitê Gestor do Cadastro Empresa Pró-Ética	Membro	Caio Magri
Conselho Consultivo do Carbon Disclousure Program (CDP)	Conselheiro	Caio Magri
Conselho Consultivo do Fundo Itaú Excelência Social (FIES)	Conselheiro	Jorge Abrahão
Conselho da Cidade de São Paulo	Conselheiro	Jorge

		Abrahão
Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal	Conselheiro	Jorge Abrahão e Caio Magri
Conselho Deliberativo da Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba	Conselheiro	Caio Magri
Conselho Deliberativo do Instituto Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPacto)	Conselheiro	Caio Magri
Conselho Deliberativo e Consultivo do Instituto Akatu	Conselheiro	Jorge Abrahão
Conselho do Pacto Global da ONU	Conselheiro	Jorge Abrahão
Conselho Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE Bovespa)	Conselheiro	Jorge Abrahão
Conselho Nacional de Transparência Pública e Combate à Corrupção	Conselheiro	Caio Magri
Conselho Político Estratégico da Atletas pelo Brasil	Conselheiro	Jorge Abrahão
Forum Empresa	Conselheiro	Jorge Abrahão

Elaboração própria. Fonte: http://www3.ethos.org.br/conteudo/, acesso em 25/09/2015.

Algumas dessas instituições são públicas, o que representa a sua relação com a ossatura material do Estado. Nesse sentido, os dirigentes do Ethos, Jorge Abrahão e Caio Magri, integram o Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal[183]. O Conselho da Cidade de São Paulo, por exemplo, é um órgão de assessoramento imediato ao Prefeito, tendo interferência direta na formulação de diretrizes para a implementação de políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável da Cidade de São Paulo. Dentre as atribuições do conselho estão:

> 1) Assessorar o Prefeito na formulação de políticas, indicações normativas e ações governamentais específicas; 2) Debater, orientar e apreciar propostas de políticas públicas e reformas estruturais submetidas pelo Prefeito; 3) Sugerir, propor, elaborar e apresentar ao Prefeito relatórios, estudos, projetos, acordos e pareceres, reunindo as contribuições dos diversos setores da sociedade civil; 4) Organizar, promover e acompanhar debates acerca das medidas necessárias para a

[183] O Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal, criado em fevereiro de 2013, é um órgão consultivo da Presidência do Senado e da Comissão Diretora. Sua presidência é exercida pelo Diretor da Secretaria da Transparência. Como integrantes, o colegiado conta com os diretores da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação, da Coordenação de Pesquisa e Opinião e da Secretaria de Comunicação Social, e ainda com três representantes da sociedade civil organizada (onde entra a representação do Instituto Ethos).

> promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental da Cidade[184].

A partir de toda essa capilaridade alcançada pelo modelo de atuação, o Instituto Ethos apresenta como pressuposto, como apresentado por André Martins, o sentido de que a classe burguesa necessitaria de "se renovar para dirigir legitimamente toda a sociedade e que neste processo se ocupe da disseminação de preceitos morais e comportamentais estruturantes de um outro padrão de negócios e de relação entre indivíduos e grupos sociais (a sociabilidade)"[185]. Dessa forma, o grande desafio e, ao mesmo tempo, a proposta de ação seria de renovar a cultura (empresarial e do país) no sentido de viabilizar a "amenização" das relações sociais e do trabalho, assim como o chamado "capitalismo humanizado".

São pressupostos ideológicos que norteiam as ações do Instituto Ethos e que introduzem elementos que visam alinhar as distintas visões de mundo em concepções, comportamentos mais articulados que resultariam na reafirmação do senso de pertencimento à classe burguesa de um modo de ação tática paralela à organização sindical. Nesse propósito foi publicada em 2003, a cartilha intitulada *Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas — Passo a Passo* do Instituto Ethos em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE). O objetivo dessa ação concentra-se em difundir esse movimento que procura afirmar essa espécie de identidade burguesa a partir do perfil do novo empresário, "o *empresário social*"[186].

A partir do ano 2000, a instituição organizou e articulou uma espécie de rede virtual de jornalistas e representantes midiáticos para ampliar suas formas de difusão dos

---

[184] http://conselhodacidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php/sobre-o-conselho/o-conselho. Acesso em 28/12/2015.
[185] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 157-158.
[186] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 158-159.

seus pressupostos para o empresariado. De acordo com o site da instituição, a Rede Ethos de Jornalistas foi criada com o objetivo de mobilizar, informar e capacitar profissionais de veículos sobre Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade[187]. Na primeira fase, até 2002, foram mobilizados pela rede 112 jornalistas, além dos contatos permanentes com outros 400 jornalistas, como mostram os Relatórios de Atividades (2000) e (2001). Segundo André Martins, estes relatórios apresentam dados que demonstram o crescimento da inserção da temática de responsabilidade social nos veículos de comunicação por diferentes formas: "matérias específicas, espaços editoriais regulares, colunas especiais sobre o tema, edições especiais de periódicos, coletivas, artigos assinados, entrevistas e parcerias com agência de notícias"[188].

Essa estratégia de ação também teria levado ao aumento da participação dos intelectuais orgânicos do Instituto em eventos; o crescimento do número de eventos promovidos pelo Instituto acompanhado pelo crescimento do número de participantes. Ou seja, esse mecanismo de ação que amplia as formas de difusão ideológica da "responsabilidade social empresarial", fortalece as bases de construção do consenso e de naturalização dos seus valores e padrões de sociabilidade.

De acordo com Martins, ainda no plano das políticas de comunicação, foram realizadas outras duas campanhas midiáticas com diversificadas inserções. As campanhas tiverem como objetivos principais mobilizar o empresariado e legitimar, junto às classes trabalhadoras, a sua liderança e sua capacidade de "transformar" a realidade. Nas campanhas foram utilizadas imagens de empresários empreendedores reconhecidos para dar maior impacto, e passar a ideia de veracidade e consistência às proposições veiculadas. Foram eles:

Ana Maria Diniz (Grupo Pão de Açúcar e Axialent do Brasil Consultoria), José

[187] http://www3.ethos.org.br/conteudo, acesso em 25/09/2015.
[188] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 160.

> Pessoa (Grupo João Pessoa - usinas de álcool), Marcos Magalhães (presidente da Philips na América Latina), Milu Villela (Banco Itaú), Ricardo Young (sistema de franquias no setor educacional), Roberto Civita (editora Abril), Roberto Marinho (Organizações Globo), Rodrigo Loures (Nutrimental - indústria alimentícia), Sergio Amoroso (Grupo Orsa – indústria de papel e celulose), Victor Siaulys (Aché - indústria farmacêutica). As diferentes empresas de comunicação foram parceiras na veiculação das peças publicitárias[189].

Em 2000 o Instituto Ethos passou a integrar-se como "parceiro institucional" do GIFE. Essa nova relação entre as duas entidades, reverteu o quadro de tensões e disputas que começavam a ocorrer entre as organizações. A parceria institucional forjada no signo da responsabilidade social empresarial, principal bandeira e arena de atuação de ambas, representou, como afirma Martins, "um gesto de reconhecimento da importância da unidade burguesa e do peso do Instituto Ethos nas questões político-sociais de interesse da burguesia"[190]. A unidade de ação e de definição de diretrizes alcançada a partir dessa nova relação, amplia e fortalece a estratégia burguesa no sentido de construir novos parâmetros de organização social no Brasil, bem como na proposição de políticas públicas.

O Instituto Ethos representa um mecanismo propositivo e organizativo de ressonância dos valores e da visão de mundo neoliberal, com vistas à definição de novas formas para a atuação do Estado (gerencial ou eficiente), principalmente no que concerne ao seu papel de provedor de políticas sociais. A instituição investe fortemente, para alcançar seus objetivos, tanto no sentido de controle dos fundos públicos destinados ao desenvolvimento social, como na construção do consenso para a edificação de um modelo de ator social (o empresário) de novo tipo, principalmente por meio da arena da cultura.

---

[189] MARTINS, *op cit*, 2007, p. 163.
[190] *Idem*, p. 167.

CAPÍTULO III: SOCIEDADE CIVIL E ESTADO: APARELHOS PRIVADOS DE AÇÃO ESTRUTURAL E SUAS ESTATÉGIAS DE RECONFIGURAÇÃO DA OSSATURA ESTATAL

O processo de complexificação ou ocidentalização da sociedade civil brasileira, no período compreendido por este estudo, insere-se no quadro de luta de casses e a multiplicidade, por um lado, de organizações burguesas, em plena atuação no período e, de outro entidades e movimentos de luta contra-hegemônica denotando tal complexidade. Entre 1996 e 2002, o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, cresceu de 105 mil para cerca de 276 mil entidades, sejam elas burguesas ou de contestação do modelo hegemônico. Trata-se de uma ampliação que atinge quase 170 mil novas organizações, o que equivale a um crescimento de 157% no período[191].

Além da consolidação de aparelhos privados de atuação política e ideológica fundados nas décadas anteriores, novos intelectuais coletivos da burguesia brasileira passam a atuar, ampliando assim, a representatividade das classes dominantes na arena das lutas de classes no Brasil. O historiador Marcelo Badaró Mattos, afirma que do ponto de vista da complexificação da sociedade civil, com a multiplicação de partidos, "no sentido amplo e não formal" de Gramsci, ou como são mais comumente chamados "aparelhos privados de hegemonia", o Brasil do início do século XXI pode ser entendido como plenamente ocidental[192].

A proposta de reforma do Estado, principal bandeira e veículo fundamental para a transformação social almejada pelas classes burguesas, pautou as lutas e como sua

[191] FONTES, *op cit*, 2010, p. 283
[192] MATTOS, *op cit*, 2009, p. 93.

expansão exigia não apenas a extensão de aparelhos burgueses. No mesmo sentido, as tensões inter-burguesas também adquiriam cada vez mais musculatura. O Estado, por sua vez, amplia-se a partir de sustentáculos da sociedade civil que buscam capturar ou executar suas funções, abrigando cada vez mais tensões, reconfigurando-se para contê-las no processo de construção de uma efetiva hegemonia burguesa.

O fato de que esses aparelhos privados de hegemonia agora também executem "tarefas" do Estado demonstra, por um lado, a própria função dessas "trincheiras avançadas". Tal discurso se prestou não só ao "sucesso da pedagogia da nova hegemonia burguesa para as classes e frações de classes não hegemônicas, como também avalizou perante essas forças sua subordinação diante das organizações da sociedade civil que, de fato, compunham o poder de Estado"[193]. Assim, como nos diz a historiadora Virgínia Fontes:

> A expansão da sociedade civil no Brasil recente se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar as massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como "empoderamento", "responsabilidade social", "empresa cidadã", sustentabilidade.[194]

Nesse sentido, a partir dos anos de 1990, temos um paulatino processo de ocidentalização e expansão da sociedade civil, acompanhado da naturalização de valores da ideologia de mercado e sua concepção de Estado "eficiente", reformulando seus mecanismos de exploração.

---

[193] GUIOT, André Pereira. *Um "moderno Príncipe" para a burguesia brasileira:* o PSDB (1988-2002). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006, p. 151.
[194] FONTES, *op cit*, 2010, p. 296.

3.1 - O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e a estratégia de ação da grande burguesia brasileira por dentro do Estado.

No seio dessa conjuntura de organização empresarial, foi fundado em 23 de maio de 1989, por cerca de 30 empresários industriais, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI. A entidade que demonstrava propósitos e formas de atuação distintas de outros aparelhos privados de hegemonia em evidência no período, como o Instituto liberal e o PNBE, por exemplo, representava um conjunto de interesses mais restritos à indústria e à política industrial como parte de um projeto nacional[195]. Segundo o próprio IEDI,

> O cenário de grande instabilidade macroeconômica, com baixas taxas de investimento e de crescimento e maior desemprego nos anos 1980 motivou um grupo de empresários industriais brasileiros a conceber um instituto privado de estudos sobre a indústria e o desenvolvimento nacional. Entendiam que pensar o desenvolvimento de seu país é uma importante e indelegável tarefa para cumprir com a Nação[196].

Sua atuação tem por base a formulação de diagnósticos, estudos e pesquisas sobre a economia brasileira e a questão do desenvolvimento, assim como na elaboração de propostas de políticas públicas. Procurava difundir sua concepção de mundo e seu projeto de poder, defendendo suas posições, assim como o papel da grande burguesia no interior das classes dominantes e do próprio Estado. Dessa forma, elaborava diretrizes para um "Projeto de Desenvolvimento Industrial", pautado na economia de mercado, como sendo a locomotiva para o progresso do país. No mesmo sentido, defendia a grande burguesia ligada à indústria como sendo o agente político fundamental para a condução desse processo.

---

[195] MENDEZ, Alvaro Bianchi. *Um Ministério dos Industriais:* A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Unicamp, 2010.
[196] http://www.iedi.org.br/artigos/iedi/quem/quem_somos.html, acesso em 14/09/2015.

O IEDI, por conseguinte, a partir de um projeto de nação bem definido, buscava eleger, agregar e articular os setores mais poderosos da grande burguesia brasileira para uma espécie de "tomada de consciência" do seu papel de protagonismo nas decisões políticas nacionais e no estabelecimento de diretrizes para a elaboração de políticas públicas. Apesar de assumir este papel de articulação junto aos setores burgueses, sua ação é eminentemente voltada ao Estado. Para levar a cabo seu programa estrutural de poder, age a partir e por dentro da estrutura estatal, buscando definir ou reconfigurar o papel do Estado no sentido de conduzir todas as suas dimensões no conjunto da vida social, a partir do seu pressuposto projeto de desenvolvimento industrial.

A partir de 1998, o IEDI investe fortemente na elaboração de "estudos técnicos" como mecanismo para a difusão e inserção, nas estruturas do Estado, do seu "Projeto de Nação" enviesado pelo seu programa de desenvolvimento industrial. Em novembro de 1998, o IEDI publicou um estudo intitulado "Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial". O estudo assim apresenta a posição do IEDI:

> Quando da fundação do IEDI, a primeira tarefa dos seus integrantes foi a de desenhar sua visão para o Brasil no ano de 2010. Isso foi em 1989. A convicção que então prevalecia, e que ainda subsiste, era de que a produção nacional tem papel fundamental a cumprir na melhoria dos padrões de vida da sociedade brasileira, o que é, certamente, o objetivo maior a ser buscado por qualquer Projeto de Nação[197].

Os estudos publicados pelo IEDI desde 1998, em quase que sua totalidade, demonstram sua estratégia de ação voltada essencialmente para o Estado, como pode ser verificado na relação completa dos títulos e sínteses dos estudos, apresentados no anexo I, desta pesquisa. Dessa forma, o instituto fala a partir do setor industrial privado, entretanto, suas propostas inserem-se na estrutura institucional do Estado como estratégia

---

[197] IEDI. *Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial*. Sumário do Estudo publicado em 05/11/1998, p. 3. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53cf0f047e9d.pdf. Acesso em 19/10/2016.

fundamental para o seu projeto de desenvolvimento industrial. Ainda no mesmo estudo supracitado, o IEDI afirma que não existe um único exemplo, dentre as economias exitosas no setor industrial, em que tais resultados tenham sido fruto de geração espontânea do próprio setor. “Muito pelo contrário, percebe-se ter sido e de continuar sendo resultado de uma vontade ordenada de uma Política de Desenvolvimento Industrial, com forte participação do Estado (...)”[198], afirma o estudo.

Este estudo que definia uma agenda para um projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil, era alicerçado por uma série de outros estudos sobre a presença do Estado no setor industrial de países como: Chile, México, EUA, Alemanha, Espanha, França, Itália, Coreia do Sul, Índia, Japão e Malásia. O objetivo em todas as pesquisas foi o de demonstrar as políticas de Estado desenvolvidas para viabilizar seus êxitos em determinado setor industrial, como apresentado no anexo I. O aspecto central aqui, mais uma vez, está na elaboração de diagnósticos e análises que respaldem seus pressupostos para uma “orientação técnica” e “objetiva” para a atuação do Estado Brasileiro.

Trata-se, pois, de um organismo que não adquire preponderantemente funções de representação política – de forma pragmática, como visto em outras entidades empresarias elencadas neste estudo –, mas, como ressaltou o empresário Mauro Fernandes Arruda (superintendente do IEDI, que participou das primeiras articulações para sua fundação), “seria uma iniciativa com o objetivo de discutir alternativas de ação empresarial em relação à FIESP, muito mais voltada para o campo das ideias”[199].

Para além do que afirmou o empresário Mauro Arruda, entretanto, essa ação não é nem meramente pragmática – como estabelecido pelo *modus operandi* de grande parte dos aparelhos privados de hegemonia atuantes nos anos de 1980, com uma atuação

---

[198] *Idem*, 05/11/1998, p. 5.
[199] VALENTE, Marcos Alves. Empresários Nacionais, Desenvolvimento e Política no Brasil: o IEDI e as reformas liberais nos anos 90. Textos de Economia, v.8, n.1, p.69-95, 2002, p. 70.

marcadamente voltada à composição de quadros políticos nas eleições – nem, tampouco, se restringe à propagação no campo das ideias. Sua estratégia de ação, que lhe confere a sua posição fundamental no campo das relações de poder entre as classes dominantes, está justamente nessa sua capacidade de relação com o Estado. Os estudos desenvolvidos pelo IEDI não são voltados à sociedade de um modo geral. Também não são modelos de gestão para o empresariado, mas sim, propostas e programas de ação voltados à classe política e à reconfiguração da estrutura material do Estado, a partir de seu projeto de desenvolvimento industrial, como se representasse os anseios da "nação". Essa afirmação nos remete a outra forma de organização do empresariado que, mesmo compartilhando em sua essência, dos mesmos interesses assumidos pela Fiesp – fundamentalmente nos preceitos da economia de mercado –, acaba, todavia, assumindo uma forma própria para operacionalizar tais objetivos. Assim como demonstra uma postura bem mais incisiva, em sua concepção quanto ao papel da burguesia, como protagonista na condução desse processo.

De acordo com Alvoro Bianchi,

> Participaram da fundação da entidade e mantiveram nela destacada atuação importantes industriais, representando empresas e grupos de diversos ramos, principalmente paulistas, mas não só. Entre elas merecem destaque pela importância Aracruz Celulose, Cofap, Coldex Frigor, Gradiente Eletrônica, Metalúrgica Gerdau, Indústrias Votorantim e Grupo Monteiro Aranha. Entre os sócios fundadores e integrantes do Conselho Administrativo, nove apareceram nas listas de empresários destacados anualmente pela Gazeta Mercantil durante a década de 1980. Também dá mostras da influência dos membros do IEDI a participação destes à frente de entidades como a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira da indústria Eletro-Eletrônica (Abinee) e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da indústria de Base (Abdib)[200].

Entre os sócios-fundadores e integrantes do Conselho Administrativo, nove apareceram nas listas de empresários destacados anualmente pela Gazeta Mercantil

[200] MENDEZ, op cit, 2010, p. 187.

durante a década de 1980. A partir dessa relação de grupos econômicos e Associações de representação classista, envolvidos na fundação e no financiamento das ações do IEDI, é possível perceber sua capacidade de congregar setores importantes, do ponto de vista econômico e de representação política, no centro da burguesia brasileira.

Evidencia-se, por conseguinte, o seu caráter essencialmente classista, ou seja, sua organização e mobilização de quadros, recursos e consenso intra-classe. A entidade contava com a influência e o poder econômico dos grupos empresariais ligados à grande indústria, no sentido de colocar as exigências desses grandes capitais industriais como a condição "natural" do desenvolvimento, de maneira mais "técnica" e adentrar o Estado nessa condição de "neutralidade técnica" e de "boa disposição" para "ensinar" o que e como fazer. A missão do IEDI ilustra bem esta condição:

> Participar em parceria com o Estado e Entidades com interesse na Indústria, da formulação e implementação de Política de Desenvolvimento Industrial que, como parte de um Projeto Nacional, tenha como objetivos: participação crescente da Indústria brasileira na produção mundial da indústria; aumento da produção de bens com maior valor agregado e conteúdo tecnológico; crescimento continuado da riqueza nacional. Agir para que o crescimento econômico resultante propicie melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, tornando-a mais justa e igualitária[201].

A Folha de São Paulo, publicou uma matéria em junho de 1989, enaltecendo o surgimento de um grupo de grandes empresários industriais, em São Paulo, que se reuniam semanalmente, longe dos assédios da imprensa, com o objetivo de "traçar as linhas básicas do que poderá ser o primeiro passo para a retomada do desenvolvimento econômico independente da ação do Estado". Interessante observar essa afirmação, uma vez que o próprio IEDI sempre demonstra a dependência das políticas de Estado para viabilizar seu projeto de desenvolvimento industrial. Segundo o jornalista Frederico Vasconcelos (Folha), o objetivo do IEDI "é ambicioso, mas factível a médio prazo, a

[201] MENDEZ, *op cit*, 2010, p. 187.

julgar pelo peso dos empresários envolvidos: elaborar um projeto industrial realista, dentro de uma estratégia que vise aumentar a produção, a produtividade, o emprego e o salário real”[202].

A ideia difundida pelo IEDI era a de que, apesar da conjuntura complexa de crise de representatividade burguesa e a própria sucessão presidencial – que demandava estratégias de ação como as executadas por outras entidades empresariais – propunham um novo projeto político e ideológico para a readequação das estratégias em um programa de desenvolvimento. Trata-se de uma projeção de ação estrutural que, de forma primordial, passava pela redefinição da relação entre a classe burguesa e o Estado, na estrutura política brasileira. Como afirma o empresário Paulo Cunha, presidente do Grupo Ultra (grupo colaborador da ditadura civil-militar instaurada em 1964, assim como o grupo Gerdau) e eleito diretor-presidente do IEDI, “Nós não vamos lidar com essa grande emergência atual, nem com o processo sucessório. Nosso desafio é elaborar uma estratégia de crescimento qualitativamente diferente, num esforço de longo prazo”[203].

O IEDI critica o modelo de relação entre a burguesia e o Estado no Brasil, como sendo extremamente corporativista, afirmando que “institucionalizou-se uma sistemática de negociação de caráter setorial e bipartite entre representantes do empresariado e integrantes dos altos escalões burocráticos”[204]. Segundo o estudo do IEDI, publicado em novembro de 2000, essa condição começa a se modificar, no governo FHC, onde:

> Com o governo Fernando Henrique Cardoso verificou-se a efetiva configuração de uma nova agenda pública, caracterizada pela prioridade atribuída à estabilização e às reformas liberais, lado a lado à reforma institucional, designada como desmonte da Era Vargas, marcando a ruptura radical com o antigo paradigma e lançando as bases de um novo regime de incentivos e regulações[205].

---

[202] Folha de São Paulo, 25/06/1989.
[203] Folha de São Paulo, 25/06/1989.
[204] IEDI. Indústria e Desenvolvimento - Indústria, Organização do Estado e Parceria Público-Privado. Estudo Publicado em 01/12/2000. p. 19. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53cf0f04ea33.pdf. Acesso em 20/10/2016.
[205] *Idem*, p. 22

A criação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, no início do segundo mandato de FHC, representou, para o IEDI, a sinalização fundamental para uma mudança de perspectiva nas relações entre o público e o privado, e a possibilidade de uma efetiva superação do corporativismo setorial da indústria no Brasil. Para concretizar estas relações, as ações já tomadas pelo governo FHC, como a criação do MDIC, o IEDI propõe, ao setor público, a criação de órgãos colegiados para reforçar a articulação público-privada. No estudo intitulado, *"Indústria e Desenvolvimento - Indústria, Organização do Estado e Parceria Público-Privado"*, o IEDI sugere a estruturação de espaços institucionais: "o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, formado por Ministros de Estado, por um representante dos secretários estaduais responsáveis pelo desenvolvimento industrial e por empresários e o Fórum da Produção Industrial, formado por empresários"[206].

Caberia ao suposto Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial estabelecer diretrizes e estratégias de política de desenvolvimento industrial em suas várias dimensões: "políticas setoriais, comércio exterior, desenvolvimento tecnológico, regionalização do desenvolvimento industrial, pequenas e médias empresas etc"[207]. O estudo do IEDI define que o Conselho deveria ficar localizado na Presidência da República e deveria ser composto de ministros, empresários e um representante dos secretários estaduais da área de desenvolvimento econômico. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior seria o responsável pela secretaria executiva desse colegiado. Para o IEDI, por conseguinte, "no desempenho de suas funções de coordenação e avaliação das políticas e de proponente da política industrial, o

---

[206] IEDI. Indústria e Desenvolvimento - Indústria, Organização do Estado e Parceria Público-Privado. Estudo Publicado em 01/12/2000. p. 29. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53cf0f04ea33.pdf. Acesso em 20/10/2016.
[207] *Idem.*

MDIC necessita estar estruturado do ponto de vista técnico e necessita deter instrumentos de ação adequados”[208].

O Fórum da Produção Industrial seria composto por empresários industriais, sendo que aqueles que já fizessem parte do Conselho Nacional, teriam assento como membros natos. O setor industrial poderia eleger outros representantes, com mandatos temporários. O objetivo da proposta de criação do fórum, como afirma o IEDI, seria

> constituir um *locus* de discussão empresarial, independentemente de associações de classe e de setores de atuação das suas empresas. (…) ao Fórum da Produção Industrial também caberia encaminhar propostas de Política de Desenvolvimento Industrial, acompanhar e avaliar a execução das políticas na perspectiva empresarial[209].

Essa publicação do IEDI demonstra a relação do instituto com o poder público e sua estratégia de ação que penetra na estrutura institucional do Estado. Tanto a proposta da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, como a do Fórum da Produção Industrial, representam, portanto, mais do que canais de interlocução público-privada, mas espaços de elaboração e definição de diretrizes de políticas públicas, partindo de interesses privados da grande burguesia.

Na publicação “*IEDI na Imprensa”*, de março de 2005, com reportagem da Folha de São Paulo, o instituto apresentou um estudo em que afirma que a indústria brasileira registrou, em 2004, um dos melhores anos de toda sua história. Segundo o estudo, a rentabilidade do setor industrial teria sido praticamente o dobro da apresentada pelo setor financeiro. As empresas selecionadas pelo IEDI no estudo, teriam faturado “R$ 48 bilhões e registraram um lucro de R$ 10,2 bilhões. Na amostra estão Gerdau, Usiminas, CSN, Aracruz, Votorantim, Suzano e Klabin, entre outras”[210]. O economista e Diretor do IEDI,

---

[208] *Idem.*
[209] IEDI. Indústria e Desenvolvimento - Indústria, Organização do Estado e Parceria Público-Privado. Estudo Publicado em 01/12/2000. p. 30. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53cf0f04ea33.pdf. Acesso em 20/10/2016.
[210] Folha de São Paulo, 02/03/2005. In:

Júlio Sérgio Gomes de Almeida, afirmou que números mostram que 2004 foi mesmo o ano de ouro da indústria, com resultados melhores que os dos bancos. Nas palavras do diretor, "a diferença é que todo ano é o ano de ouro dos bancos, já a indústria, só de vez em quando"[211].

A posição do diretor do IEDI demonstra uma das faces dessa organização de classe burguesa, que apesar de atuar de forma articulada e comungar, na essência, dos mesmos valores e pressupostos de determinada concepção de mundo, contemplam e acomodam também, conflitos interburgueses e interesses específicos entre seus diferentes segmentos. Por mais que o setor industrial e o mercado financeiro estejam articulados sob os pressupostos do capital, isso não exclui a existência desses conflitos. Muito embora, colocados em segundo plano, quando se trata dos interesses mais amplos da burguesia e da manutenção da dominação de classe. Ou seja, a chamada “nova direita” no Brasil não pode ser entendida a partir de uma homogeneidade ideológica, outrossim, abarca conflitos intra-classe.

O IEDI reúne atualmente (2014) cerca de 50 empresários representantes de grandes empresas nacionais. Ao longo dos mais de vinte e cinco anos de atuação do IEDI, é possível observar que, apesar do aumento no número, não houve grandes mudanças no seu núcleo duro de conselheiros representantes da grande burguesia, como pode ser verificado no quadro abaixo.

Quadro 3.1 – Conselheiros do IEDI e suas Empresas (2014)

Nº	Conselheiro	Empresa
01	Amarílio Proença de Macêdo	EMS - Indústria Farmacêutica Ltda
02	Bernardo Gradin	J.Macêdo Alimentos S/A
03	Carlos Eduardo Sanchez	GanBio S/A

http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2005/iedi_na_imprensa_o_ano_de_ouro_da_industria.html. Acesso em 24/10/2016.

[211] Folha de São Paulo, 02/03/2005. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2005/iedi_na_imprensa_o_ano_de_ouro_da_industria.html. Acesso em 24/10/2016.

04	Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	Jereissati Participações S/A
05	Carlos Mariani Bittencourt	PIN Petroquímica S/A
06	Cláudio Bardella	Bardella S/A Indústrias Mecânicas
07	Dan Ioschpe (Vice-Presidente)	Iochpe-Maxion S/A
08	Daniel Feffer	Grupo Suzano
09	Décio da Silva	WEG S/A
10	Eugênio Emílio Staub	Conselheiro Emérito
11	Fabio Hering	Companhia Hering S/A
12	Flávio Gurgel Rocha	Confecções Guararapes S/A
13	Frederico Fleury Curado (Vice-Presidente)	Embraer S.A.
14	Geraldo Luciano Mattos Júnior	M. Dias Branco S.A.
15	Henri Armand Slezynger	Unigel S.A
16	Ivo Rosset	Rosset & Cia. Ltda.
17	Ivoncy Brochmann Ioschpe	Conselheiro Emérito
18	Jacks Rabinovich	Campo Belo Ltda
19	João Guilherme Sabino Ometto	Grupo São Martinho S/A
20	Jorge Gerdau Johannpeter	Grupo Gerdau
21	José Antonio Fernandes Martins	Marcopolo S/A
22	José Carlos Grubisich	Eldorado Brasil Celulose S/A
23	José Roberto Ermírio de Moraes	Votorantim Participações S/A
24	Josué Christiano Gomes da Silva	Cia. de Tecidos Norte de Minas-Coteminas
25	Laércio José de Lucena Cosentino	TOTVS S/A
26	Lírio Albino Parisotto	Videolar S/A
27	Lucas Santos Rodas	Companhia Nitro Química Brasileira S.A.
28	Luiz Alberto Garcia	Algar S/A Empreendimentos e Participações
29	Marcelo Bahia Odebrecht	Construtora Norberto Odebrecht S/A
30	Marcos Antonio Molina dos Santos	Marfrig Global Foods S.A.
31	Murilo Pinto de Oliveira Ferreira	Vale S.A.
32	Ogari de Castro Pacheco	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda
33	Olavo Monteiro de Carvalho	Monteiro Aranha S/A
34	Paulo Diederichsen Villares	Membro Colaborador
35	Paulo Francini	Membro Colaborador
36	Paulo Guilherme Aguiar Cunha	Conselheiro Emérito
37	Pedro Franco Piva	Klabin S/A
38	Pedro Luiz Barreiros Passos	Natura Cosméticos S/A
39	Pedro Wongtschowski (Presidente)	Ultrapar Participações S/A
40	Ricardo Steinbruch	Vicunha Têxtil S.A.
41	Robert Max Mangels	Mangels Industrial S/A
42	Roberto Caiuby Vidigal	Membro Colaborador
43	Rodolfo Villela Marino (Vice-Presidente)	Elekeiroz S.A.
44	Rômel Erwin de Souza	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - USIMINAS
45	Rubens Ometto Silveira Mello	Cosan S/A Ind e Com.
46	Salo Davi Seibel	Duratex S/A

47	Victório Carlos De Marchi	Cia. de Bebidas das Américas - AmBev
48	Vitor Sarquis Hallack	Camargo Corrêa S/A

Elaboração própria. Fonte: http://www.iedi.org.br/artigos/iedi/25_anos/iedi_25_anos.html. Acesso em 17/10/2016).

O IEDI, enquanto intelectual coletivo da burguesia industrial brasileira, ao longo de toda sua existência – tanto nos seus chamados *Estudos*, nas *cartas do IEDI*, como nas *Análises do IEDI*, que representam algumas das ações desenvolvidas pela instituição – sempre apresenta a relação com o Estado como sendo fundamental para seu projeto de nação. Apesar de toda ênfase de tais setores da burguesia na defesa incondicional da economia de mercado e outros pressupostos do liberalismo econômico, sua atuação e foco, na verdade, está por dentro do Estado, entranhado em sua estrutura institucional, convertendo as políticas públicas aos interesses privados da grande burguesia como se estes fossem universais. Coloca-se nesse processo de construção de um novo projeto de nação, como o verdadeiro portador da "racionalidade" necessária para a transformação e progresso do país, ator político fundamental para o desenvolvimento, e único capaz de conduzir a sociedade brasileira ao quadro de prosperidade do mundo globalizado. O empresário e dirigente da entidade, Eugênio Staub (Gradiente), em entrevista à Folha de São Paulo, resumiu assim as "crenças fundamentais" da entidade: "A primeira é que o desenvolvimento econômico e social está intimamente ligado ao desenvolvimento da indústria, e a segunda é que **nós empresários, como membros da elite, temos a responsabilidade de desenhar e construir o futuro do país**"[212]. (Grifos nossos).

Por conseguinte, na defesa de seus intelectuais orgânicos, caberia à elite do país (os empresários) conduzir o Brasil ao progresso por meio do desenvolvimento industrial e, para tanto, o caminho seriam as reformas do Estado, agrupando os setores que lhe interessam para definir políticas gerais e naturalizando-as. Enquanto alguns outros

[212] MENDEZ, *op cit*, 2010, p. 187.

aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira, elencados por este estudo, muitas vezes estão voltados para fora, ou seja, buscando contemplar outros estratos sociais e ampliar suas bases de construção do consenso, o IEDI, por sua vez, apresenta um discurso universalizante, mas está voltado para dentro do próprio empresariado industrial e sua conexão estreita com o Estado.

Nesse sentido, para além de propostas de atuação pragmática, o IEDI atua como um *córtex político* central para a articulação de importantes setores da grande burguesia industrial. Suas ações são voltadas à operacionalização de um projeto de poder de longo prazo. Todavia, se por um lado seu discurso está amparado em valores de determinada concepção de mundo, cujos pressupostos fundamentais estão calcados na economia de mercado e na livre iniciativa, por outro lado, seu projeto de nação (dominação de classe) e sua estratégia de ação estão essencialmente entranhados na estrutura institucional do Estado.

3.2 – Da CEDES ao Instituto Atlântico: organização empresarial em torno de um projeto estrutural de reconfiguração da estrutura institucional do Estado.

O processo de construção de um novo arranjo político-social no Brasil, que caracterizou a década de 1990 – momento de atualização, aprofundamento e consolidação das novas estratégias de dominação burguesa e das relações entre sociedade civil e Estado, no Brasil –, desenvolveu-se a partir de uma intensa mobilização burguesa, iniciada nos anos de 1980. A configuração das relações de poder nos anos de 1990, marcadamente representadas por estratégias de atualização da dominação e, por conseguinte, pela reorientação do papel do Estado, portanto, foram construídas a partir de um processo

iniciado na década anterior, como resultado do quadro de lutas sociais que se desenvolveu a partir da abertura no bloco de poder, no processo de redemocratização. O fim da ditadura civil-militar, após mais de duas décadas de domínio autoritário, marcou a história do Brasil recente. Essa condição se opera, tanto do ponto de vista da abertura política e democrática, como também, pela multiplicidade de formas e estratégias acionadas e articuladas pela burguesia brasileira para se realinhar às novas formas de organização produtiva, atreladas à reestruturação do capitalismo e às formas de se relacionar com o Estado brasileiro.

Foi no bojo dessa complexa trama de fatores que movimenta o quadro de relações de poder na sociedade brasileira, que nasceu em 1993 o Instituto Atlântico - IA. Essa organização nasce na década de 90, entretanto, sua existência é fruto da mobilização empresarial iniciada no ano de 1980, com a fundação da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais - CEDES. Segundo consta no próprio histórico no endereço eletrônico do IA,

> O Instituto Atlântico é fruto da iniciativa empreendedora de um grupo de empresários, economistas, juristas, cientistas sociais e lideranças políticas. Parte destes empreendedores se reunia na Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais – CEDES, na década de 80, buscando soluções para que o país pudesse superar os obstáculos criados pela tríplice dívida brasileira: dívidas interna, externa e social[213].

Em 1991 algumas das lideranças empresariais atuantes no processo de redemocratização e nos embates da Assembleia Nacional Constituinte, através da CEDES, organizaram-se no intuito de fundar uma nova organização de atuação política e ideológica. O projeto partiu, principalmente, da iniciativa do economista Paulo Rabello de Castro (doutor em economia pela Universidade de Chicago – EUA; foi presidente do

[213] http://www.atlantico.org.br/pt/institucional/quem-somos, acesso em 25/07/2015.

CEDES e do Instituto Atlântico; do Chairman da SR Rating, classificadora de riscos; preside da RC Consultores, consultoria econômica, e do Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomercio/SP), entre outros dirigentes da CEDES.

As formas de atuação da CEDES mantinham uma relação muito estreita com as estratégias de composição de quadros da Constituinte e da articulação pragmática de influência por meio do chamado *"lobby"* político, muito acionados no contexto dos anos de 1980. A perspectiva, agora (com a redemocratização), era de aprofundamento do processo de expropriações sociais a partir de novos "caminhos" de acesso à estrutura estatal e pela naturalização de novas formas de sociabilidade, atreladas às concepções de "meritocracia", "produtividade", "eficiência" e "competitividade". É a defesa do chamado Estado eficiente, ou Estado necessário, característico da nova roupagem dos pressupostos neoliberais.

Outro fator que veio ao encontro do projeto de institucionalização de uma nova proposta de mobilização do empresariado, foi a publicação do livro de autoria dos economistas Paulo Rabello de Castro e Paulo Carlos de Brito, no ano de 1992, *"Brasil: Esse País Tem Jeito?"*. A obra contém propostas que haviam sido apresentadas, no ano anterior, em 1991, como "um programa completo de governo ao então Presidente da República Fernando Collor de Mello e depois, em 1994, ao então candidato à presidência da República Fernando Henrique Cardoso". Dessa forma, diferentemente da principal forma de atuação da CEDES, que era marcada por ações pragmáticas de acesso à estrutura institucional do Estado via sociedade política, seja pela compra direta de apoio político ou financiamento de campanha, seus antigos dirigentes buscaram, dessa vez, a elaboração de um verdadeiro projeto de poder de longo prazo.

Foi a partir desse pensamento e proposta de ação que em abril de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, nasceu o Instituto Atlântico que, gestado a partir da CEDES, surge no

cenário político brasileiro como um intelectual coletivo de atuação distinta a do seu precursor dos anos de 1980. A entidade empresarial foi criada a partir da composição do seguinte quadro de membros fundadores: Alcy Carvalho da Silva; Ângela Maria Guapari de Brito; Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo; Cristiano Buarque Franco Neto; Cyri Menna Barreto de Barros Falgão; Diogo Figueiredo Moreira Neto; Jonas Leite Suassuna Filho; Luiz Eduardo Conde; Paulo Carlos de Brito; Paulo Rabello de Castro; Pedro Carlos de Brito; Roberto Luiz Gomes de Carvalho; Reginaldo Jonas Beltrão Heller; Rubens Branco da Silva; Sheila Sirota Von Oettingen Gaul; e Thomaz Pompeu Pires Magalhães[214].

A primeira equipe de gestão do Instituto Atlântico foi composta em 1993, tendo como presidente, o empresário e empreiteiro Thomaz Pompeu Magalhães (ex-sócio da Montreal); a estrutura institucional estabelecia dois membros para ocupar a vice-presidência, sendo então compota pelos empresários Paulo Rabello de Castro e Paulo Carlos de Brito (Grupo MSP); e o cargo de diretor técnico foi ocupado por Diogo Figueiredo Moreira Neto (advogado, professor titular de Direito Administrativo da Universidade Cândido Mendes, professor emérito da Escola de Comando e Estado-maior do Exercito, ex-procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro que configura-se como um importante intelectual preposto do instituto, como formulador de diretrizes); além dos diretores Jonas Suassuna, Claudio R. Contador e Roberto Carvalho.

O Instituto Atlântico iniciou suas atividades a partir da publicação de um de seus projetos em desenvolvimento desde os anos finais da década de 1980: a “Cartilha do PEC – Programa de Estabilização com Crescimento”. Segundo a instituição, o PEC é um projeto derivado de complexos estudos feitos pelos fundadores do Instituto Atlântico

[214] http://www.atlantico.org.br/pt/institucional/, acesso em: 25/07/2015.

(ainda como CEDES), no final dos anos 80, que levaram à elaboração de seus próprios diagnósticos da situação econômica e social do país, assim como suas propostas de políticas públicas. A partir daí, segundo o IA, "o desafio foi propor um planejamento de longo prazo que conduzisse à solução dos problemas identificados e, em consequência, ao reenquadramento do país dentro de um contexto global"[215].

O Programa de Estabilização com Crescimento, cujas propostas foram compiladas e publicadas, em 1992, em *"Brasil: Esse País Tem Jeito?"*, consistia fundamentalmente numa série de propostas integradas e articuladas, a partir de pesquisas anteriores, onde o objetivo fundamental seria estabelecer diretrizes para a elaboração de políticas públicas concretas. De acordo com o Instituto, "alavancar o desenvolvimento do país, com alto grau de inclusão social, inicialmente a partir da estabilização da moeda, considerando o período de elevada inflação vivida na época"[216].

O primeiro projeto desenvolvido pelo Instituto Atlântico tem um caráter organizativo de longo prazo. Seus pressupostos já estavam delineados no final dos anos 80, como estratégia de atualização da organização produtiva do país a partir de transformações na aparelhagem estatal, sintonizando-se ao quadro de reestruturação do capitalismo mundializado. Essa reformulação, dependia da adoção de uma série de ajustes e reformas (ou contra-reformas), a partir do discurso de tornar o Estado mais "enxuto" e "eficiente", aliando novas orientações amparadas nos pressupostos neoliberais à práticas corriqueiras de eliminação de políticas universais.

O Programa de Estabilização com Crescimento do Instituto Atlântico parte do desenvolvimento de seus próprios diagnósticos da realidade político-econômica e social do Brasil para em seguida estabelecer suas "soluções" organizadas em dois momentos,

---

[215] http://www.atlantico.org.br/en/projetos, acesso em 17/09/2015.
[216] http://www.atlantico.org.br/en/projetos, acesso em 17/09/2015.

pré-estabilização e pós-estabilização. Portanto, a estabilidade monetária era considerada o nervo fundamental para a seu projeto de desenvolvimento. Os diagnósticos principais estabelecidos pelo IA seriam: primeiramente, o quadro crítico de hiperinflação com altos índices de endividamento e falta de confiança no país. Esses fatores, de acordo com a análise do PEC, estariam em um movimento cíclico, gerando pouca produção, pouco consumo, desemprego e recessão. Consequentemente, essa situação levaria (a partir desse diagnóstico) a uma diminuição da arrecadação do governo e manutenção de sua condição de endividado. Em segundo, de acordo com o instituto, todos os setores do governo estariam fortemente endividados: dívida externa, dívida interna e dívida entre os próprios setores. E em terceiro lugar, o IA estabelece em seu diagnóstico, o problema da "gigantesca dívida social, calculada com base na perda de renda da sociedade totalizando US$ 600 bilhões. Este montante equivalia a 6 vezes a dívida externa brasileira na época [1993]"[217]. Uma vez estabelecidos os "diagnósticos", o IA parte para a proposição de suas "soluções":

Quadro 3.2 – Propostas de Políticas Públicas – Instituto Atlântico

Soluções Pré-Estabilização	
1	Fortalecer fundos sociais. (FGTS, PIS/PASEP, Previdência Social) com melhor administração e maior rentabilidade para estes fundos.
2	Criar a Câmara de Compensação de Créditos Públicos – CCCP. Nesta câmara, as dívidas entre os setores públicos são acertadas com base em OSTN's e não pela moeda da época, o cruzeiro.
3	A OSTN era uma espécie de URV, como feito mais tarde com o plano real. Privatização. O Estado que, após a compensação, ainda devesse para o Governo Federal, teria a possibilidade de quitar sua dívida com a cessão das suas estatais. O Governo Federal, por sua vez, liquidaria parte da dívida social, incluindo a previdenciária, por meio de transferência destas estatais para os fundos sociais.
4	Reestruturação dos fundos sociais. Reorganizava os fundos existentes, inclusive o FGTS, em relação aos seus objetivos e áreas de atuação, tornando-os regionais. O PEC previa a criação de novos fundos (fundo condominial, fundo previdenciário, fundo moradia popular). Todos os fundos seriam administrados pelos contribuintes: trabalhadores e empregadores.
5	Segregação do sistema de previdência social. O sistema de saúde e a

[217] http://www.atlantico.org.br/en/projetos, acesso em 17/09/2015.

	responsabilidade de pagar o seguro- desemprego seriam segregados do sistema de previdência social.
6	Serviços de saúde administrados pela classe médica.
7	Criou o conceito de cheque-saúde.
8	Criou o conceito **de cheque salário-educação.**
9	Criou o conceito de auxílio-emprego.
10	Reforma Tributária com regularização de dívidas pendentes pela sonegação com perdão dos juros e multa, uma espécie de REFIZ. A partir daí, aplicava-se a redução da carga tributária que, naturalmente, já inibe a sonegação, o ampliando o caixa do governo.
11	Redistribuição dos impostos. Cada nível de governo receberia exatamente o que necessitava.
12	Autonomia do Banco Central. Esta ação proporcionaria o fim da emissão excessiva de moeda pelo governo, em virtude da independência do Banco Central.
13	Financiamento dos Estados e Governo Federal por meio da emissão de **Bônus de reconhecimento da divida.** Títulos que poderiam ser negociados e deveriam vencer ao final do mandato do governo emissor.
Soluções Pós-Estabilização	
1	Aumentar a poupança interna, a partir do aumento da confiança do investidor no país. O PEC previa a Instituição de Lei que proibisse o governo de aplicar choques como confiscos ou congelamentos. Naquela época, o montante aplicado no exterior somava cerca de US$ 60 bilhões, parte desta saída era motivada pela falta de confiança no governo brasileiro.
2	Apoiava o conceito de **liberdade para as empresas** em definir seus preços e salários, **promovendo a concorrência.**
3	Retomada da confiança e incentivo ao **novo comportamento ético** e **crescimento sustentável**.

Elaboração própria. Fonte: http://www.atlantico.org.br/pt/projetos, acesso em 21/09/2015.

As soluções apresentadas pelo Instituto Atlântico, que serviram de base para as propostas de políticas públicas desenvolvidas no seu projeto político-ideológico, fundamentam-se na reconfiguração do papel do Estado a partir da elaboração de diferentes estratégias de privatização da estrutura, fundos sociais e serviços públicos.

Ainda no ano de sua fundação, o Instituto Atlântico, buscou ampliar as suas formas de representação empresarial, inaugurando uma segunda frente de atuação em Curitiba-PR. A representação do IA no estado do Paraná, teve como presidente o empreiteiro Bruno Lacombe Miraglia, (diretor da Tibagi Engenharia e Construções - TEC). A inauguração da filial do IA contou com a presença de políticos, autoridades e empresários da região, e como convidado especial, o Secretário de Economia da Capital

Argentina Dr. Carlos Eduardo Sanches. O Instituto, dessa forma, busca desde o início de sua atuação, ampliar a sua representação, assim como, suas bases de ação política e ideológica.

A entidade elabora estratégias de ação de caráter estrutural e busca capturar diferentes setores sociais em seu projeto de poder. Foi a partir dessa perspectiva que os intelectuais orgânicos do Instituto Atlântico, em 1993, articularam um convênio com a Força Sindical[218]. A costura dessa relação de cooptação dos interesses dos trabalhadores, a partir de uma aliança com a Força Sindical, foi elaborada entre os dirigentes do IA e o presidente da Força, Luiz Antônio de Medeiros após a realização de "almoços de trabalho[219]" para a discussão de formas de "amenização" das relações entre capital e trabalho. Essa aliança entre o Instituto e a representação sindical, rendeu, como veremos, a execução de uma série de projetos com atuação conjunta das instituições.

Como estava previsto para o ano de 1994, uma Revisão Constitucional, o momento apresentava-se como estratégico para as diferentes organizações da classe dominante no Brasil, articularem seus grupos de representação para a defesa de seus interesses e seus projetos políticos e ideológicos. Foi exatamente esta a estratégia organizada pelo Instituto Atlântico. Diante da abertura para debater alterações na carta constitucional – que por sua vez, não alcançou plenamente em 1988, tanto as reivindicações das classes subalternas, como os interesses burgueses para a ampliação da acumulação e redução da atuação do Estado no plano social –, o Instituto Atlântico buscou mobilizar o empresariado e produzir seu próprio projeto de poder.

Um dos mecanismos de ação adotados pelo instituto desenvolveu-se a partir da difusão do seu programa. Em 1994, a entidade organizou o Lançamento da cartilha "O

---

[218] http://www.atlantico.org.br/pt/linha-do-tempo, acesso em 17/09/2015.
[219] *Idem.*

Brasil tem Jeito - O que Queremos da Revisão Constitucional" editada pelo Grupo Abril, com apoio da Suzano e Klabin. O projeto contou com a adesão e participação da Força Sindical. O instituto buscava, assim, o apoio e a legitimidade das classes trabalhadoras como estratégia para a ampliação de suas bases na defesa de seu programa de alteração constitucional, assim como dar um caráter universalista aos seus pressupostos. De acordo com o IA, "Foram produzidas e distribuídas 1 milhão de cartilhas explicando de forma simples à sociedade a importância da modernização da Constituição e as propostas apresentadas. O trabalho foi amplamente apoiado pela Força Sindical[220]". Segundo a instituição:

> Trata-se de um grande esforço para levar as propostas do PEC, que nesta época já estavam mais abrangentes incluindo pontos sobre reforma eleitoral e política, sob a forma de emendas à Constituição. Para que as propostas apresentadas pelo PEC pudessem ser colocadas em prática, era necessário que a Constituição sofresse alterações a fim de torná-la mais moderna e adequada à realidade global vivenciada na época[221].

Sua atuação não visa apenas pequenos ajustes ou mudanças conjunturais, mas sim, reformas estruturais na aparelhagem estatal de acordo com a reformulação do capitalismo mundializado, sintonizado à globalização e à reestruturação produtiva. A entidade afirma que o projeto de Revisão Constitucional foi um esforço de organização conjunta entre representantes do Instituto Atlântico, da Força Sindical, presidida na época por Luiz Antônio de Medeiros e, principalmente, com o apoio do deputado Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ). O deputado foi o autor de 422 emendas à Constituição, incluídas no projeto. O Instituto Atlântico trabalhou diretamente com o deputado Eduardo Mascarenhas, "colocando à disposição sua área jurídica e formalizando grande parte das emendas propostas pelo deputado. Eduardo Mascarenhas foi o deputado que mais apresentou

---

[220] http://www.atlantico.org.br/pt/projetos/, acesso em 17/09/2015.
[221] *Idem.*

emendas à constituição para a Revisão Constitucional”[222].

No mês de setembro de 1994, a proposta completa organizada pelo instituto foi entregue ao relator da Revisão Constitucional, o deputado Nelson Jobim (PMDB). A proposta ampla e abrangente, que contemplava uma vasta composição de temas entendidos como estratégicos pelas frações burguesas representadas pelo IA, continha capítulos sobre a Ordem Econômica, Ordem Social e da Tributação e Orçamento.

Entre as pautas que foram acrescentadas ao documento original do Programa de Estabilização com Crescimento (PEC) – base utilizada para o projeto de Revisão Constitucional do Instituto Atlântico – estavam: Pacto Federativo; o Fim do Monopólio e Defesa da Concorrência e previsão legal para punir a formação de cartel; a Abertura da Economia. No que se refere ao Capital Estrangeiro: permitir o investimento com capital estrangeiro no país. Quanto à proposta de Reforma política: o texto previa a redução do número de partidos, representatividade na câmara de deputados proporcional ao número de eleitores de cada Estado; o Voto distrital combinado com o voto proporcional (com algumas modificações no sistema de voto proporcional); uma reforma eleitoral baseada na fidelidade partidária com perda de mandato para políticos que mudassem de partido; e a Transparência no financiamento de campanhas políticas para candidatos e partidos. Com um desfecho supostamente desfavorável, de acordo com o seu discurso, na conclusão da proposta de revisão, o IA publicou um texto de protesto:

> O deputado federal Eduardo Mascarenhas (PSDB-RJ) distribuiu no dia 31 de maio de 1994, três mil cartilhas e folhetos em protesto ao fim da revisão constitucional. Responsável pela apresentação de 422 emendas à Constituição brasileira, Eduardo Mascarenhas lamentou que o país tenha perdido a oportunidade de melhorar o ensino público, o sistema de saúde e criar uma previdência moderna. Mascarenhas escolheu um dos cruzamentos mais movimentados do Rio de Janeiro para manifestar seu desagravo. Na esquina da Rio Branco com Sete de Setembro, centenas de pessoas pararam para receber o material distribuído pelo deputado. Em um dos folhetos, Mascarenhas deixava claro que a luta

[222] *Idem.*

> por uma constituição mais moderna deverá continuar no ano que vem, com o congresso renovado e com o novo presidente[223].

Muito além da mobilização na formação de quadros de deputados e do característico *lobby* direto – principais mecanismos acionados pela CEDES, nos anos 80 –, o Instituto Atlântico propõe um modo de atuação com vistas à elaboração de diretrizes teóricas baseadas em um projeto político-ideológico concreto e com execução de longo prazo. A revisão constitucional representava, segundo os intelectuais orgânicos do IA, a abertura oportuna no sentido de avançar o seu programa de privatizações e contrarreformas institucionais, não com medidas de conjuntura, mas com reformulações concretas na estrutura institucional do Estado. A suposta derrota (salientando que apresentar-se como derrotado é estratégico e pode render bons frutos) decretada na proposta de revisão, todavia, não enterra o PEC, que continua no horizonte da instituição, defendendo suas propostas de políticas públicas a partir de outras estratégias e em outras frentes.

Tendo como base os pressupostos contidos em seu projeto político (PEC), o Instituto Atlântico passou a organizar os mesmos princípios defendidos na proposta de revisão, a partir de ações mais específicas, formando frentes de atuação com aporte de recursos e patrocinadores próprios para cada programa. No conjunto, essas ações estão todas articuladas e presentes no seu programa estrutural. Dessa forma, cada projeto é desenvolvido separadamente e a própria contabilidade do instituto é segregada da contabilidade de cada um dos projetos. O instituto e cada projeto possuem contas bancárias próprias. Segundo a entidade, as contas são auditadas por Conselhos consultivo e fiscal ativos e independentes[224]. Apesar de afirmar que a contabilidade de tais projetos

---

[223] Texto retirado do informativo Cidadania e Ação – ano1 – nº2, publicado pelo Instituto Atlântico: http://www.atlantico.org.br/pt/projetos/, acesso em 17/09/2015.
[224] http://www.atlantico.org.br/pt/institucional/, acesso em 21/09/2015.

é divulgada nos relatórios anuais da instituição, tais relatórios não são disponibilizados em seu endereço eletrônico.

Para tornar seu projeto político-ideológico mais acessível ao público e ampliar suas bases de produção do consenso, o instituto desenvolveu uma cartilha “PEC: projeto nacional para o país que tem jeito”. A cartilha foi ilustrada pelo cartunista Ziraldo e apresenta, de forma simplificada e didática, as suas propostas de reformas do Estado brasileiro, distribuídas em doze PEC's: PEC Político; PEC Social; PEC Previdência; PEC FGTS; PEC Saúde; PEC Educação; PEC Emprego; PEC Jatoaí; PEC Reformas; PEC Financeiro; PEC Poupança; PEC Confiança[225].

Esse mecanismo de ação inicia-se com a fase de pesquisas e debates nos anos de 1980, pela CEDES, é instrumentalizada por meio de seu projeto político para (PEC), é difundida na sociedade através da distribuição de cartilhas e atuação midiática, na ponta do processo estaria a materialização de seus pressupostos por meio do acesso ao governo federal e aos candidatos à presidência da república. Ou seja, no horizonte de atuação está a reconfiguração do aparelho estatal, a partir de seu conceito cunhado por seus intelectuais, de “sócio-capitalismo”, que na verdade expressa as mesmas qualificações e baseia-se nos mesmos valores que as concepções de “Estado eficiente” ou “Estado necessário”, características do neoliberalismo. Trata-se, portanto, de uma estratégia de reconfiguração, adaptando os mesmos postulados desgastados e criticados do programa neoliberal, no conjunto das lutas de classes, dando-lhe assim, uma aparência menos ortodoxa e mais voltada ao social.

O Instituto Atlântico organiza e executa ações de caráter tático e mesmo pragmáticos, mas sua forma de atuação se distingue da maioria dos demais aparelhos

[225] http://www.atlantico.org.br/pt/projetos, acesso em 21/09/2015.

privados de hegemonia, em atividade na virada dos anos de 1980 para os anos 90. Essa distinção opera-se, acima de tudo, na medida em que o instituto busca desenvolver diretrizes e estratégias de atuação no conjunto da burguesia a partir de um verdadeiro projeto formalmente organizado de poder que, mesmo almejando, em sua essência, a garantia de seus interesses imediatos de acumulação de capital e ampliação das taxas de lucro, busca incorporar (ou cooptar/ressignificar) em seu discurso, pretensamente universalista, as reivindicações das classes subalternas.

Uma dessas frentes foi o chamado Fundo de Privatização. Parte integrante do Programa de Estabilidade com Crescimento (PEC), projeto político norteador das ações do Instituto Atlântico – o Fundo de Privatização é outro programa de ação da entidade burguesa que previa a privatização dos fundos de reserva do FGTS. De acordo com o IA, o projeto "previa a escolha pelo trabalhador em investir o recurso retido no FGTS pelas empresas contratantes. Entre as opções de escolha de investimento estariam aquelas empresas que seriam privatizadas na época (...)". Para completar sua proposta, o instituto desenvolveu o conceito de "sócio-capitalismo", ou seja, um "capitalismo de sócios"[226]. A proposta constitui-se da privatização dos fundos sociais, com a promessa de que o trabalhador seria "sócio" do novo fundo privado. Trata-se de um projeto que se insere na concepção defendida pelo Instituto de reformulação do papel do Estado para torná-lo mais "eficiente", para tanto, o caminho dessa suposta eficiência estava atrelado às reformas institucionais e às privatizações.

Na proposta do IA, o fundo garantido pelo governo seria mantido, sem sofrer alterações, e seria criado o chamado "sistema FGTS Livre-escolha". Na nova configuração o trabalhador poderia escolher em que fundo seu recurso seria aplicado:

[226] http://www.atlantico.org.br/pt/projetos, acesso em 17/09/2015.

continuava no FGTS tradicional ou migrava para o FGTS livre escolha. Dentro do sistema FGTS livre-escolha, as regras de saque se mantinham as mesmas do FGTS tradicional. A diferença apresentada pela entidade é que os fundos privatizados "contariam com gestão e administração profissionalizada" e passariam pela fiscalização do poder público. Os recursos destinados ao novo fundo seriam aplicados no mercado financeiro, na aquisição de ações na Bolsa de Valores, dentre elas na aquisição das estatais que seriam privatizadas na época. Segundo o instituto, "a recuperação dos recursos devidos pelo governo ao fundo, se dariam por meio da entrega de estatais ao sistema FGTS livre-escolha"[227].

Em 1996, o Instituto Atlântico, em parceria com a Força Sindical, organizou um evento, no Palácio do Trabalhador-SP, que teve como tema "Gestão Privada do FGTS e Privatização Democrática". O debate sobre a proposta de privatização do fundo, contou com a presença de Noenio Spindola (BOVESPA), Roberto Faldine; (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP), Álvaro Novis (Odebrecht S.A), Paulo Rabello de Castro – vice-presidente do Instituto Atlântico e do jornalista da Folha de São Paulo, Celso Pinto. Por conseguinte, o IA buscava, por meio de diversificados mecanismos de atuação, difundir e adquirir novas bases de apoio e legitimidade para seu programa, incluindo distintos setores entendidos como estratégicos. Já em 1997, a Força Sindical – com os integrantes do Instituto Atlântico, Paulo Rabello de Castro e Roberto Carvalho (diretor executivo do IA) –, organizou uma visitação técnica ao Chile e Argentina. O objetivo, segundo o IA, era o de reunir informação sobre as reformas previdenciárias realizadas nestes Países[228].

Dessa forma, o projeto do Instituto Atlântico apresenta uma estratégia de privatização dos fundos de garantia do trabalhador, buscando passar a ideia de que seria

---

[227] http://www.atlantico.org.br/pt/projetos, acesso em 17/09/2015
[228] http://www.atlantico.org.br/pt/linha-do-tempo, acesso em 21/09/2015.

para atender aos anseios e beneficiar a própria classe trabalhadora. Busca por meio de diferentes estratégias, seja pelo consenso ou pela imposição coercitiva, estabelecer os seus interesses parcelares, como se estes representassem o conjunto da sociedade. De acordo com o esquema gráfico apresentado pela instituição, para demonstrar os passos de organização e execução do projeto de Fundo de Privatização, o processo tem início com pesquisas e debates desenvolvidos, nos anos finais da década de 1980, pelos economistas e dirigentes da instituição, Paulo Rabello de Castro e Paulo Carlos de Brito, através da CEDES[229].

O segundo passo foi o desenvolvimento do projeto político do instituto (PEC), em 1992. A partir do projeto, a instituição passa ter um verdadeiro programa de ação, com estratégias e diretrizes bem definidas e a delimitação teórica de seus pressupostos. Nessa fase, em 1993, como uma forma de apresentação da proposta o IA cria o conceito de "sócio-capitalismo". O processo se inicia com a articulação entre o conjunto de ações desenvolvidas pelo aparelho privado de hegemonia, o apoio e legitimidade das classes trabalhadoras – viabilizado pela construção de consenso e apoio da Força Sindical – e a estrutura institucional do Estado, com a atuação junto ao Governo Federal.

Paralelamente, em uma outra frente de atuação, a organização tático-operacional configura-se pela construção de consenso através da mobilização de diferentes setores e da difusão ideológica. Essa estratégia passaria pela organização de seminários, debates públicos, pela publicação e circulação de materiais informativos pela instituição, assim como pela difusão midiática (entrevistas, matérias em jornais e TV, etc.). Nesse sentido, a entidade organizou uma série de eventos para a exposição do projeto; durante o processo foram criadas as cartilhas: "A incrível história do seu FGTS que encolheu"; "Você sabia

[229] www.atlantico.org.br/pt/projetos/, acesso em 17/09/2015.

que o seu FGTS pode crescer?"; e FGTS Livre-escolha: privatização para todos". A instituição considerou os resultados como extremamente positivos. De acordo com o instituto, "foi aprovada a criação do FGTS Livre-Escolha que levou à criação dos Fundos: Fundo Força-BRADESCO e Fundo Mútuo de Privatização FGTS/Vale"[230].

A partir dos mesmos mecanismos e estratégias de ação utilizados para a proposta de privatização do FGTS, o Instituto Atlântico desenvolveu outro projeto baseado no seu Programa de Estabilidade com Crescimento (PEC), agora específico para a Reforma da Previdência Social, no campo da previdência complementar. O projeto apresenta uma proposta de reforma e privatização da previdência tendo como veículo principal, a introdução e/ou opção por um regime de capitalização. De acordo com a instituição o projeto de reforma foi desenvolvido em 2 fases: a primeira seria "incluir o conceito de previdência associativa [que se insere na sua concepção de *sócio-capitalismo*] mediante capitalização de contas individuais de participantes na legislação". A segunda fase atuaria no sentido de "contribuir para a formação e organização da previdência associativa por entidades capazes beneficiando seus membros e associados"[231].

Da mesma forma que a privatização do FGTS, a proposta de reforma previdenciária do Instituto Atlântico é parte integrante do seu projeto político de longo prazo (PEC FGTS e PEC Previdência). Essas propostas estão sendo desenvolvidas desde fim dos anos de 1980, e passam por um longo período de introdução, difusão e legitimação. Nos dois exemplos, o desenvolvimento, execução e concretização do projeto, teria sido um processo de pelo menos uma década de atuação.

No caso da proposta de privatização da previdência, vencida a primeira fase de inclusão do conceito de previdência associativa, o Instituto Atlântico procurou estimular

---

[230] *Idem.*
[231] www.atlantico.org.br/pt/projetos/, acesso em 17/09/2015.

representantes de instituições interessados em organizar este tipo de previdência no âmbito de suas associações, sindicatos ou federações. Entre estes responsáveis pela implantação efetiva da proposta de reforma, estavam a Força Sindical instituindo a ForçaPrev e a FECOMERCIO instituindo a FECOMERCIO FPA. Segundo o IA, "o conceito de previdência associativa, mediante capitalização de contas individuais de participantes, foi contemplado na LC109/2001. A partir daí diversas entidades instituíram a previdência associativa"[232]. Mais uma vez evidencia-se o papel fundamental de legitimação propiciado pela adesão das lideranças da Força Sindical ao projeto do IA. O grande interesse do corpo de burocratas da Força Sindical, alinhados aos intelectuais orgânicos do instituto, foi o de passar a assumir o controle e gerenciamento dos fundos de previdência dos trabalhadores vinculados à representação sindical.

Entre as ações estratégicas de longo prazo desenvolvidas pelo Instituto Atlântico estão as publicações dos chamados Cadernos do IA. Diferentemente das cartilhas de divulgação das propostas da entidade – no que concerne ao público-alvo e na abordagem –, os Cadernos do IA configuram-se como publicações de maior profundidade técnica e conceitual, com programas de políticas públicas desenvolvidos por seus próprios intelectuais, ou por profissionais especializados contratados para compor grupos de trabalho. Os cadernos são baseados nos pressupostos do PEC e tem o objetivo de fortalecimento do consenso intra-classe, nos debates políticos e econômicos acadêmicos e, principalmente reformular a estrutura institucional do Estado, por meio da difusão no interior da sociedade política. O quadro a seguir apresenta o conjunto de 12 cadernos publicados pelo Instituto Atlântico, contendo seus principais tópicos e autores.

[232] www.atlantico.org.br/pt/projetos/, acesso em 17/09/2015.

Quadro 3.3 – Cadernos do Instituto Atlântico – Programa de Estabilização com Crescimento (1994 - 1997)

Ano	Caderno / Tema	Tópicos / Autor
1994	Caderno IA nº 1: **Seguro Social, Saúde e Assistência Social**	I - A Seguridade Social Brasileira: Uma Proposta de reforma. Autor: Francisco E. B. de Oliveira.
	Caderno IA nº 2: **Educação**	I - O Cidadão, a Educação e a Cultura - Uma visão critica de modernidade. Autor: Arnaldo Niskier. II - A Educação como Passaporte para a Era Pós-Industrial. Autor: Ney Suassuna. III - Cheque-Educação: Uma solução para o Ensino Fundamental. Autor: Paulo Rabello de Castro.
	Caderno IA nº 3: **Privatização 1**	I - Reestruturação Institucional do Setor Elétrico no Brasil: um modelo para discussão. Autor: Ivan Botelho. II - Energia no Brasil: monopólio ou desenvolvimento. Autor: Márcio Nunes e João Pimentel.
	Caderno IA nº 4: **Privatização 2**	I - A Concessão de Serviços Públicos e Os Investimentos em Infra-Estrutura no Brasil. Autor: Danilo de Souza Dias e Adriano Pires Rodrigues. II - Privatização: A terceira onda. Autor: Armando Castelar Pinheiro e Luiz Chrysóstomo de Oliveira Filho. III - Privatização: e "Dívidas Sociais". Autor: José Pio Borges.
	Caderno IA nº 5: **A Reforma do Estado**	I - A Reengenharia do Estado Brasileiro: Rumo ao Sociocapitalismo. Autor: Paulo Rabello de Castro.
1995	Caderno IA nº 6: **Política Monetária**	I - Os Ingredientes para uma boa Política Monetária. Autor: Ruben D Almonacid, Luiz Fernando e Lopes e Samuel Pessoa. II - Que Política Monetária é esta? Autor: Ruben D Almonacid, Luiz Fernando e Lopes e Samuel Pessoa. III - Âncoras Monetária e Programas de Estabilização: algumas considerações sobre Experiências recentes. Autor: Ruben D Almonacid, Luiz Fernando e Lopes. IV - La Crisis Mejicana y sus Implicaciones para el Mercosul. Autor: Ruben D Almonacid.
	Caderno IA nº 7: **Produtividade e Câmbio**	I - Produtividade Industrial, Produção, Emprego e Câmbio. Autor: Claudio Roberto Contador. II - O Conceito de liquidez e as Dificuldades Operacionais do Plano Real. Autor: Claudio Roberto Contador III - Capacidade Ociosa, Choques de Oferta e Inflação: Notas para o Caso Brasileiro. Autor: Claudio Roberto Contador.
	Caderno IA nº 8: **Reforma e Modernidade**	I - Reforma econômica para reinserir o Brasil na Modernidade. Autor: Diogo de Figueiredo Moreira Neto.
	Caderno IA nº 9: **Privatização Popular**	I - Encontro de Contas, Reforma da Privatização e Previdência. Autor: Armando Castelar Pinheiro.
	Caderno IA nº 10: **Reforma da Previdência**	I - A Reforma da Seguridade Social no Brasil. Autor: Francisco E. B. de Oliveira e Kaizo Iwakami Beltrão
1996	Caderno IA nº 11:	I - Moedas Sociais na Privatização. Autor: Paulo Rabello de

	Privatização 4	Castro. II - Impactos Macroeconômicos das Moedas Sociais na Privatização. Autor: Armando Castelar Pinheiro. III - Privatização e "Dívidas Sociais". Autor: José Pio Borges. IV - Privatização e Cidadania. Autor: Diogo de Figueiredo Moreira Neto.
1997	Caderno IA nº 12: **Comércio Exterior**	I - Uma Política de Comercio Exterior Como Base de Sustentação do Desenvolvimento Econômico e Social. Autor: Benedicto Fonseca Moreira. II - Brasil vs. Resto do mundo: Causas e Consequências do Desequilíbrio Exterior. Autor: Alexandre Fischer.

Elaboração própria. Fonte: http://www.atlantico.org.br/pt/publicacoes, acesso em 21/09/2015.

A definição das temáticas dos cadernos do Instituto Atlântico, assim como seus tópicos, apresenta claramente a estratégia – organizada, deliberada e instrumentalizada – de reformulação do papel do Estado brasileiro e a captura de todos os fundos públicos, sobretudo os vinculados aos trabalhadores. A ordem é sempre privatizar. No item sobre educação, por exemplo, a "solução" apresentada é o chamado "cheque-educação" para o ensino fundamental. Proposta semelhante ao projeto de privatização da educação defendida pelo Instituto Liberal em sua *Série Políticas Alternativas*, que previa o fim da educação pública e a criação do cheque-educação como política focalizada. Medidas privatizantes que visam uma ampla reformulação do Estado, em benefício dos interesses da burguesia, e que se apresentam como "soluções" para a sua "modernização" para torná-lo mais "enxuto" e, por sua vez, reduzir a cobrança de impostos. O IA apresenta objetivos bem definidos e estratégias de ação de caráter estrutural. Dessa forma, o reordenamento do aparelho estatal projetado pelo instituto apresenta como instrumento fundamental um programa diversificado de privatizações.

Foi com esse mesmo objetivo que, em 1996, o Instituto Atlântico em parceria com o jornal "O Globo" organizaram dois eventos: o primeiro foi o Workshop realizado no Rio de Janeiro, tendo como palestrante o Ministro da Indústria e Comércio Francisco Dornelles, Guy Sorman (Escritor Liberal Francês que também apresentou conferências em eventos do Instituto Liberal e no Fórum da Liberdade, organizado pelo IEE), Paulo

Rabello de Castro (vice-presidente do Instituto Atlântico), Aspásia Camargo (Presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), do Ministério do Planejamento; Secretária Executiva do Meio Ambiente na gestão de Gustavo Krause, 1995), Paulo Delgado (Deputado Federal) e George Vidor (Editorialista do O Globo)[233]. O outro evento foi o seminário "Rumos da Privatização". O objetivo era o debate amplo sobre a "necessidade" de um programa de privatizações, tendo como pressuposto o programa desenvolvido pelo IA. O debate foi promovido pelo ícone do pensamento liberal no Brasil, Roberto Campos e por representantes de grandes grupos econômicos ligados à Fiesp, e também com representantes da Bovespa e do Grupo Odebrecht, ou seja, frações da burguesia brasileira diretamente interessadas no processo sistemático de privatização. De acordo com a entidade, o evento contou com,

> a presença dos Drs. Alfredo Rizkallah – presidente da Bovespa, Emilio Odebrecht – presidente do Grupo Odebrecht, Antonio Kandir – Ministro do Planejamento, Paulo Pereira da Silva – presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Nelson Rogieri – ABRAP, Boris Tabacof – FIESP, Francisco da Costa e Silva – CVM, dos Deputados Federais Roberto Campos, Paulo Delegado, Eduardo Mascarenhas e Lima Neto e do Presidente do Instituto Atlântico Thomaz Magalhães[234].

Em 1996 o Instituto Atlântico realizou a publicação e lançamento do Livro: "Sociedade, Estado e Administração Pública – Prospectivos Visando ao Realinhamento Constitucional Brasileiro", produzido por seu diretor técnico, Diogo de Figueiredo Moreira Neto. A obra que fora prefaciada por Roberto Campos (Economista doutor *honoris causa* pela Universidade de Nova Iorque, deputado federal, ex-senador, ex-ministro do Planejamento, ex-Embaixador em Londres e em Washington e diplomata de carreira), se insere no quadro de proposições para o reordenamento do aparato institucional do Estado, partindo dos mesmos diagnósticos e soluções que estruturam o

[233] http://www.atlantico.org.br/pt/linha-do-tempo, acesso em 21/09/2015.
[234] http://www.atlantico.org.br/pt/linha-do-tempo, acesso em 21/09/2015.

projeto político-ideológico do Instituto Atlântico. Por conseguinte, aliando estratégias de difusão pedagógica acessíveis, de argumentação simples e didática, com estudos mais aprofundados e complexos de caráter acadêmico, esse aparelho privado de hegemonia, busca a abrangência e capilaridade necessária para dar legitimidade a seu projeto.

Paralelamente às proposições que compõem o projeto político estrutural do Instituto Atlântico, foram desenvolvidas propostas de ação mais específicas e direcionadas à problemas concretos ou demandas sociais de determinados grupos, sejam frações da burguesia ou estratos subalternos. O IA busca converter/seduzir pelo dinheiro as demandas de diferentes segmentos sociais, sem, contudo, colocar em risco os interesses fundamentais de frações da burguesia, no plano da acumulação. Para a construção de um projeto de hegemonia faz-se necessário, a incorporação – mesmo que parcial e moderadamente – das reivindicações das classes subalternas para a conquista da direção intelectual e moral. O Instituto Atlântico lança mão dessa forma de atuação para além dos limites de classe, tanto na aliança com a representação dos trabalhadores a partir da Força Sindical, como também, no desenvolvimento de projetos que se afirmam como universalizantes.

Entre os projetos de caráter específico e parcelar desenvolvidos pelo IA, está a campanha de “desfusão” do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara. O projeto surgiu em 2004 após o “seminário ‘Cariocas pelo Rio’ promovido pela Rede Autonomia Carioca com apoio do Instituto Atlântico, e contou com a participação de

diversos movimentos, entre eles: Guanabara Já[235] e Instituto Hélio Beltrão[236]". O seminário, que teve como objetivo debater a possível volta da cidade do Rio de Janeiro à condição de Cidade-Estado, foi organizado por meio de debates e painéis que abordaram temas históricos, institucionais, econômico-financeiros, tributários, políticos e culturais. "A partir deste seminário, um grupo de participantes formado por Maria Silva Bastos Marques, Lúcia Hippólito, José Luiz Alquéres e o próprio Instituto Atlântico lançaram o Movimento Rio Cidade-Estado com a participação e apoio do Movimento BASTA!"[237], afirma o site da instituição. No desenvolvimento do projeto foram publicados diversos artigos no sentido de debater e difundir a proposta de "desfusão" e da criação do Rio Cidade-Estado. Segue a relação de artigos publicados e/ou difundidos pelo IA, relacionados ao projeto.

Quadro 3.4 – Artigos publicados a partir do Projeto Rio Cidade-Estado – Instituto Atlântico

Artigos do Projeto Rio Cidade-Estado / Autor	
1	Fusão e Confusão (Carlos Heitor Cony[238])

[235] Guanabara Já é um movimento criado com o objetivo de difusão e reivindicação sobre a proposta de "desfusão" do atual estado do Rio de Janeiro. "Em janeiro de 2003, junto a posse da então governadora Rosinha, tomou corpo o movimento Guanabara Já, tendo no *site* www.guanabaraja.com.br uma plataforma de apresentação de suas propostas. Este movimento se agregou a um outro que surgiu em 2004 que foi o Autonomia Carioca, havendo a presença de membros do Partido Verde embora o partido não adotasse e nem adote a desfusão como parte de seu programa político, apenas alguns o fazem como Aspásia Camargo e Alfredo Sirkis". In: EVANGELISTA, Hélio de Araújo. *A luta pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A luta pela desfusão no atual estado do Rio de Janeiro*. Revista geo-paisagem (on line), Ano 4, nº 8, Julho/Dezembro de 2005.

[236] O Instituto Hélio Beltrão configura-se como mais um aparelho privado de hegemonia da burguesia brasileira, cujo principal objetivo é o reordenamento do papel do Estado. Seu idealizador é o empresário Hélio Beltrão (Graduado em finanças com MBA pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Foi executivo do Banco Garantia, Mídia Investimentos e da Sextante Investimentos. É fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium e fundador-presidente do Instituto Mises Brasil. Também é membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, da Artesia Investimentos, do conselho consultivo da Ediouro Publicações e da empresa de educação corporativa Lab SSJ". "Criado em julho de 1999, o Instituto Helio Beltrão - IHB é uma entidade sem vinculação político-partidária, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública e propor iniciativas que reduzam a interferência indevida do governo na vida do cidadão e da empresa". In: http://www.desburocratizar.org.br/ihb/publicacao/publicacao_list.asp?Cod_Canal=40. Acesso em 26/12/2015.

[237] http://www.atlantico.org.br/pt/linha-do-tempo, acesso em 21/09/2015.

[238] Carlos Heitor Cony é jornalista, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras. Comentarista da Rádio CBN e colunista da Folha de São Paulo.

2	Fusão, Confusão, Desfusão (Merval Pereira[239])
3	Rio para o Rio (Paulo Rabello de Castro)
4	Autoridades Esculachadas (Paulo Rabello de Castro)
5	Manifesto Carioca (Aldo Rebelo[240])
6	Saída para o Balneáio (josé Luiz Alquéres[241] e José Hugo Campbell Alquéres)
7	Uma Fusão de Erros (João Pedro Figueira[242])
8	Rio: um débito histórico a ser resgatado (Diogo Figueiredo Moreira Neto)
9	Cidade Maravilhosa, Coração do meu Brasil (Maria Silvia Bastos Marques[243])
10	Eu quero minha identidade geográfica e cultural de volta (Cora Rónai[244])
11	O Resgate da Governança Perdida (Aspásia Camargo[245])
12	Precisamos municipalizar o Theatro Municipal (Maria Silvia Bastos Marques)
13	Reflexos da criação do Rio Cidade Estado nas casas parlamentares (Maurício Ribeiro)
14	Capital Federal, Distrito Federal, Brasília: um breve histórico nas disposições constitucionais (Maurício Ribeiro).

Elaboração própria. Fonte: http://www.atlantico.org.br/, 21/09/2015.

Outro programa de ação de caráter mais específico e que tem como propósito contemplar (à sua maneira) reivindicações das classes subalternas, diante de situações de conflito, é o chamado projeto Cantagalo. Segundo o Instituto Atlântico, o projeto surgiu da iniciativa das lideranças do Projeto Segurança de Ipanema (um dos apoiadores do IA), no sentido de pensar a relação entre a favela do Cantagalo e o bairro de Ipanema no Rio de Janeiro a partir dos problemas sociais e a questão da segurança pública. A ideia do projeto, por conseguinte, ao elaborar e organizar estratégias de ação voltadas às classes subalternas e grupos marginalizados na cidade do Rio de Janeiro, estaria em encontrar

[239] Merval Pereira atua em diversos canais de comunicação ligados às Organizações Globo. Colunista do jornal O Globo bem, comentarista político da GloboNews e da rede CBN.
[240] José Aldo Rebelo Figueiredo é um jornalista e político brasileiro, membro do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e deputado federal eleito diversas vezes pelo mesmo partido.
[241] José Luiz Alquéres é engenheiro, Sócio-Diretor da JLA – JL Alquéres Consultores Asso ciados Ltda., uma empresa de consultoria na área de energia e investimentos em infraestrutura. Membro do Conselho Estratégico da ALCOA, Alstom Power, Rio Bravo Investimentos, SN Power e COMERC. Conselheiro independente da QGEP – Queiroz Galvão Exploração e Produção. Editor Principal das Edições de Janeiro Ltda. In: http://www.anebrasil.org.br/ane2014/images/pdf/cv/cv-jose-luiz-alqueres.pdf. Acesso em 26/12/2015.
[242] João Pedro Campos de Andrade Figueira é um advogado, ocupou o cargo de Secretário de Governo da Prefeitura do Rio de Janeiro entre os anos de 2001 e 2007.
[243] Maria Silvia Bastos Marques foi presidênte da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.
[244] Cora Rónai é Jornalista e escritora, colunista do jornal “O Globo”.
[245] Aspásia B. Alcântara de Camargo é socióloga, ambientalista, professora. É filiada ao Partido Verde (PV).

formas de atuação mais eficazes para o enfrentamento de problemas mais específicos de segurança pública, no bairro de Ipanema. Como define o instituto,

> com o objetivo de propor uma solução sólida e sustentável para a integração entre a favela do Cantagalo e o bairro de Ipanema, o Instituto Atlântico criou o conceito Rio Cidade Inteira, do qual decorreu o Projeto Cantagalo. A solução apresentada para este desafio foi: Conceder a Titulação Definitiva da Propriedade aos moradores[246].

O Instituto Atlântico denomina sua atuação pontual no caso do projeto Cantagalo, como sendo um conjunto de técnicas de "intervenção comunitária". Pautado no modelo de "ação focalizada" característico dos pressupostos neoliberais, o projeto busca estabelecer mecanismos com vistas à "amenização" de conflitos de classe na região. Todavia, demonstra-se como mecanismo de elitização e "*expulsão branca"* aos moldes das propostas defendidas pelo peruano Hernan de Soto do Banco Mundial. A entidade defende que o elemento que fundamenta sua ação seria o "Princípio da Auto-Organização".

> Este princípio norteia as ações do Projeto Cantagalo visando garantir o seu sucesso, na medida em que provocou o surgimento das ações de dentro da favela e de dentro do bairro de Ipanema, rompendo com a estrutura usual de projetos que caem sobre as comunidades de cima para baixo. O diferencial do Projeto Cantagalo para outros tantos projetos que envolvem as favelas é que, com a força do Projeto, a favela se prepara e torna-se bairro, sendo incorporada à cidade formal. Dentro do princípio da Auto-Organização, a nova sede da Associação dos Moradores será o espaço comunitário para acompanhamento do desenvolvimento urbano da região[247].

Nas palavras do doutor em planejamento urbano e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Aléx Ferreira Magalhães: a "sugestão (e/ou "deixa") implicitamente feita pelos autores do projeto é a de que os moradores das favelas provavelmente realizariam essa valorização mediante a venda de seus imóveis, o que consagraria a sua expulsão pelas forças do mercado[248]". Nesses termos, temos um

---

[246] http://www.atlantico.org.br/, acesso em 22/09/2015.
[247] http://www.atlantico.org.br/, acesso em 22/09/2015.
[248] MAGALHÃES, Aléx Ferreira. *O "Galo cantou", mas não foi para os moradores das favelas:*

mecanismo de expulsão dessas comunidades por meio da especulação imobiliária do mercado. Alex Magalhães ainda afirma que:

> os segmentos economicamente mais fortes, prováveis adquirentes desses imóveis, seriam os grandes beneficiados pelos (caríssimos!) Investimentos públicos (nesse caso, públicos e privados) de regularização". Para onde esses moradores iriam, após a venda de seus imóveis, e quais as implicações desta mobilidade em termos de acesso à cidade, seria, pelo visto na obra em análise, "um outro departamento"[249].

Os problemas econômicos, sociais e históricos que constituem as formas desiguais de apropriação territorial e as relações que daí emergem, na configuração desses arranjos urbanos, são resumidos pelo discurso do instituto à uma simples questão de formalização da propriedade privada. Nessa perspectiva, uma vez garantido formalmente o direito de propriedade, a "favela" torna-se, a partir daí um "bairro" e passa a ser incorporada pela cidade. Como nos mostra Alex Magalhães,

> fica nítida a visão das favelas como a nova fronteira de expansão dos circuitos centrais do capitalismo contemporâneo (…) O desejo parece ser o de, fundamentalmente, ampliar as relações capitalistas e de salvá-las, e não o de transformá-las, socializá-las ou humanizá-las. Busca-se fornecer provas de que a ordem capitalista seria sustentável e que seria capaz de dar resposta à questão social[250]"

Todo quadro histórico de desigualdade social, marginalização e expropriação de toda espécie é superado, nesse discurso, pela garantia da propriedade e da aceitação formal da existência dessas comunidades no conjunto do espaço urbano do Rio de Janeiro. O projeto exemplifica bem o caráter dessas políticas focalizadas que buscam converter demandas e propostas elitistas em "programas sociais".

Esse projeto de ação foi financiado e coordenado pelo Instituto Atlântico; pelo Projeto Segurança Ipanema[251]; Souza Cruz, Cescon, Barrieu & Flesch – Advogados;

---

problematizando a política estadual de titulação de favelas. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013, p. 107.

[249] *Idem.*

[250] MAGALHÃES, Aléx Ferreira.op cit. 2013, p. 108.

[251] Trata-se de um grupo de cidadãos moradores do bairro de Ipanema, que desenvolveu um projeto de

Gorayeb, Mitchell, Castro & Pereira da Costa – Advogados Associados; RC Consultores; Flávio Ferreira Arquitetura e Urbanismo; com o apoio da Grupo Gerdau; Localiza; Solar – meninos de luz; a OAB-RJ; e a Fundação Getúlio Vargas[252]. O Instituto Atlântico organiza de forma individualizada seus projetos de ação, no que se refere aos patrocinadores e demais formas de receita, conforme já mencionado, o que lhe garante maior mobilidade e independência no desenvolvimento de cada proposta de ação.

O Instituto Atlântico afirma que, por meio do projeto Cantagalo, promoveu uma ação de usucapião coletiva contra a Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Segundo o instituto, a "Constituição do Estado do Rio de Janeiro foi alterada e abriu caminho para a transferência da propriedade plena pelo Estado". Por meio desse precedente teria conseguido "o reconhecimento de posse de 54% das moradias da favela do Cantagalo e escritura definitiva até agora para 3% dos moradores"[253]. Dessa forma, temos um mecanismo de auscultar e converter a reivindicação social em demanda de mercado. Essa estratégia de intervenção e atuação "social" avança, ao longo dos anos de 1990, no sentido de reformulação do papel do Estado a partir da chamada "responsabilidade social" a ser "assumida" pelo empresariado, aos moldes da "mercantil-filantropização", como colchão amortecedor de conflitos e das lutas sociais.

A organização burguesa busca apresentar o desenvolvimento de suas próprias formas pontuais e focalizadas de políticas sociais. Essa nova estratégia de "responsabilidade social", caracteriza-se a partir de um conjunto de diretrizes que mantém

---

levantamento e difusão de informações, índices e dados referentes à violência urbana no bairro. Não se caracterizam como uma entidade representativa ou associação de moradores, uma vez que não possuem a prerrogativa de falar em nome dos moradores, nem se qualificam como uma ONG ou instituto. Segundo o site do projeto: "Essa é a nossa prioridade: nossos membros recolhem lixo nas praias, confrontam ciclistas que andam nas calçadas e moradores que passeiam com cachorros perigosos sem focinheira, exigem a retirada de carros das calçadas". In: http://psipanema.blogspot.com.br/2007/11/esclarecimentos-sobre-o-projeto-de.html. Acesso em 22/09/2015.

[252] http://www.atlantico.org.br/, acesso em 22/09/2015.

[253] http://www.atlantico.org.br/, acesso em 22/09/2015.

os princípios da ideologia de mercado, adaptando-os no sentido de diminuir a rejeição que recaía sobre seus pressupostos. Incorporaram, dessa forma, diretrizes políticas e estratégias de ação importantes, envolvendo o redimensionamento do papel do aparato institucional do Estado em relação às políticas sociais e, sobretudo, na relação deste com a sociedade civil e na composição da sociabilidade. É importante ressaltar, entretanto, que essa atuação é caracterizada por programas específicos e focalizados – não se tratou de regularizar a situação da propriedade para todos os moradores, mas, todavia, apenas para a região estabelecida como "problemática" no que concerne à segurança do bairro de classe média do Rio de Janeiro.

No ano de 2010, o Instituto Atlântico passou a concentrar suas ações em outro macroprojeto, o lançamento do Movimento Brasil Eficiente – MBE. Baseado em sua concepção de Estado pautada nos pressupostos de mercado que defendem uma estrutura estatal "minimizada" ou "eficiente", o IA busca, a partir do MBE, uma mobilização de diferentes setores do empresariado para pressionar por reformas na gestão pública e na tributação. O projeto foi desenvolvido a partir de estudos produzidos pelos economistas dirigentes do IA, Paulo Rabello de Castro e Raul Velloso, e de uma pesquisa de opinião nacional coordenada pelo cientista político Antônio Lavareda, sobre a estrutura tributária do Brasil. Essas ações preliminares constituíram-se como as bases para a formulação e lançamento do MBE.

Em sua primeira fase, o projeto propõe a simplificação da estrutura tributária e, posteriormente, o movimento propõe uma alteração nessa estrutura com vistas à redução na carga. Segundo o Instituto Atlântico, "o MBE traça um roteiro de ações capaz de conduzir o crescimento econômico e a geração de empregos à média decenal de 6% ao ano, desde que a massa de tributos decline para patamares de 30% do PIB ao fim da

década”[254]. A partir da atuação do Movimento Brasil Eficiente, o Instituto Atlântico entregou uma proposta de redução da carga tributária ao Ministro Guido Mantega e, de acordo com o instituto, “conseguiu o apoio formal dos governos de Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco (...)”[255]O movimento que tem como propósito o acesso à sociedade política para conseguir materializar suas propostas de reformas, se auto-qualifica dizendo-se:

> Sem qualquer vínculo político-partidário, o MBE é um movimento administrado pelo Instituto Atlântico e tem como objetivo implantar a simplificação fiscal e a gestão eficiente dos recursos públicos, este último por meio da instalação do Conselho de Gestão Fiscal, já previsto no art.67 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) O MBE defende uma proposta consolidada a partir de soluções apresentadas pelo estudo “Panorama Fiscal Brasileiro: Proposta de Ação”, já publicado e elaborado pelos economistas Raul Velloso e Paulo Rabello de Castro[256].

Além dos economistas que integram o grupo de gestão do Instituto Atlântico, também participam da organização e coordenação do Movimento Brasil Eficiente, uma equipe de profissionais de diferentes áreas de atuação, dentre os quais os “juristas Ives Gandra Martins e Gastão Toledo, (...) além do economista Yoshiaki Nakano e do empresário Carlos Rodolfo Schneider”[257]. O quadro a seguir apresenta a estrutura e a equipe de gestão do Movimento Brasil Eficiente:

Quadro 3.5 – Estrutura e Equipe de Gestão do MBE (2015)

Cargo / Função	Membro	Referências
Coordenação Geral	Carlos Rodolfo Schneider	Empresário e ex-presidente da Associação Empresarial de Joinville (Acij)
	Paulo Rabello de Castro	Presidente do Instituto Atlântico
Coordenação Executiva	Alexandre Zimmermann	Assessor da presidência da Ciser
	Roberto Luiz G. Carvalho	Vice-presidente do Instituto Atlântico
Coordenação	Ives Gandra Martins	Sócio da Gandra Martins Advogados

[254] http://www.atlantico.org.br/pt/projetos, acesso em 23/09/2015.
[255] http://www.atlantico.org.br/pt/projetos, acesso em 23/09/2015.
[256] http://www.atlantico.org.br/pt/projetos, acesso em 23/09/2015.
[257] http://www.atlantico.org.br/pt/projetos, acesso em 23/09/2015.

Nacional	Nilton Molina	Presidente do conselho Mongeral Previdência e Seguros
	Rafael Vecchiatti	Economista e diretor na Vecom Brasil
	Raul Velloso	Diretor da ARD Consultores Associados
	Roberto Teixeira da Costa	Conselheiro de administração da Sulamerica S/A
	Sérgio Reze	Presidente da Fenabrave
	Yoshiaki Nakano	Professor e diretor da Escola de Economia de São Paulo da FGV.
Coordenação Regional	Germano Rigotto	Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República
	Sérgio Melo	Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF (Nacional).
Embaixador	Paulo Cezar R. Silva	Prof. Economista, coordenador da EJFV - Rede Doctum Vitória (ES).

Elaboração própria. Fonte: https://www.brasileficiente.org.br/quem-somos/time. Acesso em 17/08/2015.

De acordo com o Instituto Atlântico, desde a sua fundação em 1993, a entidade já teria produzido oito grandes projetos, promoveu importantes seminários, debates e workshops no Brasil e no exterior, além de ter publicado 15 livros e cadernos com estudos e propostas de políticas públicas. No que se refere à sua atuação política, segundo a instituição, o IA teria organizado e enviado propostas de políticas "para programas de governo aos senhores Tancredo Neves, Paulo Maluf, Fernando Collor de Mello [ainda como CEDES, nos anos de 1980], Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva"[258]. Essa atuação tem o apoio e financiamento de importantes grupos empresariais, assim como de instituições classistas e patronais, entidades profissionais e outros aparelhos privados de hegemonia, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 3.6 – Instituições que Apoiam e Financiam Projetos do Instituto Atlântico

Sigla – Denominação
Sindifer – Sindicato do Ferro do Estado de Minas Gerais
Assobrav – Associação Brasileira de Distribuidores Volkswagen
Fenabrave – Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
Sindbebidas – Sindicato das Indústrias de Bebidas do Estado de Minas Gerais
Sindipeças - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos

[258] http://www.atlantico.org.br/pt/institucional/quem-somos, acesso em 25/07/2015.

Automotores
Simpamig – Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado Estado de Minas Gerais
Sindirepa-MG - Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Minas Gerais
Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - RJ)
Fundação Getúlio Vargas – Direito Rio
LIDE – Grupo de Lideres Empresariais
Projeto de Segurança Ipanema
MBE – Movimento Brasil Eficiente
Solar – Meninos de Luz

Elaboração própria. Fonte: http://www.atlantico.org.br/pt/institucional/quem-participa. Acesso em 20/07/2015.

A partir do mesmo movimento de articulação da burguesia brasileira em entidades na sociedade civil, que se alinham aos propósitos do Instituto Atlântico, como apresentado no quadro acima, o IA também apoia os programas de outros aparelhos privados de hegemonia. Desta feita, o Instituto Atlântico, assim como o Movimento Brasil Eficiente, aparece no quadro de mantenedores e parceiros do Instituto Millenium (entidade burguesa que será discutida com mais profundidade no próximo capítulo). Já no corpo de mantenedores e parceiros do IA, são apresentadas as seguintes empresas e organizações: Interagrícola; Petropar; Centro Empresarial do Jaguará do Sul; Grupo Doria; Localiza; Souza Cruz; Gerdau; Accenture – High Performance, Delivered; Celulose Irani S.A.; Amil; MRV Engenharia; Walmart Brasil; RC Consultores; Souza, Cescon, Barrieu & Flesch – Advogados; Gorayeb, Mitchell, Castro & Pereira da Costa – Advogados Associados; Flávio Ferreira Arquitetura e Urbanismo[259].

Se por um lado, o Instituto Atlântico buscou aliar-se à Força Sindical no sentido de ampliar suas bases de consenso para outros estratos sociais, com uma tentativa de aproximação e captura de demandas das classes trabalhadoras, por outro lado, o instituto organiza e difunde seus projetos com o apoio da grande burguesia. Entre os principais

[259] http://www.atlantico.org.br/pt/institucional/quem-somos, acesso em 25/07/2015.

aliados do instituto, a partir dos anos 2000, está o Grupo Doria e sua entidade afiliada, o Grupo de Líderes Empresariais – LIDE (organização empresarial que será abordada com mais profundidade ainda neste capítulo). Em maio de 2012, o LIDE lançou no Fórum Empresarial de Comandatuba (organizado pelo LIDE), a "Agenda Brasil: Proposta para o Avanço Acelerado do País". A Agenda contém propostas apresentadas pelo economista Paulo Rabello de Castro, presidente do Lide Economia e do Instituto Atlântico. As propostas configuram-se como uma atualização do Programa de Estabilização com Crescimento, organizado pelo IA em 1993.

A partir dos pressupostos contidos no PEC e defendidos por mais de uma década pelo IA, foi desenvolvido um estudo pelo Lide Economia, com base também em propostas apresentadas pelo Movimento Brasil Eficiente (projeto administrado pelo Instituto Atlântico) e revisado pelo Comitê de Gestão do LIDE. Foi assim que surgiu a "*Agenda Brasil: proposta para o crescimento acelerado do país*". As propostas contidas na Agenda Brasil 2012, são estruturadas em cinco pontos ou "realinhamentos" considerados fundamentais pelos seus intelectuais orgânicos, são eles: 1- Aumento da Eficiência no Setor Público; 2- Transformar Juros em Infraestrutura Local; 3- Eficiência Fiscal e Competitiva; 4- Socialização da Riqueza Nacional; 5- Tripé "Educação, Inovação e Sustentabilidade". Segundo consta na versão reduzida da Agenda Brasil 2012, "na improdutividade e na ineficiência do setor público está a explicação da falha crônica do País de não haver alcançado, na última década, crescimento médio do PIB de 5 a 6% a.a"[260].

No que concerne ao realinhamento número 4 da Agenda (Socialização da Riqueza Nacional), são definidas as seguintes propostas: organização de políticas de distribuição

[260] Agenda Brasil 2012.

do estoque de riqueza, como forma de estimular investimentos privados; Inserção das poupanças populares no mercado de capitais; Créditos contra o Estado transformados em ativos tangíveis; Oferta de fundos previdenciários para financiar a longo prazo a infraestrutura nacional; Proteção do futuro através do lastro de direitos previdenciários das pessoas com ações e direitos reais; Titulação em massa da propriedade residencial e das posses rurais em assentamentos populares[261]. Ou seja, sua proposta de socialização da riqueza nacional concentra-se em mecanismos de conversão de recursos públicos à iniciativa privada.

Por conseguinte, as duas instituições (IA e LIDE), defendem as propostas da Agenda Brasil, como uma missão, ou seja, como um projeto nacional, apresentando seus interesses parcelares como se estes representassem a totalidade, o "povo" brasileiro. "Devemos, pois, estimular a sociedade e o governo a se engajarem num rigoroso planejamento decenal até 2022"[262], afirma o texto da agenda. E conclui com a afirmação: "estamos convencidos de que, assim fazendo, o Brasil consolidará um ritmo espetacular de progresso material e de evolução humana, com efeitos positivos sobre todos os brasileiros e nossos vizinhos"[263]. O objetivo expresso nesse discurso da "Agenda Brasil" é, sem dúvida, afirmar-se como universalizante. É um projeto cujos elementos fundamentais caracterizam-se como parcelares, todavia, é apresentado como de interesse geral da sociedade, do "povo brasileiro".

[261] Agenda Brasil 2012.
[262] Agenda Brasil 2012.
[263] Agenda Brasil 2012.

3.3 – O *"Clube dos Milionários"* e sua estratégia de ação político-ideológica através do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE).

No processo de redimensionamento das relações entre sociedade civil e Estado, assim como a estrutura de poder que daí emerge, é que se consolida e se aprofunda a pedagogia da nova hegemonia burguesa no Brasil. Após mais de uma década da redemocratização, e de um verdadeiro desmanche do Estado, na conjuntura denominada pelo sociólogo Ricardo Antunes, como a desertificação neoliberal[264], os anos 2000, apresentam uma nova arena de lutas sociais com grandes possibilidades e novas estratégias para aprofundamento do acesso e controle da burguesia sobre o Estado. A este movimento das classes dominantes, articula-se o processo de transformações político-ideológicas no conjunto das relações sociais internas, como também, às formas de inserção e às pretensões de internacionalização de parcela da burguesia brasileira.

A estratégia das classes dominantes, além de buscar a naturalização de seu próprio modelo de sociabilidade, busca também compreender essa dupla função que, por sua vez, passa inevitavelmente por mecanismos de expropriações sociais, como forma de ampliação das taxas de lucro e acumulação, tendo no Estado, seu veículo fundamental. Por conseguinte, a redefinição do poder e atuação do aparato estatal, é mister, primeiramente para a garantia da manutenção de seus interesses imediatos de acumulação no conjunto das relações sociais internas, e em segundo e dialeticamente, para a sua adequação aos padrões neoliberais de inserção/afirmação dessa burguesia no quadro de capital-imperialismo.

Foi nessa perspectiva que em 2003 foi fundada uma organização que se propõe a representar os interesses mais específicos das frações mais abastadas da classe dominante

---

[264] ANTUNES, Ricardo. *A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).* Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

do país. A partir do prestígio no meio empresarial e das articulações políticas do empresário João Dória Jr (Grupo Doria[265]), filiado ao PSDB desde 2001, foi criado o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE). A entidade que congrega alguns dos grupos econômicos mais poderosos do país, se auto-declara como uma organização de caráter privado, que reúne empresários em doze países e quatro continentes[266]. A partir de uma organização estrutural internacionalizada, o LIDE tem como objetivo, a reformulação do Estado com vistas a viabilizar o aprofundamento da "economia de mercado" e da internacionalização dessa fração da burguesia brasileira.

Segundo o seu portal, a organização é formada por líderes empresariais de corporações nacionais e internacionais, que promove a integração entre empresas, organizações e entidades privadas, por meio de programas de debates, fóruns e iniciativas de apoio à "sustentabilidade", "educação" e "responsabilidade social". O texto afirma que "o LIDE reúne lideranças que acreditam no fortalecimento da livre iniciativa no Brasil e no mundo"[267].

O LIDE estabelece como sendo seus objetivos: 1- Incentivar e promover as relações empresariais; 2- Discutir temas econômicos e políticos de interesse nacional; 3- Fortalecer a Governança Corporativa; 4- Defender a ética, os princípios democráticos e a eficiência de gestão nos setores público e privado; 5- Promover, atualizar e aperfeiçoar o conhecimento empresarial; 6- Sensibilizar o setor privado para programas comunitários, com prioridade para educação e formação profissional; 7- Estimular o respeito pelo meio ambiente[268]. A partir do discurso da responsabilidade social empresarial, respeito ao meio

---

[265] O Grupo Doria, do qual João Dória Júnior é o fundador e presidente, é um grupo de comunicação e marketing composto por seis organizações, a saber: Doria Administração de Bens; Dória Internacional; Doria Editora; Doria Eventos; Doria Marketing & Imagem; e o próprio Grupo de Líderes Empresariais – LIDE.
[266] http://www.lidebr.com.br/index.asp, acesso em 25/07/2015.
[267] http://www.lidebr.com.br/index.asp, acesso em 25/07/2015.
[268] http://www.lidebr.com.br/objetivos.asp, acesso em 25/07/2015.

ambiente e defesa da livre iniciativa, é que o LIDE organiza e promove seus projetos que representam os interesses da grande burguesia.

O LIDE, assim como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), não é aberto, mas estabelece determinados critérios de exclusividade para o ingresso em seu seleto grupo. Segundo a instituição, para fazer parte do LIDE é necessário se enquadrar no seguinte perfil: Empresas brasileiras e multinacionais com "**faturamento igual ou superior a 200 milhões de reais anuais"**; Companhias que praticam a Governança Corporativa, valorizam o ser humano em todos os níveis, respeitam o meio ambiente e oferecem apoio a programas de Responsabilidade Social; Organizações notórias, que tenham imagem pública de alta reputação no Brasil e no exterior[269]. A instituição funciona como uma espécie de "clube de milionários" entre a elite das classes dominantes no país.

Segundo a revista Veja de janeiro de 2007, Dória é "presidente, membro e mola propulsora do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), uma espécie de clube (…) do qual são sócios atualmente [2007] 406 dirigentes e donos de empresas com faturamento acima de 200 milhões de reais, condição indispensável para entrar na turma". A matéria afirma ainda que o grupo de empresários do LIDE, "juntos, compõem cerca de 40% do produto interno bruto do Brasil"[270]. Independente dos números apresentados pela revista, o fato é que o LIDE congrega em seu "clube" exclusivo, empresários de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, e suas ações e projetos são voltados para a construção do consenso no interior dessa fração da burguesia, assim como no fortalecimento de laços *distintivos* e definidores de sua posição e seu *habitus*. Como afirma Pierre Bourdieu, "o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto

[269] http://www.lidebr.com.br/quem-pode-integrar.asp, acesso em 25/07/2015.
[270] Veja, 31/01/2007.

é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”[271]. Nessa perspectiva de distinção, como mostra a reportagem da revista Veja:

> Ao longo do ano, essa elite da elite do empresariado nacional, com suas mulheres (que adoram as gentilezas e são as mais animadas), parte para a exclusivíssima confraternização: Dória fecha um resort e todos desfrutam quatro ou cinco dias de boa comida, esportes, dança, shows, palestras. (…) “É um ganha-ganha. Quem vai ganha amigos, clientes, informação, conteúdo, negócios. A prova é que nunca houve quem não quisesse voltar” gaba-se Dória[272].

Segundo a jornalista Julia Dualibi, da revista Piauí, na edição de outubro de 2015, publicou uma matéria sobre João Doria e o LIDE, com o título “Coxão Duro *Lifestyle”*. Onde afirma que João Doria Júnior seria “uma espécie de *public relations* do empresariado paulista”[273]. Promove encontros através do LIDE, com empresários e autoridades em “fóruns que podem chegar a 140 mil reais, organiza viagens para participar do Yacht Show em Mônaco e oferece descontos em ternos da marca italiana Ermenegildo Zegna (15%) para quem paga em dia a anuidade de LIDE, de 9 mil reais”[274].

O LIDE busca em suas próprias formas de organização e mobilização empresarial, estabelecer e reforçar suas características de distinção social e do *habitus*, como mecanismo de pertencimento e construção do consenso intra-classe. O *habitus*, segundo Bourdieu, são princípios geradores de práticas distintas e distintivas, assim, os bens, as práticas e sobretudo as maneiras, funcionam em cada sociedade como diferenças constitutivas de sistemas simbólicos ou *signos distintivos.* Suas opiniões políticas, assim como a sua forma de expressá-las constituí elemento distinto e distintivo de representação de classe[275].

---

[271] BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 2005, p. 22-23.
[272] Veja, 31/01/2007.
[273] DUALIBI: *Coxão Duro Lifestyle:* João Doria junior visita a periferia. Revista Piauí, edição 109, outubro de 2015.
[274] *Idem.*
[275] BOURDIEU, *op cit*, 2005.

A estrutura organizacional do LIDE é composta por representações setoriais e regionais. Por conseguinte, o grupo dirigente da instituição assume, cada qual, a presidência de uma área de atuação (Comitê de Gestão) ou de uma unidade nacional ou internacional. O chamado Comitê de Gestão reúne os presidentes de áreas de atuação como: agronegócio, economia, comércio, cidadania, educação, cultura, indústria, empreendedorismo, entre outros. Segue a relação de dirigentes do LIDE, seus respectivos cargos na estrutura institucional e suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Quadro 3.7 – Estrutura Organizacional e Dirigentes do LIDE

Comitê Gestor	
Nome / Cargo	Referências
Roberto Rodrigues Presidente do LIDE - Agronegócios	Engenheiro agrônomo e empresário rural. É o embaixador especial da FAO para as cooperativas, coordenador do Centro de Agronegócios da FGV/EESP, e presidente da Academia Nacional da Agricultura. Presidente do Conselho do Agronegócio da FIESP e da Academia Nacional de Agricultura, Ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Professor Titular do Departamento de Economia da UNESP - Jaboticabal e autor de livros e publicações sobre agricultura, cooperativismo e economia rural. Presidiu a SRB (Sociedade Rural Brasileira) e a ABAG (Associação Brasileira de Agronegócios).
Roberto Lima Presidente do LIDE - Cidadania	Administrador de empresas, especializou-se em Finanças e Estratégia no Inst. Superieur des Affaires, na França. É presidente da Natura, foi CEO da Vivo, do Grupo Credicard e Chairman do Grupo Publicis Worldwide no Brasil. Ocupou cargos executivos no Grupo Accor, Rhodia e Saint-Gobain. Administrador.
Marcos Gouvêa de Souza Presidente do LIDE - Comércio	Marcos Gouvêa de Souza é um dos maiores conhecedores de varejo do País. Mestre em Administração de Empresas, foi professor da FGV e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). É sócio-diretor da GS&MD, empresa de consultoria em varejo e consumo.
Fernando Meirelles Presidente do LIDE - Conteúdo	Engenheiro com doutorado pela GV e pós-gradução em Stanford, MIT e Harvard. Exerce há mais de 30 anos as atividades de professor, executivo e consultor. Professor Titular da GV (FGV-EAESP).
Celso Lafer Presidente do LIDE - Cultura	Advogado, jurista e professor, foi ministro de Estado das Relações Exteriores, vice-presidente da Conferência da ONU sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. É presidente da FAPESP e membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Brasileira de Letras.
Paulo Rabello de Castro Presidente do LIDE - Economia	Formado em Economia pela UFRJ e em Direito pela UERJ. Ph.D em Economia pela Universidade de Chicago. É diretor-presidente da SR Rating, que classifica riscos de crédito. Fundador da RC Consultores, de previsão econômica e análises de mercado, fundador e presidente do CEDES e do Instituto Atlântico.
Osmar Zogbi Presidente do LIDE - Educação	Empresário com 40 anos de experiência no Setor de Celulose e Papel, foi presidente da Ripasa e da Associação Brasileira de Celulose e Papel. Preside, atualmente, a EcoBrasil Florestas e a EAZ Participações.
Edson de Godoy Bueno Presidente do LIDE - Empreendedor	Fundador e presidente do Conselho de Administração da AmilPar, o maior conglomerado de empresas do setor de saúde privada do Brasil. Formado em Medicina pela UFRJ e em Gestão Empresarial pela Harvard Business School.
Eduardo Lyra	Jornalista, autor do livro Jovens Falcões, um dos roteiristas do filme Na Quebrada

Presidente do LIDE - Empreendedorismo Social	e fundador do Instituto Gerando Falcões - cujo objetivo é inspirar e transformar a vida jovens da periferia por meio da arte, música e literatura. Foi selecionado pelo Fórum Econômico Mundial como 1 dos 15 jovens brasileiros que podem mudar o mundo.
José Goldemberg Presidente do LIDE - Energia	Físico, membro da Academia Brasileira de Ciência, já foi reitor da Universidade de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Física. Foi secretário de Ciência e Tecnologia e secretário de Meio Ambiente, em São Paulo, e ministro da Educação.
Paulo Nigro Presidente do LIDE - Esporte	Presidente do Laboratório Aché, já foi também presidente da Tetra Pak no Brasil e vice-presidente nas Américas Central e Sul. É formado em Engenharia Mecânica pela FAAP, com MBA pelo Mackenzie e especialização em administração de negócios pelo IMD Institute (Lausanne/Suíça)
Patrícia Meirelles Presidente do LIDE - Futuro	Formada em Relações Públicas pela FAAP, com pós-graduação em Administração de Empresas, Marketing, Motivação e Liderança pela FGV-EAESP e Personal & Professional Coaching Certified.
Wesley Batista Presidente do LIDE - Indústria	Empresário e presidente do Grupo JBS desde 2011. Foi dirigente da JBS na América do Sul e CEO da JBS Estados Unidos, onde foi responsável pela expansão, estruturação e integração das operações das unidades australiana e americana.
Roberto Giannetti da Fonseca Presidente do LIDE - Infraestrutura	Roberto Giannetti da Fonseca é economista e empresário. Presidente das empresas Brasilis Comércio Exterior, Mineração São Francisco de Assis, Brex Group, Ethanol Trading e Brasilis/Kaduna Consultoria e Participações. Foi diretor de Relações Internacionais e de Comércio Exterior da Fiesp.
Roger Ingold Presidente do LIDE - Inovação	Engenheiro industrial pela Escola Politécnica da USP e MBA em Finanças pela IBMEC, é CEO da Accenture para Brasil e América Latina, levando consultoria e tecnologia aos setores de varejo, bens de consumo e cadeia de suprimentos verticais.
Luiz Fernando Furlan Presidente do LIDE - Internacional	Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Graduado em Engenharia Química e em Administração, é especialista em Administração Financeira, pela FGV e USP. Atualmente é membro do Conselho de Administração da BRF - Brasil Foods.
Luiz Flávio D´urso Presidente do LIDE - Justiça	Conselheiro Federal da OAB, Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRACRIM, e Presidente de Honra da Academia Brasileira de Direito Criminal – ABDCRIM. Membro Honorário Vitalício da Ordem dos Advogados do Brasil–SP.
Afonso Celso de Barros Santos Presidente do LIDE - Logística	Residente da Avis Rent a Car e da Budget Rent a Car. É fundador e presidente do Conselho da ANAV (Associação Nacional de Empresas de Aluguel de Veículos) e vice-presidente do Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo.
Mário Anseloni Presidente do LIDE - Master	Presidente e fundador da IN.BUSINESS, empresa de consultoria em reestruturação, fusão e gestão empresarial. Foi presidente, CEO e conselheiro da Itautec e presidente e CEO da HP Brasil. É formado em Engenharia Mecânica pela UNICAMP e possui MBA por Thunderbird (Phoeniz, AZ).
Sônia Hess de Souza Presidente do LIDE - Mulher	Foi presidente da Dudalina, maior camisaria da América Latina, de 2003 e 2015. Entre diversos prêmios, foi eleita a 6ª entre as dez mulheres mais poderosas do Brasil, pela revista Forbes (2013).
Claudio Lottenberg Presidente do LIDE - Saúde	Professor Titular em Políticas Públicas de Saúde do curso do MBA em Saúde do INSPER, São Paulo, ex-secretário Municipal de Saúde de São Paulo, é presidente do Hospital Israelita Albert Einstein.
Sérgio de Nadai Presidente do LIDE - Solidariedade	Formado em Administração de Empresas, é presidente do Grupo De Nadai Alimentação e Serviços. Atua como diretor da Local Service Representação e Locação de Equipamentos e da DN Participações e Administração.
Roberto Klabin Presidente do	Fundador da SOS Mata Atlântica e presidente da fundação SOS Pantanal. Formado em Direito pela USP, com especialização em Administração pelo

LIDE - Sustentabilidade	Mackenzie, integra conselhos administrativos da Klabin S.A. e do Hospital Israelita Albert Einstein.
Silvio Genesini Presidente do LIDE - Tecnologia	É consultor, conselheiro de empresas e investidor em projetos de tecnologia e internet. Foi presidente do Grupo Estado e da Oracle Brasil, além de sócio-diretor da Accenture, onde liderou a prática de Tecnologia da Informação na América Latina e criou a unidade de negócios de telecomunicações, mídia e alta tecnologia.
Guilherme Paulus Presidente do LIDE - Turismo	Sócio-fundador e presidente do conselho de administração da CVC, membro do Conselho Nacional de Turismo, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e presidente da GJP participações, que controla a GJP Hotéis & Resorts.
Dirigentes das Unidades Nacionais do LIDE	
Eliana Pinheiro Presidente AMAZONAS	Especialista em Life and Business Coach, partner da Sociedade Brasileira de Coaching e fundadora e conselheira do grupo Literatus Educacional em Manaus. É graduada em enfermagem e obstetrícia, tem pós-graduações em administração hospitalar, gestão empresarial, gestão escolar e é mestranda em engenharia da produção.
Mário Dantas Presidente BAHIA	Sócio e diretor da Construtora NM, Controle Ambiental e NM Empreendimentos. Atua como Vice Coordenador do CEDIN - Conselho de Economia e Desenvolvimento Industrial da FIEB. É administrador de empresas com pós-graduação em Finanças Corporativas e Mercados Financeiros e de Capitais.
Paulo Octávio Presidente BRASÍLIA	Fundou sua empresa em 1975, que deu origem a uma organização que controla construtoras, imobiliárias, quatro concessionárias Fiat, quatro shopping centers, a Rede Plaza Brasília de Hotéis, uma corretora de seguros, a TV Brasília e as rádios JK FM, Mix FM, Globo AM e Bandeirantes AM.
Silvia Quirós Presidente CAMPINAS	Silvia Quirós é empresária, formada em Relações Públicas e Marketing pela universidade de Miami. Em 2005 criou o projeto social Bem na Moda, com renda revertida para mais de 20 projetos sociais. Presidiu a Casa Cor Campinas de 2008 a 2012. Desde 2013 ocupava o cargo de Diretora de Eventos da unidade.
Deib Otoch Junior Presidente CEARÁ	É empresário, sócio e vice-presidente do Grupo Esplanada Brasil. Presidente da Dunas Empreendimentos Imobiliários, que atua na área de incorporações e participações em investimentos imobiliários da região Nordeste, e executivo do mercado internacional, com atividades no setor de vestuários, acessórios e novos negócios na Ásia.
André Rocha Presidente GOIÁS	Formado em Engenharia Civil, é Presidente do Fórum Nacional Sucroenergético e do Sifaeg. Foi Presidente da CELG e Fundador Presidente da Engecredo. É membro do Conselho de Agronegócios da CNI e da FIESP.
Paulo César de Oliveira Presidente MINAS GERAIS	Jornalista com experiência em importantes veículos de comunicação, como os jornais Gazeta do Norte, Última Hora, Diário da Tarde, Diário de Minas e Diário do Comércio. Foi editor, por 22 anos, do caderno Fim de Semana, do jornal Estados de Minas. Em 2000, passou a assinar coluna diária no Hoje em Dia, onde também edita o caderno Domingo. Fundador da revista mineira Encontro e editor do Blog do PCO.
Fabrício Guilherme de Macedo Buhrer Presidente PARANÁ	Empresário, criador e diretor geral do grupo Pró Eventos, empresa de consultoria nas áreas de terceirização de recursos humanos, promoções, eventos e merchandising. É também membro eletivo da Diretoria do Graciosa Country Club de Curitiba.
Drayton Nejaim Presidente PERNANBUCO	Administrador e Jornalista com MBA em Marketing pela FGV. Atua como Diretor Executivo da Editora Negócios, é professor de pós-graduação da UFPE e autor do livro Pernambuco Empresarial.
Andréia Repsold Presidente RIO DE JANEIRO	Sócia e Diretora Executiva da A.Repsold Assessoria & Marketing, com sólida experiência na implementação de estratégias e ações promocionais, criação, desenvolvimento e gestão de eventos corporativos no Brasil e no exterior.
Paulo Ratki Presidente RIO GRANDE DO SUL	Presidente da Platão - Coaching e Desenvolvimento Humano, graduado em contabilidade e filosofia, Ratki é coach especialista em iInteligência emocional, autodescobrimento e desenvolvimento humano. Executive Coach para desenvolvimento e aperfeiçoamento de liderança integradora. Atua também como consultor financeiro, acadêmico e pesquisador.
Fábio Fernandes Presidente	Empresário sócio de três empresas: Blackpar Participações, Rottus Distribuidora e Importadora de Alimentos e a MotivaDuo, agência de comércio Internacional

RIBEIRÃO PRETO	sediada na Espanha. Membro do FGVcenn - Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas e Co-fundador do Walking Together.
David Pinto Presidente RIO PRETO	Presidente do Grupo Resolve Franchising, holding que detém as marcas Doutor Resolve, Instituto da Construção e Dona Resolve com presença no Brasil, Colômbia, México e Panamá. Em 2014, foi indicado pela revista Forbes como um dos 30 jovens mais influentes do Brasil. Sob sua condução, a marca Doutor Resolve foi eleita a franquia de maior crescimento no Brasil, segundo a Associação Brasileira de Franchising (ABF).
Wilfredo Gomes Presidente SANTA CATARINA	Fundou a ONEWG Multicomunicação Ltda, a maior agência de comunicação do Estado de Santa Catarina, onde foi presidente de 1986 até 2012. Atual Presidente da Holding Multicorp, controladora das empresas ONEWG, Academias Formula SC, Lide SC e Multicompany Participações.
Marco Fenerich Presidente VALE DO PARAÍBA	O empresário atua como radialista deste os 14 anos, com passagem pelas principais emissoras de Rádio e TV de São Paulo. Fenerich é proprietário das rádios Jovem Pan AM e Jovem Pan FM, no Vale do Paraíba, importantes canais de comunicação do interior do Estado de São Paulo.

(Fonte: http://www.lidebr.com.br/comite, acesso em 25/07/2015).

As ações e projetos do LIDE são elaboradas e coordenadas pelo Comitê de Gestão, composto por representantes de empresas filiadas, que tem como objetivo orientar, avaliar e decidir sobre as diretrizes de atuação da instituição. No Comitê figuram atores políticos e empresários urbanos e rurais atuantes em outras organizações de caráter classista e aparelhos privados de hegemonia. Entre eles temos o presidente do LIDE – Agronegócio, o ex-ministro (no Governo Lula) Roberto Rodrigues, que foi presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) da Associação Brasileira de Agronegócios (Abag); o presidente do LIDE – Energia José Goldemberg, que foi secretário de Ciência e Tecnologia e secretário de Meio Ambiente, em São Paulo, e ministro da Educação; e o do presidente do LIDE – Economia, Paulo Rabello de Castro, que em 1980 fundou a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), dirigindo a entidade até 1993, quando fundou e passou a atuar como dirigente, do Instituto Atlântico, instituição parceira do LIDE em alguns de seus projetos.

Dessa forma, seus dirigentes estão inseridos em diversas outras frentes de organização e mobilização do empresariado, assim como, compondo a sociedade política, ou seja, integrando a estrutura institucional do Estado. A organização apresenta um quadro de dirigentes pertencentes a grandes grupos econômicos, muitos deles inseridos

politicamente na estrutura estatal ou com forte influência política, engajados em outras frentes de atuação empresarial. Além disso, muitos desses membros dirigentes atuam nos meios acadêmicos e midiáticos, como pode ser observado nas referências do grupo. O LIDE, portanto, representa os interesses da grande burguesia e, ao contrário de muitos outros aparelhos privados de hegemonia, faz questão de demonstrar seus vínculos de classe. Mais do que isso, o LIDE e seus intelectuais orgânicos – principalmente seu fundador e dirigente, o performático João Dória Jr. – busca fortalecer e evidenciar os seus signos de distinção de classe.

Entre as unidades nacionais do LIDE, uma das que apresenta maior destaque por sua atuação política e ideológica, é a do Rio Grande do Sul. O estado demonstra uma forte tradição na organização política e ideológica de frações da classe dominante, em certa medida, com formas de ação muitas vezes proto fascistas, aliando discursos conservadores racistas e separatistas (sulistas) no sentido de eleger seus culpados, no conjunto das relações sociais.

O representativo eixo São Paulo/Rio Grande do Sul pode ser observado nas bases de atuação do Movimento Cívico de Recuperação Nacional, nos anos de 1980; no Instituto Liberal-RS, que a partir de 2003, passou a ser chamado de Instituto Liberdade; no Instituto de Estudos Empresariais, organizador do Fórum da Liberdade; e o recentemente fundado, por Jorge Gerdau Johannpeter, Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade e do Movimento Brasil Competitivo, são alguns exemplos dessa forte tradição do empresariado gaúcho, no que concerne à sua articulação política e ideológica. No caso do LIDE-RS não é diferente, a unidade tem forte representatividade entre o empresariado regional, com um considerável volume de grupos econômicos filiados em seus quadros.

Quadro 3.8 - Empresas do Quadro de Filiados do LIDE no Rio Grande do Sul

LIDE no Rio Grande do Sul		
AEROMONT	GJP HOTÉIS & RESORTS	ORITUR VIAGENS
AGIPLAN	GRUPO EPAVI	PHILIP MORRIS
ANHANGUERA	GRUPO INNOVATTIVE	POMPÉIA
AON CORRETORA SEGURO	GRUPO MALCON	PROCERGS
BANCO SICREDI	GRUPO META	PWC
BTG PACTUAL	GRUPO SLC	RENNER HERRMANN
CELULOSI IRANI	ICATU SEGUROS	ROSSI RESIDENCIAL
CELULOSE RIOGRANDENSE	JLT BRASIL	SOCIEDADE GAÚCHA DE COACHING
CHUBB	KILLING SA	SODEXO
CIEE-RS	KPMG	SOUZA CRUZ
COMERCIAL BUFFON	KUROTEL	STEMAC
DANA	LOJAS LEBES	TETRA PAK
EMBRATEL/CLARO	NATURA COSMÉTICOS	TV RECORD RS
FECOMÉRCIO-RS	NELSON WILIANS	UNIAIR
FEDERASUL	MOVING VINCI PARK	UNIMED POA
FRAS-LE	OI	VIVO
GERDAU	ORACLE	

Elaboração própria. Fonte: http://lidesul.wix.com, acesso em 28/09/2015.

O grupo de dirigentes do LIDE-RS é composto pelos empresários: Carmem Ferrão (superintendente de marketing e vendas das Lojas Pompéia); Cesar Saut (vice presidente da Icatu Seguros); Daniel Randon (diretor presidente da Fras-Le); Guilherme Paulus, (presidente do conselho administrativo da CVC); João Satt (diretor presidente da Competence); Jorge Buneder, (presidente da Stemac); Luis Carlos Eymael, (superintendente executivo do CIEE-RS); Marcos Herrmann, (vice-presidente da Renner Herrmann); Renato Malcon, (sócio-administrador do Grupo Malcon); Telmo Costa Jr., (presidente do Grupo Meta); Wagner Machado, (sócio-administrador do Grupo Epavi)[276].

Entre os seus tradicionais almoços e jantares empresariais, espaços muito utilizados pela instituição para a exposição de projetos e posicionamentos, *lobby* e articulação política, com representantes do empresariado e da sociedade política, o LIDE-RS organiza as suas ações para acionar a estrutura institucional do Estado. A unidade do

[276] http://lidesul.wix.com, acesso em 28/09/2015.

Rio Grande do Sul reuniu, em novembro de 2013, momento de campanhas eleitorais para as eleições de 2014, cerca de 80 lideranças empresariais e políticas para conhecer e debater o modelo de gestão pública defendido pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos, pre-candidato à presidência da república, pelo PSB[277].

O pre-candidato Eduardo Campos também foi convidado da unidade do LIDE de Santa Catarina para compor a mesa de debate, durante o almoço de negócios realizado em abril de 2014, no Salão de Eventos do CentroSul. O debate político teve como mediador o Presidente do LIDE-SC Wilfredo Gomes, juntamente com o deputado Federal Paulo Bornhausen (PSB). Segundo informações do site da instituição, "dentre as autoridades públicas, também estiveram presentes o ex senador Jorge Bornhausen, o secretário de Planejamento, Murilo Flores, o prefeito de Barra Velha, Claudemir Matias, entre outros nomes do cenário político"[278].

A unidade do LIDE de Santa Catarina foi lançada em setembro de 2013 e rapidamente passou a representar uma das mais fortes unidades nacionais, no que concerne ao seu quadro de grandes grupos empresariais filiados, que em 2014, já contava com mais de 70 instituições associadas. A equipe dirigente da instituição de Santa Catarina é composta por Wilfredo Gomes (Presidente LIDE SC); José Barbosa Netto (vice-presidente LIDE SC); Cristina Scheidt Cardoso (gerente executiva LIDE SC); José Augusto Fretta (presidente Grupo Angeloni e Diretor do LIDE Varejo e Comércio); Jorge Freitas (presidente do Conselho da Intelbrás e Diretor do LIDE Tecnologia e Inovação); Guilherme Zigelli (superintendente do Sebrae Santa Catarina e Diretor do LIDE Governo e Serviços); Cesar Gomes Jr. (presidente da Portobello S/A e Diretor do LIDE Indústria); Fernanda Bornhausen Sá (presidente da Clear Educação e Inovação e Diretora do LIDE

---

[277] *Idem.*
[278] http://lidesc.com.br/noticias/page/2/, acesso em 30/09/2015.

Mulher); Mauricio Grando (presidente da Villaggio Grando e Diretor do LIDE Agronegócio); Luiz Alberto Ferla (CEO do DOT Digital Group e Diretor do LIDE Educação e Mundo Digital); Nicolas Peluffo (sócio-diretor do Ponta dos Ganchos Resort e Diretor do LIDE Turismo); Rafael Kuerten (presidente do Grupo Guga Kuerten Participações e Diretor do LIDE Esporte); José Carlos Trossini (CEO Taroii Investimentos e Diretor do LIDE Futuro)[279]. Entre os seus grupos empresariais filiados estão:

Quadro 3.9 – Grupos Empresariais Filiados LIDE

	Nome da Empresa Filiada	Membro Sócio Representante
1	ACAERT	Everson Jungueiro
2	ACIC - Associação Comercial de Criciúma	César Smielevsky
3	ADI	Adriano Kalil
4	Albany International	Elidio Frias
5	All Entretenimento	Doreni Caramori
6	Angeloni	José Augusto Fretta
7	Anjo Tintas	Filipe R. Colombo
8	Banco Btg Pactual	Luiz Medina
9	Banco de Investimento Credit Suisse	José Olympio de Veiga Pereira
10	Báscara Investimentos Imobiliários	Tiago Frare Machado
11	Betha Sistemas	Guilherme Kaastrup Balsini
12	Brognoli	Marcelo Brognoli
13	Calcard	Mario Zanatta
14	Circulo S/A	José Altino Comper
15	Coan Gráfica	Elidio Tadeu Bongiolo
16	Copobras	Mario Schlickmann
17	Cremer S/A	Leonardo Byrro
18	Diário Catarinense	Eduardo Magnus Smith
19	Dimas	Ricardo Dimas
20	Distle	Marcelo Bigolin
21	Dot Digital Group	Luiz Alberto Ferla
22	Dotz	Roberto Chade
23	Dudalina	Sônia Regina Hess De Souza
24	Estaleiro Schaefer Yatchs	Marcio Schaefer
25	Farben	Edilson Zanatta
26	Fiesc	Glauco Corte
27	Flex Contact Center	Topázio Silveira Ne
28	Gasparino, Fabro, Lebarbenchon, Roman, Sachet e Marchiori Sociedade de Advogados	Marcelo Gasparino da Silva
29	Grupo Habitasul	Péricles De Freitas Druck
30	Grupo Ric Sc	Marcelo Corrêa Petrelli

[279] http://lidesc.com.br/comite/, acesso em 30/09/2015.

31	Guerreiro Negócios Imobiliários	Gilberto Guerreiro e Marcia Guerreiro
32	Guga Kuerten Participações	Rafael Kuerten
33	Hertz Rent a Car	Eduardo Gomes
34	Hotel Majestic Palace	Ronaldo Daux
35	Intelbras	Jorge Luiz Savi De Freitas
36	Jo Cintra Boutique Viagens	Joseli De A. Cintra
37	Lince	Leopoldo A Schmelz
38	Menezes Niebuhr Advogados Associados	Joel De Menezes Niebuhr
39	Minister Vigilância	Jorge Goetten
40	Multicorp	Wilfredo Gomes
41	Multilog	Valério Gomes Neto
42	Neoway	Jaime de Paula
43	Nest Investimentos Imobiliários	Fabrício Petrassem de Souza
44	Nexxera	Edson Silva
45	Oi	Gonzalo Charlier Pereira
46	OneWG	Roberto Torres
47	Ponta dos Ganchos Resort	Nicolas Peluffo
48	Portobello	Cesar Gomes Jr.
49	Prosul	Wilfredo Brillinger
50	Queiroz Administradora de Imóveis	Pedro de Queiroz
51	SBT	Roberto Rogério Amaral
52	SCGÁS	Cósme Polêse
53	Sebrae-Sc	Carlos Guilherme Zigelli
54	Sicoob	Rui Schneider Da Silva
55	Sinepe	Marcelo Batista de Sousa
56	Spr Investimentos & Participações	Valton Carlos Werner Junior
57	Taroii Investment	José Carlos Trossini
58	Taschibra	Afonso Luiz Schreiber
59	Têxtil Renauxview S/A	Armando Cesar Hess De Souza
60	TGB – Terminal Graneleiro da Babitonga	Alexandre Fernandes
61	Tractebel	Manoel Zaroni
62	Villaggio Grando Boutique Winery	Mauricio Grando
63	Vivo	Marcelo Bittencourt Garcia

Elaboração própria. Fonte: http://lidesc.com.br/filiados/. Acesso em 30/09/2015.

É importante ressaltar que, além de se configurar como uma espécie de comunidade de negócios de grandes empresários nacionais e internacionais, o LIDE procura atuar política e ideologicamente para naturalizar sua concepção de mundo, como consenso. A instituição eminentemente classista, além de buscar o fortalecimento de seus vínculos e valores intra-classe, em suas ações propõe a defesa universalizante de bandeiras da economia de mercado, da livre iniciativa, da propriedade privada, assim como, dos padrões de sociabilidade da nova pedagogia neoliberal, como se estas fossem de interesse da “nação”.

Uma das principais formas de atuação da organização, além dos almoços/reuniões e eventos sociais anuais, consiste da publicação de diversos periódicos em parceria com a Doria Editora, pertencente ao grupo de seu fundador e dirigente, João Dória Jr. A principal publicação da entidade é o periódico chamado "Revista LIDE". Segundo a instituição, a revista de periodicidade bimestral, com tiragem de 40 mil exemplares, é distribuída ao mailing VIP do LIDE e vendida nas bancas, em São Paulo e Rio de Janeiro, e aborda:

> os desafios para o crescimento do Brasil, políticas econômica e internacional, aumento da competitividade da indústria nacional, investimentos, sustentabilidade, oportunidades de geração de negócios, perfil e trajetória de empresários de sucesso, além de artigos com especialistas sobre temas contundentes. Cada edição traz encartes sobre temas específicos, atuais e relevantes ao cenário corporativo no Brasil. Mercado financeiro, jurídico, imobiliário, viagens inesquecíveis são alguns dos exemplos[280].

A Revista Lide também é publicada em versões específicas para cada unidade internacional do LIDE, com matérias e reportagens próprias de cada país. Além da revista que leva o nome da instituição, o LIDE também participa da publicação de outros 17 periódicos da Doria Editora e uma internacional. Segundo a editora, são publicadas dezoito revistas, destas, doze direcionadas ao "mundo corporativo", economia e negócios, e seis voltadas a estilo de vida (*lifestyle*), "comportamento, gastronomia, viagens e alto luxo"[281]. Segue a relação de periódicos com a descrição dos respectivos perfis e públicos-alvo das publicações. Tanto a descrição do perfil como a definição do publico-alvo dos periódicos foram elaborados pelo LIDE e Doria Editora.

Quadro 3.10 – Periódicos do Grupo Doria - LIDE

Periódico / Descrição do LIDE	Público-alvo
Revista LIDE: A publicação traz o perfil de empresários de sucesso, que comandam as principais organizações do País, e matérias sobre economia, gestão, entrevistas, artigos e cases de sucesso. A revista	Classe A: 92%; Classe B: 8% 63% Masculino; 37% Feminino

[280] http://www.lidebr.com.br/revista-lide.asp, acesso em 25/07/2015.
[281] http://www.grupodoria.com.br/revistas.html, acesso em 28/09/2015.

LIDE circula bimestralmente, com tiragem de 40 mil exemplares.	18 a 25 anos: 1% 26 a 35 anos: 22% 36 a 45 anos: 39% 46 a 55 anos: 38%
Revista Empresarial: Trata da relação entre sucesso profissional e familiar e os desafios que os empresários enfrentam para manter essa relação em equilíbrio e harmonia. Assuntos como sucessão de empresas familiares, gestão, educação financeira, comportamento e motivação estão presentes nas matérias da EMPRESARIAL. Os 40 mil exemplares da revista circulam no CEO'S FAMILY WORKSHOP, um evento do LIDE, ao mailing VIP do GRUPO DORIA, membros do LIDE, assinantes da revista IstoÉ DINHEIRO e é vendida nas bancas de todo Brasil.	Classe A: 88%; Classe B: 12% 55% Masculino; 45% Feminino 8 a 25 anos: 14% 26 a 35 anos: 28% 36 a 45 anos: 40% 46 a 55 anos: 18%
Revista Lide Varejo: É uma publicação anual que traz temas relevantes sobre o mercado varejista brasileiro e outros setores relacionados à cadeia de consumo. Será distribuída aos participantes do FÓRUM NACIONAL DO VAREJO. Circulará também ao mailing VIP de 10 mil nomes do Grupo DORIA e do LIDE e aos assinantes da revista IstoÉ DINHEIRO. Tem uma tiragem 40 mil exemplares e comercializada nas bancas de todo o Brasil.	Classe A: 92%; Classe B: 8% 63% Masculino; 37% Feminino 18 a 25 anos: 1% 26 a 35 anos: 22% 36 a 45 anos: 39% 46 a 55 anos: 38%
Revista Fórum & Negócios: É voltada a CEO's de grandes empresas nacionais e multinacionais e traz assuntos que impactam o cenário econômico, político e empresarial do Brasil. A revista tem matérias sobre negócios, empresas, empreendedores, gastronomia, viagens, arte, decoração, barcos, helicópteros e automóveis de luxo. Tem tiragem de 60 mil exemplares e circula para os maiores CEO's brasileiros que atualmente se reúnem no FÓRUM DE COMANDATUBA, o maior evento empresarial do País. Distribuída para o mailing VIP do LIDE e GRUPO DORIA, aos assinantes da revista IstoÉ DINHEIRO, além de ser vendida nas bancas de todo Brasil.	Classe A: 79%; Classe B: 21% 58% Masculino; 42% Feminino 18 a 25 anos: 3% 26 a 35 anos: 21% 36 a 45 anos: 40% 46 a 55 anos: 36%
Revista LIDE Saúde e Bem-Estar: Apresenta o panorama da saúde no Brasil e promove conceitos de bem-estar e qualidade de vida. Medicina preventiva, alimentos que fazem bem ao organismo, atividades físicas, bons hábitos, ergonomia, exercícios físicos, boa forma, viagens e história de empreendedores de sucesso na área da saúde compõem suas matérias. Com 40 mil exemplares, a revista é distribuída aos participantes do FÓRUM DA SAÚDE E BEM-ESTAR, ao mailing VIP do GRUPO DORIA e do LIDE aos assinantes da revista IstoÉ DINHEIRO e é vendida nas bancas de todo Brasil.	Classe A: 92%; Classe B: 8% 63% Masculino; 37% Feminino 18 a 25 anos: 1% 26 a 35 anos: 22% 36 a 45 anos: 39% 46 a 55 anos: 38%
Revista Fórum de sustentabilidade: Aborda temas pertinentes à economia verde, desenvolvimento sustentável, energias limpas e desafios para fortalecer o conceito de sustentabilidade para a preservação do planeta. A revista é referência para líderes ambientais, políticos e empresariais sobre sustentabilidade e suas implicações econômicas, sociais e ambientais. Com tiragem de 40 mil exemplares, circula para os participantes do FÓRUM MUNDIAL DE SUSTENTABILIDADE e para o mailing VIP de 10 mil nomes do LIDE. É distribuída aos assinantes da revista IstoÉ DINHEIRO e também é vendida nas bancas de todo o Brasil.	Classe A: 83%; Classe B: 17% 57% Masculino; 43% Feminino 18 a 25 anos: 5% 26 a 35 anos: 23% 36 a 45 anos: 31% 46 a 55 anos: 41%
Revista Mulheres Líderes: Traz matérias e entrevistas com as brasileiras mais poderosas no setor empresarial e no setor público. Lições de liderança, desafios e oportunidades deste universo de mulheres que trabalham e são líderes nas suas atividades. A revista é destinada ao público feminino com mais de 30 anos e com elevado poder aquisitivo. É distribuída as participantes do FÓRUM DE MULHERES LÍDERES, promovido pelo LIDE e LIDE MULHER, e enviada gratuitamente aos assinantes da ISTOÉ DINHEIRO e ao mailing VIP de 10 mil nomes do LIDE.	Classe A: 92%; Classe B: 8% 37% Masculino; 63% Feminino 18 a 25 anos: 1% 26 a 35 anos: 22% 36 a 45 anos: 39% 46 a 55 anos: 38%
Revista Marketing Empresarial: É voltada para os profissionais da	Classe A: 88%; Classe B:

área de propaganda e marketing. Destaca as principais tendências, novidades e importância das marcas no posicionamento das empresas. Comportamento dos consumidores e o perfil de compra dos brasileiros de acordo com acontecimentos da economia. Com tiragem de 40 mil, a publicação circula no FÓRUM DE MARKETING EMPRESARIAL. É distribuída aos membros do LIDE, ao mailing da Editora Referência e aos assinantes da revista IstoÉ DINHEIRO e comercializada nas bancas de todo Brasil.	12% 55% Masculino; 45% Feminino 18 a 25 anos: 2% 26 a 35 anos: 28% 36 a 45 anos: 40% 46 a 55 anos: 30%
LIDE Agronegócios: Aborda a importância do segmento de agronegócios e as oportunidades de crescimento no Brasil. A pauta inclui temas como agricultura, pecuária, iniciativas empresariais, deste mercado, exportações, gargalos e perspectivas de crescimento do agrobusiness no Brasil, além de entrevistas com os principais protagonistas do setor. A publicação é distribuída aos participantes do FÓRUM NACIONAL DE AGRONEGÓCIOS, ao mailing VIP do LIDE, e do LIDE Agronegócios, e aos assinantes da revista IstoÉ DINHEIRO e Dinheiro Rural. A revista também é vendida nas bancas de todo Brasil.	Classe A: 94%; Classe B: 6% 54% Masculino; 46% Feminino 18 a 25 anos: 21% 26 a 35 anos: 32% 36 a 45 anos: 33% 46 a 55 anos: 14%
Revista Meeting & Negócios: Trata das relações bilaterais entre Brasil e países estratégicos. A revista traz matérias sobre exportação, cooperação entre empresas, economia, empreendedores, turismo, gastronomia, tecnologia, tendências de consumo, arte e vinhos. A revista MEETING & NEGÓCIOS tem tiragem de 60 mil exemplares, distribuídos a empresários participantes do MEETING INTERNACIONAL, membros do LIDE e aos assinantes da revista IstoÉ DINHEIRO. A publicação é vendida nas bancas de todo Brasil.	Classe A: 83%; Classe B: 17% 57% Masculino; 43% Feminino 18 a 25 anos: 5% 26 a 35 anos: 23% 36 a 45 anos: 31% 46 a 55 anos: 41%
Revista Líderes Empreendedores: Aborda o universo do empreendedorismo nos negócios. Apresenta matérias de economia, tecnologia, tendências e cases de empresas bem-sucedidas, assim como história de empresários que construíram grandes impérios a partir de ideias inovadoras. A revista circula no FÓRUM DE EMPREENDEDORES. É distribuída ao mailing VIP do LIDE e aos assinantes da da revista IstoÉ DINHEIRO, em um total de 40 mil exemplares. É vendida nas bancas de todo Brasil.	Classe A: 83%; Classe B: 17% 57% Masculino; 43% Feminino 18 a 25 anos: 4% 26 a 35 anos: 28% 36 a 45 anos: 38% 46 a 55 anos: 30%
Revista Líderes do Brasil: Aborda os principais setores do mercado nacional, públicos e privados, e os dirigentes que conduziram com maestria para que seus negócios alcançassem a liderança. Destaca os perfis dos líderes que colaboram para que o Brasil se torne a quinta economia mundial. Com tiragem de 40 mil exemplares, circula para os participantes do prêmio LÍDERES DO BRASIL, aos assinantes da Revista IstoÉ DINHEIRO e aos membros do LIDE.	Classe A: 95%; Classe B: 5% 65% Masculino; 35% Feminino 25 a 34 anos: 20% 35 a 45 anos: 40% 46 a 55 anos: 40%
Revista Gabriel: É uma revista de decoração, arquitetura, paisagismo, tendências, design e estilo de vida, com alta sofisticação. Entrevistas com grandes arquitetos, turismo e vida moderna compõem a pauta da GABRIEL. Com tiragem de 40 mil exemplares, a revista tem circulação nos Jardins, em São Paulo, e é distribuída em lojas, restaurantes e hotéis cinco estrelas do bairro, ao mailing VIP do GRUPO DORIA, LIDE e aos assinantes da revista IstoÉ GENTE. Também pode ser encontrada nas bancas de São Paulo.	Classe A: 93%; Classe B: 7% 52% Masculino; 48% Feminino 18 a 25 anos: 2% 26 a 35 anos: 32% 36 a 45 anos: 40% 46 a 55 anos: 26%
Revista Caviar: A revista tem a missão de retratar o universo do luxo no Brasil. Alta gastronomia, estilo de vida, viagens, joias, tendências e objetos de desejo recebem destaque na publicação. As melhores grifes, chefs de cozinha premiados, estilistas badalados e restaurantes desejados por clientes exigentes no mundo inteiro. Com tiragem de 40 mil exemplares, circula para os assinantes da revista Isto É GENTE e ao mailing VIP de 10 mil nomes do GRUPO DORIA e LIDE e nas bancas de todo Brasil.	Classe A: 94%; Classe B: 6% 54% Masculino; 46% Feminino 18 a 25 anos: 21% 26 a 35 anos: 32% 36 a 45 anos: 33% 46 a 55 anos: 14%
Revista Arena: A ARENA Campos do Jordão é uma revista de estilo de vida, moda, comportamento, gastronomia e arte. Com tiragem de 60	Classe A: 94%; Classe B: 6% 54% Masculino; 46%

mil exemplares, possui matérias de moda comportamento, estilo, gastronomia, lazer e turismo. É a publicação de maior tiragem e cobertura em Campos do Jordão. A distribuição, em Campos do Jordão, é feita gratuitamente no SHOPPING MARKET PLAZA, hotéis e flats de 4 e 5 estrelas, pousadas de luxo, condomínios de alto padrão, principais restaurantes, mailing VIP do GRUPO DORIA e aos assinantes da revista Isto É GENTE.	Feminino 18 a 25 anos: 21% 26 a 35 anos: 32% 36 a 45 anos: 33% 46 a 55 anos: 14%
Revista Jorge: É uma revista que trata de moda, lifestyle, economia e negócios. Traz reportagens e entrevistas sobre luxo, consumo, política e comportamento. Uma publicação focada no público masculino contemporâneo de 30 a 60 anos, bem-sucedido, informado e que valoriza seu estilo de vida. É distribuída nas salas VIPs e aos passageiros da primeira classe da TAM. O mailing Vip de 10 mil nomes do Grupo Doria e do LIDE, os assinantes da revista IstoÉ Dinheiro e vendida em bancas de todo Brasil.	Classe A: 83%; Classe B: 17% 57% Masculino; 43% Feminino 18 a 25 anos: 6% 26 a 35 anos: 21% 36 a 45 anos: 40% 46 a 55 anos: 33%
Revista Oscar: É uma revista de lifestyle, focada no público de alta renda, que retrata o charme, elegância e efervescência do bairro dos Jardins, em São Paulo. Traz matérias sobre moda, estilo, comportamento, gastronomia, decoração, arte, turismo, presentes, automóveis de luxo, helicópteros, aspectos históricos e personagens do elegante bairro, sempre com o mais alto requinte. A revista tem tiragem de 40 mil exemplares e é distribuída nas melhores lojas, restaurantes e hotéis da região dos Jardins, quadrilátero mais elegante de São Paulo, ao mailing VIP do GRUPO DORIA e aos assinantes da Revista IstoÉ GENTE. É comercializada nas bancas de São Paulo.	Classe A: 83%; Classe B: 17% 59% Masculino; 41% Feminino 18 a 25 anos: 6% 26 a 35 anos: 21% 36 a 45 anos: 40% 46 a 55 anos: 33%
Revista Trancoso: É uma publicação anual que traz matérias especiais, serviços e dicas sobre viagem, gastronomia, consumo, decoração e estilo de vida Trancoso, na Bahia. A revista terá distribuição gratuita em hotéis, pousadas, restaurantes e lojas em Trancoso. Circulará também no mailing Vip de 10 mil nomes do GRUPO DORIA e do LIDE e aos assinantes da revista IstoÉ GENTE. A revista também será vendida em bancas de todo o Brasil.	Classe A: 94%; Classe B: 6% 54% Masculino; 46% Feminino 18 a 25 anos: 21% 26 a 35 anos: 32% 36 a 45 anos: 33% 46 a 55 anos: 14%
Revista Robb Report: É uma marca internacional presente em 13 países. Há mais de 30 anos possui o editorial mais respeitado da categoria premium. Consolidada há 4 anos no mercado nacional, a revista aborda experiências com elegância e bom gosto respaldadas por leitores exigentes. A Robb Report Brasil traz conteúdo exclusivos dedicados a essência de cada segmento ofertado: jatos particulares, iates, automóveis, relógios, joias, moda, bebidas, obras de artes e mansões, além de roteiros de viagens. Distribuída para assinantes, livrarias e bancas do país, inclusive em todos os aeroportos, ações promocionais, distribuição gratuita nos principais hotéis de luxo do país e salas Vips dos aeroportos do RJ, SP e Brasília e aos membros do LIDE.	Classe A: 83%; Classe B: 17% 72% Masculino; 28% Feminino 18 a 34 anos: 15% 35 a 45 anos: 38% + 45 anos: 47%

Elaboração própria. Fonte: Doria Editora – Mídia Kit, 2015.

As publicações do LIDE, como exposto nos públicos-alvo dos respectivos periódicos, são destinadas, prioritariamente, às frações mais abastadas da burguesia brasileira. Entretanto, atingem outros estratos sociais em função de sua considerável circulação. Algumas revistas tem o objetivo de construção do consenso intra-classe, além de reforçar os seus signos identitários e mecanismos de distinção e status social. Segundo a jornalista Julia Dualibi, o governo Alckmim, parceiro de Doria no PSDB, gosta de

anunciar nos periódicos do LIDE. O Estado de São Paulo teria investido até outubro de 2015, cerca de 1,5 milhão de reais em publicações nas revistas do LIDE, sendo 500 mil somente para a *Caviar Lifestyle*, que se declara como tendo a missão de retratar o universo do luxo no Brasil, como pode ser observado no quadro acima[282].

O LIDE, dessa forma, tenta ressaltar os valores e o estilo de vida burguês, como forma de projeção da classe como ator fundamental para o processo de "condução" e "transformação" da sociedade brasileira. Por conseguinte, temos a valorização do status social do "verdadeiro" burguês, que enaltece sua posição enquanto "elite", por meio da exibição performática de signos de consumo. É a glorificação do mercado e da noção de empreendedor "vencedor" alicerçados na ideologia da meritocracia. Por outro lado, expressam análises e sua concepção do mundo a partir de um discurso que se afirma "objetivo", a partir de uma suposta racionalidade "técnica" e "princípios científicos de gestão".

A atuação do LIDE por meio de suas publicações, visa, por um lado o debate político e econômico – com análises econômicas conjunturais, projeção de cenários econômicos, proposição de políticas públicas, defesa de reformas e programas de reformulação do papel do Estado – temas principais nas publicações da revista LIDE, da revista Empresarial, da Fórum de Negócios, e do periódico voltado ao agronegócio. Por outro lado, essas publicações (principalmente as categorias *lifestyle*) trazem uma estratégia simbólica de fortalecimento e naturalização da sua concepção de mundo e seus padrões de sociabilidade. O alto patamar de consumo, o luxo, o glamour e a ostentação passam pela "absolvição" e "remissão", desta vez não pela obra divina, mas por meio da ideologia da "meritocracia", da "competitividade", do "empreendedorismo" entendidos e

[282] DUALIBI: *Coxão Duro Lifestyle:* João Doria junior visita a periferia. Revista Piauí, edição 109, outubro de 2015.

defendidos como sendo as molas propulsoras da prosperidade material individual e social. Eis o modelo de sociedade propalado pelos intelectuais orgânicos do LIDE, identificados com os pressupostos neoliberais e difundidos como parte da estratégia de mobilização empresarial. O LIDE, por sua vez, não tenta apagar os rastros de sua vinculação de classe, como outras organizações empresariais. Entretanto, a instituição, ainda assim, defende seus projetos e interesses de classe como se estes representassem objetivos comuns que atenderiam à sociedade como um todo.

O LIDE em parceria com outro aparelho privado de hegemonia, o chamado Instituto Atlântico (apresentado no capítulo anterior), organizaram um material mais denso de análise conjuntural, diagnóstico e difusão de suas propostas para a sociedade brasileira. A chamada "Agenda Brasil: proposta para o avanço acelerado do país", configura-se como a objetivação e instrumentalização de diretrizes de ação conjuntural e estrutural, como parte de um programa político-ideológico concreto. Um dos principais responsáveis pela proposta foi o empresário Paulo Rabello de Castro, fundador e presidente do CEDES, do Instituto Atlântico e presidente do eixo de economia do LIDE.

A Agenda Brasil, que tem como base de seus pressupostos o Programa de Estabilização com Crescimento (PEC) - que lança raízes na atuação do CEDES, nos anos finais da década 1980, e foi formalmente apresentado pelo Instituto Atlântico em 1993 -, apresenta o quadro de diretrizes que deveriam orientar as ações do aparelho institucional do Estado, para sua reformulação dentro dos ditames do neoliberalismo. O Instituto Atlântico, dessa forma, desenvolve seu projeto de poder, aliando-se, por um lado à Força Sindical, como forma de captura e ressignificação das lutas da classe trabalhadora, e de outro, organiza-se de mãos dadas e se compromete com os interesses das frações mais abastadas da classe dominante brasileira, tanto por sua própria representação como através de sua articulação com o LIDE.

O Grupo de Líderes Empresariais, por conseguinte, configura-se como um aparelho de ação político-ideológica, principalmente da grande burguesia paulista, de expressiva articulação no meio empresarial nacional. Utiliza-se de recursos sofisticados e da ostentação de seus eventos para reafirmar, constantemente, suas características distintivas de *status* social, como mecanismo de aproximação e pertencimento de grupo. Além do conjunto de estratégias de ação, no sentido de propor políticas públicas e naturalizar determinados valores, tem um papel pragmático importante no sentido de articular esforços e/ou recursos (materiais e simbólicos) para a atuação política de empresários, como nas campanhas político-eleitorais do próprio presidente do grupo e filiado ao PSDB, João Doria Junior. Evidencia-se, portanto, o papel da organização na articulação também no plano político formal, sendo um dos elementos que contribuíram para a surpreendente vitória de Doria, apadrinhado político de Geraldo Alckmin, em primeiro turno, na disputa eleitoral para a prefeitura de São Paulo, em 2016.

3.4 – Movimento Brasil Competitivo (MBC): estratégia de conversão do público ao modelo de gestão privado e o Estado ampliado

Como resultado de um projeto de aprimoramento da organização empresarial chamada Movimento Brasileiro da Qualidade e Produtividade, foi criado, no Rio de Janeiro em novembro de 2001, o Movimento Brasil Competitivo (MBC). A instituição foi estruturada a partir de representantes da sociedade política e empresários pertencentes à grande burguesia brasileira, encabeçados por ninguém mais do que Jorge Gerdau Johannpeter. Desde 2004, o MBC é reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Em sua fundação o movimento contava com 13 grupos

empresariais, chegando, com dois anos de atividade, ao número de 73 grandes empresas associadas. Em 2002 o movimento mudou sua sede para o Distrito Federal (Relatório Anual do MBC 2006).

O Movimento Brasil Competitivo, tem como principal fundador e presidente do seu Conselho Superior, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Gerdau é presidente do Grupo Gerdau, que inclui a Usina Siderúrgica Paraense, a Metalúrgica Fibra S.A. e a Mefisa Parafusos e Fixadores S.A., entre outros. Líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP). É membro do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do International Iron and Steel Institute (IISI), membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do Conselho do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), do qual foi presidente durante duas gestões, do Conselho de Administração da Petrobras e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo Federal (no Governo Dilma Rousseff). Atuante em diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira, nos anos de 1980 foi membro dirigente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), da União Brasileira de Empresários (UB), dirigente do Instituto Liberal (IL), do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), do Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN). Conselheiro do Instituto para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), membro do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium (IMIL), entre outras instituições de representação classista e sindicatos patronais.

O Conselho Superior do MBC, configura-se como um órgão deliberativo com função de estabelecer o direcionamento político-estratégico da instituição. A partir de 2004, com o reconhecimento da entidade como Oscip, o movimento estruturou seu estatuto, que continha a definição formal do seu Conselho Superior. Segundo o movimento, o conselho é composto de 11 membros titulares, pertencentes a entidades

civis privadas que participam como entidades associadas mantenedoras do MBC. Além disso, o conselho conta com 4 representantes da Administração Pública Federal e 4 suplentes, indicados pelos Titulares da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A Fundação Nacional da Qualidade[283] tem poder de indicação de um membro no conselho, completando com mais um membro da "sociedade civil" com notória contribuição para a gestão pública[284]. Dessa forma, o MBC aparece no conjunto das organizações de ação político-ideológica da burguesia brasileira, como uma espécie de "porta giratória" entre a alta burocracia estatal e os CEOs do setor privado.

Além da presidência de Jorge Gerdau, o Conselho Superior do MBC em 2006, quando seu estatuto já estava em plena execução, era composto pelos seguintes empresários: Carlos Augusto Salles (Xerox Indústria e Comércio Ltda, Presidente do Conselho Superior); Elcio Anibal de Lucca (Serasa S/A, Vice-Presidente do Conselho Superior); José de Freitas Mascarenhas (Odebrecht S/A, Conselheiro Titular); Adilson Primo (Siemens Ltda, Conselheiro Titular); José Tadeu Alves (Merck, Sharp & Dohme, Conselheiro Suplente); Carlos Alberto da Veiga Sicupira (Varbra S/A, Conselheiro Suplente); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, Conselheiro Suplente); Daniel Feffer (Suzano Holding S/A, Conselheiro Suplente). Os

[283] A Fundação Nacional da Qualidade, precursora do MBC, é uma entidade que se auto-define como sem fins lucrativos, cujo objetivo seria estimular e apoiar as organizações para o desenvolvimento e evolução de sua gestão. Com a abertura da economia brasileira, no início da década de 90, alguns empresários passaram a buscar padrões internacionais para orientar, avaliar e reconhecer a gestão, em busca de mais qualidade e competitividade. Foi nesse sentido que em 11 de outubro de 1991, um grupo formado por representantes de 39 organizações privadas e públicas instituíram, em São Paulo, a Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (FPNQ). A entidade foi criada para administrar o Prêmio Nacional da Qualidade® (PNQ). Em 2005, a Fundação promove uma ampla reestruturação. Elege uma nova Governança na Assembléia Geral de Membros, reformula a sua logomarca e retira o nome prêmio da sigla, passando a se chamar Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). In: http://www.fnq.org.br/sobre-a-fnq/historia, acesso em 29/12/2015.

[284] http://www.mbc.org.br/, acesso em 01/10/2015.

representantes do Governo no conselho eram, Dilma Rousseff (Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República); Sérgio Rezende (Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia); Luiz Fernando Furlan (Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior); Paulo Bernardo Silva (Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão)[285].

Quadro 3.11 – Composição do Conselho Superior do MBC (2007 - 2013)

Ano	Membros do Condelho Superior MBC
2007	Jorge Gerdau Johannpeter (Presidente Fundador); Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato). Lideranças empresariais: Elcio Anibal de Lucca (Serasa S/A); Wilson Ferreira (CPFL Energia) José de Freitas Mascarenhas (Odebrecht S/A); Carlos Alberto da Veiga Sicupira (Varbra S/A); Sergio Gabrielli (Petrobras); João Sanches (Merck, Sharp & Dohme); Alexandre Silva (General Eletric do Brasil); Daniel Feffer (Suzano Holding S/A); Marcos Lisboa (Unibanco); Cledorvino Belini (Fiat Automóveis S.A). Representantes da FNQ: Pedro Luiz Barreto Passos (Natura); Geraldo Quevedo Barbosa (Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda). Representante da sociedade civil: Antoninho Trevisan (Trevisan Escola de Negócios); Antônio Augusto Junho Anastasia (vice-governador de Minas Gerais).
2008	Jorge Gerdau Johannpeter (Presidente Fundador); Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato). Lideranças empresariais: Elcio Anibal de Lucca (Serasa S/A, Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira (CPFLEnergia, Vice-Presidente do Conselho Superior); José de Freitas Mascarenhas (Odebrecht S/A); Carlos Alberto da Veiga Sicupira (Varbra S/A); Sergio Gabrielli (Petrobras, Conselheiro Titular); João Sanches (Merck, Sharp & Dohme); Marcelo Mosci, (General Eletric do Brasil); Daniel Feffer (Suzano Holding S/A); Marcos Lisboa (Unibanco, Conselheiro Suplente); Cledorvino Belini (Fiat Automóveis S.A). Representantes da FNQ: Luiz Ernesto Gemignani (Promon); Pedro Luiz Barreto Passos (Natura). Representante da sociedade civil: Antoninho Trevisan (Trevisan Escola de Negócios); Antônio Augusto Junho Anastasia (vice-governador de Minas Gerais).
2009	Jorge Gerdau Johannpeter (Presidente Fundador); Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato). Lideranças empresariais: Elcio Anibal de Lucca (Serasa S/A); Wilson Ferreira (CPFL Energia); José de Freitas Mascarenhas (Odebrecht S/A); Carlos Alberto da Veiga Sicupira (Varbra S/A); Sergio Gabrielli (Petrobras); João Sanches (Merck, Sharp & Dohme); Michel Levy (Microsoft Brasil); Daniel Feffer (Suzano Holding S/A); Marcos Lisboa (Unibanco); Cledorvino Belini (Fiat Automóveis S.A). Representantes da FNQ: Luiz Ernesto Gemignani (Promon); Pedro Luiz Barreto Passos (Natura). Representante da sociedade civil: Antoninho Trevisan (Trevisan Escola de Negócios).
2010	Elcio Anibal de Lucca (Luccra, Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira (CPFL Energia, Vice-Presidente do Conselho Superior). Lideranças empresariais: Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau); José de Freitas Mascarenhas (Odebrecht); Carlos Alberto Sicupira (Varbra – S/A); José Sergio Gabrielli de Azevedo (Petrobras); João Sanches (MSD); Michel Levy (Microsoft); Daniel Feffer (Suzano); Marcos Lisboa (Unibanco); Cledorvino Belini (FIAT Automóveis). Representantes da FNQ: Mauro Figueiredo (Grupo Fleury, Fundação Nacional da Qualidade); Pedro Luiz Barreto Passos (Natura). Representante da sociedade civil: Antoninho Trevisan (Trevisan Escola de Negócios).
2011	Elcio Anibal de Lucca (Luccra, Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira (CPFL Energia,Vice-Presidente do Conselho Superior); Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato). Lideranças empresariais: Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau); José de Freitas Mascarenhas (Odebrecht); Carlos Alberto Sicupira (Varbra – S/A); José Sergio Gabrielli de Azevedo (Petrobras); João Sanches (MSD); Michel Levy (Microsoft); Daniel Feffer (Suzano); Marcos

[285] Relatório de Gestão MBC, 2006.

	Lisboa (Unibanco); Cledorvino Belini (FIAT Automóveis). Representantes da FNQ: Mauro Figueiredo (Grupo Fleury, Fundação Nacional da Qualidade); Pedro Luiz Barreto Passos (Natura). Representante da sociedade civil: Antoninho Trevisan (Trevisan Escola de Negócios).
2012	Elcio Anibal de Lucca (Luccra, Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira (CPFL Energia, Vice-Presidente do Conselho Superior); Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato). Lideranças empresariais: Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau); José de Freitas Mascarenhas (Odebrecht); Carlos Alberto Sicupira (Varbra – S/A); Maria das Graças Silva Foster (Petrobras); João Sanches (MSD); Michel Levy (Microsoft); Daniel Feffer (Suzano); Marcos Lisboa (Unibanco); Cledorvino Belini (FIAT Automóveis). Representantes da FNQ: Jairo Martins (Fundação Nacional da Qualidade – FNQ); Pedro Luiz Barreto Passos (Natura). Representante da sociedade civil: Antoninho Trevisan (Trevisan Escola de Negócios).
2013	Elcio Anibal de Lucca (Luccra, Presidente do Conselho Superior); Wilson Ferreira (CPFL Energia, Vice-Presidente do Conselho Superior); Carlos Augusto Salles (Conselheiro Nato); Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau, Conselheiro Nato). Lideranças empresariais: José de Freitas Mascarenhas (Odebrecht); Carlos Alberto Sicupira (Varbra S/A); Maria das Graças Silva Foster (Petrobras); João Sanches (MSD); Mariano De Beer (Microsoft); Daniel Feffer (Suzano); Gilberto Peralta (General Electric); Cledorvino Belini (FIAT Automóveis). Representantes da FNQ: Jairo Martins (Fundação Nacional da Qualidade – FNQ); Pedro Luiz Barreto Passos (Natura). Representante da sociedade civil: Antoninho Trevisan (Trevisan Escola de Negócios).

Elaboração própria. Fonte: Relatório Anual MBC: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013.

O grupo dirigente que compõe o Conselho Superior, principal instância de formulação de diretrizes e tomada de decisões do movimento, mostra-se bastante coeso, com poucas mudanças no quadro de representação, sofrendo apenas algumas alterações na ocupação de posições de liderança do conselho. A maior parte de seus intelectuais orgânicos, portanto, é a mesma desde sua fundação. A maior variação na composição do Conselho Superior se dá pela rotatividade de membros pertencentes ao aparato institucional do Estado, que são sempre os ocupantes da Casa Civil da Presidência da República – cadeira esta ocupada por vários anos por Dilma Rousseff -, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Variação que também ocorre com os membros indicados pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que sempre mantem o nome de Pedro Passos, da Natura, alternando o segundo indicado. A representação da chamada “sociedade civil” no conselho, contou com o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia e com o empresário Antoninho Trevisan (Trevisan Escola de Negócios).

É possível verificar a partir da composição dos dirigentes do MBC que constituem o seu Conselho Superior, a sua atuação por dentro da estrutura estatal, elucidando a relação dialética entre sociedade civil e Estado. Como afirma o historiador André Guiot,

> O Estado no Brasil está atravessado pela sociedade civil e essa expressa as mediações presentes entre as relações sociais de produção (não se subtrai às contradições de classe) e a organização do Estado, com vistas à produção e disseminação do convencimento: "a sociedade civil conecta o âmbito da dominação direta (a produção), por meio de sua organização e de seus intelectuais, ao terreno da direção geral e do comando sobre o conjunto da vida social, através do Estado"[286].

O quadro de associados mantenedores do MBC é composto por grandes empresas e instituições, com forte presença de grandes grupos econômicos multinacionais. Além disso, o movimento também incorpora instituições estatais ou de economia mista como a Petrobras, o Banco do Brasil, Embraer e Furnas, entre outras. Entre os mantenedores também figuram grandes empresas interessadas e participantes de licitações de grandes obras públicas como as empreiteiras Odebrecht e a Camargo Corrêa. O movimento, constitui assim, um importante veículo de aproximação e acionamento da aparelhagem estatal. Segue o quadro de empresas associadas.

Quadro 3.12 – Grupos Empresariais Associados ao MBC

Associados Mantenedores do MBC		
3M	Accenture	Adidas
ALTUS	AMGEN	Construtora Andrade Gutierrez S/A
Banco do Brasil	Biolab Farmacêutica	Grupo Osório Adriano – Concessonária Coca-Cola
Camargo Corrêa	Cargill	CH2MHill
CISCO	CNC	CDL
Confederação Nacional da Indústria (CNI)	COSIN Consulting	CPFL Energia
Dow	Ericson	Eletrobras Furnas
Elo Group	Embraer	Ernest & Young Terc
Eurofarma	Falconi	FIAT
FIERGS - CIERGS	Sistema FIRJAN	Ford
Grupo Gerdau	GE	Grupo Meta
IBM	Grupo FarmaBrasil	Infraero

[286] GUIOT, André. *Op cit*, 2015, p. 2.

Instituto Aquila	Imagem	INMETRO
Itaipu Binacional	Publix Instituto	KPMG
LUCCRA	Kienbaum	Mckinsey&Company
Microsoft	Macroplan	MSD
Natura	Motorola	OAS
Odebrecht	Grupo Notre Dame Intermédica	Promon
PWC	Petrobras	SAP
SEBRAE	Santos Brasil	Sindicato da Habitação SECOVI-SP
Serasa Experian	SEBRAE-RS	Souza Cruz
Suzano	Simens	Varbra S.A.
Votorantim	Symentics	Eletronorte
Eletrosul	ABAD	Correios
Votorantim	Banco do Nordeste	Suzano
Anko Advice	Xerox	TV RBS
Embratel	American Express	Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP)
Eletrobrás	INDG	Rexan
Brasal	Cisco	Varbra S.A.
Manserv	UNISINOS	Capacita Eventos
Vivo	Tim	Petroquímica União S.A.

Elaboração própria. Fonte: http://www.mbc.org.br, acesso em 01/10/2015.

O Movimento Brasil Competitivo em sua própria estrutura organizacional, contempla a representação do aparelho institucional do Estado, com membros de quatro ministérios indicados pela Casa Civil. Entre as principais pautas do programa de ação do movimento está a redução da aparelhagem do Estado com vistas a torná-lo mais “enxuto” e “eficiente”. O presidente do Conselho Superior do MBC, Jorge Gerdau afirma que o Brasil precisa “trabalhar com meia dúzia de ministérios ou coisa desse tipo” e não com as 39 pastas existentes na administração da presidente Dilma Rousseff. Esse “inchaço se dá por contingências políticas, mas tudo tem o seu limite”, afirmou o presidente, fundador e dirigente do MBC, em entrevista ao Poder e Política, projeto da Folha e do UOL, em março de 2013. Jorge Gerdau assim completa: “quando a burrice, ou a loucura, ou a irresponsabilidade vai muito longe, de repente, sai um saneamento. Nós provavelmente estamos no limite desse período”[287].

[287] http://www.ibqp.org.br/noticia, acesso em 01/10/2015.

Além de um corpo de associados mantenedores que compreende os grandes grupos empresariais nacionais, multinacionais e as grandes empresas ligadas ao Estado, o MBE também conta com um quadro de associados institucionais que denota a sua capacidade de articulação e seu projeto político, para além dos interesses imediatos da classe burguesa. Entre as instituições que se associaram ao programa defendido pelo movimento estão as principais organizações sindicais da classe trabalhadora, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Dessa forma, a organização burguesa além de congregar os interesses do grande capital, incorpora entidades de representação das classes trabalhadoras, como forma de captura e ressignificação de suas bandeiras de luta, propondo um discurso universalizante, o discurso de um partido político.

Completam o quadro de associados institucionais a partir de 2006: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Centro para Inovação e Competitividade (CIC); Departamento Inter-Sindical de Estudos Econômicos e Estatística (Dieese); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV); Fundação de Desenvolvimento Tecnológico (Fundatec); Fundação Dom Cabral (FDC); Fundação Nacional da Qualidade (FNQ); Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Paraná (IBQP/PR); Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear (IBQN); Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Instituto de Engenharia; Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)[288].

Na órbita de sua concepção de mundo pautada na noção de “competitividade”, como um valor fundamental a ser transbordado a todas as esferas da vida social, os

[288] Relatório Anual do MBC 2006.

intelectuais orgânicos do MBC elaboram suas estratégias de ação no sentido de "educar/formar" para o consenso. Na 7ª Reunião do Comitê Temático "O Papel da Educação na Competitividade", de 2006, foi realizado um debate para a elaboração de um Guia/Mapa prático, segundo eles, para melhorar a educação[289]. Dessa forma, a atuação do MBC não se restringe a pensar e organizar as formas de gestão empresarial ou na criação de ambientes propícios para os negócios, mas em desenvolver propostas concretas de políticas públicas para a conformação de seu modelo de sociabilidade.

Já em 2007 o MBC, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o compromisso "Todos Pela Educação[290]", realizou em São Paulo o encontro *"A Educação que Precisamos para o País que Queremos"*. Na ocasião, o empresário e presidente do MBC, Jorge Gerdau Johannpeter, defendeu que a "educação é importante para o desenvolvimento social, e fundamental para o desenvolvimento econômico". É importante questionar: qual modelo de educação está em disputa? A proposta em questão foi de estabelecer novas diretrizes para a educação pautadas nas concepções privatizantes e mercadológicas de educação embaladas pelos discursos de competitividade, empreendedorismo e meritocracia que norteiam as ações do movimento. De acordo com o relatório do MBC, "no Brasil, a educação ainda apresenta reconhecidos e persistentes problemas que afetam a competitividade e a capacidade de maior desenvolvimento social e econômico do País"[291]. O evento contou com a palestra do

---

[289] Relatório Anual do MBC 2006.

[290] Fundado em 2006, o Todos Pela Educação pode ser considerado um aparelho privado de hegemonia extremamente influente e decisiva para a burguesia Brasileira. Trata-se de movimento que estabelece como sendo seu princípio o estabelecimento de diretrizes para a educação nacional. Estabelece, dessa forma, metas a serem atingidas até a 2022. A principal delas que representa o seu argumento de penetração é a definição de "todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade". Mais do que um movimento voltado à "melhoria" da educação no Brasil, esse aparelho de ação política e ideológica, representa os interesses de determinadas frações da burguesia e apresenta intensa e íntima relação com o Estado. Em fevereiro de 2014, o Todos Pela Educação teve seu estatuto reformado para se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). In: http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/, acesso em 29/12/2015.

[291] Relatório Anual do MBC 2007.

economista e cientista social Eduardo Gianetti da Fonseca, professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais de São Paulo (IBMEC-SP) e membro do Conselho Superior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

É importante ressaltar que o próprio movimento *"Todos pela Educação"* configura-se como um aparelho privado de hegemonia poderoso que, assim como as outras organizações apresentadas neste capítulo, atua por dentro do Estado, articulando os interesses privados do capital à estrutura institucional estatal. Fundado em 2006, o Todos Pela Educação pode ser considerado um movimento extremamente influente e decisivo para a burguesia brasileira. Trata-se de uma organização que se afirma como sendo seu princípio o estabelecimento de diretrizes para a educação nacional. Estabelece, dessa forma, metas a serem atingidas até 2022. A principal delas que representa o seu argumento de penetração é a definição de que "todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade".

Mais do que um movimento voltado à "melhoria" da educação no Brasil, entretanto, esse aparelho de ação política e ideológica, estabelece diretrizes para a educação nacional, partindo dos interesses específicos da grande burguesia brasileira, atuando no interior da ossatura material do Estado. Esse APH decisivo – no que concerne à produção de consenso e, por conseguinte, para o projeto de hegemonia da nova direita no Brasil – não só se mostra estratégico, como pode ser considerado um projeto vitorioso. Isso porque constitui um dos pressupostos fundamentais da educação no Brasil, principalmente a partir do governo da presidente Dilma Rousseff. Em fevereiro de 2014, o Todos Pela Educação teve seu estatuto reformado para se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

O Todos pela Educação, apesar de representar um papel fundamental no conjunto das organizações de ação política e ideológica de frações da classe dominante, não figura

entre os outros APHs analisados mais detidamente na pesquisa, na medida que, seu formato mais temático, voltado a um campo específico de atuação, foge um pouco dos critérios de definição do objeto estabelecido a partir das demais organizações elencadas. É fato que a repercussão de sua atuação, transborda o campo educacional, atingindo outras dimensões da vida social. Entretanto, para efeito analítico e definição do recorte do objeto da pesquisa, optamos por mencionar sua representação, mas não o incorporar entre os aparelhos burgueses pesquisados de forma mais detida.

Como parte de seu programa de "eficiência" e "competitividade", o MBC busca acessar a aparelhagem institucional estatal para a implementação de projetos, atuando assim internamente na configuração da gestão pública. Em 2007, o movimento organizou o chamado "Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP)". Segundo o seu relatório anual, o projeto,

> tem como proposta qualificar a gestão pública brasileira e para isso tem atuado, desde 2005 em melhorias na gestão de estados, municípios e órgão do governo federal, fornecendo orientações de especialistas da iniciativa privada. (…) Para isso, utiliza-se do conhecimento técnico e da metodologia científica para promover melhorias na gestão. Até agora, o PMGP já foi implementado em importantes órgãos da Administração Federal, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, governos estaduais como o de São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Sul e Pernambuco, prefeituras de São Paulo e Porto Alegre, além do Governo do Distrito Federal[292].

O MBC busca não somente "educar" ou "formar" a burguesia para o consenso intra-classe, a partir de sua plataforma de eficiência e competitividade, mas também difundir e instrumentalizar, na aparelhagem estatal, o seu modelo privado de gestão, como proposta "modernizadora". Como afirma o fundador do MBC, Jorge Gerdau Johannpeter, "com o programa, ajudamos os gestores públicos a aumentarem a eficiência do Estado na arrecadação de receita, na redução das despesas e na otimização do gerenciamento de

[292] Relatório Anual do MBC 2007.

projetos”[293]. Nesse sentido, o membro do Conselho Superior do MBC então vice-governador do Estado de Minas Gerais (2007 no governo de Aécio Neves), Antônio Augusto Anastasia (PSDB), afirma que a “Administração Pública brasileira patinou dentre práticas patrimonialistas e métodos burocráticos, sem conseguir uma libertação destas peias e amarras, típicas de um modelo administrativo ultrapassado e pouco eficiente”[294]. Reconfigurar o papel do Estado, não somente em sua estrutura material, mas também nas formas de geri-lo, convertendo-as à lógica da gestão privada, configura-se como um dos principais mecanismos explorados pelo MBC em suas estratégias de ação.

A partir do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP), o MBC passou a atuar junto a uma série de governos estaduais para a sua implementação, entre 2007 e 2010, o programa foi implantado nos governos de São Paulo, com José Serra (PSDB); do Rio de Janeiro, com Sérgio Cabral Filho (PMDB); de Minas Gerais na gestão de Antônio Anastasia (PSDB); do Distrito Federal com José Roberto Arruda (PFL); do Pernambuco com Eduardo Campos (PSB); da Bahia com Jaques Wagner (PT); no estado de Alagoas com Teotônio Vilela Filho (PSDB); no Mato Grosso, com Blairo Borges Maggi (PPS); no Rio Grande do Sul, no governo de Yeda Crusius (PSDB); em Sergipe, com o governador João Alves Filho (PFL); no Pará, com a governadora Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (PT)[295].

Segundo o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, “estamos buscando a racionalização da máquina pública e a melhoria dos recursos humanos para aumentar a arrecadação e diminuir os gastos. E um dos mentores dessa iniciativa é o empresário Jorge Gerdau”[296]. A revista EXAME publicou uma matéria sobre o programa

[293] Relatório Anual do MBC 2007.
[294] Relatório Anual do MBC 2007.
[295] Relatório Anual MBC, 2007, 2008, 2009, 2010.
[296] Relatório Anual do MBC 2008.

voltado à gestão pública, desenvolvido pelo MBC. A matéria intitulada *“ a 'banda' boa do setor público”* afirma que:

> Apesar de desconhecida, há uma parcela do Estado brasileiro que trabalha duro, mede, compara, analisa, persegue metas. E ela está aumentando de tamanho (…). Boa parte desses avanços foi impulsionada pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) - entidade que vem assessorando e financiando a modernização administrativa de vários estados e municípios. No congresso anual do MBC, realizado em julho, em Brasília, duas declarações mostraram que a onda de melhoria da gestão pública vem ganhando volume[297].

Mecanismo discursivo sempre acionado e operacionalizado nas ações da burguesia brasileira, concentra-se na caracterização do privado sempre como sendo o espaço da “eficiência”, do “moderno”, da “racionalidade” e do “dinamismo” em oposição ao público, sempre apresentado como “atrasado”, “ineficiente” e “patrimonialista”. O quadro abaixo apresenta a execução do PMPG entre 2011 e 2013.

Quadro 3.13 – Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) – MBC

Órgão / Período	Frente de Atuação do PMGP	Objetivos
Prefeitura de Londrina-PR Jul./2010 – Set./2011	Frente: Gerenciamento de Receita e Despesa	Auxiliar o Município de Londrina na busca de seu equilíbrio fiscal e melhoria da gestão da saúde e compras.
Prefeitura de Porto Alegre-RS Set./2011 – Marc./2011	Perfil de Competências	Definir um conjunto de competências gerenciais que os servidores, em todos os níveis de atuação, deverão desenvolver para que a Prefeitura cumpra sua Missão.
Governo do Tocantis-TO Jul./2011 – Ago./2012	Planejamento e Gestão Estratégica	Construção de uma Agenda de Governo que represente os anseios das diversas partes a Sociedade, estabelecendo as prioridades e identificando quais são os programas estruturantes que deverão ser conduzidos durante esta gestão, até o ano de 2014. Montagem de um processo de Acompanhamento e Gestão.
Prefeitura de Guarujá-SP Jan./2010 – Mai./2011	Gestão Analítica de Despesas	Identificar oportunidades de crescimento sustentado da receita orçamentária municipal por meio da promoção de melhorias no gerenciamento da arrecadação. Reduzir qualitativamente os gastos das principais secretarias.

[297] Revista Exame, 20/08/2009.

Governo do Rio de Janeiro-RJ Mai./2011 – Mai./2012	Fase I: Implantação da Governança Pública do Estado do Rio de Janeiro	Garantir maior controle sobre os projetos mais importantes do Estado e as principais metas de governo por meio da construção do Modelo de Governança Pública.
Governo do Rio de Janeiro-RJ Dez./2011 – Dez./2012	Fase II: Educação – Secretaria de Estado de Educação	Licenciar, customizar e implantar na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, o software MODUS RV (Remuneração Variável) que irá sistematizar o programa de remuneração variável 2011; prestar suporte técnico no software MODUS Educação durante 12 meses de projeto.
Prefeitura do Rio de Janeiro-RJ Set./2010 – Out./2011	Frente I: Avaliação do modelo de treinamento, dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e do Manual de Gestão.	Acompanhar e avaliar a implantação do modelo de treinamento dos Guardas Municipais e dos Manuais dos POP e de Gestão da Guarda Municipal.
	Frente II: Acompanhamento e avaliação do projeto piloto da Unidade de Ordem Pública (UOP) da Tijuca	Acompanhar por meio de reuniões periódicas e relatórios o trabalho da Guarda Municipal do Rio e de outros órgãos da SEOP.
	Frente III: Acompanhamento da implantação do sistema de metas e do Centro de Análise de Informações (CAI)	Acompanhamento do sistema de metas, o qual ficará a cargo do Centro de Análise de Informações, que também será avaliado, e sua expansão para o conjunto das UOPs que estará em funcionamento.
	Frente IV: Realizar a segunda rodada da pesquisa de mapeamento da desordem	Construir um conjunto de mapas digitais da distribuição da desordem física e social na área da UOP, que permitirá avaliar a intervenção.
	Frente V: Plano de expansão da Unidade de Ordem Pública	Acompanhar a definição das novas áreas que receberão Unidades de Ordem Pública.
Prefeitura de São Paulo-SP Dez./2011 – Nov./2012	Frente I: Gestão de Indicadores Estratégicos	Permitir ao prefeito acompanhar os macro-objetivos com foco em resultados; sistematizar um conjunto de indicadores para acompanhar e avaliar as ações relacionadas às funções e objetivos da prefeitura e suas respectivas metas; Elevar os índices de atendimento e satisfação da população do município, com os serviços prestados; garantir o planejamento e acompanhamento sistemático das ações, programas e projetos prioritários; Criar mecanismo de divulgação dos indicadores de resultados

		promovendo a transparência para o município.
	Frente II: Reprojeto do Processo de Aprovação de Grandes Empreendimentos	Auxiliar a Prefeitura de São Paulo a promover ao empreendedor um atendimento com maior presteza e precisão por meio do reprojeto de processos; Agilizar e eliminar apresentação e análise de documentos em duplicidade pelos diversos órgãos da administração municipal; Auxiliar na reformulação dos vários procedimentos relativos a processos de aprovação de construções; Assegurar o atendimento à legislação urbanística; Dar maior celeridade à atuação municipal relativa ao efetivo controle do uso e ocupação do solo, gerando condições plenas de gerenciamento e planejamento; Promover o desenvolvimento do município, com vistas à geração de empregos e renda.
Governo de Alagoas-AL Jan./2010 – Jan./2011	Otimização de Despesas e Aumento de Receitas	Auxiliar o Governo a obter R$ 20 milhões de ganhos com a otimização de despesas correntes sobre os resultados realizados em 2009. Auxiliar a Sefaz-AL a elevar, em termos reais, sua arrecadação tributária de ICMS e IPVA.
Governo de Pernambuco-PB Dez./2011 – Out./2012	Complexo Industrial e Portuário de Suape - Planejamento Estratégico	Elaboração de diagnóstico da situação atual e o desenho de modelo futuro para modernização nos processos de Gestão Portuária e nomenclatura das áreas e cargos da estrutura organizacional do Porto de Suape.
Governo de Goiás - GO Abr./2011 – Out./2011	Frente I: Reforma na Educação – Secretaria de Educação	Desenho e implantação do Pacto pela Educação – Plano de reforma educacional para o Estado; Redesenho da estrutura da secretaria de acordo com prioridades revistas com o Pacto pela Educação; Macroprocessos redesenhados e atribuições sendo redefinidas entre secretaria, subsecretarias e unidades educacionais; Lançamento do Programa Reconhecer, com premiações para regência, escola e aluno.
Governo de Goiás - GO Nov./2011 – Nov./2012	Frente II: Gestão para Resultados na Secretaria de Gestão e Planejamento.	Estruturar Modelo de Gestão para Resultados na Secretaria de Planejamento – Gestão Matricial de Resultados.
Governo de Goiás - GO Nov./2011 – Dez./2012	Frente III: Gerenciamento Matricial de Receitas - Secretaria de Estado da Fazenda	Criar condições financeiras e técnicas para o alcance das metas de incremento da receita estadual tendo como escopo do trabalho a atuação nos tributos ICMS e

		IPVA, que representam cerca de 69% das receitas totais do Estado.
Governo de Goiás - GO Out./2011 – Ago./2012	Frente IV: Planejamento Estratégico, Observatório de Segurança Pública e Gestão Prisional.	Prover a Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás – Sejusp de metodologia para análise, planejamento e o desenvolvimento de operações policiais coordenadas, através da concepção e modelagem do Observatório da Segurança Pública, além da elaboração de diagnóstico e plano de ações do sistema de gestão prisional, com o objetivo de estabelecer ações de curto e médio prazos que promovam melhorias no Sistema de Gestão Prisional do Estado de Goiás.
Governo de Goiás - GO Nov./2011 – Ago./2012	Frente V: Gestão para Resultados na Secretaria de Saúde.	Construção da agenda estratégica, alinhamento da arquitetura organizacional implementadora e implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação.
Governo de Goiás - GO Nov./2011 – Nov./2012	Gestão Ambiental e de Frente VI: Recursos Hídricos – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Auxiliar o Governo do Estado a estabelecer ações nas áreas de Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos.
Casa Civil da Presidência da República Out./2011 – jun./2012	Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM)	Apoiar a reestruturação da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, considerando suas atribuições de monitoramento das metas e programas prioritários, de articulação resolutiva e avaliação de políticas públicas; Customização do Sistema Simec, implementando as adequações necessárias para a utilização pela SAM/CC.
Casa Civil da Presidência da República Out/2011 – Out./2012	Casa Civil	Propor melhorias ao modelo de governança e aos principais processos e ferramentas de trabalho da Casa Civil da Presidência da República. Apoio financeiro: Itaú, Unibanco, Gerdau Aços Longos, Ambev (Fundação Brava), Odebrecht, Natura, Votorantim, Participações, CPFL, Banco Bradesco S.A., Grupo Pão de Açúcar, Suzano, Banco Santander (Aymoré), Amil, Fiat, Vale.
Ministério dos Transportes Jun./2012 – Mar./2013	Implantação de processo de gestão e modernização da gestão pública no Ministério dos Transportes	Implantar metodologias e ferramentas de planejamento e gestão estratégica no Ministério dos Transportes para contribuir com a construção de uma agenda de gestão, com o alinhamento das

		secretarias e órgãos, com o aprimoramento da capacidade de execução e gestão de iniciativas e com a implementação de um processo de acompanhamento e gestão. Apoio financeiro: ALL, CCR, CNT, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa, Bunge.
Ministério das Comunicações Set./2012 – Dez./2012	Pré-projeto Sistema Radiodifusão	Assegurar uma visão unificada do projeto por toda equipe de trabalho; relacionar todos os níveis de ações do projeto, através do macro tarefas e responsáveis; disponibilizar ao ministério lista de requisitos da nova solução sistêmica atualizada, para assegurar que o desenvolvimento seja realizado com o mínimo de riscos e incertezas, quanto ao atendimento as suas necessidades.
Governo do Estado do Paraná -PR Ago./2013 – Set./2014	Auxiliando o governo do Estado do Paraná a modernizar sua gestão por meio da redução das despesas	Implantação de solução gerencial para reduzir os gastos com custeio, analisando os gastos das principais rubricas e órgãos por meio de indicadores, criando um sistema matricial de controle, definindo metas de gastos para cada rubrica, analisando e corrigindo mensalmente os desvios de meta.
Prefeitura de Porto Alegre-RS Set./2011 – Mar./2012	Perfil de Competências	Definir um conjunto de competências gerenciais (comportamento no ambiente de trabalho) que os servidores, em todos os níveis de atuação. Com base nisso, criar Plano de Comunicação para divulgar as competências básicas, em todos os órgãos da prefeitura de Porto Alegre.
Prefeitura de Caxias do Sul-RS Jun./2012 – Dez./2012	Diagnóstico de Governança em TI	Desenvolvimento de um Plano Estratégico de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação vinculado às melhorias nos processos de gestão da Secretaria da Saúde.
Governo do Estado do Pará-PA Mai/2011 – Fev./2012	Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública	Elaboração do Planejamento Estratégico das secretarias executivas, Segup, AGE, Cohab e Cosanpa alinhados à estratégia do Estado; Elaboração de um modelo de gestão e governança para acompanhamento e gestão da estratégia. Processo de acompanhamento do alcance dos resultados contratualizados.
Governo do Estado do Tocantins -TO Jul./2011 – Ago./2012	Planejamento e Gestão Estratégica	Objetivo desenvolver, a partir de uma visão de mais longo prazo, uma Agenda de Governo que represente os anseios das diversas partes da sociedade; estabelecer uma sistemática que permita um acompanhamento ágil e confiável da execução das ações definidas, assim

		como um processo transparente e robusto de tomada de decisão.
Prefeitura de Niterói-RJ Jun./2013 – Jul./2014	Planejamento e Gestão Estratégica	Implantar Modelo de Gestão Orientada para Resultados com o objetivo de criar adequadas condições para a implantação, monitoramento, financiamento e avaliação da estratégia, além da realização das entregas prioritárias.
Prefeitura de Nova Friburgo-RJ Nov./2013 – Out./2014	Auxiliar o município na melhoria do equilíbrio fiscal	Reduzir as despesas correntes do município analisando os dados financeiros, resgatar histórico para avaliação e análises preliminares.
Ministério da Cultura Jan./2013 – Abr./2014	Implantar ferramentas de Planejamento e Gestão	Melhorar a gestão orçamentária proporcionando uma maior visibilidade para ações do Ministério da Cultura e proporcionar aos processos internos clareza nos papéis e definição dos mesmos.
Ministério da Justiça Jan./2013 – Ago./2014	Preparação e estruturação da Governança da TI	Analisar o modelo atual de Governança de TI e Processo de TI do Ministério da Justiça criando um modelo consistente para implementar novos processos. Treinar e orientar equipes internas para garantir o engajamento e melhoria da ferramenta de gestão.
Ministério do Planejamento Jan./2013 – Jul./2013	Planejamento e aplicação do Diagnóstico de Gestão da Estratégia.	Desenvolvimento de gestão de projetos aplicável a situações complexas, críticas e estratégicas da administração pública federal.

Elaboração própria. Fonte: Relatório Anual MBC 2011, 2012, 2013.

O programa organizado pelo MBC tem como principal objetivo a conversão da administração pública dentro dos moldes da iniciativa privada. Como apresentado no quadro, o projeto incide sobre diferentes áreas da administração, propondo reformas em setores como educação, saúde, segurança pública, meio ambiente entre outros, baseados na lógica mercadológica de competitividade. Dessa forma, privatiza-se não a estrutura diretamente, mas sim as formas de gestão do bem público, de acordo com os preceitos da economia de mercado. Prefeituras, governos estaduais e outros órgãos da esfera pública como a Casa Civil da Presidência da República, Secretaria de Aviação Civil – Aeroporto de Guarulhos e o Tribunal de Justiça de São Paulo, foram contemplados pelo Programa Modernizando a Gestão Pública do MBC.

Em matéria do VALOR Econômico intitulada *"Gestão por metas ultrapassa fronteiras do PSDB"*, é apresentada a relação do MBC com o PSDB de São Paulo. Segundo a reportagem, a expectativa era a de que a participação do MBC em São Paulo deveria aumentar no novo governo estadual: "É um trabalho que deu certo e continuará. Alckmin já entrou em contato com o Gerdau para estabelecer uma agenda conjunta para o seu mandato", afirmou o chefe da Casa Civil do governo de São Paulo, Sidney Beraldo[298]. Em 2012 a relação entre o MBC e a prefeitura de São Paulo, foi ampliada a partir do anúncio da composição do quadro de técnicos das secretarias pelo prefeito Fernando Haddad (PT). Segundo o jornal Folha de São Paulo o empresário Marcos de Barros Cruz, sócio da consultoria McKinsey & Company, vai deixar o cargo para assumir a Secretaria de Finanças da cidade de São Paulo. O dirigente do MBC teria sido indicado pelo empresário e líder do MBC, Jorge Gerdau Johannpeter. Segundo a Folha, Marcos Cruz, terá como missão renegociar a dívida de São Paulo com o Governo Federal logo no início da gestão e apresenta experiência com outros governos:

> foi responsável pela implementação de iniciativas de aprimoramento da gestão e de reorganização interna na Casa Civil da Presidência da República, por meio da Câmara de Gestão, Desempenho e Competitividade. Atuou também na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, no governo de Minas Gerais e na Prefeitura do Rio de Janeiro. Sócio da consultoria McKinsey & Company, deixará a sociedade para assumir a Pasta[299].

Já o jornal Valor Econômico afirma que Haddad transitou do *"Marxismo ao Choque de Gestão"*, quando nomeou para a Secretaria de Finanças Marcos Cruz, indicado pelo Movimento Brasil Competitivo, iniciativa idealizada pelo empresário Jorge Gerdau para levar o modelo de administração do setor privado para o público. "Ao mesmo tempo, escolheu para a Secretaria de Planejamento a professora Leda Paulani, especialista na

---

[298] Valor Econômico, 03/01/2011.
[299] Folha de São Paulo 12/11/2012.

obra de Karl Marx e crítica da política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva”[300]. Por conseguinte, além de atuar na implantação de estratégias de gestão privada no serviço público, o MBC dispõe de influência e forte capital político, com formas diferenciadas de acesso à aparelhagem estatal. Mais do que acesso, a estratégia busca também “formar/educar” diretamente o funcionalismo.

Avançando em suas estratégias de acesso e reordenamento da estrutura institucional do Estado, em fevereiro 2009, o MBC e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República promoveram a reunião “Construindo a Agenda Nacional de Gestão Pública”, em São Paulo. O objetivo da reunião era debater e elaborar novas diretrizes para a administração pública no Brasil e reformas do Estado. Segundo a organização empresarial, durante a reunião foram lançadas as bases para a construção da Agenda Nacional da Gestão Pública. De acordo com o relatório do MBC,

> executivos de 30 grandes companhias brasileiras, além de representantes de governo, definiram os objetivos e os desafios a serem superados para a implantação de estratégias e ações concretas voltadas à modernização do Estado. Os pontos debatidos vão convergir para um documento único, na forma da Agenda, a ser lançado oficialmente no dia 13 de março, em Teresina, no Piauí[301].

Segundo reportagem do Correio Brasiliense, o objetivo do Poder Executivo e do MBC é lançar o documento na reunião do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad). “É essencial transformar a qualidade da ação do Estado para que (essa ação) possa contribuir na atuação das empresas”, disse o ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger[302]. Dessa forma, o programa de gestão pública desenvolvido pelos intelectuais orgânicos do MBC passa a ser difundido no âmbito do aparato institucional do Estado. Para o diretor presidente do MBC, Cláudio Gastal,

---

[300] Valor Econômico, 13/11/2012.
[301] Relatório anual do MBC 2009.
[302] Correio Brasiliense, 02/09/2009.

“pressionar o setor público é 'dever de ofício' das companhias privadas, e agora, mais do que protestar, elas têm colaborado diretamente para eliminar ineficiências[303].

O Movimento Brasil Competitivo desenvolve estratégias diversificadas de construção de consenso, desde prêmios nacionais de incentivo à adoção de seus pressupostos para a administração pública, organização de congressos nacionais, internacionais e outros eventos. Além do evidente capital econômico congregado pela instituição, a partir de seu expressivo quadro de grupos empresariais associados, o MBC dispõe de influência e forte capital político, operacionalizado em diferentes formas de atuação, como no Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP), na relação de seus intelectuais com a sociedade política, assim como incorporando em seu escopo algumas das principais organizações da classe trabalhadora no Brasil, como a CUT, Força Sindical, UGT, CGT e Contag.

O MBC, por conseguinte, pode ser caracterizado como uma espécie de organização paraestatal. Sua estrutura penetra o Estado com seus intelectuais e mecanismos de ação e privatização das formas de gestão, ao mesmo tempo em que seu conselho superior possui assentos natos para altos cargos da estrutura institucional do Estado. Essa organização ultrapassa os interesses imediatos da classe burguesa, incorporando/cooptando/ressignificando, por sua vez, interesses e reivindicações das classes subalternas. O movimento, com significativos canais de acesso à estrutura institucional do Estado, dispõe de um projeto político-ideológico estrutural. O MBC elabora diretrizes e estratégias de ação, tanto no sentido do posicionamento do empresariado nas relações como o Estado, na naturalização de seus padrões de sociabilidade, como também na condução de projetos de internacionalização da burguesia

[303] Valor Econômico, 16/12/2009.

brasileira no quadro de capital-imperialismo, como será melhor explorado no quinto capítulo desta pesquisa.

CAPÍTULO IV: AÇÃO DOUTRINÁRIA, CONSENSO E SOCIABILIDADE DO CAPITAL: A AGRESSIVIDADE DA NOVA DIREITA

A classe burguesa moderna, como nos mostra o filósofo sardo Antônio Gramsci, se perpetua através de operações de hegemonia – isto é, através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais (eu acrescentaria a essa relação os meios midiáticos e, principalmente, a internet, ambos cada vez mais eficazes e sedutores) que difundem sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade, constituindo-se como alicerces para a dominação de classe e para a ampliação do Estado. Entre esses espaços fundamentais estão os intelectuais coletivos de determinadas frações das classes burguesas, que nos propomos investigar, que pautados nos ditames do capital e da economia de mercado, elaboram sua doutrinação, bem como os mecanismos necessários para operacionalizar seu projeto para a sociedade brasileira.

Outrossim, atuando como sustentáculos para a construção da hegemonia burguesa, podemos destacar a atuação de importantes entidades empresariais, que buscaram universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa atuação política e ideológica, foi conscientemente organizada e executada a partir dos anos de 1980, por empresários e seus aparelhos difusores do liberalismo, investindo capital material e simbólico na defesa e atualização de sua posição no conjunto das lutas de classe. Destacamos, portanto, nesse processo, a atuação doutrinária desses intelectuais coletivos da burguesia brasileira, em seu objetivo de produção do consenso e naturalização dos pressupostos do capital, formando/educando novos quadros de intelectuais orgânicos, costurando ou mediando conflitos inter-burgueses, assim como ampliando e capilarizando a difusão de seus valores para outros espaços estratégicos para além de seu

próprio alcance institucional.

Por conseguinte, para que a ação política alcance êxito e seja efetiva, faz-se necessário a articulação dos interesses das distintas frações do capital no sentido de ampliar o consenso para a garantia de manutenção de sua posição no conjunto da dominação. Como afirma Carla Luciana Silva, "essa atuação não é isolada, remete à existência de *Estados-maiores*, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação (...)[304]".

4.1 - Instituto Liberal (IL): o precursor dos aparelhos privados de hegemonia de ação doutrinária de difusão do liberalismo no Brasil.

Um aparelho privado de difusão do liberalismo, pioneiro em seu modelo de atuação no Brasil, na década de 1980, foi o chamado Instituto Liberal - IL. A organização foi fundada em 1983, por um grupo de empresários e intelectuais de orientação ideológica liberal, com o objetivo inicial de difundir o pensamento liberal entre as elites "formadoras de opinião" no Brasil. Criado como uma instituição sem fins lucrativos, de acordo com seu estatuto, é vedada sua vinculação político-partidária. A partir da posição de seus intelectuais, a atuação do IL seria voltada à pesquisa, produção e divulgação ideológica fundamentada no pensamento liberal, principalmente nos clássicos da Escola Austríaca de Economia. Entretanto, apesar de se diferenciar da CEDES, no que concerne ao seu modo de atuação política, o IL não pode ser compreendido apenas como uma instituição de difusão de "ideias liberais", mas sim, como *córtex político*, organizando mecanismos de ação política, formando novos quadros, realizando articulações intra-classe, assim

[304] SILVA, *op cit*, p. 19.

como, desenvolvendo objetivos tático-operacionais.

O Instituto Liberal representa grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais e suas atividades foram financiadas, nos seus primeiros dez anos, por importantes grupos como: Votorantim, Sharp, Gradiente, Nestlé, Banco de Boston, Philco, Banco Itaú, Unibanco. Conta também com financiamentos por meio doações e patrocínios de pessoas físicas e jurídicas. A venda de suas publicações também representa uma das formas de captação de recursos[305].

Diante da nova conjuntura política que se anunciava, já no início dos anos de 1980, com a possibilidade de fortes embates na Constituinte, é que nasce o IL. O Fundador do Instituto Liberal, o empresário e engenheiro civil Donald Stewart Jr (Diretor-presidente da Ecisa Engenharia), idealizou o projeto partindo da proposta de uma difusão do neoliberalismo no Brasil, seja ela por meio da cultura ou da proposição de políticas públicas, visando sempre a reconfiguração do papel do Estado. Em busca de tais propósitos, iniciam-se as atividades da entidade, investindo na ampliação da oferta de uma literatura voltada ao liberalismo no Brasil. O interesse pelas propostas liberais, por parte do empresário, teria surgido, de acordo com o ex-presidente do Instituto Liberal, Arthur Chagas Diniz, em decorrência de sua crítica ao modelo de licitações de obras no Brasil.

De acordo com a tese de doutorado de Pedro Campos, da Universidade Federal Fluminense (UFF), “A ditadura dos empreiteiros (1964-1985)”, a Ecisa (Engenharia Comércio e Indústria S.A.), empresa de Stewart Jr., foi uma das maiores empreiteiras no período da ditadura militar. O pesquisador também afirma que o fundador do IL, Stewart Jr. se associou à construtora norte-americana Leo A. Daly para construir escolas no

---

[305] CASIMIRO, F. H. C. *A Construção Simbólica do Neoliberalismo no Brasil:* a ação pedagógica do Instituto Liberal (1983 – 1998). Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFSJ, 2011, p. 29.

Nordeste para a Sudene. “A participação de companhias dos EUA nas obras era exigência dos financiamentos da Usaid – a agência de desenvolvimento americana que funcionava como braço da CIA durante as ditaduras latino-americanas[306]”.

A iniciativa de criar o Instituto Liberal foi inspirada em diligência idêntica do empresário inglês Anthony Fisher, que fundou em Londres, por sugestão de Friedrich Hayek, o Institute of Economic Affairs (IEA). Criado em 1955, o IEA viria a ter muita influência no governo Thatcher[307]. O propósito do Instituto Liberal também está fundamentado na concepção de organização de uma instituição que atue no sentido de ampliar as bases de consenso entre os diferentes estratos da burguesia, no intuito de criar um projeto político-ideológico para a sociedade brasileira. Nesses termos, como afirma Pierre Bourdieu, “o Thatcherismo não nasceu com a Sra. Thatcher. Ele foi longamente preparado por grupos de intelectuais (...)[308]”. Dessa forma, essa longa preparação passa fundamentalmente por mecanismos organizativos e operacionais de intervenção e construção ideológica.

Uma das motivações para a fundação de um Instituto que divulgasse a teoria liberal na sociedade brasileira teria partido, segundo o discurso da instituição, além de todas as questões político-econômicas conjunturais do Brasil, nos anos de 1980, também pelas próprias dificuldades de acesso à uma literatura liberal, mesmo nos espaços acadêmicos. De acordo com Donald Stewart Jr., era extremamente difícil encontrar livros voltados ao liberalismo no Brasil. O Instituto Liberal teria nascido com o objetivo primeiro de difundir a concepção de mundo neoliberal. Como alternativa de atuação pedagógica, em função dos recursos materiais e simbólicos que dispunham no momento,

---

[306] http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/, acesso em 29/08/2015.
[307] CASIMIRO, *op cit*, 2011; GROS, op cit, 2003.
[308] BOURDIEU, *op cit*, *1998*, 43.

a aposta do Instituto Liberal foi no investimento no recurso de doutrinação ideológica[309].

O ex-presidente do Instituto Liberal, Arthur Diniz, e um dos principais fundadores do Instituto, o professor da Fundação Getúlio Vargas, Dr. José Luiz Carvalho, afirmam que outra peça fundamental na idealização e concretização do projeto de criação do Instituto Liberal, teria sido o professor Dr. Og Francisco Leme[310]. Og Leme representaria uma articulação intelectual imprescindível para a viabilização da instituição. Formado em ciências sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, fez pós-graduação em sociologia e antropologia social. Foi professor universitário de economia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez o doutorado em economia na Universidade de Chicago. Lá, foi aluno de Milton Friedman, Frank Knight, Gregg Lewis, George Stigler, entre outros notáveis representantes do pensamento neoliberal[311]. De acordo com Arthur Chagas Diniz, "a pedra de toque do Instituto Liberal foram Og Leme e Donald Stewart. Esses dois foram fundamentais"[312].

Outro aspecto relevante de sua trajetória para seu posicionamento como um articulador intelectual, teria sido a sua passagem pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Em função de sua atuação profissional pela CEPAL, quando passou a residir no Chile, nos anos 1960, que Og Francisco Leme obteve importantes experiências que, em grande medida, influenciaram em suas convicções e, certamente, na composição de seu *habitus*[313]. Como a CEPAL não era exatamente um órgão liberal, Og Leme acabou criando algumas "grandes desavenças". O escritor liberal, José Oswaldo de

---

[309] CASIMIRO, *op cit*, 2011, p. 33.
[310] *Idem.*
[311] INSTITUTO LIBERAL. www.institutoliberal.org.br. Acesso em 20/07/2010.
[312] DINIZ, Arthur Chagaz apud, CASIMIRO, *op cit* 2011, p. 33.
[313] BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico***.** Trad. Fernando Tomaz - 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Meira Penna, descreve a passagem de Og Leme no Chile da seguinte forma:

> no Chile onde permaneceu alguns anos, sua experiência foi curiosa e estimulante pela polêmica que manteve com o argentino Raul Prébich, o maior representante do keynesianismo e do intervencionismo estatal no organismo onusiano, quando pôde avaliar os malefícios que a Comissão Econômica para a América Latina estava gerando neste continente malsinado. Só mais tarde, de 1975 a 89, o Chile absorveria a prática do liberalismo dos chamados *Chicago boys* que lhe granjearam um excepcional sucesso econômico sob o benemérito governo do general Pinochet. (...) Og costumava imputar a Raúl Prébich a culpa pelos desastres que interromperam o "milagre brasileiro" a partir do governo de Geisel. As receitas da CEPAL se enraizaram, aqui como alhures, adicionando-se a uma espécie de nostalgia romântica e vocação para o sub-desenvolvimento que o Estado patrimonialista invariavelmente provoca, detendo qualquer crescimento material ou progresso social. Og conseguia, com imensa dificuldade, controlar sua indignação com as políticas calamitosas que inspiraram quase todos nossos governantes nesse período. Insistia, entretanto, que o Estado de Direito e o governo das leis (rule of law) são a base de uma sociedade liberal[314].

Em 1964, Og Leme volta ao Brasil e nesse momento foi convidado pelo Ministro Roberto Campos para trabalhar no Ministério do Planejamento. Foi quando criou e dirigiu, durante aproximadamente seis anos, o Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento. Além disso, participou da Assessoria Econômica do Ministro Roberto Campos durante a gestão do Presidente Castello Branco. A convite de Donald Stewart Jr. tornou-se membro-fundador e dirigente do corpo técnico do Instituto Liberal logo em sua criação, em 1983[315].

Diante da articulação intelectual realizada por Og Francisco Leme, outras peças importantes passaram a compor o grupo fundador do Instituto Liberal, como foi o caso dos professores José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves. Convidados a fazer parte do projeto de fundação do Instituto Liberal por Og Francisco Leme, os professores José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves representaram, assim

---

[314] PENNA, Oswaldo de Meira**.** *Og Leme e o Liberalismo Moderno.* Site: http://www.causaliberal.net/convidados/ogleme.htm acesso 08/08/2010.
[315] CASIMIRO, op cit, 2011, p. 34.

como o próprio Og Leme, o núcleo de desenvolvimento e construção ideológica do IL, todos com formação atrelada à Escola de Economia da Universidade de Chicago. Nesse sentido, podemos perceber a forte influência da instituição acadêmica estadunidense como direção intelectual e referencial teórico fundamental para a organização da ação ideológica promovida pelos intelectuais orgânicos do IL.

Graduado em engenharia metalúrgica, pelo Instituto Militar de Engenharia, em 1969, Antônio Carlos Porto Gonçalves fez seu mestrado e doutorado em economia pela Universidade de Chicago, em 1974, e aperfeiçoamento em Programa de Desenvolvimento de Executivos de Alto Nível pela University Of Western Ontario School Of Business Administration (1978). Antônio Carlos Porto Gonçalves é professor titular da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Federal Fluminense. Em sua passagem pela Universidade de Chicago, foi contemporâneo de José Luiz Carvalho. O contato entre os professores e Donald Stewart e, consequentemente, com o Instituto Liberal, se deu por intermédio de Og Francisco Leme. Nesse sentido, a base intelectual de fundação e estruturação do Instituto Liberal tinha como pressuposto teórico a tradição neoliberal monetarista da Escola de Chicago, assim como uma forte influência da doutrina neoliberal da Escola Austríaca de Economia.

José Luiz Carvalho, liberal convicto, formado em economia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, fez seu mestrado em economia pela EPGE-FGV (Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas), onde recebeu a importante influência do professor Mário Henrique Simonsen. Ao final do curso de mestrado pela FGV, José Luiz Carvalho optou pela Escola de Economia da Universidade de Chicago. Lá foi aluno de grandes referências do pensamento liberal, dentre eles, seis prêmios Nobel, Milton Friedman, George Stigler, Robert W. Fogel, Robert A. Mundell e Gary S. Becker. Retornou ao Brasil como professor da Escola de Pós-Graduação em

Economia da Fundação Getúlio Vargas[316].

Em 1981, José Luiz Carvalho (membro da Mont Pélerin) foi convidado por Og Francisco Leme, a quem já conhecia há alguns anos, desde a Escola de Chicago, para participar de um projeto de criação de um instituto que objetivava a articulação da burguesia em torno da difusão ideológica liberal no Brasil, a convite do empresário Henry Maksoud. O projeto acabou não funcionando como planejado, sendo abandonado pelos dois. Menos de dois anos depois, Og Francisco Leme faz um novo convite a José Luiz Carvalho para participar de um novo projeto, encabeçado por um empresário do ramo de engenharia chamado Donald Stewart Jr. Era o projeto de fundação do Instituto Liberal.

Além desses nomes, logo de início outros agentes passaram a fazer parte do projeto, como Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau que inclui a Usina Siderúrgica Paraense, a Metalúrgica Fibra S.A. E a Mefisa Parafusos e Fixadores S.A., todas em Minas Gerais e membro da CEDES), Jorge Simeira Jacob (Grupo Arapuã/Fenícia – um dos 100 maiores do país segundo a Gazeta Mercantil), Roberto Bornhausen (Unibanco, membro da CEDES e presidente da Febraban e Fenaban), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Grupo Ipiranga; Sinduscon), Sérgio Andrade de Carvalho, Winston Ling (Olvebra), Eurico Misani (Olivetti), Paulo Cunha (Grupo Ultra), José Mindlin (Metal Leve), Abílio Diniz (Grupo Pão de Açucar), o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) Mário Amato (Springer-National), Hudolf Hohn (IBM), Henry Maksoud (Presidente do Grupo Visão) entre outros[317].

A proposta de organização do Instituto era bastante simples. Por meio de uma carta de princípios que deveria nortear as ações do Instituto, qualquer grupo de pessoas poderia aderir à instituição, bem como fundar outros Institutos Liberais (filiados) em outros

---

[316] CASIMIRO, *op cit*, 2011, 36.
[317] CASIMIRO, *op cit*, 2011; DREIFUSS, *op cit*, 2011, p. 56.

estados. O projeto era criar uma rede de Institutos Liberais integrados em todo Brasil. Logo no início se constatou essa necessidade de regionalizar as ações do Instituto, com o propósito de ampliar o número de mantenedores e diversificar as formas de atuação.

A descentralização das atividades do Instituto poderia representar maior flexibilidade de ação e ampliação das formas de captação de recursos; entretanto, por outro lado, trazia o risco de desviar dos objetivos do projeto e desarticular seu posicionamento ideológico. No intuito de estabelecer uma diretriz norteadora e articulada entre os Institutos Liberais regionalizados, foi criado um Conselho Nacional dos Institutos Liberais. Inicialmente presidido pelo empresário, Jorge Gerdau Johannpeter. O Conselho Nacional, recém-criado, estabeleceu que todas as instituições estaduais vinculadas ao IL deveriam ter o mesmo nome – Instituto Liberal – e deveriam respeitar um mesmo estatuto. Foram presidentes do Conselho Nacional dos Institutos Liberais desde sua criação: Jorge Gerdau Johannpeter (1990-1992); Donald Stewart Jr. (1992-1994); Roberto Konder Bornhausen (1994-1996) e Jorge Wiilson Simeira Jacob (1996-1998)[318].

O processo de descentralização do Instituto foi iniciado em 1986, com a criação do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, seguido em 1987 pelo Instituto de São Paulo[319]. Dessa forma, começaram a ser organizados os Institutos Liberais estaduais. Sob a liderança de Winston Ling, foi criado o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (que em 2003 passou a se chamar Instituto Liberdade); Com Jorge Simeira Jacob e Roberto Bornhausen foi criado o Instituto Liberal de São Paulo; com empresário Roberto Demeterco, formou-se o IL do Paraná; Sallim Mattar, o IL de Minas Gerais; Reginaldo Soares de Andrade e Petrôneo Muniz, liderando a criação do IL de Pernambuco; Elias

[318] GROS, *op cit*, 2003, p. 143

[319] A unidade do Instituto Liberal criada em São Paulo, em 1987, não tem relação direta com o chamado ILISP, organização que também se autodeclara como um *Think Tank* Liberal, fundada em São Paulo em 2014. O próprio portal do ILISP traz a seguinte nota**:** O ILISP não possui qualquer relação com o Instituto "Liberal" sediado no Rio de Janeiro. In: http://www.ilisp.org/quem-somos/. Acesso em 15/12/2016.

Gédéon, o IL da Bahia e, por fim, Darlam Chama, o Instituto Liberal de Brasília. A sede inicial passou a se chamar Instituto Liberal do Rio de Janeiro, tendo como presidente seu fundador, Donald Stewart Jr.

A expansão da rede de Institutos Liberais atingiu o seu auge nos anos 90. No final da década, como afirma Denise Gros, a "abrangência geográfica da rede nacional de Institutos Liberais começou a diminuir. Entre 1996 e 1998, as sedes de Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco deixaram de existir. Em 2003, foi a vez de São Paulo, que se fundiu com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro"[320]. No mesmo ano o IL-RS torna-se autônomo, passando a se chamar Instituto Liberdade. Essa espécie de retração da rede de Institutos Liberais, é explicada pelo advogado e Diretor-Executivo do IL, Bernardo Santoro, da seguinte forma:

> Após a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, com forte influência teórica liberal, houve uma paulatina diminuição de doação de recursos para todas as instituições liberais. A impressão generalizada é que já não haveria mais necessidade de *think tanks* liberais, pois o Brasil já estaria no bom caminho de reformas institucionais liberalizantes. O engano foi cruelmente exposto com a vitória do PT em 2002, uma reestatização da economia brasileira e o fim da antiga rede de Institutos Liberais[321].

Por conseguinte, a partir da afirmação do dirigente do Instituto Liberal, a vitória de FHC, teria representado, em certa medida, que a "batalha estava ganha", e os interesses referentes às propostas de reformas liberalizantes do Estado, estavam em pleno processo. Diante de uma realidade supostamente favorável aos liberais, o investimento em organizações dessa natureza seria desnecessário, de acordo com a análise do dirigente. Essa constatação, apesar de bastante questionável e simplista, apresenta a versão da instituição para o seu fracasso no período. O Diretor-executivo, em seu artigo que

---

[320] Denise Barbosa Gros. *Novas Formas de de Ação Política do Empresariado Gaúcho nas Últimas Décadas*. Revista A evolução social - Três décadas de economia gaúcha, v.3: 2010, p.189, p. 185.

[321] http://www.institutoliberal.org.br/blog/perspectivas-liberais-com-vitoria-de-aecio-neves/, acesso em 22/06/2015.

expressa a mesma preocupação com uma possível vitória de Aécio Neves (PSDB), na disputa eleitoral para a presidência da república de 2014, afirma que "a reação só ocorreu ao final da referida década e começo desta, com o resgate do IL, a criação de novos Institutos Liberais, a criação do Instituto Von Mises Brasil (IMB) e Instituto Millenium (IMIL), além de outras instituições como o Estudantes pela Liberdade (EPL) que, mesmo timidamente, passaram a receber algum tipo de investimento". Santoro ainda complementa, "é razoável se prever que, com a vitória de um político ainda mais à direita que Fernando Henrique (como é o caso de Aécio), possa haver um novo ciclo de diminuição no investimento aos Institutos"[322].

Na listagem de mantenedores do instituto, nos seus primeiros dez anos, já podemos encontrar tanto grandes grupos econômicos nacionais e internacionais quanto investidores de médio e pequeno porte. Essa situação demonstra que a argumentação promovida pelo Instituto Liberal, em seu projeto de sociedade, assim como em seus mecanismos e estratégias de ação política – enquanto formulador de diretrizes ideopolíticas, com capacidade de formação e mobilização de quadros de intelectuais orgânicos – buscava contemplar os interesses de diferentes frações da burguesia brasileira. Um aspecto fundamental para a constituição de um projeto de poder é conseguir compatibilizar interesses difusos, fazer transbordar a sua visão de mundo até outros grupos sociais subalternos. Pelo menos entre os diferentes estratos da própria burguesia, esse objetivo parece ter tido sucesso nesse período. A listagem no quadro abaixo, traz o corpo de mantenedores do Instituto nos seus dez primeiros anos de ação.

Quadro 4.1 – Lista de Mantenedores Declarados do IL (1983 - 1993)

INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS		
ABOLIÇÃO VEÍCULOS S/A	CONSTRUTORA PELOTENSE	NACIONAL TURISMO AGÊNCIA DE VIAGEM

[322] *Idem.*

		LTDA
ABRAS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS	CONSTRUTORA SULTEPA S/A	NUTRICIA S/A – PRODUTOS DIETÉTICOS E NUTRICIONAIS
ACUMULADORES MOURA S/A	COOPERS & LYBRAND, BIEDERMANN BORDASH AUDITORES INDEPENDENTES	NUTRIMENTAL S/A
ADMINISTRADORA CENT. COM. RECIFE	COOPERSUCAR	OLSEN VEÍCULOS S/A
AECCB – ADMINISTRADORA DO EDIF. CENTRO CULTURAL DO BRASIL LTDA	CORBETTA S/A – IND. E COMÉRCIO	OLVEBRA S/A
ALBARUS S/A	CORUJÃO COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA	PADILLA INDÚSTRIAS GRÁFICAS S/A
ALCOA ALUMÍNIOS S/A	COSIGUA – CIA. SIDERÚRGICA DA GUANABARA	PAES MENDONÇA S/A
ALLIED AUTOMOTIVE LTDA	COTEMINAS – CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS NORTE DE MINAS	PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A
AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA	CPL – CENTRO DE PROPAGANDA LTDA	PARANAPANEMA S/A
ANCAR EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A	C.R. ALMEIDA S/A	PARISA PARTICIPAÇÕES LTDA
ÂNCORA AUTO VEÍCULOS LTDA	D´BORCCATH & CIA LTDA	PETROPAR S/A
ANDRÉ ROBERTO JAKURSKI	DEMETERCO & CIA LTDA	PIERRE ALEXANDER
APICE ENGENHARIA LTDA	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS FAVRETO	PLASTIPAR IND. & COM. LTDA
APRAS – ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUPERMERCADOS	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO IPIRANGA	PREDIAL E ADMINISTRADORA DE HOTÉIS PLAZA S/A
ARCA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS	DOW QUÍMICA S/A	PREVISE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ÁREA DE ARQUITETURA E PROMOÇÕES	EBID – EDITORA PÁGINAS AMARELAS LTDA	QUAKER ALIMENTOS S/A
ARNO S/A	ECISA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A	REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL LTDA
ARTAX S/C LTDA	ELDORADO S/A COM. IND. IMPORTAÇÃO	REFRIGERAÇÃO PARANÁ S/A
ARTEFATOS DE BORRACHA RECORD S/A	ELETROFRIO S/A	RENNER FINANCIADORA S/A
ARTHUR ANDERSEN S/A	EMÍLIO ROMANI S/A	RHODIA S/A
ASTÓRIA PAPÉIS LTDA	ENCOL S/A	RIO DE JANEIRO REFRESCOS S/A
AUTOMATON S/A	ENGEPRED SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	R.T. REPRESENTAÇÕES LTDA
AUTO VIAÇÃO NOSSA SENHORA DO CARMO S/A	ESCRITÓRIO LEVI C.V.M. LTDA	S.A. EDUCACIONAL POSITIVO
AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUÁRIA	ESTIL MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	S.A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM
BAHEMA S/A	EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	S.A. MOINHOS RIOGRANDENSES – SAMRIG
BANCO BAMERINDUS DO	EUREKA LAVANDERIA LTDA	S.A. WHITE MARTINS

BRASIL S/A		
BANCO BOZANO, SIMONSEN S/A	EXINVEST DO BRASIL	SAMARCO MINERAÇÃO S/A
BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A	FININVEST S/A – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS	SANBRA S/A
BANCO ECONÔMICO S/A	FIUZA CAMPOS REPRESENTAÇÃO DE PAPÉIS	SANDVIK DO BRASIL S/A
BANCO FENÍCIA S/A	FORJAS TAURUS S/A	SANTA LÚCIA PROPAGANDA E EMPREENDIMENTOS LTDA
BANCO NACIONAL S/A	GETHAL S/A – IND. E COM. DE MADEIRA COMPENSADA	SELECTAS S/A
BANCO NOROESTE S/A	HERMES MACEDO S/A	SERFINA S/A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
BANCO REGIONAL MALCON S/A	HOECHST DO BRASIL S/A	SERVENCO – SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTINENTAL S/A
BANCO SOGERAL S/A	HOJE IMÓVEIS LTDA	SERVOPA S/A
BELGA INDÚSTRIAS QUIMICAS LTDA	HOME ENGENHARIA LTDA	SHARP S/A EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS
BERNECK & CIA	ICO COMERCIAL S/A	SHELL DO BRASIL S/A
BLUE LIFE A.M.S.P.	IMARIBO S/A	SIDERÚRGICA AÇONORTE S/A
BOLSA DE VALORES DOPARANÁ	IMCOSUL S/A	SIDERÚRGICA GUAÍRA S/A
BOMBRIL S/A	IMPRESSORA PARANAENSE S/A	SIDERÚRGICA RIOGRANDENSE S/A
BOSTON AD. EMPR. LTDA	INCEPA IND. CERÂMICA PARANÁ S/A	SIEMENS S/A
BRADESCO S/A	INDETEX PRODUTOS QUIMICOS LTDA	SIMEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
BRASHOLANDA S/A	INDÚSTRIA PAPÉIS ARTE J.T. S/A – TOGA	SINDI – SISTEMA INTEGRADO DE DISTRIBUIÇÃO
BRASÍLIA GUAÍBA OBRAS PÚBLICAS	INDÚSTRIAS GESSY LEVER LTDA	SINOSCAR S/A
BRASWEY S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	INDÚSTRIAS GRADIENTE S/A	SLAVIERO HOTÉIS E TURISMO LTDA
BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A	INEPAR S/A	SODIMEX – SUL LTDA
C & A MODAS LTDA	ITAÚSA INVESTIMENTOS ITAÚ S/A	SOGENALDA LTDA
CAFÉ ALVORADA S/A	IVAÍ ENGENHARIA DE OBRAS S/A	SSC&B LINTAS BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA
CARBEL S/A	J.I. CASE DO BRASIL	STANDARD, OGILVY/MATHER LTDA
CARREFOUR S/A	JOÃO DE CARVALHO SÁ	SUL-AMÉRICA – CIA. NACIONAL DE SEGUROS
CASA LYRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S/A	JOHNSON E HIGGINS CORRETORES DE SEGURO LTDA	SUPERPESA CIA. DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAS
CASH – SOC. DE FOMENTO COMERCIAL LTDA	JOSÉ ALVES S/A IMP. E EXP.	SUSA S/A
CASTEVAL CONSTRUÇÃO E	KAMINSKI PADARIA	TECIDOS VICENTE

INCORPORAÇÃO LTDA	UNIVERSAL	SOARES
CENTER NORTE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	KUSMA & CIA LTDA	TERRAMAR CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
CENTROS COMERCIAIS DO SUL	K.V.T. TURISMO	TEXACO DO BRASIL S/A
CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO RS	LA VIOLETERA IND. COM. GEN. ALIMENT. LTDA	TRANSESP – TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA
CEVEKOL S/A	L.C. BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOB.	TREVO INVESTIMENTOS
CHOCOLATE COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA	LLOYDS BANK PLC.	TROMBINI S/A
CIA. ANTARCTICA PAULISTA	LOBRÁS – LOJAS BRASILEIRAS S/A	TV GLOBO LTDA
CIA. BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA	LOCALIZA RENT A CAR	UMUARAMA HOLDING
CIA. DE AUTOMÓVEIS SLAVIERO	LOJAS IPÊ LTDA	UNIBANCO ADM. CORR. DE SEGUROS
CIA. DE FORÇA DE LUZ CATAGAZES-LEOPOLDINA	LONDON MULTIPLIC BANCO DE INVESTIMENTOS S/A	UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA
CIA. FIAÇÃO DE TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA	LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A	UNISYS ELETRÔNICA LTDA
CIA. HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES	MANUFACTURERS HANOVER ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A	USIBA – USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S/A
CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE S/A	MANZOLI S/A IND. E COMÉRCIO	VARIG S/A – VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE
CIASUL – INC. INV. E PARTICIPAÇÕES	MARCIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA	VASP S/A VIAÇÃO AÉREA DE SÃO PAULO
CIBA GEIGY QUÍMICA S/A	MENPHIS S/A	VEPLAN HOTÉIS E TURISMO S/A
CIMENTO TUPI S/A	MERLIN IND. E COM. DE ÓLEOS VEGETAIS	VEROLME – ESTALEIROS REUNIDOS DO BRASIL S/A
CITIBANK N.A	MESBLA S/A	VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO
CM INVESTIMENTOS LTDA	METAL CORTE E DOBRA S/A	VIAÇÃO NOVA SUÍÇA LTDA
CONFAB INDÚSTRIAL S/A	METALAC S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	VISAGIS S/A
COMPANHIA NESTLÉ IND. COM. LTDA	M.I. MONTREAL INFORMÁTICA LTDA	VITASUL ALIMENTOS LTDA
CONFAB INDUSTRIAL S/A	MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A – MBR	VONPAR REFRESCOS S/A
CONCERVAS RITTER S/A	MINERVA DIMAX COM. FARMACÊUTICO LTDA	VOUPAR COM. DE AUTOMÓVEIS
CONSHOPPING CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA	MLM ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	XEROX DO BRASIL S/A
CONSTRUTORA CIMENTI-COUNSANDIER S/A	MOINHO RECIFE S/A EMP. E PART.	GRUPO EIKE F. BATISTA
CONSTRUTORA E INCORPORADORA DOCKHORN LTDA	MONTESE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	MONTEIRO ARANHA S/A
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT	MUSA CALÇADOS LTDA	

Elaboração própria. Fonte: INSTITUTO LIBERAL. *1983-1993: os primeiros dez anos.* Rio de Janeiro: Conselho Nacional dos Institutos Liberais, 1993. p. 26-27.

O Instituto Liberal congrega distintas frações da burguesia brasileira, assumindo um verdadeiro papel enquanto intelectual coletivo, contemplando e articulando diferentes interesses de classe e desenvolvendo diretrizes de ação. Trata-se de um aparelho privado de hegemonia com uma expressiva capacidade de representação e forte atuação no sentido de formar/educar quadros de intelectuais orgânicos da classe dominante, partindo inicialmente da construção do consenso intra-classe. Dessa forma, o IL representa os interesses e, por sua vez, foi financiado em seus primeiros dez anos de existência por uma heterogênea lista de importantes e diversificados grupos econômicos industriais como ALCOA Alumínios S/A, Samarco S/A, Minerações Brasileiras Reunidas S/A – MBR, USIBA – Usina Siderúrgica da Bahia S/A, Siderúrgica Açonorte S/A, Olvebra S/A, Simens S/A, Localiza Rent a Car, VARIG S/A, Viação Aérea Rio Grandense, VASP S/A – Viação Aérea de São Paulo, MESBLA S/A, Construtora Norberto Odebrecht, Grupo Monteiro Aranha S/A e Grupo Eike Batista, entre muitos outros.

Nesse mesmo período, o projeto político do Instituto Liberal também encontrou um expressivo apoio junto ao setor financeiro. Entre o seu corpo de mantenedores, o IL congregava instituições financeiras privadas nacionais e internacionais, como o Banco Itaú S/A, Banco Bradesco S/A, Banco Bamerindus do Brasil S/A, Banco Econômico S/A, Unibanco, Banco Bozano Simonsen S/A, Citibank N/A, Banco Fenícia S/A, Banco Noroeste S/A, Banco Regional Malcon S/A, além da Bolsa de Valores do Paraná. Na listagem também constam organizações corporativas de representação classista, como apoiadores financeiros diretos, como a Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS e a Associação Paranaense de Supermercados – APRAS. No campo midiático, entre os financiadores e apoiadores do projeto do Instituto Liberal está a poderosa Organizações Globo LTDA.

Além dos recursos obtidos por meio de empresas e grupos econômicos nacionais e internacionais, o Instituto Liberal constitui-se como um veículo de articulação da burguesia brasileira em seus objetivos de internacionalização no quadro do capital-imperialismo. Nesse sentido, o IL se alinhava aos interesses de um diversificado grupo de organizações internacionais, estabelecendo parcerias, recebendo suporte financeiro e organizacional. Essas parcerias renderam a criação de alguns dos programas de ação desenvolvidos pelo IL, como foram os casos da chamada *Série Notas* (Programa de "Assessoria Legislativa" financiada pelo CIPE (Center for International Private Enterprise) e os *Colóquios* (Programa de formação de quadros e consenso intra-classe organizado pelo IL em conjunto com o Liberty Fund dos EUA).

A partir de 1990, o Instituto Liberal incorporou uma nova estratégia de ação propositiva de grande importância para o seu projeto de reconfiguração do Estado. O programa foi intitulado de *Série Notas* e faz parte de um projeto maior desenvolvido em diversos países latino-americanos, que ficou conhecido como "Programa de Assessoria Legislativa para a América Latina". Esse projeto foi idealizado e viabilizado pela instituição estadunidense chamada Center for International Private Enterprise (CIPE), vinculada ao Fundo Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED). O projeto organizado e financiado pelo CIPE foi executado em diversos países da América Latina, por meio de articulações entre uma série de organizações patronais, como veremos mais a frente, antes disso, é importante compreender a origem desse programa e sua relação com a política externa dos Estados Unidos da América.

O Fundo Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED), foi criado em 1983, no governo Reagan. Trata-se de uma organização não governamental, mas sustentada com recursos governamentais, constituindo-se como um dos canais fundamentais de atuação e intervenção dos EUA no exterior. A formação do

NED foi seguida pela criação de outras quatro entidades de representação ligadas a ele, são elas: Center for International Private Enterprise (CIPE), fundado em 1983, constituiu-se como uma entidade da U.S. Chamber of Commerce (Câmara Americana de Comércio). Trata-se de uma poderosa organização empresarial à qual se vinculam mais de uma centena de associações empresariais no mundo, incluindo a maioria dos países latino-americanos; o National Democratic Institute for International Affairs (NDI), instituto associado ao Partido Democrata, nos EUA; o International Republican Institute (IRI), instituto associado ao Partido Republicano, nos EUA; Em 1997, a AFL-CIO unificou seus quatro institutos de atuação no exterior, incluindo o FTUI, criando o American Center for International Labor Solidarity (ACILS), também conhecido como Solidarity Center, com atuação nos setores trabalhistas e sindicais. A estrutura do NED representa, assim, uma articulação estratégica entre o Estado americano, os dois partidos políticos dominantes, as corporações norte-americanas e a cúpula do movimento sindical[323]. Segundo o cientista político Ary Cezar Minella:

> Como observam Scott e Walters, o NED permite desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não-intervenção, e essa "diplomacia informal" é um elemento potencialmente útil para a política externa. Essa dimensão intervencionista foi denunciada no próprio Congresso norte-americano desde o início da formação do NED. O NED é uma organização juridicamente privada, mas seu orçamento está presente no Departamento de Estado e deve ser aprovado pelo Congresso norte-americano. Os recursos são repassados basicamente pela USAID. Durante os anos 90, recebeu entre 30 e 35 milhões de dólares anualmente, parte dos quais é operada diretamente pelo NED (entre 40-45%), e a outra é repassada para as quatro organizações, que também recebem fundos de outras fontes, como as corporações privadas. Os recursos são utilizados para financiar atividades e organizações de diversos tipos no exterior: centros de pesquisa e formulação de políticas públicas (conhecidos como think tanks), ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos, organizações diversas da sociedade civil[324].

---

[323] MINELLA, Ary César. *Construindo Hegemonia:* democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 13-40, jan/abril 2011.
[324] *Idem,* 2011, p.14.

O CIPE define da seguinte forma os seus objetivos: auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo o mundo. Essa atividade, como afirma a instituição, é feita em conjunto com diferentes instituições locais nas "democracias emergentes", consideradas como os "esteios da sociedade democrática": *think-tanks*, associações empresariais, instituições educacionais e de treinamento para os profissionais da mídia. Em sua apresentação, o CIPE afirma que já financiou mais de 300 projetos em 50 países[325].

De acordo com a instituição norte-americana, os países precisam construir instituições democráticas e orientadas para o mercado, simultaneamente, uma vez que essas seriam, essencialmente, duas faces da mesma moeda. Ou seja, a instituição defende a economia de mercado como base fundamental para construção de uma democracia sólida e consolidada, não haveria, portanto, democracia plena em outro sistema senão o de mercado. E assim define: "Sem um sistema de mercado em funcionamento, as democracias permanecerão frágeis. Da mesma forma, sem um processo democrático, as reformas econômicas não são suscetíveis de ter sucesso"[326].

O Projeto de "Assessoria Legislativa" desenvolvido pelo CIPE em países da América Latina foi idealizado em 1985, pelo embaixador da República Dominicana nos Estados Unidos, Carlos Despradel. De acordo com o relatório de resultados do projeto:

> Ele [Carlos Despradel] organizou um programa, surpreendentemente simples e direto em seu contorno, que se tornou o modelo para todos os serviços de assessoramento legislativo subsequentes:
> Uma entidade capaz de realizar pesquisas econômicas privadas locais, periodicamente seleciona **um projeto de lei de importância**

[325] Center for International Private Enterprise, in: cipe.org, acesso em 10/07/2013.
[326] *Idem.*

> **econômica nacional** que está sob deliberação do Congresso (ou um tópico que deva ser considerado pelos legisladores nacionais).
> Analisa o projeto de lei e **apresenta seu ponto de vista do problema, conclusões e ações recomendadas** a todos os membros do Congresso em um relatório, de breve leitura entre quatro e oito páginas.
> **O relatório é distribuído ao mesmo tempo aos setores de tomada de decisão** como funcionários e dirigentes de instituições influentes e a interessados - do Poder Executivo, aos dirigentes de partidos políticos fora do Legislativo, às organizações de meios de comunicação empresariais e trabalhistas, aos institutos de investigação e universidades, às Missões estrangeiras, entre outros.
> **O grupo defende os pontos de vista apresentados no relatório, por exemplo, em conferências de imprensa**, reuniões de revisão especial com os legisladores, debates ou seminários, mesa redonda com líderes de opinião de vários propósitos, aparições em audiências do Comitê do Congresso, etc.
> **O relatório inteiro ou trechos dele são muitas vezes reimpressos nos jornais diários, semanais, em suplementos econômicos, revistas acadêmicas, ou de outras publicações do donatário ou organizações associadas**[327]. (Grifos nossos).

Essa rede de aparelhos privados de hegemonia espalhados e atuantes em diversos países latino-americanos, articulados a partir de diretrizes da ideologia de mercado, treinados e financiados pelo CIPE, era composta, em 1993, pelas seguintes entidades privadas e seus respectivos países:

Quadro 4.2 – Organizações latino-americanas associadas - Programa do CIPE

País ou Região	Organização Patronal Associada	Sigla
América Central	Federación de Entidades Privadas de Centroamérica y Panamá	FEDEPRICAP
Argentina	Instituto de Estudios sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana / Fundación Mediterránea	IERAL
Bolívia	Confederación de Empresarios Privados de Bolivia	CEPB
Brasil	Institutos Liberais	IL
Chile	Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales / Universidad Alberto Hurtado	ILADES
El Salvador	Asociación Nacional de la Empresa Privada	ANEP
Equador	Asociación Nacional de Empresarios	ANDE
Nicarágua	Consejo Superior de la Empresa Privada	COSEP
Paraguai	Fundación para la Cooperación y el Desarrollo	FUPACODE
Peru	Instituto APOYO	APOYO
República Dominicana	Centro de Orientación Económica	COE
Uruguai	Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social	CERES

[327] Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America, in: cipe.org, acesso em 10/07/2013.

Elaboração própria. Fonte: Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America, in: cipe.org, acesso em 10/07/2013.

É muito importante destacar aqui o papel fundamental do Estado para o exercício da dominação de classe. Mesmo diante de interesses, objetivos e empreendimentos econômicos que extrapolam as fronteiras dos seus respectivos Estados, todos os exemplos citados dessa articulação entre diferentes aparelhos privados de hegemonia de diversos países da América Latina, apresentam estratégias para garantirem os recursos institucionais necessários para a viabilização de formas de expropriação a partir da criação ou alteração das suas respectivas legislações. Ou seja, essas organizações burguesas apesar de ampliarem o Estado com seus aparelhos e dependerem diretamente da estrutura estatal para a garantia das expropriações sociais que garantem a ampliação de suas taxas de lucro, proferem um discurso de ataque ao mesmo. Essa aparente contradição, na verdade, vincula-se à própria estratégia burguesa, no conjunto das lutas de classes, como arma simbólica para a reconfiguração do papel do Estado, no sentido de seu constante aprofundamento dos mecanismos de expropriação das classes trabalhadoras.

A atuação dessas organizações representantes das classes dominantes de cada um desses países se desenvolve no sentido de reformular, a partir da implementação de políticas públicas, a ossatura material de seus respectivos Estados, bem como seus limites de atuação. Mesmo tendo relações econômicas e interesses corporativos internacionalizados, para muito além dos limites de seus Estados de origem, essas frações burguesas dependem de forma visceral da institucionalidade do Estado para a garantia da reprodução da dominação e ampliação da acumulação.

Quadro 4.3 – Resumo do Programa de Assessoria Legislativa para a América Latina – CIPE.

País	Entidade	Investimento do CIPE: US$	Investimento de outras fontes: US$	Período de associação com o CIPE
América Central	FEDEPRICAP	210.000,00	95.000,00	1991 - 1994
Argentina	IERAL	416,100,00	578.200,00	1988 - 1993
Bolívia	CEPB	102.470,00	----	1992 - 1993
Brasil	IL	325.900,00	----	1990 - 1993
Chile	ILADES	229.200,00	----	1990 - 1992
El Salvador	ANEP	240.000,00	112.800,00	1990 - 1993
Equador	ANDE	193.260,00	107.850,00	1990 - 1993
Nicarágua	COSEP	282.000,00	46.000,00	1990 - 1993
Paraguai	FUPACODE	286.260,00	357,000,00	1990 - 1993
Peru	APOYO	150.000,00	----	1990 - 1992
República Dominicana	COE	268,000,00	143.000,00	1986 - 1993
Uruguai	CERES	163.500,00	----	1989 - 1993
TOTAL		**2.866.690,00**	**1.439.850,00**	**De 1986 até 1994**

Elaboração própria. Fonte: Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America, in: cipe.org, acesso em 10/07/2013.

Todo o Programa de Assessoria Legislativa da América Latina envolveu uma quantia de mais de 4,3 milhões de dólares entre investimentos com a associação ao CIPE e outras fontes variadas de financiamento. Além disso, nem todas as fontes alternativas de recursos envolvidas no programa foram citadas no relatório. Com base nos valores de financiamento do CIPE nas entidades locais, verificamos que as duas maiores economias da América do Sul, no caso Brasil e Argentina, foram as que despertaram o maior interesse da instituição estadunidense. Os programas do IERAL e do IL representaram, respectivamente, a primeira e segunda instituição na escala de investimentos do CIPE.

O projeto local que estabeleceu a parceria por maior tempo e obteve o maior montante de financiamento via programa do CIPE, foi também a entidade que recebeu a avaliação mais positiva, por parte da instituição estadunidense, no caso o IERAL da Argentina. A estreita relação entre o IERAL e as instâncias políticas argentinas, como a

própria indicação e condução de um de seus diretores fundadores, o Dr. Domingo Cavallo ao Ministério da Economia, teria levado, segundo o relatório publicado pelo CIPE, a uma relação estreita entre a atuação da instituição e às reformas econômicas implementadas no governo de Carlos Menem.

Viabilizar a ampliação das reformas e da atualização da estrutura institucional do Estado às novas diretrizes do capitalismo, este seria o grande objetivo do programa, e no caso da Argentina, o CIPE apresenta os resultados com grande entusiasmo e coloca essa associação entre IERAL e CIPE como sendo um ator ativo e decisivo diante das reformas econômicas implementadas na Argentina. É difícil mensurar a real participação do IERAL no programa de reformas neoliberais implementadas pelo governo Menem. Entretanto, o relatório do CIPE evidencia a existência dessa relação entre o aparelho privado de hegemonia e o governo argentino.

No caso brasileiro, apesar de ser considerado uma das prioridades no que concerne ao investimento do CIPE, os resultados obtidos aparentemente não atenderam às expectativas criadas pela instituição estadunidense ou os alcançados no programa argentino. Uma das alegações do CIPE partiu da explicação de que o processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, no fim de 1992, teria prejudicado o projeto de abertura econômica e as reformas econômicas iniciadas em seu mandato. Outro aspecto que teria dificultado um melhor desempenho do programa no Brasil, apresentado no relatório do CIPE, foi a representatividade, no plano político e junto aos movimentos sociais, de um partido de esquerda com uma força considerável, no caso o Partido dos Trabalhadores (PT).

Por um lado, a mudança na presidência da República teria criado uma certa condição de instabilidade política e social, repercutindo na rotina do legislativo e sua tomada de decisões. Por outro, a resistência gerada pelos movimentos sociais, em grande

medida, mobilizadas pelo partido, teria dificultado a viabilização das propostas de projetos de lei e sua conversão em políticas concretas. Mesmo diante de tais considerações o resultado do programa foi apresentado como bastante positivo pelo CIPE.

O mapa abaixo apresenta bem o grau de articulação e capilaridade dessa relação internacionalizada entre aparelhos privados de hegemonia de diversos países da América Latina, a partir de sua conexão com o CIPE:

O programa desenvolvido pelo CIPE agrupava 12 instituições latino-americanas associadas até o ano de 1992. Para a implantação e direção do projeto de “Assessoria Legislativa” pelo IL no Brasil, foi convidado o engenheiro e empresário Arthur Chagas Diniz. O empresário não fazia parte do Instituto Liberal e foi convidado, justamente, para executar a proposta de viabilidade do projeto *Notas* junto aos representantes do Center for International Private Enterprise. O convite foi feito por um dos diretores e fundadores do Instituto Liberal, o professor de economia formado pela Escola de Economia de

Chicago, Og Francisco Leme. Os dois se conheciam do período em que juntos trabalharam no Ministério do Planejamento, nos anos 1970[328].

De acordo com a pesquisadora Denise Gros, os estudos eram encomendados pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro a especialistas de cada tema e financiados por empresas locais e por várias instituições liberais, como a Tinker Foundation e a Atlas Economic Research Foudation.[329] Essa atividade teria sido sugerida aos diretores do Instituto Liberal por Anthony Fisher, criador do Institute of Economic Affairs, em reunião realizada em Londres, em 1987[330]. Para a construção e execução do projeto o IL estruturou um comitê editorial. No início dos anos 1990, o comitê editorial de *Notas* era integrado por Arthur Chagas Diniz, Og Francisco Leme, José Luiz Carvalho, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Roberto Fendt Jr. e Luiz Zottman. A maioria deles era vinculada à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com formação atrelada à tradição monetarista da Escola de Economia de Chicago. Esse Conselho Editorial de Notas era responsável pela análise dos projetos de lei e propostas circulantes na Câmara e no Senado, além da produção de diretrizes próprias pelo IL.

Entre meados de 1990 e fevereiro de 1993, o CIPE investiu cerca de US$ 325.900 dólares no programa executado pelo Instituto Liberal no Brasil. O projeto foi realizado através da produção de uma carta econômica mensal de circulação nacional, com uma tiragem que variou, ao longo dos anos, entre 5.000 e 10.000 exemplares. O formato do

---

[328] CASIMIRO, FHC. *Op. Cit*, 2011.

[329] A Fundação Tinker foi criada por Edwar Larocque Tinker em 1959. A entidade organiza e financia projetos de consultoria e assessoramento de decisores políticos, principalmente na integração entre América Latina e EUA. (in: tinker.org). Atlas Economic Research Foudation, também conhecida como Rede Atlas, é uma organização sem fins lucrativos (Think Tank) com sede nos Estados Unidos, que organiza oficinas, oferece treinamento, executa programas e presta serviços de consultoria para apoiar e expandir o livre mercado em mais de 400 think tanks em 80 países. A organização foi fundada em 1981 por Antoy Fisher, também fundador do Institute of Economic Affars (IEA), em Londres, em 1955. Figuras como "Milton Friedman, Friedrich Hayek e Margareth Thacher aplaudiram a ideia de reproduzir o modelo em outro continente". (in: atlasnetwork.org).

[330] GROS, Denise Barbosa. Op. Cit. 2003, p. 41.

projeto desenvolvido no Brasil partia da proposição ou análise de projetos de lei e dispositivos constitucionais, a partir de pressupostos neoliberais, principalmente da tradição monetarista da Escola de Chicago. Dessa forma, projetos em discussão no Congresso e no Senado, por parlamentares ou pelo Poder Executivo, considerados de importância pelo instituto, eram examinados pelo comitê editorial de Notas que, posteriormente, elaborava o material a ser repassado aos membros da sociedade política e, quando possível, à mídia. Assim, o objetivo além da proposição, era avaliar o impacto que a aprovação dos mesmos teria sobre a sociedade. O primeiro número da *Série Notas* de 1990, traz a seguinte definição:

> Prezados leitores, *Notas* cuja publicação se inicia com esse número, é uma carta mensal editada pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro e dirigida a públicos específicos. O objetivo principal de *Notas* é a avaliação de custos e benefícios que resultariam da aprovação de projetos de lei encaminhados ao legislativo, bem como de atos normativos do executivo.
> A seleção dos projetos de lei para a análise em *Notas* dependerá de vários fatores, mas, de maneira especial, da importância relativa do impacto que tais projetos possam vir a ter sobre a sociedade.
> A avaliação de custos e benefícios se fará sob a ótica do cidadão e da soberania do consumidor, com absoluto respeito ao princípio da isonomia, ou seja, a igualdade de todos diante da lei. Esta orientação liberal se opõe à tendência de concessão de privilégios a grupos específicos de pessoas em detrimento do resto da sociedade.
> **Este tipo de trabalho de avaliação vem sendo desenvolvido por outras nove instituições similares ao IL, instaladas em diversos países da América Latina, através de programas financiados conjuntamente por instituições locais e pelo CIPE – Center for International Private Enterprise**, fundação norte-americana cujos objetivos são a promoção e o fortalecimento da democracia e da empresa privada como base da prosperidade e liberdade individuais num contexto de economia de mercado[331]. (Grifos nossos).

No horizonte, portanto, o objetivo subjacente seria fundamentalmente o de viabilizar uma reformulação institucional do Estado a partir dos seus interesses alicerçados na defesa da propriedade privada e da economia de mercado, tendo como

---

[331] A Constituição Brasileira e o Estado de Direito/Educação - Medida Provisória 207. **NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 1, 1990, p.1.

mecanismo de ação o acesso e influência sobre as decisões no âmbito da sociedade política. Dessa maneira, interesses específicos de acumulação e ampliação das taxas de lucro capitalista são convertidos em políticas públicas, e sustentados como se representassem os anseios da totalidade da sociedade.

Abaixo segue a listagem das publicações da série *Notas*, desde o volume 1°, em 1990, até o número 69, publicado em 1997. O programa de "Assessoria Legislativa" foi financiado pelo CIPE até fevereiro de 1993. Entretanto o Instituto Liberal deu prosseguimento ao projeto através de outras fontes até o final de 1997.

Quadro 4.4 – Relação de Publicações da Série *Notas* - Assessoria Legislativa - programa CIPE (1990 – 1997)

N°	Títulos	Ano
1	A Constituição Brasileira e o Estado de Direito/Educação - Medida Provisória 207	1990
2	Demissão sem justa causa	1990
3	Uma nova lei da usura?	1990
4	O direito de greve	1990
5	O quinquênio dos pacotes	1991
6	Abuso do poder econômico	1991
7	Constituição, lei e salário	1991
8	Previdência Social	1991
9	Juízo arbitral e concessão de serviços públicos	1991
10	A Lei do inquilinato	1991
11	Lei de diretrizes e bases da educação nacional	1991
12	Propostas de Emendas Constitucionais	1991
13	Mercosul	1991
14	Modernização dos portos brasileiros	1991
15	Uma proposta de agenda	1992
16	Capital estrangeiro	1992
17	Programa de garantia de renda mínima: o fim da pobreza?	1992
18	O setor automotivo: Uma proposta cartorial	1992
19	Estatuto ou convenção da cidade?	1992
20	Reforma Fiscal I	1992
21	Reforma Fiscal II	1992
22	Combate à pobreza	1993
23	Combate à pobreza brasileira	1993
24	O que é o Mercosul?	1993
25	A Revisão Constitucional	1993
26	Lei de patentes	1993
27	Depois do plebiscito	1993

28	Rito sumário de desapropriação	1993
29	Concessão de serviços públicos	1993
30	Privatização no mundo	1993
31	Privatização no Brasil	1993
32	Energia elétrica	1993
33	Combate à inflação – O Plano FHC	1993
34	Sistema Financeiro Nacional	1994
35	O monopólio da Petrobras	1994
36	Mineração	1994
37	Os fundos de pensão	1994
38	Petróleo na Argentina (Edição especial)	1994
39	Telecomunicações	1994
40	A legislação antitruste no Brasil	1994
41	A política monetária e cambial do Plano Real	1994
42	A conta da energia nuclear	1994
43	Concessão de Serviços Públicos	1994
44	O orçamento da União e a Constituição de 1988	1994
45	C Orçamento geral da União – A mensagem e a LDO	1994
46	Previdência Social	1995
47	SINTREL – Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica	1995
48	Orçamento: déficit e subsídios	1995
49	O Plano Real e as Reformas Constitucionais	1995
50	A política industrial para o setor automotivo	1995
51	Reestruturação do setor elétrico	1995
52	Desindexação da Economia	1995
53	Lei de Diretrizes e Bases	1995
54	PROER – A MP das fusões bancárias	1995
55	Plano plurianual para 1996-1999	1995
56	Reforma tributária	1995
57	Reforma Administrativa	1995
58	Contrato de trabalho por prazo determinado	1996
59	ANEEL - novo DNAEE	1996
60	Telefonia celular	1996
61	Medida provisória sobre salário mínimo e previdência social	1996
62	Imposto sobre circulação de mercadorias	1996
63	Projeto de lei Agência Nacional de Petróleo	1996
64	Medidas de contenção de despesas	1996
65	Telecomunicações - o órgão regulador	1996
66	Custos de Transação: Justiça do Trabalho	1997
67	Anteprojeto de Nova Lei de Licitações	1997
68	A propriedade intelectual	1997
69	Balanço social	1997
70	Projeto de Lei Orçamentária para 1999	1997
71	Programa de Estabilidade Fiscal	1999
72	A Questão Federativa	1999
73	Lei de Responsabilidade Fiscal	1999
74	Disposição de Resíduos Sólidos	1999

75	Auto-Serviço	1999
76	As Reformas e o Tamanho do Estado	1999
77	Salário Mínimo	2000
78	Reforma Tributár	2000
79	A Reforma da Lei das Sociedades Anônimas	2000
80	Orçamento da União para 2001	2000
81	A Lei Complementar nº 105: a Onipotência Estatal e os Direitos da Cidadania	2001
82	FGTS	2001
83	Crise Energética Brasileira	2001
84	Minirreforma Tributária de 2001	2001
85	Subversão da Ordem Jurídica	2001

Elaboração própria. Fonte: Instituto Liberal, www.institutoliberal.org.br/notas acesso em 30/07/2010). GROS, 2003, p. 188-190).

Tendo como base os títulos das publicações da série *Notas*, apresentadas no quadro acima, podemos observar a gama de temas e propostas de projetos de lei em que os intelectuais orgânicos do Instituto Liberal estabeleceram suas diretrizes para o debate e votação nas instâncias legislativas. A partir de tais diretrizes de ação, o CIPE deu suporte tanto financeiro como organizacional ao Instituto Liberal para a execução do programa. Os objetivos dessa associação entre o CIPE e o Instituto Liberal vão muito além da simples difusão de ideias, mas assinalam uma estratégia articulada, efetiva e consciente de ação propositiva e organizativa de materialização dos interesses de classe da burguesia no seu objetivo de atualização das formas de dominação que, por sua vez, passam inevitavelmente pela necessidade de reconfiguração do papel do Estado.

Além do financiamento do programa do CIPE, as entidades locais articularam outras fontes de crédito para a execução do projeto de "Assessoria Legislativa", tanto simultaneamente ao investimento realizado pelo CIPE, como após o término da associação com a instituição estadunidense.

Outro aspecto importante em relação aos números apresentados pelo programa é que algumas entidades não apresentam outras fontes de financiamentos, entretanto isso não significa que não houvessem outras parcerias e financiadores, ocorre é que o relatório

desenvolvido pelo CIPE não apresentou nem todas as fontes de recursos, bem como os valores investidos por algumas instituições apontadas. Esse é o caso do Instituto Liberal no Brasil, por exemplo, que obteve recursos de empresas e instituições como a Tinker Foundaion e a Atlas Economic Research Foudation, onde o montante de investimentos não aparece no relatório. Além disso, o financiamento do CIPE encerrou em fevereiro de 1993 e o projeto continuou sendo executado até 2001, através de outras fontes de recursos locais. Portanto, é totalmente passível de afirmação que o montante de valores envolvidos no programa ultrapassa, em muito, os cerca de 4,3 milhões de dólares divulgados pelo CIPE. Abaixo segue o quadro com a relação de organizações financiadoras do programa de assessoria legislativa na América Latina.

Quadro 4.5 – Organizações Financiadoras do Programa de Assessoria Legislativa

Instituição	País Sede
National Endowment for Democracy - NED	EUA
Center for International Private Enterprise - CIPE	EUA
United States Agency for International Development - USAID	EUA
Rockefeller Institute	EUA
Stanford Institute for Economic Policy Research - SIEPR	EUA
Inter-American Development Bank - IBD	EUA
Inter-American Foundation - IAF	EUA
Organization of American States - OAS	EUA
Tinker Foundation Incorporated - TFI	EUA
Atlas Economic Research Foundation	EUA
Foundation Konrad Adenauer	Alemanha
União Social de Empresários Cristãos - USEC	Chile
Fundação Mediterrânea	Argentina

Elaboração própria. Fonte: Performance and Prospects for Legislative Advisory Programs in Latin America, in: cipe.org, acesso em 10/07/2013)

A relação de entidades parceiras e financiadoras do programa demonstra a capilaridade e representatividade do ponto de vista estratégico do projeto de assessoramento legislativo, como um mecanismo importante para a penetração nas

tomadas de decisão por parte das instâncias políticas (ou sociedade política) dos Estados. E mais do que isso, a complexidade da influência dessa rede associativa de aparelhos privados de hegemonia de caráter patronal que se articulou na América Latina diante das diretrizes do capitalismo monopolista internacional no plano capital-imperialista.

A atualização da dominação burguesa no Brasil, bem como em grande parte da América Latina, envolve, portanto, a articulação de diferentes aspectos e condicionantes, inserindo-se no processo de reestruturação produtiva do capitalismo globalizado. Essa reformulação se verifica: tanto por meio da necessidade da atuação efetiva e coercitiva do Estado – através das reformas para o mercado, da desregulamentação de direitos dos trabalhadores e desarticulação e repressão aos movimentos sociais – como também pela produção do consenso a partir de agentes, instituições e aparelhos midiáticos.

Quadro 4.6 – Organizações Estrangeiras Financiadoras do Instituto Liberal (1991-1997)

Instituições	Países
Atlas Economic Research Foundation	Estados Unidos
Center for International Private Enterprise - CIPE	Estados Unidos
Instituto C&A de Desenvolvimento Social	Brasil/Holanda
International Center for Economic Growth	Estados Unidos
Liberty Fund	Estados Unidos
Tinker Foundation	Estados Unidos

Fonte: GROS, 2003, p. 202).

Assim como abrange diferentes estratos do empresariado brasileiro e internacional, o quadro de organizações estrangeiras articuladas e financiadoras das ações do Instituto Liberal, da mesma forma, congregam interesses no quadro do capitalismo e das estratégias de acumulação.

Além de pivô político ideológico na conjuntura de redemocratização do Brasil, nos anos de 1980, o Instituto Liberal marca presença no processo de internacionalização da burguesia brasileira no quadro de capital-imperialismo, desenvolvendo e azeitando relações multilaterais entre setores da burguesia brasileira e internacional a partir de

conexões com aparelhos privados de hegemonia de diversos outros países. O Instituto Liberal, portanto, desenvolve relações e projetos com um número expressivo de instituições e organizações de diversos países como EUA, Alemanha, Chile, Argentina, Uruguai entre outros, que apresentam sua capacidade de organização e articulação de estratégias enquanto intelectual coletivo de atuação política e ideológica. Através dessas relações do IL com outras organizações, são criados convênios interinstitucionais; desenvolvimento de eventos, conferências e colóquios; obtenção de financiamentos para o desenvolvimento de ações; intercâmbios além de uma série de outras atividades de natureza organizacional.

Quadro 4.7 – Relação do Instituto Liberal com outras Organizações

Instituições	Países	Instituições	Países
Acton Institute for Study Religion/ Liberty	EUA	Fundação Friederich Naumann	Alemanha
Adam Smith Institute	Grã-Bretanha	Fundação Konrad Adenauer	Alemanha
American Enterprise Institute	EUA	Heritage Fondation	EUA
Atlas Economic Research Foundation	EUA	Hoover Institute	EUA
Cato Institute	EUA	Independent Institute	EUA
Center for Strategic/ International Studies	EUA	Institute for Humane Studies	EUA
Center Internacional Private Enterprise	EUA	Institute of Economic Affairs	Grã-Bretanha
Center for Intl. Economic Growth	Panamá	Instituto Cultural Ludwig Von Mises	México
Centro de Estudios Políticos	Chile	Instituto Libertad y Democracia	Peru
Centro Estudios Realidad Económica/Social	Uruguai	Instituto Libertad y Desarrollo	Chile
Centro Internacional Desarrollo Económico	Panamá	Instituto C&A de Desenvolvimento Social	Brasil
Centro Invest. Libre Empresa	Venezuela	International Republican Institute	EUA
Centro Invest. Econ. Libre Empresa	México	International Center for Economic Growth	EUA
Companheiros das Américas	EUA	International Society for Individual Liberty	EUA
Conselho de Empresários da América Latina	América Latina	Liberty Fund	EUA
Escuela Superior Econ. Admin. Empresas	Argentina	Ludwig Von Mises Institute	EUA
Fundacion America p/	Argentina	Political Economy Research	EUA

Capacitación Política		Center	
Fundacion Libertad	Argentina	Reason Foundation	EUA
Fundacion Mediterránea	Argentina	Societé Mont Pelerin	EUA
Foundation for Economic Education	EUA	Tinker Foundation	EUA
Foro Latinoamericano	Guatemala	United States Information Service	EUA
Frankfurter Institute	Alemanha	Universidad Francisco Marroquin	Guatemala
Freedom House	EUA		

Fonte: GROS. Denise Barbosa. *op cit*, p. 203-204.

A cientista social Denise Gros, que realizou uma ampla pesquisa sobre o Instituto liberal, assim como o próprio instituto, o caracterizam como um *Think Tank* liberal. Diferentemente de grande parte dos *think tanks* conservadores dos EUA e da Grã-Bretanha, os Institutos Liberais, até a década de 1990, eram dirigidos, principalmente, por empresários. A iniciativa e direção do projeto de criação do Instituto, todavia, parte da mobilização, tanto dos próprios empresários, como também, de intelectuais acadêmicos liberais – que não são representantes diretos da classe dominante no quadro das relações de produção, mas atuam como intelectuais prepostos – fundamentais para a aglutinação dos diferentes interesses das frações de classe burguesa.

Por conseguinte, a natureza do Instituto Liberal não pode ser definida como de uma associação de empresários, pois não representam ou defendem interesses diretamente classistas ou corporativos, e sim, propõem um projeto para a sociedade brasileira pretensamente universalizante. Já de acordo com sua auto-representação, uma concepção de sociedade baseada na liberdade individual e na supremacia do mercado. Segundo o discurso do IL, essa característica representação maior de empresários do que intelectuais liberais, em grande medida, poderia ser explicada pela fragilidade e pouca penetração do pensamento liberal nos meios acadêmicos no Brasil. Justificativa que não se sustenta ao analisarmos a inserção do pensamento liberal na tradição acadêmica brasileira, com influentes pensadores como o próprio Eugênio Gudim, Roberto Campos,

José Guilherme Merquior, para citar apenas alguns clássicos. O fundador do Instituto, Donald Stewart Jr. aborda essa situação da seguinte forma:

> Em outros países, os institutos de caráter similar ao nosso eram invariavelmente coordenados e dirigidos por professores universitários, economistas, intelectuais, e não por empresários. No Brasil foi diferente. Nós achamos que se não havia, nas universidades, quem estivesse disposto a criar um instituto, nós, empresários, deveríamos fazê-lo[332].

É verdade que boa parte dos membros diretores do Instituto Liberal é constituída por representantes do empresariado. Em 1989, a direção do IL era composta de sete diretores, dos quais cinco eram empresários. Assim, tanto os quadros da diretoria como os quadros de conselheiros do IL são compostos, em grande parte, por empresários. Por outro lado, na fundação e, depois, na direção da instituição constavam vários nomes de representantes dos meios acadêmicos, muitos deles vinculados à Escola de Chicago, como exposto neste estudo. Apesar de muitos desses fundadores serem empresários e se pensar como tais, são empresários que, antes de tudo, tiveram uma formação intelectual e uma trajetória muito específica que define suas escolhas, concepções e sua ação. Ou seja, são intelectuais orgânicos, na concepção gramsciana. No quadro abaixo, temos a listagem dos presidentes e diretores do IL no período compreendido entre 1983 e 1998.

Quadro 4.8 – Diretorias do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e São Paulo (1983 – 1998)

Instituto Liberal do Rio de Janeiro	
Nome	**Referências**
Donald Stewart Jr.	Fundador do Instituto Liberal, empresário e Presidente do Conselho de Mantenedores do IL-RJ; Presidente do IL-RJ de 1983 a 1999.
Odemiro Fonseca	Empresario e Presidente do IL-RJ em 1996
Og Francisco Leme	Dr. em Economia; Professor; Diretor do IL-RJ; Conselho editorial da revista **Think Tank**; Vice-Presidente da Associação Comercial-RJ; Diretor do IL-RJ em 1989.
João Pedro Gouveia	Grupo Ipiranga; Sinduscon; Diretor do IL-RJ em 1989
André de Botton	Grupo Mesbla; Diretor do IL-RJ em 1989
Omar Caneiro da Cunha	Diretor da Shell; Presidente do Sindicato Nacional de Atacadistas de Produtos de Petróleo; Diretor do IL-RJ em 1989

[332] GROS, *op cit*, 2003, p. 144-145.

Sérgio de Andrade de Carvalho	Vice-Presidente do Grupo Monteiro Aranha; Diretor do IL-RJ em 1989
Arthur Chagas Diniz	Presidente do IL-RJ; Presidente do Conselho Editorial de **Notas**/IL-RJ; Consultor de empresas; Diretor do IL-RJ em 1989 e 1996
Roberto Fendt Jr.	Diretor do IL-RJ; Conselho editorial da revista **Think Tank**
Heitor Bastos Tigre	Advogado, representante da American Commercial Lines International LLC no Brasil (transportadora fluvial de minério), empresa vinculada ao Grupo Citibank; Diretor do IL-RJ em 1996.
Instituto Liberal de São Paulo	
Roberto Konder Bornhausen	Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista **Think Tank**; Presidente do Unibanco; da Fenaban; da Febraban; do CNF; Presidente do IL-SP.
Jorge W. Simeira Jácob	Presidente do Grupo Fenícia; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais; Conselho de Administração da revista **Think Tank**; Presidente do IL-SP em 1988.
Roberto Cauby Vidigal	Presidente da ABDIB em 1989; Presidente do Grupo Confab; Presidente do IL-SP em 1989.
Fernando Ulhoa Levy	Diretor da **Gazeta Mercantil**; Presidente do IL-SP em 1992 e 1993
Jacy Souza Mendonça	Doutor em Filosofia do Direito; Anfavea; FIESP; Vice-Presidente do IL-SP em 1993; Presidente do IL-SP em 1995.
Ivan S. Pinto	Diretor do IL-SP em 1988; Vice-Presidente do IL-SP em 1993 e 1995; Presidente do IL-SP em 1997.
Oliveiros Ferreira	Diretor do IL-SP em 1988; Vice-Presidente do IL em 1989.
Carlos R. Faccina	Nestlé – Diretor de Assuntos Públicos e Institucionais; Fundação Nestlé de Cultura; Diretor do IL-SP em 1988; Vice-Presidente do IL-SP de 1992 e 1997.
Ney Prado	Jurista e Cientista político; Conselho Editorial da revista **Think Tank** Vice-Presidente do IL-SP de 1993 a 1997.
Horácio Ives Freyre	Martinelli Seguradora S/A; Diretor do IL-SP em 1988.
José Augusto da Silva	Diretor do IL-SP em 1988 e 1992.
Nemércio Nogueira	Diretor do IL-SP em 1988 e 1992.
Gen. Manoel A. Teixeira	Diretor do IL-SP em 1989 e 1992.
Amália R. B. Schmidt	Diretora do IL-SP em 1992.
Ignácio C. Barrasa	Instituto de Desenvolvimento de Diadema; Diretor do IL-SP em 1992.
Luis Alberto Machado	Professor de Economia da FAAP; Diretor de Assuntos Culturais do IL-SP de 1992 a 1997.
Luis Almeida Prado	Diretor do IL-SP de 1992 a 1997.
Roberto Olival Costa	Diretor do IL-SP de 1992 a 1997.
Carlos X. de Melo	Diretor do IL-SP de 1995 a 1999.
Igor Cornelsen	Standard Chartered Merchant Bank; Diretor do IL-SP de 1995 a 1999.
Luis E. R. de Magalhães	Diretor do IL-SP de 1995 a 1999.
Rafael Vechiatti	VECOM Brasil Ind. e Com. Ltda; Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Fundição; Diretor do IL-SP em 1997.

Fonte: INSTITUTO LIBERAL. *1983-1993: os primeiros dez anos.* Rio de Janeiro: Conselho Nacional

dos Institutos Liberais, 1993. p. 27. GROS, Denise Barbosa. *op cit*, 2003, p. 193-198.

A despeito do caráter descentralizado das ações do IL, foi desenvolvida, com a participação de todas as lideranças, uma Declaração de Princípios que passou a regulamentar, de forma mais clara, os princípios norteadores que deveriam ser permanentemente respeitados, quaisquer que fossem as ações a serem desenvolvidas em cada Instituto. São os Princípios dos Institutos Liberais (Declaração do Rio de Janeiro de 1988):

> 1. O **direito à vida e o direito à liberdade** são inerentes à condição humana, atributos inalienáveis que não podem ser negados pela legislação;
> 2. A liberdade é o fundamento do **Estado de Direito**, que constitui a modalidade de associação política mais adequada para a implantação da justiça e a única forma de organização jurídica capaz de permitir a convivência harmoniosa dos indivíduos. O Estado de direito caracteriza-se por:
> a) Não ceder privilégios a ninguém, assegurando, assim, a igualdade de todos perante a lei, o que implica que nenhum cidadão pode invocar sua condição econômica, social ou política para furtar-se ao cumprimento da lei;
> b) Assegurar aos cidadãos o governo da lei em lugar do governo dos homens, partidos ou facções, e a cada indivíduo – desde que respeitados os direitos e a liberdade alheios e independentemente de sua raça, de seu sexo, de sua religião e de sua convicção política – a possibilidade de dispor livremente dos bens materiais e culturais produzidos por seu próprio esforço;
> c) Facultar aos cidadãos o livre e imediato acesso aos tribunais encarregados de administrar a justiça, garantindo a todos um processo equâne;
> d) Garantir pelo estabelecimento de condições institucionais, a vigência da **liberdade no terreno econômico**, ensejando a quantos queiram produzir e trabalhar, o livre acesso ao mercado, acesso que não pode ser cerceado por privilégios econômicos de qualquer natureza ou exigências legais e administrativas discriminatórias. Cabe ao mercado harmonizar as ambições e premiar, pelo lucro, o desempenho;
> e) **Reconhecer a propriedade privada como condição fundamental** para que os indivíduos possam exercer plenamente o seu **direito à vida**, **à liberdade política e econômica e à busca da felicidade;**
> f) Permitir que os acordos e **divergências que ocorram no campo das relações do trabalho sejam tratados de maneira autônoma pelas partes**;
> 3. A escolha dos que irão exercer as funções de governo deve ser feita pela via democrática. Para tornar efetiva a democracia, é indispensável que haja a liberdade de organização partidária e a realização periódica de eleições livres. A democracia só terá vigência plenamente assegurada quando forem aperfeiçoados os seus mecanismos

> representativos, possibilitando a cada cidadão e aos grupos sociais participar da tomada das decisões políticas e do controle dos atos de governo que possam pôr em perigo a liberdade e os direitos individuais;
> 4.É necessário respeitar o princípio do federalismo, segundo o qual a União não deve realizar o que deve ser adequadamente feito pelos estados federados, nem esses o que puder ser da alçada municipal. Pelo mesmo motivo, os municípios não devem assumir o que puder ser feito pelas comunidades e essas não deverão responsabilizar-se pelas atividades que podem ser adequadamente exercidas pelos indivíduos.
> 5. O desenvolvimento realizado com base na alocação de recursos por meio do mercado é o processo que permite aos cidadãos aperfeiçoar-se cultural e profissionalmente, e usufruir de qualidade de vida progressivamente melhor.
> O desenvolvimento econômico assim entendido deverá ser conduzido, no quadro do Estado de direito, pelos indivíduos que produzam riqueza, e não orientado por decisões estatais de caráter econômico e organizatório[333].

A Declaração dos Princípios dos Institutos Liberais, de 1988, representa a estruturação documental de seu projeto de sociedade e, por sua vez, uma característica que o define como um intelectual coletivo com objetivos e organização da atuação de longo prazo. O documento traz os objetivos centrais norteadores dos Institutos, não somente no que diz respeito a suas ações de difusão do pensamento liberal, mas, acima de tudo, aponta para as diretrizes de uma nova organização social e padrões de sociabilidade baseados nos preceitos neoliberais. Não se trata, somente, de uma atuação tático-operacional de cunho contingencial, mas, todavia, trata-se de um projeto político para a reconfiguração das relações de poder na sociedade brasileira que implica diretamente na redefinição da estrutura institucional do Estado.

As propostas e postulados apresentados pelos liberais, por meio da Declaração de Princípios dos Institutos Liberais, até certo ponto, caminham próximas aos interesses defendidos por uma frente ampla composta por diferentes setores sociais. A defesa de um Estado de direito, que resguarde o direito à vida, à liberdade e a igualdade perante a lei, a defesa dos direitos civis e políticos em um regime político democrático, com liberdade

---

[333] CASIMIRO, *op cit*, 2011, p. 41-42.

de associação político-partidária e liberdade de expressão, são bandeiras baseadas em princípios liberais, muito reivindicadas no período de lutas pela redemocratização e nos embates da Constituinte.

Entretanto, no programa do IL, as liberdades supracitadas são subjugadas ao liberalismo econômico. Esse sim seria fundamental e deveria ser garantido em última instância, mesmo que para tal, as outras liberdades sejam suprimidas. E, para tanto, seria mister uma sistemática reestruturação do Estado. Além disso, o regime proposto no estatuto do IL defende que os mecanismos de representação a serem adotados sejam o federalismo e a descentralização de responsabilidades[334].

O Estado de Direito defendido pelos intelectuais orgânicos do Instituto, como afirma a cientista social Denise Barbosa Gros, define a atividade econômica seguindo à risca o pensamento da Escola Austríaca de Economia para a qual,

> o Estado de Direito deve garantir, fundamentalmente, a primazia da liberdade econômica sobre as "exigências legais administrativas discriminatórias", leia-se, a regulamentação e a interferência estatais, sobretudo no campo das relações de trabalho; o reconhecimento da propriedade privada como condição para a liberdade econômica e política e, fundamentalmente, a supremacia do mercado para dirimir as diferenças e premiar os vitoriosos com o lucro[335].

No projeto do instituto, observa-se uma defesa incondicional da propriedade privada e da economia de mercado como bases para sua concepção de sociedade. Nessa linha, a propriedade deve ser reconhecida como condição fundamental para o pleno exercício do direito à vida, à liberdade política e econômica. Dessa forma, a partir de tal orientação ideológica, a propriedade privada é estabelecida como o fundamento primordial da organização social.

Com base na análise dos Princípios dos Institutos Liberais (Declaração do Rio de

---

[334] CASIMIRO, *op cit*, 2011, p. 43.
[335] GROS, *op cit*, 2003, p. 124-125.

Janeiro de 1988), bem como na atuação desse aparelho privado de hegemonia, podemos lançar hipóteses de que o IL poderia ser caracterizado tanto como um pivô político-ideológico, ou seja, um instrumento de ação conjuntural e de alcance tático-operacional, mas também desenvolve estratégias e diretrizes de ação estrutural, em certa medida, como um "partido político" no sentido gramsciano. Essa constatação se fundamenta, na medida em que, o Instituto seria um órgão que se propôs a desenvolver um projeto político concreto com um programa de ação definido para curto, médio e longo prazos, com alcance para além dos interesses imediatos de classe (apesar de buscar a garantia desses), articulando estratégias de ação, buscando operacionalizá-las, e modificando, com sua ação, as relações de forças no conjunto da sociedade.

Os princípios liberais defendidos e difundidos pelo Instituto também tratam diretamente das relações do trabalho. Seus postulados basilares propõem uma sistemática "flexibilização" da legislação trabalhista, assim como medidas, sejam coercitivas e/ou pelo consenso, no sentido de promover a desarticulação e desmobilização dos movimentos sindicais. Ao afirmar que os "acordos e divergências que ocorram no campo das relações do trabalho sejam tratados de maneira autônoma pelas partes", a proposta neoliberal individualiza os casos de conflitos na relação empregador/empregado, sem levar em consideração a posição assimétrica de poder que os dois polos da relação ocupam na estrutura das relações de produção[336].

O Instituto Liberal defende como central, nos seus pressupostos norteadores de diretrizes e proposição de políticas públicas – com base nos preceitos neoliberais da Escola Austríaca de Economia – a ampliação das taxas de lucro como sendo a mola propulsora do progresso na sociedade. Dessa forma, todos os mecanismos supracitados –

[336] CASIMIRO, *op cit*, 2011, p. 43.

como, por exemplo, a defesa incondicional da propriedade privada, a "flexibilização" da legislação do trabalho e a desarticulação dos movimentos dos trabalhadores, todos apresentados e defendidos na declaração de princípios do instituto – visam ampliar as taxas de lucro e a margem de captura de mais-valor. A declaração de Princípios dos Institutos Liberais, portanto, representa a materialização documental norteadora do projeto neoliberal do IL, tanto para o estabelecimento dos seus próprios diagnósticos para os problemas (na visão neoliberal) referentes à realidade social brasileira – que na verdade, dizem respeito aos seus próprios interesses capitalistas –, como também para a proposição de suas "soluções" de viés neoliberal[337]. Como ressalta Denise Gros,

> Os Institutos Liberais defendem também que os problemas que o País atravessa, como a desigualdade social e a situação de pobreza de parcelas da sociedade, resultam da não observância desses princípios. Sobretudo, a causa dos problemas do Brasil é atribuída à interferência do Estado na vida econômica e não ao sistema econômico que se desenvolve gerando mais miséria ou à tradição de exclusão social da sociedade brasileira[338].

Para a viabilização do seu projeto de longo prazo para a sociedade brasileira, a reconfiguração do papel do Estado seria um veículo fundamental. Desde os princípios estruturais da instituição até as ações mais elementares, têm em seu horizonte, essa redefinição do Estado e suas atribuições enquanto garantidor de condições básicas de cidadania. A análise da Declaração de Princípios permite depreender a percepção do significado da cidadania presente no projeto apresentado pelo Instituto Liberal. Tendo em vista que a captura do conceito de cidadania deve ser entendida como campo de batalhas no âmbito das lutas simbólicas e, por sua vez, compõe as estratégias no quadro de lutas sociais, o Instituto Liberal tenta naturalizar uma concepção liberal de cidadania como veículo de difusão ideológica de seus valores e sua concepção de mundo. Portanto, a

---

[337] *Idem,* p. 43.
[338] GROS, op cit, 2003, p. 126.

concepção de cidadão que emerge desse projeto de sociedade muito se diferenciava do significado de cidadania defendido pelos movimentos sociais e visto nas lutas pela redemocratização do país.

Carlos Nelson Coutinho afirma que cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se "apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado"[339]. Ou seja, o conceito de cidadania defendido pelos movimentos sociais aproximava-se dessa concepção apontada por Coutinho, que representa as lutas concretas pela universalização de direitos sociais em uma sociedade altamente desigual. O cidadão, nessa matriz, é representado como um ser social combativo e politizado, onde a mobilização social configurava-se como uma manifestação de cidadania. Era a luta pela universalização de direitos e garantias de bem-estar social para atender os estratos sociais subalternos e historicamente desfavorecidos no Brasil. No projeto dos intelectuais orgânicos do Instituto Liberal, essa concepção passa por um desvio semântico de base individualista, no quadro de luta de classes, com a ressignificação do conceito e todas as relações em sua órbita, onde o cidadão é substituído pelo consumidor.

Até 2012, o instituto mantinha sua direção com fortes vínculos com sua fundação, principalmente a partir da longa continuidade do economista José Luiz Carvalho e do engenheiro, Arthur Chagas Diniz conduzindo a direção do instituto. Em 2013 o Instituto Liberal passou por uma espécie de reformulação, tanto de seu quadro de dirigentes, como também seu conteúdo a partir da incorporação de recursos e tecnologia audiovisual, adaptando o histórico material produzido pela instituição às novas tecnologias e

---

[339] COUTINHO, Carlos Nelson. *Cidadania e Modernidade*. São Paulo: Perspectivas, 1999, p. 42.

tendências midiáticas. A principal mudança foi a composição da nova diretoria, onde o cargo de presidente do IL passou a ser ocupado pela figura midiática, conhecida nos circuitos liberais, do economista e colunista da Revista Veja, Rodrigo Constantino. Mais do que uma simples mudança de diretoria, essa nova composição representa transformações na própria imagem e postura da instituição que passa a assumir uma atuação midiática mais incisiva, principalmente, a partir das postagens de seus colunistas e seu editorial. Nesse sentido, a nova gestão encabeçada por Constantino, apresenta semelhanças com o modelo de ação desenvolvido pelo Instituto Millenium, instituição na qual o economista foi membro fundador, desde 2005. Segue a equipe de dirigentes do IL em 2015.

Quadro 4.9 - Dirigentes do Instituto Liberal (2015)

Nomes/Função na Gestão	Referências
Rodrigo Constantino Presidente	Presidente do Instituto Liberal e membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL) e colunista da Veja. Rodrigo Constantino atua no setor financeiro desde 1997. Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), com MBA de Finanças pelo IBMEC, Constantino é colunista de importantes meios de comunicação brasileiros como os jornais “Valor Econômico” e “O Globo”. Conquistou o Prêmio Libertas no XXII Fórum da Liberdade, realizado em 2009. Tem vários livros publicados, entre eles: “Privatize Já!” e “Esquerda Caviar”.
Bernardo Santoro Diretor-Executivo	Mestre em Teoria e Filosofia do Direito (UERJ), Mestrando em Economia (Universidad Francisco Marroquín) e Pós-Graduado em Economia (UERJ). Professor de Economia Política das Faculdades de Direito da UERJ e da UFRJ. Advogado e Diretor-Executivo do Instituto Liberal.
Fábio Osterman Diretor de Relações Institucionais	Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também estudou Economia. Graduado em Liderança para a Competitividade Global pela Georgetown University (EUA) e em Política e Sociedade Civil pela International Academy for Leadership (Alemanha). Mestre em Ciências Sociais/Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Paulo Figueiredo Filho Diretor de Relações com o Mercado	É neto do General Figueiredo. Cursou Comunicaçaõ Social e Economia na PUC-Rio e é bacharel em Filosofia. Foi assessor especial e chefe de gabinete no Governo do Estado e na Prefeitura do Rio de Janeiro. Hoje atua como CEO do grupo Polaris Brazil, à frente de empreendimentos imobiliários e hoteleiros de porte internacional, incluindo o Trump Hotel do Rio de Janeiro do qual é sócio do republicano Donald Trump.
Alexandre Borges Diretor	Alexandre Borges é um publicitário premiado, com passagens em grandes agências de publicidade do país. Foi apresentador e comentarista político na Ideal TV (Editora Abril) e escreve sobre política brasileira e americana em diversas publicações e blogs.
João Luiz Mauad Diretor	Administrador de empresas (FGV/RJ) e trabalha no mercado. É ainda especialista do Instituto Millenium e escreve com frequência para blogs e jornais especializados.

Leandro Mello Frota **Diretor Jurídico**	Advogado publicista. Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais (Iuperj). Membro do IAB, do Fórum permanente de Direito Constitucional da Emerj, Conselheiro Jurídico da Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Sócio do Gomes e Mello Frota Advogados.
Roberto Borricelli **Assessor de Imprensa**	Assessor de Imprensa do Instituto Liberal e Diretor de Comunicação do Instituto Pela Justiça. Roberto Lacerda Barricelli é autor de blogs, jornalista, poeta e escritor. Paulistano, assumidamente liberal, é voluntário na resistência às doutrinas coletivistas e autoritárias.
Lígia Filgueiras **Tradutora**	Ligia Filgueiras é jornalista, bacharel em Publicidade e Propaganda (UFRJ). Colaboradora do IL desde 1991, atuando em fundraising, marketing, edição de newsletters, do primeiro site e primeiros blogs do IL.
Rodrigo Ramiro **Administrador do Site**	Instrutor, consultor e palestrante autônomo, atua no mercado de tecnologia web, mobile, marketing digital e e-commerce. Teve passagem por órgãos públicos e participou da implantação do primeiro call-center de atendimento governamental unificado da américa latina, o 1746 do Rio de Janeiro. É um vibrante entusiasta do IL desde 2003. Auxiliou na implantação do Estudantes Pela Liberdade no Rio de Janeiro.

Elaboração própria. Fonte: http://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/, acesso em 10/12/2015.

A reformulação institucional do IL também buscou adequar a sua linha editorial à nova conjuntura político-ideológica e, por sua vez, às tensões e conflitos interburgueses, buscando contemplar e mediar os discursos e ações pautadas em distintas matrizes do pensamento liberal e conservador. Segundo sua nova linha editorial:

> o Instituto Liberal pretende oferecer um espaço alternativo de reflexão sobre os principais assuntos que preocupam e chamam a atenção da sociedade e da mídia, a partir de perspectivas ancoradas em todas as diferentes escolas e posições que dialogam com as ideias clássicas do liberalismo. Englobando desde produções teóricas sobre o pensamento liberal até análises imediatas dos fatos que se destacam na realidade sócio-política brasileira ou internacional – sempre, em respeito ao seu estatuto, sem um engajamento partidário direto em relação a alguma legenda específica -, sua linha editorial envolve artigos liberais clássicos, liberais-conservadores, sociais-liberais e anarco-liberais/libertários, bem como está aberta a diferentes escolas econômicas liberais, sem exceção ou predileção, inclusive cedendo o espaço para autores nacionais e internacionais produzirem réplicas ou tréplicas sobre qualquer assunto pautado[340].

A atuação do IL, a partir de sua reformulação, em 2013, busca estabelecer novos canais de difusão e recrutamento a partir de novas mídias como blogs, redes sociais, postagem de vídeos na rede, entre outras. Por outro lado, tenta ampliar seu campo de

[340] Linha editorial do Instituto Liberal. In: http://www.institutoliberal.org.br/linha-editorial/, acesso em 30/12/2015.

atuação e projeção, onde, além de difundir os princípios liberais que o caracterizam desde sua fundação, também busca atrair novos perfis de seguidores de diferentes concepções do pensamento liberal e conservador. Muitos desses novos seguidores de distintas linhas do pensamento liberal, encontraram no IL um espaço para a divulgação de seus trabalhos como colunistas. Nesse sentido, o quadro de colunistas do IL, como pode ser verificado no Anexo II, são jovens universitários ou recém-formados que, ao mesmo tempo em que são atraídos pelos valores do IL, encontram no mesmo, um espaço de ressonância para suas ideias. Entre estes, podemos verificar uma expressiva adesão de seguidores/articulistas que também são membros de outros aparelhos privados de hegemonia, voltados ao público jovem, como o Instituto Von Mises Brasil (IMB) e, principalmente, o Estudantes Pela Liberdade (EPL) que trataremos com mais detalhes ao longo deste capítulo.

Entre os colunistas do IL (Anexo II) também figura um número substancial de professores universitários de instituições públicas e privadas de diferentes regiões do Brasil, colunistas e representantes de importantes veículos midiáticos, membros de outros aparelhos privados de hegemonia e integrantes de importantes instituições de representação classista e sindicatos patronais. Esse quadro de representação demonstra a ampliação da capacidade do IL em capilarizar o seu discurso nos mais distintos meios no conjunto da sociedade.

Apesar de sua reformulação institucional, o IL, todavia, mantém o essencial de sua concepção e base ideológica quanto ao papel do Estado e da sociedade. Segundo os pressupostos filosóficos que norteiam as ações do Instituto Liberal, “Estado e governo significam funcionalmente restrição à liberdade individual, pois constituem

necessariamente concentração de poder”[341]. E conclui a partir da seguinte afirmação: “devem, portanto, ser minimizados, isto é, ser contidos no âmbito de atribuições que não possam ser confiadas, a custo social razoável, aos particulares”[342]. Permanece, portanto, apesar das transformações em sua postura e metodologia de ação, sua concepção de Estado, baseada fundamentalmente nos pressupostos da tradição monetarista da Escola de Chicago e da doutrina neoliberal da Escola Austríaca de Economia.

4.2 – Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e a organização do principal evento da agenda liberal no Brasil: o Fórum da Liberdade

Outro aparelho privado de hegemonia, criado nos anos de 1980 e que exerce um importante papel no campo de atuação ideológica do empresariado é o Instituto de Estudos Empresariais (IEE). A instituição que se afirma como um *Think Tank* liberal, foi criada em Porto Alegre, em 1984, através da organização de um grupo de jovens empresários gaúchos (que viriam a criar o Instituto Liberal do RS em 1986). O objetivo da instituição era o de formar lideranças empresariais a partir da nova conjuntura política com o processo de redemocratização.

De acordo com o site do Fórum da Liberdade, o IEE foi fundado por “20 integrantes que, na época, vivenciavam um Brasil recém-saído de um regime autoritário e onde as políticas intervencionistas dominavam a discussão da nova ordem constitucional”[343]. Da mesma forma que os aparelhos privados de hegemonia já

[341] Missão e Valores do Instituto Liberal. In: http://www.institutoliberal.org.br/missao-e-valores/, acesso em 30/12/2015.
[342] *Idem.*
[343] http://forumdaliberdade.com.br/sobre-o-iee/, acesso em 29/08/2015.

apresentados neste estudo, o IEE surge como uma estratégia de ação da burguesia rio-grandense, frente ao campo aberto de disputas, com a expectativa da Assembleia Nacional Constituinte e as novas relações entre a classe dominante e o Estado, no novo jogo democrático que vinha sendo costurado no processo de transição. Essas lideranças declaravam-se comprometidas com o

> (...) ideal democrático de liberdades individuais subordinadas ao estado de direito [...] defendendo, de forma honesta e convicta, a liberdade de empreender e trabalhar, o lucro como prêmio pelos sacrifícios da poupança e do risco e a propriedade privada ou o direito de usufruir o fruto do trabalho[344].

Assim como o Instituto Liberal, o IEE caracteriza-se como uma associação civil sem vinculações partidárias e sem fins lucrativos. Suas ações, portanto, são financiadas por contribuições de seus associados e pelo apoio financeiro de grandes grupos empresariais. Dessa forma, o IEE não só representa os interesses de importantes grupos empresariais rio-grandenses, como também, atua no sentido de produzir o consenso intra-classe. Segundo Denise Gros, o Instituto de Estudos Empresariais contava, em seu quadro de investidores, com grandes grupos econômicos como: Gerdau (siderurgia), Localiza (maior locadora de automóveis da América Latina), Suzano (papel e celulose), Araújo (maior rede de drogarias de Minas Gerais), Ipiranga (distribuidora de combustíveis no Sul e no Sudeste do País), Mendes Júnior (construção pesada), Stemac (construção de geradores), Banco Itaú e TAM Linhas Aéreas[345].

O Instituto de Estudos Empresariais se insere no quadro dos intelectuais coletivos liberais partilhando dos mesmos pressupostos do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, sendo que grande parte de seus quadros figuram nas duas organizações. O IEE, entretanto, apresenta uma estrutura organizacional com mecanismos de atuação e formas de filiação

---

[344] IEE, 2009 *apud* GROS, *op cit*, 2010, p.189.
[345] IEE, 2009 *apud* GROS, *op cit*, 2003, p.190.

institucional bastante diferente de seu congênere. Primeiramente, o IEE funciona como uma organização fechada, de acesso restrito, com critérios bastante rigorosos que objetivam a formação de quadros de intelectuais orgânicos mais homogêneos. Segundo Denise Gros, o IEE vem com a "missão de preparar jovens empresários para assumir postos de liderança em entidades influentes da sociedade"[346] O processo de ingresso, por conseguinte, se faz por meio da indicação por um membro associado e ainda assim passa pela a aprovação do nome do indicado pela diretoria. Além disso, a instituição estabelece uma definição de idade onde, para ser aceito, o indicado deve ter entre 20 e 32 anos de idade e "estar envolvido com o risco inerente ao capital, isto é, estar à frente ou na linha de sucessão de empresa de qualquer ramo de atividade"[347]. Ou seja, a entidade empresarial de caráter eminentemente classista, organiza-se no sentido de formar/educar seus quadros de intelectuais orgânicos, como um "clube" fechado dos "escolhidos".

Em seu site o Instituto afirma que: "como pioneiro e referência na formação de líderes, o IEE foi modelo para entidades semelhantes em outras capitais brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte e Vitória"[348].

> Com 30 anos de existência, o IEE foi reconhecido pelo seu trabalho na formação de lideranças empresariais e na divulgação e promoção da cultura da liberdade. Em 2007 o Instituto recebeu o Templeton Freedom Award Grant como uma das mais promissoras instituições globais para defesa da liberdade. Já em 2013, foi reconhecido pela revista Forbes como o Think Tank que realiza o maior evento de discussão de ideias da América Latina, o Fórum da Liberdade. Foi classificado também como uma das 150 organizações que mais influencia transformações políticas, sociais e econômicas do mundo no ranking 2013 do Global Go to Think Tanks, organizado pela Universidade da Pennsylvania[349].

Em seus primeiros anos de atividade, nos anos de 1980, o Instituto de Estudos Empresariais contava com menos de 50 membros associados. Atualmente (2015), de

---

[346] GROS, op cit, 2010, p. 190.
[347] IEE, 2009 *apud* GROS, *op cit*, 2010, p.190.
[348] http://forumdaliberdade.com.br/sobre-o-iee/, acesso em 29/08/2015.
[349] http://forumdaliberdade.com.br/sobre-o-iee/, acesso em 29/08/2015.

acordo com o site do IEE, o quadro do Instituto conta com cerca de 190 membros entre associados honorários, que já finalizaram o ciclo de formação do Instituto, e sócios efetivos, que participam semanalmente de eventos internos de desenvolvimento e formação[350]. Ao longo de suas três décadas de existência, o programa de formação e "desenvolvimento de competências" na liderança empresarial, de acesso exclusivo para os seus membros associados, tem sido intenso. Esse programa, segundo Denise Gros:

> É desenvolvido através de eventos semanais, programados para estimular o debate e a troca de experiências, nos quais participam, como convidados, dirigentes de grandes empresas, bancos, federações e associações empresariais; acadêmicos do País e do exterior; políticos; ministros de Estado; embaixadores; e jornalistas, dentre outros. Esses eventos são organizados na forma de jantares-debate com palestrantes convidados; seminários de discussão sobre livros recomendados pelo IEE; simulações de júris sobre temas atuais, para desenvolver a capacidade de debate dos participantes; visitas técnicas a grandes empresas; além de cursos e seminários para complementar a formação dos associados na teoria liberal e mini colóquios, em parceria com o Instituto Liberdade (antigo IL/RS)[351].

A característica fundamental do IEE, enquanto aparelho privado de hegemonia, é a sua mobilização no sentido da formação de quadros de novos intelectuais orgânicos de atuação política e defesa dos valores neoliberais. O programa de formação de jovens lideranças empresariais executado através de cursos, colóquios e palestras, promovidos pelo IEE para o treinamento e formação de seus associados, trouxe empresários e autoridades de diferentes áreas de atuação de várias partes do País. Muitos destes são provenientes dos Institutos Liberais, professores de Economia e de Direito, também vinculados a outras entidades liberais, assim como representantes da sociedade política.

Desde seus primeiros anos de atividade, o IEE estabeleceu contatos com liberais de vários países latino-americanos, por meio de eventos, cursos ministrados no IEE por professores argentinos do Centro de Estudos da Liberdade, da Eseade e do Instituto de

---

[350] *Idem*.
[351] GROS, op cit, 2010, p. 190-191.

Economia Social de Mercado; do Instituto Libertad y Democracia do Peru; e da Universidade Francisco Marroquin da Guatemala, dentre outros. Esses contatos são estreitados anualmente nos Fóruns da Liberdade, de que se tratará adiante[352].

A partir dos anos de 1990, o IEE passa a desenvolver projetos voltados ao público externo, principalmente para o meio universitário. Com uma estratégia de difusão de ideias e produção de consenso os intelectuais do IEE passaram a organizar publicações e promover debates no meio acadêmico, como um mecanismo de difusão ideológica e ampliação de quadros. A partir dessa estratégia com o público jovem nas universidades, o IEE organiza, desde 1999, na PUCRS, o Fórum Universidade-Empresa, no qual são convidados líderes empresariais para dar seu testemunho e discutir temas referentes ao empreendedorismo, à liberdade de empresa, à competitividade, etc. O Instituto de Estudos Empresariais passou a produzir uma coletânea de artigos escritos por jovens associados do IEE, com o enfoque liberal sobre questões de política econômica ou social. As publicações são vinculadas à série de livros *"Pensamentos Liberais"*, lançada em 1994 e, atualmente, na 12ª edição.

No mesmo propósito, desde 1997, o IEE divulga também a revista bimestral eletrônica *Leader*, com artigos, entrevistas e informações sobre eventos organizados pela rede internacional de entidades liberais[353]. De acordo com o site do Instituto Liberdade, parceiro do IEE na publicação da revista *Leader*:

> A Revista *Leader* é publicada desde 1997 e atualizada bimestralmente na Internet, trata-se de mais uma ferramenta disponibilizada para a formação de líderes identificados com as ideias liberais. Contém artigos, entrevistas, cronogramas de eventos e notícias atuais e relevantes ao empreendedorismo[354].

---

[352] *Idem*, p. 191.
[353] *Idem*, p. 191.
[354] http://www.il-rs.org.br/site/biblioteca/periodicos/det_periodicos.php?recordID=12, acesso em 29/08/2015

O que qualifica o Instituto de Estudos Empresariais como um verdadeiro intelectual coletivo de ação político-ideológica estratégica e que caracteriza a sua proposta de formação de quadros de intelectuais orgânicos do projeto neoliberal no Brasil, é a organização do chamado *Fórum da Liberdade*. O Fórum representa um dos principais e mais divulgados eventos de difusão de valores e da concepção de mundo neoliberal realizado no Brasil. Organizado anualmente, o Fórum da Liberdade reúne palestrantes, autoridades e representantes de mais de uma centena de organizações liberais de todo o mundo. De acordo com o site do Fórum da Liberdade,

> O Fórum da Liberdade proporciona debates entre grandes palestrantes e fomenta alternativas objetivas e viáveis para equacionar os problemas do Brasil e da América Latina. Em consequência disso, como resultado da qualidade e riqueza dos temas, dos debates, dos palestrantes e do evento em si, o Fórum da Liberdade ganha a cada ano maciça cobertura da mídia nacional. Anualmente, o evento reúne um público médio de 5.000 pessoas e mais de 200.000 acessos no Fórum da Liberdade On-line, sendo que destes, mais de 150.000 são por meio das redes sociais – Facebook, Twitter e YouTube. O evento é acompanhando por mais de 25 mil fãs no Facebook, os vídeos do YouTube tiveram mais de 77.000 visualizações e a transmissão ao vivo atinge mais de 100 mil acessos no mês de realização do evento[355].

O IEE afirma que o objetivo do fórum é analisar "questões sociais, políticas e econômicas através do amplo debate de opiniões bem como da proposição de caminhos alternativos em direção a uma sociedade mais livre e próspera". O IEE expressa que o fórum é forjado na crença de uma nação plural e livre, configurando-se como uma iniciativa que fomenta a cultura e a educação em nosso país[356].

> Ao longo de suas edições, o Fórum já reuniu mais de 300 palestrantes, sendo 103 deles estrangeiros, cinco ganhadores do Prêmio Nobel (James Buchanan, Gary Becker, James Heckman, Douglass North e Mario Vargas Llosa), sete chefes de Estado, 53 lideranças políticas nacionais e internacionais e 16 ministros de Estado, além de lideranças empresariais, acadêmicos e estudiosos[357].

---

[355] http://forumdaliberdade.com.br/home/sobre-o-forum/, acesso em 29/08/2015.
[356] *Idem.*
[357] *Idem.*

Por conseguinte, apesar de se afirmar como um espaço para a pluralidade de ideias, o Fórum da Liberdade pode ser compreendido como um evento catalizador da ideologia neoliberal e, para além da difusão dos valores da sua concepção de mundo, apresenta propostas de políticas públicas, cobra e exerce pressão sobre a sociedade política pela aprovação de projetos e reformas, articula distintas frações da burguesia brasileira, agrega e condiciona novos quadros de intelectuais orgânicos. O fórum, portanto, enquanto principal evento da agenda liberal no Brasil, desenvolve um papel tático-operacional de difusão e articulação no quadro de reformulação da classe dominante brasileira. Segue a relação de Equipes de Gestão do IEE responsáveis pela organização do Fórum da Liberdade de 1988 a 2012, no quadro abaixo.

Quadro 4.10 – Equipe de Gestão do IEE e Organização do Fórum da Liberdade (1988 – 2012)

Ano	Cargos e seus Representantes
1988	**Presidente:** Carlos de Freitas e Castro Smith; **Vice-presidente:** Renato Malcon; **Diretores:** Carlos Biedermann; Luiz F. Girardi Feijó; Roberto André Dreifuss.
1989	**Presidente:** Carlos Biedermann; **Vice-presidente:** Flávio Sarmento Leite do Couto e Silva **Diretores: Leônidas Zelmanovitz; Ricardo L. Portella Nunes; Roberto André Dreifuss; Tomas A. Kisslinger.**
1990	**Presidente:** Eduardo França de Araújo Santos; **Vice-presidente:** Paulo Afonso Girardi Feijó; **Diretores:** André Loiferman; João V. de Macedo Júnior; Kléber de Oliveira Boelter; Peter Wilms.
1991	**Presidente:** André Loiferman; **Vice-presidente:** Rodrigo Vontobel; **Diretores:** Artur G. Gomes Ferreira; Daniel Tevah; Eduardo Estima; Margaret Tse
1992	**Presidente:** Daniel Tevah**Vice-presidente:** João Paulo Dias; **Diretores:** Jacob Milman; Maria R. Fürst de Souza; Ricardo Alexandre Wagner; Ricardo Boelter.
1993	**Presidente** André Burger; **Vice-presidente:** Marcelo Mueller Martinez; **Diretores**: Ernesto Ary Neugebauer; Roy Warncke Ashton; Paulo José Kolberg Bing; Wilson Ling.
1994	**Presidente:** Roy Warnck Ashton; **Vice-presidente:** Paulo Afonso Girardi Feijó; **Diretores**: Aureo Zanotta Villagra; Carlos R. de A. Santos; Carlos Fernando Souto; Victor Hugo Silveira Boff.
1995	**Presidente**: Carlos Fernando Souto; **Vice-presidente:** Péricles Pereira Druck; **Diretores***:* André Luis N. Silveiro; Felipe R. Araújo Santos; Jorge Antônio Dib; Júlio Fortini de Souza.
1996	**Presidente IEE**: Jorge Antônio Dib; **Vice-presidente:** Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter; **Diretores**: Claudio Spalter; Júlio Fortini de Souza; Marcelo Müller**;** Roberto G. Ochman.
1997	**Presidente**: Júlio Fortini de Souza; **Vice-presidente:** Luciano Mandelli; **Diretores**: Eduardo Cozza Magrisso; Felipe Sampaio Goron; Pedro A. Tedesco Silber; Ricardo Borges Ranzolin.

1998	**Presidente**: Pedro Alberto Tedesco Silber; **Vice-presidente:** Felipe Sampaio Goron; **Diretores**: André L. Kaercher Piccoli; George Lippert Neto; Dannie DubinKlaus Wietzke Brodbeck.
1999	**Presidente**: Felipe Sampaio Goron; **Vice-presidente:** Klaus Wietzke Brodbeck**; Diretor Tesoureiro:** Ruwin Libermann; **Diretor Secretário:** Arthur Chagas Diniz e Jorge Gerdau Johannpeter; **Diretor de Eventos:** Sergio Grinberg Lewin; **Diretor Suplente:** Rodrigo da Silva Gazen.
2000	**Presidente:** Sérgio Grinberg Lewin; **Vice-presidente:** Alencar Velho Caputo; **Diretor Tesoureiro:** Flávio Veríssimo da Fonseca; **Diretor Secretário:** Pedro Dominguez Chagas; **Diretor de Eventos:** Daniela Antonieta Tumelero.
2001	**Presidente**: Telmo Netto Costa Junior; **Vice-presidente:** Pedro Dominguez Chagas; **Diretor Tesoureiro:** Luiz Felipe Schiavon; **Diretor Secretário:** Ricardo D. C. Barcellos; **Diretor de Eventos:** Henri Chazan; **Diretor Suplente:** Rodrigo Schwalm Lacroix.
2002	**Presidente:** Pedro Dominguez Chagas; **Vice-presidente:** Rodrigo Lacroix; **Diretor Tesoureiro:** Luciano Brochmann; **Diretor Secretário:** Felipe Pozzebon; **Diretor de Eventos:** Caio Sbruzzi. **Diretor Suplente:** Luiz Eduardo Fração
2003	**Presidente**: Felipe Dreyer de Avila Pozzebon; **Vice-presidente:** Luiz Eduardo Fração; **Diretor Tesoureiro:** Mathias Kisslinger Rodrigues; **Diretor Secretário:** André Buneder; **Diretor de Eventos:** Marcelo Schiavon; **Diretor Suplente:** Lars Knorr.
2004	**Presidente**: Luiz Eduardo Fração; **Vice-presidente:** Lars Knorr; **Diretor Tesoureiro**: Alessandro Gasperin Barreto; **Diretor Secretário:** Leandro Gostisa; **Diretor de Eventos:** Rodrigo Sant'anna; **Diretor Suplente:** Rafael Padoin Nenê.
2005	**Presidente**: Lars Knorr; **Vice-presidente:** Leandro Gostisa; **Diretor Tesoureiro:** André Sant`Ana; **Diretor Secretário:** Gustavo Bücker de Souza; **Diretor de Eventos:** Paulo Uebel; **Diretor Suplente:** Karina Drews.
2006	**Presidente**: Leandro Gostisa; **Vice-presidente:** Paulo Uebel; **Diretor Financeiro:** Wagner Lenhart; **Diretor Secretário:** Marcelo Sanvicente; **Diretor de Formação:** Giancarlo Mandelli; **Diretor de Comunicação**: Isabelle Isdra.
2007	**Presidente**: Paulo Uebel; **Vice-presidente:** Giancarlo Mandelli; **Diretor Financeiro:** Rafael Sá; **Diretor Secretário:** Pedro Coelho; **Diretor de Formação:** Vicente Perrone; **Diretor de Comunicação:** Rochele Silveira.
2008	**Presidente**: Giancarlo Mandelli; **Vice-presidente:** Rafael Sá; **Diretor Financeiro:** Eduardo Sampaio; **Diretor-secretário:** Luiz Leonardo Fração; **Diretor de Formação:** Gustavo Ene; **Diretor de Comunicação:** Gabriel Barbosa.
2009	**Presidente**: Rafael Sá; **Vice-presidente:** Luiz Leonardo Fração; **Diretor Financeiro:** Cristiano Xavier; **Diretor Secretário:** Felipe Quintana; **Diretor de Formação:** Marcus Klee Lopes; **Diretor de Comunicação:** Gabriel Rezende.
2010	**Presidente:** Luiz Leonardo Fração; **Vice-presidente:** Felipe Quintana; **Diretor Financeiro:** Bruno Zaffari; **Diretor de Eventos:** Michael Sopper; **Diretor de Formação:** Ricardo Gomes; **Diretor de Comunicação:** Eduardo Fernandez.
2011	**Presidente**: Felipe Quintana; **Vice-presidente**: Ricardo Santos Gomes; **Diretor Financeiro**: Guilherme Peretti; **Diretor de Eventos**: Tomas Petter; **Diretor de Formação**: Vasco Maestri Trindade; **Diretor de Comunicação**: Priscila Drebes Filimberti.
2012	**Presidente**: Ricardo Santos Gomes; **Vice-presidente**: Getúlio Sangalli Reale; **Diretores:** Raul Lutz Kroeff; Maurício Mezacaza Filippon; Fábio Maia Ostermann; Stephania Nunes; Carolina Fuhrmeister.

Elaboração própria. Fonte: Site do Fórum da Liberdade: http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/, acesso em 29/08/2015)

O primeiro Fórum da Liberdade foi realizado para "colocar o Rio Grande do Sul no cenário nacional". O evento realizado em 14 de abril de 1988, trouxe jornalistas e dirigentes de entidades empresariais para debater questões sobre liberdade e economia. Nele estavam presentes Roberto Campos (Economista doutor *honoris causa* pela Universidade de Nova Iorque, deputado federal, ex-senador, ex-ministro do Planejamento, ex-Embaixador em Londres e em Washington e diplomata de carreira); Donald Stewart Júnior (Diretor-presidente da Ecisa Engenharia, Fundador e Diretor-presidente do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, Presidente do Conselho Nacional de Institutos Liberais); Roberto Bornhausen (Presidente do Unibanco, Presidente Febraban e Fenaban, Presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo); Amaury Temporal (Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil); César Rogério Valente (Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul – Federasul); Manoel Francisco do Nascimento Brito (Presidente do Sistema Jornal do Brasil); Jorge Wilson Simeira Jacob (Presidente do Grupo Fenícia/Presidente do Instituto Liberal de São Paulo); Henry Maksoud (Fundador e presidente da Hidroservice Engenharia e da HM Hotéis e Turismo, proprietário do Maksoud Plaza, em São Paulo, Presidente do Grupo Visão, membro do Instituto Liberal e da Sociedade Mont Pelerin); Fernando Collor de Mello (Político, ex-governador do estado de Alagoas e pré-candidato à presidência da república, nas eleições de 1989); Luiz Antônio Medeiros (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo); Flávio Antônio Corrêa (Presidente das Empresas Ogily&Mather); Jorge Gerdau Johannpeter (Diretor-presidente do Grupo Gerdau, Presidente da Associação das Siderúrgicas Privadas – ASP, dirigente do Instituto Liberal)[358].

[358] http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/, acesso em 29/08/2015.

Evidencia-se uma forte relação entre o Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Liberal a partir da relação de representantes do primeiro Fórum da Liberdade, além da forte presença de empresários pertencentes a grandes grupos econômicos e de organizações corporativas de representação classista. Já no segundo fórum, realizado em 1989, o evento foi realizado em meio à campanha eleitoral para a Presidência da República. Dele participaram Ronaldo Caiado (Presidente da União Democrática Ruralista e candidato a Presidente pelo Partido Social Democrático - PSD); Paulo Rabello de Castro (Economista da Fundação Getúlio Vargas e fundador da CEDES); Luiz Inácio Lula da Silva (Candidato a Presidente pelo Partido dos Trabalhadores – PT); Mário Covas (Candidato a Presidente pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB); Luiz Carlos Mandelli (Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS); José Wilson Simeira Jacob (Presidente do Instituto Liberal de São Paulo); Leonel de Moura Brizola (Candidato a Presidente pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT)[359].

Através do Fórum, o IEE tem levado a Porto Alegre representantes de importantes organizações liberais dos EUA e da América Latina. Dentre elas, merecem destaque, pela importância na rede neoliberal, as instituições latino-americanas que têm participado constantemente do evento como a Fundacion Internacional para La Libertad, além de fundações e institutos liberais da Argentina, do Peru, da Guatemala, do Chile e do México[360]. O quadro a seguir apresenta uma espécie de síntese do Fórum da Liberdade de 1988 a 2014, contendo os temas e alguns elementos considerados de destaque em cada edição. Os elementos destacados dizem respeito à pesquisa, não sendo apontados, portanto, pelo próprio Fórum ou pelo IEE.

---

[359] http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/, acesso em 29/08/2015.
[360] GROS, *op cit*, 2010, p. 193.

Quadro 4.11 - Fórum da Liberdade (1988 a 2014)

Ano	Tema	Destaque
1988	Questões Políticas, Econômicas e Sociais do Brasil	Ano de lançamento do evento com destaque para a apresentação do senador e expoente do pensamento Econômico no Brasil, Roberto Campos. Apresentação do pré-candidato às eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor de Melo.
1989	As Propostas dos Candidatos à Sucessão Presidencial no Brasil	No segundo ano do evento foram convidados os candidatos à Presidência da República, incluindo os candidatos da esquerda como Leonel Brizola e Lula da Silva.
1990	A Busca da Modernidade. O Desafio Latino-Americano.	Discussões sobre o liberalismo na América Latina com apresentação de políticos como Alvaro Alsogaray, ministro no governo de Carlos Menem e Hernan Büchi, ex-ministro da Economia no Chile.
1991	Os Caminhos para a Próxima Década. As Soluções Liberais e Sociais-Democrata	Expectativas e prognósticos para os anos 90. Entre uma maioria de economistas, destaca-se a participação dos filósofos Armando de La Torre (Guatemala), Emílio Pacheco (EUA) e Roberto Salinas (México).
1992	Estado ou Mercado: Quem Melhor Defende a Ecologia?	Nas discussões sobre ecologia a partir da "mercantilização" dos recursos naturais, além dos PhDs em Economia pela Universidade de Washington, e Omar Carneiro da Cunha, Presidente da Shell no Brasil, destacamos a participação do ultraliberal conservador da tradição austríaca Walter Block.
1993	O Desafio da Reforma Constitucional	Debates sobre a "necessidade" de reformas constitucionais para o mercado. Destaca-se as participações de Roberto Campos, Nelson Jobim, Aloísio Mercadante (PT) e James Buchanan (George Mason University; Prêmio Nobel de Economia de 1986).
1994	A Educação em Crise	Debates sobre educação na concepção de mercado e privatização. Presença de Gary Becker (Escola de Chicago; Prêmio de Economia 1992). Destaca-se participação de Leonel Brizola (PDT) e de Paulo Maluf (PP).
1995	Globalização e Livre Comércio Internacional	Na discussão sobre a reformulação do papel do Estado e abertura econômica, com destaque para Israel Kirzner (Escola Austríaca de Econômica) e pela presença de Paulo Francis (Jornalista, filósofo, diretor de teatro).
1996	Desafio Brasileiro: Custo Brasil	Presença de José Alexandre Scheinkman (Chefe do Dep. de Economia da Universidade de Chicago) e Lawrence W. Reed (Presidente da "The Mackinac Center For Public Policy").
1997	O Desafio de um mundo sem empregos	Discussões sobre emprego e "necessidade" de reformas na legislação do trabalho (flexibilização). Destaque para a Presença de Ruth Richardson (Ex-ministra da Economia da Nova Zelândia), James Heckman (Especialista em Economia do Trabalho, Universidade de Chicago) e Deepak Kumar Lal (consultor do Banco Mundial).
1998	Os Limites do Poder, Poder e	Reflexões sobre o papel do Estado. Participação de Walter Williams (Universidade George Mason) e Jirí Kinkor

	sociedades	(Economista da República Checa).
1999	E agora, Brasil? Caminhos para o desenvolvimento	Com mediação da jornalista e comentarista de economia Miriam Leitão, teve a participação de Paulo Renato (ministro da Educação no governo FHC) e Emílio Pacheco Rodriguez (Liberty Fund).
2000	1000 anos: O Brasil em perspectiva. Onde é que esta história vai parar?	Destaque para a presença dos políticos Ciro Gomes, José Genuíno e figuras como José Osvaldo de Meira Penna (Instituto Liberal e membro da *Mont Pélerin Society*) e do filósofo reacionário, Olavo de Carvalho.
2001	A crise social brasileira: causas, desafios e soluções	Destaque para a presença de Henrique Meirelles, José Dirceu (PT), Eduardo Suplicy (PT), Leonel Brizola (PDT), do pensador liberal Guy Sorman (Universidade de Paris) e Olavo de Carvalho.
2002	Os desafios da democracia no século XXI	O debate contou com a presença de José Serra (Senador da República e candidato a Presidência da República pelo PSDB), Emílio Pacheco (Liberty Fund), Richard Pipes (Historiador de Harvard) e Olavo de Carvalho.
2003	Civilização ou Barbárie: em que mundo vamos viver	Destaque para as participações de Geraldo Brenner (Estudioso das Relações entre a Economia e o Crime), Raymond Frey (Doutor em Filosofia, Ensaísta sobre Violência, Terrorismo e Justiça), o médico Drauzio Varella e Hector Babenco (Cineasta, Diretor do Filme "Carandirú").
2004	Desenvolvimento e Liberdade	As discussões sobre liberalismo e ideologia de mercado, com Jacob Hornberger (Escritor e fundador do The Future of Freedom), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o jornalista e escritor Eduardo Bueno e Olavo de Carvalho.
2005	A Cultura do Trabalho	Caracterizado pelas posições polêmicas e moralistas de convidados como o ultraliberal e conservador cultural Walter Block e novamente Olavo de Carvalho.
2006	O Poder no Brasil: Quais os Direitos e Deveres dos Governos	O evento ficou marcado pelo lançamento oficial do Instituto Millenium (IMIL).
2007	Propriedade e Desenvolvimento	Presença de Becky Norton Dunlop (Presidente da Heritage Foundation), José Júnior (Coordenador do Afro Reggae) Frei Betto (Escritor e religioso dominicano-brasileiro) e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.
2008	Agora, o Mercado é o Mundo	Discussões sobre livre comércio, reformas para o mercado e globalização. Entre os palestrantes estavam Henrique Meirelles e Rodrigo Constantino (colunista da Veja, O Globo e Valor Econômico).
2009	Cultura da Liberdade	Apresentações sobre protecionismo e intervencionismo estatal. Destaque para a participação de Ruth Richardson (Ministra das Finanças da Nova Zelândia entre 1990 e 1993) e Demétrio Magnoli (Sociólogo e geógrafo).
2010	Seis Temas para Entender o Mundo	O evento ficou marcado pelo lançamento oficial do Instituto Von Mises Brasil (IMB). Com apresentações de Rodrigo Constantino e Tom Woods (membro sênior do Ludwig Von Mises Institute) e David Friedman (Economista e escritor).
2011	Liberdade na Era	Discussões sobre liberdade individual, educação e livre

	Digital	economia na web. Com presença do cantor Lobão, do humorista e membro do Instituto Millenium, Marcelo Madureira e Rodrigo Constantino.
2012	2037: que Brasil será o seu?	Lançamento público da organização Estudantes Pela Liberdade (EPL). Com participação de Hélio Beltrão (Instituto Von Mises Brasil) e Rodrigo Constantino (Millenium e Instituto Liberal).
2013	O que se vê e o que não se vê	Discussões sobre empreendedorismo, protecionismo, liberdade de imprensa, infraestrutura e segurança pública. Entre os apresentadores estavam Jorge Gerdau Johannpeter e o ex-governador e pré-candidato à presidência, Eduardo Campos.
2014	Construindo Soluções	Aécio Neves (Presidente Nacional do PSDB, Senador e candidato à Presidência da República), Luiz Felipe Pondé (Colunista do jornal Folha de São Paulo e Comentarista do jornal da Cultura) e Rodrigo Constantino.

Elaboração própria. Fonte: http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/, acesso em 29/08/2015).

A partir das informações apresentadas no quadro, podemos apontar algumas características deste evento que representa o principal espaço de difusão do pensamento liberal no Brasil. É importante destacar que, apesar de se configurar como um fórum eminentemente voltado ao público liberal, em algumas edições apresentou certa heterogeneidade de pensamento, com presença de representantes e políticos de esquerda, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Frei Beto e alguns outros candidatos do próprio PT, como Aloísio Mercadante, José Genuíno, Eduardo Suplicy e José Dirceu. No mesmo sentido, pode-se verificar a participação do ex-governador Leonel Brizola, em três eventos (1989, 1994, 2001). Entretanto, essas participações não representam qualquer cisão na estruturação ideológica que norteia o evento. Em todos os eventos, justamente por se tratar de um espaço de difusão do liberalismo, temos convidados e palestrantes na grande maioria composta por políticos, pensadores, economistas e empresários defensores da ideologia de mercado.

Se em alguns momentos tivemos uma certa pluralidade com representantes de esquerda no evento, por outro lado, podemos observar a participação frequente de personalidades representantes do pensamento doutrinário, ultraliberal e conservador cultural como Walter Block da tradição austríaca e com as presenças frequentes do

filósofo reacionário Olavo de Carvalho e do colunista já citado Rodrigo Constantino.

Outro aspecto importante diz respeito aos temas dos vinte e quatro anos do Fórum da Liberdade contemplados na pesquisa. A grande maioria das propostas temáticas orbitavam em torno dos interesses da burguesia brasileira em sua atualização das formas de dominação, tendo como mecanismo fundamental a reconfiguração do papel do Estado, a partir dos pressupostas da economia de mercado.

O Fórum da Liberdade desde sua primeira edição em 1988, contou com a presença de uma grande lista de representantes internacionais, vinculados a grupos econômicos, meios universitários, sociedade política, assim como, pertencentes a importantes organizações burguesas. Entre eles estão: Armando De la Torre (Filósofo e docente da Universidade Francisco Marroquím – Guatemala, também apresentou conferências pelo Instituto Liberal); Hernan Büchi (Ex-ministro do Chile); Henrique Ghersi (Deputado Federal – Peru); Alberto Benegas Lynch (Economista da Argentina); Roberto Salinas (Filósofo do México); Richard Stroup (PhD em Economia pela Universidade de Washington); Terry Anderson (PhD em Economia pela Universidade de Washington); Jo Ann Kwong (PhD em Administração de Recursos Humanos pela Universidade de Michigan); o já citado Walter Block (PhD em Administração pela Columbia University); Richard Epstein (Professor de Direito da Universidade de Chicago); Juan Bendfeldt (Diretor do Centro de Estudos Econômicos e Sociais – Guatemala); Jacob Hornberger (Presidente da Fundação Para o Futuro da Liberdade – USA); Gary Becker (Professor da Escola de Chicago, Prêmio de Economia – 1992); Leandro Canto (Presidente do Instituto “La Pallosa para El Estudio de Acción Pública” - Venezuela); Mário Vargas Llosa (Escritor e doutor honoris causa em várias das mais importantes universidades da Europa e dos EUA); Israel Kirzner (PhD em Economia pela New York University – instituição onde Mises lecionou nos EUA – e principal representante vivo da Escola Austríaca de

Teoria Econômica); Zheng Hongye (Chairman do Conselho de Promoção de Comércio Internacional da China, com status de Ministro de Estado); Lawrence W. Reed (Presidente da “The Mackinac Center For Public Policy”); Ruth Richardson (Ex-ministra da Economia Nova Zelândia); James Heckman (Especialista em Economia do Trabalho e professor na Universidade de Chicago); Carlos Alberto Montaner (Mestre pela Universidade de Miami e estudos de doutorado na Universidade de Madrid); Deepak Kumar Lal (Economista, professor da Universidade da Califórnia; consultor do Banco Mundial e diretor do Centro de Estudos Políticos de Londres); Jirí Kinkor (Economista da República Tcheca); Walter Williams (Professor de Economia e diretor geral de Microeconomia na Universidade George Mason); Angus Maddison (Economista e historiador econômico, consultor para os governos do Brasil, Ghana, Grécia, México e Paquistão); Guy Sorman (Professor de Economia e Filosofia Política do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Paris, também apresentou conferências pelo Instituto Liberal); Peter Ferrara (Membro sênior do Cato Institute de Washington, professor adjunto de direito e diretor do Programa Juris Máster de George Mason); Tom Miller (Diretor de estudos de política de saúde do Cato Institute e articulista dos jornais Wall Street, Journal Reader’s Digest); Enrique Duhau (Presidente da Organização Democracia Directa, na Argentina); Eugênio Guzmán (Diretor do Programa Político-Institucional do Instituto Libertad Y Desarollo, no Chile); Pablo Guido (Professor e economista-chefe da Fundação Atlas para uma Sociedade Livre, na Argentina); Richard Ebeling (Professor de Economia e chefe do Departamento de Economia e Administração de Empresas do Hillsdale College, em Hillsdale, Michigan, Estado Unidos); Richard Pipes (Professor emérito de história da Universidade de Harvard, Boston, Estados Unidos); Ricardo Lopez Murphy (Mestre em economia e ex-Ministro da Defesa e da Economia da Argentina); Alejandro Chafuen (Economista, escritor, comentarista e ex-

CEO da Atlas Economic Foundation); Tom Woods (Escritor, bacharel em história e membro sênior do Ludwig Von Mises Institute); Lawrence Reed (Economista, mestre em história e Presidente do Foundation for Economic Education). Tom Palmer (membro do Instituto Cato / vice-presidente de Programas Internacionais da Atlas Economic Research Foundation / diretor-geral da Global Atlas de Livre Comércio, Paz e Prosperidade)[361].

Essa extensa lista de convidados internacionais do Fórum da Liberdade demonstra, tendo em vista a variedade de áreas de formação e atuação, a multiplicidade de temas e debates envolvidos no evento, além da heterogeneidade de posições ideológicas, sem perder o horizonte pautado nas matrizes liberais e no conservadorismo. Além disso, apresenta a aproximação do IEE e do Instituto Liberal com diversas e importantes organizações liberais. Como afirma Denise Gros:

> Além dos representantes da América Latina, deve-se destacar a constante presença, nos Fóruns da Liberdade, de palestrantes vindos da Sociedade Mont Pelerin e de importantes *think tanks* liberais norte-americanos, como os já citados Atlas Economic Research Foundation e Liberty Fund, além da Foundation for Economic Education do Institute for Humane Studies, do Cato Institute, do Independent Institute, da Hoover Institution e da Heritage Foundation.[362]

A atuação do Instituto de Estudos Empresariais no quadro de reconfiguração da estratégia de dominação burguesa no Brasil, busca de forma pedagógica "educar" os jovens burgueses para a "liderança" e ação político-ideológica –, assim como, na formação de quadros de novos intelectuais orgânicos. Por conseguinte, desenvolve ações

---

[361] http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/, acesso em 29/08/2015.

[362] "A Foundation for Economic Education é uma das mais antigas organizações de livre-mercado dos EUA, tendo sido criada em 1946 por Leonard Read, empresário e então Diretor da Câmara de Comércio dos EUA, com apoio de acadêmicos de importantes universidades norte-americanas (Nash, 1996). Sua missão é divulgar as ideias do liberalismo através da defesa de princípios como "a propriedade privada, a liberdade individual, o estado de direito, o livre-mercado e a superioridade moral da escolha e a responsabilidade individuais sobre a coerção" (Foundation for Economic Education, 2009). Mantém programas educacionais sobre os princípios da liberdade para jovens colegiais e universitários, além de distribuir várias publicações e promover conferências e seminários" GROS, Denise Barbosa. *Novas Formas de de Ação Política do Empresariado Gaúcho nas Últimas Décadas*. Revista A evolução social - Três décadas de economia gaúcha, v.3: 2010, p. 193.

de longo prazo – uma vez que, a "educação" para o consenso e difusão de uma concepção de mundo no plano político e cultural, são transformações possíveis somente em um longo processo histórico e social. Por outro lado, sua articulação com outros aparelhos privados de hegemonia nacionais e internacionais, demonstra uma multiplicidade e a capilaridade da estratégia de dominação burguesa brasileira no conjunto do capital mundializado. Além disso, o Fórum da Liberdade, como vimos, pode ser compreendido como uma fundamental arena de difusão ideológica e formação doutrinária para diferentes frações da burguesia.

4.3 – De Instituto Liberal do Rio Grande do Sul para Instituto Liberdade

A partir da organização e mobilização do empresariado gaúcho, em 1986 foi fundada a primeira unidade do Instituto Liberal fora do Rio de Janeiro, processo que se consolidou com a transformação do IL em rede com unidades espalhadas por diversos estados do Brasil. Foi fundado por um "grupo de jovens empresários, com o apoio dos membros do IEE e do empresário gaúcho Jorge Gerdau Johanpeter, Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais à época"[363]. O instituto, como os demais Institutos Liberais do País, dispunha, em sua fundação, de um Conselho de Mantenedores composto por representantes de algumas das maiores empresas do Estado: "Gerdau, Olvebra, Petropar, Supermercados Real, Encol e Iochpe. O Presidente do Conselho do IL-RS à época, Luis Carlos Mandelli, era também Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIRGS)"[364].

---

[363] GROS, op cit, 2010, p. 187.
[364] *Idem.*

O Instituto Liberdade teve suas raízes no Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, mas como já era previsto pelo próprio documento que rege os princípios fundamentais dos Institutos Liberais, a entidade gaúcha buscava desenvolver atividades autônomas e independentes para a região Sul da Rede Liberal. Com o declínio do processo de descentralização da rede do IL, no final dos anos de 1990, houve o encerramento de atividades de algumas unidades estaduais e autonomia jurídica de outras, dessa forma o IL-RS passou a ser designado, a partir de 11 de maio de 2004, como Instituto Liberdade. A instituição se auto-declara como sendo um *think tank* por excelência. Defendendo fundamentalmente as bandeiras da propriedade privada, da livre iniciativa e da economia de mercado, o instituto se qualifica como um "produtor de ideias e de influências". Segundo a cientista social Denise Barbosa Gros,

> A mudança de nome em 2004, de Instituto Liberal para Instituto Liberdade, foi explicada como uma estratégia de comunicação, já que a palavra liberal no País é também associada à esfera político-partidária, devido à existência do Partido Liberal. Essa mudança não implicou alteração na linha de ideológica ou de pensamento, nos programas ou nos projetos do instituto, destinados às áreas cultural e acadêmica. Também foi mantida a relação de identidade, afinidade e operação conjunta com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, que manteve o nome original[365].

O Instituto Liberdade tem em seu grupo de dirigentes grandes empresários gaúchos, advogados e representantes de importantes organizações liberais como Liberty Fund (EUA) e Mont Pélerin Societ, além de membros de outras instituições de representação de classe e sindicatos patronais. Compõe o quadro de presidentes do instituto:

Quadro 4.12 – Presidentes do IL-RS / Instituto Liberdade (1986 - 2014)

Gestão	Nome do Presidente	Designação
1986-1989	Winston Ling: (Olvebra, Petropar, formação em Administração de Empresas. Master of Sciences in Management Stanford Business School – USA).	Instituto Liberal-RS

[365] *Idem*

1989-1992	Carlos Biedermann (PwC)	Instituto Liberal-RS
1992-1993	Leônidas Zelmanovitz: (Membro da Mont Pélerin Society; fundador e presidente da empresa Mercúrio D.T.V.M S.A.; Fellow no Liberty Fund Inc).	Instituto Liberal-RS
1993-1997	Wilson Ling: (MBA pela Universidade de Chicago - USA, Petropar).	Instituto Liberal-RS
1997-2001	Carlos Fernando Souto: (Presidente do IEE, 1994-1995); Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais (CONIL). Vice-Presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL). Conselheiro no Conselho Superior da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA). Presidente e membro do Conselho Regional da AMCHAM/RS.	Instituto Liberal-RS
2001-2004	Ricardo Borges Ranzolin: Silvério Advogados, Diretor e Conselheiro do Instituto de Estudos Empresariais (1996-2011).	Instituto Liberal-RS
2004-2007	Sergio Grinberg Lewin: (Silvério Advogados; presidente do Instituto de Estudos Empresariais - IEE -1999/2000; Diretor do Junior Achievement do Rio Grande do Sul)	Instituto Liberdade
2007-2010	Ricardo Chaves Barcelos: (Trench, Rossi e Watanabe Advogados).	Instituto Liberdade
2010-2012	Henri Chazan (advogado, Membro da Mont Pélerin Society).	Instituto Liberdade
2012-2014	Ricardo Sondermann: (Diretor da SONDES, entre 1986 e 1998 trabalhou em comércio exterior no setor da MODA, no ramo têxtil. Professor da ESPM desde 2010, coordenador da Incubadora Criativa de Porto Alegre, e vice-presidente da FEDERASUL, desde 1996).	Instituto Liberdade

Elaboração própria. Fonte: http://www.il-rs.org.br/site/info/inst/galeria.php, acesso em 06/10/2015.

A estrutura organizacional do Instituto Liberdade é composta por um Conselho Administrativo, Conselho Acadêmico e Conselho Fiscal. O grupo de dirigentes que compõem o Conselho de Administração do Instituto, a partir de 2012, é representado por André Loiferman (Conselheiro da Junior Achievement Brasil); Frederico Lantz, Henri Siegert Chazan (Membro da Mont Pélerin Society); Margaret Tse (diretora da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul), membro do conselho deliberativo do CIEE-RS, membro do IEE, especialista do IMIL, colaboradora do International Center for Economic Growth (ICEG), pesquisadora da Fundação Atlas de pesquisa Econômica e diretora do Holdtse Investimentos e Participações Ltda.); Ricardo Borges Ranzolin (Silvério Advogados, IEE); Ricardo D. Chaves Barcellos

(Trench, Rossi e Watanabe Advogados); Rodrigo Vontobel (advogado); Sergio Lewin (Vice-presidente da Federasul, ex-presidente do IEE, especialista do IMIL); Wilson Ling (Petropar, Instituto Ling).

O Conselho Acadêmico tem como representantes: André Burger (Senior Partner da Proinvest, membro do IEE e da Mont Pélerin Society), Carlos Fernando Souto (ex-presidente do IEE; Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais (CONIL). Vice-Presidente da FEDERASUL, conselheiro no ACPA; Presidente e membro do Conselho Regional da AMCHAM/RS), Leônidas Zelmanovitz (Membro da Mont Pélerin Society), Paulo Uebel (diretor FEDERASUL, ex-presidente do IEE, conselheiro da FIERGS, diretor geral do LIDE SUL e diretor-executivo do Instituto Millenium). E o Conselho Fiscal é representado por William Ling (Petropar, Instituto Ling)[366].

O instituto demonstra como sendo sua principal arena de ação político-ideológica, a produção de consenso e formação de novos intelectuais orgânicos para a difusão dos valores e pressupostos característicos da Escola Austríaca de Economia. Estão entre algumas das principais ações de difusão ideológica neoliberal desenvolvidos pelo Instituto Liberdade, ou com sua participação, a organização de programas de formação e complementação acadêmica, como o *"Curso de Direito e Economia: uma visão econômica do direito"* e o *"Curso de extensão de Formação de Lideranças Instituto Liberdade"*; a participação e Lançamento do Índice de Liberdade Econômica (Heritage Foundation[367], um dos maiores *Think Tanks* liberais do mundo); a participação e Lançamento do chamado *"Índice de Direitos de Propriedade"* (IIDP); o programa de naturalização de valores liberais denominado *"Hora da Realização Humana"*; a

[366] http://www.il-rs.org.br/site/info/quemsomos.php, acesso em 06/10/2015.
[367] Fundada em 1973, a Fundação Heritage é um dos maiores *Think Tanks* liberais do mundo, cujo objetivo fundamental é formular e promover políticas públicas conservadoras, baseadas nos princípios da livre iniciativa, na redução do papel do Estado, na liberdade individual, nos valores tradicionais americanos, e na forte defesa nacional. In: http://www.heritage.org/. Acesso em 11/06/2016.

organização e/ou participação em eventos de difusão e formação de quadros de novos intelectuais, como os Colóquios Instituto Liberdade e Ciclo de Colóquios Latino-Americano do Instituto Liberdade; o programa de auto-promoção institucional e difusão ideológica neoliberal promovida a partir de debates e palestras, entre elas, as temáticas: *"Com o foco no Reino Unido: RS & UK, o marketing possível", "Com o foco nos Estados Unidos da América", "Debate sobre Cuba e Direitos Humanos",* entre muitas outras; e a disponibilização em seu endereço eletrônico, de uma biblioteca digital com vasta lista de obras liberais.

O público acadêmico, principalmente os estudantes universitários, figuram entre os principais grupos de interesse na estratégia de "formação" política organizada pelo instituto, no sentido de "educar" novos intelectuais formadores de opinião, disputando espaços no interior de universidades e outros espaços característicos da academia. De acordo com Denise Gros, os dois aparelhos privados de hegemonia liberais gaúchos (IEE e Instituto Liberdade) buscaram estreitar relações com a PUC-RS. Além de mudar sua sede para o prédio da Tecnopuc, em março de 2008, o Instituto Liberdade passou a desenvolver algumas atividades conjuntas com a Universidade[368].

Com essa proposta, a entidade desenvolveu, a partir de 2008, o projeto "Colóquio Instituto Liberdade 2008/2009". O projeto tem articulação com a Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia, Hotelaria e Turismo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FACE-PUCRS), onde a proposta é patrocinada pelo Instituto Ling[369] (instituição da família Ling que compõe o grupo de

[368] GROS, *op cit*, 2010, p. 189.
[369] O Instituto Ling é uma entidade que atua no campo educacional como ênfase nas concepções de gestão empreendedora, financiando projetos e fornecendo bolsas de estudos em instituições internacionais. Foi fundado em 1995, por iniciativa do casal Sheun Ming Ling e Lydia Wong Ling. In: http://www.institutoling.org.br/index.php/conheca-o-instituto-ling/, acesso em 29/12/2015.

dirigentes do IL) e Instituto Gerdau[370] (de Jorge Gerdau Johannpeter, dirigente do IL e outros vários APHs do empresariado). O evento caracteriza-se por um ciclo de estudos e debates baseados em bibliografia liberal previamente definida por seus organizadores, para o público de jovens universitários. Os temas, segundo o instituto, envolvem áreas como "educação, saúde, segurança, corrupção, economia, legislação, meio ambiente, propriedade, desenvolvimento e voltados para a disseminação dos direitos de propriedade, livre mercado, estado de direito e liberdades individuais"[371].

A primeira edição do colóquio foi realizada em outubro de 2008, com o tema "Os Limites da Liberdade de Escolha", tendo como bibliografia de referência "*A Lei*", de Frédéric Bastiat. A Segunda edição, em novembro do mesmo ano, teve como tema "Brasil, quando chegará a nossa vez? Para enriquecer, alguém precisa empobrecer?' e teve como bibliografia *"O que todos deveriam saber sobre economia e prosperidade"* de James D. Gwartney e Richard L. Stroup. A Terceira edição, em abril de 2009, teve o tema *"Regulação do Mercado de trabalho - Você é a favor ou contra a lei do estágio?"*, e terá como bibliografia *"O Salário mínimo não ajuda aos pobres"* de Deepak Lal e *"O que é liberalismo"* de Donald Stewart Jr (fundador e presidente do IL).

Em setembro de 2009, foi realizada a quarta edição do colóquio do Instituto Liberdade, cujo tema foi "*A crise acabou? O momento é de recuperação ou de recessão?*". A bibliografia de referência foi: "A vidraça quebrada", "A dispensa" e "O imposto" de Fréderic Bastiat; "O grande roubo de banco de 2008" (Robert P. Murphy); "A crise Americana e os erros econômicos da intervenção estatal" (Alfredo Marcolin Peringer); "Amnésia Política" (Rodrigo C. dos Santos); "Recessão deverá ser curta"

---

[370] O Instituto Gerdau é o responsável pelas políticas e diretrizes de "responsabilidade social" do Grupo Gerdau. In: https://www.gerdau.com/pt/meio-ambiente-e-responsabilidade-social/responsabilidade-social#, acesso em 29/12/2015.
[371] http://www.il-rs.org.br/site/info/cativ.php, acesso em 07/10/2015).

(Stephen Kanitz); “Por que a economia moderna é tão dependente do crescimento permanente?” (Contrarian Investor)[372]. De acordo com a instituição, o evento organizado para os associados do Instituto, teria tido validade como atividade extracurricular para os alunos da PUCRS. É também aberto ao público estudantil de modo geral.

No mesmo sentido, o instituto participa da organização de projetos de extensão universitária em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), relacionando Direito, Economia e Políticas Públicas. Entre os temas de discussão do projeto estão: propriedade, regulação, concorrência, política econômica, entre outros. O projeto foi realizado na Faculdade de Direito da UFRGS e aberto a estudantes de outras faculdades. O Instituto Liberdade tem como um de seus principais objetivos, a formação de novos quadros de intelectuais orgânicos da causa liberal. Dessa forma, desenvolve uma série de mecanismos de consentimento e fortalecimento de seus pressupostos intra-classe.

Entre as suas propostas de difusão ideológica, o Instituto Liberdade desenvolve ações pedagógicas voltadas à comunidade escolar, crianças e jovens estudantes. O projeto, executado a partir de outubro de 2009, é denominado como “Conversa sobre o Liberalismo”. Nessa ocasião, foi elaborada uma palestra para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Chapéu do Sol, em Porto Alegre-RS, cujo tema versava sobre a aplicabilidade das ideias liberais e seus limites. Quem representou o Instituto Liberdade é o diretor do projeto, Fábio Ostermann (Diretor de relações institucionais do Instituto Liberal, dirigente do Instituto Liberdade e colunista convidado do Instituto Millenium[373]. A instituição, por conseguinte, visa naturalizar os pressupostos neoliberais e “educar/formar” novos quadros de intelectuais, partindo da sua difusão ideológica, tanto no ambiente escolar, como nos meios universitários.

---

[372] http://www.il-rs.org.br/site/info/evenacio.php, acesso em 06/10/2015.
[373] http://www.il-rs.org.br/site/info/cativ.php, acesso em 06/10/2015.

Em abril de 2010 a entidade organizou a primeira edição do Ciclo de Colóquios Latino-Americano do Instituto Liberdade. O evento é estruturado em parceria com as instituições RELIAL - Red Liberal de América Latina[374]e Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade[375]. O tema do ciclo foi: "Direitos de Propriedade como uma ferramenta para reduzir a pobreza". A principal pauta entre as estratégias do Instituto Liberdade é a defesa da propriedade privada e da economia de mercado, a partir dessas bandeiras fundamentais, o ciclo de Colóquios Latino-Americano apresenta a seguinte argumentação que estrutura os debates e estudos promovidos no evento:

> As relações entre pessoas e coisas numa economia de mercado precisam ser concretizadas em documentos antes que se tornem disponíveis no mundo. Os documentos reduzem os custos de acesso à importante informação e reduzem a incerteza de um bem, ajudando a revelar o seu valor real. Os documentos e sistemas aceleram grandemente o processo das transações. As pessoas de países em desenvolvimento não possuem acesso aos documentos e muito menos acesso ao sistema legal, que podem lhes conceder poder. E por esta razão permanecem envolvidos na pobreza. Se os líderes mudarem as leis de forma que os pobres possam facilmente integrar e comercializar, eles podem sair da pobreza para a riqueza com relativa rapidez[376].

Baseada na argumentação do economista peruano Hernando de Soto, presidente do Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD), com sede em Lima, ex-integrante do governo da ditadura de Alberto Fujimori, o Instituto Liberdade organiza a sua defesa da propriedade privada e da economia de mercado no Ciclo Latino-Americano. As

---

[374] A Rede Liberal para a América Latina (RELIAL) configura-se como uma união de organizações liberais na região. Composta por *Think Tanks*, instituições privadas e partidos políticos de defesa da propriedade privada, economia de mercado, valores liberais. Tem o objetivo de promover uma agenda liberal para a América Latina e, neste contexto, reforçar a cooperação e coordenação entre os seus membros. RELIAL foi criado em 2004 com o apoio e incentivo da Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade na América Latina. In: http://relial.org/index.php/relial/sobre-relial, acesso em 07/10/2015.

[375] O Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade define-se como uma associação sem fins lucrativos, que faz parte de uma rede de mais de 40 escritórios da organização em mais de 60 países. Na América Latina, além do escritório no Brasil, a FNF mantém no México a sede do escritório regional da América Latina e escritórios na Argentina e na região da América Central, o qual coordena as atividades da FNF na Guatemala, Costa Rica Nicaragua e em Honduras. A organização alemã mantém, na cidade de São Paulo, o Instituto Friedrich Naumann para a Liberdade, que dirige e coordena as atividades da Fundação no Brasil. Sua atuação tem como sustentáculo a defesa dos pressupostos da economia de mercado e da propriedade privada. In: http://www.ffn-brasil.org.br/novo/?secao=BD&codigo=8, acesso em 07/10/2015.

[376] http://www.il-rs.org.br, acesso em 07/10/2015.

discussões são pautadas nos estudos desenvolvidos pela Aliança dos Direitos de Propriedade (ADP), que desenvolveu o chamado "Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP)"[377]. O IIDP é um mecanismo desenvolvido a partir da parceria entre instituições de diversos países do mundo, com vistas ao levantamento de indicadores de propriedade. O objetivo é levantar dados para a elaboração de diretrizes para munir formuladores de políticas públicas e como base de sustentação para futuras pesquisas sobre direitos de propriedade. O Instituto Liberdade foi o responsável pela divulgação do Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) 2009 no Brasil, onde o material em português foi lançado, em entrevista coletiva de imprensa, durante o Fórum da Liberdade (Porto Alegre), em parceria com o Instituto de Estudos Empresariais (IEE).

Quadro 4.13 - Lista de Organizações Participantes da Distribuição do IIDP

nº	Organização	Localização
1	Alternate Solutions Institute	Paquistão
2	Asociación de Consumidores Libres	Costa Rica
3	Centre for Free Enterprise	Coreia
4	Centro de Investigaciones Económicas Nacionales	Guatemala
5	CEPOS	Dinamarca
6	Competere	Itália
7	Circulo Liberal	Uruguai
8	CIVITA	Noruega
9	ESEADE University	Argentina
10	Eudoxa	Suécia
11	European Center for Economic Growth	Áustria
12	FREE	Polônia
13	Friedrich A. v. Hayek Institut	Áustria
14	Friedrich Naumann Foundation	East and Southeast Asia Regional Office
15	Fundación Atlas	Argentina
16	Fundación IDEA	México
17	Fundación Libertad	Panamá
18	Fundación Libertad y Democracia	Bolívia
19	IMANI: The Centre for Humane Education	Gana
20	Initiative for Public Policy Analysis	Nigéria
21	Instituto de Libre Empresa	Peru
22	Instituto Ecuatoriano de Economía Política	Equador
23	Instituto Liberdade	Brasil
24	Instituto Libertad y Progreso	Colômbia
25	Instituto para la Libertad y el Analisis de Politicas	Costa Rica
26	Institut Constant de Rebecque	Suíça

[377] Relatório IIDP, 2007.

27	Institute for Free Enterprise	Alemanha
28	Institute for Public Affairs	Austrália
29	Inter Region Economic Network	Quênia
30	International Policy Network	Reino Unido
31	Jerusalem Institute for Market Studies	Israel
32	Libertad y Desarrollo	Chile
33	Liberty Institute	Índia
34	Property Rights Alliance	EUA
35	RSE - Centre for Social and Economic Research	Islândia
36	The Center for Institutional Analysis and Development	Romênia
37	The Free Market Foundation	África do Sul
38	The Lion Rock Institute	Hong Kong

Elaboração própria. Fonte: Relatório IIDP 2007.

O instituto busca associar-se às grandes organizações liberais do mundo, desenvolvendo ações em parceria, representando interesses dessas instituições no Brasil, organizando mecanismos de intercâmbio e integrando seus intelectuais orgânicos no conjunto do sistema mundializado do capital. O IL integra um expressivo quadro de aparelhos privados de hegemonia internacionais, que reúne organizações desde países centrais do capitalismo, países em desenvolvimento, assim como países periféricos no âmbito da economia mundo. Essas relações manifestam a forma subordinada de certos países - incluindo o Brasil, que atua ativamente, submetendo outras economias periféricas e alinhando-se como sócio-menor dos interesses das grandes economias centrais do capital - na órbita do capital-imperialismo.

As relações do instituto com outras organizações liberais vão muito além das apresentadas no programa IIDP. Entre a imensa listagem de instituições internacionais que figuram no grupo de organizações parceiras o do instituto estão: Atlas Economic Research Foundation, Fundación Atlas, Fundación Internacional para la Libertad (FIL), Fundación Libertad, Institute of Economic Affairs, Institute for Democracy and Economic Affairs, Liberty Fund, Instituto Libertad y Desarollo, Mont Pelerin Society,

Libertarian International Organization, The Atlas Sound Money Project, RELIAL[378]. Entre inúmeras organizações que estabelecem algum tipo de relação com o Instituto Liberdade, destaca-se o fato de que a entidade brasileira, assim como o IL, possui membros representantes em uma das mais importantes organizações liberais do mundo, a Sociedade Mont Pélerin.

Outra relação digna de destaque é a estabelecida com a Fundação Friedrich Naumann, da Alemanha. Com a fundação, o instituto articula diferentes projetos que incluem a organização de eventos na América Latina, como é o caso do supracitado ciclo de colóquios, que recebe apoio econômico e organizacional da RELIAL e da instituição alemã, assim como na formação ideológica de seus intelectuais, a partir de programas organizados na Alemanha. Nesse sentido, o Instituto Liberdade compunha, a partir da representação de sua dirigente Margaret Tse, o quadro de membros da primeira reunião dos grupos de trabalho da RELIAL com a Fundação Friedrich Naumann, sobre 10 temas principais para a formulação de políticas públicas e as necessidades para desenvolver maior intercâmbio entre a América Latina e União Europeia, em julho de 2010. Tendo como pressuposto um programa político e ideológico neoliberal, os temas debatidos no evento versam sobre educação, democracia, economia, migração e meio ambiente. Em 2011, o instituto participou novamente do evento realizado em Berlim, cujo tema foi "Uma agenda liberal nas relações entre a Europa e a América Latina"[379].

Dentro da mesma proposta de ação, como parte de sua estratégia de formação de quadros e doutrinação ideológica intra-casse, o instituto organiza a participação de seus membros no Seminário da Academia Internacional para Dirigentes - IAF (Internationale Akademie für Führungskräfte). Trata-se da mais antiga academia da Fundação Friedrich

---

[378] http://www.il-rs.org.br/site/info/org_parc.php, acesso em 07/10/2015.
[379] http://www.il-rs.org.br/site/info/cativ.php, acesso em 07/10/2015.

Naumann para a formação política liberal localizada em Gummersbach, Alemanha. Esta academia desenvolve um programa de eventos destinado especialmente aos jovens liberais que trabalham em parceria com as representações da Fundação no exterior. Segundo o IL, o seminário voltado para "jovens ativistas de ONGs e partidos políticos visa revisar o desenvolvimento, caráter e funções das entidades, sua importância para a democracia liberal e a sinergia potencial"[380]. Dessa forma, o instituto busca fortalecer o potencial de difusão ideológica neoliberal e a atuação política de seus intelectuais orgânicos.

Em síntese, o Instituto Liberdade assume como principal eixo de ação, o desenvolvimento e participação em projetos que visam à construção de consenso intra-classe, a partir de estratégias pedagógicas de atualização e fortalecimento da doutrina neoliberal entre seus intelectuais orgânicos, além de buscar "educar/formar" novos intelectuais da causa liberal ("formação de jovens liberais"). Operacionaliza suas táticas de ação a partir de parcerias com inúmeras instituições e aparelhos privados de hegemonia nacionais e internacionais. Por conseguinte, atua em dois eixos fundamentais, um de formação interna de dominantes e outro de difusão, contando, inclusive com mecanismos de expansão escolar. Nessa perspectiva o Instituto Liberdade apresenta diferenças importantes em relação aos demais aparelhos doutrinários, tanto pela presença nas universidades, quanto por penetrar também nas escolas secundaristas, principalmente públicas. O chamado eixo gaúcho entre os APHs de doutrinação neoliberal, composto pelo IEE e IL-RS / Instituto Liberdade, pode ser considerado como o mais ativo nas tarefas de recrutamento, doutrinação e propaganda neoliberal.

---

[380] http://www.il-rs.org.br/site/info/cativ.php, acesso em 07/10/2015.

4.4 – Ação doutrinária e construção do consenso pelo *Think Tank* Liberal, Instituto Millenium (IMIL)

> Falta-nos corrente político-cultural de direita moderna, que apresente alternativas de avanço para o País na conclusão da transição entre o forte estatismo que sempre caracterizou a sociedade brasileira e a real democracia de mercado, nunca antes experimentada. Movemo-nos sempre na direção de senso comum raso que circula da esquerda à centro-esquerda e tem por anos criado fortes obstáculos ao crescimento e à modernização do País[381].

Esse foi o discurso publicado em artigo no Estado de São Paulo, em 13 de abril de 2005, cujo título era "Revolucionando a Agenda Política". O texto de autoria conjunta da economista Patrícia Carlos de Andrade, o cientista político e professor de Relações Internacionais Eduardo Viola (UnB), e o filósofo e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Héctor Leis, é a anunciação midiática da fundação de um novo intelectual coletivo de difusão da ideologia de mercado. Por conseguinte, no ano de 2005, foi fundado pela economista Patrícia de Andrade, o Instituto da Realidade Nacional que no ano seguinte passou a se chamar Instituto Millenium (IMIL).

Como já apresentado, foi no XIX Fórum da Liberdade – o mais importante evento na agenda liberal do país, organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais com o apoio do Instituto Liberal-RS (depois Instituto Liberdade) – realizado em Porto Alegre, em abril de 2006, que o Instituto Millenium foi oficialmente lançado com essa designação. O tema do evento foi, "O Poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos?". A partir de então o IMIL passou a participar e apoiar o Fórum da Liberdade nos anos seguintes. De forma semelhante, o Instituto Von Mises Brasil (IMB) e o Estudantes pela Liberdade (EPL), foram também lançados no Fórum da Liberdade em 2010 e 2012 respectivamente. Em dezembro de 2009, o Millenium foi reconhecido como Organização da Sociedade

---

[381] LEIS, 2005 *apud*, SILVEIRA, Luciana. Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2013, p. 62.

Civil de Interesse Público (OSCIP). Segundo sua própria definição contida no site da instituição:

> O Instituto Millenium (Imil) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo[382].

Com as bandeiras de defesa da propriedade privada, da economia de mercado e da redefinição do papel da estrutura institucional do Estado, o IMIL articula uma relação expressiva de intelectuais orgânicos representantes do pensamento liberal e grupos conservadores, vinculados e atuantes nos mais diversificados meios. O instituto é caracterizado pela cientista social Luciana Silveira, em sua dissertação de mestrado, como sendo uma "instituição de terceira geração (*think tank* militante) de promoção e defesa de valores liberais, com o objetivo de influenciar o clima de opinião junto aos meios de comunicação, jovens, empresários"[383]. Já o historiador, Lucas Patschiki, que está desenvolvendo sua tese sobre a instituição, define que o IMIL "afirmou-se como o maior espaço de produção de consenso para as frações da classe dominante brasileira". O historiador, por sua vez, qualifica o instituto como um "aparelho privado de hegemonia por excelência, dado que não está diretamente ligado às relações de produção, distribuição e venda, atuando com 'uma nomenclatura de classe' para a expansão do grupo social do qual se origina"[384].

A pesquisa sobre a atuação e, principalmente, a profundidade de alcance desse aparelho privado da burguesia nos mostra que sua caracterização seria bem mais

---

[382] http://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/, acesso em 28/06/2015.
[383] SILVEIRA, op cit, 2013, p. 51.
[384] PATSCHIKI, Lucas. A Classe Dominante em Organização: uma análise sobre a hierarquia do Instituto Millenium (2005 – 2013). Artigo XIV Encontro Regional de História: 1964 – 2014 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Marechal Rondon-PR: UNIOESTE, 2014, p. 799.

complexa. Sua forma de organização – no plano meramente ensaístico, pois tal afirmação demandaria um aprofundamento muito maior na compreensão de suas formas institucionais - tem uma espécie de ossatura institucional de representação e espaços de atuação que nos remete à organicidade característica de um Estado.

Sua estrutura institucional é organizada a partir da constituição de câmaras. São elas: a Câmara de Fundadores e Curadores; a Câmara de Mantenedores; a Câmara de Instituições; e a Câmara de Financiadores. Além das câmaras sua estruturação institucional também é composta pelo Conselho de Governança; Conselho Fiscal; Conselho Gestor; e Conselho Editorial, além de uma equipe executiva. Trata-se, portanto, de uma organização com uma estrutura organizacional e meios de atuação, como veremos, de extrema complexidade em sua trama institucional, assim como em sua posição no conjunto dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes no Brasil.

Quadro 4.14 – Câmara de Fundadores e Curadores Instituto Millenium

Membro	Currículo
Antônio Carlos Pereira	Editor de opinião do jornal "Estado de S. Paulo". Antonio Carlos Pereira é jornalista e possui o curso de planejamento governamental da Universidade de Brasília. É membro do The International Institute for Strategic Studies e do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (Gacint) do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, além de Fellow do Inter-University Seminar on Armed Forces & Society. Atuou como diretor do Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos, do Centro de Estudos Estratégicos do Convívio (Sociedade Brasileira de Cultura), foi editor da revista "Política e Estratégia", membro do conselho editorial do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, consultor para a The American University no Projeto "Civil-Military Relations and Democracy in Latin America" e foi vice-presidente e presidente do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Já foi condecorado com a Ordem do Mérito Aeronáutico, Ordem do Mérito Santos Dumont, Ordem do Pacificador, Ordem do Mérito Militar e Ordem do Rio Branco.
Carlos Pio	Professor de economia política internacional no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), professor titular do Instituto Rio Branco, mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).
Carlos Souto	Advogado e CEO do Veirano & Advogados.
Eduardo Viola	Professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, tem doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo.
Fernando Saldanha	É PhD em economia pelo Massachusetts Institute of Technology. Trabalhou 10 anos no Banco Mundial em Washington, DC. Como "Sênior Financial Officer".

Guilherme Fiuza	É jornalista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como repórter, editor e articulista desde 1987. Trabalhou para os jornais "O Globo" e "Jornal do Brasil", é colunista da revista "Época" e mantém o blog "NoMínimo", onde publica artigos sobre política. É autor de "Meu nome não é Johnny" (Record, 2004), "3.000 dias no bunker" (Record, 2006) e "Amazônia, 20o andar" (Record, 2008).
Gustavo Franco	Foi secretário-adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda, diretor de assuntos internacionais e presidente do Banco Central do Brasil. Ele é bacharel e mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre e doutor pela Universidade de Harvard. Atualmente, Franco dirige a Bravo Investimentos. O economista é autor de "Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana" (BNDES, 1993), "A década republicana: o Brasil e a economia internacional – 1888/1900" (IPEA-INPES,1991), "O Plano Real e outros ensaios" (Francisco Alves, 1995), "O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda" (34, 1999), "Crônicas da convergência: ensaios sobre temas já não tão polêmicos" (Topbooks, 2006), "A economia em Machado de Assis" (Jorge Zahar, 2007), "A economia em Pessoa" (Jorge Zahar, 2007) e "Shakespeare e a economia" (Jorge Zahar, 2009).
Gustavo Marini	Sócio-Fundador do escritório de investimentos Turim, Diretor-Presidente do Santander Brasil Asset Management e do Santander Brasil Private Equity, acumulando também a função de Diretor-Executivo do Banco Santander S.A., de janeiro de 2000 a maio de 2001. Responsável por Private Banking e depois Asset Management no Banco Bozano Simonsen, enquanto Diretor-Executivo da instituição de 1997 a 2000. Possui MBA pela COPPEAD - UFRJ e Master of Science (M.Sc.) em Business pelo MIT – Massachussets Institute of Technology.
Héctor Leis	Doutor em filosofia, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e autor de numerosos trabalhos nas áreas de filosofia política, relações internacionais, e sociologia ambiental.
Helio Beltrão	Graduado em finanças com MBA pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Foi executivo do Banco Garantia, Mídia Investimentos e da Sextante Investimentos. É fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium e fundador-presidente do Instituto Mises Brasil. Também é membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, da Artesia Investimentos, do conselho consultivo da Ediouro Publicações e da empresa de consultoria educacional Lab SSJ.
Henrique Meirelles	Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da USP e fez mestrado em Administração no Instituto Coppead da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Cursou o Advanced Management Program (AMP) na Harvard Business School em 1984 e recebeu um título honorário de doutor do Bryant College. Ingressou em 1974 no Bank of Boston, e em 1984 tornou-se presidente do ramo brasileiro deste. Depois da criação do BankBoston Corporation, mudou-se para Boston, nos Estados Unidos e assumiu o cargo de CEO em 1996. Em 1999, o BankBoston Corporation fundiu-se com o Fleet Financial Group formando o FleetBoston Financial. Assumiu a presidência de Global Banking do FleetBoston Financial em outubro de 1999. Aposentou-se em 2002 e resolveu iniciar uma carreira política. Neste mesmo ano candidatou-se pelo PSDB a deputado federal do estado de Goiás. Obteve 183 mil votos e foi o mais votado neste Estado. O seu sucesso eleitoral e o apoio do mercado financeiro internacional fizeram com que fosse indicado pelo presidente Lula para ocupar o cargo de presidente do Banco Central do Brasil, do qual foi presidente por 7 anos. Foi considerado pela Revista Época um dos 100 brasileiros mais influentes do ano de 2009.
João Accioly	Diretor-presidente da Bio100 Agroindustrial S.A, empresa que trabalha com um portfólio de agricultura, óleos vegetais e energia.
Jorge Maranhão	É publicitário, consultor, escritor, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundador e diretor de criação da Propaganda Professa e especialista em comunicação corporativa. É autor dos livros "A arte da publicidade" (Papirus, 1988), "Mídia e cidadania" (Topbooks, 1993) e "A voz

	do cidadão” (Contra Capa, 1995). Colabora com artigos de opinião sobre mídia, cidadania, arte, cultura, política e comunicação nos principais jornais do país. Produz e apresenta os boletins “A voz do cidadão” nas rádios Globo e CBN.
Luiz Eduardo Vasconcelos	Foi diretor executivo da Mesbla e a partir de 1996, Diretor-geral de Mídia Impressa e Rádio das Organizações Globo.
Luiz Felipe D’Ávila	É formado em ciências políticas pela Universidade Americana em Paris e mestre em administração pública pela Harvard Kennedy School. Preside o Centro de Liderança Pública (CLP). É sócio-fundador da SYKUE Bioenergya e da ACCION Microfinanças - instituição sem fins lucrativos, especializada em microcrédito, que atua na região norte do Brasil. Fundou a Editora D’Avila, que lançou as revistas “República” e “BRAVO!”. Escreveu editoriais de política para os jornais “Gazeta Mercantil” e “O Estado de S. Paulo”. Foi comentarista político das TVs "Manchete" e "Record" e da rádio "Trianon". É membro do Conselho Consultivo do Grupo Pão de Açúcar (CBD) e “Member at Large” do Conselho do Human Rights Watch. Foi diretor do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e membro do Conselho da Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária. É autor dos livros: "O crepúsculo de uma era" (Maakron Books,1995), “Dona Veridiana: a trajetória de uma dinastia paulista" (A Girafa, 2004), “Os virtuosos” (A Girafa, 2006) e “Cosimo de Médici” (Ediouro, 2008); “Memórias de um líder renascentista” (Ediouro, 2008).
Marcelo Viveiros de Moura	Advogado sócio da Pinheiro Neto advogados. Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e LL.M. pela Universidade de Cambridge. Professor de Direito na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e ex-presidente da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil.
Marcos Troyjo	Graduado em ciência política e economia pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em sociologia das relações internacionais pela USP e diplomata. É diretor do BRICLab da Universidade Columbia, pesquisador do Centre d´Études sur l´Actuel et le Quotidien (CEAQ) da Universidade Paris-Descartes (Sorbonne), fundador do Centro de Diplomacia Empresarial e conselheiro do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).
Maria José Queiroz	Professora catedrática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de lecionar na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos e na Universidade de Paris - Sorbonne. Ela associa o exercício do magistério ao estudo e à pesquisa de grandes temas que interessam à literatura geral, filosofia, antropologia e à história das ideias. Maria José é doutora em Letras pela UFMG.
Patrícia Carlos de Andrade	Formada em economia, cursou mestrado na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Trabalhou nos bancos Icatu e JPMorgan. É autora do livro “Oriente-se Guia de Profissões e Mercado de Trabalho”, lançado em 2000.
Paulo Guedes	Economista com Ph.D pela Universidade de Chicago, EUA. É fundador e sócio majoritário do grupo financeiro BR Investimentos e um dos quatro fundadores do Banco Pactual. Assina colunas no jornal “O Globo” e na revista “Época”. Foi professor de macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) no Rio de Janeiro. Ex-CEO e sócio majoritário do Ibmec. Suas áreas de atuação são: o mercado de capitais e gestão de recursos.
Paulo Gontijo	Presidente do Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Empresário e consultor na área de comunicação com foco em educação e política. Formado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e em Competitividade e Liderança pela Georgetown University, nos Estados Unidos. É um dos coordenadores de projeto da Planetapontocom, OSCIP dedicada à inovação na área de midiaeducação. Apresenta, semanalmente, o programa de rádio “Em Branco”, voltado para o público jovem, transmitido pela rádio Roquete Pinto (94.1 FM). Colabora como conselheiro nas ONGs Confederação Nacional de Jovens Empresários (Conaje) e Young Americas Business Trust (Yabt).
Pedro Bial	Jornalista pela PUC-Rio. Na década de 80 iniciou sua carreira na Rede Globo.

	Também desenvolveu projetos no cinema (filme “Outras Estórias” e o documentário “Os nomes de Rosa”) e na literatura (como os livros-reportagem “Crônicas de Repórter” e “Leste Europeu, revolução ao vivo”, além da biografia de Roberto Marinho). Em 2002 começou a apresentar o programa Big Brother Brasil, versão brasileira do conhecido reality show. Também apresenta o programa “Na Moral” pela Rede Globo.
Raphael Tosti de Almeida Vieira	Jornalista formado pela PUC-Rio.
Rodrigo Constantino	Atua no setor financeiro desde 1997. Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), com MBA de Finanças pelo IBMEC, Constantino é colunista de importantes meios de comunicação brasileiros como a revista Veja e os jornais “Valor Econômico” e “O Globo”. Conquistou o Prêmio Libertas no XXII Fórum da Liberdade, realizado em 2009. Tem cinco livros publicados, entre eles: “Economia do indivíduo: O legado da Escola Austríaca".

Fonte: http://www.institutomillenium.org.br/. Acesso em 26/06/2015; PATSCHIKI, 2014, p. 789-801).

Entre os representantes do seu quadro de fundadores e curadores, o IMIL teve a articulação de figuras conhecidas e “formadores de opinião” com espaço privilegiado na grande mídia nacional, como é o caso dos jornalistas Pedro Bial (Globo), Rodrigo Constantino (Veja, o Globo e Valor Econômico), assim como intelectuais que participam da definição de diretrizes e linha editorial de seus importantes canais midiáticos como são os exemplos do editor de opinião do jornal Estado de São Paulo Antônio Carlos Pereira e o Diretor-Geral de mídia da rede Globo, Luiz Eduardo Vasconcelos. Além destes, Giancarlo Civita, presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril e o próprio João Roberto Marinho, filho de Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial e vice-presidente das Organizações Globo, figuram na Câmara de Mantenedores do IMIL.

Dessa forma, o instituto dispõe, além do poder econômico das frações da burguesia a que representa, de um forte capital cultural e simbólico para a produção de consenso, ao articular-se com expressivos segmentos da mídia, desde a composição de seu núcleo definidor de pressupostos e diretrizes de orientação institucional, assim como do vasto contingente de membros *especialistas* e colunistas convidados, que também atuam nos meios acadêmicos e midiáticos, transbordando e capilarizando os valores comungados pelo instituto para muito além da sua própria atuação institucional.

Quadro 4.15 – Câmara de Mantenedores do Instituto Millenium

Membro	Currículo
Antônio Carlos Pereira	Editor de opinião do jornal "Estado de S. Paulo". Antonio Carlos Pereira é jornalista e possui o curso de planejamento governamental da Universidade de Brasília. É membro do The International Institute for Strategic Studies e do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (Gacint) do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, além de Fellow do Inter-University Seminar on Armed Forces & Society. Atuou como diretor do Instituto Brasileiro de Assuntos Estratégicos, do Centro de Estudos Estratégicos do Convívio (Sociedade Brasileira de Cultura), foi editor da revista "Política e Estratégia", membro do conselho editorial do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, consultor para a The American University no Projeto "Civil-Military Relations and Democracy in Latin America" e foi vice-presidente e presidente do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Já foi condecorado com a Ordem do Mérito Aeronáutico, Ordem do Mérito Santos Dumont, Ordem do Pacificador, Ordem do Mérito Militar e Ordem do Rio Branco.
André de Paiva Leite	Vice-presidente de desenvolvimento técnico da Statoil
Armínio Fraga	Sócio fundador da Gávea Investimentos, ex-presidente do Banco Central do Brasil. Ex-Diretor-Gerente da Soros Fund Management em Nova York, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, Vice-Presidente da Salomon Brothers, em Nova York e Economista-Chefe e Gerente de Operações do Banco Garantia. Foi professor do mestrado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, da School of International Affairs da Universidade de Columbia e da Wharton School. Ph.D em Economia pela Universidade de Princeton em 1985.
Daniel Feffer	Empresário, advogado e administrador de empresas. Formado em Direito pela Universidade Mackenzie. Em 1977 foi Assistente de Gabinete da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. De 1978 a 1982 atuou na área de vendas da Suzano, de 1982 a 1984 exerceu estagio no escritório de advocacia Idel Aronis. Entre 1984 e 1985 foi Assistente de diretoria da Cia Suzano de papel e Celulose, tendo assumido em 1985 a gerencia de comunicações e marketing da mesma empresa. Foi Gerente de Produtos e Especiais entre 1987 e 1989 e ocupa o cargo de Diretor de Divisão - Unidades "A" e " C" de 1992 a 1997.Desde 1991, Diretor da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. É Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia da Cia. Suzano de Papel e Celulose; Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia da Suzano Petroquímica S.A.; Diretor Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S.A. (ex-NemoFeffer S.A.); Presidente do Conselho de Administração da Polpar S/A; Presidente do Conselho de Administração da Polipropileno Participações S.A.; Diretor Vice-Presidente da SPQ - Investimentos e Participações Ltda.; Membro Efetivo do Conselho de Administração da Bahia Sul Celulose S.A.; Diretor Presidente da Premesa S.A. Faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.
Eduardo Machado	Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-graduado em Marketing pelo IAG MASTER da PUC-Rio, e com MBA Executivo pelo Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ). Sócio-diretor do Grupo Central 24 Horas e da E-Flix Empreendimentos. Idealizador e realizador do Business Fest. Presidente do Conselho Consultivo da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje).
Giancarlo Civita	É formado em Comunicação Social pela ESPM com pós-graduação pela Harvard Business School, em 1991. Em 1982, ingressou na Abril como trainee na gráfica. Foi, a partir de 1990, sucessivamente, Diretor de Programação da TVA, Diretor Geral da MTV, Vice-presidente da Unidade Temática, Vice-

	presidente da Divisão Entretenimento e Vice-presidente da Unidade Jovem. Em fevereiro de 2003, afastou-se da rotina executiva do Grupo para assumir a Vice-presidência do Conselho de Administração da Abril e, paralelamente, montar sua própria empresa. Em 2006, regressou às atividades da Abril e tornou-se Vice-Presidente Executivo. Em março de 2007 assumiu a Presidência Executiva do Grupo Abril, bem como o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.
Helio Beltrão	Graduado em finanças com MBA pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Foi executivo do Banco Garantia, Mídia Investimentos e da Sextante Investimentos. É fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium e fundador-presidente do Instituto Mises Brasil. Também é membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, da Artesia Investimentos, do conselho consultivo da Ediouro Publicações e da Lab SSJ.
João Roberto Marinho	Presidente do Conselho Editorial e vice-presidente das Organizações Globo. Considerado pela revista Forbes o 123° mais rico do mundo e o 7° mais rico do Brasil, com bens avaliados em 8.7 bilhão de dólares.
Jorge Gerdau Johannpeter	Considerado um dos cem brasileiros mais influentes em 2009, Jorge Gerdau formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau. A Gerdau foi fundada por João Gerdau, bisavô de Jorge Gerdau, e é a 14a maior produtora de aço do mundo. É membro do conselho de administração da Petrobras Distribuidora, membro do conselho de diretores do Instituto Aço Brasil, membro do conselho de diretores da World Steel Association, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e preside a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade. É membro do conselho deliberativo da Parceiros Voluntários e membro da Ação Empresarial, além de membro e dirigente de uma grande variedade de organizações do empresariado brasileiro como PGQP, IISI, CNDI, IBS, CEDES, UB, IEE, MCRN, LIDE, IL, MBC. Segundo a revista Forbes é o 48o brasileiro mais rico, com fortuna familiar avaliada em 1,87 bilhão de dólares.
José Carlos de Salles Gomes Neto	Presidente do grupo Meio & Mensagem. Foi presidente da Associação Nacional de Editores de Salles Revistas (ANER) por duas gestões, nos biênios 1996/1998 e 1998/2001
Nelson Sirotsky	Presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS desde 2008. É filho do fundador da RBS, Maurício Sirotsky Sobrinho.
Pedro Henrique Mariani	Presidente do Banco BBM, vice-presidente da Petroquimica da Bahia e presidente da Latapack. É membro do conselho da FEBRABAN e parte do conselho diretor das seguintes empresas: BBM Participações; PRONOR Petroquímica; Nitrocarbono; Banco BBM; Engepack Embalagens Ltda.
Pedro Neves	Empresário e presidente da Grifort
Ricardo Diniz	É Senior Company Officer na Thomson Reuters América Latina. Foi foi diretor de negócios da Agência Estado/Broadcast Teleinformática e sócio-diretor da Agência O Globo/Meca Teleinformática, na qual atuou como Chief Executive Officer (CEO). Iniciou sua carreira no mercado de capitais trabalhando para o Banco Multinacional Francês (CCF). Sua experiência de 30 anos de atuação no mercado financeiro, 27 deles dedicados ao mercado de informações em tempo real, o preparou para o desenvolvimento do primeiro software “real time” do Brasil. É graduado em Administração e estudou também no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Universidade de Michigan, Massachussets Institute of Technology (MIT), E-Cobra e Leading Edge na Universidade de Michigan.
Salim Mattar	Presidente da Localiza é a maior rede de aluguel de carros da América Latina, contando com mais de quinhentas agências e mais de cem mil carros, no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, sendo seu patrimônio total avaliado em cerca de U$3,6 bilhões (LOCALIZA, acessado em 19.05.13). É a 115o maior empresa brasileira, com vendas líquidas de 1.598.504 e lucro de 155.476 (em US$ mil), possuindo e controlando 9 empresas e empregando cerca de 5.000 pessoas. A LOCALIZA também consta

	no quadro de financiadores de outras organizações como o IL e o IEE, parceiros do IMIL.
Sérgio Foguel	Engenheiro Civil, gaúcho, foi para a Bahia, em janeiro de 1968, onde criou uma empresa de consultoria. Em 1977 Norberto Odebrecht o convidou a integrar sua equipe na Organização Odebrecht, como Responsável por Planejamento e Desenvolvimento do que viria a se tornar a holding da Organização, que Sergio ajudou a criar, e da qual se tornou Vice-Presidente. Foram 25 anos nessa posição, seguidos de dois anos no Conselho de Administração. Em 1996, recebeu o prêmio Tributo à Paz, do instituto norte-americano Pacem in Terris. Em 2000, tornou-se membro da International Academy for Quality, composta de 60 acadêmicos de todos os continentes. Em 2003, convidado pelo Presidente Lula, passou a integrar o Conselho Nacional de Turismo como um de seus três membros de notório saber. Faz parte do Instituto de Hospitalidade e do Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável.
William Ling	Conselho de Administração do Grupo Petropar S.A., que opera através de companhias subsidiárias e coligadas nos setores de embalagens, não tecidos e reflorestamento. Foi o fundador e primeiro presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e presidente do Conselho Fiscal do Instituto Liberal-RS. Fundou e mantém o Instituto Ling.

Fonte: http://www.institutomillenium.org.br/. Acesso em 26/06/2015; PATSCHIKI, *op cit*, 2014, p. 802-803).

O Instituto Millenium congrega importantes grupos econômicos de diferentes frações do capital como Gerdau, Globo, RBS, Abril, Banco Pactual, Banco BBM, Banco CSFB, Grupo Ultra, Petropar, Odebrecht, JP Morgan, entre outros grandes grupos empresariais, que não só financiam seus projetos, como também, participam da tomada de decisões e articulação político-ideológica, por meio de suas respectivas representações na Câmara de Mantenedores.

A responsabilidade pela gestão direta do instituto fica por conta de seu Conselho de Governança que é composto por Gustavo Franco (presidente), Luiz Felipe D'Avila, Henrique Meirelles, Giancarlo Civita, João Roberto Marinho, Jorge Gerdau Johannpeter, William Ling, Rodrigo Constantino, Pedro Henrique Mariani, Antônio Carlos Pereira[385].

Entre as principais formas de captação de recursos para a execução de seus projetos, o IMIL conta com doações de seus mantenedores (empresas ou pessoas físicas), além de obter receitas provenientes de investimentos financeiros e com os eventos que realiza. O quadro de prestação de contas do instituto apresenta a movimentação de seus

[385] http://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/, acesso em 26/06/2015; PATSCHIKI, op cit, 2014).

recursos financeiros de 2009 a 2014.

Quadro 4.16 - Quadro de Prestação de Contas do Instituto Millenium (2009 - 2014)

Item	Valores/Ano					
Resumo Econ. Financeiro	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Receitas	R$620.000	R$1.091.000	R$965.030	R$1.071.593	R$1.003.409	R$1.107.585,54
Doações	R$524.000	R$879.000	R$860.429	R$1.069.217	R$987.786	R$953.360,00
Financeiras	R$54.000	R$43.000	R$25.527	R$2.376	R$15.609	R$68.974,54
Eventos	R$42.000	R$169.000	R$79.075	R$0	R$0	R$85.251,00
Despesas	R$632.000	R$929.000	R$1.104.895	R$1.010.164	R$1.252.716	R$995.993,48
Operacionais	R$393.500	R$358.000	R$476.830	R$684.151	R$1.100.452	R$743.307,44
website	R$37.500	R$147.000	R$164.007	R$31.877	R$48.634	R$55.882,86
Eventos e ações	R$154.000	R$370.000	R$391.839	R$248.701	R$90.154	R$14.668,14
Redes	R$34.000	R$26.000	R$15572	R$0	R$0	R$0
Financeiras e outras	R$12.800	R$28.000	R$56.647	R$45.435	R$13.474	R$7.222,71 R$21.912,33
Saldo	(R$12.000)	R$162.000	(R$139.864)	R$61.671	(R$249.306)	R$19.967,44
Resumo Total	R$52.000	R$214.000	R$74.136	R$77.260	(R$122.046)	R$111.592,06
Fundo Patrimonial	R$160.000	R$202.000	R$223.873	R$321.597	R$83.738	R$158.289,00

Fonte: http://www.institutomillenium.org.br/institucional/prestacao-de-contas/. Acesso em 26/06/2015).

A principal fonte de seus recursos, tendo em vista a prestação de contas do IMIL, enquanto uma OSCIP, seria proveniente de doações de seus mantenedores e patrocinadores, onde as receitas referentes às atividades financeiras e aos eventos promovidos pela instituição somam pouco mais de 10% da arrecadação, levando-se em conta o período de 2009 a 2014, período em que a instituição passou a divulgar seus balanços econômicos por ser reconhecida como OSCIP. Dessa forma, o instituto é basicamente mantido pelos grandes grupos empresariais aos quais representa em suas ações. Esses empresários financiam e participam da formulação de diretrizes e da própria linha editorial do IMIL.

Outro elemento que chama a atenção na prestação de contas do IMIL é o

expressivo valor destinado às chamadas despesas operacionais. Uma hipótese para tentar compreender o valor executado em despesas operacionais, poderia estar relacionada à remuneração de seus *especialistas* ou *colaboradores* pela publicação de artigos no seu portal, que mesmo não recebendo um salário por seus trabalhos, seriam remunerados por texto publicado, apesar de o IMIL não afirmar que execute tal remuneração. A instituição realiza um forte investimento no sentido de articular os distintos interesses e posturas ideopolíticas no conjunto das tensões interburguesas. Desta feita, uma vez que houvesse uma organicidade e homogeneidade nas concepções políticas e ideológicas intra-classe burguesa esse dispêndio de energia e investimentos não se justificaria. Esse papel de um intelectual coletivo de articulação e mediação político-ideológica interburguesa seria uma importante característica do IMIL.

A Câmara de Instituições, que representa as organizações associadas ao Instituto Millenium é composta: pela Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE), Espírito Santo em Ação, Instituto Atlântico, Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Instituto Liberal (IL), Instituto Liberdade, Instituto Ling[386]. O IMIL, dessa forma, compõe uma frente ampla de instituições representantes dos interesses de frações das classes dominantes no Brasil, que atuam para a construção do consenso e a difusão ideológica dos valores neoliberais. Como define Lucas Patschiki, a atuação do IMIL busca construir e disseminar uma série de pressupostos,

> buscando promover suas formulações ideológicas entre aparelhos privados de hegemonia, partidos e organizações que compartilham crenças, símbolos e linguagem comuns (assim como reafirma estes); criando espaço para certa "pluralidade" interna, tanto em termos de bandeiras de luta específicas quanto formuladores gerais, que podem vir a convergir dependendo das necessidades impostas pela conjuntura[387].

[386] http://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/, acesso em 26/06/2015.
[387] PATSCHIKI, op cit, 2014 p. 807.

O conselho editorial do instituto é composto por Antonio Carlos Pereira e Eurípedes Alcântara (Diretor editorial da revista Veja). Por conseguinte, o instituto possui entre seus membros, diversos "especialistas" e "convidados" (cuja relação de nomes consta nos anexos III e IV respectivamente) atuantes como colunistas das revistas do Grupo Abril. Além disso, é patrocinado, dirigido, e sua linha editorial estabelecida por representantes da companhia e da própria revista Veja, que como muito bem apresentado pela historiadora Carla Luciana Silva, atua como um partido político do neoliberalismo no Brasil ("*Veja: o indispensável partido neoliberal*")[388]. De acordo com a definição de sua linha editorial estabelecida no endereço eletrônico do Instituto Millenium, "os textos publicados refletem o caráter plural e pragmático da entidade. A rede do IMIL reúne entidades e pessoas com diferentes visões de mundo, mas que defendem os valores e a linha editorial estabelecida"[389]. O IMIL, portanto, defende a "liberdade de expressão" e a "pluralidade de ideias" desde que estas comunguem com seus valores e a concepção de mundo defendida por seus intelectuais orgânicos. Essa suposta pluralidade de pensamento e visões de mundo, portanto, estão restritas aos limites de sua linha editorial fundamentada na ideologia de mercado e em valores calcados no individualismo e meritocracia.

Na sua linha editorial, o instituto estabelece como prioridade os seguintes temas: democracia, economia de mercado, Estado de Direito, liberdade de expressão, política, economia, conjuntura nacional e internacional, sociedade, cidadania e justiça. A partir das temáticas fundamentais estabelecidas em sua linha, as propostas de artigos, submetidos por seus especialistas ou convidados, para serem publicados pela instituição, devem estar alinhados aos "valores" defendidos pelo Instituto: "Estado de Direito, liberdades

---

[388] SILVA, Carla Luciana de Souza. *Veja:* o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Cascavel: Edunioeste, 2009 col. Tempos Históricos, vol. 7.
[389] http://www.institutomillenium.org.br/institucional/linha-editorial/, acesso em 26/06/2015.

individuais, responsabilidade individual, meritocracia, propriedade privada, democracia representativa, transparência, eficiência e igualdade perante a lei”[390]. Diante de tais delimitações, o instituto atua como um produtor de consenso e difusor dos pressupostos neoliberais, defendendo categoricamente as bandeiras da propriedade privada, da economia de mercado e da reconfiguração do papel do Estado, a partir de valores pautados nas concepções de “eficiência” e “meritocracia” como baluartes do setor privado em oposição a suposta “ineficiência” e “patrimonialismo” que seriam marcas da esfera pública.

Um dos primeiros eventos organizados pelo Instituto Millenium, foi o seminário “Rumos do Brasil Contemporâneo” realizado em março de 2005, ainda como Instituto da Realidade Nacional. O evento voltado ao público universitário – com uma proposta, antes de mais nada, de apresentação e difusão do Instituto, pouco conhecido até a data – contou com representantes renomados da sociedade política, setor financeiro, imprensa, empresários de grandes grupos econômicos e acadêmicos de importantes universidades públicas e privadas do Brasil (USP, FGV, UFRGS, UFMG, UFSC, PUC-RJ).

Os debates foram organizados em sete seções: (1) “Liberdade sob diferentes ângulos”, com Eduardo Gianetti (USP), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang (FGV-Rio), Maria José de Queiroz (UFMG). (2) “Os meios de comunicação e a liberdade”, com Antônio Carlos Pereira (OESP), Ali Kamel (Organizações Globo). (3) “O Estado e a segurança - propriedade privada e o MST”, com Paulo Brossard (ministro aposentado do STF); Xico Graziano (ex-chefe do gabinete pessoal de FHC, articulista dos jornais “OESP”, “O Globo” e “O Tempo”), Carlos Sardenberg (jornalista econômico, analista convidado do Jornal da Globo e membro do quadro de especialistas do IMIL), e Yeda

[390] *Idem.*

Crusius (ex-ministra do Planejamento, deputada federal pelo PSDB). (4) “Política e Liberdade”, com apresentação de Octávio Amorim Neto (FGV-RJ); Rodrigo Maia (deputado federal, PFL), Eliseu Padilha (deputado federal PMDB), Pedro Parente (ex-ministro da Casa Civil, executivo do Grupo RBS) Yeda Crusius (deputada federal, PSDB). (5) “Política Externa”, debatido por Pedro Malan (ex-ministro da Fazenda, sócio da Gávea Investimentos), Celso Lafer (USP), Eduardo Viola (UnB), Marcílio Marques Moreira (ex-ministro da Economia, governo Collor, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro). (6) “Liberdade econômica e Propriedade privada”, apresentada por Armínio Fraga (ex-presidente do Banco central, governo FHC), Marcos de Barros Lisboa (secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, governo Lula), Gustavo Franco (economista, presidente do Banco Central, governo FHC), Roberto Fendt (economista vice-presidente do IL). (7) “Impasses do Brasil Atual” com Henrique Meirelles (ex-presidente do Banco Central, governo Lula) Jorge Gerdau (Grupo Gerdau, IL, MBC), Denis Lerrer Rosenfield (UFRGS, coordenador do IERN), Paulo Roberto Nunes Guedes (IBMEC)[391].

O evento demostra a capacidade de articulação de intelectuais, figuras midiáticas, assim como a mobilização de representantes dos meios acadêmicos e da sociedade política, com ex-ministros, deputados federais do PSDB, PFL/DEM e PMDB, assim como ex-presidentes do Banco Central. A economia de mercado e a defesa da propriedade privada nortearam os debates demonstrando a prioridade estratégica do discurso dos intelectuais orgânicos do IERN/IMIL. O evento representou o lançamento do IERN com impacto e repercussão nacional.

Já como Instituto Millenium, em maio de 2008, foi realizado o ciclo de debates

[391]SILVEIRA, *op cit*, 2013, p. 57-58.

“Brasil+20”, com o slogan “O Brasil que a gente quer, o Brasil que a gente faz”. O evento que demonstrou ter como objetivo o recrutamento de jovens para a causa da ideologia de mercado, fora organizado pela Associação dos Amigos alunos da PUC – RJ, Empresa Júnior PUC – RJ e pelo IMIL. Os debates foram voltados principalmente aos alunos da PUC – RJ e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O ciclo de debates foi financiado pela Souza Cruz, pela corretora de valores Geração Futuro bem como, com recursos próprios do orçamento do IMIL.

Os debates centravam-se em três propostas temáticas: Economia; Sociedade e Cultura; Governo e Mercado. Entre os participantes das mesas estavam Carlos Alberto Sardenberg (comentarista de economia do Jornal da Globo), Ilan Godfajn (economista da Casa das Garças-RJ), Fábio Giambiagi (economista do IPEA), Guilherme Fiúza (jornalista e escritor), José Mariano Beltrame (Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro), e com a mediação de Pedro Bial (jornalista, apresentador do reality show BBB na rede Globo e membro da Câmara de Fundadores e Curadores do IMIL)[392].

Uma das principais estratégias de ação do Millenium é voltada para a construção de consenso tanto intra-classe, reforçando os valores da ideologia de mercado condizentes com frações da burguesia a que representa, como também, para a formação de novos quadros de intelectuais orgânicos engajados nos pressupostos e na sua concepção de mundo. Gramsci se refere à necessidade de absorver as forças sociais aliadas, com a finalidade de criar um bloco histórico político-econômico homogêneo, reduzindo as contradições internas. A instituição, portanto, visa “recrutar” e “educar” a juventude brasileira, para a ação política e ideológica do liberalismo. Na apresentação do ciclo de debates, Pedro Bial afirmou que: o evento representa “uma reflexão e um pensamento de

[392]*Idem*, p. 54.

que estamos carentes. O país depende da participação do jovem. É a natureza dele ter esperança, achar que vai ser melhor e fazer ser melhor”[393].

A proposta de ação política defendida no evento é pautada no fundamentalismo de mercado como a expressão e “reino” da liberdade em oposição ao Estado. Na defesa da redução e reconfiguração da aparelhagem estatal, o colunista da revista Veja, Rodrigo Constantino afirmou que “o mercado é a troca voluntária entre agentes livres exercendo suas preferências, como um plebiscito infinito”[394]. Obviamente sua concepção idealizada de mercado negligencia as formas de dominação e de expropriação da classe trabalhadora inerentes e indissociáveis ao processo de extração de mais-valor característico desse mercado e que, naturalmente inviabiliza esta sua noção de “plebiscito infinito”.

O conceito de liberdade é sempre capturado no discurso neoliberal como uma manifestação possível apenas na economia de mercado, com seu cidadão consumidor que faz as suas escolhas no mercado de acordo com suas vontades e seu mérito individual. Pierre Bourdieu afirma que, através destas instituições, que contribuem para instituir uma visão do mundo centrada no consumo e que não oferecem qualquer segurança à classe trabalhadora, anuncia-se uma realidade econômica que se aproxima da filosofia social inerente à teoria neoclássica; como se a filosofia instantaneísta, individualista, ultra-objetivista da economia neoclássica tivesse descoberto na política neoliberal o meio de se tornar verdadeira, tivesse criado as condições da sua própria verificação[395].

Avançando na atuação ideológica voltada à cultura e a formação de novos intelectuais engajados nos valores condizentes com a sua concepção de mundo pautada no mercado, em junho de 2009, o tema do ciclo de debates foi “Meritocracia &

---

[393] Jornal da PUC, 29/05/2008.
[394] *Idem.*
[395] BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2:* por um movimento social europeu. Portugal: Celta Editora, 2001. p. 36

Empreendedorismo: caminhos para o Desenvolvimento". As discussões foram organizadas em dois eixos: o primeiro, Sociedade e Cultura (Empreendedorismo e Meritocracia), com apresentação de Demétrio Magnoli (Sociólogo, Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Articulista de diversos jornais e revistas, membro do grupo de especialistas do IMIL); Fernando Dolabela (Consultor e Professor da Fundação Dom Cabral, Consultor da CNI-IEL Nacional, do CNPq e de dezenas de universidades. Autor de nove livros e dois softwares, colunista do IMIL); e o já citado Rodrigo Constantino. O segundo foi Governo e Mercado (Entraves ao Empreendedorismo e ao Desenvolvimento), debatido por Carlos Souto (Advogado e CEO do Veirano & Advogados, membro da Câmara de Fundadores e Curadores do IMIL); Paulo Guedes (Economista e Fundador do IBMEC, do Banco PACTUAL e da BR Investimentos, articulista de jornais e revistas, membro da Câmara de Fundadores e Curadores do IMIL); Salim Mattar (administrador, fundador e presidente da LOCALIZA membro da Câmara de mantenedores do IMIL)[396].

De acordo com o relatório de atividades o IMIL "organizou entre 2009 e 2010, cinco colóquios, um fórum, um seminário e dois jantares-debates que versaram sobre globalização, relações internacionais, cultura, política, democracia e o papel do Estado". Em 2011, foram organizados 9 eventos como, seminários, fóruns, palestras, colóquios. O seminário "Democracia e Liberdade de Expressão", realizado no Rio de Janeiro foi patrocinado pela Souza Cruz, com o apoio da Associação Brasileira de Rádio e TV (Abert), Associação Brasileira de Propaganda (ABP), Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), Associação Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) e o Instituto Palavra Aberta[397]. Dessa forma, o instituto, de certa forma, é composto e

[396]http://www.institutomillenium.org.br/divulgacao/brasil-20/ acesso em 26/06/2015.
[397]SILVEIRA, *op cit*, 2013.

compartilha dos interesses de grande parte dos agentes e organizações de representação dos setores midiáticos, bem como, pelos grupos empresariais da grande mídia por elas representados.

Outro mecanismo de difusão ideológica do IMIL foi sua participação no projeto de produção do material didático "Farol da Democracia". O material é obra da organização conservadora Farol da Democracia Representativa (FDR). A instituição de difusão ideológica ultraconservadora, presidida por Jorge Roberto Pereira, segundo Patischiki, basicamente disponibiliza cadernos de leitura online, que consideram como "cursos". Seu objetivo, de acordo com o FDR, seria buscar a "disseminação dos valores culturais que estruturaram a moral, a ética, a religiosidade e o saber jurídico da civilização ocidental"[398]. O material consiste da elaboração de 17 apostilas dispostas em cinco arquivos digitais que debatem temas como: crise brasileira, sistemas políticos, movimentos revolucionários (com destaque para o socialismo), governança global, o perigo da Amazônia em mãos estrangeiras, o Movimento Comunista no Brasil e no mundo, a democracia, o nacionalismo, a reversão da crise[399].

Mesmo o Instituto Millenium se apresentando como uma entidade de defesa dos pressupostos característicos do neoliberalismo, proferindo em vários de seus artigos e outras publicações, um discurso supostamente pautado nas liberdades individuais e liberdade de expressão, relaciona-se, todavia, com uma instituição declaradamente moralista e ultraconservadora. Por meio do discurso de defesa dos "valores tradicionais da família" e dos "bons costumes", o FDR manifesta-se a partir de uma postura autoritária e violenta sobre seus eleitos "culpados". Segundo Bourdieu, essa revolução conservadora de tipo novo tem como bandeira o progresso, a razão, a ciência (a economia, no caso),

---

[398]FAROL DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, in: PATSCHIKI, 2013, p. 119.
[399]SILVEIRA, *op cit*, 2013, p. 81.

para justificar a restauração e, tenta assim, tachar de arcaísmo o pensamento e a ação progressistas. Nas palavras de Bourdieu, “ela constitui como norma de todas as práticas, logo como regras ideais, as regularidades reais do mundo econômico entregue à sua lógica, a alegada lei do mercado, isto é, a lei do mais forte”[400].

Essa relação demonstra a articulação entre liberalismo econômico e conservadorismo cultural nas representações político-ideológicas no seu escopo de abrangência, contemplando convenientemente cisões e divergências interburguesas. Além disso, a burguesia em meio aos seus conflitos e cisões intra-classe vai sempre oscilar entre os seus partidos da ordem; essa posição característica da extrema-direita não é necessariamente a concepção que a burguesia gostaria de ver objetivada e, nem tampouco, mostra-se como sendo a posição majoritária no interior do IMIL. Todavia, se for o partido que a burguesia *precisa*, ou que é obrigada a acatar, em determinada conjuntura, então essas posições mais extremadas são tranquila e convenientemente acatadas, em nome da garantia do essencial de sua dominação e acumulação.

Estas cisões, mediações e articulações interburguesas representam outro elemento que demonstra a complexidade na estruturação desse aparelho privado de hegemonia, assim como na própria compreensão das formas de dominação burguesa no Brasil contemporâneo. As tradicionais categorias ou clivagens de classe, na atual conjuntura do capitalismo e das lutas de classes, tornaram-se cada vez mais complexas e interseccionadas.

Uma das características que realmente dá dimensão ao Instituto Millenium, como um dos mais importantes intelectuais coletivos de difusão político-ideológica do Brasil contemporâneo é, sem dúvidas, a sua capacidade de mobilização de articulistas

---

[400] BOURDIEU, *op cit*, 1998, p. 49.

convidados e membros especialistas, que amplificam e capilarizam os valores defendidos pela instituição nos mais diversificados meios, alcançando outros espaços da vida social.

Os articulistas ou, como são denominados oficialmente pelo IMIL, os *convidados* são membros colaboradores sem vínculo formal com o instituto. São seguidores, admiradores, militantes e intelectuais da causa liberal que procuram e/ou são procurados ou recrutados pelo Millenium para promoverem a divulgação de suas ideias na forma de pequenos artigos e podcasts. Essas publicações podem ser tanto produzidas a pedido da entidade, propostas pelo convidado, assim como, algum tipo de produção própria veiculada anteriormente em algum outro meio de comunicação, inclusive por meio de replicação de outros aparelhos privados de hegemonia.

Obviamente esses articulistas convidados, apesar de disporem de uma autonomia relativa, devem compartilhar dos valores e, portanto, da linha editorial estabelecida pelo instituto. Como muitas vezes são vinculados a outras instituições, buscam na relação com o IMIL, uma forma de ampliação da divulgação de seus trabalhos e da visão de mundo que partilham. Por conseguinte, grande parte dessas publicações do IMIL transitam entre diferentes aparelhos da burguesia como o Instituto Liberal, o Instituto Von Mises Brasil, o Instituto Liberdade e o Estudantes Pela Liberdade, por exemplo. A listagem completa dos articulistas convidados do IMIL consta no anexo IV.

Diferentemente dos convidados, os membros *especialistas* são intelectuais vinculados à instituição e autorizados a falar oficialmente em seu nome. Tanto os convidados, como os especialistas não se configuram formalmente como funcionários ou consultores remunerados pelo instituto. Definição que já questionamos anteriormente, onde questionamos se o grande volume de recursos destinados pelo IMIL às despesas operacionais, poderia ser a sinalização de que esses valores também poderiam estar sendo destinados à remuneração desses especialistas. Esses atores, todavia, encontram na

entidade liberal um espaço de difusão de suas concepções e, por sua vez, de atuação política e ideológica, integrando sua estratégia de produção do consenso. Um dos grandes objetivos da instituição segundo sua fundadora, a economista Priscila Pinto, seria o de tornar-se fonte dos veículos de comunicação no tempo presente e respaldar futuros formadores de opinião alinhados com os valores centrais do Instituto, ampliando sua difusão para além do círculo de pensadores e ativistas da rede liberal no Brasil[401].

Em 2015, o quadro de especialistas do IMIL é composto por 202 intelectuais e o quadro de articulistas convidados conta com outros 82 membros, totalizando 284 representantes entre intelectuais orgânicos e prepostos das mais diversas áreas de atuação e de distintas frações do capital. Isso envolve um significativo exercício de mediação por parte do IMIL, tendo em vista os conflitos interburgueses que emanam dessa ampla representação. A relação completa dos membros especialistas e convidados do IMIL, com o quadro de referências, pode ser verificada nos anexos III e IV respectivamente. Uma fração representativa desses intelectuais, está ligada, de alguma forma, seja como colunista, articulista, redator ou como dirigente, a outros veículos de comunicação da grande mídia brasileira.

Entre os espaços midiáticos ocupados por integrantes do Millenium estão as revistas “Veja”, “Isto É”, “Época”, “Exame”, “Valor Econômico”, “Revista Brasileira de Economia”, “Realidade”, “Forbes Brasil”, “Voto”. Dos jornais “Folha de São Paulo”, “O Estado de São Paulo”, “Diário de São Paulo”, “O Globo”, “Jornal do Brasil”, “Gazeta Mercantil”, “O Dia”, “Jornal da Tarde”, “A Tribuna”, “Zero Hora”, “Hoje em Dia”, “Última Hora”, “Brasil Econômico”, “Digesto Econômico”, “Jornal Imprensa”, “Jornal da Cultura”, “Jornal do Comércio”, “Jornal da Orla”, “Jornal Brazilian Administration

[401] SILVEIRA, *op cit*, 2013, p. 197.

Reviw". Assim como, em canais de televisão como na rede Globo, rede Record e rede Bandeirantes de televisão, para citar apenas a TV aberta[402]. A relação completa consta nos anexos III e IV.

Há também um número expressivo de colunistas do IMIL que são representantes dos meios acadêmicos, como professores vinculados a importantes universidades públicas e privadas do Brasil, como pode ser verificado nos anexos III e IV. Entre estas estão: a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica (PUC), entre outras.

Os colunistas também possuem vínculos com diferentes organizações de representação de classe e sindicatos patronais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Fierj), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), Federação do Comércio (Fecomércio), Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Associação Latino-Americana de Integração (Aladi),

[402]http://www.institutomillenium.org.br, acesso em 26/06/2015.

Associação de Empresas Brasileiras para a Integração de Mercados (Adebim), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE), Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Associação Nacional dos Supervisores de Educação do Brasil (ANSEB), Associação Nacional de Empreendedorismo Universitário (ANEU), Associação Brasileira de Empresas de Comunicação e Relações Públicas (Abert), Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB), Associação da Classe Média, Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Nacional de Restaurantes (ANR), Associação Brasileira de Recursos Humanos e Associação Brasileira de Direito de Informática. Essas vinculações podem ser verificadas nas trajetórias dos colunistas apresentadas nos anexos III e IV.

Os vínculos entre seus colunistas especialistas e convidados com as entidades supracitadas, não implica qualquer tipo de relação institucional formal com o IMIL. Representa, todavia, a capilaridade dos intelectuais que integram a instituição, ou participam dela como convidados, mas que compartilham do essencial de seus valores e seu projeto para a sociedade, ampliando sua difusão político-ideológica, a partir de outros centros de formação de opinião, organização de diretrizes e produção de consenso.

Para entender o papel desempenhado por uma instituição como o IMIL no processo de construção do consenso, é necessário ter em mente a multiplicação das suas ações e a capilaridade alcançada por seus valores, a parir da trajetória e atuação de seus intelectuais orgânicos em outras esferas, uma vez que o nome do Millenium muitas vezes nem sequer aparece nesse processo. A capacidade de difusão de seus pressupostos e sua concepção de mundo a partir de aparelhos ideológicos como a mídia, os espaços

acadêmicos e as entidades de representação setorial ou de classe, amplia a dimensão de sua atuação, para muito além das ações meramente institucionais promovidas pelo IMIL. É justamente nessa sua capacidade de composição de quadros, atuantes e, no essencial, alinhados aos seus princípios, que reside a sua principal força enquanto intelectual coletivo do projeto neoliberal no Brasil.

4.5 – Instituto Von Mises Brasil (IMB): da tradição doutrinária da Escola Austríaca de Economia ao conservadorismo cultural

Com a proposta de difusão ideológica dos pressupostos da doutrina da chamada Escola Austríaca de Economia, na sociedade brasileira, foi criado o Instituto Von Mises Brasil (IMB). Assim como o Instituto Millenium que foi lançado no Fórum da Liberdade (organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais IEE, com apoio do Instituto Liberdade), o IMB foi apresentado publicamente aos círculos liberais brasileiros no XXIII Fórum da Liberdade, realizado em abril de 2010, cuja temática foi: “Seis temas para entender o Mundo”. Entidade iniciada em 2009, teve como idealizador e principal fundador, o empresário do grupo Ultra, Hélio Beltrão (filho de Hélio Beltrão, ex-ministro da ditadura civil-militar das pastas de Planejamento, de 1967 a 1969, da Desburocratização, de 1973 a 1983), que também está entre os fundadores do Instituto Millenium.

A partir das bandeiras defendidas pelos clássicos da ortodoxia austríaca como a livre concorrência, a economia de mercado, a defesa incondicional do direito de propriedade nas mais variadas representações da vida social e a redefinição do papel do Estado, o Instituto Mises Brasil tem como principal proposta de ação, a produção de

consenso pautada nos pilares do neoliberalismo teorizados, principalmente, por Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek, Murray N. Rothbard. Como uma espécie de mensagem de boas vindas aos seus seguidores, o IMB traz em seu endereço eletrônico a seguinte frase do pensador ultraliberal Rothbard, "no livre mercado, todos ganham de acordo com o valor que sua produtividade tem em satisfazer os desejos dos consumidores. Sob a distribuição estatal todos ganham de acordo com o quanto podem roubar dos produtores"[403].

O IMB, dessa forma, atua como um intelectual coletivo das frações mais ortodoxas do pensamento ultraliberal de orientação austríaca, bem como grupos conservadores, que enxergam na estrutura do Estado e nos direitos por ele garantidos, o grande entrave à sua prosperidade material e sua concepção de liberdade. Segundo a sua própria definição, o instituto busca com suas ações: I) promover os ensinamentos da escola econômica conhecida como Escola Austríaca; II) restaurar o crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo; III) defender a economia de mercado, a propriedade privada, e a paz nas relações interpessoais, e opor-se às intervenções estatais nos mercados e na sociedade[404]. O instituto assim define sua concepção:

> nossa visão de uma sociedade livre deve ser alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos, e à ordem natural dos mercados, sem interferência governamental. Portanto, esperamos que nossas ações influenciem a opinião pública e os meios acadêmicos de tal forma que tais princípios sejam mais aceitos e substituam ações e instituições governamentais[405].

Partindo de uma concepção pautada no individualismo e na supremacia do mercado, como espaço de realização das liberdades humanas a partir da lógica

---

[403] Murray N. Rothbard in: http://www.mises.org.br, acesso em 13/10/2015.
[404] http://www.mises.org.br/About.aspx, acesso em 28/06/2015.
[405] *Idem.*

concorrencial extrapolada para todas as esferas da vida humana e da aptidão conferida pelo discurso da "meritocracia", o IMB produz materiais e difunde sua ideologia sobre os mais variados temas políticos, econômicos e sociais. O propósito seria o de reforçar a noção de Estado "mínimo" e, consequentemente, a economia de mercado, como condição necessária para o exercício pleno da democracia e a liberdade entre os indivíduos consumidores, dada a própria "natureza humana" essencialmente individualista.

Ao tratar da tentativa de aplicação objetiva desses preceitos em algumas sociedades, Pierre Bourdieu afirma que essa classe dominante, que prega a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão, assaltou o Estado: "fez do bem público um bem privado, da coisa pública da república, uma coisa sua." (...) "é preciso romper com a nova fé na inevitabilidade histórica que professam os teóricos do liberalismo[406].

Como estratégia para atingir seus objetivos de difusão ideológica o IMB desenvolve uma série de ações para a produção de consenso como seminários, palestras e outros eventos, buscando, principalmente atingir o público jovem. Em 12 de abril de 2010 o Instituto Von Mises Brasil organizou o I Seminário de Economia Austríaca (ou Seminário de Escola Austríaca). Seguindo a tradição do conservadorismo do empresariado do Rio Grande do Sul, o evento foi realizado no Hotel Sheraton, em Porto Alegre-RS e foi patrocinado pelo Standard Bank e pelo Instituto Ling. A proposta do evento foi debater à luz dos pressupostos doutrinários da Escola Austríaca temas como: O papel do Federal Reserve na atual crise econômica, os problemas gerados em decorrência das constantes intervenções de governos na economia, o cálculo econômico socialista, a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) e a desconhecida depressão

---

[406] BOURDIEU, *op cit*, 1998, p. 38-39.

de 1920-1921[407]. Insere-se, por sua vez, em um combate ideológico pela interpretação da crise de 2008 e seus significados, assim como das crises em geral.

Entre os palestrantes estavam economistas estrangeiros, tais como CEO do Ludwig von Mises Institute dos EUA, Lew Rockwell ("Liberdade ou Poder? As vidas paralelas de Rothbard e Greenspan."); o professor de economia e o vice-presidente acadêmico do Mises Institute, Joseph Salerno ("Quem foram Mises e Rothbard"); o membro residente sênior do Mises Institute, Mark Thornton ("Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos: um século de sucesso"); o membro sênior do Mises Institute e especialista em história americana, Thomas Woods ("A desconhecida depressão de 1920-1921"); e o economista e professor de Direito na Universidade de Santa Clara, Califórnia, David Friedman (filho de Milton Friedman que apresentou o tema "O livre mercado de leis e sua eficiência superior").

Entre os representantes brasileiros estavam: o economista, professor associado da UERJ e diretor acadêmico do IMB, Ubiratan Jorge Iorio ("O debate do cálculo econômico socialista e o desenvolvimento da teoria austríaca de processo de mercado"); o economista, colunista da Veja, fundador do IMIL e dirigente do IL, Rodrigo Constantino (apresentou a palestra sobre a "A crise sob a perspectiva austríaca: o Brasil e o mundo"); o professor da USP na FEA de Ribeirão Preto, Fábio Barbieri ("O debate do cálculo econômico socialista e o desenvolvimento da teoria austríaca de processo de mercado"); e o professor de economia na Universidade Federal de Sergipe (UFS), Antony Mueller ("A crise sob a perspectiva austríaca: o Brasil e o mundo")[408]. Com temáticas que apresentavam os autores clássicos e suas concepções teóricas, além de debates político-econômicos sobre a realidade brasileira, a partir dos pressupostos neoliberais, marcaram

[407] http://www.mises.org.br/EventsHistory.aspx?page=4, acesso em 05/01/2016.
[408] http://www.mises.org.br/ acesso em 28/06/2015.

este que foi o primeiro evento de maior repercussão organizado pelo instituto.

Na mesma linha, o II Seminário de Escola Austríaca foi realizado em 2011, também na cidade de Porto Alegre, apresentou como atração principal, o filósofo e economista alemão da Escola Austríaca, Hans-Hermann Hoppe (membro sênior do Ludwig von Mises Institute, fundador e presidente da Property and Freedom Society e co-editor do periódico Review of Austrian Economics), que ministrou as propostas "Crises Econômicas: Como Provocá-las e Como Piorá-las" e “Queremos uma Sociedade com Leis Estatais ou Privadas?”. Mais uma vez temos a disputa em torno do tema da crise. O Evento também contou com a presença de Gabriel Zanotti (membro do departamento de Investigaciones da Fundación Hayek, diretor acadêmico do Instituto Acton Argentina, professor titular da Universidade Austral e professor na UNSTA); Peter G. Klein (leciona economia na University of Missouri); Jörg Guido Hülsmann (membro sênior do Mises Institute); Robert P. Murphy (Ph.D em economia pela New York University, economista do Institute for Energy Research, um scholar adjunto do Mises Institute, membro docente da Mises University)[409].

Grande parte de seus palestrantes liberais são vinculados ao Mises Institute. O IMB, apesar de compor a rede internacional do Instituto Von Mises, não é subordinado institucionalmente ao Instituto Mises dos Estados Unidos. Em 2012, também em Porto Alegre (RS), o evento na sua terceira edição passou ser chamado de Conferência de Escola Austríaca. Mais uma vez, a aposta do instituto foi a participação de renomados convidados internacionais, como Peter Schiff (presidente da Euro Pacific Capital) e Walter Block (membro sênior do Mises Institute e professor de economia na Loyola University, Nova Orleans), entre vários outros palestrantes. Este último, sem dúvidas,

[409] http://www.mises.org.br/ acesso em 28/06/2015.

merece maiores considerações.

Seguidor da tradição doutrinária da Escola Austríaca, principalmente na vertente ultraliberal mais característica do pensador Murray Rothbard, o economista Walter Block apresenta-se como um "libertário" e "conservador cultural". Segundo o autor em seu livro intitulado *"Defendendo o Indefensável"* – obra que por sinal é muito difundida pelo IMB em seu endereço eletrônico –, o chamado libertarianismo seria uma filosofia política que, antes de mais nada, preocupa-se exclusivamente "com o uso adequado da força"[410]. Nesse sentido Block evoca alguns exemplos como a prostituição, a cafetinagem, homossexualismo e o uso de drogas como sendo "ações perversas", mas que, todavia, não caberia ao Estado criar leis que as criminalizem. Diante dessa sua conclusão tida como "libertária", Block explica melhor sua concepção:

> **Só porque um libertário pode se recusar a encarcerar pervertidos, isso não significa que ele precise se manter moralmente neutro quanto a tal comportamento.** Então, somos contra, ou a favor? Apoiamos, ou resistimos? Torcemos contra, ou a favor?
> Nessa dimensão, sou um **conservador cultural. Isso significa que abomino o homossexualismo, a bestialidade e o sadomasoquismo, bem como a cafetinagem, a prostituição, o consumo de entorpecentes e outros comportamentos degenerados.** Não estamos, aqui, falando apenas de jogadores de futebol que pulam uns sobre os outros, ao fazerem um gol, ou de homens europeus beijando-se nas bochechas. Não estamos discutindo esfregadelas ou massagens. **Estamos contemplando, isso sim, as principais abominações que, em outra era, foram proscritas porque "afugentavam os cavalos"** [411]. (Grifos nossos)

A partir dessa concepção moralista, ultraconservadora e que, legitima formas de discriminação e preconceito, Walter Block estabelece uma distinção entre o que seria um libertino e um libertário. Segundo o autor, "o libertino, então, defende a prostituição, o consumo de entorpecentes, o sadomasoquismo etc., e talvez até participe dessas práticas,

---

[410] BLOCK, Walter. *Defendendo o Indefensável*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010, p. 20.
[411] *Idem*, p. 23.

mas não força qualquer outra pessoa a participar”[412]. Dessa forma a diferença entre o libertino e o libertário em sua análise seria simplesmente esta: “o libertário é alguém que acha que o libertino não deve ser encarcerado. Ele pode se opor profundamente à libertinagem, **pode falar contra ela, pode organizar boicotes de forma a reduzir a incidência dessas perversões**”[413].

Por conseguinte, o autor de cepa fundamentalista de mercado e do conservadorismo cultural – posições, à primeira vista contraditórias, mas que embasam concepções de mundo e encontram espaço nas formas de representação politico-ideológica, principalmente entre as “*Direitas”* conservadoras – defende as relações desse mercado em todas as manifestações da vida social, na mercantilização do meio natural e todos os seus recursos, assim como na própria dignidade humana. Além disso, estabelece concepções conservadoras e moralistas, tentando legitimar a ideologia mais elitista, mesquinha e preconceituosa sob o signo de “ciência”, buscando uma “aparência de crítica social”.

Em seu artigo publicado pelo IMB, “*Em defesa de um livre mercado para órgãos do corpo”*, Walter Block questiona que “a lei nos proíbe de usarmos os direitos de propriedade que todos nós temos sobre nossos próprios corpos. Mais especificamente, o governo proibiu o comércio, ou um mercado legalizado, de órgãos humanos vivos e sobressalentes”. E conclui afirmando que “a liberdade, como sempre, é a solução. Se de fato queremos poupar as pessoas de dores, sofrimento, angústias e tragédias, deveríamos nos mobilizar para instituir um livre mercado para os órgãos do corpo”[414].

O Instituto Von Mises Brasil, não só compactua com suas posições, como difunde

---

[412] BLOCK, *Op Cit*, p. 24.
[413] *Idem*, p. 24.
[414] BLOCK, Walter. *Em defesa de um livre mercado para órgãos do corpo.* In: http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=194, acesso em 13/06/2016.

amplamente seus estudos em seus espaços de atuação. Um de seus artigos publicados pelo IMB, cujo o título é *"Por que discriminar é correto e natural"*, Walter Block traz a sua concepção "libertária" sobre a discriminação:

> Embora seja ilícito ao *governo* discriminar com base em raça, sexo ou qualquer outro critério, é um direito básico de *indivíduos* terem a liberdade para demonstrar exatamente quais são suas preferências. Trata-se de um elemento básico dos direitos de propriedade. (…) Sendo assim, faz-se necessário ser claro e direto: é mais do que óbvio que qualquer ato de discriminação da parte de indivíduos - porém, é claro, não da parte do estado - é um direito nato, pois trata-se do direito à liberdade[415].

Entre os artigos de Walter Block, publicados no endereço eletrônico do Instituto Von Mises Brasil estão: *"Uma teoria geral (e libertária) sobre controle de armas"*; "*Sobre a diferença salarial entre homens e mulheres"*; *"Por que discriminar é correto e natural"; "Mercado versus estado"*; *"Religião e libertarianismo"*; *"Defendendo o indefensável - o especulador e o avarento"*; *"A privatização dos rios*; *Em defesa de um livre mercado para órgãos do corpo"*; "*Um tratado sobre empregos e desempregados"*; e "*Por que ser um economista? Para ser feliz, ora essa!"*.[416]

Outra forma de ação desenvolvida pelo Mises Brasil, em sua estratégia de "formar/educar" a juventude, enquanto aparelho de convencimento, foi o 1º Curso de Escola Austríaca do Brasil, realizado de outubro a dezembro de 2011, com aulas ministradas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. O curso de iniciação à Escola Austríaca de Economia conta com 60 horas/aula, divididas em quatro módulos: (1) Conceitos básicos da Escola Austríaca; (2) Epistemologia das Ciências Sociais; (3) Filosofia Política, também; e (4) Economia. Entre os professores estavam Ubiratan Jorge Iorio (UERJ), Hélio Beltrão Filho (empresário, dirigente do IMIL e presidente do IMB),

---

[415] BLOCK, Walter. *Por que discriminar é correto e natural*. In: http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=885. Acesso em 12/06/2016.
[416] http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=19 acesso em 12/06/2016.

André Azevedo Alves (foi professor na Universidade Católica Portuguesa membro do Conselho Editorial das revistas Economic Affairs (Reino Unido) e MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia do IMB) e Alex Catharino (Historiador, vice-presidente do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP), editor-assistente da COMMUNIO, revista internacional de teologia e cultura, e pesquisador do Russel Kirk Center). Sobre a proposta do curso, assim define o professor Ubiratan Iorio, do Mises Brasil:

> Precisamos levar a Escola Austríaca ao maior número possível de pessoas, porque só assim será possível, algum dia, quebrar o paradigma falido da *mainstream economics*. Na situação atual, talvez apenas meia dúzia de gatos pingados tenha percebido que esse paradigma faliu... Se conseguirmos aumentar esse percentual, mesmo que de forma lenta, mas sempre permanente, as sementes plantadas serão capazes de crescer, florescer e dar frutos para, quem sabe, nossos filhos e netos, em termos de uma vida melhor, porque vivida com liberdade[417].

Dentro de sua proposta de ação pedagógica, o IMB tem como principal mecanismo de difusão a publicação de artigos, livros de autores clássicos do espectro neoliberal e de autores nacionais, traduções de obras consagradas da Escola Austríaca (a exemplo do Instituto Liberal), e o periódico, *"MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia"*. A revista, de caráter acadêmico e científico, trouxe nos seus dois primeiros números a temática fundamental "A Escola Austríaca de Economia na Vanguarda". Os eixos definidos para os textos e submissão de trabalhos são: 1º) Epistemologia e Ética; 2º) Economia, Metodologia e Praxeologia; 3º) História do Pensamento Econômico; 4º) Sociedade, Legislação e Política; 5º) Cultura e Liberdade.

O principal veículo de difusão de seu pensamento, portanto, é o seu próprio endereço eletrônico, seu Blog – onde são publicados os textos, os *podcasts* e disponibilizado o seu acervo de livros liberais em sua biblioteca e sua loja virtual – e os

[417] http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1158., acesso em 13/10/2015.

eventos que organiza e patrocina. A concepção de mundo presente nessas publicações e defendida pelos intelectuais orgânicos do Instituto é fortemente pautada no individualismo característico da Escola Austríaca. Como afirma o autor liberal, da matriz austríaca, Murray Rothbard,

> Ao fundamentar sua análise no indivíduo que enfrenta o mundo real, os "austríacos" perceberam que a atividade produtiva se baseava em expectativas de satisfazer as demandas dos consumidores (...) O valor é determinado pelas avaliações dos consumidores, e os preços relativos dos bens e serviços são determinados pela avaliação que os consumidores fazem desses produtos e pela intensidade de seu desejo de adquiri-los[418].

Sua análise, portanto, é essencialmente individualista e mercadológica, onde todas as relações, sejam políticas sociais ou culturais, são determinadas pelas leis do mercado. Assim, não só a estrutura material ou institucional do Estado deve se render aos interesses do mercado, mas também e, sobretudo, a própria realização da vida social, a cidadania, os direitos humanos e etc. Segundo Raphael Almeida Dal Pai, historiador que pesquisa a instituição, "ao considerar os direitos humanos como ligados à uma relação de "oferta e procura", o IMB desconstrói a própria noção de direitos no intuito de reforçar as relações de mercado como absolutas e dominantes em todas as esferas da sociedade"[419].

Pierre Bourdieu, argumenta que as políticas neoliberais impostas pelas potências centrais do capitalismo, não são baseadas simplesmente nas teorias clássicas do liberalismo ou nas contribuições da ortodoxia da Escola Austríaca de Economia, mas que teriam se desenvolvido, em grande medida, a partir de sua aplicação em um contexto muito específico, que seria o da cultura individualista e meritocrática dos Estados Unidos da América. Essa cultura do individualismo e da meritocracia como signo de sucesso ou fracasso social, instaura uma espécie de lógica da instabilidade e fora incorporada aos

---

[418] ROTHBARD, 1988, *apud*, CASIMIRO, 2011, p. 21.
[419] DAL PAI, Raphael Almeida. Instituto Ludwig Von Mises Brasil: aparelho privado de hegemonia. Artigo XIV Encontro Regional de História: 1964 – 2014 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Marechal Rondon-PR: UNIOESTE, 2014, p. 813.

pressupostos neoliberais. Como nos diz Bourdieu,

> um outro tópico fundador da vulgata americana, (...) a exaltação do dinamismo e da maleabilidade da ordem social dos EUA (antítese da rigidez e do medo do risco atribuídos às sociedades europeias), leva a ligar a eficácia e a produtividade a uma forte flexibilidade (por oposição às imposições ligadas a uma forte segurança social) e até mesmo a fazer da insegurança social um princípio positivo de organização coletiva, capaz de produzir agentes econômicos mais eficazes e produtivos. A existência de relações de trabalhado assentes na institucionalização a insegurança (em particular com os novos tipos de contrato de trabalho) e cada vez mais particularizadas a fim de se ajustarem à firma e às exigências particulares do trabalho (...) acarretam uma dissocialização do trabalho assalariado e uma atomização metódica dos trabalhadores[420].

Por conseguinte, esse é o modelo civilizacional almejado e defendido no programa do Mises Brasil. Propugnando um discurso característico da ortodoxia neoliberal, por tras da sua proposta de "minimização" do papel do Estado (que entendemos por reconfiguração do papel do Estado) e da defesa da redução sistemática da carga tributária (como exemplo a organização do "Dia da Liberdade de Impostos", também aplicado pelo Instituto Millenium), encontra-se a conversão de direitos de cidadania em mercadorias negociáveis pelo consumidor substituto do cidadão, além do solapamento dos direitos dos trabalhadores, sob a justificativa de sua própria empregabilidade.

As propostas de redução de direitos dos trabalhadores são sempre acionadas no discurso da burguesia, o que não é diferente no caso do IMB, que as qualificam como sendo medidas pautadas nas noções de "racionalidade", "eficiência" e mesmo de "liberdade". Para Von Mises, essas formas de legislação seriam como um perigoso mecanismo de intervencionismo. O liberal afirma (no texto publicado pelo site do IMB "As brechas nas regulamentações são o que permitem a economia respirar") que, a "Intervenção é uma norma restritiva imposta por um órgão governamental, que força os donos dos meios de produção e empresários a empregarem estes meios de uma forma

[420] BOURDIEU, *op cit*, 2001, p. 18.

diferente da que empregariam”[421].

Já no artigo publicado pelo Instituto, por Cassiano Dalberto (doutorando em Economia pela UFMG), intitulado “Terceirização? Sim, por favor. E obrigado”, o instituto apresenta de forma mais pragmática a sua defesa da redução de direitos dos trabalhadores. De acordo com o autor, “para entender por que a terceirização é importante, seria necessário apenas reconhecer seus benefícios históricos”. Afirma ainda que, “a terceirização está intrinsecamente ligada à divisão do trabalho, que foi o que permitiu às sociedades modernas crescer, se desenvolver e elevar o padrão de vida de seus habitantes”[422]. Para Bourdieu, as relações de trabalho aos moldes neoliberais estariam inscritas em “um modo de produção que implica um modo de dominação fundado na instituição da insegurança, a dominação por meio da precariedade[423].

Na concepção de reconfiguração da estrutura estatal defendida pelo Mises Brasil, o processo de privatização inclui itens como a educação pública e saúde. O texto do autor liberal, Harry Browne, publicado no IMB, define que de todos os passos que foram dados rumo ao *“caminho da servidão”*, o pior seria o de permitir que o Estado educasse nossos filhos, seja diretamente por meio de escolas públicas ou por meio de regulamentação realizada pelo Ministério da Educação. Na mesma linha, segundo apresenta a professora Andreia Faggion – que parte de uma frase pichada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), (“Educação não é Mercadoria”) – no Brasil, “não existe espaço para um livre mercado da educação, porque o Leviatã dita as regras para tudo quanto é curso e ainda ocupa o sistema de todos os lados, seja ofertando cursos gratuitamente seja injetando recursos em instituições privadas”[424]. A solução apontada pelo IMB, seria a total

---

[421] http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2109, acesso em 13/10/2015.
[422] *Idem.*
[423] BOURDIEU, *op cit*, 2001, p. 18.
[424] FAGGION, Andreia. *Educação não é Mercadoria*. In: http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1636. Acesso em 13/10/2015.

privatização da educação pública, tornando-a um bem negociável de acordo com as leis de mercado. Assim, a professora do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina, defende a mercantilização da educação, partindo do seguinte pressuposto:

> Ter a educação como mercadoria significaria apenas e tão somente que um determinado conteúdo ou uma determinada competência poderia ter seu ensino livremente ofertado por aquele que se julgasse em condições para tanto, em troca de um preço por ele estipulado, ao passo que o interessado em adquirir aquele conteúdo ou competência poderia livremente aceitar a oferta se desejasse pagar o preço estipulado. (…) Nada pode ser mais avesso à liberdade individual do que um estado educador. Portanto, se tivermos que fazer algum reclame sobre a educação, que seja para que ela se torne, sim, mercadoria[425].

Nessa visão estruturada a partir dos princípios mercadológicos e conformação social neoliberal, o homem só é livre à medida que os preços são livres e toda realidade social responda a essa lógica do mercado. A libertação do homem, nessa perspectiva, é consequência e também subproduto da libertação dos preços e ao tornar livres os preços e, por conseguinte, transformar tudo em mercadoria comercializável e condizente às leis do mercado, o homem se libertaria. Assim, como afirma Denise Gros, "nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Desse modo, nega-se também qualquer exercício de liberdade, à medida que esse possa entrar em conflito com as leis de mercado"[426]. Ainda sobre a educação pública, o endereço eletrônico do IMB, disponibiliza 26 publicações referentes ao tema e, além das acima mencionadas, traz artigos como: "E se as escolas públicas fossem abolidas?"; "Os jovens matam porque foram esquecidos pelo Estado – um mito favorito da esquerda"; e "Não se deixe educar pelo Estado"[427].

Já no tocante à saúde pública brasileira, o site do Mises Brasil, traz 22 artigos de

---

[425] FAGGION, Andreia. *Educação não é Mercadoria.* In: http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1636. Acesso em 13/10/2015.
[426] GROS, *op cit*, 2003, p. 67.
[427] http://www.mises.org.br/Subject.aspx?id=10, acesso em 13/10/2015.

publicação entre 2009 e junho de 2015. Entre eles estão "*Como Mises explicaria a realidade do SUS?*", "*Uma análise ética sócio-política e econômica da saúde socializada*"; "*Um retrato da saúde Brasileira – um desabafo de dois médicos*"; e "*A saúde é um bem e não um direito*". Em relação a este último artigo citado, o texto traz a afirmação de que "nessa nossa atual cultura da dependência, cada vez mais os "bens" estão se tornando "direitos", algo que gera consequências danosas". Nesse sentido, o autor afirma que

> a princípio, pode parecer algo bastante inócuo se decidirmos que as pessoas têm direito a coisas como educação, emprego, moradia e tratamento médico. Mas, se analisarmos mais detidamente as consequências, veremos que o funcionamento da ética do trabalho e da frugalidade será violentamente desbalanceado caso as pessoas aceitem essas ideias[428].

É nessa concepção individualista e meritocrática de sociedade que os liberal-conservadores buscam ressignificar a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, é o cidadão consumidor. Tanto os direitos de cidadania, como os próprios problemas sociais, como a exclusão, desemprego e o aumento da miséria, por exemplo, são transferidos para a esfera individual pela legitimação meritocrática da sociedade. Nas palavras de Pierre Bourdieu, "efetivamente, a força da ideologia neoliberal se apoia em uma espécie de darwinismo social"[429], onde são os melhores e mais brilhantes que vencem.

Por trás dessa visão mundialista e cosmopolita dos dominantes, há uma filosofia da incompetência, segundo a qual são os mais competentes que vencem ou governam, e que implica que aqueles que não têm trabalho, ou acesso à saúde ou educação de

---

[428] http://www.mises.org.br/, acesso em 13/10/2015.
[429] BOURDIEU, *op cit*, 1998, p. 58.

qualidade, por exemplo, não os possuem por sua própria incapacidade, por sua incompetência. Ou seja, tudo é uma questão de mérito pessoal, numa perspectiva em que todas as posições sociais estariam alicerçadas fundamentalmente no mérito, negligenciando outros condicionantes sociais e históricos. O discurso da competência e do mérito (na visão meritocrática) configura-se assim, como uma justificação teórica para a condição de privilégio do bloco dominante.

O Instituto Von Mises Brasil, por conseguinte, pode ser caracterizado como um aparelho privado de hegemonia de atuação no campo da cultura a partir da difusão ideológica de seus valores e de sua concepção de mundo como ideal e universalizante. Busca produzir consenso, principalmente, a partir da "formação" do público jovem e universitário. Tem em seus eventos e nas publicações em seu endereço eletrônico, o seu principal mecanismo de ação. A partir da defesa de valores conservadores na cultura e de princípios teóricos doutrinários da Escola Austríaca de Economia, busca naturalizar o seu padrão de sociabilidade baseado na meritocracia, na lógica concorrencial, na mercantilização de todas as esferas da vida social, na defesa inalienável da propriedade privada e na redefinição do papel do Estado, como pressupostos fundamentais para alcançar a "liberdade" e o "verdadeiro" exercício da democracia.

4.6 – Estudantes Pela Liberdade (EPL): doutrinação e recrutamento nos meios estudantis e ação política através de sua célula de mobilização, o Movimento Brasil Livre (MBL).

O último dos aparelhos privados de hegemonia de ação doutrinária, por este estudo abordado, que foi apresentado publicamente no principal evento da agenda liberal

no Brasil, o Fórum da Liberdade, foi a organização liberal voltada especificamente ao público jovem e universitário, o chamado Estudantes Pela Liberdade (EPL). Oficialmente apresentado no Fórum da Liberdade de 2012, cujo tema do evento foi, *"2037: que Brasil será o seu?"*, a instituição configura-se como um aparelho privado de hegemonia de orientação neoliberal. Sua atuação pode ser caracterizada pelo recrutamento de jovens universitários para a composição de novos quadros de intelectuais orgânicos da ideologia de mercado.

Em seu endereço eletrônico o EPL assim se apresenta: o Estudantes Pela Liberdade "é uma organização apartidária formada por jovens comprometidos com a promoção, a partir da Academia, de uma ordem social harmônica, justa e livre, ancorada no respeito às liberdades individuais, à propriedade privada e à vida humana". Destarte, a instituição busca de forma deliberada e articulada disputar e ampliar seus espaços de representação do pensamento da direita e do liberalismo nos meios acadêmicos.

Essa estratégia de recrutamento de quadros e produção de consenso, desenvolve-se por meio de diversificados mecanismos de ação tática, que envolvem desde a organização de eventos, organização de grupos de estudo, elaboração e distribuição de materiais panfletários e didáticos, assim como na disputa pelo controle de centros acadêmicos. Dessa forma, partindo do pressuposto de que a academia brasileira seria fortemente dominada pelo marxismo e as ideologias de esquerda, o EPL busca disputar este espaço como uma espécie de luta política e ideológica ou, como muito bem nos mostrou o filósofo sardo, como uma trincheira na guerra de posição.

Este intelectual coletivo nasce a partir de importantes influências e vinculações internas e externas. Internamente o Estudantes pela Liberdade tem suas raízes lançadas em tradicionais aparelhos privados de hegemonia de caráter doutrinário, como é o caso do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Liberdade e o

Instituto Millenium. Um de seus fundadores, o gaúcho Fábio Ostermann, é Diretor de relações institucionais do Instituto Liberal, dirigente do Instituto Liberdade, colunista convidado do Instituto Millenium e dirigente do Instituto Ordem Livre[430].

Um segundo nome fundador e pertencente ao tradicional reduto de articulação do pensamento liberal conservador no Brasil – no caso o Rio Grande do Sul – é o jovem Anthony Ling, que dá continuidade à linhagem da família Ling de intelectuais orgânicos do neoliberalismo, atuantes em vários aparelhos privados de hegemonia. A família Ling, que saiu da China na década de 1950, hoje controla e faz parte do Conselho de Administração do Grupo Petropar S.A. William Ling, pai de Anthony Ling, foi o fundador e primeiro presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), membro e presidente do Conselho Fiscal do Instituto Liberal-RS e membro do Conselho de Administração do Instituto Liberdade e do Conselho de Mantenedores do Instituto Millenium. Ajudou a criar o capítulo de Porto Alegre da Young Presidents' Organization (YPO), entidade que chegou a presidir no País. Além disso, fundou e mantém o Instituto Ling. Seu irmão Winston Ling formado em Administração de Empresas, Master of Sciences in Management Stanford Business School – USA, foi fundador e o primeiro presidente (gestão 1986 - 1989) do Instituto Liberdade no Rio Grande do Sul, ainda como Instituto Liberal-RS.

Seguindo essa tradição da família, Anthony Ling formou-se Arquiteto e Urbanista na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É associado do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), articulista do Instituto Millenium e colaborou nas iniciativas do Seasteading Institute, Blueseed e Future Cities Development. Escreve no blog

[430] Organização sem fins lucrativos voltada à difusão de valores neoliberais. Assim como os aparelhos privados de hegemonia, por este estudo elencados, organiza eventos, programas de treinamento e utiliza seu portal para difundir estudos e artigos sobre economia de mercado, ideologia da meritocracia e crítica anticomunista, entre outros temas da agenda liberal. Sua atuação está mais concentrada no campo virtual, através das redes sociais e por meio de seu portal. Portal do Ordem Livre: http://ordemlivre.org/.

"Rendering Freedom" sobre arquitetura, urbanismo, economia e cultura[431].

Outro membro fundador é o mineiro Juliano Torres, diretor-executivo do Estudantes Pela Liberdade. Ele estudou Publicidade pela IBMEC e utiliza-se, principalmente, das redes sociais para difundir os pressupostos do chamado libertarianismo, corrente de pensamento baseada na doutrina austríaca, principalmente a partir da contribuição do economista Murray Rothbard. Juliano Torres participou da articulação para a fundação do Partido Libertários (LIBER), projeto que surgiu a partir de uma “comunidade” de rede social em 2006 e passa pelo processo de registro no Tribunal Superior Eleitoral.

Juliano Torres é editor do “portal Libertarianismo.com” e autor do blog “Preço do Sistema”. O fundador do EPL também figura entre os autores de artigos publicados no Instituto Rothbard Brasil, outro aparelho de difusão do liberalismo aos moldes do IMB, mais voltado à disseminação do libertarianismo, com base nos clássicos da doutrina da Escola Austríaca de Economia, que propõe uma concepção de liberalismo radical, defendendo a chamada “secessão ilimitada, isto é, a proliferação irrestrita de territórios livres e independentes, até que o alcance da jurisdição do Estado se esvaeça”[432], base necessária para a sua concepção “libertária” e mesmo para o chamado anarco-capitalismo. A fundamentação ideológica e doutrinária que sustenta a proposta do EPL, por conseguinte, transita do neoliberalismo da Escola Austríaca com Mises e Hayek até o libertarianismo concebido por Rothbard. Dessa forma, aproxima-se bastante dos valores e da doutrina difundida pelo Instituto Mises Brasil. Isso ocorre não por acaso, uma vez que seus membros transitam entre essas organizações.

Quanto à sua vinculação externa, o Estudantes Pela Liberdade, configura-se como

---

[431] http://www.institutomillenium.org.br/author/anthony-ling/, acesso em 15/06/2016.
[432] http://rothbardbrasil.com/o-futuro-do-liberalismo-um-apelo-para-um-novo-radicalismo/, acesso em 15/06/2016.

uma versão brasileira do *Students for Liberty*. Trata-se de uma organização fundamental na articulação entre os *think tanks* conservadores americanos – especialmente entre aqueles que se definem como libertários – e a juventude "antipopulista" da América Latina. O empresário Alejandro A. Chafuen, presidente da Atlas Network, desde 1991, é o seu mentor[433]. O Atlas Network atua como suporte de diversos outros *think tanks* de alta influência nos EUA e no mundo, defendendo os pressupostos do livre mercado, a propriedade privada e a desregulamentação da economia. Segundo a reportagem *"A nova roupa da Direita"*, de Marina Amaral da Pública Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo:

> A Atlas Network (nome fantasia da Atlas Economic Research Foundation desde 2013) é uma espécie de *metathink tank*, especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo, com recursos obtidos com fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos *think tanks* empresariais locais para a formação de jovens líderes, principalmente na América Latina e Europa oriental. De acordo com o formulário 990, que todas as organizações filantrópicas têm de entregar ao IRS (Receita nos EUA), a receita da Atlas em 2013 foi de US$ 11,459 milhões. Os recursos destinados para atividades fora dos Estados Unidos foram de US$ 6,1 milhões: dos quais US$ 2,8 milhões para a América Central e US$ 595 mil para a América do Sul[434].

Segundo a própria organização, o EPL seria parceiro de organizações internacionais, desta forma, afirma-se membro da "Atlas Network, International Federation of the Liberal Youth, Students For Liberty Network, e membro-associado da Economic Freedom Network do Fraser Institute. Também estando conectado com a Red Liberal de América Latina e Property Rights Network"[435]. Por conseguinte, este aparelho privado de hegemonia de atuação específica nos meios universitários, surge no cenário brasileiro, amparado, financiado e instrumentalizado por importantes organizações internacionais, bem como por tradicionais intelectuais coletivos de doutrinação liberal no

[433] http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/, acesso em 14/06/2016.
[434] http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/, acesso em 14/06/2016.
[435] In: http://epl.org.br, acesso em 30/12/2015.

Brasil.

A estrutura organizacional da instituição é composta por um conselho executivo, a equipe de gestão e conselhos regionais, estaduais e locais. Dessa forma, o Estudantes Pela Liberdade articula seus projetos e diretrizes de ação em instituições de ensino superior de quase todos os estados da federação, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4.17 – Conselho Executivo Estudantes Pela Liberdade (2015)

Nome	Posição	Instituição
Rafael Rota Dal Molin	Presidente do Conselho Executivo	UFSM
Lamarck Philippe	Conselheiro Executivo	Faculdade de Direito Milton Campos
Lucas Borges	Conselheiro Executivo	PUC-MG
Eduardo Lopes	Conselheiro Executivo	UFPE
Thaiz Batista	Conselheira Executiva	Ibmec
Afonso Bersan	Conselheiro Executivo	USP
Fabrício Sanfelice	Conselheiro Executivo	UFSM
Stefano Justo	Conselheiro Executivo	Unilasalle-RJ
Rafael Bolsoni	Conselheiro Executivo	UNICID
Coordenadores Sul		
Luiz Felipe Wolf Rigotti	Coordenador Regional/Sul	UFSM
Celso Ferreira	Coordenador Estadual/Santa Catarina	UFSC
Andre Freo	Coordenador Estadual/Rio Grande do Sul	UFSM
Rhayssam Arraes	Coordenador Estadual/Paraná	UFPR
Coordenadores Sudeste		
Tuana Neves	Coordenador Regional/Sudeste	Ibmec/Minas Gerais
Lorrayne Gaia	Coordenador Estadual/Rio de Janeiro	UFRJ
Ricardo Frizera	Coordenador Estadual/ES	Faculdade de Direito de Vitória
Jorge Oliveira	Coordenador Estadual/MG	UFMG
Victor Pegoraro	Coordenador Estadual/São Paulo	Universidade de Guarulhos – UNG
Coordenadores Centro-Oeste		
Wender Kenny	Coordenador Regional/Centro-Oeste	Instituto Brasiliense de Direito Público
Rafael Machado	Coordenador Estadual/Goiás	CPMG – Hugo de Carvalho Ramos
Monica Kobayashi	Coordenador Estadual/Mato Grosso do Sul	UFRJ
Ingrid Xavier	Coordenador	UnB

	Estadual/Distrito Federal	
Nome: **Lucas Bellinello**	Coordenador Estadual/Mato Grosso	Colégio Estadual Herbert de Souza
Coordenadores Nordeste		
Nome: **Ricardo Frizera**	Coordenadora Regional/Nordeste	Faculdade de Direito de Vitória
Marcelo Brazil	Coordenador Estadual/Bahia	UNIFACS
Weslley Maia	Coordenador Estadual/Maranhão	CESUPA
Luciano Rocha	Coordenador Estadual/Piauí	UFPB
Daiane Masson	Coordenadora Estadual/Piauí	UFSC
Gabriel Melo	Coordenador Estadual/Sergipe	Não informado
Marcos Paulo	Coordenador Estadual/Alagoas	UFAL
Laura Rabelo	Coordenadora Estadual/Ceará	Instituto Militar de Engenharia
Marcel Henrique	Coordenador Estadual/Paraíba	UEPB
Filipe Barbosa	Coordenador Estadual/Pernambuco	UFPE
Lucas Arieh Medina	Coordenador Estadual/Rio Grande do Norte	UFRN
Coordenadores Norte		
Luan de Menezes	Coordenador Regional/Norte	UFAM
Artur Fonseca	Coordenador Estadual/Amazonas	UEA
Paulo Alberto	Coordenador Estadual/Rondônia	UEAM
José Luiz Pinheiro Neto	Coordenador Estadual/Tocantins	IFTO
Kennedy Lucas	Coordenador Estadual/Acre	UFAC
Nikolas Paolo	Coordenador Estadual/Pará	Faculdades Integradas Ipiranga
Equipe		
Juliano Torres	Diretor Executivo	IBMEC
Geanluca Lorenzon	Coordenador de Formação	Georgetown University
Lucas Borges	Coordenador de Projetos	PUC-MG
Fabrício Sanfelice	Coordenador de Grupos	UFSM
Victor Pegoraro	Assistente de Comunicação	Universidade de Guarulhos – UNG
Ivanildo Terceiro	Coordenador de Comunicação	UEPB
Stefano Justo	Coordenador de Eventos	Unilasalle-RJ
Thaiz Batista	Coordenadora de Relações Institucionais	Ibmec/MG

Elaboração própria. Fonte: https://epl.org.br/coordenadores-estaduais/, acesso em 30/12/2015 e https://epl.org.br/coordenadores-regionais-e-estaduais/, 14/06/2016.

Sua organização institucional dividida em coordenadorias regionais, estaduais e locais é estruturada segundo seu Programa de Coordenadores dos Estudantes Pela

Liberdade. O programa tem como objetivo recrutar estudantes do ensino médio e universitário no sentido de organizá-los para assumir a liderança dentro do movimento estudantil.

De acordo com o EPL, os coordenadores regionais seriam responsáveis pela Conferência Regional da sua respectiva região de atuação e pela supervisão das atividades na mesma. Os coordenadores estaduais são responsáveis pela integração entre os coordenações locais e grupos do estado. Já o Coordenador Local, configura-se como uma liderança dentro da universidade (ou instituição de ensino) sendo a linha de frente do processo de doutrinação e recrutamento, assim como, principal responsável pela execução das atividades. O EPL realiza semestralmente seleções para coordenadores locais, como afirma o site da organização, "estes são os estudantes que nós treinamos e empoderamos para fazer parte ativamente do movimento estudantil pela liberdade e que poderão ter a chance no semestre seguinte de avançar na carreira do programa"[436]. Nesse sentido, podemos observar uma espécie de "carreira" para os estudantes na estrutura institucional do EPL. Onde sugerimos que certamente há alguma forma de remuneração, mesmo que seja simplesmente passagens e diárias para deslocamentos para a participação em cursos no Brasil e no exterior, assim como por meio de formas de premiações e outros benefícios do tipo. Além, é claro, dos contatos diretamente com o empresariado e as vantagens que emergem daí como em estágios, trainee e possibilidades de emprego.

As ações dessa estrutura de coordenações que caracterizam o EPL, são desenvolvidas fundamentalmente em torno das seguintes atividades tático-operacionais: consultoria e assistência a estudantes que desejam formar grupos em suas respectivas regiões; palestras e *workshops* em escolas, entidades estudantis e associações

[436] https://epl.org.br/coordenadores/, acesso em 15/06/2016.

profissionais; rede de contatos entre estudantes, palestrantes, acadêmicos, intelectuais e entidades de âmbito nacional; realização e participação em eventos e campanhas; fornecimento de recursos educacionais, como livros e apostilas; e premiações para grupos que realizarem bons trabalhos[437].

Com base nessas estratégias de ação, o EPL desenvolve seu projeto de organização, treinamento e financiamento de grupos de estudos. O chamado Programa de Grupos, é um dos seus principais mecanismos de produção de consenso e recrutamento de novos quadros de intelectuais orgânicos da direita liberal, onde o objetivo fundamental, segundo o EPL, seria o de "educar a próxima geração de estudantes pela liberdade"[438]. O Programa de Grupos possui um esquema detalhado de funcionamento e dispõe de diversos serviços para os grupos inscritos. Entre eles estaria, de acordo com a instituição, a inserção em uma "comunidade global de ativistas, treinamentos online e presenciais, email marketing, gerenciamento de dados, entre outros"[439]. O infográfico de divulgação do Programa de Grupos do EPL disponibilizado abaixo, apresenta as supostas vantagens para os grupos que se vinculam ao programa.

[437] https://epl.org.br/sobre/, acesso em 30/12/2015.
[438] https://epl.org.br/programadegrupos/, acesso em 15/06/2016.
[439] https://epl.org.br/programadegrupos/, acesso em 15/06/2016.

(Fonte: https://epl.org.br/programadegrupos/, acesso em 15/06/2016.)

Por conseguinte, a partir de sua estratégia de ação, o Estudantes Pela Liberdade penetra no interior dos cursos, departamentos, centros acadêmicos e movimentos estudantis das instituições educacionais, adquirindo uma significativa capilaridade em espaços fundamentais no que concerne à formação de opinião e, por sua vez, à produção de consenso.

Essa condição lhe confere um grande poder de mobilização. Atuando no interior das instituições de ensino, assim como, intensamente por meio da internet nas redes sociais, o EPL consegue recrutar e mobilizar jovens estudantes para a ação política, primeiramente no interior das escolas e universidades e, posteriormente, nas mobilizações políticas organizadas pela direita no Brasil. É exatamente nesse potencial de recrutamento, produção do consenso e mobilização para a ação política entre os jovens que se encontra o papel fundamental desse aparelho privado de hegemonia para o projeto da burguesia brasileira de reconfiguração do Estado. Dessa forma, o Estudantes Pela Liberdade organiza, financia e estabelece diretrizes de ação, principalmente a partir de seu braço de atuação política e ideológica, o Movimento Brasil Livre, uma organização

virtual que se configura como um dos principais grupos convocadores dos protestos de rua da direita, a partir de 2014.

Segundo a reportagem de Marina Amaral, o Movimento Brasil Livre (MBL), seria uma marca criada pelo EPL para participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações norte-americanas que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana (IRS)[440]. A matéria traz a confirmação dessa relação pelo próprio fundador e diretor executivo do Estudantes pela Liberdade, o Juliano Torres. De acordo com o dirigente do EPL,

> quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: 'Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook (…) E aí a gente encontrou o Kim [Kataguiri] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também.[441].

Na mesma ocasião, o diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade apresenta a relação entre a composição do MBL com os integrantes do EPL. Segundo o dirigente, "boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança[442]". Além da estrutura financeira e treinamento, a capilaridade do Estudantes Pela Liberdade, com sua rede de coordenações regionais, estaduais e locais funciona como um importante mecanismo de mobilização para o Movimento Brasil Livre.

---

[440] http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/, acesso em 15/06/2016.
[441] http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/, acesso em 15/06/2016.
[442] http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/, acesso em 15/06/2016.

Um aspecto importante a ser ressaltado em relação à entrevista concedida pelo diretor executivo do EPL, mesmo que em uma breve nota, diz respeito aos citados protestos de 2013. As manifestações do chamado movimento Passe Livre representavam, no seu início, reivindicações sociais de caráter progressista, mobilizados por setores populares, movimentos sociais e estudantil, assim como, por partidos representantes da esquerda como o PSOL, PSTU, PCB. Partiam do argumento catalizador referente ao aumento das tarifas do transporte público e do questionamento da qualidade desses serviços, para um debate mais amplo quanto às funções sociais do Estado e os serviços públicos. Por conseguinte, tratava-se de um movimento apartidário, todavia não apolítico. Não representava um partido em específico, mas englobava as bandeiras progressistas dos partidos de esquerda supracitados e dos movimentos sociais.

A medida em que o movimento ganhava proporção e, por sua vez, visibilidade midiática, passou a abarcar – não de forma intencional – múltiplas bandeiras dos mais variados setores descontentes com o governo da presidente Dilma Roussef, desde empresários liberais até fascistas e defensores da volta da ditadura por meio de um novo golpe militar. Essa ressalva se faz necessária no sentido de evitar confusões ou interpretações equivocadas sobre o desenrolar do processo histórico de tais acontecimentos político-sociais e suas representações ideológicas, criando uma suposta relação direta entre o movimento Passe Livre e as posteriores manifestações promovidas por setores da direita e grupos como o Estudantes Pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre.

Além disso, diferentemente do movimento Passe Livre que não dispunha de financiamento empresarial para o desenvolvimento de suas atividades e para a execução das manifestações que organizava, o MBL, todavia – por se tratar de um movimento gestado no interior do Estudantes Pela Liberdade, configurando-se como a sua célula de

atuação nas manifestações – pode contar com a estrutura organizacional e financeira disponível ao EPL. Este, por sua vez, conta com recursos advindos de empresas, financiadores individuais que podem fazer suas doações através do próprio endereço eletrônico ou nos eventos que o EPL organiza e, principalmente, recebe o financiamento de diversas organizações internacionais, como a Students for Libert e a Atlas Network.

Por conseguinte, diante do levantamento das inúmeras organizações de doutrinação ideológica e difusão do liberalismo, apresentadas e debatidas ao longo deste capítulo, podemos constatar uma das principais hipóteses por este estudo proposta, que seria a intensa e deliberada articulação entre os variados aparelhos privados de hegemonia de caráter doutrinário, como uma estratégia de atualização das formas de organização e da própria dominação burguesa no Brasil, em desenvolvimento a partir do processo de redemocratização. Toda essa mobilização de setores liberal-conservadores que representam a "nova direita" no Brasil, estava em formação desde os anos de 1980, com a nova estratégia de organização da burguesia por meio de seus aparelhos privados de hegemonia.

Tanto de forma direta ou indiretamente todos estes intelectuais coletivos da ideologia de mercado – o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Liberdade, o Instituto Millenium, o Instituto Von Mises Brasil e o Estudantes Pela Liberdade – articulam-se através de distintas e complexas formas, consciente ou inconscientemente, seja por meio da elaboração e execução de um projeto estrutural único; na organização de eventos da agenda liberal (como o Fórum da Liberdade); na replicação de conteúdos ideológicos de doutrinação e recrutamento; outros organicamente a partir de uma origem comum (IL e Instituto Liberdade); ou no compartilhamento de quadros de dirigentes e intelectuais orgânicos. Estamos diante, portanto, de uma frente ampla de ação política e ideológica como um verdadeiro *partido,* no sentido gramsciano.

CAPÍTULO V: ATUAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA BURGUESIA BRASILEIRA

A proposta deste capítulo é avançar na compreensão dos mecanismos e estratégias da burguesia brasileira em seu projeto de atualização das formas de dominação e ampliação da taxa de lucros e acumulação capitalista no Brasil após o processo de redemocratização, no final dos anos de 1980. Para tanto, é preciso compreender esta conjuntura como um processo complexo e atravessado por interesses e condicionantes internos e externos, apontando as relações entre, por um lado, a necessidade da burguesia em reconfigurar a ossatura material do Estado e, por outro – na medida em que capital é valor que se valoriza e, desta forma, precisa estar em constante valorização – sua necessidade permanente de expansão e internacionalização, mesmo que de forma subalterna no conjunto do capital-imperialismo mundial. Pois, como afirma a historiadora Virgínia Fontes, "as burguesias – ainda que subalternas – precisam continuamente expandir suas fontes de encapsulamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que expandem suas fontes de extração de mais-valor[443].

Apontamos ao longo da tese as distintas estratégias de atuação de alguns dos aparelhos privados de hegemonia, discutidos ao longo deste estudo, no sentido de redefinir a estrutura institucional do Estado como mecanismo fundamental no processo de internacionalização da burguesia brasileira. Processo este que envolve desde ações pragmáticas e institucionais para a viabilização de reformas de mercado; estruturação, mediante chancela do Estado, de organizações internacionalizadas como "embaixadas"

[443] FONTES, Virgínia. *Op. Cit*, 2010, p. 11

para o desenvolvimento dos negócios e relações bilaterais; como a atualização da estratégia de produção do consenso sobre o papel de referência do Brasil no contexto latino-americano.

5.1 – O Projeto de Desenvolvimento Industrial do IEDI e a estratégia de internacionalização da burguesia a partir da reconfiguração do Estado

Além de atuar de forma estrutural, partindo de um projeto de poder voltado à sociedade brasileira, em que a redefinição da estrutura do Estado, garante maiores taxas de acumulação e a posição da grande burguesia, no conjunto das classes dominantes no Brasil, o IEDI, também busca atuar na internacionalização dessa burguesia. O fato é que essas formas de atuação são complementares e dialéticas diante das aspirações capital-imperialistas da burguesia brasileira. O Programa de Desenvolvimento Industrial como plataforma de um projeto de nação para o Brasil, compreende políticas de incentivo à internacionalização da burguesia brasileira.

Além de disputar pelos recursos públicos e financiamentos do BNDES, a defesa do IEDI penetra na questão cambial e cobra por políticas públicas direcionadas ao "investimento para exportação, ampliação do financiamento da exportação e do capital de giro para a produção para exportação, a internacionalização das empresas nacionais"[444]. De acordo com um estudo do IEDI esse processo de avanço do setor industrial brasileiro no exterior estaria muito abaixo das suas possibilidades e a principal razão seria a falta de um "Projeto de Desenvolvimento Industrial" como eixo norteador

[444] Diário do Comércio e da Indústria: 17/11/2002. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/anos_anteriores/instituto_propoe_maior_agregacao_de_valor.html. Acesso em 20/10/2016.

de todas as esferas da vida social e que, dessa forma, viabilizasse o processo de internacionalização. Obviamente, a estratégia de ação do instituto não está amparada na articulação empresarial, mas na formatação do Estado para o atendimento desses interesses específicos de setores mais robustos da burguesia brasileira.

De acordo com Júlio de Almeida, membro do IEDI, as empresas brasileiras que se instalam no exterior, predominantemente, investem em "serviços técnicos, escritórios de vendas, como fizeram a Sadia (que mantém centros de distribuição nos EUA e na Argentina) e a Embraer (que abriu oficinas e escritórios nos EUA, Europa e Ásia e, no ano passado, anunciou uma joint venture na China)"[445]. "Ou como a siderúrgica Gerdau, que, para driblar barreiras comerciais, adquiriu nos últimos anos usinas no Uruguai, no Chile, nos EUA, na Argentina e no Canadá"[446] acrescenta o estudo.

Quadro 5.1 – Estudo do IEDI sobre a Internacionalização de Indústrias Brasileiras

Industria/setor e estratégia de internacionalização
Votorantim, de mineração e cimento Montou escritórios para operações internacionais a fim de ficar mais próxima dos clientes e evitar intermediação por trading. Os escritórios estão distribuídos pela Ásia, Europa e EUA. Possui também fábrica de cimento no Canadá.
Sadia, de alimentos Tem escritórios comerciais e centros de distribuição nos EUA e Argentina.
Gerdau, siderúrgica Aquisição de usinas no exterior para fortalecer mercado pela proximidade com consumidor e utilização de insumos locais e ultrapassar barreiras comerciais. Tem usinas no Uruguai, Chile, Canadá, Argentina e EUA. É um caso típico de expansão produtiva.
Weg, de motores Escritórios de venda e assistência técnica na Argentina, México e Portugal.
Odebrecht, construção civil Aquisição de empresas de construção civil e projetos com governos de 14 países, da América do Sul, do Norte e Europa. Usa a tecnologia e formação de mão-de-obra qualificada como vantagem competitiva. É o padrão mais próximo da internacionalização do capital dos países centrais.
Andrade Gutierrez, de construção civil Aquisição de empresas em Portugal, América Latina, África. Portugal para entrar na

[445] Folha de São Paulo, 02/03/2003. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/anos_anteriores/investimento_de_fora_vira_deficit_externo.html. Acesso em 20/10/2016.
[446] *Idem*, 02/03/2003.

União Européia.
AmBev, de bebidas Fusão, mais unidades e joint venture na Argentina, Paraguai, Venezuela e Uruguai.
Embraer, aeronáutica Associação com empresas estrangeiras para novos mercados e obtenção de capital mais barato. Escritórios de venda e pós-venda e depósitos na China, Cingapura, EUA e França.
Vale Rio Doce, de mineração Joint venture com parceiro canadense, cinco fábricas no exterior e escritórios nos EUA, Bruxelas, Tóquio e Xangai. Joint venture com empresa chilena para explorar cobre no Peru.
Cutrale, de suco de laranja Comprou duas esmagadoras na Flórida para driblar protecionismo e reduzir custos fiscais.
Citrosuco, de suco de laranja Comprou empresa na Flórida.
Marcopolo, de carroceria Unidades na Argentina, México, Portugal. Presente na África do Sul e China com associação.
Sabó, de autopeças Unidades na Argentina, Alemanha, Áustria, Hungria. Laboratório nos EUA e Austrália.
Azaléia, de calçados Unidades de produção e representação nos EUA, Chile, Peru, Colômbia e República Tcheca.

Elaboração própria. Fonte: Folha de São Paulo – 19/11/2002. In: http://www.iedi.org.br/estudos/?page=7.

Entre os representantes do setor industrial apresentados pelo estudo, conforme exposto no quadro acima, sobre o processo de internacionalização da burguesia brasileira, aparecem várias empresas ligadas aos próprios membros conselheiros do IEDI, como o Grupo Gerdau, Odebrecht, Embraer e Votorantim. Dessa forma, o IEDI está defendendo os interesses específicos da grande burguesia industrial brasileira, como se fossem um projeto de nação.

Quanto ao seu posicionamento geopolítico no conjunto das determinações capital-imperialistas, no que concerne à inserção do Brasil na Área de Lívre Comercio das Américas (ALCA), o IEDI apresenta uma mudança de postura ao longo do tempo. Em algumas análises, apresenta-se de forma mais contida e protecionista, temerosa com uma abertura ampla e em outros estudos, demonstra uma postura mais otimista e propositiva

em relação à adesão do Brasil à ALCA.

No estudo publicado pelo IEDI em 05 de novembro de 1998, "Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial", o instituto defende que a "regionalização dos mercados no plano internacional constitui uma razão a mais para a articulação entre as políticas de comércio exterior e a Política de Desenvolvimento Industrial". Nesse sentido, o IEDI aponta que a constituição do MERCOSUL, "ao promover a unificação aduaneira e, futuramente, a integração dos mercados nacionais, está demandando do Brasil a definição de uma estratégia de mais longo prazo"[447].

Para o IEDI, por conseguinte, a defesa de uma política voltada ao cone sul, em detrimento da integração à ALCA, seria mais estratégica para o Projeto de Desenvolvimento Industrial brasileiro. Como apresenta o estudo: "A negociação com os países-membros do MERCOSUL será mais frutífera, facilitada e positiva para o Brasil na medida em que seja orientada a partir de uma estratégia nacional"[448]. Por fim, o estudo deixa clara a posição defendida pelo IEDI em relação à adesão a ALCA. Assim afirma: "Justamente devido a esta preocupação, o IEDI se manifesta contrário à aceleração das negociações relativas à ALCA, pois ela pressupõe a definição de objetivos estratégicos e a maior consolidação do MERCOSUL"[449].

Em maio de 2002, o IEDI lançou um estudo denominado, "*Perspectivas da ALCA para a Economia Brasileira*", em que estabelecia as características do que seria um bom acordo para o setor industrial brasileiro. Entre os quesitos estavam a eliminação de "barreiras não-tarifárias e os subsídios que restringem as exportações em relevantes

---

[447] IEDI. Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial. Sumário Estudo publicado em 05/11/1998. p. 14. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53cf0f047e9d.pdf. Acesso em 20/10/2016.
[448] *Idem*, 05/11/1998, p. 14.
[449] *Idem*, 05/11/1998, p. 14.

segmentos brasileiros, tanto industriais, quanto agrícolas e agroindustriais”[450]. O estudo ainda ressalta:

> Não podem ser esquecidos a falência de milhares de empresas e o desemprego gerado na indústria pela abertura malfeita dos anos 90. Por isso, é também imprescindível negociar na ALCA um consistente cronograma de liberalização de importações e uma lista de produtos “sensíveis”, além de adequadas regras de origem e salvaguardas por perdas de margens de preferências de produtos brasileiros em mercados sul-americanos[451]

Já no estudo, “*ALCA: Objetivos e Condições*”, publicado em 26 de junho de 2002, o IEDI defende que uma das condições mais importantes para a ampliação das exportações brasileiras “seria abrir mercados externos para produtos nacionais”[452]. Segundo o estudo do IEDI, uma “parcela significativa das exportações brasileiras está sujeita a um protecionismo internacional que ainda perdura a despeito da abertura e da liberalização comercial mundial ocorridas nas duas últimas décadas”[453]. O IEDI, neste outro momento, categoricamente passa a apoiar a adesão do Brasil na Área Livre de Comércio das Américas. E assim define:

> O IEDI identifica na ALCA uma oportunidade de ampliação de mercados para o Brasil e, portanto, um potencial instrumento para o fortalecimento de nosso setor externo. São essas considerações que justificam a conclusão das discussões havidas no IEDI em torno ao tema. A conclusão geral é que apoiamos a negociação do Brasil para a criação da ALCA[454].

Em março de 2003, o IEDI defendia uma estratégia de atuação articulada entre os países pertencentes ao MERCOSUL, no avanço das negociações internacionais. O estudo afirma que seria “essencial manter a unidade do bloco nas negociações em curso na ALCA e com a União Européia e, ao mesmo tempo, é necessário avançar na coordenação

---

[450] IEDI. Perspectivas da ALCA para a Economia Brasileira. Estudo publicado em 21/05/2002, p. 1. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53d30f0403db.pdf. Acesso em 22/10/2016.
[451] *Idem*, 21/05/2002, p. 1.
[452] IEDI. ALCA: Objetivos e Condições. Estudo publicado em 26/06/2002, p. 2. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53d30f043e6c.pdf. Acesso em 20/10/2016.
[453] *Idem*, 26/06/2002, p. 2.
[454] *Idem*, 26/06/2002, p. 2-3.

sistemática de posições intra-Mercosul nas negociações multilaterais na OMC”[455]. O objetivo seria potencializar o poder de negociação de cada um dos países.

A necessidade de internacionalização da burguesia brasileira no quadro capital-imperialista, está entre os temas de maior inserção nos estudos publicados pelo IEDI, como apresenta a relação de estudos no anexo I. Em setembro de 2014, o IEDI publicou um estudo sobre as medidas necessárias para a retomada do crescimento e superação do quadro de crise econômica, denominado “A Reorientação do Desenvolvimento Industrial”. O primeiro elemento apontado pelo instituto nesse sentido foi a necessidade de “potencializar a internacionalização das empresas brasileiras e aproximá-las das cadeias globais de produção. Rever a legislação sobre a taxação dos resultados das empresas no exterior será uma providência indispensável para esse objetivo”[456]. O ponto fundamental dessas publicações está, justamente, no direcionamento de políticas públicas e adequação da estrutura institucional do Estado, aos interesses específicos da grande burguesia brasileira.

5.2 – Grupo de Líderes Empresariais: expansão capitalista e internacionalização da burguesia brasileira

No conjunto das formas de organização da burguesia brasileira com vistas à expansão e atualização da dominação, temos o desenvolvimento de estratégias que apontam para a organização de verdadeiras “embaixadas” de negócios e estruturação de

[455] IEDI. Mercosul: Sua Importância e Próximos Passos. Estudo publicado em 11/03/2003. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53de0f0471d0.pdf. Acesso em 22/10/2016.
[456] IEDI. A Reorientação do Desenvolvimento Industrial. Estudo publicado em 05/09/2014. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/540f7c0f3f431341.pdf.

relações econômicas bilaterais, que buscam a inserção da burguesia brasileira, mesmo que em papel subalterno, no processo de internacionalização como uma das manifestações mais visíveis de sua expressão capital-imperialista. Este é o processo que buscamos demonstrar a partir da análise da multiplicação de unidades internacionais implantadas pelo Grupo de Líderes Empresariais – LIDE, em diversos países mundo a fora.

De acordo com seu endereço eletrônico, "as unidades internacionais do LIDE têm foco no processo de internacionalização das empresas atuantes no mercado nacional e no fortalecimento das relações multilaterais"[457]. Nesse sentido, busca estabelecer unidades operacionais em países centrais do capitalismo como EUA e Alemanha. Apresenta unidades de representação ainda, na Itália, principado de Mônaco e em regiões estratégicas como na China, no Oriente Médio e países da África. Nesse processo de internacionalização, o LIDE estabelece relações dos grupos empresariais brasileiros em diversos países na América Latina, com unidades na Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai. O quadro abaixo apresenta as unidades internacionais do LIDE, seus respectivos presidentes com seus quadros de referência.

Quadro 5.2 - Dirigentes das Unidades Internacionais do LIDE

Dirigente / País	Referências
Christian Hirmer **Presidente** ALEMANHA	Administrador e economista. Desde 1997 trabalha no Grupo Hirmer, onde é diretor comercial e porta-voz da empresa. Desde 2013 é membro do conselho da WWK Lebensversicherung A.G. Tem interesses no Brasil, com a construção de resort cinco estrelas, chamado Campo Bahia, em Santa Cruz de Cabrália, que alojou a Seleção da Alemanha na Copa do Mundo de Futebol, em 2014.
Filipe Lemos **Presidente** ANGOLA	Advogado e sócio gerente da CRL, empresa de construção civil e imobiliária, da GlobalFone, empresa de comercialização de produtos de telefonia celular, e da Levour, empresa de prestação de serviços e produção de elementos de imagem corporativa. O Livro International Corporate Finance o apresenta como especulador de fundos hedge.
Rodolfo de Felipe **Presidente** ARGENTINA	Advogado, pós-graduado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local (Universidad Nacional de Rosario) e mestrado em Desenvolvimento Econômico Local (Universidad Autónoma de Madrid). É sócio e diretor da Compañía Argentina de Servicios Portuarios S.A e presidente da Fundación de Acuerdo.
Murilo Arruda	Murilo Arruda é brasileiro. Formado em Engenharia de Produção, o empresário

[457] http://www.lidebr.com.br/unidades-internacionais.asp, acesso em 25/07/2015.

Presidente CHILE	possui vasta experiência internacional do desenvolvimento de negócios e recursos humanos, especialmente nae gestão de equipes nas áreas de Energia Renovável, Óleo e Gás, Engenharia, Mineração, Finanças e Administração.
Mônica Fang Presidente CHINA	Representante especial exterior da província JiangSu CCPPC, vice-presidente exterior da Câmara de Comercio Beijing. Presidente da China Educacional Equipamentos e Instrumentos - filial Brasil, da Anatomic Hospitalar e Educacional e do conselho fiscal da Associação Cultural Jiangsu do Brasil. Vice-presidente da Associação Cultural Chinesa do Brasil.
Felipe Castro Presidente COLÔMBIA	Felipe Castro é brasileiro e vive na Colômbia desde 2010. Empresário, atua no desenvolvimento de modelos de negócio de franquia com mais de 200 unidades na Colombia e México em negócios de estética, serviços de manutenção coletiva e padarias.
Cristiano Piquet Presidente EUA / FLÓRIDA	Empresário brasileiro do setor imobiliário em Miami, já foi entrevistado por veículos como "Rock Center" da NBC, CNN, BBC. A Piquet Realty é a empresa que mais cresce no sul da Florida, além de ser a maior vendedora de imóveis para brasileiros nos Estados Unidos. A Piquet Group é composta por 8 companhias.
Juan Barberis Presidente ITÁLIA	Advogado, pós-graduado em Relações Internacionais & Management e Comunicação & Marketing na "Università del Sacro Cuore" de Milão. É consultor especializado em relações de negócios entre Europa e América Latina, responsável pelo Business Focus Brasil e América Latina no NIBI (Câmara de Comercio de Milão).
Ali Hassan Presidente MARROCOS	Empresário graduado pela Université Catholique de Louvain, na Belgica, e pela Ecole Supérieur de Commerce de Bruxelas, na França. É fundador da Cantor, boutique de investimentos com foco em M & A e Private Equity. Em 1992, Hassan foi um dos fundadores do Grupo Upline - um dos principais bancos de investimento de Marrocos, vendido em 2009 ao Banque Populaire.
Mário Machungo Presidente MOÇAMBIQUE	Presidente do Conselho de Administração do BIM, presidente de Direção da Associação Moçambicana de Bancos e membro do Conselho Consultivo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade Eduardo Mondlane. Foi Primeiro-Ministro de Moçambique e Ministro residente na Província da Zambézia. Foi Deputado da Assembleia Popular da República Popular de Moçambique e Deputado pela Bancada da Frelimo, além de membro do Comité Central do Partido Frelimo.
Gian Luca Braggiotti Presidente MÔNACO	Presidente Executivo da Mônaco Asset Management e membro do Conselho de Administração da ING Direct Itália. Possui MBA pela Columbia University de Nova York, foi vice-diretor Geral da Pirelli s.p.a., CEO da Olivetti Itália, vice-presidente de Sales & Marketing Europa e Diretor Executivo da Olivetti Bélgica. Gian Luca Braggiotti é cidadão monegasco, e reside em Mônaco.
Raul Silva Presidente ORIENTE MÉDIO	CEO do Grupo Royal Capital FZE, com sede nos Emirados Árabes. É administrador das diversas empresas do grupo ao redor do mundo. Nos últimos doze anos foi CEO em diversas empresas do setor financeiro nos Emirados Árabes, Hong-Kong, Angola e Portugal. Liderou o processo de Constituição e a Gestão de diversos bancos e empresas.
Carlos Miguel Gonçalves Presidente PORTUGAL	Empresário e consultor das áreas financeira e comercial, exerceu durante 20 anos funções nos principais bancos portugueses. Membro do comitê de gestão do LIDE Portugal desde 2011, assumiu a presidência da unidade em dezembro de 2013.
Guilhermo de Felipe Presidente URUGUAI	Sócio do Estudio Contable de Felipe & Asoc. é contador público e administrador de empresas. Foi subsecretário do Ministério de Produção de Buenos Aires e vice-presidente da Associação de Jovens Empreendedores de Buenos Aires.

Elaboração própria. Fonte: http://www.lidebr.com.br/comite, acesso em 25/07/2015.

Com base no quadro de dirigentes internacionais do LIDE, podemos observar, primeiramente, a sua capacidade de mobilização e expansão, conseguindo estruturar espaços estratégicos para os interesses de determinadas frações da burguesia – que

obviamente se adequem aos padrões estabelecidos pelo LIDE, conforme vimos no terceiro capítulo deste estudo – e que funcionam como centros de aproximação entre empresários e representantes da sociedade política. Além disso, podemos observar a direção dessas unidades compostas por CEOs e empresários de expressivos grupos econômicos multinacionais, ocupantes de cargos da administração pública, assim como representantes de organizações classistas e patronais.

Entre as unidades internacionais do LIDE, atuantes no centro do capitalismo, podemos destacar o LIDE-Alemanha. Segundo informações publicadas no endereço eletrônico da unidade internacional do LIDE na Alemanha, a estrutura de filiação do LIDE inclui uma ampla gama de indústrias que estão na relação Brasil-Alemanha de considerável relevância econômica. A entidade alemã afirma ainda que, o objetivo central do LIDE é a organização de uma rede composta por diferentes setores, com essa representação conjunta, para facilitar uma cooperação mutuamente bem-sucedida (tradução livre)[458].

Como exemplo dessas relações, a partir do LIDE, a empresária Christiane Hirmer e o empresário Christian Hirmer, ambos presidentes da unidade internacional do LIDE-Alemanha, foram "responsáveis pela maior parte da concepção e implementação do distrito da seleção alemã na Copa do Mundo de 2014 no Brasil 'Campo Bahia'" (tradução livre)[459]. Posteriormente lançaram um programa de apoio e responsabilidade social, onde o Campo Bahia passou a ser a sede do "Winning By Giving e do Global Transformation Project, que está sendo lançado pelo casal com o objetivo de criar hortas orgânicas sustentáveis, e futuramente desenvolver sistemas de purificação de água para crianças de baixa renda (...)"[460].

---

[458] http://lidedeutschland.com/branchen/, acesso em 28/09/2015.
[459] http://lidedeutschland.com/ueber-uns/, acesso em 28/09/2015.
[460] http://www.brasilalemanha.com.br/novo_site/noticia/registro-casal-alemao-christian-e-christiane-

Já a unidade internacional do LIDE em Portugal, tem um importante papel na articulação empresarial e para os interesses de internacionalização objetivada pelo LIDE. Uma das ações desenvolvidas em Portugal, é o Fórum Empresarial de Algarve. Na edição do fórum em 2014, o tema foi "Os Caminhos do Crescimento para Portugal" onde foram debatidos "aspectos relacionados com a competitividade econômica nacional, com a internacionalização e com as formas de financiamento para o crescimento do país para os próximos anos". Segundo Carlos Miguel Gonçalves, presidente executivo do LIDE – Portugal, "reunimos cerca de três centenas de personalidades do panorama político e empresarial de Portugal, Brasil, Angola, entre outros, orgulhando-nos assim, da posição de referência que este fórum ocupa no espaço dos países de língua portuguesa"[461].

O Fórum Empresarial de Algarve, por conseguinte, figura como um mecanismo estratégico de organização e articulação do empresariado, na mobilização de recursos e interesses, no conjunto de ações desenvolvidas pelo LIDE, para a operacionalização de projetos de internacionalização. O Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, participou do fórum organizado pelo LIDE e afirmou que o "sucesso dos bons sinais das reformas difíceis, dependerá da estabilidade política". O Primeiro-Ministro realça que "Portugal quer fazer do mundo inteiro o lugar das nossas trocas de bens e serviços"[462]. Nesse sentido, a mobilização de capital político e organização de ações táticas político-ideológicas, compõem o quadro de orientações do evento, dado o entendimento do papel do Estado para a viabilização dos seus projetos e garantia dos seus interesses de ampliação da acumulação. O LIDE, portanto, insere-se como uma das iniciativas da burguesia brasileira, no desenvolvimento de ações com vistas à sua internacionalização. Mesmo

himer-proprietarios-do-campo-bahia-resort-que-abrigou-a-selecao-campea-da-copa-de-2014-lanca-programa-social/7869. Acesso em 23/10/2016.

[461] Revista Lide: LIDEWORKS, nº 02, 2014.

[462] *Idem.*

que, em grande medida, como sócio-menor, no quadro do capitalismo mundializado. Ou seja, o capital-imperialismo brasileiro se configura como ativo, entretanto se adequa de forma subordinada ao sistema internacional.

O empresário Sikander Sattar, *Senior Partner* e presidente do Conselho de Administração da KPMG[463], grupo empresarial que compõe o quadro de associados do LIDE – Portugal, declarou à revista LIDEWORKS, "não escondemos que a nossa estratégia de expansão passa pelo triângulo virtuoso Portugal-Angola-Brasil, que queremos potenciar como portas de entrada para os mercados da Europa, África e América do Sul". O executivo da KPMG ainda afirma que "a propósito de África, convém lembrar que para além de Angola, foi-nos atribuída a licença da KPMG para operar em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau[464].

Compõem o grupo de dirigentes do LIDE Portugal, Carlos Miguel Gonçalves (Presidente executivo LIDE Portugal); Álvaro José Ferreira (Novabase); Carlos Vasconcellos Cruz (QUÂNTICO SGPS); Conceição Lucas (Millennium BCP); Estela Barbot (Consultora); Fernando Monteiro (SIVA); Francisco Murteira Nabo (SAER); Francisco Veloso (Universidade Católica); José Maria Ricciardi (BESI); Luiz da Gama Mór (TAP); Luis Marques Mendes (Abreu Advogados); Luis Miguel Henrique (MHG e Vice-Presidente do LIDE Internacional); Luís Mira Amaral (Banco BIC Portugal); Rui Trigo (Brandia Central); Vitor Ribeirinho (KPMG)[465]. Seu corpo de gestores é representado por executivos de grandes grupos empresariais europeus, conforme o apresentado no quadro:

---

[463] A KPMG é uma das empresas líderes na prestação de serviços profissionais, que incluem Audit (Auditoria), Tax (Impostos) e Advisory Services (Consultoria de Gestão e Estratégica, Assessoria Financeira e em processos de Fusões & Aquisições, Restruturações, Serviços Contábeis e Terceirização). A corporação integra o grupo de empresas chamadas de Big Four, as quatro maiores empresas multinacionais do setor. In: http://www.kpmg.com, acesso em 29/09/2015.
[464] Revista Lide: LIDEWORKS, nº 02, 2014.
[465] http://www.lideportugal.com, acesso em 29/09/2015.

Quadro 5.3 – Empresas Participantes do Quadro de Filiados do LIDE - Portugal

Empresas LIDE - Portugal		
ABREU ADVOGADOS	E.G.E.	OPENSOFT
ACCENTURE	E.T.E. LOGISTICA	PANAVIDEO
AGILE21	EDP	PINGPOST
AJBPEREIRA	ESPACIMARK	PRICEWATERHOUSECOOPERS
ALTIS HOTEIS	F.INICIATIVAS	PURO ACASO, LDA
APN	FILL THE MOON	ROBALO
AUTO SUECO	GAPO	ROLO & FILHOS II
AVK - SOLUÇÕES AUDIOVISUAIS	GLAMOUR PRODUCTIONS	RUI RIBEIRO
BACARDI-MARTINI	HOTEIS TIVOLI	SANER
BANCO BEST	HPP	SOFID
BANCO BIC PORTUGUÊS	IBERIA	SOFTLIMITS
BESAAS	ICON-KEY	SOJA DE PORTUGAL
BOLD INTERNATIONAL	INTERMONEY	SPDH (GROUNDFORCE)
BRANDIA CENTRAL, S.A	INTROSYS	SYNCREA, S.A
CAPGEMINI PORTUGAL	KCAPITAL	TAP PORTUGAL
CASCADE SPORTS ACADEMY, S.A	KPMG & ASSOCIADOS, SROC	TOMAS TAVEIRA BRASIL
CATÓLICA-LISBON SCHOOL	LUFTHAFEN SA	TOP X
CEMUSA	MANUEL DOS SANTOS SA	TOTAL TIM
CISION PORTUGAL	MARIA ROMÃO	URBANOS
COLOR SHOP	MCPB CHIQ - ESPECTACULOS E EVENTOS, LDA	VINIPORTUGAL
COPIANÇO	MEDIOS PORTUGAL	WIDEWAY
CORINTHIA HOTEL LISBOA	MHG&ASSOCIADOS	WINRESOURCES
DEQUATTRO RESORT & RESIDENCES	NOVA EXPRESSÃO	WORKABOUTDESIGN
DERMAGE	NOVABASE	XEROX PORTUGAL
DOM PEDRO HOTELS	ONGOING	ZON TV CABO,SA

Elaboração própria. Fonte: http://www.lideportugal.com/#!membros/chwl, acesso em 30/09/2015.

O LIDE Portugal organizou uma parceria com o Econômico TV, a partir de 2011, para a transmissão de duas séries dos programas de debate denominados LIDEranças Empresariais. O Económico TV é um canal de televisão português que atualmente transmite sua programação também pela Internet. Segundo a unidade do LIDE, o

“objetivo foi partilhar o que de melhor se faz no país e no mundo, com a participação das maiores e melhores personalidades do mundo empresarial, político, cultural e desportivo”[466].

Foram 17 programas que contemplam, principalmente, temas políticos e econômicos, além de debates sobre a necessidade de maior internacionalização de sua burguesia. Os programas traziam para o debate representantes de importantes grupos econômicos e financeiros europeus. Entre as transmissões foram apresentadas discussões contemplando temas como: “O que muda na Tributação às Empresas em 2012?”, com Luís Mira Amaral (Membro Comité de Gestão LIDE Portugal), Jaime Esteves e Susana Claro (Partner Pwc), Tiago Marreiros Moreira (Advogado); “Relação Portugal-Angola” com Nasser Sattar (Presidente Comité de Gestão LIDE Portugal), António Casro Henriques (Presidente Soares da Costa), Fernando Barros (Consultor); “Banca, Economia, Alterações em Curso à Legislação Laboral” com Sikander Sattar (Presidente KPMG); dois programas com o tema “Como Gerir esta Crise?”, com participação de Rodrigo Costa (Presidente Executivo ZON) e António Bernardo (Presidente Roland Berger) respectivamente; “A Banca - Como Sobreviver sem Crédito?”, com Isabel Ferreira (CEO Banco BEST); “Há Dinheiro para Apoiar as Empresas” com Francisco Banha (Presidente LIDE Educação), Pedro Deus (Partner PwC); “Emigração e Internacionalização: A Solução?” com Alexandre Miguel Mestre (Secretário de Estado do Desporto e Juventude), Diogo Gomes de Araújo (CEO da SOFID), Bruno Mota (Membro LIDE Portugal e Partner da Bold International); “Crise no Sector Financeiro” com Rui Semedo (CEO Banco Popular), Manuel Alves Monteiro (Gestor), Nasser Sattar (Presidente Comité de Gestão LIDE Portugal); "Internacional para Crescer?” com Luis

[466] http://www.lideportugal.com/, acesso em 30/09/2015.

Paulo Salvado (CEO Novabase)[467].

O primeiro braço do LIDE Internacional no continente africano foi o LIDE – Angola. A proposta de criação de uma unidade no país concentra-se em promover a integração e internacionalização das empresas, não só entre os dois países, mas na verdade, como uma porta de entrada de empresas brasileiras no mercado africano. Como afirma o empresário Filipe Lemos, presidente do Lide Angola em 2012: "O grande objetivo é abrir um espaço de 'network' às empresas, promovendo negócios entre elas". O primeiro ato formal de Filipe Lemos, foi a apresentação formal do início das atividades da organização em Angola como pioneira no continente africano, junto à embaixada do Brasil em Angola[468]. A criação do LIDE Angola, que foi apoiada em sua fase inicial pelo LIDE - Portugal, insere-se na estratégia de crescimento do LIDE Internacional e sua aposta de implementação na África. O LIDE-Angola surgiu da iniciativa do LIDE Internacional, setor da instituição que, em 2012, era presidido por Luiz Fernando Fúrlan, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

O LIDE Angola realizou em 8 de Novembro de 2014, um evento com o tema "Crescimento Económico, Protecção Social e Combate à Pobreza", no Hotel Epic Sana em Luanda. O debate contou com diversas personalidades nacionais como o jurista e docente universitário Carlos Feijó (Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil de Angola em 2010), o Jurista e Secretário-Geral do Presidente da República, Manuel da Cruz Neto e o PCA do banco BIC Portugal, Eng. Mira Amaral (ex-ministro da Indústria em Portugal). Segundo Mira Amaral, países emergentes como Angola, já inseridos na economia mundial possuem um enquadramento macro-econômico assinalável, sendo assim, o sustento sócio econômico e a formação do Estado no plano econômico e social

---

[467] *Idem.*
[468] http://angola-luanda-pitigrili.com/who%E2%80%99s-who/f/filipe-lemos. Acesso em 11/06/2016.

devem andar de mãos dadas[469]. O ex-ministro da Indústria de Portugal defende que o Estado "deve sempre dar iniciativas ao processo empresarial quando não existem investidores privados. O investimento estrangeiro é crucial ao sucesso econômico, mas a intervenção do estado nessa fase é o ponto de partida"[470].

Por conseguinte, o Estado é apresentado como tendo um papel fundamental no processo de expansão e internacionalização da burguesia, segundo os quadros do LIDE. É nesse sentido que a reconfiguração do Estado para atender aos interesses de determinadas frações do capital se torna tão caro e imprescindível ao projeto de dominação burguesa.

A segunda unidade internacional do LIDE no continente africano foi o LIDE-Moçambique, inaugurado em agosto de 2012. O núcleo empresarial moçambicano que está na gênese do LIDE Moçambique, assim como na implantação da unidade em Angola, teve o suporte do LIDE-Portugal com o apoio técnico de Luís Miguel Henrique, presidente executivo do LIDE Portugal e membro do Comité do LIDE Internacional.

Na apresentação oficial do LIDE-Moçambique, o ministro do Turismo de Moçambique, Fernando Sumbana, salientou que a chegada do LIDE deriva do fato de Moçambique passar a estar dentro do radar dos grandes players mundiais e o Mundo começar a ver Moçambique como um país de futuro e de sucesso. Segundo Mário Machungo (presidente do Comité de Gestão do LIDE Moçambique, Presidente do Millennium BIM e ex-Primeiro-Ministro),

> O LIDE Moçambique irá funcionar como uma plataforma estratégica para as empresas participantes, desempenhando um papel decisivo no desenvolvimento de contatos com outros países e mercados, sejam eles americanos, europeus africanos ou asiáticos, ajudando a posicionar a imagem do nosso país, das nossas empresas e dos nossos empresários ao mais alto nível à escala global[471].

---

[469] http://noticias.sapo.ao/info/artigo/1422167.html. Acesso em 10/06/2016.
[470] http://noticias.sapo.ao/info/artigo/1422167.html. Acesso em 10/06/2016.
[471] http://midlandcom.pt/main.php?link=443&op=detalhe. Acesso em 10/06/2016.

Ainda no evento de apresentação oficial do LIDE, o ministro da Indústria e Comércio de Moçambique, Armando Inroga, desafia as empresas moçambicanas a buscar sua expansão, a partir do exemplo brasileiro do LIDE. Como afirmou o ministro, "a internacionalização do LIDE em curto espaço de tempo deve levar-nos a refletir no processo de internacionalização das empresas moçambicanas, que à medida que vão ganhando maior robustez terão que caminhar necessariamente para a sua própria internacionalização"[472].

Em janeiro de 2014, foi lançado oficialmente o LIDE-Marrocos, que seria o novo braço do LIDE INTERNACIONAL, em seu objetivo de estreitar o relacionamento entre a África, o Brasil e os demais países que contam com a atuação do LIDE. O evento de lançamento promoveu encontros entre empresários brasileiros e marroquinos além de representantes da sociedade política, como os ministros Salah Eddine Mozouar (Relações Exteriores), Mohamed Bousaid (Finanças) e Moulay Hafid Alami (Indústria).

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a corrente de comércio entre Brasil e Marrocos foi de US$ 2,1 bilhões em 2012, entre importações e exportações, setores de fertilizantes, açúcar e cereais foram os principais responsáveis por esses números[473]. A proposta do LIDE concentra-se na diversificação dessas relações comerciais a partir da internacionalização da burguesia brasileira, como estratégia capital-imperialista. Nesse sentido, segundo o LIDE, em 2014, a instituição possuía 1.600 empresas filiadas (com as unidades nacionais e internacionais), que representariam cerca de 52% do PIB privado brasileiro[474].

---

[472] http://swatsecuritysystems.com/detail.php?nid=501. Acesso em 10/06/2016.
[473] http://www.prnewswire.com/news-releases/marrocos-e-o-destino-da-13-unidade-do-lide-240458831.html. Acesso em 10/06/2016.
[474] http://www.prnewswire.com/news-releases/marrocos-e-o-destino-da-13-unidade-do-lide-240458831.html. Acesso em 10/06/2016.

Em novembro de 2014, o LIDE organizou a quinta edição do evento chamado BUSINESS TRIP. O evento mobilizou uma comitiva brasileira de empresários e autoridades a partir de uma agenda de encontros empresariais e diplomáticos na cidade de Marrakech, no Marrocos. No evento João Doria Jr., presidente do LIDE, e a CGEM – Confederação Geral das Empresas de Marrocos, presidida por Miriem Bensalah-Chaqroun, assinaram um Memorando de Entendimentos no sentido de ampliar as possibilidades de negócios. Um dos integrantes da comitiva brasileira foi governador do estado de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), investigado pela Polícia Federal na "Operação Monte Carlo" de 2011[475]. Segundo o governador de Goiás, "vemos a possibilidade de ampliar parceria na área de fosfatos. Marrocos possui 75% das reservas deste mineral e nosso estado precisa de fertilizante para correção do solo"[476].

Segundo a reportagem publicada pelo PR Newswire, os participantes fizeram uma visita de negócios ao Tanger-Med, capitaneados pelo senador por Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e por Luiz Fernando Furlan, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e presidente do LIDE Internacional. Um dos aspectos que mais atraíram a atenção dos empresários brasileiros é o fato de Marrocos possuir acordo de livre-comércio com a União Europeia.

Segundo o senador catarinense, "a utilização deste porto tem importância estratégica, uma vez que o Brasil pode usufruir desta condição, já que só tem o acordo no âmbito do Mercosul"[477]. Na avaliação de Furlan, o porto apresenta uma infraestrutura moderna e chama atenção pela agilidade. "A agilidade na elaboração dos projetos e a

---

[475] A Operação Monte Carlo buscava desarticular uma organização que explorava máquinas caça-níqueis e jogos de azar em Goiás com o envolvimento do bicheiro Carlinhos Cachoeira. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Monte_Carlo. Acesso em 11/06/2016.
[476] http://www.prnewswire.com/news-releases/lide-e-cgem-assinam-acordo-de-entendimentos-brasil-marrocos-durante-business-trip-283730631.html. Acesso em 10/06/2016.
[477] http://www.prnewswire.com/news-releases/lide-e-cgem-assinam-acordo-de-entendimentos-brasil-marrocos-durante-business-trip-283730631.html. Acesso em 10/06/2016.

objetividade são pontos de destaque no Marrocos”[478]. A agenda de negócios no Marrocos organizada pelo LIDE, segundo João Dória jr. viabilizou 11 acordos entre empresas brasileiras e marroquinas, entre eles o de cooperação entre o Hospital Albert Einstein e a Holding Marocaine Commerciale et Finacière – Holmarcom[479].

Na América Latina, uma das principais unidades internacionais do LIDE é a da Argentina. A unidade do LIDE-Argentina organiza o Fórum Empresarial de Buenos Aires, o Foro Nacional de Agronegócio, o Fórum Nacional Del Deporte, o Fórum Nacional de Sostenibilidad e, junto com o Grupo Adlantina, promove também o Fórum de Marketing Empresarial. O Fórum Empresarial de Buenos Aires, é organizado pela divisão de economia da unidade internacional do LIDE – Argentina, presidida pelo economista Orlando J. Ferreres. Segundo o site da unidade argentina, este evento reúne anualmente “funcionarios gubernamentales, líderes empresarios y economistas del país y de la región con el objetivo de promover el libre debate de ideas e intercambio de experiencias y opiniones sobre los desafíos de las empresas en la actual situación económica de Argentina”[480].

A segunda edição do Fórum Empresarial de Buenos Aires, realizado em agosto de 2014, contou com a apresentação de dois grandes painéis de debate e outras atividades secundárias. Os dois painéis principais tiveram como pauta, a conjuntura política argentina e sua relação com os interesses do empresariado do país e da região. O primeiro foi “*Circulación de Capitales: posicion de los candidatos presidenciales”*. Comandaram os debates o economista, Ricardo Delgado (fundador da consultora Analytica, membro da coalizão política Frente Renovador); Santiago Montoya (presidente do Grupo Banco

---

[478] http://www.prnewswire.com/news-releases/lide-e-cgem-assinam-acordo-de-entendimentos-brasil-marrocos-durante-business-trip-283730631.html. Acesso em 10/06/2016.
[479] http://www.prnewswire.com/news-releases/lide-e-cgem-assinam-acordo-de-entendimentos-brasil-marrocos-durante-business-trip-283730631.html. Acesso em 10/06/2016.
[480] http://www.forumempresarialba.com, acesso em 30/09/2015.

Província de Buenos Aires); Ángel Sciara (Ministro da Fazenda da Província de Santa Fé, pela Frente Amplio UNEN); Federico Sturzenegger, PhD em Economia e Deputado Nacional pelo PRO). O segundo painel teve como título, *"Analisis del escenário político"*, na condução do debate estavam o consultor independente Sérgio Fornoni e a empresária Mariel Fornoni, sócia-diretora do Management and Fit[481].

O fórum foi patrocinado por algumas das empresas pertencentes ao grupo de filiados da unidade do LIDE na Argentina, entre elas estão: Grupo Sancor Seguros, Accenture, BDO, PPG, Pampa Urbana S.A. Fangio Hoteles, Iprofesional, Forbes Argentina, Bianchi, Davicom Comunicaciones, Nestlé, Rentatable, Grupo RHUO, Rossi & Caruso Argentina[482]. O evento organizado pelo LIDE – Argentina, reproduz o mesmo modelo dos fóruns de empresários organizados em todas as unidades internacionais do LIDE, de acordo com a orientação da sede brasileira. Por conseguinte, estes fóruns realizados pelas unidades internacionais a partir do modelo do LIDE Brasil, constituem-se como espaços de debates políticos e organização de diretrizes de ação empresarial e, principalmente, como um espaço de relações internacionais e posicionamento no conjunto de estratégias do capital-imperialismo brasileiro.

Karl Marx esclarece que "a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares"[483]. Um dos principais fatores mobilizadores do empresariado em torno do LIDE é, justamente, sua estratégia de internacionalização da burguesia. Organizar a burguesia com vistas a sua inserção no quadro internacional do capital, exige, por sua vez, mais do que a mobilização e estratégia

---

[481] http://www.forumempresarialba.com, acesso em 30/09/2015.
[482] *Idem.*
[483] MARX, K e ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. In: Reis REIS FILHO, D. A. (org). *O Manifesto Comunista 150 anos depois.* São Paulo-Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo-Contraponto, 1998, p. 11).

empresarial. Necessita, sobretudo, de certas condições políticas, econômicas e sociais que demandam formas específicas de atuação do aparelho institucional do Estado para sua viabilização. O LIDE, enquanto intelectual coletivo da grande burguesia brasileira, atua como um dos dos aparelhos ideológicos nessa tarefa de acionar, pressionar e cobrar pela implementação de reformas na estrutura material do Estado, no sentido de garantir a ampliação desse processo no conjunto dos seus interesses de ampliação das taxas de lucro, no quadro da acumulação de capital. A partir dessas conexões, frações da burguesia buscam associar-se no quadro do capitalismo mundializado, como uma das facetas do capital-imperialismo.

5.3 – O Movimento Brasil Competitivo: a reconfiguração do Estado como veículo e resultado da atualização da dominação no Capital-Imperialismo.

O Movimento Brasil Competitivo, do grande intelectual orgânico do mercado no Brasil, o empresário Jorge Gerdau, como demonstrado no terceiro capítulo, alinha-se às organizações da sociedade civil que criam mecanismos de ampliação do Estado, no sentido gramsciano, em que a sociedade civil e Estado estão dialeticamente articulados, desenvolvendo, por sua vez, alternativas para a sua privatização, empresariamento das suas funções sociais, assim como implantando modelos privados de gestão na administração pública. Essa estratégia de reconfiguração da ossatura institucional do Estado é dialeticamente veículo e resultado do processo de atualização da dominação burguesa em sua expressão capital-imperialista.

Tendo em vista essa observação, a partir de 2003, o MBC passou a organizar o Congresso Internacional Brasil Competitivo. Entre os temas das 12 edições do evento de

periodicidade anual estão: “Inovação como Fator de Competitividade”, “200 anos de Estado: A inovação na Gestão Pública”, “Gestão Pública e Sustentabilidade”, "Competitividade em Foco”, “3ª Conferência de Inovação Brasil – EUA”[484]. O então governador do Espírito, Santo Paulo Hartung (PSDB) defendeu a “realização de uma Reforma do Estado brasileiro, com o objetivo principal de promover alterações nas leis que regem o serviço público no País”[485]. Hartung foi um dos palestrantes do painel *‘Gestão Pública Eficiente – Casos de Sucesso em Governos Estaduais’,* dentro do 7º Congresso Internacional Brasil Competitivo, realizado no ano de 2009.

A nona edição do evento promovido pelo MBC, foi realizada em 2011, com o patrocínio Máster da Petrobras e também financiado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Odebrecht, Sebrae, Gerdau e pelo Grupo Votorantim. A proposta foi abordar as perspectivas para a implementação “eficiente” da gestão pública adaptada às noções de “Sustentabilidade”[486].

O discurso da “sustentabilidade” possui distintas formas de apropriação e mostra-se fundamental nas estratégias simbólicas da burguesia, uma vez que garante a manutenção das relações de produção e o consumo, ressignificando os conflitos em torno da apropriação territorial e da utilização de recursos naturais, em medidas adaptativas e convertidas em noções como a de “empresa ambientalmente responsável” ou de “consciência ambiental” do indivíduo.

Dessa forma, o argumento da sustentabilidade configura-se como arma simbólica na luta de classes entre as diferentes concepções de mundo em disputa e mecanismo de naturalização no conjunto dos valores e padrões de sociabilidade do capital em sua conformação neoliberal. O congresso internacional, por sua vez, constitui-se tanto como

---

[484] http://www.mbc.org.br, acesso em 01/10/2015.
[485] Jornal ESHOJE, 28/07/2009.
[486] Relatório Anual MBC, 2011.

uma instância de auto-promoção da entidade, formação de quadros de intelectuais orgânicos, assim como, espaço de discussão e mobilização empresarial com articulação na sociedade política.

Atuando no sentido de estabelecer os seus próprios diagnósticos sobre a conjuntura econômica e suas relações com as formas de organização política, o MBC e a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AMCHAM) lançaram em conjunto, no ano de 2006, o projeto denominado, Painel de Competitividade. Segundo o relatório de gestão do MBC, o projeto tem como objetivo desenvolver uma abordagem,

> que reúne indicadores considerados pelos principais estudos sobre competitividade global: The Global Competitiveness Yearbook (IMD) e Doing Business (IFC/BIRD), totalizando 24 variáveis em três subgrupos: custo e disponibilidade de capital, custo fiscal e institucional, e custo operacional, entre o período de 2000 e 2006. O objetivo do Painel é avaliar quais são os determinantes da competitividade de uma economia, a fim de identificar os principais entraves ao seu desenvolvimento[487].

O programa desenvolvido pelo MBC e AMCHAM, parte do conceito de competitividade empresarial, que a primeira vista concentra-se em estratégias de gestão e indicadores econômicos, mas, entretanto, no seu horizonte estão também seus pressupostos referentes ao papel do Estado no processo e, acima de tudo, as reformas que seriam "necessárias", de acordo com sua concepção, para seu alinhamento ao sistema internacional do capital. Ao buscar a chancela de instituições como *The Global Competitiveness Yearbook* (IMD) e *Doing Business* (IFC/BIRD), o MBC assume essa perspectiva alinhada ao capitalismo mundializado.

Outro foco da atuação do grupo de intelectuais do movimento é a articulação da burguesia brasileira, com vistas à sua internacionalização. Nesse sentido o MBC integrou o grupo de instituições que estruturavam a Seção Brasileira do Conselho Empresarial

[487] Relatório Anual do MBC 2006.

Brasil-Estados Unidos (Cebeu). A entidade organizava visitas ao congresso norte-americano e às autoridades do poder executivo daquele país, tendo como principais pontos de debate e negociação a agenda para a estruturação de relações bilaterais. Em troca, normalmente, recebia o pacote de orientações de ajustes e reformas de mercado que o Estado deveria passar para a viabilização de negócios.

Além do MBC, compunham a seção a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro e São Paulo (AMCHAM/RJ e SP), Centro Brasileiro de Relações Institucionais (Cebri), Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone) e Fundação Armando Álvares Penteado (Faap)[488].

O diretor da Construtora Odebrecht e membro do Conselho Superior do MBC, José de F. Mascarenhas, afirma que o maior avanço da globalização está na "área econômica pelo progresso material que proporciona às populações". Dessa forma, a burguesia brasileira busca acionar o Estado como mecanismo de viabilização no processo de internacionalização capital-imperialista. Segundo o diretor da Odebrecht, esse modelo econômico de produção "veio para permanecer e os países que não o entenderem ficarão com o seu desenvolvimento atrasado. Essas empresas quase sempre se localizam no topo das cadeias produtivas, atraindo outras, de porte médio e pequeno, mais focadas no mercado interno dos países"[489].

A partir dos debates promovidos pela seção, o Movimento Brasil Competitivo (MBC), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Conselho de Competitividade Americano (CoC) reuniu, em 2010, empresários, autoridades

[488] Relatório Anual do MBC 2007.
[489] Relatório Anual do MBC 2007.

representantes da sociedade política e membros da comunidade acadêmica para a Segunda Conferência de Inovação Brasil-Estados Unidos na Georgetown University, em Washington, DC. A proposta da conferência se insere no rol de iniciativas da burguesia brasileira, em sua perspectiva de inserção e/ou manutenção de sua posição subordinada, no sistema internacional no quadro do capital-imperialismo.

Entre os palestrantes no evento estão o diretor da Odebrecht, José de Freitas Mascarenhas; o presidente da Ford para o Mercosul, Marco Oliveira; o presidente da APEX, Alessandro Teixeira; o presidente da ABDI, Reginaldo Arcuri; a presidente do Conselho de Competitividade norte-americano, Deborah Wince-Smith; e o presidente fundador do MBC, Jorge Gerdau[490]. A Conferência teve o apoio da Georgetown University, da Michigan State University, da Arizona State University e The University of Akron. Segue a relação de empresas e grupos econômicos que financiaram o evento:

Quadro 5.4 – Instituições que Financiaram a 2ª Conferência de Inovação Brasil-Estados Unidos

Brasil-Estados Unidos (MBC)	
John Deere	QUALCOMM Incorporated
Deloitte	The Boeing Company
Greenberg Traurig, LLP	The NASDAQ OMX Group, Inc.
Maker's Mark	United Association of Plumbers & Pipefitters
NREAL	Lockheed Martin
Natura Cosméticos	Shell
CH2MHILL	Raytheon

Elaboração própria. Fonte: Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

O relatório de resultados da Segunda Conferência de Inovação Brasil-EUA, afirma que o evento reuniu 400 executivos de alto nível, reitores de universidades e importantes autoridades governamentais de ambas as nações para abordar o que, segundo

[490] Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

os organizadores da Conferência, seriam os cinco grandes desafios globais para o século XXI:

> 1 - Como os Estados Unidos e o Brasil atenderão à demanda global por energia, que aumentará em quase 50% em 20 anos, ao mesmo tempo em que equilibram a necessidade de crescimento sustentável e o uso de outros recursos críticos, como a água?
> 2 - Como poderão dois dos maiores produtores agrícolas alimentar o planeta – que enfrenta a necessidade de dobrar a produção global de alimentos em 50 anos – e continuar a inovar na fronteira das biociências?
> 3 - Como os líderes das duas nações fomentam a criatividade e a inovação em um mundo que, até 2050, terá mais de dois terços da população vivendo em cidades?
> 4 - Quais são as ferramentas e as infraestruturas críticas necessárias para a inovação no século 21 – de redes de transportes e logística à banda larga e computação em nuvem – e como nos preparar para a mudança?
> 5 - Como será a manufatura no século 21 – e como os EUA e o Brasil poderão liderar o desenvolvi- mento e a implantação de uma plataforma para o mix mais inovador de manufatura e serviços que criará valor para a sociedade? Quais as novas empresas, indústrias e empregos que definirão a prosperidade nas próximas décadas?[491]

A partir dos temas norteadores, a empresária Deborah L. Wince-Smith, presidente e CEO do Conselho de Competitividade (CoC), em sua apresentação define que a Globalização, a liberalização do comércio e a difusão da tecnologia da informação abriram oportunidades de crescimento e investimentos em todo o mundo. Por outro lado, afirma que esse processo teria elevado o patamar de desempenho e criado pressões nas nações, regiões, setores, empresas e trabalhadores para atenderem a novos padrões de competitividade global.

Dessa forma, os organizadores do evento defendem como pressuposto o processo de internacionalização no contexto da globalização como veículo fundamental para o progresso e prosperidade material da sociedade. E, como não poderia ser diferente, o relatório apresenta algumas “adequações” na estrutura institucional do Estado que seriam

[491] Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

necessárias para viabilizar tal processo de desenvolvimento econômico, a partir de uma "agenda da eficiência". Assim define o relatório:

> precisamos encarar a "agenda da eficiência", que se traduz em medidas com impacto direto na produtividade do setor privado e, por conseguinte, na competitividade. Esta agenda inclui: uma reforma tributária, para simplificar e reduzir a nossa carga tributária; a redução na taxa de juros, que só poderá ser conseguida de forma consistente com a redução do déficit orçamentário; e a regulamentação mais flexível do mercado de trabalho[492].

O relatório de resultados do evento também apresenta que essa parceria entre o MBC, a ABDI e o CoC viabilizou um acordo que selou o compromisso assumido por organizações do setor privado do Brasil e dos Estados Unidos de aumentar a competitividade por meio do desenvolvimento de ações conjuntas e troca de experiências. "A assinatura do memorando formalizou o início de uma jornada de inovação entre os dois países, que teve como marcos as visitas oficiais dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush, então no exercício do cargo"[493].

Como parte do seu programa de internacionalização de frações da burguesia brasileira, o MBC articulou estratégias de inserção em outras economias a partir da organização de projetos de consultorias. Dessa forma, segundo o relatório da entidade, o movimento foi encarregado de desenvolver um trabalho de consultoria com o objetivo de fomentar o crescimento econômico de Moçambique. O relatório afirma que o projeto de cooperação surgiu a partir de um encontro realizado em Maputo, capital de Moçambique, na África e que reuniu representantes empresariais e lideranças governamentais e parlamentares de nações africanas e de outros países, entre eles Romênia e Brasil[494].

O objetivo do encontro, de acordo com o MBC, foi debater estratégias que

---

[492] Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.
[493] Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.
[494] *Idem.*

propiciem a criação de um ambiente mais favorável ao comércio e ao investimento em Moçambique. “Vamos disseminar a experiência brasileira no desenvolvimento de ações de melhoria do ambiente de negócio em Moçambique. Além disso, a consultoria é uma fonte geradora de recursos para o Movimento Brasil Competitivo (MBC)”[495], explicou o empresário José Fernando Mattos, diretor-presidente do MBC.

Dessa forma, o Movimento Brasil Competitivo mobiliza os interesses de determinadas frações da grande burguesia brasileira e, para tanto, aciona a chancela do Estado, através de sua articulação com o mesmo. A própria figura de Jorge Gerdau Johanpeter, que dispõe de um impressionante capital político e prestígio não só entre os círculos empresariais, mas, sobretudo, nos gabinetes e estrutura institucional dos governos – transitando e participando tanto de inúmeros aparelhos privados de hegemonia, como de diferentes comissões e conselhos da administração pública, ou seja, por dentro do Estado – ajuda a demonstrar essa complexa relação entre sociedade civil e Estado.

5.4 – O Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e a “Plataforma Democrática”: a estratégia de inserção subordinada da burguesia brasileira no quadro do capitalismo internacional

O processo histórico de construção de novas diretrizes para a dominação de classe burguesa no Brasil – pela via da subordinação ao capital mundializado sob o imperativo da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, como mecanismos de operacionalização da ideologia da globalização nas relações de produção –, se desenvolve no contexto

[495] *Idem.*

brasileiro, desde meados da década de 1980. Se por um lado, se mostra reducionista a constatação e atribuição da reorientação no conjunto da dominação de classe no Brasil, a partir de pressupostos do neoliberalismo, ao presidente Fernando Henrique Cardoso – tendo em vista todo quadro de rearticulação das classes e frações de classe burguesas, no período, assim como o conjunto de pressões e disposições internacionais que apontavam em tal direção – seria de igual equívoco, por outro, negligenciar ou subjugar a participação efetiva do *"Príncipe do Real"* e da aliança em torno de seu partido nesse processo.

A elaboração teórica forjada na concepção do Brasil como um país dependente e que, a partir de sua inserção ou associação – mesmo que de forma subordinada, ao sistema da economia mundo –, permitiria alcançar índices de desenvolvimento econômico e social, pela via capitalista, constituiu referencial para o projeto de desenvolvimento na concepção de Fernando Henrique Cardoso. Assim, na proposição da dependência formulada pelo sociólogo, seria possível aos países periféricos vislumbrarem a superação do quadro de desigualdades internas ao se associarem à lógica geral do sistema mundial capitalista. "Para um presidente com esse passado intelectivo, as contrarreformas liberalizantes dos anos 1990 aparecem como caminho necessário para recolocarem o Brasil nos trilhos"[496].

Como parte da proposta de manutenção do processo de materialização das pautas dessas "contrarreformas" liberalizantes na aparelhagem estatal – em franco andamento, a partir dos anos de 1990, e principalmente, nos governos de FHC – emerge, no cenário político brasileiro, outro importante e articulado intelectual coletivo das classes burguesas. Nas palavras do sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

---

[496] PAULO, Diego Martins Dória. *A "Plataforma Democrática"*: apontamentos sobre um intelectual orgânico do capital-imperialismo no Brasil. Artigo ANPUH, **XXVIII Simpósio Nacional de História.** 2015, p. 3.

> Nasceu assim a ideia de fundar um instituto. Quis que ele fosse não só um centro de memória histórica, mas também um lugar de debates sobre a democracia e o desenvolvimento, duas causas com as quais estive envolvido desde muito cedo. Desempenhando um ou outro papel, a missão do Instituto para mim é uma só: contribuir para ampliar a compreensão e disseminar conhecimento sobre o país e seus desafios, com os olhos abertos para o mundo[497].

Inaugurado de forma notória a partir de sua **a**nunciação em um "seminário internacional que reuniu políticos e intelectuais do Brasil e do exterior, entre eles, [o ex-presidente dos EUA], Bill Clinton e Manuel Castells, (...)[498]" foi fundado, em maio de 2004, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), que, a partir de 2010, alterou sua qualificação para fundação. Segundo a apresentação de FHC, no endereço eletrônico da instituição, o objetivo da mudança foi o de "fortalecer o iFHC como instituição perene, com a missão de preservar e tornar disponível ao público a documentação relativa à minha vida intelectual e política, bem como de promover a reflexão e o debate sobre o desenvolvimento sustentável e a democracia"[499].

O Instituto FHC caracteriza-se como uma instituição sem fins lucrativos e sem vínculos partidários, financiado por empresas e pessoas físicas, onde, de acordo com a entidade, cada projeto proposto pela instituição tem financiamento específico. Dessa forma, o instituto mobiliza recursos e patrocinadores para a execução dos seus projetos de forma individualizada. A instituição foi idealizada e viabilizada a partir da organização de um grupo de sócio-fundadores representados por: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; Aloysio Meirelles de Miranda Filho (advogado tributarista); Boris Fausto (historiador, professor titular da USP); Danielle Ardaillon (trabalhava como superintendente do Cebrap); Eduardo Piragibe Graeff (trabalhou na Cebrap, foi secretário-geral da Presidência da república de FHC); José de Oliveira Costa (advogado);

---

[497] http://www.ifhc.org.br, acesso em 07/10/2015.
[498] http://www.ifhc.org.br/instituto/apresentacao/, acesso em 07/10/2015.
[499] *Idem.*

Jovelino Carvalho (empresário e fazendeiro); Juarez Rubens Brandão Lopes (professor de Ciência Política da USP, UNICAMP e membro da Academia Brasileira de Ciências).

Sua estrutura organizacional é composta por um Conselho Curador, Conselho Fiscal, Diretoria e Equipe Executiva. O Conselho curador tem a atribuição de elaboração das diretrizes e estratégias de ação da Fundação; a organização e aprovação de sua programação anual de atividades e demonstrativos contábeis, em conjunto com parecer do Conselho Fiscal, e a estruturação e aprovação do orçamento anual, entre outas funções específicas. O Conselho fiscal: fiscaliza a gestão econômico-financeira institucional, por meio do exame das demonstrações financeiras, balanços e demais documentos contábeis, entre outras atribuições. Entre as funções da diretoria estão a orientação, direção, fiscalização, supervisão e coordenação de atividades ordinárias do instituto. Por fim, a equipe executiva é composta por uma Superintendência-executiva, três Coordenadorias de área (Acervo; Estudos & Debates; e Eventos), uma área responsável pelo Marketing e uma Gerência Administrativo-Financeira e de Recursos Humanos[500].

Para a sua estruturação, seus idealizadores partiram de bases organizacionais inspiradas em entidades não governamentais de perfis como os das fundações presidenciais, *think tanks*, e bibliotecas temáticas, para a definição do modelo de "governança", de estratégias de captação de recursos e do plano de implementação. Segundo o relatório:

> (1) as fundações presidenciais são organismos que visam a disseminar e ampliar o legado e ideário de Chefes de Estado e Governo; (2) os *think tanks* também se caracterizam como centros de pesquisa e reflexão que promovem debates e propõem políticas públicas; (3) as bibliotecas temáticas destacam-se como núcleos de referência em temas específicos, preservando e disseminando o conhecimento especializado[501].

[500] http://www.ifhc.org.br/instituto/organizacao/estrutura/#, acesso em 08/10/2015.
[501] Relatório de Atividades iFHC, 2004.

Entre as organizações qualificadas como *think tanks* que serviram como base para a estruturação do iFHC, estão o *Concil on Foreign Relations*, o *Institute for International Economics* e o *American Enterprise Institute for Public Policy Research*. Segundo a fundação, "desde sua inauguração, em maio de 2004, o iFHC deu passos importantes para firmar-se como fórum de reflexão e debate de temas relevantes da agenda nacional e internacional e como centro de documentação da vida política e intelectual brasileira"[502]. Dessa forma, o objetivo da instituição vai muito além da preservação da memória arquivística ou acervo bibliográfico, mas, todavia, propõe uma atuação como centro de difusão política e ideológica.

A instituição organiza estratégias de ação voltadas à construção de consenso e formulação de políticas públicas. Assim, segundo o próprio iFHC, "desenvolve seminários e estudos, promove a reflexão e estimula o debate suprapartidário em torno de uma "nova agenda" para o país, que incorpore e avance em relação à que se estabeleceu a partir dos anos 90"[503]. Por conseguinte, o objetivo fundamental professado em seu relatório seria o de levar a cabo e aprofundar o processo de contrarreformas liberalizantes instrumentalizadas em seus mandatos.

Com o propósito de continuísmo do programa neoliberal executado nos governos de FHC, a pauta privatizante também faz parte das bandeiras defendidas pelo iFHC. Em 06 de outubro de 2006, o instituto promoveu o evento "Caminhos para a reforma da Previdência Social no Brasil". O debate foi conduzido por André Portela Souza (economista e professor da FGV-SP); Hélio Zylberstajn (economista e professor da FEA/USP); José Cechin (ex-ministro da Previdência Social); Luís Eduardo Afonso (economista e professor da FGV/EAESP e ESPM); e Mario Marcel (economista e

[502] Relatório de Atividades iFHC, 2004, p. 4.
[503] Relatório de Atividades iFHC, 2004, p. 17.

presidente da comissão encarregada da atual reforma da Previdência Social no Chile). O evento teve como finalidade a discussão sobre a privatização do setor, partindo do modelo chileno como exemplo a ser seguido. O relatório de atividades do iFHC, apresenta a defesa da privatização da previdência social, partindo da afirmação de que "há 25 anos o Chile realizou a reforma de sua Previdência Social e adotou um modelo de capitalização individual, tido como exemplo de sucesso, em substituição completa ao modelo de repartição simples, semelhante ao vigente no Brasil"[504].

No tocante à inserção brasileira no quadro do capitalismo internacional, a instituição mobiliza ações para debater e estabelecer novas diretrizes para a afirmação econômica brasileira no quadro de capital-imperialismo. Dessa forma, de acordo com o relatório da instituição, a definição do "papel do Brasil como parceiro dos Estados Unidos na América Latina e as eventuais mudanças de rumo devido ao resultado das, então, próximas eleições presidenciais norte-americanas", foi a temática norteadora dos debates e palestras do seminário organizado pelo iFHC, em agosto de 2004, intitulado: "*Perspectivas das relações entre Brasil e Estados Unidos*". O evento contou com a participação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, John Danilovich (embaixador dos EUA no Brasil), Miguel Diaz (diretor do projeto para a América Latina do CSIS – Center for Strategic International Studies), e Rubens Barbosa (ex-emabixador do Brasil em Washington)[505].

Em setembro do ano seguinte, foi realizada uma nova edição do seminário, com destaque para "a agenda de negociações em torno de uma área hemisférica de livre comércio". O seminário marcou o lançamento do livro Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências, organizado por Rubens Barbosa e Paulo Roberto de

[504] Relatório de Atividades iFHC, 2006, p. 60.
[505] Relatório de Atividades iFHC, 2004, p.36.

Almeida[506].

Em dezembro de 2004, por sua vez, o iFHC desenvolveu o projeto "Uma nova agenda para a América Latina". A proposta do programa concentrou-se em reunir lideranças de entidades públicas e privadas latino-americanas para a discussão de quatro temas, por eles, considerados estratégicos para o desenvolvimento regional da América Latina. São eles: crescimento e estabilidade macroeconômica; exclusão social; governança democrática; e o lugar ocupado pela região na comunidade global. O projeto é financiado por fundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na coordenação, além do iFHC, estão a entidade chilena Corporación de Estudios para Latinoamérica e o Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (IETS)[507]. O projeto, que teve continuidade no ano de 2005, apresentava como objetivo fazer um "balanço e relançar a agenda de reformas na América Latina em quatro áreas: políticas sociais, políticas de competitividade e inovação, macroeconomia e governabilidade"[508]. No âmbito do projeto, em agosto de 2005, o instituto realizou o seminário internacional *"Desigualdade, Pobreza e Desenvolvimento na América Latina: Balanço e Agenda de Políticas"*, que também teve o apoio financeiro da Fundação Konrad Adenauer.

No bojo das reflexões sobre o processo de reconfiguração política e social latino-americana, pós ditaduras militares, o instituto iniciou em 2006, o projeto "Coesão Social na América Latina". Organizado pelo próprio iFHC que mobilizou cientistas sociais de

---

[506] Relatório de Atividades iFHC, 2005, p.27.
[507] O IETS é uma instituição privada, sem fins de lucrativos, destinada a pesquisar, propor e promover, estudos, soluções e discussões sobre desafios e estratégias de desenvolvimento equitativo para o Rio de Janeiro e o Brasil. Fundado em 1999, o Instituto se dedica a produzir e disseminar conhecimentos sobre temas sociais e econômicos e ao diagnóstico, avaliação e desenho de políticas públicas, sejam estatais ou privadas, relacionadas à temas como o frentamento da pobreza e da desigualdade. In: http://www.iets.org.br/o-que-e-o-iets, acesso em 29/12/2015.
[508] Relatório de Atividades iFHC, 2004, 2005.

diversos países da região, o projeto foi financiado pela União Europeia e executado em parceria com a Corporación de Estudios para Latinoamérica (Chile), Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL (Chile), Universidad Nacional de la Plata (Argentina). Segundo o relatório do iFHC,

> O projeto visa a analisar as transformações em curso nas sociedades latino-americanas, tendo como pano de fundo a transição de regimes de economia fechada e governos autoritários para regimes de economia aberta e governos democráticos ainda não consolidados. Em lugar das transformações nas instituições formais, entretanto, o seu foco são as transformações nos comportamentos, discursos, mentalidades e ideologias, do papel da mulher e da família às novas religiões, passando pelo ressurgimento do apelo a identidades étnicas e raciais e seus reflexos sobre a política[509].

Além disso, sob a coordenação do Instituto de Sociologia de la Universidad Católica de Chile, foi realizada pesquisa de opinião pública em sete países da América Latina, entre eles estão a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México e Peru. Vale apena destacar neste trecho do relatório, a identificação feita em relação às ditaduras militares da América Latina com "economias fechadas". Abordagem esta, bastante arbitrária e tendencialmente displicente quando lembramos dos exemplos históricos dos modelos econômicos do Chile do General Augusto Pinochet e da Argentina pós 1976, entre outros.

Os resultados dessa pesquisa, que abrangeu questões relativas a um amplo conjunto de valores e atitudes frente às instituições políticas e sociais e suas respectivas análises, foram publicados no segundo semestre de 2007. A instituição afirma que o principal objetivo seria compreender as "novas sociedades" em formação na América Latina diante de tais processos e saber se as "novas dinâmicas sociais", apontam para maiores e mais profundas fraturas ou para novas formas de coesão social e democracia[510].

---

[509] Relatório de Atividades iFHC, 2006, p. 45.
[510] Relatório de Atividades iFHC, 2006, 2007.

Diante desse reordenamento da arena político-ideológica latino-americana, o Instituto Fernando Henrique Cardoso, busca conciliar e adaptar, a partir do uso político da democracia, os novos padrões de sociabilidade da região à sua “agenda” de internacionalização da burguesia brasileira, no conjunto do capital-imperialismo. Nesse sentido, a partir da articulação de ações e projetos desenvolvidos pelo instituto voltados à conjuntura política latino-americana, partindo do pressuposto de que Brasil representa a grande referência regional, o iFHC tenta conduzir os debates, como verdadeiro portador da bandeira da democracia na América Latina.

Buscando essa afirmação do Brasil como nação decisiva no conjunto das relações entre a América Latina e os países centrais do capitalismo – principalmente os Estados Unidos, como uma forma de associação subordinada ao grande capital –, o iFHC configura-se como um aparelho privado de hegemonia de atuação estratégica do ponto de vista capital-imperialista. Promovendo seminários, palestras e debates, organizando projetos de articulação política regional, elaborando diretrizes para a proposição de políticas públicas com vistas à integração econômica entre a região latino-americana e os EUA, o instituto, portanto, consolida-se como um intelectual coletivo de atuação abrangente, se colocando como porta-voz da democracia e de um projeto político que ultrapassa os interesses econômico-corporativos.

Dessa forma, a instituição organiza, em diferentes meios, a proposição de temas como o fracasso do projeto da Área Livre Comércio das Américas (ALCA), a proliferação de tratados bilaterais entre os EUA e países latino-americanos, as relações do Mercosul apontadas como enfraquecidas e em condição internacional de isolamento. Assim como debates em torno das suas preocupações com o quadro crescente de antiamericanismo, com o aumento de governos sul-americanos hostis aos Estados Unidos e a repercussão de suas políticas para o Brasil no contexto geopolítico internacional. Temas como estes

foram abordados em diferentes seminários e palestras como: “América Latina e Estados Unidos em uma Nova Era”; “A política externa brasileira para a América do Sul no período recente: balanço e perspectivas”, ambas realizadas em maio de 2006. De acordo com seu relatório,

> O debate caracterizou-se por um balanço crítico da política externa brasileira para a América Latina no período mais recente. Na opinião dos palestrantes, à retórica do governo Lula não teriam correspondido os resultados alcançados, estes negativos: isolamento externo e enfraquecimento interno do Mercosul; riscos de erosão de margens de preferência no comércio com os países membros da Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), na esteira do fracasso da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e da proliferação de tratados bilaterais desses países com os Estados Unidos; reação tíbia e ambivalente dadas as medidas unilaterais do governo boliviano ao nacionalizar o setor de petróleo e gás daquele país, com graves danos à Petrobras e à imagem do Brasil etc[511].

Na mesma perspectiva de demarcação do papel do Brasil como referência no cenário latino-americano, o iFHC em parceria com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais[512], desenvolveram o projeto, cujo objetivo central foi o de avaliar as relações entre Estado e sociedade civil na formação e implementação de uma agenda de políticas públicas em, pelo menos, seis países da América do Sul, entre eles: a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela. Por conseguinte, a partir do amadurecimento do conjunto de estratégias desenvolvidas pelo Instituto FHC no debate geopolítico latino-americano, e do próprio eixo de discussões estabelecido pela organização, foi desenvolvido o projeto chamado *“Sociedade civil e democracia na América Latina: crise e reinvenção da política”*. Nesse programa são propostos debates sobre as formas de organização da sociedade civil, seus atores, suas relações com os partidos, o Estado e a

---

[511] Relatório de Atividades iFHC, 2006, p. 54.

[512] O Centro Edelstein de Pesquisas Sociais promove a realização de pesquisas sobre o desenvolvimento das instituições e políticas públicas, privilegiando a Internet como infra-estrutura de acesso livre, desenvolvendo bibliotecas virtuais e bancos de dados para pesquisadores. Em sua apresentação institucional se autodefine como uma organização com propósitos e uma agenda de projetos sobre a democracia e a capacidade dos países latino-americanos em participar ativamente na formulação das agendas da globalização. http://www.centroedelstein.org.br/QuemSomos.asp, acesso em 29/12/2015.

mídia. O projeto foi financiado pelo *London School of Economics and Political Science* do Reino Unido[513]. Assim, a partir do programa *Sociedade civil e democracia na América Latina*,

> discutiram-se os avanços e os recuos na consolidação da democracia como sistema de governo baseado em regras formais, bem como na formação de uma cultura cívica democrática, sem a qual o sistema de governo tende a definhar. Por esse ângulo, analisaram-se as causas e os riscos associados ao ressurgimento de "velhas" ideologias, como o nacional-populismo[514].

As informações resultantes desse levantamento foram organizadas e, posteriormente, disponibilizadas como documentos e estudos publicados em um portal próprio. Dessa forma, a proposta do instituto é construir o consenso em torno de sua agenda política para a América Latina, ampliando sua abrangência de difusão ideológica a partir da capilaridade dos centros de pesquisa latino-americanos envolvidos, e apropriando-se politicamente do tema da democracia, como estratégia simbólica. O site desenvolvido pelo programa, assim como os debates, materiais e proposições de políticas públicas, nele contidos fazem parte do projeto da "Plataforma Democrática", que absorve e amplia os objetivos do projeto "Sociedade civil e democracia na América Latina".

A Plataforma Democrática foi criada em 2008, a partir da parceria entre o Instituto Fernando Henrique Cardoso e o Centro Edelstein, com o apoio da Fundación Democracia y Desarrollo (Chile), financiado pela Open Society Institute (EUA), e pela Fundación Telefónica (Espanha). A proposta da plataforma, segundo o iFHC, é o de engajar cientistas sociais, políticos, formuladores de políticas públicas e atores sociais em um diálogo sobre os desafios da consolidação e do aprofundamento da democracia na América Latina, no sentido de renovar a pauta política no âmbito latino-americano. Seu objetivo autodeclarado, por conseguinte, é "expandir a democracia na América Latina".

---

[513] Relatório de Atividades iFHC, 2005, 2006.
[514] Relatório de Atividades iFHC, 2006, p. 55.

A estrutura organizacional da Plataforma é composta por um Conselho Deliberativo, representado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e Joel Edelstein do Centro Edelstein de Investigações Sociais, do Rio de Janeiro; e um Conselho Diretor, ocupado por Bernardo Sorj (Centro Edelstein) e Sérgio Fausto (iFHC). Além do iFHC e do Centro Edelstein, a Plataforma possui um quadro de instituições associadas, pertencentes a diversos países da América Latina. São elas:

Quadro 5.5 – Instituições Associadas à Plataforma Democrática

País	Instituição
Argentina	Universidad Torcuato Di Tella (UTDT)
	Universidad de San Andrés (UdeSa)
	Maestría en Administración y Políticas Públicas (MAPP/UdeSa)
	Maestría en Periodismo (MAEP/UdeSa)
	Fundación CADAL (Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina) (CADAL)
	Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC)
	Fundación RAP - Red de Acción Política (RAP)
	Universidad Nacional de San Martín (UNSAM)
	Centro de Estudios de la Sociedad Civil y la Vida Pública (CESC/UNSAM)
	Centro de Investigaciones sobre el Estado y la Democracia en América Latina (CIEDAL)
Bolívia	Universidad Católica Boliviana San Pablo (UCB)
	Instituto para la Democracia
Brasil	Fundação Getúlio Vargas (FGV)
	Fundação João Pinheiro (FJP)
	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)
	Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE)
	Viva Rio
Chile	Corporación de Estudios para Latinoamérica (CIEPLAN)
	Universidad Diego Portales
Colômbia	Universidad de los Andes (Uniandes)
	Departamento de Ciencia Política de la Facultad de Ciencias Sociales (DCP/Uniandes)
	Centro de Estudios en Periodismo (CEPER)
	Universidad del Rosario (UNIROSARIO)
Costa Rica	Secretaria General de FLACSO
Equador	FLACSO - Sede ECUADOR
Guatemala	Universidad Rafael Landívar (URL)
	Asociación Desarrollo, Organización, Servicios y Estudios Socioculturles (DOSES)
México	Centro de Investigación y Docencia Económicas A. C. (CIDE)
	Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM)
	Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

	Seminario de la Cuestión Social (SCS/UNAM)
	Fundación Ethos
Peru	Instituto de Estudios Peruanos
	Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP)
Venezuela	Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos (INVESP)
	Universidad de la República (UDELAR)
	Instituto de Ciencia Política, Universidad de la República (ICP/UDELAR)

Elaboração própria. Fonte: http://www.plataformademocratica.org/InstituicoesAssociadas.aspx. Acesso em 08/10/2015.

Aprofundando a proposta do Instituto FHC para a América Latina, a Plataforma Democrática, promove projetos, debates, seminários e outros eventos em parceria com outras instituições, muitas delas universidades, reunindo e articulando pesquisadores renomados, o que acaba lhe conferindo uma dimensão acadêmica. Essa "chancela da ciência" representa um forte capital simbólico do iFHC, que busca a credibilidade atribuída à academia como forma de legitimação de seus pressupostos. A força da autoridade científica, como afirma Bourdieu, "que se exerce sobre o movimento social, e até no fundo das consciências dos trabalhadores, é muito grande". Segundo o sociólogo francês, "ela produz uma forma de desmoralização. E uma das razões dessa força é que ela é detida por pessoas que parecem todas concordarem umas com as outras – o consenso é, em geral, um indício de verdade"[515].

Em 2008, a Plataforma Democrática desenvolveu uma atividade intensa de mobilização e difusão a partir da organização de uma série de eventos, entre eles: o seminário "Repensando a Democracia na América Latina: desafios políticos e intelectuais", realizado em junho de 2008; outros dois seminários, um em Lima, com o Instituto de Estudios Peruanos (IEP), sobre "Os desafios da inclusão social: Estado e política no Peru e na América Latina"; outro em novembro, em Santiago do Chile, sobre "Novas mídias e democracia", com o Instituto de Investigación en Ciencias Sociales (ICSO) da Universidade Diego Portales. Em novembro o iFHC e a Plataforma

[515] BOURDIEU, *op cit*, 1998, p. 73.

Democrática participaram do painel “Os caminhos da democracia na América Latina”, durante o encontro anual da ANPOCS. Em 2009 a plataforma organizou seis fóruns nacionais em conjunto com instituições associadas: dois na Argentina e um no Chile, na Colômbia, no Brasil e na Guatemala. Em parceria com o Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro, foram organizados dois seminários para as Forças Armadas, abertos também a civis, com o tema: “As Nações Unidas e as Forças de Paz” e “Transformações nos meios de comunicação e democracia: novos desafios”[516].

A partir do material desenvolvido e das contribuições no conjunto dos fóruns nacionais e de estudos contratados pelo projeto, a Plataforma Democrática lançou, em 2009, a coleção, “O Estado da Democracia na América Latina”. A coleção é composta por quatro títulos: (1) Usos, abusos e desafios da sociedade civil na América Latina, (2) Meios, poder e democracia na América Latina, (3) Desequilíbrios de poderes na América Latina e (4) Capitalismo amigo e democracia na América Latina. Além da coleção, entre 2008 e 2009 foram lançados outras obras como: “Cultura das transgressões no Brasil: lições da História”; “América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento” ; “Políticas educacionais e coesão social: uma agenda latino-americana”; “América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento: governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise”; “América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento: políticas sociais para além da crise”; e “A medio camino: nuevos desafíos de la democracia y del desarrollo en América Latina”[517].

Em 2010, os trabalhos desenvolvidos pela Plataforma Democrática concentraram-se em três temáticas principais: Transformações Geopolíticas Globais e o Futuro da Democracia na América Latina; Meios de Comunicação e Poder Político; e Usos e

[516] Relatório de Atividades iFHC, 2008, 2009.
[517] Relatório de Atividades iFHC, 2008, 2009.

Abusos da Sociedade Civil na América Latina. Participaram das atividades do projeto, intelectuais e atores políticos latino-americanos, como Carlos Mesa, ex-presidente da Bolívia; Henry Pease Garcia, ex-presidente do Congresso do Peru; e Ignacio Walker, senador chileno; dentre outros. A partir dessas temáticas fundamentais, o iFHC e a plataforma organizaram eventos como a mesa-redonda: "Dinâmicas geopolíticas globais e o futuro da democracia na América Latina", realizada em julho; e o seminário, "O estado da democracia na América Latina", em novembro de 2010[518]. A partir das temáticas fundamentais estabelecidas pela plataforma para 2010, foi desenvolvido um conjunto de publicações e materiais concentrados no eixo: Dinâmicas Geopolíticas Globais e a Democracia na América Latina. Os documentos produzidos a partir do eixo de debates são:

Quadro 5.6 – Dinâmicas Geopolíticas Globais e a Democracia na América Latina (iFHC/Plataforma Democrática)

Estudos Publicados	
1	Dinámicas Geopolíticas Globales y el Futuro de la Democracia en América Latina
2	De las cenizas de la ideología: sistema regional, fronteras y conflictos interestatales en América Latina
3	Tradición e Innovación en la Política Exterior Brasileña
4	La política exterior de la Venezuela bolivariana
5	América Latina en la Política Exterior de los EE.UU.:Políticas, Prioridades e Intereses Cambiantes
6	Las relaciones entre la Unión Europea y América Latina en el siglo XXI: Entre el voluntarismo y la realidad
7	Relaciones Peligrosas: Estado y guerra en América Latina
8	El surgimiento asiático y América Latina: implicancias económicas actuales y perspectivas
9	La Economía Política del Petróleo y el Gas en América Latina
10	El sector minero en Sudamérica
11	Agua y tierra en América Latina: estrategias globales y políticas

Elaboração própria. Fonte: http://www.plataformademocratica.org/PublicacoesAmericaLatina.aspx, acesso em 08/10/2015.

O historiador Diego Martins Dória Paulo, que desenvolve uma pesquisa sobre a Plataforma Democrática, a compreende como sendo uma espécie de "embaixada do

[518] Relatório de Atividades iFHC, 2010.

capital-imperialismo no exterior, não só no âmbito da promoção democrática, mas também na defesa de seus interesses mais imediatamente econômicos". E afirma que a "organização surge como um meio de possibilitar à burguesia capital-imperialista brasileira se sentir representada nos países hospedeiros"[519]. A partir da apropriação política da democracia como arma simbólica, o iFHC e a Plataforma Democrática configuram-se como importantes veículos de inserção ou afirmação da burguesia brasileira no sistema internacional do capitalismo.

Assumindo a bandeira do protagonismo brasileiro no contexto regional latino-americano, o iFHC organiza, em 2011, os seminários: "Mudanças Geopolíticas e Geoeconômicas e o papel do Brasil na América do Sul", realizado em julho e que contou com o patrocínio da BM&FBovespa; "O fracasso da guerra às drogas na América Latina e no México", em setembro; "A política e a economia do México, seis meses antes da eleição presidencial de 2012", realizado em 11 de dezembro.

No mesmo ano, o iFHC e a Plataforma Democrática lançaram as publicações: "América Latina: transformaciones geopolíticas y democracia"; "Democracia, agência e Estado: teoria com intenção comparativa"; "Brasil e América do Sul: Olhares cruzados"; "Chávez, Venezuela y la Reconfiguración Política de América Latina y el Caribe". Já em novembro de 2012, a defesa da posição de protagonista do Brasil na região foi reforçada no seminário; "A liderança do Brasil na América do Sul – Visões de Empresários, Diplomatas e Políticos" e em 2013, "Brasil e América Latina: que liderança é possível?", evento financiado pela BM&FBOVESPA, CPFL, IBM, Kroton, Santander, Telefonica Vivo e Votorantim. A partir do projeto Brasil e América do Sul: Olhares Cruzados, que posteriormente foi publicado como livro, foram elaborados uma série de outros estudos

[519] PAULO, *op cit*, 2015, p. 10.

auxiliares, seguem os documentos:

Quadro 5.7 - Brasil e América do Sul: Olhares Cruzados (iFHC/Plataforma Democrática)

	Estudos Publicados
1	El papel de Brasil en America del Sur: estrategias y percepciones mutuas
2	Bolivia y Brasil: los meandros del camino
3	Evolución y perspectivas de las relaciones entre Colombia y Brasil
4	Las relaciones de Brasil con Venezuela: de la desconfianza a la alianza estratégica
5	El regionalismo de Brasil
6	Brasil como vector de integración sudamericana: posibilidades y límites
7	Chile y el liderazgo sudamericano de Brasil ¿qué estrategia prefieren sus élites?
8	Percepciones Argentinas de Brasil: ambivalencias y expectativas

Elaboração própria. Fonte: http://www.plataformademocratica.org/ElEstadoDemocracia.aspx, acesso em 08/10/2015).

O Instituto FHC se insere no conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, representantes dos interesses das classes dominantes, a partir de uma intensa atuação política ideológica, tanto no que concerne às relações entre a sociedade civil e o Estado no Brasil, mas, principalmente, como um veículo de atuação ativa no plano geopolítico latino-americano. Seus projetos são financiados por importantes grupos econômicos como Santander, Telefônica-Vivo, Ambev, BM&FBovespa, Pepsico, Klasco, Itaú, CPFL e Votorantim, entre outros, além de importantes organizações internacionais como o exemplo da Fundação Konrad Adenauer.

Como aparelho privado de hegemonia estratégico do ponto de vista das relações internacionais, o iFHC desenvolve diretrizes e estratégias de ação, de caráter estrutural e de longo prazo, ou seja, seu discurso ultrapassa os interesses imediatos de classe, apesar de buscar garanti-los, se colocando como universalizante. Capturando politicamente a democracia como arma simbólica, busca a naturalização de sua agenda política, assim como de uma cultura cívica estabelecendo o seu modelo de democracia para a América Latina. Por fim, buscando reforçar a imagem do Brasil como uma liderança regional

latino-americana – na estratégia burguesa de associar-se ativamente, mesmo que de forma subordinada no conjunto do capitalismo mundializado –, o iFHC, principalmente através da Plataforma Democrática, constitui-se como um mecanismo estratégico do capital-imperialismo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a atuação dos aparelhos privados de hegemonia analisados, podemos destacar a complementaridade fundamental entre sociedade civil e Estado para a estruturação e atualização da dominação da classe burguesa no Brasil. A partir dos anos de 1980, um conjunto de organizações burguesas de ação política e ideológica, atuaram tanto de forma pragmática – mobilizando quadros de empresários urbanos e rurais, fazendo *lobby,* financiando campanhas e lançando candidatos próprios para o quadro da Constituinte ou mesmo para a sucessão presidencial de 1989 –, como também, de forma propositiva e organizativa – elaborando ações de caráter tático-operacional conjuntural –, como verdadeiros pivôs político-ideológicos.

A grande mudança no pós-Constituinte – que foi abordada ao longo da tese - é que o aprendizado desde 1964 de crescimento de aparelhos privados de hegemonia intra-burgueses, e sua relação íntima com o Estado, precisaria se expandir para além das fronteiras das classes dominantes. E isso, não em razão de alguma inteligência "antecipadora" das classes dominantes, mas pelo crescimento – que elas aliás tentaram de todo o modo reverter – de forças populares, então representadas, principalmente, pela CUT, MST e pelo PT. A violência não era mais suficiente para conter a luta de classes e a burguesia brasileira foi obrigada a aprender e se organizar com os procedimentos propriamente hegemônicos.

Podemos considerar que, após o governo Itamar Franco, e sobretudo após Fernando Henrique Cardoso, em meados dos anos de 1990, pela primeira vez o conjunto das burguesias exerce uma efetiva hegemonia no processo econômico-político e social brasileiro. Sem, entretanto, destruir ou reduzir significativamente o grau de violência

(coerção), que se deslocou do Estado (que manteve seus padrões coercitivos, mas de outra maneira) para processos diretamente econômicos e culturais.

A diversidade e multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia da nova direita no Brasil, demonstram o processo de ampliação do Estado. Essa ampliação consiste em que o Estado não pode ser reduzido ou compreendido simplesmente a partir do conjunto de seus órgãos, agências e aparatos administrativos. Ele "amplia-se" à medida que essas organizações de caráter patronal inscrevem seus projetos de hegemonia na ossatura material do Estado, universalizando-os, isto é, transformando-os em projetos "nacionais" de "interesse da nação", para o "bem- comum", etc.

A penetração de aparelhos burgueses de ação política e ideológica na estrutura estatal – não em um sentido funcionalista em uma concepção de Estado concebido como mediador dos diferentes grupos sociais, mas no sentido de ampliação das expropriações sociais em benefício dos interesses específicos das classes dominantes –, demonstra o *modus operandi* da nova direita em sua articulação dialética entre coerção e consenso. O quadro abaixo apresenta um resumo das organizações que compõem o objeto da pesquisa, com seus principais membros e instituições financiadoras, nos casos em que foi possível encontra-las.

Quadro 6.1 – Conjunto dos Aparelhos Privados de Hegemonia Pesquisados

Ano	APH	Estado Sede	Formato de Ação	Dirigentes	Financiadores
1980	CEDES	São Paulo	Ação pragmática voltada à ANC	Delfim Netto Renato Ticoulat Filho Fernando Vergueiro Flávio Telles de Menezes Antônio Ermínio de Moraes Paulo Rabello de Castro Jorge Gerdau Johannpeter Guilherme Afif Domingos	Votorantim Unibanco Grupo Cobrasma Copas
1983	IL	Rio de Janeiro	Ação doutrinária	Donald Stewart Jr. Og Francisco Leme Jorge Gerdau Johannpeter Roberto Konder Bornhausen Jorge Simeira Jacob	Grupo Gerdau Votorantim Sharp Gradiente Nestlé

				Henry Maksoud Winston Ling Abílio Diniz Mário Amato Rodrigo Constantino	Banco de Boston Banco Itaú Banco Bradesco Unibanco Alcoa Olvebra CIPE
1983	GMP	São Paulo	Ação pragmática voltada à ANC	Guilherme Afif Domingos César Rogério Valente	
1984	IEE	Rio Grande do Sul	Ação doutrinária	Carlos Biedermann Jorge Gerdau Johannpeter Paulo Uebel	Grupo Gerdau Localiza Suzano Ipiranga Mendes Júnior Banco Itaú TAM Linhas Aéreas
1985	CNF	Brasília	Articulação do mercado financeiro	Roberto Konder Bornhausen Carlos Brandão	
1985	ABDD	Rio de Janeiro	Ação pragmática voltada à ANC	Coronel José Leopoldino Silva Coronel Agnaldo Del Nero Augusto Coronel Audir Santos Maciel Jorge Boaventura	
1985	UDR	São Paulo	Ação pragmática ruralista voltada à ANC	Ronaldo Caiado Roosevelt Roque dos Santos Luiz Antonio Nabhan Garcia	
1986	IL-RS / LIBERDADE	Rio Grande do Sul	Ação doutrinária	Jorge Gerdau Johanpeter Winston Ling Wilson Ling Carlos Fernando Souto	Grupo Gerdau Olvebra Petropar Encol Iochpe
1986	UBE	São Paulo	Ação pragmática voltada à ANC	Albano Franco Antônio de Oliveira Santos Roberto Konder Bornhausen Antônio Ermínio de Morais Renato Ticoulat Filho	
1986	PNBE	São Paulo	Ação pragmática	Oded Grajew Luís Paulo Butori Emerson Kapaz	
1987	MCRN	São Paulo	Ação pragmática voltada à ANC	Herbert Levy General Adelbert de Queiroz Fernando Vergueiro Flávio Telles de Menezes José Ermirio de Morais Filho Jorge Gerdau Johannpeter Victor Civita	
1987	MDU	São Paulo	Ação pragmática voltada à ANC	Eduardo Rocha Azevedo José Américo Ribeiro dos Santos Luiz Masagão Ricardo Portugal Gouvêa	
1987	FNLI	São Paulo	Ação pragmática voltada à ANC	Mário Amato Albano Franco	

1989	IEDI	São Paulo	Ação estrutural por dentro da estrutura do Estado	Mauro Fernandes Arruda José Roberto Ermírio de Moraes Jorge Gerdau Johannpeter Marcelo Bahia Odebrecht Pedro Wongtschowski Frederico Fleury Curado Eugênio Emílio Staub	Aracruz Celulose Cofap Coldex Frigor Gradiente Grupo Gerdau Votorantim Grupo Odebrecht Monteiro Aranha
1993	IA	Rio de Janeiro	Ação estrutural por dentro do Estado	Paulo Rabello de Castro Paulo Carlos de Brito Diogo Figueiredo Moreira Neto Jonas Leite Suassuna Filho Raul Velloso	Grupo Odebrecht Souza Cruz Grupo Gerdau Localiza MRV Engenharia; Walmart Brasil
1995	GIFE	São Paulo	Articulação de ONGs; difusão ideológica; prospecção de fundos públicos para gestão privada	Hélio Mattar Ana Helena de Moraes Vicintin Beatriz Gerdau Johannpeter Beatriz Azeredo Evelyn Ioschpe	Fundação Ford Fundação Kellongs TV Globo Banco JP Morgan Banco Bradesco Carrefour Microsoft Monsanto Pepsico Santander Samarco
1998	ETHOS	São Paulo	Articulação de ONGs; difusão ideológica; prospecção de fundos públicos para gestão privada	Jorge Abrahão Oded Grajew Caio Magri	Alcoa Carrefour CPFL energia Natura Shell Walmart Brasil
2001	MBC	Brasília	Ação estrutural por dentro da estrutura do Estado	Jorge Gerdau Johannpeter Carlos Augusto Salles José de Freitas Mascarenhas Elcio Anibal de Lucca José Fernando Mattos	Grupo Gerdau Grupo Odebrecht Camargo Corrêa Petrobras Banco do Brasil Embraer Furnas IBM
2003	LIDE	São Paulo	Ação estrutural e pragmática	João Doria Junior Jorge Gerdau Johannpeter Paulo Uebel Roberto Rodrigues Luiz Fernando Furlan	Grupo Doria Grupo Gerdau Anhanguera Vivo KPMG
2004	iFHC	São Paulo	Ação de posicionamento geopolítico internacional.	Fernando Henrique Cardoso Aloysio Meirelles de Miranda Filho Boris Fausto Danielle Ardaillon Eduardo Piragibe Graeff Jovelino Carvalho José de Oliveira Costa	Santander Telefônica-Vivo Ambev BM&FBovespa Pepsico Klasco Banco Itaú CPFL Votorantim
2005	IMIL	Rio de Janeiro	Ação doutrinária	Paulo Uebel Luiz Eduardo Vasconcelos Jorge Gerdau Johannpeter Rodrigo Constantino Henrique Meirelles	Grupo Gerdau, TV Globo RBS Abril Banco Pactual

				Gustavo Franco Henrique Meirelles William Ling Hélio Beltrão Giancarlo Civita João Roberto Marinho	Banco BBM Banco CSFB Grupo Ultra Petropar Grupo Odebrecht JP Morgan
2010	IMB	Rio Grande do Sul	Ação doutrinária	Hélio Beltrão Ubiratan Jorge Iorio Geanluca Lorenzon	Standard Bank Instituto Ling Mises Institute
2012	EPL	Virtual	Ação doutrinária	Fábio Osterman Anthony Ling Juliano Torres	Students for Liberty Atlas Network
2014	MBL	Virtual	Ação doutrinária e mobilização política	Fábio Osterman Anthony Ling Juliano Torres Kim Kataguiri Fernando Holiday	Students for Liberty Atlas Network

Elaboração própria.

O quadro acima traz uma espécie de síntese dessas organizações e suas vinculações com grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais. Para além da atuação pragmática muito caracterizada nos anos de 1980 e do desenvolvimento de estratégias de ação doutrinária de difusão de valores – como os chamados *Think Tanks* ou centros de pensamento –, a nova direita, principalmente a partir de seus aparelhos de atuação estrutural, como o IEDI e o MBC, passam a atuar também por dentro do Estado, como uma espécie de organização paraestatal. Desenvolvem desde propostas de políticas públicas pautadas em reformas e privatizações da estrutura estatal, como também privatizam as próprias formas de gestão do Estado e suas funções sociais, como mecanismo de controle de fundos públicos. Ou seja, criam as próprias regras do jogo que estão jogando.

Como demonstrado ao longo da pesquisa, a nova direita atua de forma institucionalizada no interior do Estado, reconfigurando sua estrutura dialeticamente como veículo e resultado do processo de atualização da dominação burguesa em sua expressão capital-imperialista. Exerce e cobra a coerção, assim como busca “educar” a sociedade para a construção/naturalização da sociabilidade do capital. Critica o Estado, ao mesmo tempo em que está visceralmente intrincada no mesmo, enquanto classe

dominante. E a partir de sua relação íntima com o Estado (por dentro), aciona diversificadas estratégias de ação, para o aprofundamento das formas de expropriação e rapinagem dos recursos e direitos sociais historicamente constituídos, no âmbito das lutas de classes.

No que concerne à estruturação dessa nova direita, em sua característica mais doutrinária de produção do consenso e sociabilidade do capital, é importante destacar que, nas décadas de 1980 e 1990, organizações como o Instituto Liberal e o Instituto de Estudos Empresariais buscaram apresentar-se de maneira mais técnica e mais teórica, desenvolvendo ações propositivas e organizativas. Em outros termos, mantiveram um perfil menos abertamente doutrinário e, principalmente no caso do IL, atuando mais diretamente na elaboração de leis e no que chamaram de "assessoria legislativa". Internamente, formavam, publicavam e divulgavam um liberalismo duro característico da direita conservadora. A partir do século XXI – e dos governos do PT – tanto o IL como o IEE, parecem ter exacerbado e endurecido suas posições, aliados, agora, aos demais aparelhos de ação doutrinária que emergiram no período (IMIL, IMB, EPL).

Em parte, o modelo original foi ultrapassado pela agressividade de seus próprios filhotes (como no IL-RS/Instituto Liberdade) e os novos aparelhos de doutrinação, como supracitado. De outra forma, a própria política internacional, principalmente, a norte-americana sofreu inflexões (pós atentados terroristas de 11 de setembro de 2001), aproximando o discurso e atuação das organizações de ação doutrinária brasileiros, da vertente mais dura politicamente, característica dos EUA, para o qual aliás a tradição autocrática brasileira contribuía. Ainda assim, mantiveram-se durante uns anos em posições formativas, doutrinárias, mas menos agressivas. Em seguida, esses aparelhos privados tornam-se uma espécie de porta-vozes de uma "nova direita" aberta e dura, com enorme agressividade, ao lado de posições de uma subordinação impactante a certos

padrões ideológicos vigentes nos países centrais, com destaque para os EUA.

A nova direita brasileira não possui uma homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo da Escola Austríaca, com Von Mises e Hayek, ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo da geração austríaca de Murray Rothbard. Portanto, a nova direita abarca contradições e conflitos interburgueses, todavia, assegurando o essencial para a garantia dos seus interesses de ampliação das taxas de lucro e acumulação de capital.

No âmbito dessa perspectiva mais agressiva da nova direita, temos, por um lado uma postura bastante incisiva contra a chamada "mercantil-filantropia", procurando desqualificar uma de suas parcelas, no caso a filantropia, e enfatizar a questão mercantil. Por outro lado, alguns de seus representantes, como é o caso de Jorge Gerdau Johanpeter, por exemplo, circulam nos dois ambientes, o que traz uma certa complexidade para a questão. O primeiro ponto a ser destacado nessa aparente injunção, seriam as diferenças de concepção em aspectos específicos e os conflitos interburgueses abarcados por essa nova direita, que, obviamente está atravessada por relações conflituosas e interesses particulares, mas que, todavia, não descaracterizam os interesses essenciais partilhados.

Um segundo ponto a ser considerado está justamente na questão da própria representatividade de intelectuais orgânicos do capital, como é o caso do exemplo supracitado do empresario Jorge Gerdau. Este, que por sinal, merece um estudo próprio – de tamanha vinculação e capilaridade de representação em inumeráveis aparelhos privados de hegemonia de distintas qualificações –, exige uma observação mais detida sobre sua atuação. Podemos supor, a partir da constatação do número de organizações das quais é membro e dirigente, que sua atuação, em muitos casos, está mais ligada ao seu capital social e político, do que propriamente a sua atuação prática. Não desconsiderando,

obviamente a importância do seu papel e o peso de suas posições.

A presença de Jorge Gerdau Johanpeter em um conselho dirigente dessas organizações, tem um papel estratégico, tanto no que diz respeito às relações horizontais dessa burguesia – tendo em vista o seu capital social e suas relações com as classes dominantes – como também, e sobretudo, a partir de seu capital político e da sua intimidade com o Estado. Portanto, sua presença no corpo institucional de uma organização de ação política e ideológica, como as elencadas por este estudo, é bem mais importante e relevante que uma suposta divergência de posições mais duras e intransigentes, como aquelas apresentadas por certos aparelhos doutrinários.

É importante ressaltar o eixo de disseminação dessas organizações, onde boa parte tem foco e base no Rio Grande do Sul, que possui um histórico no sentido de abrigar núcleos de extrema direita e proto fascistas. E, o outro polo está no Rio de Janeiro, com o Instituto Liberal (que se apresenta fortemente tanto no RJ como no RS) e o Instituto Millenium. Ambos os eixos se escoram academicamente em PUCs e na FGV, com tradições bem diversas. Mas um ponto comum fundamental caracteriza-se pelo foco em estudantes e professores – propagadores – e na perspectiva de “carreira” pela proximidade e intimidade com o empresariado. Militância esta que, sem dúvidas, pode ser irresponsável e prepotente, pois conta com os suportes institucionais e midiáticos, além de “pagamentos” efetivos ou simbólicos.

Aliás, o quarto capítulo desta tese, voltado à analise dos aparelhos de ação doutrinária, é justamente o mais diretamente voltado para uma nova direita que procura tons partidários e procura articular com chamadas de manifestações mais massivas. Por conseguinte, a agressividade expressa em 2013 por grupúsculos extremados, no interior das manifestações, já é evidente. Inclusive com alguns desses grupos preparados para a truculência, situação que foi apagada pela grande imprensa, a partir da ênfase exclusiva

e superdimensionada do papel dos chamados *Black Blocs.*

A nova direita no Brasil busca universalizar a sua concepção de mundo, no intuito de legitimar sua posição dominante e, para tanto, a ampliação dos mecanismos de expropriações sociais, sempre atualizados e reconfigurados, são acionados nas mais diversas esferas da vida social e, sobretudo, por dentro do Estado. A burguesia, não se posiciona como mera subalterna passiva diante das determinações do capitalismo mundializado. Na verdade, entendemos que nesse processo, essa burguesia busca expandir-se, inclusive através de associações – mesmo que ocupando uma posição de "*sócio-menor"* – aos interesses dos grandes grupos financeiros das potências centrais do capitalismo, rearticulando e atualizando suas estratégias no quadro do capital-imperialismo.

Todo esse conjunto de estratégias passa também pela naturalização de uma cultura única, de uma sociabilidade do capital entranhada nas mais diversas e específicas manifestações da vida social, que legitima, garante e atualiza as formas de dominação e, por sua vez, a reprodução ampliada da acumulação capitalista. Nesse sentido, Virgínia Fontes afirma que o capital se baseia na permanente ampliação e exasperação de uma certa forma de vida social específica – a disponibilização massiva, tendencialmente atingindo toda a população, dos seres singulares convertidos em necessidade objetiva e em disposição subjetiva unilateral para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições, base social para que um mercado "econômico" supostamente livre possa se generalizar. A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista[520].

[520] FONTES, Virgínia. *Op. Cit.* 2010, p. 22.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Afinidades Seletivas.* São Paulo. Boitempo editorial, 2002.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil – Collor, FHC e Lula.* Campinas: Autores Associados, 2004.

BIANCHI, Álvaro. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: EdUnicampi, 2010.

BLOCK, Walter. *Defendendo o Indefensável*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade.* São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BOITO JR, Arnaldo. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil.* Artigo publicado na revista *Crítica Marxista,* n°3. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BORON, Atilio A. *Crisis de las democracias y movimientos sociales en América Latina: notas para una discusión. OSA:* Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, CLACSO, v. 7, n. 20, mayo/ag., 2006. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso. org.ar/ar/libros/osal20/boron.pdf. Acesso: 05 jun. 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas.* Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu.* Portugal: Celta Editora, 2001.

_____. *O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. Trad. Sílvia Mazza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

_____. *O Poder Simbólico.* Trad. Fernando Tomaz - 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Razões Práticas sobre a Teoria da Ação.* Campinas: Papirus, 2005.

_____. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____e EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988*: entre a política institucional e a participação popular . Dissertação. São Paulo: USP, 2011

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.* Tradução Maurício Santana Dias. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CASTILHO, Alceu Luís. *O partido da terra*: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, Aurelino. *Uma Esquerda para o Capital*. São Paulo: Eduefes, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.* Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *Cidadania e Modernidade.* São Paulo: Perspectivas, 1999.

DAL PAI, Raphael Almeida. *Instituto Ludwig Von Mises Brasil:* aparelho privado de hegemonia. Artigo XIV Encontro Regional de História: 1964 – 2014 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Marechal Rondon-PR: UNIOESTE, 2014.

DINIZ, Eli (Org). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90.* Florianópolis: UFSC, IDACON, 1993.

_____; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República***.** Rio de Janeiro: IUPERJ; Vértice, 1989.

DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

_____. *A Internacional Capitalista: estratégia e tática do empresariado transnacional, 1918-1986.* 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

_____. *O jogo da direita na Nova República.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1989

DUPAS, Gilberto. *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado.* São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro*

do capitalismo. 3.ed. revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo.* Trad. Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista.* São Paulo: Vozes, 2010.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. *A luta pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A luta pela desfusão no atual estado do Rio de Janeiro.* Revista geo-paisagem (on line), Ano 4, nº 8, Julho/Dezembro de 2005.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**.** Em publicación: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.* Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-pertinentes:* história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

_____. *O Brasil e o capital-imperialismo***.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIMENES, Éder Rodrigo. *O que são Fasfil? Perfil das Fundações e Associações sem fins lucrativos no âmbito Brasileiro*. Rvista Caderno de Administração, v. 24, n. 1, 2016

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Introdução ao Estudo da Filosofia*. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v 1.

_____. *Cadernos do cárcere – Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2.

_____. *Cadernos do cárcere - Maquiavel.* Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. 428 p. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere - O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 461, v. 5.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República***.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (Teses FEE n. 6).

_____. *Novas Formas de de Ação Política do Empresariado Gaúcho nas Últimas Décadas*. Revista A evolução social - Três décadas de economia gaúcha, v.3: 2010.

GRUPI, Luciano. *Conceito de Hegemonia em Gramsci.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, Manoel L. S. "O Presente do Passado: as artes de Clio em tempos de memória". In: ABREU, Martha, RACHEL, Soihet e GNTTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo. História e implicações.* Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo:* a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática, 1997.

IVO, Anete B. L. *A "destituição" do social: Estado, governo e políticas sociais.* Caderno CRH, Salvador, n. 35, p. 41-84, jul./dez. 2001.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.* São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MAGALHÃES, Aléx Ferreira. *O "Galo cantou", mas não foi para os moradores das favelas:* problematizando a política estadual de titulação de favelas. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre as classes trabalhadoras no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964 – 1993).* Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

_____. Estado Brasileiro: Agências e Agentes. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital.* São Paulo: Boitempo, 2009.

MISES, Ludwig Von. *As seis lições.* Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

NETTO, José Paulo. Repensando o Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.* São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista - O Ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina.* São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. *A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil*. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (Org.) *Neoliberalismo y sectores dominantes*: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PATSCHIKI, Lucas. *A Classe Dominante em Organização:* uma análise sobre a hierarquia do Instituto Millenium (2005 – 2013). Artigo XIV Encontro Regional de História: 1964 – 2014 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Marechal Rondon-PR: UNIOESTE, 2014.

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (org). Sociedade Civil: ensaios históricos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PAULO, Diego Martins Dória. *A "Plataforma Democrática"*: apontamentos sobre um intelectual orgânico do capital-imperialismo no Brasil. Artigo ANPUH, XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época.* Rio de Janeiro , Editora Campus, 1980.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RODRIGUES, Márcia B. F. (Org.). *A Atualidade do Pensamento de Antônio Gramsci para a História Política.* Coleção Rumos da História. Vitória: PPGHis, 2005.

ROTHBARD, Murray N. *O essencial Von Mises.* 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Instituto Liberal, 1988. 54p. (Pensamento Liberal, n. 1).

SADER, Emir. A Hegemonia Neoliberal na América Latina. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAES, Décio. *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2001.

SEVECENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Virando Séculos; 7).

SILVEIRA, Luciana. *Fabricação de ideias, produção de consenso:* estudo de caso do Instituto Millenium. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2013.

SILVA, Carla Luciana de Souza. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009 col. Tempos Históricos, vol. 7.

SPINK, Mary Jane. *Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade.* São Paulo: Editora Cortez, 2006.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

VALENTE, Marcos Alves. *Empresários Nacionais, Desenvolvimento e Política no Brasil*: o IEDI e as reformas liberais nos anos 90. Textos de Economia, v.8, n.1, p.69-95, 2002

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2006.

WOOD, Ellen M. e FOSTER, John B. (Orgs.) *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FONTES: REVISTAS E JORNAIS

Adital: notícias de América Latina e Caribe de 08/12/2009. In: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=43675&lang=PT.

A PÚBLICA. Amaral, Marina. *A Nova Roupa da Direita.* Jun. 2015. http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/.

Boletim Cambota, Abril/88 Ano XVI nº 144, p. 6.

Correio Brasiliense, 02/09/2009.

Diário do Comércio e da Indústria: 17/11/2002. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/anos_anteriores/instituto_propoe_maior_agregacao_de_valor.html. Acesso em 20/10/2016.

DUALIBI: *Coxão Duro Lifestyle:* João Doria junior visita a periferia. Revista Piauí, edição 109, outubro de 2015.

Folha de São Paulo, 14/05/1984.

Folha de São Paulo, 15/05/1984.

Folha de São Paulo, 24/03/1984.

Folha de São Paulo, 17/04/1987.

Folha de São Paulo, 10/06/1987.

Folha de São Paulo, 10/07/1987.

Folha de São Paulo, 04/11/1987.

Folha de São Paulo, 25/12/1987.

Folha de São Paulo, 17/05/1988.

Folha de São Paulo, 25/06/1989.

Folha de São Paulo, 27/05/2009.

Folha de São Paulo 12/11/2012.

Folha de São Paulo, 02/03/2003. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/anos_anteriores/investimento_de_fora_vira_deficit_externo.html.

Folha de São Paulo, 02/03/2005. In: http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2005/iedi_na_imprensa_o_ano_de_ouro_da_industria.html.

Fontes, Virgínia. Entrevista concedida a Carta Maior, 04/04/2013. In: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Virginia-Fontes-o-SUS-e-a-luta-de-classes/5/27816.

Gazeta Mercantil, 11/05/1986.

Jornal Brasiliense, 28/07/1987.

Jornal da Tarde, 02/02/1988.

Jornal da PUC, 29/05/2008.

Jornal do Brasil, 09/10/1987.

Jornal do Brasil, 17/11/1987.

Jornal do Brasil, 15/07/1988.

Jornal do Brasil, 21/07/1988.

Jornal ESHOJE, 28/07/2009.

Jornal Livre Iniciativa Ano I. 2ª Quinz. Jan./89.

O Globo, 21/07/1988.

O Estado de São Paulo, 29/05/1987.

O Estado de São Paulo, 09/12/1987.

Revista Exame, 20/08/2009.

Revista Lide: LIDEWORKS, nº 02, 2014.

Valor Econômico, 16/12/2009**.**

Valor Econômico, 03/01/2011.

Valor Econômico, 13/11/2012.

Veja, 16/10/1985.

Veja, 27/11/1985.

Veja, 02/06/1986.

Veja, 30/07/1986.

Veja, 15/10/1986.

Veja, 08/02/1987.

Veja, 21/10/1987.

Veja, 30/12/1987.

Veja, 16/04/1997.

FONTES: ESTUDOS E RELATÓRIOS

A Constituição Brasileira e o Estado de Direito/Educação - Medida Provisória 207. *NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei*, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 1, 1990.

Cidadania e Ação – ano1 – nº2, publicado pelo Instituto Atlântico: http://www.atlantico.org.br/pt/projetos/, acesso em 17/09/2015.

IEDI. *Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial*. Sumário do Estudo publicado em 05/11/1998, p. 3. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53cf0f047e9d.pdf. Acesso em 19/10/2016.

IEDI. Indústria e Desenvolvimento - Indústria, Organização do Estado e Parceria Público-Privado. Estudo Publicado em 01/12/2000. p. 19. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53cf0f04ea33.pdf. Acesso em 20/10/2016.

IEDI. Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial. Sumário Estudo publicado em 05/11/1998. p. 14. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53cf0f047e9d.pdf. Acesso em 20/10/2016.

IEDI. Perspectivas da ALCA para a Economia Brasileira. Estudo publicado em 21/05/2002, p. 1. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53d30f0403db.pdf. Acesso em 22/10/2016.

IEDI. Mercosul: Sua Importância e Próximos Passos. Estudo publicado em 11/03/2003. In: http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4cfe53de0f0471d0.pdf. Acesso em 22/10/2016.

Instituto Atlântico: Agenda Brasil 2012.

Relatório Anual do MBC 2006.

Relatório Anual do MBC 2007.

Relatório Anual do MBC 2008.

Relatório Anual do MBC 2009.

Relatório Anual do MBC 2010.

Relatório Anual do MBC 2011.

Relatório de Atividades iFHC, 2004.

Relatório de Atividades iFHC, 2005.

Relatório de Atividades iFHC, 2006.

Relatório de Atividades iFHC, 2007.

Relatório de Atividades iFHC, 2008.

Relatório de Atividades iFHC, 2009.

Relatório de Atividades iFHC, 2010.

Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010.

Relatório IIDP, 2007.

PÁGINAS DA WEB CONSULTADAS

http://angola-luanda-pitigrili.com

http://conselhodacidade.prefeitura.sp.gov.br

http://empresasdobrasil.com

http://epl.org.br

http://forumdaliberdade.com.br

http://gife.org.br

http://lidedeutschland.com

http://lidesc.com.br

http://lidesul.wix.com

http://midlandcom.pt

http://noticias.sapo.ao

http://ordemlivre.org

http://psipanema.blogspot.com.br

http://relial.org/index.php

http://rothbardbrasil.com

http://swatsecuritysystems.com

http://www.anebrasil.org.br

http://www.atlantico.org.br

https://www.atlasnetwork.org/

http://www.cartacapital.com.br

http://www.causaliberal.net

http://www.centroedelstein.org.br

http://www.cipe.org/

http://www.cnf.org.br

http://www.desburocratizar.org.br

http://www.ffn-brasil.org.br

http://www.fnq.org.br

http://www.forumempresarialba.com

https://www.gerdau.com

http://www.grupodoria.com.br

http://www.heritage.org

http://www.ibge.gov.br

http://www.ibqp.org.br

http://www.iedi.org.br

http://www.iets.org.br

http://www.ifhc.org.br

http://www.il-rs.org.br

http://www.institutoliberal.org.br.

http://www.institutomillenium.org.br

http://www.kpmg.com

http://www.lidebr.com.br

http://www.lideportugal.com

http://www.mbc.org.br

http://www.mises.org.br

http://www.pnbe.org.br

http://www.prnewswire.com

http://www.progresso.com.br/

http://www.todospelaeducacao.org.br

http://www3.ethos.org.br

https://pt.wikipedia.org

ANEXOS

ANEXO I: Relação de Estudos Publicados pelo IEDI (1998 - 2014)		
Data	**Título**	**Assunto**
11/1998	Trajetória Recente da Indústria Brasileira	Breve retrospectiva dos principais eventos econômicos que afetaram a indústria no passado recente, até 1998.
11/1998	Agenda para um Projeto de Desenvolvimento Industrial	Propostas do IEDI para o desenvolvimento de uma nova política industrial no Brasil.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Brasil	O estudo analisa as iniciativas do governo brasileiro no que tange a política industrial no período recente.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Chile	Centraliza a análise nos casos bem-sucedidos de exportação da indústria chilena, como os dos setores de madeira, papel e celulose. São ainda discutidos alguns dos mecanismos existentes de incentivo à exportação.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - México	O trabalho aborda a política mexicana em relação ao investimento estrangeiro e a estratégia de acordos comerciais do país, que culminou com a participação no NAFTA.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Coréia do Sul	É ressaltada a importância do investimento direto estrangeiro japonês e da ação governamental no processo de capacitação tecnológica da indústria. As políticas tarifárias e de comércio exterior foram utilizadas como um instrumento importante de política industrial.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Espanha	O estudo analisa as iniciativas do governo espanhol para eliminar o atraso de sua indústria em relação às de muitas nações europeias. O país realizou um processo de liberalização econômica e de privatizações.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - França	A política governamental centraliza-se na busca do desenvolvimento tecnológico, priorizando alguns setores-chaves para serem dinamizados, como, por exemplo, o aeroespacial e o automobilístico.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Japão	O governo tem um papel ativo de intervenção via MITI. O estudo também ressalta a importância da formação e treinamento de mão-de-obra no processo de desenvolvimento e eliminação da defasagem tecnológica em relação às economias desenvolvidas.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Alemanha	O estudo descreve algumas das formas encontradas pelo governo para estimular a criação e a difusão de inovações tecnológicas.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - EUA	O governo alia uma política de não-intervenção direta na atividade empresarial, tendo como base os princípios de mercado, com um papel determinante e uma postura agressiva de desenvolvimento tecnológico.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Itália	O estudo faz uma análise do papel desempenhado pelo governo italiano, especialmente no desenvolvimento de políticas que afetaram diretamente o desenvolvimento industrial. O país iniciou um processo de liberalização econômica, austeridade fiscal e privatizações a partir de meados dos anos 90. Também promoveu uma reforma tributária e eliminou muitas das restrições ao capital estrangeiro no país.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Malásia	Realiza uma breve retrospectiva do processo de industrialização do país e discute o papel desempenhado pelo governo nesse processo.
11/1998	Políticas Industriais em Países Selecionados - Índia	As medidas governamentais quanto ao capital estrangeiro, comercial e de propriedade intelectual são uma grande fonte de contenciosos e são analisadas dentro do contexto da política industrial do país.
11/1998	Reforma Tributária	Análise de diversas propostas de reforma tributária.

08/1999	Comércio Exterior Brasileiro: Desempenho no 1º Semestre de 1999 e Projeções	Esta nota avalia o efeito da desvalorização da taxa de câmbio no saldo comercial brasileiro e procura mostrar a necessidade de uma ativa política de exportação.
11/1999	A Mudança de Política Cambial e os Efeitos da Maxidesvalorização do Real	No texto é feita uma avaliação do efeito da desvalorização da taxa de câmbio no saldo comercial brasileiro. Atribui-se o fraco desempenho à forte deterioração dos termos de troca.
03/2000	A Pauta de Exportação Brasileira e os Objetivos da Política de Exportação	Análise da evolução recente da pauta de exportação brasileira. O estudo sublinha a necessidade de uma política de promoção à exportação.
05/2000	Breves Considerações sobre as Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira	Texto apresentado pelo conselheiro Paulo Cunha, no Fórum Nacional, em que discute as principais condições necessárias para que a economia brasileira obtenha um maior crescimento econômico
12/2000	Indústria e Desenvolvimento - Política Industrial, Regionalização e Capilaridade	O trabalho discute o papel e a abrangência que devem ter as políticas descentralizadas de promoção e desenvolvimento regional, bem como a importância das micro, pequenas e médias empresas no desenvolvimento do país.
12/2000	Indústria e Desenvolvimento - Política de Importação e o Sistema de Defesa Comercial	Neste trabalho abordam-se a política tarifária e a política comercial e de regulação das importações ao longo dos anos 90, com especial ênfase para o período posterior ao Plano Real. Discute-se como o país utilizou os mecanismos tarifários e não-tarifários para proteger setores específicos dentro de um processo de abertura econômica.
12/2000	Indústria e Desenvolvimento - Política de Desenvolvimento Tecnológico e Novas Tecnologias	O estudo discute os principais elementos da política tecnológica brasileira. Aborda ainda temas da política tecnológica, como financiamento, incentivos e políticas descentralizadas.
12/2000	Indústria e Desenvolvimento - O Financiamento do Investimento Industrial	O trabalho aborda as principais características da evolução do mercado de capitais e do crédito com ênfase no crédito concedido à indústria e no desempenho da principal agência de fomento e de crédito de longo prazo do país, o BNDES. Também é feita uma breve retrospectiva da conformação e do arcabouço regulatório recente do sistema financeiro.
12/2000	Indústria e Desenvolvimento - Indústria, Organização do Estado e Parceria Público-Privado	O tema central do estudo é a parceria entre o setor privado e o estado. Três casos são abordados: as experiências mexicana e chilena e a experiência asiática. A experiência recente brasileira é comparada com os demais casos.
12/2000	Indústria e Desenvolvimento - Política Industrial, Empresa Nacional e de Mercado Interno	Análise das estratégias de ajuste das empresas industriais no Brasil durante a última década e estudo da evolução de três setores: petroquímica, siderurgia e papel e celulose. O estudo analisa também o papel do investimento direto estrangeiro e o do processo de privatização na estrutura industrial.
12/2000	Indústria e Desenvolvimento - Política Macroeconômica, Indústria e o Novo Modelo de Desenvolvimento	Panorama macroeconômico brasileiro nos anos 90. Discute ainda o tema da estratégia de crescimento econômico de longo prazo a ser seguida pelo país para ampliar o seu desenvolvimento econômico.
12/2000	Indústria e Desenvolvimento - Política Industrial, Comércio Exterior e Política de Exportação	Neste trabalho são abordadas as principais características da política de comércio exterior brasileira ao longo dos anos 90. Analisa-se o papel desempenhado pela abertura econômica, pela valorização e desvalorização cambial, e de que forma a política de promoção à exportação, delineada

		no final dos anos 90, ajudou no desempenho do setor externo brasileiro.
05/2001	Abertura, Política Cambial e Comércio Exterior Brasileiro	A principal conclusão do estudo é que a alteração da política cambial em 1999 teve uma grande importância no reordenamento do comércio exterior brasileiro.
07/2001	Indústria Eletrônica - Posição das Economias Emergentes no Comércio Exterior e Possibilidades do Brasil	O estudo analisa a inserção dos países de economia emergente no comércio mundial de produtos eletrônicos nos anos 1990 e as possibilidades do Brasil nesse cenário.
09/2001	Alca e a Integração Econômica das Américas - Realidade ou Mito	Trabalho apresentado pelo então presidente do IEDI, Eugênio Staub, na Escola Superior de Guerra. Procura mostrar o alto grau de complexidade do processo de negociação e implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e os desafios que o país terá de enfrentar para obter resultados favoráveis.
09/2001	Desafios Estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação	Trabalho apresentado pelo então presidente do IEDI, Eugênio Staub, na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).
01/2002	Exportações Líquidas e Substituição de Importações	O trabalho analisa os setores superavitários e deficitários no comércio externo brasileiro, e como o quadro se alterou no período pós-desvalorização cambial de 1999. Discute também a substituição de importações ocorrida entre 1999 e 2000 e as políticas indicadas para incentivar esse processo.
01/2002	O Comércio Exterior Brasileiro nos Anos 90 e as Mudanças Após a Desvalorização Cambial de 1999 - Brasil e as Economias Desenvolvidas e em Desenvolvimento	Análise comparativa da evolução da pauta de exportação brasileira com a de alguns países selecionados, após a desvalorização cambial de 1999. Os dados utilizados são da base das Nações Unidas e a classificação segue o padrão Standard International Trade Classification (SITC).
01/2002	Economias Emergentes - Incentivos para Atração de Investimentos	O estudo faz uma descrição dos principais mecanismos utilizados por uma amostra selecionada de países de economia emergente para atrair maior fluxo de investimento direto estrangeiro.
04/2002	A Política de Desenvolvimento Industrial - O Que É e o Que Representa Para o Brasil	Política de desenvolvimento industrial é meio, não é fim. Uma política industrial contemporânea é uma alavanca para o maior crescimento econômico e para solucionar os graves problemas sociais do país. Nesta publicação, o IEDI apresenta o seu entendimento sobre o que é política industrial e quais são seus objetivos para o Brasil.
04/2002	A Balança Comercial de Bens Industriais Após a Mudança da Política Cambial de 1999	Quem disse que a "maxi" não funcionou? Nos últimos três anos ocorreram relevantes ajustes no comércio exterior de bens industriais. De um modo geral, a indústria reagiu positivamente ao câmbio, ampliando exportações e substituindo importações. O resultado foi uma significativa redução do déficit.
05/2002	Perspectivas da ALCA para a Economia Brasileira	Resultados da sondagem realizada entre os conselheiros do IEDI sobre as possibilidades brasileiras no acordo ALCA.
06/2002	ALCA: Objetivos e Condições	Pronunciamento de Ivoncy Brochmann Iochpe, Presidente IEDI, na Comissão Especial Destinada ao Acompanhamento das Negociações da Alca, realizado em 25 de junho de 2002
07/2002	O Ajuste Brasileiro e a Vulnerabilidade Externa	O déficit externo brasileiro vem diminuindo e o crescimento do passivo externo foi contido após a mudança da política cambial em 1999. O Brasil completou o ajuste externo? Esse é o tema central desse estudo, cuja conclusão

		é que o país caminhou, mas precisa avançar mais rapidamente para superar sua vulnerabilidade externa como uma condição decisiva para o crescimento expressivo e sustentado da produção e da geração de empregos.
07/2002	Como Estimular o Investimento e Financiar o Crescimento	Palestra do Conselheiro e Ex-Presidente do IEDI, Eugênio Staub, no Seminário "Políticas de Desenvolvimento", Promovido pela FIESP e pelo IEDI no dia 2/7/2002. O Autor defende a necessidade de uma política de investimentos no País.
07/2002	O Papel da Substituição de Importações no Ajuste Externo Brasileiro	O trabalho compara o ajuste externo do Brasil com os ajustes da Coréia, México, Rússia e Espanha. Mostra que para obter um superávit comercial expressivo e aumentar o ritmo de seu crescimento econômico, o Brasil necessita não só de uma política de exportações muito mais eficaz, como de uma estratégia de importações que promova a substituição competitiva de importações.
11/2002	Grandes Empresas Industriais Nacionais e Estrangeiras: Participação no Comércio Exterior Brasileiro	O estudo consiste na análise do comércio exterior de 165 grandes firmas industriais (80 nacionais e 85 estrangeiras), com participação relevante na estrutura industrial brasileira, para os anos de 1989, 1997 e 2000. Entre os aspectos levantados estão a necessidade de considerar uma política de investimento estrangeiro de maneira integrada às políticas industrial e de comércio exterior.
11/2002	As Importações no Período 1995/2002	O mais novo estudo do IEDI analisa o comportamento das importações antes e depois da introdução do câmbio flutuante em janeiro de 1999.
12/2002	Estimativas do Setor Externo no Suposto de Superávit Comercial Crescente	A dependência externa brasileira está ainda presente e só poderá ser reduzida de forma paulatina após um certo período de tempo. As estimativas do IEDI indicam que o país necessitará ampliar ainda mais o saldo do comércio, o que tem como condições o aumento da competitividade empresarial e a execução de políticas de comércio exterior.
02/2003	O Investimento Estrangeiro na Economia Brasileira e o Investimento de Empresas Brasileiras no Exterior	O estudo avalia o impacto do investimento estrangeiro sobre o déficit externo, o comércio exterior e a dívida externa brasileira e analisa os avanços, limites e possibilidades da internacionalização da empresa nacional.
03/2003	Mercosul: Sua Importância e Próximos Passos	O trabalho apresenta as sugestões de políticas que o IEDI encaminhou ao novo governo com o objetivo de promover a mais rápida possível retomada do Mercosul.
03/2003	Gargalos da Indústria	A restrição da capacidade produtiva instalada da indústria de base coloca-se como um problema real para o crescimento econômico brasileiro com potenciais efeitos adversos sobre a inflação e a ampliação das exportações.
04/2003	O Papel do BNDES na Nova Política Econômica	As propostas do IEDI para o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
05/2003	Clusters ou Sistemas Locais de Produção e Inovação: Identificação, Caracterização e Medidas de Apoio	*Clusters* ou sistemas locais de produção/inovação é o tema do presente estudo do IEDI. É proposta uma metodologia de identificação e delimitação geográfica e estrutural de clusters, são apontados problemas e apresentadas sugestões de medidas de apoio.
06/2003	O Balanço Comercial - Janeiro-Abril de 2003	O que se desejava desde que o Brasil iniciou seu ajuste de comércio exterior em 1999 ocorreu nesses meses iniciais de 2003. No período janeiro-maio, as exportações cresceram 29,3% com relação a 2002 e o saldo comercial alcançou US$ 8 bilhões. A desvalorização cambial de 2002 foi o impulsionador principal desse grande avanço.
08/2003	Crescimento Sustentado, Juros e Câmbio	Em seminário do IEDI com a imprensa, realizado no dia 06/08/2003, o diretor executivo Julio Gomes de Almeida mostrou a importância de juros baixos e câmbio

		competitivo para o crescimento sustentado dos países emergentes.
10/2003	A Reforma da Lei de Falências	Preservar os ativos produtivos nacionais para garantir a manutenção de empregos e o desenvolvimento econômico é o principal objetivo da reforma da Lei de Falências. Teoria, comparações internacionais, análise da legislação brasileira fundamentam um conjunto de 14 propostas do IEDI para o aperfeiçoamento da legislação no Brasil.
01/2004	Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação nos Países da OCDE: Tendências dos Investimentos em P&D e Reflexos nos Padrões de Comércio	O último relatório *Science, Technology and Industry Scoreboard*, da OCDE, mostra a intensificação dos investimentos em conhecimento - definidos como gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em educação superior e em *software* - nos últimos anos da década de 1990 e no início da década atual.
02/2004	O Comércio Exterior Brasileiro com Países em Desenvolvimento	O estudo trata da evolução do comércio exterior brasileiro com países em desenvolvimento e avalia a importância do Brasil nos mercados desses países.
05/2004	Produtividade do Trabalho na Indústria: Evolução Recente	Com base nos dados das pesquisas mensais industriais, o estudo estima um pequeno crescimento da produtividade do trabalho na indústria em 2003: 0,4%. Já são cinco anos em que a produtividade do trabalho na indústria declina ou, se tanto, se mantém estagnada.
06/2004	Endividamento e Resultado das Empresas Industriais no Primeiro Trimestre de 2004	O estudo mostra que no primeiro trimestre de 2004 as grandes empresas industriais acusaram redução na posição de endividamento geral e significativa queda na rentabilidade.
07/2004	A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior	O estudo comenta a formulação e as medidas da nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior já anunciadas pelo governo.
09/2004	Estimativa da Carga Tributária no Primeiro Semestre de 2004	O estudo analisa a arrecadação tributária federal e estadual e indica que no primeiro semestre de 2004 ocorreu uma significativa elevação da carga tributária.
10/2004	Brasil: Economia e Indústria no 1º Semestre de 2004	Estudo do IEDI debate o crescimento e as barreiras da economia real em 2004.
10/2004	Aumento da Arrecadação Tributária em 2004 Através da Cofins: Análise das Primeiras Mudanças de sua Cobrança	Este estudo afirma que a indústria foi o setor mais penalizado com as mudanças na contribuição social para a seguridade incidente sobre o faturamento dos empregadores – a chamada Cofins.
12/2004	Tendências da Indústria Mundial	Segundo a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), as economias em desenvolvimento ampliaram nas últimas duas décadas sua participação tanto no valor agregado mundial como nas exportações mundiais de manufaturados de maior conteúdo tecnológico. Contudo, os países da América Latina e da África perderam espaço.
12/2004	Spread e Taxas de Juros no Brasil	Estudo sobre os elevados spreads e taxas de juros do crédito no Brasil. A solução do problema é complexa, mas possível com ações coordenadas envolvendo várias áreas do governo.
01/2005	Taxas de Câmbio Reais e Índices de Rentabilidade de Exportação para os Setores Produtivos Brasileiros	Este estudo mostra que vários destacados setores que contribuíram para o grande aumento das exportações brasileiras vêm sofrendo expressivas quedas de rentabilidade em função da valorização do Real.
02/2005	Incentivos Fiscais e Investimentos no Brasil: Uma Análise das Mudanças	Neste estudo o IEDI estima que um maior incentivo ao investimento é recomendável para que a economia brasileira trilhe o caminho do crescimento sustentado.

	Recentes	
02/2005	O Comércio Exterior Brasileiro em 2004	O estudo mostra que o grande aumento das exportações brasileiras em 2004 teve origem em segmentos de reduzido crescimento no comércio mundial e baixo conteúdo tecnológico.
03/2005	Produtividade Industrial, Emprego e Salário em 2004: A Retomada do Ciclo de Crescimento?	Este estudo do IEDI mostra que a produção industrial teve uma grande evolução em 2004: 8,3%. Mas, igualmente importante foi o expressivo aumento da produtividade do setor nesse ano: 6%
07/2005	O Custo Fiscal da Atual Política Econômica	Este estudo mostra que levar em conta o impacto fiscal na execução das políticas de câmbio e juros é uma decisiva recomendação para uma próxima revisão da política econômica brasileira.
08/2005	Para Onde Vai A Indústria Brasileira?	Levantamento indica o perfil espacial dos novos empreendimentos industriais no Brasil.
08/2005	Temas do Comércio Exterior Brasileiro na Atualidade	O estudo aborda diversos temas do comércio exterior brasileiro, procurando identificar suas principais tendências atuais.
08/2005	Aspectos Relacionados ao Dinamismo e à Tecnologia no Comércio Exterior Brasileiro - O Primeiro Semestre de 2005	Pesquisadores do NBER examinam diferentes estratégias de administração de fluxos de capitais adotadas pela China e pela Índia nos anos 90 e avaliam os seus efeitos em termos da redução do grau de vulnerabilidade às crises financeiras internacionais.
10/2005	Estratégias de Administração dos Fluxos de Capital nos Anos 90: Experiências de China e Índia	Pesquisadores do NBER examinam diferentes estratégias de administração de fluxos de capitais adotadas pela China e pela Índia nos anos 90 e avaliam os seus efeitos em termos da redução do grau de vulnerabilidade às crises financeiras internacionais.
10/2005	Exportação e Importação: Tendências Recentes	O comportamento recente das exportações traz como peculiaridade a expansão de produtos de maior conteúdo tecnológico, processo cuja continuidade pode ser comprometida com a recente apreciação cambial. Para 2006, simulações dão conta de uma redução no superávit da balança comercial brasileira.
11/2005	Diretrizes das Políticas Tecnológicas e de Inovação – Uma Análise Comparada	Este levantamento é dedicado a uma análise global das políticas de desenvolvimento tecnológico adotadas pelos países. O IEDI também aborda aqui as experiências particulares de Estados Unidos, União Europeia, Japão, Espanha e Finlândia.
11/2005	Rotatividade do Pessoal Ocupado na Industria: Nível e Evolução nos Anos Recentes – 2001-2005	O estudo realizado aponta a redução no declínio da taxa de rotatividade na indústria brasileira entre 2001 e 2005, uma sinalização de que o parque industrial brasileiro está se modernizando.
11/2005	Ocorreu uma Desindustrialização no Brasil?	O estudo ressalta que, embora tenha ocorrido uma desindustrialização relativa no Brasil, o país ainda preserva parcela relevante de seu tecido industrial
12/2005	Endividamento e Resultado das Empresas Industriais no Terceiro Trimestre de 2005	No terceiro trimestre de 2005, houve melhora da situação financeira, mas as empresas industriais acusaram uma queda significativa no desempenho econômico.
01/2006	O Custo Político dos Municípios: Diagnóstico e Propostas	O estudo visa debater e propor critérios técnicos para ampliar a eficiência e mitigar excessos nas despesas públicas nos municípios brasileiros.
01/2006	Investimento Público e Política Fiscal: Por uma Nova Agenda de Debate	O estudo discute a política fiscal brasileira e sua interação com os investimentos públicos. Aponta ainda para a necessidade de se definir uma nova agenda em torno do tema.
02/2006	Renovar Ideais: Política Monetária e o Crescimento	Apresentação do diretor-executivo do IEDI durante seminário promovido pelo PSDB e pelo Instituto Teotônio

	Econômico no Brasil	Vilela, realizado no dia 16/02/2006 em São Paulo.
03/2006	O Comércio Exterior Brasileiro em 2005	O estudo mostra que a diversificação da pauta exportadora do País em favor de bens com maior grau de agregação tecnológica e dinamismo no plano internacional viabilizou os recordes históricos no superávit da balança comercial e nas exportações do Brasil em 2005. Porém esse processo ainda não está consolidado, sendo ainda passível de ser afetado pela apreciação cambial
03/2006	Concentração e Desigualdade na Evolução da Indústria: Análise Setorial e Por Intensidade Tecnológica	O estudo mostra que a desaceleração em segmentos que são grandes empregadores e/ou de peso expressivo na estrutura industrial brasileira, bem como a apreciação cambial vigente, são os principais obstáculos para a manutenção do dinamismo tanto dos poucos setores que puxaram a expansão da indústria em 2005, quanto daqueles de alto conteúdo tecnológico.
03/2003	Produtividade Industrial, Emprego e Salário em 2005: A Indústria Se Desacelera	Estudo do IEDI mostra que, em 2005, a produtividade industrial (relação entre a produção física e horas pagas na produção) aumentou 2,3%, em contraste com a taxa de 6,1% registrada em 2004. Tal arrefecimento se refletiu nos resultados dos estados brasileiros: diferentemente do ano anterior, houve locais em que a produtividade caiu.
03/2006	Produto Potencial e Crescimento	O estudo aborda a ligação entre a desaceleração do PIB brasileiro em 2005 e o funcionamento do sistema de metas inflacionárias vigente no País: seu foco no curto prazo faz com que um crescimento econômico maior seja logo abortado, desestimulando investimentos essenciais para ampliar a base produtiva.
04/2006	O Problema dos Créditos de ICMS Acumulados Pelos Exportadores: Uma Proposta Alternativa	O estudo elabora uma proposta para que os exportadores possam receber o crédito acumulado de ICMS, na qual o BNDES exerceria papel fundamental.
	O Colapso da Competitividade Exportadora	Apresentação do diretor executivo, Júlio Gomes de Almeida, sobre o tema da competitividade exportadora, em *"Café da Manhã com a Imprensa"* realizado ontem no IEDI.
05/2006	Endividamento e Rentabilidade das Grandes Empresas Industriais Brasileiras e Estrangeiras em 2005	O estudo avalia as condições de endividamento e de rentabilidade das empresas industriais brasileiras em 2005, comparando os resultados com empresas estrangeiras.
06/2006	O Câmbio e o Intercâmbio por Intensidade Tecnológica	O estudo ressalta o aprofundamento das exportações brasileiras de maior conteúdo tecnológico e a melhoria do saldo comercial desses bens entre 2005 e início de 2006. Mas esses são processos para os quais a apreciação cambial representa um obstáculo.
07/2006	O Problema do Preço Relativo do Investimento Fixo no Brasil	Em termos reais, no período 1947-2005, o triênio 2003-2005 experimentou três das quatro menores taxas de inversão fixa de toda a série. Mais: o preço relativo do investimento fixo vem crescendo desde 1999, um comportamento desfavorável se comparado a outros países.
08/2006	Investimento Direto Estrangeiro no Brasil: Um Panorama	O presente estudo expõe o comportamento recente dos investimentos diretos externos no Brasil, com a indústria de transformação adquirindo proeminência nos ingressos. Mas o País precisa ampliar seu poder de atração, sob pena de ver novos empreendimentos rumarem para outros destinos.
09/2006	Endividamento e Rentabilidade das Grandes Empresas Industriais	O estudo avalia as condições de endividamento e de rentabilidade das empresas industriais brasileiras no primeiro semestre de 2006, comparando os resultados com

	Brasileiras e Estrangeiras no Primeiro Semestre de 2006	empresas estrangeiras.
01/2007	Consolidação das Propostas de Metas Para Ajuste Fiscal e de Sistemas e Técnicas de Gestão Pública	O estudo do IEDI, FIESP e BOVESPA apresenta proposições para a promoção de um ajuste fiscal calcado em mudanças e aprimoramentos na gestão pública.
02/2007	A Balança Comercial da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica em 2006	Novo estudo traz a balança comercial da indústria de transformação por intensidade tecnológica para 2006.
03/2007	Importações, Câmbio e Indústria: A Marcha da Desindustrialização no Brasil	Estudo sobre a trajetória de desindustrialização da economia brasileira.
03/2007	O Comércio Exterior Brasileiro em 2006	O estudo traça um perfil detalhado da balança comercial brasileira em 2006. Dentre os destaques, está o quantum importado, com maior dinamismo, ensejando cuidados.
05/2007	Desindustrialização e os Dilemas do Crescimento Econômico Recente	Esse estudo reúne indicadores do avanço da industrialização/desindustrialização brasileira na última década.
06/2007	Estimando o Desalinhamento Cambial para a Economia Brasileira	O estudo analisa a trajetória da taxa de câmbio real efetiva no Brasil, indicando a magnitude da sobrevalorização cambial.
06/2007	A Taxa de Câmbio na Economia Brasileira Está Fora de Equilíbrio?	Apresentação do economista-chefe do IEDI sobre a taxa de câmbio no Brasil, realizada durante o evento "***Café da Manhã com a Imprensa***".
08/2007	Taxa de Câmbio e Indústria Brasileira	Apresentação do economista-chefe do IEDI sobre taxa de câmbio e seus impactos sobre a indústria brasileira e a balança comercial, feita no Conselho Superior de Economia da Fiesp.
08/2007	O Problema do Preço Relativo do Investimento Fixo no Brasil	Estudo expõe que, mesmo pelas novas estimativas do IBGE, o investimento fixo continua baixo. Mais: o preço relativo do investimento fixo cresceu 22% em termos de bens finais comprados por famílias e governo entre 1970 e 2006.
08/2007	O Comércio Exterior Brasileiro no Primeiro Semestre de 2007 – Evolução, Características Setoriais e Intensidade Tecnológica	Estudo mapeia as características da balança comercial brasileira no primeiro semestre do ano.
11/2007	Mudança Estrutural e Produtividade Industrial	O estudo ressalta a mudança na estrutura da indústria, com o aumento de segmentos produtores de commodities para o exterior, bem como constata o papel positivo da produtividade para ampliar a agregação de valor.
01/2008	Indústria: Um Jogo Ainda A Ser Jogado	O estudo mostra que se por um lado a indústria perdeu participação no PIB com o novo ano referencial (2000), por outro ainda é o setor de maior potencial indutor da economia brasileira.
05/2008	A Política de Desenvolvimento Produtivo	O estudo faz uma análise da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) anunciada no dia 12 de maio.
09/2008	A Evolução da Estrutura Industrial	Na estrutura industrial brasileira, predominam setores com vantagens competitivas ligadas à exploração de recursos naturais, característica que se acentuou com a grande valorização recente dos preços de commodities.
12/2008	A Crise Financeira Global e as Perspectivas da	As medidas já adotadas pelo governo chinês sinalizam para a possibilidade de consolidação de um cenário de pouso

	Economia Chinesa	suave da economia chinesa, que tenderá a terminar com um crescimento do PIB da ordem de 9% 2008 e entre 8% e 9% em 2009.
12/2008	Estudos sobre o Pré-sal – Experiências Internacionais de Organização do Setor de Petróleo, Taxação no Brasil e no Mundo, Perspectivas de Receitas Públicas da Exploração do Pré-sal e o Financiamento da Infra-estrutura	Os estudos a respeito do pré-sal realizados pelo IEDI e pelo Instituto Talento Brasil visam reunir informações do país e do exterior para subsidiar decisões de política.
04/2009	A Crise Internacional e a Economia Brasileira: O Efeito-contágio Sobre as Contas Externas e o Mercado de Crédito em 2008	O impacto da crise internacional sobre o crédito e as contas externas brasileiras foi significativo nos meses finais de 2008, mas dessa feita o Brasil pôde conter parcela de seus efeitos.
06/2009	Seis Meses de Crise: O Impacto na Indústria Segundo a Intensidade Tecnológica	Nos seis primeiros meses da crise, a retração da indústria de transformação foi de 10,3%. Tomando-se só o 1º trim/2009, a queda foi maior, de 14,6%. Mais grave é que foram atingidos os fabricantes de bens de capital (média-alta tecnologia).
12/2009	Mudanças Climáticas: Desafios e Oportunidades para um Novo Desenvolvimento	Para o IEDI, um acordo climático global ambicioso na 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima que será realizada de 7 a 18 de dezembro em Copenhague, é premente para o mundo enfrentar o gigantesco desafio das mudanças climáticas.
02/2010	Desafios da Inovação - Incentivos para Inovação: O que Falta ao Brasil	A maior dúvida que recai sobre o sistema brasileiro de incentivos aos investimentos em P&D e em inovação diz respeito à sua capacidade de alavancar o gasto em P&D do setor privado.
07/2010	A Formação de Engenheiros no Brasil: Desafio ao Crescimento e à Inovação	Há uma forte e crescente demanda por engenheiros no Brasil, o que não é acompanhado por correspondente formação desses profissionais.
11/2010	Financiamento Voluntário de Longo Prazo no Brasil – Análise e Recomendações	Estudo do IEDI e do Instituto Talento Brasil (ITB) apresenta várias sugestões para o desenvolvimento do financiamento de longo prazo no Brasil.
11/2010	Tendências e Oportunidades na Economia Verde: Eficiência Energética	O avanço em eficiência energética se mostra atrativo por se tratar de uma opção custo-efetivo: qualquer investimento em eficiência gera retornos, neste caso por meio de economias futuras de energia.
11/2010	Tendências e Oportunidades na Economia Verde: Energias Renováveis	Por ser uma referência em razão da sua matriz com considerável componente de energias renováveis, a questão energética oferece ao Brasil oportunidades que extrapolam as fronteiras nacionais e dizem respeito à inserção do país na economia global.
01/2011	Contribuições para uma Agenda de Desenvolvimento do Brasil	Trabalho em que o IEDI apresenta ao novo governo suas sugestões de política para ampliar o desenvolvimento do País.
03/2011	A Política da Inovação	Além da conhecida agenda de correção dos fatores sistêmicos que reduzem a competitividade da empresa brasileira, a inovação se coloca como a agenda central do futuro do Brasil. Nesse campo será decidido o papel que o País desempenhará no plano internacional nas próximas décadas.
03/2011	Argentina, Brasil e o MERCOSUL	O estudo reconstitui brevemente a evolução do MERCOSUL, com foco nas relações Argentina–Brasil, a

		fim de discutir os vínculos entre a expansão do comércio regional e as mudanças internas ocorridas nestas duas economias, a fragilidade institucional do MERCOSUL e uma agenda de reformas possíveis nos instrumentos de integração
03/2011	Políticas para a Promoção da Economia Verde	É apresentado um conjunto de sugestões com foco em energias renováveis e eficiência energética tendo em vista uma agenda de desenvolvimento sustentável para o Brasil
04/2011	Os Padrões de Relação entre Crescimento e Saldo Comercial e a Política Industrial	Diante do quadro extremamente negativo da balança comercial brasileira de produtos da indústria manufatureira, a política industrial ganha maior relevo enquanto um conjunto de ações capaz de reverter tal quadro.
06/2011	O Novo Boom do Endividamento Externo Brasileiro	No pós-crise o endividamento externo brasileiro cresceu extraordinariamente: 42,4%. Tal resultado foi condicionado pelas captações dos bancos (+63,%) e dos "Outros setores" (51,8%), no qual se destacam as empresas não-financeiras.
07/2011	Indústria e Política Industrial no Brasil e em Outros Países	Estudo que avalia a importância do setor industrial na promoção do desenvolvimento nos países desenvolvidos, nas economias emergentes e no Brasil
08/2011	Veículos e Autopeças: o Dinamismo do Mercado Interno e as Importações	Mercado consumidor doméstico de veículos cresceu de 1,74 milhão de veículos em 2005 para mais de 3,5 milhões em 2010. Isso equivale dizer que a demanda interna de automóveis mais do que dobrou em um espaço de cinco anos, com alta de exatos 105%, tendência que pode ser observada no primeiro semestre de 2011.
09/2011	A Transformação da China em Economia Orientada à Inovação	A China planeja se tornar um dos países-líderes mundiais em tecnologia e inovação até 2020.
11/2011	Uma Comparação entre a Agenda de Inovação da China e do Brasil	O gasto em P&D da China, em relação ao PIB, tem crescido a taxas elevadíssimas nos últimos anos e é hoje cerca de 40% maior que o do Brasil. Medido em dólares americanos pelo poder de paridade de compra, PPC, os dispêndios anuais em CT&I são seis vezes e meia maior na China relativamente aos registrados no Brasil.
02/2012	A Inovação e os Grandes Grupos Privados: A Visão e o Alinhamento das Lideranças Empresariais Brasileiras com a Agenda da Inovação	Este survey revela um quadro da compreensão que possuem os principais líderes empresariais atuantes no país acerca da inovação. Há um crescente comprometimento destes dirigentes com esta agenda e um perfeito entendimento que ela será decisiva para a capacidade de competir de suas empresas.
04/2012	Efeitos da Dupla Assimetria Cambial na Indústria Brasileira – Estudos de Casos	Estudo que mostra as consequências, do ponto de vista dos empresários da indústria brasileira, da dupla assimetria cambial existente na economia brasileira, que possui moeda apreciada ao mesmo tempo em que compete com países concorrentes que praticam uma política cambial agressiva, com taxa de câmbio real sobre-desvalorizada.
07/2012	O Elo Perdido – O Mercado de Títulos de Dívida Corporativa no Brasil: Avaliação e Propostas	O estudo do IEDI-ITB procura reunir sugestões para desenvolver o financiamento de longo prazo no Brasil.
09/2012	Contribuições para uma Agenda de Desenvolvimento do Brasil	Conjunto de estudos do IEDI voltados a uma agenda para o desenvolvimento brasileiro.
05/2013	Dez Pontos Para a Economia Crescer Mais	Propostas do IEDI para aumentar o desempenho econômico de longo prazo.
06/2013	A Multiplicação dos Acordos Preferenciais de	Estudo acerca de acordos comerciais internacionais e a posição brasileira.

	Comércio e o Isolamento do Brasil	
03/2014	O Brasil e os Novos Acordos Preferenciais de Comércio: O Peso das Barreiras Tarifárias e Não Tarifárias	Levantamento do IEDI sobre o impacto de nossas exportações e importações na hipótese de celebração de acordos com 11 países ou blocos. As simulações incluem a queda de barreiras tarifárias e não tarifárias.
09/2014	A Reorientação do Desenvolvimento Industrial	Sem uma indústria eficiente e inovadora, será difícil superar as barreiras para acelerar o desenvolvimento brasileiro.

Elaboração própria. Fonte: http://www.iedi.org.br/estudos. Acesso em 17/10/2016.

ANEXO II: Membros do Quadro de Colunistas do Instituto Liberal (IL)	
Bernardo Santoro	Mestre em Teoria e Filosofia do Direito (UERJ), Mestrando em Economia (Universidad Francisco Marroquín) e Pós-Graduado em Economia (UERJ). Professor de Economia Política das Faculdades de Direito da UERJ e da UFRJ
Alexandre Borges	Alexandre Borges é carioca, comentarista político e publicitário. Diretor do Instituto Liberal, articulista do jornal Gazeta do Povo e dos portais Reaçonaria.org e Mídia Sem Máscara. É autor contratado da Editora Record.
Fábio Ostermann	Formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também estudou Economia. Graduado em Liderança para a Competitividade Global pela Georgetown University (EUA) e em Política e Sociedade Civil pela International Academy for Leadership (Alemanha). Mestre em Ciências Sociais/Ciência Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É Diretor de Relações Institucionais do Instituto Liberal.
João Luiz Mauad	É administrador de empresas formado pela FGV-RJ, profissional liberal (consultor de empresas) e diretor do Instituto Liberal. Escreve para vários periódicos como os jornais O Globo, Zero Hora e Gazeta do Povo.
Leandro Mello Frota	Advogado publicista. Mestrando em Ciência Política e Relações Internacionais (Iuperj). Membro do IAB, do Fórum permanente de Direito Constitucional da Emerj, Conselheiro Jurídico da Associação Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Sócio do Gomes e Mello Frota Advogados.
Paulo Figueiredo Filho	Cursou Comunicação Social e Economia na PUC-Rio e é bacharel em Filosofia. Teve significativa passagem pelo setor público como assessor especial e chefe de gabinete no Governo do Estado e na Prefeitura do Rio de Janeiro. De volta à iniciativa privada, hoje atua como CEO do grupo Polaris Brazil, à frente de empreendimentos imobiliários e hoteleiros de porte internacional, incluindo o Trump Hotel do Rio de Janeiro.
Lucas Berlanza	Jornalista, graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela UFRJ, colunista e assessor de imprensa do Instituto Liberal. Estagiou por dois anos na assessoria de imprensa da AGETRANSP-RJ. Sambista, escreveu sobre o Carnaval carioca para uma revista de cultura e entretenimento. Participante convidado ocasional de programas na Rádio Rio de Janeiro.
Lígia Filgueiras	Jornalista, Bacharel em Publicidade e Propaganda (UFRJ). Colaboradora do IL desde 1991, atuando em fundraising, marketing, edição de newsletters, do primeiro site e primeiros blogs do IL. Tradutora do IL
Adolfo Sachsida	Doutor em Economia (UnB), e Pós-Doutor (University of Alabama) orientado pelo Prof. Walter Enders. Lecionou economia na University of Texas - Pan American e foi consultor short-term do Banco Mundial para Angola. Atualmente é pesquisador do IPEA. Publicou vários artigos nacional e internacionalmente, sendo de acordo com Faria et al. (2007) um dos pesquisadores brasileiros mais produtivos na área de economia.
Adriano Mezzomo	Advogado (UFRJ), Mestre em Direito (UFRJ e Doutorando em Direito

	(Universidade de Buenos Aires).
Adriel Santana	Formado em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz, na Bahia. Escreve artigos também para o Portal Libertarianismo e o Liberzone
Alexandre Espirito Santo	Economista e Professor do IBMEC-RJ
Arthur Chagas Diniz	Arthur Diniz é ex-Presidente do IL, ex-Diretor de várias instituições financeiras, ex- Editor do Jornal do Brasil e Engenheiro.
Augusto Nicodemus	Graduado em Ciências Econômicas (UFRJ).
Ayrton de Mendonça Teixeira	Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e especialização em Curso de Especialização em Direito Tributário pela IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (2009). Atualmente é Analista Judiciário - Área Judiciária da Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público
Bruno Kazuhiro	Bruno Kazuhiro é Presidente Nacional da Juventude Democratas
Carlos Nepomuceno	Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense/IBICT Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia. Jornalista e consultor especializado em estratégia no mundo Digital. Atualmente, se dedica a implantação de laboratórios de inovação digital participativos em organizações públicas e privadas, incluindo Escolas. Atualmente, tem ajudado neste campo a IplanRio, empresa de tecnologia da Prefeitura do Rio de Janeiro e a Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro e a ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre, entre outros. Professor nos seguintes cursos do Rio: MBA de Gestão de Conhecimento do CRIE/Coppe/UFRJ, Gestão Estratégica de Marketing Digital e/ou Mídias Digitais nos cursos de Pós-graduação da Faculdade Hélio Alonso (IGEC) e Mídias Digitais Interativas no Senac/RJ, bem como, em diferentes cursos de pós, MBA da Universidade Veiga de Almeida, além disso, professor do IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo.
Catarina Rochamonte	Catarina Rochamonte é graduada em Filosofia pela UECE (Universidade Estadual do Ceará), mestre em Filosofia pela UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), doutoranda em Filosofia pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos); é escritora e jornalista independente.
Daniel Rabetti	Professor assistente na Interdisciplinary Center Herzliya, Israel, e escreve para os jornais The Jerusalem Post e Times of Israel. Alguns de seus artigos foram publicados em blogs, revistas e jornais de grande circulação em Israel e no Brasil.
Débora Góis	Acadêmica de Economia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), articulista e membro fundadora do Clube Farroupilha (RS), membro do Conselho Executivo da Rede Estudantes Pela Liberdade (EPL) e membro fundadora do Grupo Misetes (RS).
Paulo Moura	É cientista político e consultor em Comunicação e Planejamento Estratégico.
Flávio Morgenstern	Analista político, palestrante e tradutor. Escreve para jornais como Gazeta do Povo, além de sites como Implicante e Instituto Millenium. Em breve lançará seu primeiro livro pela editora Record.
Francisco Lacombe	Professor de Administração, lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Escola Politécnica e Escola Graduada de Ciências e Engenharia da PUC-RJ; FGV; Universidade Santa Úrsula; Instituto de Tecnologia da Informação e da Comunicação em cursos de graduação e de pós-graduação. Foi executivo e consultor
Gabriel Menegale	Ex-conselheiro executivo do Estudantes pela Liberdade e ex-assessor do Instituto Liberal. Atualmente, cursa a graduação de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Ibmec/RJ
Gabriela Bratz Lamb	Acadêmica de Direito da UniRitter (Porto Alegre/RS), bolsista de Iniciação Científica na área de direito comercial, Conselheira do Clube Miss Rand, Idealizadora do Grupo Misetes, estagiária no Cabanellos Schuh, cursou International Entrepreneurship na Universidade de Tilburg (Holanda)
Geanluca Lorenzon	Acadêmico de Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e

	competidor premiado em Direito Internacional. CEO & Founder do Clube Farroupilha. Coordenador Nacional da Rede Estudantes Pela Liberdade (EPL). Honourable Speaker do Clube de Direito Internacional da Universidade de Santa Maria.
Guilherme Dalla Costa	Acadêmico de Ciências Econômicas pela UNIFRA (Centro Universitário Franciscano), Coordenador Estadual da Rede Estudantes Pela Liberdade (Rio Grande do Sul) e Conselheiro Executivo do Clube Farroupilha.
Guilherme Macalossi	Bacharel em Direito pela UCS e estudante de jornalismo na UNISINOS. É apresentador do programa Confronto, na Rádio Sonora FM.
Humberto Cimino	é graduando em Relações Internacionais pela PUC-SP. Já atuou na indústria de consultorias de risco e investigação e no mercado financeiro. Atualmente trabalha na área de defesa e segurança. Um entusiasta de mercados livres, sociedades livres e instituições sólidas. Também é atirador em competições e vice-presidente do Clube de Tiro Ciminos, em São Paulo.
Ivan Dauchas	É economista formado pela Universidade de São Paulo e professor de Economia Política e História Econômica.
Ives Gandra da Silva Martins	Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Superior de Guerra - ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e da PUC-Paraná, e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO - SP; Fundador e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária – CEU-Escola de Direito/Instituto Internacional de Ciências Sociais - IICS.
Jefferson Viana	Jefferson Viana é estudante de História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenador local da rede Estudantes Pela Liberdade, presidente da juventude do Partido Social Cristão na cidade de Niterói-RJ e membro-fundador do Movimento Universidade Livre.
João Cesar de Melo	Arquiteto, artista plástico e escritor. Escreveu o livro "Natureza Capital".
João Pequeno	Jornalista. Repórter e editor de Brasil do Jornal Destak, com passagens por O Dia, Jornal do Brasil, G1, Terra e Folha de S.Paulo.
Joel Pinheiro da Fonseca	Mestre em Filosofia pela USP e Editor da Revista cultural Dicta&Contradicta.
Leonardo Corrêa	Advogado e LLM pela University of Pennsylvania.
Luan Sperandio Teixeira	Acadêmico do curso de Direito Universidade Federal do Espírito Santo. Líder estudantil e colaborador da rede Estudantes Pela Liberdade do Espírito Santo. Atuou em órgãos públicos e na empresa júnior da UFES
Lucas Pagani	Acadêmico de Economia da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).
Luciano Takaki	É economista, praxeologista, libertário radical e colunista do Instituto Liberal e do Instituto Von Mises Brasil.
Marcos Paulo Fernandes de Araújo	Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Mestre em direito (2014), na linha de pesquisa de Teoria e Filosofia do Direito, na Programa de Pós-Graduação em Direito da mesma instituição. Doutorando em direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (iniciado em 2015), na linha de pesquisa fundamentos teórico-filosóficos da experiência jurídica.
Maria Lucia Victor Barbosa	Socióloga
Mario Guerreiro	Doutor em Filosofia pela UFRJ. Professor do Depto. de Filosofia da UFRJ. Membro Fundador da Sociedade Brasileira de Análise Filosófica. Membro Fundador da Sociedade de Economia Personalista. Membro do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e da Sociedade de Estudos Filosóficos e Interdisciplinares da UniverCidade.
Mateus Barreto de Oliveira	Advogado atuante na área de Direito Público. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Especialista em Direito do Estado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Mateus Maciel	Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ. Colunista dos sites: Spotniks e Liberzone.
Matheus Bernardino	Economista (Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne).
Natália Vilarouca	Acadêmica de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), estagiária do Tribunal de Justiça do Ceará, membro do Grupo de Estudos Dragões do Mar (Fortaleza/CE) e Grupo Hayek de Estudos (UNIFOR). Ex-bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).
Ney Carvalho	Historiador e Escritor
Nivaldo Cordeiro	Economista e mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), ocupou vários cargos na administração federal. Foi professor universitário e empresário em São Paulo. Articulista, tem blog próprio e publica comentários no You Tube.
Patricia Bueno	Graduada em Direito e em Publicidade e Propaganda. Especialista em Direito Constitucional e em Direito Civil e mestranda em Direito Político e Econômico.
Patrick Gappo	Acadêmico de Direito (UERJ).
Pedro Carleial	Autor do Blog "O Capitalista".
Ricardo Vélez-Rodríguez	Mestre em Filosofia (PUC/RJ). Doutor em Filosofia (UGF). Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Sousa". Coordenador do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos. Professor Emérito na Escola de Comando e Estado Maior do Exército.
Roberto Barricelli	Assessor de Imprensa do Instituto Liberal e Diretor de Comunicação do Instituto Pela Justiça. Roberto Lacerda Barricelli é autor de blogs, jornalista, poeta e escritor. Paulistano, assumidamente Liberal, é voluntário na resistência às doutrinas coletivistas e autoritárias.
Roberto Ellery	Roberto Ellery, professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), participa de debate sobre as formas de alterar o atual quadro de baixa taxa de investimento agregado no país e os efeitos em longo prazo das políticas de investimento.
Roberto Rachewsky	Roberto Rachewsky é empresário da área de comércio exterior. Fundador do Instituto Estudos Empresariais (IEE), do qual foi vice-presidente (1984-85) e presidente (1986-87). Também fundou o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, do qual foi vice-presidente na década de 1980. Participou da diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre, da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil do Rio Grande do Sul (ADVB-RS) e da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul). Atualmente, é conselheiro do IEE e colunista do Instituto Millenium.
Rodrigo Mezzomo	Advogado (UFRJ), com pós-graduação em filosofia contemporânea pela PUC-RJ, Mestre em Direito (Mackenzie-SP) e Doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires. Professor de Direito Processual Civil (Mackenzie-RJ).
Rodrigo Neves	Gerente Executivo do Movimento Endireita Brasil, historiador (USP) e analista político. Especializado em Energia Nuclear pelo Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares (IPEN), possui diversas publicações na área de História da Ciência e História do Brasil Contemporâneo.
Rubem Novaes	PhD em economia pela Universidade de Chicago e colaborador do Instituto Liberal-RJ. Foi professor da EPGE/FGV, diretor do BNDES e presidente do SEBRAE.
Victor Yamasaki	Acadêmico de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).
Wagner Vargas	Graduado em Comunicação Social pela Universidade Anhembi Morumbi, possui cursos de especialização em economia (FGV) e é Sócio-Diretor da Chicago Boys Investimentos. Atua com Assessoria de Imprensa, Comunicação Estratégica, Relações Públicas tendo atuado nos mercados: Siderúrgico, Varejo, Mercado Financeiro, Telecomunicações e em campanhas políticas. Integrante dos Conselhos de Economia e Investimentos em Inovação da CJE/FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), também é

	especialista do Instituto Millenium, onde produz entrevistas para o Millenium Entrevista no site da Revista Exame.

Elaboração própria. Fonte: www.institutoliberal.org.br/. Acesso em 28/06/2015

ANEXO III: Membros do Quadro de Especialistas do Instituto Millenium (IMIL)	
Adilson Luiz Gonçalves **Especialista Instituto Millenium**	Adilson Gonçalves é engenheiro civil. Mestre em educação e pós-graduado em Construções e Obras Públicas pelo Institut Supérieur du Béton Armé (ISBA – França) e em avaliações e perícias em engenharia pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias (Ibape). Professor dos cursos de engenharia civil, de arquitetura e urbanismo da Universidade Santa Cecília - UniSanta. Coordenador no Núcleo Avançado da Asociación para la Colaboración entre Puertos y Ciudades - Rete, na UniSanta. Membro do Conselho Científico da Rete. Pesquisador do Núcleo Brasileiro de Estudos Portuários, Marítimos e Territoriais da UniSanta. É o autor dos livros: "Sobre Almas e Pilhas" (2005), "Dest'Arte" (2009) e "Claras Visões" (2011).
Adriano Pires **Especialista Instituto Millenium**	Adriano Pires é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diretor fundador do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE). Publica artigos sobre energia elétrica, petróleo e gás natural no jornal "Valor Econômico" e nas revistas "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e "Brasil Energia". Escreve também no site do Instituto Liberal e possui blog no portal "oglobo.com". Foi assessor do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e superintendente da ANP nas áreas de importação, exportação e abastecimento. Pires é economista e mestre em planejamento estratégico pela UFRJ e doutor em economia industrial pela Universidade Paris XIII (França).
Afonso Vieira **Especialista Instituto Millenium**	Com formação em Administração, Afonso Vieira atua como docente da área em instituição do Mato Grosso do Sul. Escreve artigos sobre variados tópicos geopolíticos.
Ailton Benedito de Souza **Especialista Instituto Millenium**	Especialista em direito e gestão ambiental, Ailton Benedito de Souza é procurador da República desde 2006. Atua como procurador regional dos direitos do cidadão do Ministério Público Federal em Goiás. O advogado formou-se em 1998 e atuou como defensor público e promotor de justiça antes de entrar para a procuradoria. Souza defende a educação, o trabalho e o esforço individual como os principais fatores de construção dos ideais democráticos.
Alberto Benegas Lynch **Especialista Instituto Millenium**	Com mais de 16 livros publicados, Alberto Benegas Lynch tem pós-doutorado em economia e leciona em universidades da Argentina desde 1968. É professor emérito Escola de Pós-graduação em Economia e Administração de Empresas (Eseade) e ministra aulas no mestrado em Direito e Economia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Lynch foi reitor da Faculdade de Economia da Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, por 23 anos. Além de economia, o professor também é especialista em Administração de Empresas e Análises Econômicas do Direito.
Aldo Dórea Mattos **Especialista Instituto Millenium**	É engenheiro civil e advogado com experiência em grandes projetos de infraestrutura. Consultor nas áreas de engenharia de custos, planejamento, resolução de disputas e gestão de projetos para empresas públicas e privadas. Presidente da seção brasileira da Association for the Advancement of Cost Engineering (AACE).
Alexandre Barros **Especialista Instituto Millenium**	Pós-doutor em Ciência Política pela Universidade de Chicago, EUA, Alexandre Barros é especialista em análise de políticas e propostas governamentais. Barros é colaborador regular do Estado de São Paulo e diretor-gerente da Early Warning: Políticas Públicas e Risco Político (Brasília - DF). Formou-se em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio).
Alexandre Coutinho Pagliarini **Especialista Instituto Millenium**	É pós-doutor em direito constitucional pela Universidade de Lisboa. Doutor e mestre em direito do estado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). Professor universitário, tradutor e advogado. Presidente da Semana Franco-Lusófona de Direito Constitucional. Diretor de Relações Internacionais do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (IDCC).

Alexandre Lourenço **Especialista** **Instituto Millenium**	Membro do corpo revisor do “Brazilian Journal of Microbiology” e do “Computers & Education”, o médico veterinário Alexandre Lourenço é professor titular da Universidade Paulista (Unip), da Universidade de Santo Amaro (Unisa), das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e professor convidado da Fundação Faculdade de Medicina do ABC. Formado pela Universidade de São Paulo (USP), Lourenço cursou mestrado e doutorado em Microbiologia na mesma instituição. Na área de educação, aborda a compreensão pública da ciência, ensino da microbiologia e arquitetura da informação.
Alexandre Magno Fernandes Moreira **Especialista** **Instituto Millenium**	Alexandre Magno Fernandes Moreira é procurador do Banco Central, diretor jurídico da Associação Nacional de Ensino Domiciliar (Aned) e autor dos livros: "Direito administrativo essencial" e "Direito penal contemporâneo".
Alfredo Marcolin Peringer **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor de economia e finanças, Alfredo Marcolin Peringer também atua como assessor econômico de empresas e partidos políticos. Publicou os livros “Monetarismo vs keynesianismo vs estruturalismo - inflação, desemprego e taxas de Juros” (Editora Globo) e “Economia heterodoxa vs economia ortodoxa - Os planos econômicos brasileiros” (Editora Ortiz). Formado em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O economista é um entusiasta da filosofia econômica e do teórico Ludwig Von Mises, um dos principais mentores da “Escola Austríaca”.
Altamir Tojal **Especialista** **Instituto Millenium**	Jornalista formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui especialização em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Trabalhou como repórter no “Jornal do Brasil”, “O Globo”, “Veja” e “Isto é”. Foi chefe do departamento de comunicação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e membro titular do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (Conema). Criou e dirige, desde 1991, a empresa SPS Comunicação, onde atua como consultor de empresas para relações com a imprensa e comunicação. Edita o blog "Este mundo possível". Escreveu o romance “Faz que não vê” (Garamond, 2006) e o livro de contos “Oásis azul do Méier” (Calibán, 2010).
Álvaro Pedreira de Cerqueira **Especialista** **Instituto Millenium**	É formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), tem experiência profissional em gerência de vendas, marketing e comunicação em empresas nacionais e multinacionais. Cerqueira é co-fundador do Instituto Liberal de Minas Gerais e foi seu diretor executivo e Vice-Presidente de 1987 a 1997. Representou o país no Conselho Nacional dos Institutos Liberais do Brasil (Conil) em seminários e workshops realizados na Europa e nas Américas de 1995 a 1997. Também é co-fundador e diretor do Conselho Nacional de Entidades (Connacen).

Amaury de Souza **Especialista** **Instituto Millenium**	Foi Professor Emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Amaury de Souza formou-se em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e cursou doutorado em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology. O cientista político é sócio-diretor das empresas de consultoria Techne e MCM Consultores Associados. Publicou o livro "O Futuro da Democracia: Cenários Político-Institucionais até 2022", em co-autoria com Bolívar Lamounier. Em 1999, recebeu a Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias pela Escola Superior de Guerra (ESG).
Anderson Oliveira **Especialista** **Instituto Millenium**	Colaborador do blog Letra Armada, que debate temas ligados a política, cultura e economia, Anderson Oliveira formou-se em jornalismo pela Universidade de Sorocaba e faz pós-graduação em Globalização e Cultura na Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP-SP). O jornalista também atua no desenvolvimento de projetos culturais no interior de São Paulo. Além do jornalismo, Oliveira se interessa por política, economia e cultura.
Andre Filipe Zago de Azevedo **Especialista** **Instituto Millenium**	André Filipe Zago de Azevedo é economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em economia pela UFRGS e doutor em economia pela Universidade de Sussex, na Inglaterra. É professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e consultor econômico da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL).
Andres Oppenheimer **Especialista** **Instituto Millenium**	Considerado uma das 100 pessoas mais influentes da América Latina em 2002 e 2008, pela "Poder Magazine", Andres Oppnheimer é autor dos best-sellers "¡Basta de historias!" e "Cuentos chinos", e vencedor do prêmio Pulitzer de 1987, junto com a equipe do "Miami Herald", pela reportagem que desvendou o escândalo Irã-Contras. Oppnheimer cursou Direito na Universidade de Buenos Aires e fez mestrado em Jornalismo pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. É editor de América Latina e colunista de relações exteriores do "The Miami Herald". Sua coluna é publicada em mais de 60 jornais dos Estados Unidos e do mundo. O jornalista tem seu próprio programa de TV, o "Oppenheimer Presenta", que vai ao ar nos Estados Unidos e em 19 países. Site: http://www.andresoppenheimer.com/
Andrés Cañizales **Especialista** **Instituto Millenium**	Defensor da liberdade de expressão na Venezuela, Andrés Cañaizales coordena o programa Comunicação Política e Liberdade de Expressão e o Programa de Estudos Avançados em Liberdade de Expressão da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), na Venezuela. Formado em ciências políticas, Cañaizales é colaborador permanente dos jornais "El Universal", "Tal Cual" e "El Tiempo". Em 2010, recebeu o prêmio Titus Brandsma da União Católica Internacional de Imprensa (UCIP, em espanhol), pela luta a favor da democracia.
Antenor Barros Leal **Especialista** **Instituto Millenium**	Atual presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Antenor Leal é especialista nas áreas de alimentos e industrialização. Formado em Direito, Leal é vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). O advogado também é vice-presidente do Centro de Integração Empresa Escola do Rio de Janeiro (CIEE-RJ), vice da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e integra a Academia Nacional de Economia (ANE).
Anthony Ling **Especialista** **Instituto Millenium**	Formou-se Arquiteto e Urbanista na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente trabalha com o arquiteto Isay Weinfeld, em São Paulo. Dedicou-se ao estudo de direito e economia, enquanto associado do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), e aplica tais conhecimentos para entender o funcionamento das cidades. Fundou o grupo de ativismo Estudantes Pela Liberdade e colaborou nas iniciativas do Seasteading Institute, Blueseed e Future Cities Development. Escreve no blog "Rendering Freedom" sobre arquitetura, urbanismo, economia e cultura.

Antonio P. Mendonca **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e colunista de seguros e previdência do jornal "O Estado de S. Paulo", Antonio P. Mendonça é formado em direito pela USP. Mendonça é especialista em direito empresarial e publicou o livro "Temas de seguro" (Roncarati, 2009). O advogado é primeiro-secretário da Academia Paulista de Letras (APL) e presidente do Grupo Nacional de Trabalho, Ética e Seguro da Associação Internacional de Direito do Seguro (AIDA). Mendonça fez especialização e estágio profissional na Alemanha e especialização em seguros pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).
Armando Castelar Pinheiro **Especialista** **Instituto Millenium**	Pós-doutorado em economia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley, Armando Castelar Pinheiro é pesquisador e professor de economia diplomado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Pinheiro é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é articulista do jornal "Valor Econômico". Escreveu o livro "Direito, economia e mercados", junto com o advogado Jairo Saddi (Editora Campus, 2005). É mestre em matemática aplicada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e em administração pela UFRJ.
Arnaldo Niskier **Especialista** **Instituto Millenium** **IEE**	Atual presidente do conselho de administração do Centro de Integração Empresa-Escola (IEE/RJ), Arnaldo Niskier foi Secretário de Estado de Educação e Cultura no Governo Chagas Freitas, entre 1979-1983. Presidiu a Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj) e foi professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Niskier foi o primeiro secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do país (Guanabara), no período 1968-1971, quando inaugurou o planetário do Rio de Janeiro. Pertence, há 27 anos, à Academia Brasileira de Letras (ABL), da qual foi presidente nos mandatos de 1998 e 1999.
Arthur Barrionuevo **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) desde 1987, Arthur Barronuevio desenvolve pesquisas nas áreas de economia industrial, políticas de competição e regulamentação de monopólios. Em 1999, foi secretário de Desenvolvimento Tecnológico do Ministério de Ciência e Tecnologia. É autor dos artigos "A credibilidade da política antiinflacionária e sua consistência temporal" e "Considerações sobre o debate a respeito da relação entre política comercial e desenvolvimento". Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Barronuevio é mestre em Economia Aplicada à Administração, pela FGV, e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP).
Arthur Rozenblit **Especialista** **Instituto Millenium**	É co-fundador e diretor financeiro da eStoks, start-up do setor de estoques e ativos excedentes. Possui graduação em administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UPE), especialização em controladoria e finanças pela Universidade de São Paulo (USP) e em análise de investimentos e valuation pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Trabalhou nas áreas financeira e de investimentos da Odebrecht.
Bernardo Weaver **Especialista** **Instituto Millenium**	Secretário do Comitê de Sanções no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Bernardo Weaver formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Foi orientado por Philip B. Heymann, vice-procurador da república de Bill Clinton, durante o seu mestrado em Direito na Harvard Law School. No BID, o advogado coordena as investigações de fraude corporativa e corrupção em 26 países da America Latina e Caribe. Suas áreas de interesse são: corrupção, fraude corporativa, criminalidade organizada nacional e transnacional e política de drogas.

Bolívar Lamounier **Especialista** **Instituto Millenium**	Um dos cientistas políticos mais reconhecidos do Brasil, Bolívar Lamounier é sócio-diretor da Augurium Consultoria. É autor e organizador de diversos livros como "A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedades" (Ed. Campus,2009); "Os Partidos e as Eleições no Brasil" (Editora Paz e Terra,1975), co-autoria com Fernando Henrique Cardoso; e "Brasil e África do Sul : Uma Comparação" (Editora Sumaré, São Paulo,1996). Seu blog é publicado no site da revista "Exame". Foi o primeiro diretor-presidente do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP). É membro da Academia Paulista de Letras. Bacharel em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles.
Bruno Garschagen **Especialista** **Instituto Millenium e IL**	Professor de teoria política, podcaster, tradutor e escritor. Bruno Garschagen é mestre em ciência política e relações internacionais pela Universidade Católica Portuguesa/Universidade de Oxford. Trabalhou como jornalista para importantes jornais brasileiros como o "Gazeta Mercantil", "Jornal do Brasil", "Valor Econômico" e "Folha de São Paulo".
Bruno Meyerhof Salama **Especialista** **Instituto Millenium**	Bruno Meyerhof Salama é professor associado da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde dirige o Núcleo de Direito, Economia e Governança e Conselheiro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN. É mestre e doutor em direito pela Universidade da Califórnia em Berkeley e bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É admitido a praticar direito pela OAB e pelo New York Bar. Também é autor de diversas obras publicadas no Brasil e no exterior, como "O Fim da Responsabilidade Limitada no Brasil" (Malheiros, 2014) e "Direito e Economia: textos escolhidos" (Saraiva, 2010).
Carlos Pereira **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EBAPE/FGV). Recentemente foi Visiting Fellow in the Foreign Policy and Global Economy and Development programs do Brookings Institution, Washington-DC. Foi professor titular da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EESP/FGV) e professor do Departamento de Ciência Politica da Michigan State University. Teve passagem como professor visitante do departamento de economia da Universidade de São Paulo (USP) e do Colby College-Maine, USA. Além disso, foi pesquisador adjunto do departamento de ciências sociais da Fundação Oswaldo Cruz. Atuou como consultor e pesquisador de agências internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB), Banco Mundial, e do Department for International Development (DFID), UK. Tem publicações em periódicos nacionais e internacionais como "Journal of Politics", "Revista Dados", "Revista Brasileira de Economia Política", "Revista Brasileira de Ciências Sociais", entre outras.
Carlos Pio **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor de economia política internacional no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), professor titular do Instituto Rio Branco, mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). É autor de "Relações internacionais – economia, política e globalização" (Funag/IBRI, 2001). Seus principais temas de pesquisa são economia política internacional, comércio e desenvolvimento econômico, economia política do ajuste estrutural na América Latina e sustentabilidade da política econômica.
Carlos U. Pozzobon **Especialista** **Instituto Millenium**	Sócio-majoritário da Pzz editora, Carlos U. Pozzobon é consultor em Tecnologia da Informação (TI) e ensino eletrônico. Seu livro mais recente é "Um dia na vida o diabo duvida", que fala sobre a expansão do estatismo no Brasil. Pozzobon é formado em Engenharia Elétrica e Física Nuclear pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Suas áreas de interesse são: políticas energéticas, políticas de telecomunicações e os obstáculos à modernização na sociedade brasileira.

Carlos Werneck **Especialista** **Instituto Millenium**	Empresário do setor hoteleiro desde os 26 anos, Carlos Werneck é o dono da rede de hotéis Marina, formada pelos hotéis Marina Palace e Marina All Suites, no Rio de Janeiro, o hotel Villa Rasa Marina, em Búzios, o hotel Parador Santarém, em Itaipava. Werneck é diretor da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH).
Cecilia Sosa **Especialista** **Instituto Millenium**	Professora de direito da Universidade Central da Venezuela e da Universidade Católica Andrés Bello, Cecilia Sosa foi presidente da Suprema Corte de Justiça venezuelana. A juíza formou-se pela Universidade Central da Venezuela e fez doutorado em direito pela Universidade Paris-Sorbonne. É autora dos livros "La Intervención del Estado en la Economía" e "Venezuela: una polìtica hidráulica". Entre suas áreas de interesse estão: o Estado de Direito e os valores democráticos.
Cesário Ramalho **Especialista** **Instituto Millenium**	Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) desde 2008, Cesário Ramalho da Silva é empresário rural e pecuarista. Cesário Ramalho integra a direção do departamento de agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Entre 2008 e 2009, o pecuarista presidiu a Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm).
Clara Sodré **Especialista** **Instituto Millenium**	Clara Sodré é diretora técnica da Acerta - empresa de assessoria educacional especializada no atendimento de superdotados - superintendente do Instituto Lecca, que atende alunos superdotados de baixa renda. Também é consultora da Cesgranrio e de várias ONGs de educação de crianças e jovens. Licenciou-se em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), é mestre em Educação pelo Lesley College e doutora em Educação de Superdotados pela Columbia University. É professora de cursos de pós-graduação na PUC-Rio desde 1992. Foi responsável pelo programa de atendimento a alunos superdotados da Escola Americana do Rio de Janeiro durante nove anos (1991 – 2000), implantou e dirigiu durante cinco anos o programa de atendimento a alunos superdotados de baixa renda do Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos (ISMART) no período 2000-2004. Autora do livro "Educação de superdotados: teoria e prática" (Editora Pedagógica e Universitária Ltda. – E.P.U., São Paulo, 2006).
Claudio Considera **Especialista** **Instituto Millenium**	Claudio Considera é professor da faculdade de economia e finanças do Ibmec e do departamento de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Também atua como consultor econômico do escritório Fontes, Tarso Ribeiro Advogados. Foi secretário de acompanhamento econômico do Governo Federal no mandato de Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 e 2002. No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atuou como chefe de contas. Ele também foi diretor de pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Claudio Shikida **Especialista** **Instituto Millenium**	Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), com mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (1998). Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003). Atualmente é professor do IBMEC-MG. Seus interesses englobam: Escolha Pública e Economia do Conflito, aspectos da História Econômica Brasileira Colonial (Nova Economia Institucional), Antropometria e Desenvolvimento Econômico.
Clovis Panzarini **Especialista** **Instituto Millenium**	Clóvis Panzarini é economista formado pela Universidade de São Paulo (USP), tem curso de especialização em finanças públicas e tributação na Japan International Cooperation Agency (JICA), em Toquio, Japão. Foi coordenador da administração tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, concebeu e implantou Programa de Modernização da Coordenadoria da Administração Tributária (Promocat). É autor de artigos sobre tributação publicados em livros, jornais e revistas especializadas. Atualmente é sócio-administrador da CP Consultores Associados Ltda.
Costábile Nicoletta **Especialista** **Instituto Millenium**	Costábile Nicoletta é Jornalista e editor. Trabalha como diretor adjunto no Brasil Econômico e é sócio da Costábile Nicoletta Comunicação.

Cristiano Cechella **Especialista** **Instituto Millenium**	É doutor em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), de Lisboa, com formação inicial na Universidade Federal de Santa Maria e na Fundação Regional de Economia, no Rio Grande do Sul, mestre em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro. O economista brasileiro é radicado em Lisboa e ligado ao Gabinete de Gestão e Conservação da Natureza da Universidade dos Açores. Possui também a experiência de comunicações em conferências em São Francisco (Estados Unidos da América), Lodz (Polónia), Praia (Cabo Verde), Liverpool (Inglaterra), além de várias cidades em Portugal e no Brasil, sobre temas relacionados ao investimento.
Cristiano Rosa de Carvalho **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor livre-docente de direito tributário da Universidade de São Paulo (USP). É mestre e doutor em direito tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutor em direito e economia pela Universidade de Berkeley, nos EUA. Cristiano Rosa de Carvalho é presidente da Academia Tributária das Américas (ATA) e diretor-fundador da Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE). Em 2008, recebeu o prêmio Microsoft Robert Cooter Berkeley Award pela excelência na pesquisa em direito e economia. É autor dos livros "Teoria do sistema jurídico: direito, economia, tributação" (Quartier Latin, 2005) e "Ficções jurídicas no direito tributário" (Noeses, 2008). Cristiano de Carvalho também é professor convidado na pós-graduação do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da USP.
Daniel Garcia **Especialista** **Instituto Millenium**	Formado em Engenharia Física pela Universidade de Illinois e especialização em Engenharia Financeira pela Universidade de Chicago, atualmente Daniel é doutorando (Ph.D) em Economia Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) com ênfase em "Non-Linear Dynamics Modelling of Financial Market Participants". Foi Principal Researcher in Quantitative Models for High-Frequency and Algorithmic Trading na Citadel Investment Group (Chicago, USA), Senior Financial Consultant em Enterprise Risk Management e Strategic Planning na Accenture (Chicago, USA), e é co-fundador e sócio da Brahman Consulting Group sediada em Chicago.
Daniel Uhr **Especialista** **Instituto Millenium**	Daniel Uhr é bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre e doutor em ciências econômicas pela Universidade de Brasília (UnB). Foi docente do departamento de economia da Universidade de Brasília (UnB). É professor adjunto do departamento de economia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e professor permanente do mestrado em economia aplicada da mesma instituição. Tem experiência na área de economia, com ênfase em microeconometria, atuando nos seguintes assuntos: direito e economia, economia do meio ambiente e economia do trabalho.
David Borensztajn **Especialista** **Instituto Millenium**	Ex-procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, David Borensztajn escreve para a revista Menorah. Estudou propedêutica no Colégio Freudiano, cursou Pós Graduação Latu Sensu em Poder Civil e Poder Militar nas Faculdades Bennett, e há muitos anos se dedica a questões envolvendo antissemitismo e islamismo.

Denis Alves Guimarães **Especialista** **Instituto Millenium**	Denis Alves Guimarães é doutor em direito econômico e financeiro pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador visitante na University of Michigan. Sócio da Alves Guimarães Política Regulatória (AGPR), consultoria jurídica, de negócios e econômica em políticas públicas e assuntos governamentais, notadamente antitruste, regulação e anticorrupção. É membro do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumidor e Comércio Internacional (IBRAC), da Comissão de Estudos da Concorrência e Regulação Econômica da OAB – SP e da Comissão de Defesa da Concorrência do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Foi assessor técnico do secretário de direito econômico do Ministério da Justiça. É coautor de "Competition and Communications Law" (Kluwer Law International, no prelo), "Concorrência e Regulação no Setor de Saúde Suplementar" (Singular, 2010), e "Comentários à Nova Lei de Defesa da Concorrência" (Forense, 2012) e "Competition Law in the BRICS Countries" (Kluwer Law International, 2012).
Diogo Costa **Especialista** **Instituto Millenium**	É bacharel em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis, mestre em Ciência Política pela Universidade de Columbia e editor do site "OrdemLivre.org". Foi um dos vencedores do primeiro prêmio Donald Stewart Jr. apresentado pelo Instituto Liberal por seu ensaio sobre Ludwig von Mises. Estagiou no Centro para Liberdade e Prosperidade Global no Cato Institute. Já escreveu para diversos jornais impressos, como "O Globo", "O Dia", "O Estado de São Paulo", "Jornal do Commercio", "Digesto Econômico", "Buenos Aires Herald" (Argentina), "El Diario Exterior" (Espanha), "Mmegi" (Botswana), e "The Panama News" (Panamá).
Diogo Ramos Coelho **Especialista** **Instituto Millenium**	É diplomata de carreira desde 2010. É formado em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e é mestre em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, em 2012. É professor voluntário da UnB, onde ministrou curso, na graduação de relações internacionais, sobre economia política internacional. É autor do livro "Mundo em crise" (UnB, 2014), que conta a história da crise financeira de 2008 e seus impactos políticos e econômicos internacionais.
Dirceu Martins Pio **Especialista** **Instituto Millenium**	Dirceu Martins Pio é jornalista. Foi diretor da "Agência Estado" e do jornal "Gazeta Mercantil'. É especializado em comunicação empresarial, comunicação profissional, sustentabilidade e marketing da pequena empresa. Autor do livro "Caminhos seguros para o empreendedor" (Paco editorial, 2012)
Edmar Bacha **Especialista** **Instituto Millenium**	É economista e diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças. Foi consultor sênior do Banco Itaú, entre 1996 e 2010, e presidiu a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), entre 2000 e 2003. Foi membro da equipe econômica do Plano Real, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade de Brasília (UnB) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Também é professor visitante das Universidades de Columbia, Yale, Berkeley e Stanford e pesquisador associado do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e da Universidade de Harvard. É bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerias (UFMG) e doutor em economia pela Universidade de Yale.
Eduardo Chemale Selistre Pena **Especialista** **Instituto Millenium**	Advogado e gerente jurídico da construtora OAS Ltda. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Pós-graduado pela Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul (Ajuris). Autor dos livros "Curso e julgamento dos processos nos tribunais" (Livraria do Advogado, 2010) e "Agravo como meio de impugnação das decisões interlocutórias de primeiro grau" (Livraria do Advogado, 2008). Co-autor dos livros: "Aspectos polêmicos do direito à saúde" (Editora Notadez, 2007) e "A reforma do poder judiciário" (Quartier Latin, 2006).

Eduardo Machado **Especialista** **Instituto Millenium**	Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-graduado em Marketing pelo IAG MASTER da PUC-Rio, e com MBA Executivo pelo Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ). Sócio-diretor do Grupo Central 24 Horas e da E-Flix Empreendimentos. Idealizador e realizador do Business Fest. Presidente do Conselho Consultivo da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje).
Eduardo Szazi **Especialista** **Instituto Millenium**	É bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Integrante do Grupo de Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor da Casa Civil da Presidência da República, consultor jurídico do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife). Como advogado, atua no terceiro setor. É autor de "Terceiro setor – Regulação no Brasil" (Peirópolis, 2006) e "Terceiro setor – Temas polêmicos Vol.1"(Peirópolis, 2004) e "Terceiro setor – Temas Polêmicos vol. 2" (Peirópolis, 2005).
Eduardo Viola **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, tem doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Foi professor visitante das universidades de Stanford, Colorado, Notre Dame e Amsterdam. Tem orientado dezenas de teses de mestrado e doutorado, é membro de vários comitês científicos nacionais e internacionais e conta com dezenas de artigos publicados em prestigiosos periódicos.
Eleno Mendonça **Especialista** **Instituto Millenium**	Eleno Mendonça é jornalista e consultor de empresas na área de Comunicação Corporativa. É formado em jornalismo pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado (Fiam) e em publicidade pela Faculdades Objetivo. Ele foi editor de economia, editor-executivo e editor-chefe do jornal "O Estado de S. Paulo". Além disso, trabalhou como repórter no "Diário Comércio e Indústria" (DCI) e na "Folha de S. Paulo" e foi coordenador de economia, na sucursal de São Paulo, dos jornais "O Globo" e "Jornal do Brasil".
Elisa Lucena Martins **Especialista** **Instituto Millenium**	Editora de OrdemLivre.org, Elisa Lucena Martins é formada em Economia pela Universidade Federal de Santa Maria (RS) e foi a vencedora do VI Prêmio Donald Stewart Jr., concedido pelo Instituto Liberal. Em 2009, foi estagiária da Atlas Economic Research Foundation e, no ano de 2010, participou do programa de estágio da Koch Foundation e do Charles G. Koch Summer Fellowship Program, promovido por The Institute for Humane Studies, em Washington, DC.
Eugenio Hainzenreder Junior **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor de direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Eugênio Hainzenreder Junior é especialista em direito do trabalho e processo do trabalho pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É bacharel e mestre em Direito pela PUC-RS. Publicou o livro "Exame da OAB" (Ed. Verbo Jurídico), em co-autoria com diversos profissionais da área de direito
Fabio Giambiagi **Especialista** **Instituto Millenium**	Um dos maiores especialistas brasileiros nas áreas de finanças públicas e previdência social, Fábio Giambiagi faz parte do Departamento Econômico do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 1996. Entre 1993 e 1994, trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. Também foi professor de diversas cadeiras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). É mestre em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da UFRJ e graduado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FEA/UFRJ). É autor de "Reforma da Previdência" (Editora Campus, 2006), "Brasil – Raízes do atraso" (Editora Campus, 2007) e um dos organizadores de "Desenvolvimento econômico - Uma perspectiva brasileira" (Editora Campus, 2012).

Fabio Pereira Ribeiro **Especialista** **Instituto Millenium**	Fábio Pereira Ribeiro é especialista em inteligência estratégica e política internacional, desenvolve negócios nas áreas de educação e inteligência na África, Ásia e Estados Unidos. Já ministrou palestras no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e na Universidade Columbia. É articulista do blog "Brasil no Mundo" na revista "Exame", no "Diário da Rússia", no "Jornal da Orla", no jornal "A Tribuna" e na revista "Voto".
Felipe Quintana **Especialista** **Instituto Millenium**	Especialista em Direito do Consumidor, Direito Civil e Direito Empresarial, Felipe Quintana presidiu o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) na gestão 2010/2011 e foi diretor jurídico da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB/RS), entre 2003 e 2004. O advogado formou-se pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) em 2002 e se especializou em Direito do Consumidor e Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2006. Quintana tem artigos publicados em importantes meios de comunicação nacionais, como o jornal "Zero Hora", do Rio Grande do Sul, e a revista Leader.
Fernando Bertuol **Especialista** **Instituto Millenium**	Presidente da Associação da Classe Média (ACLAME) desde 2002, Fernando Bertuol é formado em arquitetura pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Na Associação, o arquiteto desenvolve projetos de fomento a cidadania, como o Dia da Liberdade de Impostos.
Fernando Dolabela **Especialista** **Instituto Millenium**	Criador e coordenador de um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo do Brasil. Na área universitária, a sua metodologia Oficina do Empreendedor é adotada em cerca de 400 instituições de ensino. Na Educação Básica, (educação de 4 a 17 anos) a metodologia Pedagogia Empreendedora está presente em redes públicas de ensino em 140 municípios brasileiros, envolvendo cerca de 10 mil professores e 400 mil alunos. Palestrante nacional e internacional, é autor de 12 livros, entre eles o bestseller "O segredo de Luísa", com mais de 300 mil cópias vendidas. É membro fundador do World Entrepreneurship Fórum, criado na França, convidado como uma das 80 personalidades mundiais na área de empreendedorismo. Membro fundador da Red EmprendeSur, Emprendedorismo y Innovación en America Latina. O seu livro "Quero construir minha história" é pioneiro na abordagem dos pais que desejam que os filhos sejam empreendedores.
Fernando Luis Schuler **Especialista** **Instituto Millenium**	Fernando Luis Schuler é diretor geral do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) no Rio de Janeiro. Doutor em filosofia e mestre em ciências políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É especialista em políticas públicas e gestão governamental pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e em cooperação internacional pela Universidade de Barcelona. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo, chefe de gabinete do Ministério da Cultura, secretário de Estado da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul.
Fernando Steinbruch **Especialista** **Instituto Millenium**	Diretor do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) e sócio da Steinbruch & Torvaldo Advogados S/S, Fernando Steinbruch é pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários e mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade Luterana do Brasil. O advogado também ministra aulas de Planejamento Tributário, Direito Tributário e Governança Tributária em cursos de graduação e pós-graduação.
Fernando Veloso **Especialista** **Instituto Millenium**	Colunista da "Folha de S. Paulo" e professor do Ibmec-RJ, Fernando Veloso é graduado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutor pela University of Chicago. É referência na análise de temas como: crescimento, flutuações e planejamento econômico. Participou da organização dos livros "Educação básica no Brasil – construindo o país do futuro" (Campus, 2009) e "Desenvolvimento econômico - Uma perspectiva brasileira" (Editora Campus, 2012).
Flavio Morgenstern **Especialista** **Instituto Millenium**	Tradutor especializado em filosofia alemã, Flavio Morgenstern também é ator e designer free-lance. Mantém um blog, onde publica artigos sobre economia, política e direito penal. Faz tradução de diversos tipos de materiais como artigos, legendas, livros, jornais e sites.

Fábio Dias da Silva **Especialista** **Instituto Millenium**	Fábio Dias da Silva é mestre em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui bacharelado em administração de empresas pela Universidade Estácio Sá (UNESA) e em direito pela Universidade Cândido Mendes, com MBA em gestão e desenvolvimento empresarial pela UFRJ. Possui especialização em propriedade intelectual pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Atualmente é gestor regional de educação continuada da UNESA e presidente da Associação Nacional de Empreendedorismo Universitário (ANEU). É sócio-diretor da Born Global Desenvolvimento de Negócios, atuando nos seguimentos de gestão de risco tecnológico e proteção de ativos intangíveis.
Gabriela Mafort **Especialista** **Instituto Millenium**	Gabriela Mafort é jornalista especializada em novas mídias pela Universidade de Stanford, na Califórnia. Criou o curso "Novos Modelos de Negócios em Jornalismo" e o Lab.Digital-RJ, em parceria com a Faculdades Integradas Helio Alonso (Facha). Nesse laboratório desenvolve métodos para a criação de projetos inovadores em mídias digitais. Frequentou o Laboratório de Inovação para a Paz. Mafort é pós-graduada em gestão do conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em Cultura Digital e Novos Modelos de Negócios.
Gil Castello Branco **Especialista** **Instituto Millenium**	Gil Castello Branco é fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas, vencedora do Prêmio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2008). Castello Branco foi secretário-executivo do Ministério de Esporte, em 2003, assessor parlamentar na Câmara dos deputados, presidente da Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes (GEIPOT) e consultor da Organização das Nações Unidas (ONU). É economista do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial, associado à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro-(FIRJAN).
Gilberto de Mello Kujawski **Especialista** **Instituto Millenium**	Formado em Filosofia e Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Gilberto de Mello Kujawski foi colaborador do "Jornal da Tarde" e do "O Estado de S. Paulo" por 36 anos e mantém um site próprio. O filósofo tem diversos títulos publicados como: "Fernando Pessoa, o outro" (Vozes, 1979) e "O Ocidente e sua sombra" (Letrativa, 2002). Kujawski é especialista em cultura, política, literatura, sociologia e história.
Gustavo Binenbojm **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor da faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), Gustavo Binenbojm é mestre e doutor em direito pela UERJ. Em 2003, obteve o grau de Master of Laws (LL.M.) pela Yale Law School, nos EUA. O advogado é especialista nas áreas de direito constitucional, administrativo e da regulação econômica. Binenbojm é sócio-fundador do escritório Binenbojm, Gama & Carvalho Britto Advocacia e Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Autor de "Estudos do direito público" (Renovar), "Uma teoria do direito administrativo" (Renovar) e "Temas de direito administrativo e constitucional" (Renovar).
Gustavo Grisa **Especialista** **Instituto Millenium**	Gustavo Grisa é economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com MBA em Negócios Internacionais pela Thunderbird School of Global Management (EUA). É sócio da empresa de consultoria Agência Futuro, focada em inovação em Políticas Públicas e Gestão Pública, com projetos principalmente voltados ao desenvolvimento de cidades e regiões. Iniciou sua carreira na área econômica do sistema CNI/Fiergs, foi analista de risco político nos EUA, atuando na iniciativa privada em empresas como Brasil Telecom e Vale. Participou do Business and Poverty Leadership Program, da Universidade de Cambridge.

Gustavo Ioschpe **Especialista** **Instituto Millenium**	Vencedor do Prêmio Jabuti 2005, pelo livro "A ignorância custa um mundo – o valor da educação no desenvolvimento do Brasil", o economista Gustavo Ioschpe é fundador e presidente da G7 Investimentos, empresa que atua na área de produção de conteúdos, e articulista da revista "Veja". Foi colunista da "Folha de S. Paulo", "Gazeta Vargas" e revista "Educação". É autor dos livros: "Como passar no vestibular da UFRGS" (Artes e Ofícios, 1995) e "Vestibular não é o bicho" (Artes e Ofícios, 1996). Formado em Ciência Política e Administração Estratégica pela Universidade da Pensilvânia, Ioschpe fez mestrado em Economia Internacional e em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Yale, nos EUA.
Gustavo Leipnitiz Ene **Especialista** **Instituto Millenium**	Gustavo Leipntiz Ene é presidente do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE-SUL), sócio da nconnect, empresa especializada em relações institucionais, vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e Serviços do RS (FEDERASUL), vice-presidente do Instituto Liberdade (IL-RS) e conselheiro deliberativo do SEBRAE-RS. O empresário é presidente da Associação Orquestra Jovem do RS e conselheiro do Movimento Sócio Cultural Canta Brasil, entidade do terceiro setor voltada à inclusão social de jovens carentes por meio do canto, dança e empreendedorismo. Ele é associado honorário do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e membro do Comite de Empreendedores da Federação das Industrias de SP (CJE/FIESP).
Haroldo Monteiro da Silva Filho **Especialista** **Instituto Millenium**	Haroldo Monteiro da Silva Filho é formado em administração de empresas e engenharia econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem MBA pela Universidade de Ohio, nos EUA. É doutorando em Business pela Esc Rennes School of Business France. Sócio da Planning &and Management, consultoria especializada em gestão e estudos de tendências econômicas para o varejo. Professor convidado do curso de Administração Financeira de Curto Prazo do Coppead e coordenador do MBA de finanças na Universidade Veiga de Almeida (UVA). Atuou como executivo em várias empresas do setor de varejo.
Hector Leis **Especialista** **Instituto Millenium**	Doutor em filosofia, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e autor de numerosos trabalhos nas áreas de filosofia política, relações internacionais, e sociologia ambiental.
Helio Beltrão **Especialista** **Instituto Millenium** **IMB**	Graduado em finanças com MBA pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Foi executivo do Banco Garantia, Mídia Investimentos e da Sextante Investimentos. É fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium e fundador-presidente do Instituto Mises Brasil. Também é membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, da Artesia Investimentos, do conselho consultivo da Ediouro Publicações e da Lab SSJ.
Helio Zylberstajn **Especialista** **Instituto Millenium**	É professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP) desde 1987, presidente e co-fundador do Instituto Brasileiro de Relações de Emprego e Trabalho (IBRET). É conselheiro da Fecomércio e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Eleito melhor professor da FEA-USP em 2001 e 2002. Tem doutorado em Relações Industriais pela Universidade de Wisconsin, nos EUA, e é livre-docente pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.
Henrique Meirelles **Especialista** **Instituto Millenium**	Henrique Meirelles é presidente do Conselho da J&F Investimentos, membro do Conselho do Lloyd´s de Londres e do Conselho de Administração da Azul Linhas Aéreas Brasileiras. Foi presidente do Banco Central do Brasil entre 2003 e 2011. Participou do conselho da Harvard Kennedy School of Government, da Sloan School of Management, do Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT) e da Carroll Scholl of Management do Boston College. É também fundador e presidente da Associação Viva o Centro, cuja missão, desde 1990, é a revitalização do Centro da Cidade de São Paulo. Em 2002, foi eleito deputado federal.

Henrique Sartori **Especialista** **Instituto Millenium**	Henrique Sartori é professor dos cursos de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Em 2002, foi presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE –MS). É autor do livro "Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do Mercosul" (Editora da UFGD, 2013). Bacharel em Direito pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), Sartori tem mestrado em direito, relações internacionais e desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). É moderador do Instituto Friedrich Naumann, que é a representação no Brasil da fundação alemã Friedrich Naumamm Stiftung für die Freiheit, que defende a liberdade, a propriedade privada, a sociedade civil e o estado de direito.
Ives Gandra **Especialista** **Instituto Millenium**	Prestigiado jurista brasileiro, Ives Gandra da Silva Martins é advogado tributarista, professor emérito da Universidade Mackenzie e professor honoris causa do Centro Universitário FIEO. É membro da Academia Paulista de Letras e da Ordem dos Advogados, secção de São Paulo. Em 2005, protagonizou um documentário dirigido por José Sales Neto. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e fez doutorado também em direito pela Universidade Mackenzie.
Jacques Veloso de Melo **Especialista** **Instituto Millenium**	Jacques Veloso de Melo é professor de Direito Tributário da Universidade Católica de Brasília (UCB) e participa do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF). É sócio do escritório de advocacia Fernandes Melo S/S. Foi Conselheiro da OAB/DF. É bacharel em direito pelo Centro Universitário de Brasília e mestre em Direito Internacional Econômico pela UCB.
Javier El-Hage **Especialista** **Instituto Millenium**	Javier El-Hage é conselheiro geral da Fundação Human Rights (HRF), em Nova Iorque. Tem mestrado em direito internacional pela Columbia University School of Law e pela Universidad Complutense de Madrid. Foi professor de direito constitucional durante dois anos na Universidad Privada de Santa Cruz - Bolívia, e professor visitante na Universidad Andina Simon Bolivar e Universidad de Aquino. É autor do livro "International law limitations for the constitutional assembly: democracy, human rights, foreign investment and drug control" (2006). Seu foco de pesquisa é em Direito Comparativo e Constitucional.
Jorge Eduardo Scarpin **Especialista** **Instituto Millenium**	Jorge Eduardo Scarpin é professor do doutorado em ciências contábeis e administração e do mestrado em ciências contábeis da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Em 2006, publicou um artigo no livro XI Prêmio Tesouro Nacional, recebendo menção honrosa. É formado em ciências contábeis pela Universidade de São Paulo (USP), fez mestrado em engenharia de produção na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado em contabilidade e controladoria também na USP.
Jorge Maranhão **Especialista** **Instituto Millenium**	É publicitário, consultor, escritor, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundador e diretor de criação da Propaganda Professa e especialista em comunicação corporativa. É autor dos livros "A arte da publicidade" (Papirus, 1988), "Mídia e cidadania" (Topbooks, 1993) e "A voz do cidadão" (Contra Capa, 1995). Colabora com artigos de opinião sobre mídia, cidadania, arte, cultura, política e comunicação nos principais jornais do país. Produz e apresenta os boletins "A voz do cidadão" nas rádios Globo e CBN.
Jose Pio Martins **Especialista** **Instituto Millenium**	José Pio Martins é reitor da Universidade Positivo, comentarista econômico da Rádio CBN Curitiba e membro do conselho editorial da Gazeta do Povo. É autor do livro Educação Financeira ao Alcance de Todos (Ed. Fundamento, 2004).
Jose Vicente Santos de Mendonça **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor de pós-graduação das Universidade Gama Filho (UGV), em de Direito Regulatório, Universidade Cândido Mendes e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É advogado especialista em Direito Regulatório, Direito Administrativo e Direito Constitucional. Além disso, atua como Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

José Carlos Sepúlveda da Fonseca **Especialista Instituto Millenium**	Trabalhou no IPCO, autor e editor, analista político, presta assessoria ao Pró-Monarquia.
José Nêumanne Pinto **Colunista Instituto Millenium**	José Nêumanne Pinto é jornalista, poeta e escritor. Nêumanne tem uma coluna no jornal O Estado de São Paulo, é membro da Academia Paraibana de Letras e curador literário do Instituto do Imaginário do Povo Brasileiro. Mantém o portal: Estação Nêumanne.
José Paulo Grasso **Especialista Instituto Millenium**	É engenheiro civil, arquiteto e criador do site Acorda Rio, de estímulo à atividade econômica do turismo na cidade. Estudioso da área, assim como de economia e estatística, e hoteleiro - proprietário de pousada no balneário de Búzios (RJ). O engenheiro também é criador do Projeto Rio-Zeppelin, que fomenta a revitalização da região do Porto do Rio.
José Álvaro Moisés **Especialista Instituto Millenium**	Professor titular do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), José Álvaro Moisés é formado em Ciências Sociais pela mesma universidade, é mestre em Política e Governo pela Universidade de Essex, na Inglaterra, e doutor em Ciência Política, também pela USP. Moisés foi professor visitante na Universidade de Oxford. Publicou diversos livros de análises políticas como "Os brasileiros e a democracia" (Ed. Ática, SP 1995) ,"Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? " (edUSP) e "O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão", disponível em e-book. O cientista social é especialista em diversos temas políticos como democratização e cidadania.
João Accioly **Especialista Instituto Millenium**	Advogado, formado pela PUC-Rio e mestre em Economia pelo IBMEC-RJ, com especialização em Finanças Corporativas. Membro fundador do Instituto Millenium, do qual também é atualmente Conselheiro Fiscal. Sócio fundador de Advocacia Sobrosa & Accioly. Ênfase em direito societário, mercado financeiro e de capitais, e contencioso cível e administrativo ligado a essas áreas (CVM, BC e CRSFN).
João Antonio Wiegerinck **Especialista Instituto Millenium**	Professor de direito e de filosofia jurídica em cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, João Antônio Wiegerinck publica artigos jurídicos em jornais e revistas especializadas. É sócio do escritório Wiegerinck Advogados Associados e Biocon Consultoria em Biodireito e Meio Ambiente. O advogado formou-se no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, fez pós-graduação em direito empresarial ESA/AOB e mestrado em direito constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).
João Batista Araujo e Oliveira **Especialista Instituto Millenium**	João Batista Araujo Oliveira é referência nacional em educação. Atuou como professor, pesquisador, consultor e ocupou cargos executivos em organismos nacionais e internacionais. É fundador e presidente do Instituto Alfa e Beto, ONG promotora de políticas práticas de educação que priorizam a alfabetização. Foi secretário-executivo do MEC (1995) e idealizou o programa Acelera Brasil, que visa acelerar e corrigir o fluxo escolar com o apoio do Instituto Ayrton Senna. João Batista é psicólogo e Ph.D em Educação pela Florida State University (EUA). Já publicou dezenas de livros, entre eles: "A Pedagogia do sucesso" (Saraiva, 2001), "A Escola vista por dentro" (Alfa Educativa, 2002), "ABC do alfabetizador" (Alfa Educativa, 2005), "Aprender e ensinar" (Alfa Educativa, 2006), "Reforma na educação: por onde começar?" (Alfa Educativa, 2006), "Usando textos na sala de aula: tipos e gêneros textuais" (Alfa Educativa, 2006), "Alfabetização de crianças e adultos: novos parâmetros" (Alfa Educativa, 2007).
João Cristofolini **Especialista Instituto Millenium**	João Cristofolini é autor do livro "O que a escola não nos ensina" (AltaBooks, 2015). Especializado em empreendedorismo – desenvolvimento de novos negócios, aceleração de negócios, startups, inovação e novos modelos de educação.

João Manoel Pinho de Mello **Especialista** **Instituto Millenium**	João Manoel Pinho de Mello é professor titular do Insper. Especialista em organização industrial, antitruste, economia bancária e economia do crime. Foi professor de economia da PUC-Rio. Foi agraciado pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) com o Prêmio Haralambos Simeonidis de melhor artigo acadêmico escrito por um economista brasileiro em 2010. Bacharel em administração pública Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e Ph.D. em economia pela Universidade Stanford.
João Mellão Neto **Especialista** **Instituto Millenium**	Colunista do jornal "Estado de São Paulo" desde 1987, João Mellão Neto escreve sobre política, economia, costumes, família e religião. É empresário dos setores agropecuário e imobiliário. Atualmente, Mellão ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados de São Paulo. É autor dos livros "Três Estórias para uma História" - sobre o ex-presidente Jânio Quadros, "Nu com a mão no bolso", "Por que sou um liberal" e "Loreley e a condição humana". Formou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em jornalismo pela Fundação Cásper Líbero. O jornalista mantém o blog www.blogdomellao.com.br
João Ricardo Moderno **Especialista** **Instituto Millenium**	João Ricardo Moderno é presidente da Academia Brasileira de Filosofia, professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor titular da Universidade Soka, Tokio, Japão. Atua como artista plástico e fotógrafo de arte desde 1970. Trabalhou nos jornais "O Pasquim" (1974), "Tribuna da Imprensa" (1977-1981), "O Dia" e "Jornal do Brasil" (JB) e em revistas de arte. Comentarista de televisão e rádio. É membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA) e da Associação Internacional de Críticos de Arte – Paris. É Bacharel em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação Hélio Alonso, mestre em Filosofia pela Universidade de Paris I (Sorbonne) e doutor em Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela mesma instituição. Também é doutor honoris causa pela Universidade Soka - Tokio, Japão.
João Victor Guedes **Especialista** **Instituto Millenium**	Economista formado pela Universidade Federal de São João del-Rei, João Victor Guedes é o primeiro brasileiro a ocupar o cargo de tesoureiro da Federação Internacional de Juventudes Liberais (IFLRY), que representa mais de três milhões de jovens espalhados por mais de 75 países. Edita o blog internacional GlobalSpinner.com, em inglês, e tem artigos publicados em diversos portais de organizações liberais como a Red Liberal da América Latina, o Instituto Liberdade e o Instituto Friedrich Naumann.
Juarez Dietrich **Colunista Instituto Millenium**	Advogado, Master of Laws (LL.M) no Insper, pós-graduado em Processo Civil pela PUC-SP. Fundador das empresas Netset/Hypercom (EUA), onde foi VP-Business Development premiado nos Estados Unidos com "Special Recognition for Excellence in Emerging Business". Fundou ainda as empresas Habitec e Dietrich Advogados Associados. Dietrich é membro do banco de conselheiros do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e membro do European Corporate Governance Institute (ECGI). Foi Conselheiro da Ordem dos advogados do Brasil (OAB) no Paraná. Publicou artigos nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo. É autor da monografia (Insper) "Brasil, um País dois Sistemas".
Judith Brito **Especialista** **Instituto Millenium**	Judith Brito é diretora-superintendente do Grupo Folha, vice-presidente da ANJ e professora da ESPM. Formada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com mestrado em ciências políticas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Trabalhou como pesquisadora em ciência no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e no extinto Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Lecionou por quatro anos na FGV

Julio Hegedus Netto **Especialista** **Instituto Millenium**	Julio Hegedus Netto é economista-chefe da Lopes Filho & Associados, empresa de consultoria na área de mercado financeiro e de capitais. É bacharel em ciências econômicas pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), tem mestrado em política economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestrado em estratégia empresarial pela UCAM. É professor de economia da UCAM. Suas áreas de interesse são: macroeconomia, economia internacional, conjuntura econômica e mercado financeiro.
Leandro Callegari Coelho **Especialista** **Instituto Millenium**	Leandro Callegari Coelho é editor do portal Logística Descomplicada. Tem mestrado em engenharia de produção, com foco em logística e transportes pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente cursa PhD em Administração no HEC Montréal, no Canadá, na área de gestão de operações e logística. Seus artigos são publicados nas principais revistas de logística do Brasil.
Leandro Narloch **Especialista** **Instituto Millenium**	Jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi repórter de ciência e história da revista “Veja” e editor de “Aventuras da História” e “Superinteressante”. É autor dos livros “Guia politicamente incorreto da história do Brasil” (Leya, 2009) e "Guia politicamente incorreto da América Latina" (Leya, 2011).
Leandro Piquet Carneiro **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPPs) da mesma universidade. Foi pesquisador visitante do Taubman Center da John F. Kennedy School of Government, Harvard University (2006-2007). É economista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro.
Leila Harfuch **Especialista** **Instituto Millenium**	Economista, doutora em Economia Aplicada e pesquisadora sênior do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone).
Leonardo Paz Neves **Especialista** **Instituto Millenium**	Leonardo Paz é cientista político, coordenador de estudos e debates do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e professor no departamento de Relações Internacionais na Faculdade Ibmec. Trabalhou junto à sessão de assuntos civis do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e foi coordenador executivo do Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais (GAPCon/UCAM). Tem graduação em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestrado em ciência política. É doutorando do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autor dos livros "Estados fracassados e o eixo do mal na política de segurança Norte-Americana" (Ed. São Paulo,2009) e "O CEBRI e as Relações Internacionais no Brasil" (Senac São Paulo, 2014).
Leticia do Amaral **Especialista** **Instituto Millenium**	Leticia do Amaral é mestre em Direito Internacional e Europeu de Negócios pela Université de Sciences Sociales Toulouse I (França), com título reconhecido pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Direito Tributário pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Leticia é advogada nas áreas empresarial e tributária e consultora em direito tributário internacional, com experiência profissional na Grays Inn Tax Chambers em Londres/UK e sócia da Amaral & Advogados Associados (Curitiba/PR). Além disso, também é vice-presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) e do Instituto de Governança Tributária (IGTAX), participando como co-autora em artigos e estudos jurídicos. Membro da International Bar Association (IBA).

Leôncio Martins Rodrigues Netto **Especialista** **Instituto Millenium**	Leôncio Martins Rodrigues Netto é professor titular aposentado do departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro da Academia Brasileira de Ciência (ABC). Considerado um dos principais cientistas políticos do país, Leôncio publicou o livro Destinos do sindicalismo (Edusp, 1999) e foi premiado com o Florestan Fernandes, oferecido pela Sociedade Brasileira de Sociologia. O pesquisador é bacharel em Ciências Sociais e possui mestrado, doutorado e livre-docência em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Os principais assuntos abordados em sua extensa carreira acadêmica foram o sindicalismo, as classes trabalhadoras e as relações de trabalho.
Lourdes Sola **Especialista** **Instituto Millenium**	É cientista social e mestre em Sociologia Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), pós-graduada em Economia Política pela Escola para Graduados em Economia (ESCOLATINA) da Universidade do Chile, doutora em Ciência Política pela Universidade de Oxford, pós-doutora pelo Instituto Kellog de Estudos Internacionais da Universidade de Notre Dame, professora aposentada da USP, conselheira do Núcleo de Políticas Públicas da USP. Foi membro do Conselho da Condição Feminina de São Paulo e uma das diretoras do Programa de Capacitação Solidária. É membro eleito da Academia Brasileira de Ciências e recebeu do governo brasileiro a comenda da Ordem do Mérito Científico. É autora de "Estado, mercado, democracia política e economia comparadas" (Paz e Terra, 1993), "Reforma econômica, democratização e ordem legal no Brasil" (Cepal, 1995) e "Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo" (Edusp, 1998).
Lucas Varnieri Rosa **Especialista** **Instituto Millenium**	Lucas Varnieri Rosa é formado em Relações Internacionais pelo Ibmec-RJ. Integra o conselho consultivo da Panorama Consultoria Internacional do Ibmec, empresa júnior que oferece serviços de internacionalização para micro e pequenas empresas. Foi co-fundador do Núcleo de Pesquisas Políticas Latino Americanas – NUPPLA. Com passagem pelo mercado de capitais, hoje atua com comunicação corporativa e inovação.
Lucia Helena Salgado **Especialista** **Instituto Millenium**	Economista sênior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciência Política pelo Iuperj, doutora em Economia Industrial e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professora visitante na Universidade da Californa, em Berkeley.
Luciana Yeung **Especialista** **Instituto Millenium**	Luciana Yeung Luk Tai é professora de economia e coordenadora no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), desde 2002. Foi professora nos programas de pós-graduação da faculdade de direito da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP) e pesquisadora visitante na Escola de Direito da Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA). Possui graduação em economia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em economia aplicada e em relações industriais pela Universidade de Wisconsin, em Madison, e doutora em economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Publicou capítulo nos livros "Direito e Economia no Brasil" (Atlas, 2012), "Direito Econômico e Social" (Revista dos Tribunais, 2012) e "Direito e Economia – 30 anos de Brasil" (Saraiva, 2012). Seu trabalho acadêmico tem foco na eficiência dos poderes Judiciário e Legislativo brasileiros, bem como dos impactos de seu funcionamento na economia.
Luciano Garrido **Especialista** **Instituto Millenium**	É psicólogo, policial civil do Distrito Federal, pós-graduado em Segurança Pública e Direitos Humanos pelo Centro de Estudos em Direitos Humanos do Centro Universitário Unieuro (Senasp/Unieuro) e colaborador do portal "Clube jurídico do Brasil".
Luciano Timm **Especialista** **Instituto Millenium**	É mestre, doutor e pós-doutor em direito. Trabalha com direito empresarial. É ex-presidente do Comitê de Legislação da Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham), prestadora de serviços do setor empresarial, e secretário do Comitê Brasileiro de Arbitragem.

Luis Lopes Diniz Filho **Especialista** **Instituto Millenium**	Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado e doutorado em Geografia Humana, também pela USP. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem experiência nas atividades de ensino e pesquisa em Geografia, com ênfase nas seguintes áreas: epistemologia da geografia, geografia econômica e geografia regional do Brasil. Diniz Filho escreve para o site Geografia Brasileira em Debate: www.geografiaemdebate.webs.com
Luiz Felipe D´Ávila **Especialista** **Instituto Millenium**	É formado em ciências políticas pela Universidade Americana em Paris e mestre em administração pública pela Harvard Kennedy School. Preside o Centro de Liderança Pública (CLP). É sócio-fundador da SYKUE Bioenergya e da ACCION Microfinanças - instituição sem fins lucrativos, especializada em microcrédito, que atua na região norte do Brasil. Fundou a Editora D'Avila, que lançou as revistas "República" e "BRAVO!". Escreveu editoriais de política para os jornais "Gazeta Mercantil" e "O Estado de S. Paulo". Foi comentarista político das TVs "Manchete" e "Record" e da rádio "Trianon". É membro do Conselho Consultivo do Grupo Pão de Açúcar (CBD) e "Member at Large" do Conselho do Human Rights Watch. Foi diretor do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e membro do Conselho da Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária. É autor dos livros: "O crepúsculo de uma era" (Maakron Books,1995), "Dona Veridiana: a trajetória de uma dinastia paulista" (A Girafa, 2004), "Os virtuosos" (A Girafa, 2006) e "Cosimo de Médici" (Ediouro, 2008); "Memórias de um líder renascentista" (Ediouro, 2008).
Luiz Felipe Lampreia **Especialista** **Instituto Millenium**	Sociólogo e diplomata, Lampreia foi Embaixador do Brasil em capitais estratégicas da Europa, atuando ainda como Secretário Geral do Itamaraty e Ministro das Relações Exteriores entre 1995 e 2001. É responsável por um blog sobre Política Internacional no site de O Globo.
Luiz Fernando Reginato **Especialista** **Instituto Millenium**	Sócio-diretor da RGM Consultoria empresarial Ltda, consultoria especializada em capital humano. Professor de Pós-Graduação e professor do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) no Rio Grande do Sul e em São Paulo, nos módulos Ética e Liderança. Coordenador de inúmeros projetos empresariais e formador de lideranças e equipes em representativas organizações no Brasil.
Luís Eduardo Schoueri **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor titular de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) e vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Possui graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Direito pela Universidade de Munique e doutorado em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP). É sócio do escritório de advocacia Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário, atuando principalmente sobre os temas: acordos de bitributação, preços de transferência, direito tributário internacional e imposto de renda.
Marcel van Hattem **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcel van Hattem é cientista político, jornalista e consultor para relações internacionais. Mestre em ciência política pela Universidade de Leiden (Holanda) e bacharel em relações internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando em jornalismo internacional pelas Universidades de Aarhus (Dinamarca) e de Amsterdã (Holanda). É colaborador regular da Revista Voto. Foi Vereador em Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul.

Marcello Averbug **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcello Averburg é economista e por três décadas lecionou economia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalhou para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante cerca de vinte anos, onde foi chefe dos depatamentos de Planejamento, Avaliação de Programas e de Indústria Naval, além de assessorar a presidência. É ex-assessor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington, onde exerceu a função de "Country Economist" para a Argentina e Paraguai, e foi secretário de planejamento do Estado do Rio de Janeiro. Averburg é formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduado pelo Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Socia (ILPES/CEPAL – Chile) e pela Universidade de Paris. Participou como conferencista nos cursos "Economic Development in Latin America", na George Washington University e "The Politics of Economic Integration", na Georgetwon University, ambas em Washington. Atualmente Marcello é consultor econômico nos EUA e também dedica grande parte do seu tempo à fotografia.
Marcelo Henriques de Brito **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcelo Henriques de Brito é engenheiro e administrador de empresas. Faz parte da diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e é sócio da Probatus Consultoria; profere palestras e leciona em universidades sobre finanças, comércio exterior e relações internacionais. Possui a reconhecida certificação internacional CFP (Certified Financial Planner), como outras certificações profissionais importantes: a CNPI, para o mercado de capitais, a ANBID CPA-20 e CPA-10 para o mercado bancário, e a aprovação no exame de habilitação de corretor de seguros da FUNENSEG, para o mercado de seguros. Marcelo é Ph.D em engenharia química pela Escola Politécnica Federal de Lausanne (Suíça) e também formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em administração, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É autor do livro "Crise e prosperidade comercial, financeira e política" (Probatus, 2004).
Marcelo Hermes-Lima **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcelo Hermes-Lima é biólogo e professor do Departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília (UnB) desde 1996. Atua com pesquisa em ensino de bioquímica e gestão de ciência. Escreveu dois capítulos sobre radicais livres para o "Functional metabolism regulation and adaptation" (Wiley, USA, 2004), terceira publicação mais vendida do mundo na área em 2005 e 2006. É doutor em bioquímica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e co-editor da revista canadense "Comparative Biochemistry and Physiology" e do periódico on-line "PLoS One".
Marcelo Madureira **Especialista** **Instituto Millenium**	Formado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marcelo Madureira ficou conhecido ao protagonizar o programa de humor Casseta & Planeta, da TV Globo. Como escritor, Madureira é responsável pela coluna Agamenon, do jornal "O Globo", junto como Hubert. Nos anos 80, foi engenheiro do Departamento de Planejamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
Marcelo Mello **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcelo Mello é professor de economia do Ibmec-Rio. Graduou-se em economia na PUC-Rio, onde também obteve o título de mestre. É doutor em economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (UIUC). Lecionou nos departamentos de economia da UIUC, de Virginia Tech (EUA), e da PUC-Rio. É especialista em macroeconomia, economia internacional e econometria.

Marcio Coimbra **Especialista** **Instituto Millenium**	Márcio Coimbra é advogado, vice-presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais (Conil) pelo Distrito Federal, sócio do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e professor de direito constitucional e internacional do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Possui experiência internacional com passagem pela Fundação para Análises e Estudos Sociais (FAES) e pelo Partido Popular, em Madri, Espanha. Trabalhou como analista-chefe do Instituto Hayek, em Viena, Áustria, e no Instituto Leadership, nos Estados Unidos. No Brasil foi consultor na Patri (empresa de relações governamentais) e atuou como diretor na Governale - Políticas Públicas e Relações Institucionais. É mestre em ação política pela Universidade Rey Juan Carlos, na Espanha e MBA em direito econômico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É também especialista em direito internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Publicou o livro "A recuperação da empresa: regimes jurídicos brasileiros e norte-americanos", (Síntese - IOB Thomson).
Marco Antonio Rocha **Especialista** **Instituto Millenium**	Marco Antonio Rocha é bacharel em direito, jornalista especializado em economia e finanças e coordenador do corpo de editorialistas do jornal "O Estado de S. Paulo". Foi repórter do jornal "Última Hora", em São Paulo, redator da editora Abril, repórter e redator da revista "Realidade", editor de economia e finanças da revista "Visão" e colunista do "Jornal da Tarde" e da "Gazeta Mercantil".
Marco Antonio Villa **Especialista** **Instituto Millenium**	Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), membro do corpo editorial do periódico "Estudos de História" e responsável pelo projeto de pesquisa "História da migração nordestina para São Paulo (1930-1980)". É mestre em Sociologia e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É autor dos livros: "A queda do império" (Ática, 1996), "O nascimento da República no Brasil" (Ática, 1997), "Vida e morte no sertão" (Ática, 2000), "Jango, um perfil (1945 – 1964)" (Globo, 2004), "1932 – Imagens de uma revolução" (IMESP, 2008), "Partido dos Trabalhadores e a política brasileira" (EDUFSCAR, 2009), "Revolução de 1932" (Imesp, 2010)".
Marcos Troyjo **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcos Troyjo é graduado em ciência política e economia pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em sociologia das relações internacionais pela USP e diplomata. É integrante do Conselho Consultivo do Fórum Econômico Mundial, diretor do BRICLab da Universidade Columbia, pesquisador do Centre d´Études sur l´Actuel et le Quotidien (CEAQ) da Universidade Paris-Descartes (Sorbonne), fundador do Centro de Diplomacia Empresarial e conselheiro do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). É colunista do jornal "Folha de S. Paulo".
Marcus André Melo **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcus André Melo é cientista político. Tem Ph.D em ciência política pela Sussex University, no Reino Unido. É professor associado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi professor visitante na Coca-Cola Company na Universidade de Yale (2009). Em 2011, foi premiado com o Guggenheim Award na área de ciência política, categoria América Latina. Foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, United Nations Research Institute for Social Development (Unrisd), Ford Foundation e Organização das Nações unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). É autor dos livros "Reformas constitucionais no Brasil: instituições políticas e processo decisório" (Revan, 2002) e "Against the Odds: politicians, institutions and the fight against poverty" (Columbia University Press, 2012).
Marcus Teixeira **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcus Teixeira é formado em Relações Internacionais pelo Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais (Ibmec-Rio). É CEO da GoBooks, startup que promove o acesso a educação por meio do aluguel de livros universitários. Dedicou-se ao empreendedorismo desde o ensino médio tendo participado da Junior Achievement. Fundou a Panorama Consultoria Internacional Empresa Júnior. Trabalhou na aceleradora digital 21212, no Rio de Janeiro.

Marcus Vinicius Motta **Especialista** **Instituto Millenium**	Marcus Vinicius Saraiva Delgado Motta é graduado em odontologia, trabalhou na área por quatro anos, e cursa ciência política na UniRio. Trabalha com publicidade e mantém o blog "Contra a correnteza", em que publica textos sobre os assuntos: política, cotidiano, internet e redes sociais. É coautor dos livros "Eu Amo Escrever" (Livros Ilimitados-Cantão, 2011) e "O Tempo de Cada Um" (Editora Multifoco, 2012) e autor de "Contra a Correnteza" (Livros Ilimitados-Cantão, 2011).
Margaret Tse **Especialista** **Instituto Millenium**	Doutora em Gestão Internacional, vice-presidente executiva do Instituto Liberdade no Brasil (IL-RS), diretora da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul), membro do conselho deliberativo do Centro de Integração Empresa-Escola do Rio Grande do Sul (CIEE-RS), membro honorário do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), colaboradora do International Center for Economic Growth (ICEG), pesquisadora da Fundação Atlas de pesquisa Econômica e diretora do Holdtse Investimentos e Participações Ltda.
Maria Carolina Zanette **Especialista** **Instituto Millenium**	Mestranda em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (AESP/ Fundação Getúlio Vargas) e graduada em administração de empresas pela Faculdade de Administração de Empresas da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Ribeirão Preto, Maria Carolina Zanette é analista de mercado e pesquisadora acadêmica, atuando nas áreas de marketing, marketing político, comportamento do consumidor, economia e política. Alguns dos artigos de Zanette podem ser acessados em seu blog, o "Lógica inversa".
Mario Ernesto Humberg **Especialista** **Instituto Millenium**	Presidente da CLA Comunicações e coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Mario Ernesto Humberg é membro da International Society of Business, Economics and Ethics. É secretário do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e diretor da Associação de Empresas Brasileiras para Integração de Mercados (ADEBIM). Ex-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Comunicação e Relações Públicas (Abert), também foi diretor das editoras Abril, Sorel, Noticiário da Moda, Gazeta Mercantil e CL-Cultural. É autor do livro "Ética na política e na empresa" (CLA, 2002).
Mario Vargas Llosa **Especialista** **Instituto Millenium**	Escritor, jornalista, ensaísta e político. Estudou na Universidade de São Marcos em Lima, é doutor em Filosofia e Letras pela Universidade Complutense de Madrid. Ensinou inglês em Paris e foi redator da "France Presse". Concorreu à presidência do Peru, em 1990 e foi vencedor do prêmio Nobel de Literatura de 2010. Entre seus livros, destacam-se os autobiográficos "A cidade e os cachorros" (1963), "A Casa Verde" (1966) e "Tia Júlia e o Escrevinhador". Llosa dedicou o ensaio "A Guerra do Fim do Mundo", baseado na Guerra de Canudos, a Euclides da Cunha, autor de "Os Sertões".
Martim Vasques da Cunha **Especialista** **Instituto Millenium**	O jornalista Martim Vasques da Cunha é um dos criadores da revista cultural "Dicta&Contradicta". Possui experiência na área de ciência política, filosofia da religião e história da filosofia. É graduado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - Campinas) e mestre em ciências da religião pela PUC- SP.
Mauro Rodrigues da Cunha **Especialista** **Instituto Millenium**	Presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Economista especializado em Gestão de Recursos, Governança Corporativa e Mercado de Capitais. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com MBA pela Universidade de Chicago. Foi diretor de investimentos da Franklin Templeton Investimentos (Brasil) Ltda, e da Bradesco Templeton Asset Management (BTAM). Trabalhou na Morgan Stanley Asset Management, Deutsche Morgan Grenfell, Bank of America Latin American Private Equity e Banco Pactual. Foi sócio sênior da Mauá Investimentos.

Moacyr Góes **Especialista** **Instituto Millenium**	Moacyr Góes é diretor de teatro, TV e cinema. Criador da Companhia de Encenação Teatral. Lecionou interpretação no curso de formação de atores da Casa das Artes de Laranjeiras (Cal) durante quatro anos, e foi professor do curso de pós-graduação em Teatro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1993, assumiu a direção artística do Teatro Glória, e em 1997, do Teatro Carlos Gomes. Em 2003, foi diretor da Casa de Cultura Laura Alvim. Góes estreou como cineasta, em 2003, com o filme "Dom", livremente inspirado na obra "Dom Casmurro", de Machado de Assis. É formado em artes cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e já ganhou três vezes o prêmio Shell de melhor diretor e duas vezes o prêmio Moliére.
Monica Baumgarten de Bolle **Especialista** **Instituto Millenium**	Macroeconomista, sócia-diretora da Galanto Consultoria e diretora do Instituto de Estudos de Política Econômica - Casa das Garças (IEPE/CdG), além de professora do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Chefiou a área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do Banco BBM de 2005 a 2006. Foi economista do Fundo Monetário Internacional em Washington, D.C. entre 2000 e 2005, tendo participado da reestruturação da dívida soberana do Uruguai e escrito diversas notas técnicas sobre o tema. É Ph.D. em Economia pela London School of Economics, com especialização em crises financeiras.
Murillo de Aragão **Especialista** **Instituto Millenium**	Murillo de Aragão é advogado, jornalista, cientista político, presidente da Arko Advice Pesquisas e sócio da Aragão-Osório Advogados Associados. Atua como publicitário, radialista e colunista/articulista em vários veículos de imprensa, como: "Revista Imprensa" (1996/2009) e "Blog do Noblat", entre outros. Edita o site de notícias "Brasília em Tempo Real" (www.emtemporeal.com.br) desde 2000. Atuou como conselheiro do Instituto Ayrton Senna e da Embratel Participações e, durante vinte anos, foi vice-presidente executivo da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER). Trabalhou também como conselheiro do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR) e é membro do conselho consultivo da Companhia de Gás de São Paulo (COMGÁS). É formado em direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal (CEUB), é mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. É autor dos livros: "Grupos de pressão no Congresso Nacional" (Maltese, 1992) e "Reforma política - O debate inadiável" (Civilização brasileira, 2014). Blog: http://www.blogdomurillodearagao.com.br/
Mário Antônio Guerreiro **Especialista** **Instituto Millenium**	Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professor adjunto do departamento de Filosofia da UFRJ e membro do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e da Sociedade de Estudos Filosóficos e Interdisciplinares da Universidade. É autor dos livros: "Problemas de filosofia da linguagem" (EDUFF,1985); "O dizível e o indizível" (Papirus,1989); "Ética mínima para homens práticos" (Instituto Liberal, 1995); "O problema da ficção na filosofia analítica" (Editora UEL, 1999). "Ceticismo ou senso comum?" (EDIPUCRS, 1999); "Deus existe? Uma investigação filosófica" (Editora UEL, 2000) e "Liberdade ou igualdade" (EDIOUCRS, 2002).
Nelson Barrizzelli **Especialista** **Instituto Millenium**	Nelson Barizzelli é professor da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (USP) desde 1979. Formado em ciências econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre e doutor em administração pela USP, com especialização em finanças e marketing. Sócio da AGC INTL. – Empresa de consultoria especializada em aceleração de lucratividade de empresas industriais e comerciais. Co-autor do livro "Lucratividade pela Inovação" (Editora Campus, 2005).
Ney Carvalho **Especialista** **Instituto Millenium**	Ney Carvalho é bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Foi corretor de bolsa de valores do Rio de Janeiro por 25 anos, de 1958 a 1983. É ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliário (CVM). Colabora mensalmente na coluna memórias da revista "Capital Aberto". É autor de "A guerra das privatizações" (Editora de Cultura, 2007) "Companhias abertas no Brasil" (Abrasca, 2012) e "Origens do Ibmec e o desenvolvimento do mercado de capitais" (Ibmec, 2012).

Nicolau da Rocha Cavalcanti **Especialista** **Instituto Millenium**	Nicolau da Rocha Cavalcanti é presidente do Centro de Extensão Universitária (CEU), entidade mantenedora do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS). Graduado em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É autor do livro: "O Poder Judiciário e o crédito imobiliário: uma defesa do princípio da proporcionalidade econômica" (Instituto Tendências, 2005).
Nivaldo Cordeiro **Especialista** **Instituto Millenium**	Economista, mestre em Administração de Empresas e doutor em Economia pela FGV/SP. Foi professor universitário na área de economia e, atualmente, é empresário.
Nuno Coimbra Mesquita **Especialista** **Instituto Millenium**	Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em ciência política e em relações internacionais pela Universidade Católica Portuguesa e graduado em ciência política pela Universidade de Brasília. Nuno Coimbra Mesquita fez pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da USP sobre mídia, apoio político e cultura política. É pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas Nupps da USP. Membro do comitê executivo da Research Committee for Political Communication (RC22) da International Political Science Association (IPSA). Dedica-se aos estudos de teoria empírica da democracia, tendo se especializado nos temas de meios de comunicação, instituições democráticas e cultura política. Sua pesquisa tem se dedicado a compreender o papel da mídia para a qualidade da democracia.
Patricia Blanco **Especialista** **Instituto Millenium**	Patricia Blanco é presidente executiva do Instituto Palavra Aberta
Patrícia Carlos de Andrade **Especialista** **Instituto Millenium**	Patricia Carlos de Andrade é presidente do Conselho de Governança do Instituto Millenium. Formada em economia, Andrade cursou mestrado na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Trabalhou nos bancos Icatu e JPMorgan. É autora do livro "Oriente-se Guia de Profissões e Mercado de Trabalho", lançado em 2000.
Paula Guedes **Especialista** **Instituto Millenium**	Paula Guedes é fundadora e CEO da rede profissional Atlz. Idealizadora da Startup Rio, projeto que investe em empresas de tecnologia no estado do Rio de Janeiro. Presidente do Instituto de Formação de Líderes (IFL) no Rio de Janeiro. Formada na Marshall School of Business, da University of Southern California, possui MBA em finanças, estratégia e empreendedorismo pela Wharton School of Business.
Paulo Moura **Especialista** **Instituto Millenium**	É cientista social e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e especialista em Educação à Distância do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Sul (SENACRS). É professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciência Política da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), onde ministra disciplinas sobre marketing político e pesquisa de opinião pública. Assumiu, em maio de 2009, a coordenação do Curso de Ciências Sociais do Ensino à Distância (EAD) da Ulbra. É consultor de comunicação e marketing político de campanhas eleitorais, analista de pesquisas de opinião e de mercado, além de analista político. É autor de "PT: Comunismo ou Socialdemocracia?" (Soles, 2001), "O gauchismo no marketing de Olívio Dutra" (PGM, 2006) e de dois livros didáticos. Foi articulista do jornal "Gazeta Mercantil", no caderno "RS", e é editor do site "Professor Paulo Moura".
Paulo Rabello de Castro **Especialista** **Instituto Millenium**	É doutor em economia pela Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, presidente do Instituto Atlântico, diretor-presidente da SR Rating, primeira empresa brasileira de classificação de riscos de crédito. Fundador da RC Consultores empresa de previsão econômica e analises de mercado, presidente do Lide Economia. É um dos coordenadores do Movimento Brasil Eficiente (MBE).

Paulo Uebel **Especialista** **Instituto Millenium** **IEE e Instituto Liberdade**	Paulo Uebel foi diretor da Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), de 2005 a 2007, presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), de 2006 a 2007, conselheiro da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), de 2006 a 2007, diretor geral do Grupo de Líderes Empresariais da região sul (LIDE SUL), de 2007 a 2009, e diretor-executivo do Instituto Millenium, de 2008 a 2011. Desde 2008 é vice-presidente do Instituto Liberdade. Paulo é bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É especialista em direito tributário, financeiro e econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em liderança global para a competitividade pela Georgetown University, EUA. Atualmente, é mestrando em administração pública pela Columbia University, EUA.
Pedro Cavalcanti Ferreira **Especialista** **Instituto Millenium**	Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia, Pedro Cavalcanti Ferreira coordena o mestrado em Finanças e Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Em 1993, recebeu o Prêmio Haralambos Simeonides, concedido anualmente pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) as melhores teses, livros e artigos de economia. Ferreira desenvolveu pesquisas sobre os efeitos de barreiras comerciais na produtividade dos países e o impacto da longevidade sobre decisões de educação e trabalho. Publica artigos no jornal “Valor Econômico”. O economista é formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e tem mestrado pela mesma universidade. Participou da organização do livro "Desenvolvimento econômico - Uma perspectiva econômica" (Editora Campus, 2012).
Pedro Mello **Especialista** **Instituto Millenium**	Pedro Mello escreve regularmente para o Blog do Empreendedor, do Portal Exame da Editora Abril, sobre os desafios e recompensas atreladas à escolha de se abrir um negócio próprio. Vídeos seus são encontrados no canal Empreendedorismo, no Youtube. Atua também como diretor do Grupo Quack, a holding das empresas Tribecca e Papaya Filmes.
Pedro Sette-Câmara **Especialista** **Instituto Millenium**	Pedro Sette-Câmara é formado em grego clássico pela UFRJ. Manteve o site "O Indivíduo" entre 1997 e 2009, ajudando a divulgar ideias liberais. Em 2005, ajudou a fundar o Instituto Millenium. Entre 2007 e 2009, também colaborou com OrdemLivre.org. É tradutor de autores como René Girard e Roger Scruton, e também autor de teatro.
Rafael Borim **Especialista** **Instituto Millenium**	Rafael Borim é comentarista do programa ‘Cases de Sucesso’ da Record News SC. Atua em consultoria de comércio exterior e em gestão de comércio internacional em indústrias do setor moveleiro e de tecnologia. É formado em relações internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).
Rafael Gontijo de Andrade Brasil **Especialista** **Instituto Millenium**	Rafael Gontijo de Andrade Brasil é bacharel em direito pela Universidade Cândido Mendes. Advogado tributarista, especializado em tributação indireta. Assessora empresas em matérias ligadas à tributação, contribui com os trabalhos da Comissão de Relações Internacionais da OAB-DF, e lidera o setor de relações políticas e institucionais do Brasil + Competitivo, iniciativa empresarial que congrega mais de 200 empresas e entidades em favor da expansão do mercado de capitais brasileiro.
Raul Velloso **Especialista** **Instituto Millenium**	Raul Velloso é consultor econômico e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento. Tem especialização em análise macroeconômica e finanças públicas. É Ph.D em economia pela Universidade de Yale, nos EUA. Foi membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e membro do Conselho Técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Renato Pacca **Especialista** **Instituto Millenium**	É advogado, mestre em direito, professor universitário e gerente jurídico de um dos maiores fundos de pensão do país. Edita o blog “Traduzindo o Juridiquês” para a edição on line do jornal “O Globo” e atua como consultor de assuntos relativos a previdência privada e fundos de pensão.

Ricardo Bernhard **Especialista** **Instituto Millenium**	É Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Diplomata de carreira, sua área de expertise é Relações Internacionais e Política Externa Brasileira. Ricardo Bernhard é também assistente de traduções do think tank brasileiro OrdemLivre.org.
Ricardo Castanheira **Especialista** **Instituto Millenium**	Ricardo Castanheira é diretor-geral da Motion Picture Association – América Latina. Foi diretor de assuntos corporativos da Microsoft Brasil e diretor de assuntos legais e corporativos da Microsoft Portugal. Também ocupou o cargo de CEO da FDTI, em Lisboa, e advogado-sócio da CAPA, em Coimbra. De 1995 a 2002, foi o mais jovem deputado no Parlamento Português. Graduado pela faculdade de direito da Universidade de Coimbra tem diplomas pela John Kennedy School Harvard (Boston), Instituto de Empresa (Madrid), INDEG Business School (Lisboa) e FGV (SP).
Ricardo Diniz **Especialista** **Instituto Millenium**	Ricardo Diniz é vice-presidente do Bank of America Merrill Lynch Brasil. Foi chefe da Thomson Reuters América Latina (2008), chefe da Reuters América Latina (2001) e Brasil Country Manager da Thomson Reuters (1997). Ricardo atuou no Banco CCF no Brasil e fundou a Meca Teleinformática, grupo vendido para "O Globo". Foi gerente do Broadcast, grupo do ramo de negócios eletrônicos. É membro ativo do Presidents Organization Jovem. É graduado em administração. Estudou no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), na Universidade de Michigan, no Massachussets Institute of Technology (MIT) e na Universidade de Michigan.
Ricardo Koboldt de Araujo **Especialista** **Instituto Millenium**	Ricardo Koboldt de Araujo é advogado, professor universitário e coordenador da especialização lato sensu em Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS).
Ricardo Santos Gomes **Especialista** **Instituto Millenium**	O advogado Ricardo Santos Gomes foi presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), vice-presidente do Instituto Liberdade (IL) e sócio do escritório Gomes & Takeda Advogados Associados. Gomes é especialista em direito do trabalho pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). Foi diretor de Formação e vice-presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE).
Roberta Fragoso **Especialista** **Instituto Millenium**	Roberta Fragoso é procuradora do Distrito Federal; mestre em direito do estado pela Universidade de Brasília (UNB); MBA em direito pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e professora de direito constitucional e administrativo na Escola da Magistratura do Distrito Federal e na Escola do Ministério Público. Formada em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tem MBA em direito econômico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestrado em direito e estado pela Universidade de Brasília (UnB). É autora do livro "Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito?" (Livraria dos Advogados, 2007).
Roberto Abdenur **Especialista** **Instituto Millenium**	Roberto Abdeneur iniciou carreira diplomática em 1963. Após atuar em temas administrativos, econômicos e políticos na Secretária do Estado, serviu no consulado em Londres e na embaixada em Washington. Foi coordenador de assuntos econômicos e comerciais na Secretária-Geral e no gabinete do ministro. Embaixador no Equador (1985-1988), China (1989-1993), Alemanha (1995-2001), Áustria e perante as organizações internacionais em Viena (2002-2003) e Estados Unidos (2004-2006). Aposentado em 2007, atuou como consultor sobre assuntos internacionais. Presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e membro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).
Roberto Carvalho de Medeiros **Especialista** **Instituto Millenium**	Roberto Carvalho de Medeiros é oficial da Marinha do Brasil, com 33 anos de serviço. É bacharel, doutor e mestre em Ciências Navais. Foi docente do curso de Relações Internacionais da Faculdade Integrada do Recife (FIR) e encarregado da área de Política, estratégia e Relações Internacionais da Escola de Guerra Naval (EGN). Conquistou cinco titularidades ao longo da carreira: dois comandos de Navio no mar, um comando de Organização Militar e duas vezes Capitão-dos-Portos (Paraíba e Pernambuco). Possui especialização em Relações Internacionais.
Roberto DaMatta **Especialista** **Instituto Millenium**	Roberto DaMatta é antropólogo e escritor. Tem mais dez livros publicados como "Índios e Castanheiros" (Difusão Européia, 1967), "O que é o Brasil?" (Rocco, 2005) e "Crônicas da vida e da morte" (Rocco, 2009).

Roberto Luis Troster **Especialista** **Instituto Millenium**	É bacharel e doutor em economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), pós-graduado em Banking pela Stonier School of Banking pela University of Delaware e consultor da CMS Brasil. Foi economista chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e do Banco Itamaraty, além de diretor do Banco Finasa de Investimento S. A. e da Finasa Leasing Arrendamento Mercantil S.A. Foi professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e lecionou na Universidade de São Paulo (USP), Mackenzie e na Universidade Agostinho Neto, em Angola. É autor de "Overbanking no Brasil" (Makron Books do Brasil, 1997), "Introdução à economia" (Makron Books do Brasil, 2002) e "Manual de introdução à economia" (Saraiva, 2006).
Roberto Pereira D`Araujo **Especialista** **Instituto Millenium**	Roberto Pereira d´Araujo é engenheiro eletricista formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e mestre em sistemas pela mesma universidade. Ex-chefe de departamento em Furnas Centrais Elétricas. Tem experiência na área de planejamento do setor elétrico. Atualmente é consultor da RCM Consultoria e Projetos LTDA, que prestou assessoria ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), a Companhia Paranaense de Energia (Copel), a Eletrobras, a Petrobras, a Fundação Getulio Vargas (FGV) e a Norske Skog. Também ocupou o cargo de conselheiro de administração de Furnas, entre 2003 e 2005.
Roberto Rachewsky **Especialista** **Instituto Millenium**	Roberto Rachewsky é empresário da área de comércio exterior. Fundador do Instituto Estudos Empresariais (IEE), do qual foi vice-presidente (1984-85) e presidente (1986-87). Também fundou o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, do qual foi vice-presidente na década de 1980. Participou da diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre, da Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil do Rio Grande do Sul (ADVB-RS) e da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul). Atualmente, é conselheiro do IEE.
Roberto Salone **Especialista** **Instituto Millenium**	Diplomata de carreira, Roberto Salone foi assessor legislativo da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e também Presidente da Comissão de Ex-Presos Políticos do Estado de São Paulo. É mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP) e também mestre em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, ligado ao Ministério das Relações Exteriores. Sua dissertação de mestrado, intitulada "Irredutivelmente Liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho", foi publicada pela editora Albatroz em 2009.
Roberto Schaeffer **Especialista** **Instituto Millenium**	Roberto Schaeffer é professor associado do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ. É editor-associado das revistas científicas internacionais "Climate Policy e Energy-The International Journal", e membro do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC) da ONU. Foi professor visitante do Centro para Energia e Meio Ambiente, e professor palestrante na Universidade da Pensylvania, EUA. É Ph.D. em política energética pela Universidade da Pensylvania. Em 2008, ocupou a cátedra de professor visitante em estudos brasileiros no Canadá.
Roberto Soares Garcia **Especialista** **Instituto Millenium**	Roberto Soares Garcia é professor do curso de pós-graduação da GVLaw - Fundação Getulio Vargas. Formado em Direito Criminal, Garcia foi coordenador da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB/SP, vice-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), coordenador adjunto da Revista Brasileira de Ciências Criminais do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) e vice-coordenador da Comissão de Crimes na Internet da Associação Brasileira de Direito de Informática.

Rodrigo Constantino **Especialista** **Instituto Millenium** **Presidente do** **Instituto Liberal**	Presidente do Instituto Liberal e membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL), Rodrigo Constantino atua no setor financeiro desde 1997. Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), com MBA de Finanças pelo IBMEC, Constantino é colunista de importantes meios de comunicação brasileiros como os jornais "Valor Econômico" e "O Globo". Conquistou o Prêmio Libertas no XXII Fórum da Liberdade, realizado em 2009. Tem cinco livros publicados, entre eles: "Economia do indivíduo: O legado da Escola Austríaca".
Rodrigo R. Coutinho **Especialista** **Instituto Millenium**	Rodrigo R. Coutinho é mestre em relações internacionais pela Universidade de Nova Iorque (NYU), especialista em relações exteriores e negócios internacionais pela Universidade Candido Mendes (UCAM), e administrador de empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Especialista em ciências políticas e relações internacionais, em temas como globalização, transnacionalização e mercados emergentes. Consultor de gestão e estratégia, assessora, desde 1998, empresas nacionais e multinacionais em processos de planejamento estratégico, desenvolvimento de novos negócios e mercados.
Rodrigo Tiraboschi **Especialista** **Instituto Millenium**	Rodrigo Tiraboschi é diretor de operações na Pagpop, uma empresa acelerada pela 21212. Mestre em gestão e operações pela Universidade Harvard e bacharel em administração de empresas pelo IBMEC. Tem MBA em marketing pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Atuou nos departamentos financeiro e comercial de shopping centers. Possui interesse por tecnologia e internet, tendo atuado em um venture capital do setor.
Rolf Kuntz **Especialista** **Instituto Millenium**	Rolf Kuntz é professor titular de Filosofia Política na Universidade de São Paulo (USP) e colunista de economia do jornal "O Estado de S. Paulo". É autor dos livros "François Quesnay: economia" (Atica, 1984), da coleção Grandes Cientistas Sociais, e "Qual o futuro dos direitos? Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista" (Max Limonad, 2002). Kuntz é mestre e doutor em Filosofia pela USP. Tem interesse especial pela obra de David Hume, Jean-Jacques Rousseau, John Locke e Adam Smith.
Ronald Otto Hillbrecht **Especialista** **Instituto Millenium**	Ronald Otto Hillbrecht é professor do curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entre 1994 e 1997, ministrou aulas de Economia, Macroeconomia, Moeda e Bancos e Economia Institucional na Universidade de São Paulo (USP). É autor do livro "Economia Monetária" (Ed. Atlas, 1999). Doutor em Teoria Econômica pela Universidade de Illinois, nos EUA e mestre em Economia pela USP. Tem interesse especial pelas áreas de política monetária e política econômica.
Ronaldo Balassiano **Especialista** **Instituto Millenium**	Ronaldo Balassiano é engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em engenharia de transportes e em planejamento energético e ambiental pela COPPE e PhD em engenharia de transportes pela Universidade de Westminster. Atualmente é professor associado da COPPE, vinculado ao Programa de Engenharia de Transportes (PET). Pós-doutor pelo Center for Future Urban Transport da Universidade da Califórnia, em Berkeley, EUA.
Ronaldo Campos Carneiro **Especialista** **Instituto Millenium**	Ronaldo Campos Carneiro trabalhou nos Ministérios de Minas e Energia, Planejamento e da Fazenda, participando do financiamento de projetos com o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). Formado em Engenharia Industrial pela PUC-SP, Carneiro ministrou aulas nos cursos de Engenharia da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Foi diretor da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF) e é diretor da Câmara de Comércio Brasil Portugal (CCBP), em Brasília. Recebeu a medalha Ordem do mérito JK, pelos relevantes serviços prestados a cidade de Brasília.
Rubem de Freitas Novaes **Especialista** **Instituto Millenium**	Rubem de Freitas Novaes foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), presidente do SEBRAE e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). É autor do livro "Investimentos Estrangeiros no Brasil: uma Análise Econômica" (Ed. Expressão e Cultura). Novaes tem PhD em Economia pela Universidade de Chicago, nos EUA.

Rubens Barbosa **Especialista** **Instituto Millenium**	Rubens Antônio Barbosa foi embaixador do Brasil em Washington (1999-2004). É presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex) da Fiesp. Barbosa é articulista dos jornais "O Estado de São Paulo" e "O Globo", e editor chefe da revista "Interesse Nacional". É autor dos livros "Panorama Visto de Londres", sobre política externa e econômica; "Integração Econômica da América Latina" e "The Mercosur Codes". É mestre pela Escola Superior de Ciências Econômicas e Políticas de Londres. Foi secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).
Samuel Kinoshita **Colunista Instituto Millenium**	É economista da MVP Capital. Graduado em economia pelo Insper, mestre em economia pela Universitat Pompeu Fabra e mestre em estatística pela Columbia University.
Samuel Pessoa **Especialista** **Instituto Millenium**	Samuel de Abreu Pessôa é professor da pós-graduação em economia da Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro (EPGE/FGV), chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) e editor da revista "Pesquisa e Planejamento Econômico". É doutor em economia pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e mestre em física pela mesma universidade. É especialista em crescimento, flutuações e planejamento econômico. Participou da organização do livro "Desenvolvimento econômico - Uma perspectiva brasileira" (Editora Campus, 2012).
Sandro Schmitz **Especialista** **Instituto Millenium**	Analista e consultor internacional. Sócio-diretor da Dealers Negócios Internacionais, coordenador de Direito Internacional, Econômico e Tributário da Junqueira Schacker Advogados. Graduado em Direito, especialista em Gestão de Conflitos e Negociação pela Organização de Estados Americanos (OEA), e Aprofundamento de Estudos também pela OEA. Doutorando em Economia pela Universidad de La Matanza, em Buenos Aires, com concentração de estudos em Direito Econômico. Professor de Direito do Comércio Internacional, Direito Internacional e diretor de Relações Internacionais na Câmara de Comércio Brasil Argentina do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
Sandro Vaia **Especialista** **Instituto Millenium**	O jornalista e escritor Sandro Vaia trabalhou no Grupo Estado por mais três décadas. Foi diretor de redação do jornal "O Estado de S.Paulo", entre 2000 e 2006. Atuou como repórter, redator, subeditor e editor do "Jornal da Tarde"; editor executivo da revista "Afinal" e diretor de informação da Agência Estado. É autor do livro "A ilha roubada – Yoani, a blogueira que abalou Cuba" (Editora Barcelona). Atualmente, Vaia é colaborador de várias publicações.
Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr **Especialista** **Instituto Millenium**	Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr. é advogado especializado em direito do estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em direito previdenciário pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Escreve sobre questões econômicas, políticas e jurídicas relativas à proteção das liberdades, da democracia, do progresso econômico e social e do Estado de Direito.
Sergio Lazzarini **Especialista** **Instituto Millenium**	Ph.D em administração pela Universidade de Washington, Sergio Lazzarini é professor titular do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e membro do corpo editorial de jornais internacionais. Atua como editor e revisor do jornal "Brazilian Administration Review", da "Revista Brasileira de Finanças", do "Journal of Management", e de outras publicações. Foi professor de economia do Ibmec São Paulo e da Faculdade FIA de Administração e Negócios, também em São Paulo. Formado em Engenharia Agronômica pela Universidade de São Paulo (USP), é mestre em administração pela mesma universidade.
Sergio Lewin **Especialista** **Instituto Millenium**	Vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) e membro do conselho Institucional da Academia Tributária das Américas (ATA), Sergio Lewin é especialista em direito tributário e constitucional. Atua como conselheiro-julgador do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários de Porto Alegre (TART) e diretor do Instituto de Estudos Tributários de Porto Alegre (IET). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), com especialização em direito da economia e da empresa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), entre 1999 e 2000, e presidente do Instituto Liberdade, de 2004 a 2006.

Sergio Vale **Especialista** **Instituto Millenium**	Sergio Vale é economista-chefe da MB Associados, empresa de consultoria em análise macroeconômica e colunista do jornal "Brasil Econômico". Formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/USP e mestre em Economia pela mesma instituição. Obteve mestrado em economia pela Universidade de Wisconsin Madison EUA. Foi colaborador do jornal "O Estado de São Paulo", colunista do jornal "O Diário de São Paulo" e professor nos cursos de Economia e Administração das faculdades IBMEC-SP.
Silverio Zebral **Especialista** **Instituto Millenium**	Silverio Zebral é diretor-presidente do Probus Consulting Group, economista-chefe do Departamento de Modernização do Estado da OEA e consultor-sênior da Escola de Pós-Graduacão em Gerência Política da Universidade George Washington (GSPM/GU). Fez carreira como economista no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pesquisador na Fundação Getulio Vargas (FGV) e consultor para Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É mestre em Desenvolvimento Internacional pelo The Graduate Institute of International and Development Studies (Genebra, Suiça).
Telma Darn **Especialista** **Instituto Millenium**	Telma Darn é docente e coordenadora do Observatório de Turismo do Estado de São Paulo (Oturesp), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em Sorocaba. É bacharel em turismo pela Faculdade Anhembi Morumbi (FAM), mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e doutora em geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP), campus Rio Claro.
Thales Michel Stucky **Especialista** **Instituto Millenium**	Presidente do Instituto de Estudos Tributários (IET) e coordenador do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), em Porto Alegre, Thales Michel Stucky também é associado aos escritórios Trench, Rossi e Watanabe Advogados. Formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), é especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e mestre em Direito Tributário Internacional pela New York University School of Law. É Autor de artigos em matéria tributária publicados em livros, jornais e revistas jurídicas.
Ubiratan Iorio **Especialista** **Instituto Millenium**	É bacharel em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). É professor adjunto do departamento de análise econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Leciona também em cursos de MBA da FGV-RJ e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Trabalhou na faculdade de economia e finanças do Ibmec e na faculdade de ciências econômicas da UERJ. Foi economista do Banco Central do Brasil e do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV-RJ. É autor de "Economia e liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira" (Forense Universitária, 1997), "Uma análise econômica do problema do cheque sem fundos no Brasil" (Ibmec, 1985) e "Macroeconomia e política monetária" (Ibmec, 1984).
Vítor Wilher **Especialista** **Instituto Millenium**	Economista, escritor, blogueiro e consultor empresarial. Escreve periodicamente artigos de política monetária, conjuntura macroeconômica e política brasileira, publicados em jornais, em sites especializados e no seu site pessoal (www.vitorwilher.com). Formado em ciências econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestrando em economia pela mesma universidade.
Yoani Sánchez **Especialista** **Instituto Millenium**	A cubana Yoani Sánchez é webmaster, articulista e editora do portal "Desde Cuba". Em 2007, ela criou o site "Generación Y", que aborda questões sobre informática. Fundou a revista de reflexão e debate "Consenso", em 2004. Apesar do interesse pelo mundo digital, Sánchez é formada em Filosofia Hispanica pela Faculdade de Artes e Letras. Ela é especialista em literatura espanhola e em literatura latinoamericana contemporânea.

Simon Schwartzman **Especialista** **Instituto Millenium**	Simon Schwartzman é pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) no Rio de Janeiro. Formado em sociologia e ciência política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em sociologia pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO, Chile), e doutor em ciências políticas pela Universidade da California, Berkeley. É especialista em educação, ciência e tecnologia e políticas sociais. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1994 e 1998. Autor de "Brasil: a nova agenda social" (Editores, 2011), "Políticas educacionais e coesão social – uma agenda latino-americana" (Elsevier, 2009) e "Os desafios da educação no Brasil" (Nova Fronteira, 2005).
Solange Ferreira de Moura **Especialista** **Instituto Millenium**	Solange Ferreira de Moura é diretora nacional do Centro de Ciências Jurídicas e diretora executiva de ensino da Rede Estácio de Sá. Mestre e doutoranda em direito. Professora de direito processual civil da Universidade Estácio de Sá e da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. É especializada nas áreas cível e empresarial.
Sueli Angarita **Especialista** **Instituto Millenium**	Bacharel em Administração e em Ciências Contábeis, Sueli Angarita tem extensão em gestão empresarial pelo Centro de Educação Tecnológica (Cefet) do Rio de Janeiro. Angarita é consultora tributária e atua no mercado prestando serviços a grandes empresas.
Sérgio Tostes **Especialista** **Instituto Millenium**	Sérgio Tostes é fundador do escritório de advocacia Tostes & Associados. Consultor nas áreas empresarial, de energia, óleo e gás, e no setor tributário e de investimentos estrangeiros. É formado em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara e pós-graduado em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV–RJ). É mestre em Jurisprudência Comparada pela Universidade de Nova Iorque e também mestre em Direito Tributário pela Universidade de Harvard. Foi professor de Direito Tributário e Direito Comercial na Universidade Cândido Mendes e na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Também foi presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) entre 1990-1998.
Wagner Vargas **Especialista** **Instituto Millenium**	Formado em jornalismo pela universidade Anhembi Morumbi e especializado em economia, trabalha com assessoria de imprensa e comunicação estratégica na área de telecomunicações e com consultoria e marketing político. Editor e colunista de política econômica do Jornal "Imprensa", integra os conselhos de Economia e o de Investimento em Inovação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (CJE/Fiesp) e, como especialista do Instituto Millenium, contribui com artigos e entrevistas.
Zeina Latif **Especialista** **Instituto Millenium**	Zeina Latif é doutora em economia pela Universidade de São Paulo (USP) e economista-chefe da XP Investimentos. Trabalhou no Royal Bank of Scotland (RBS), ING, ABN-Amro Real e HSBC. Escreve colunas semanais para o Broadcast da Agência Estado.

Elaboração própria. Fonte: http://www.institutomillenium.org.br/institucional/especialistas/. Acesso em 25/06/2015.

ANEXO IV: Quadro de Articulistas Convidados do Instituto Millenium	
Adeodato Neto **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Adeodato Volpi Netto é sócio-sênior da Consultoria Open Point Partners e responsável pela análise mercadológica de ativos intangíveis e de estruturação das transações de M&A na OPPBrasil. Possui especialização em fusões e aquisições (CM&AA) pela Universidade De Paul – em Chicago, EUA. Tem 17 anos de experiência em negócios internacionais e mercado automotivo e carrega posições executivas marcantes na Volvo Cars, Cotia Trading e United Auto Brasil. Foi premiado pela BMW com o QMA Standards, maior índice mundial da certificação, tornando-se referência internacional em qualidade de pós-vendas e serviços.
Alejandro Peña Esclusa **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Empresário e Político Venezuelano, líder oposicionista no país. Presidente da Unoamerica (Unión de Organizaciones Democráticas de América), que reúne mais de 200 entidades comprometidas com a defesa da democracia liberal e o combate aos avanços da esquerda na América Latina.
Alexandre Schwartsman **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Alexandre Schwartsman foi economista-chefe do grupo Santander Brasil e diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC) durante o governo Lula. Schwartsman formou-se em administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Cursou doutorado em economia na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Em sua carreira também constam passagens pelo Unibanco e pelo Bankers'Association (BBA). É colunista do jornal "Folha de S. Paulo".
Ali Kamel **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Considerado um dos 100 brasileiros mais influentes, em 2009, Ali Kamel é jornalista, sociólogo, colunista do jornal "O Globo" e diretor da Central Globo de Jornalismo (CGJ), desde julho de 2009. Kamel é autor dos livros "Não somos racistas" (Nova Fronteira, 2006), "Sobre o Islã: a afinidade entre muçulmanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo" (Nova Fronteira, 2007) e "Dicionário Lula – Um presidente exposto por suas próprias palavras" (Nova Fronteira, 2009). O jornalista mantém o site www.alikamel.com.br
Alvaro Vargas Llosa **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Reconhecido internacionalmente, o jornalista e escritor peruano Alvaro Vargas Llosa acumula passagens pelos mais influentes meios de comunicação do mundo e teve seus livros traduzidos em diversos idiomas. Formado em historia pela London School of Economics, Llosa é colunista semanal do "Washington Post Writers Group". Trabalhou no "New York Times", no "El País", no "El Mundo", no "La Nación" e em muitos outros jornais. Também realizou trabalhos em televisão e rádio. Llosa foi premiado com o Sir. Anthony Fisher International Memorial Award pelo livro "Rumbo a la libertad". Em 2007, foi nomeado Jovem Líder Global pelo Fórum Econômico de Davos. Ao longo de sua carreira, o jornalista recebeu muitos prêmios como o de melhor programa de rádio em questões de atualidade na Flórida em 1998.
Andre Franco Montoro Filho **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), André Franco Motoro Filho foi presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O economista também foi secretário de economia e planejamento do Estado de São Paulo nas gestões Mário Covas e Geraldo Alckmin. É autor dos livros "Contabilidade Social – uma introdução à macroeconomia" (Atlas, 1994) e "Corrupção, ética e economia - Reflexões sobre a ética concorrencial em economias de mercado" (Elsevier, 2012). Formado pela USP, Montoro cursou mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e doutorado, na mesma área, pela Universidade de Yale, EUA.
Anselmo Heidrich **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Anselmo Heidrich é formado em geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Heidrich é professor da disciplina com experiência no ensino fundamental, médio, superior e em redes de pré-vestibulares.

C. Bradley Thompson **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É professor pesquisador da Universidade Clemson e diretor executivo do Instituto Clemson para Estudo do Capitalismo. Também atua como professor visitante nas universidades de Princeton e Harvard e na Universidade de Londres. É autor de "John Adams and the spirit of liberty" (University Press of Kansas, 2002), "The revolutionary writings of John Adams" (Liberty Fund Inc.,2001), "Antislavery political writings, 1833-1860: a reader" (M.E. Sharpe, 2003), e foi um dos editores da "Encyclopedia of the Enlightenment" (Oxford University Press, 2002). Também escreve para o suplemento literário do "The Times", de Londres. Realiza palestras sobre reformas na educação, a revolução americana e o pensamento político de John Adams.
Carlos Alberto Di Franco **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Carlos Alberto Di Franco é advogado e doutor em comunicação pela Universidade de Navarra. Colunista e consultor do "Estado de São Paulo" e da "Rádio Eldorado". Di Franco também publica artigos em "O Globo" e "Estado de Minas". Publicou os livros "Jornalismo, Ética e Qualidade" (Editora Vozes, São Paulo) e "Jornalismo como poligrafia" (Porto, Portugal).
Carlos Alberto Montaner **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Carlos Alberto Montaner é escritor e jornalista. Formado em literatura pela Universidade de Miami (EUA). O cubano radicado na Espanha é vice-presidente da Internacional Liberal. Montaner é autor de "Las raíces torcidas de América Latina" (2001), "Viaje al corazón de Cuba" (Aduana Vieja, 2010) e "Libertad, la clave de la prosperidad". Ele é ainda co-autor, com o colombiano Plinio Apuleyo Mendonza e o peruano Alberto Vargas Llosa, dos livros "Manual do perfeito idiota latino-americano" (Bertrand, 1996) e "A volta do idiota" (Odisséia, 2007).
Carlos Alberto Sardenberg **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Carlos Alberto Sardenberg é âncora do programa "CBN Brasil", comentarista econômico do "Jornal da Globo" e colunista dos jornais "O Estado de S. Paulo" e " O Globo". O jornalista tem passagens por uns dos mais importantes meios de comunicação brasileiros como o jornal "Folha de São Paulo" e as revistas "Veja" e "IstoÉ". Foi diretor da sucursal do "Jornal do Brasil" em São Paulo e diretor de jornalismo da Rede Bandeirantes de Televisão. Seu livro mais recente é "O assunto é dinheiro" (Saraiva, 2006), escrito com Mara Luquet. Sardenberg mantém um blog no G1 e o site www.sardenberg.com.br
Christopher Sabatini **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Diretor sênior de política da Americas Society e do Conselho das Américas (COA), Christopher Sabatini é PhD em governo pela Universidade de Virgínia, nos EUA. Sabatini também é professor da Universidade de Columbia. Ele fundou a revista "Americas Quarterly" (AQ) e mantém o blog www.americasquarterly.org desde 2007. Sabatini publica artigos sobre temas políticos como democratização e é colaborador do portal "The Huffington Post".
Claudia Costin **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Atual Secretária de Educação do Rio de Janeiro, Claudia Costin é especialista em políticas públicas. Costin lecionou em importantes universidades brasileiras como a Universidade de Campinas (Unicamp). Foi professora-visitante da Escola Nacional de Educação Pública, da Universidade de Quebec, no Canadá. Entre 2003 e 2005, a administradora comandou a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Ela também atuou como consultora dos governos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Formou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cursou mestrado em economia e doutorado em Administração Publica, também pela FGV.
Cora Ronai **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Colunista de tecnologia e cronista do Segundo Caderno, do jornal "O Globo", Cora Rónai criou a primeira coluna de informática do jornalismo brasileiro, no Jornal do Brasil, em 1986. Foi a primeira jornalista brasileira a criar um blog: o internETC, ativo desde de 2001. Cora Rónai também foi pioneira na utilização da fotografia digital como documento. É autora do livro "Fala Foto", que conta com uma seleção de fotos de celulares do mundo todo, sendo finalista do Prêmio Jabuti. Recebeu o Prêmio Comunique-se de Melhor Jornalista de Informática em 2004, 2006 e 2008. Já publicou mais de dez livros, entre eles: "Caiu na Rede", "Uma Ilha Lá Longe" e "Álbum de Retratos".

Demétrio Magnoli **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Sociólogo, colunista dos jornais “O Estado de S. Paulo” e “O Globo”. Magnoli foi colunista da rádio “BandNews FM” e comentarista do “Jornal da Cultura”. Atualmente, é comentarista de política internacional do "Jornal das Dez" da Globo News. É autor de diversos livros como ”Uma gota de sangue” (Contexto) e “Liberdade versus Igualdade” (Record). Integra o Grupo de Análises de Conjuntura Internacional (Gacint) da USP. Magnoli tem doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).
Denis Rosenfield **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Articulista dos jornais “O Estado de S. Paulo” e “O Globo” e editor da revista “Filosofia Política”. É professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador I-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Rosenfield é graduado em Filosofia na Universidade Nacional Autônoma do México, “Doutor de Estado” pela Universidade de Paris I (Panthéon Sorbonne) e pós-doutor na Ecole Normale Supérieure de Fontenay-St. Cloud. É consultor de análise política para empresas, grupos financeiros, associações empresariais e partidos políticos. É autor dos livros: “Descartes e as peripécias da razão” (Iluminuras, 1996), “Hegel, a moralidade e a religião” (Zahar, 2002), “Retratos do mal” (Jorge Zahar, 2003), “A democracia ameaçada” (Topbooks, 2006), “Reflexões sobre o direito a propriedade” (Campus Jurídico, 2007), “O que é democracia” (Brasiliense, 2009) e “Justiça, democracia e capitalismo (Campus jurídico, 2010).
Edson Ronaldo Nascimento **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi presidente da Rede Ferroviária Federal. Publicou os seguintes livros: “Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada” (Vestcon, 2004), “Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal” (Min. da Fazenda, 2002), “Finanças Públicas – União, Estados e Municípios” (Vestcon, 2003), “Finanças Públicas Aplicadas” (Vestcon, 2006) e “Finanças Públicas para Concursos” (Ferreira, 2006).
Eduardo Zimmer Sampaio **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Empresário e associado do Instituto de Estudos Empresariais (IEE)
Eugenio Bucci **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Eugênio Bucci é professor doutor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). É colunista do jornal "O Estado de S. Paulo" e do site "Observatório da Imprensa". Integrou o conselho curador da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura de São Paulo) de 2007 a 2010. Autor de livros e ensaios sobre comunicação e jornalismo, foi presidente da Radiobrás entre 2003 e 2007. Como crítico de televisão e de cultura, manteve colunas em jornais na "Folha de S. Paulo" e "Jornal do Brasil" e nas revistas "Veja", "Nova Escola" e "Sem Fronteiras". Na Editora Abril, foi diretor de redação de revistas mensais e secretário editorial. Bucci é graduado em Jornalismo e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e é doutor em Ciências da Comunicação, também pela USP.
Eugenio Mussak **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É professor da Fundação Instituto de Administração (FIA) da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral, nas áreas de liderança e gestão de pessoas. É o diretor científico da Associação Brasileira de Recursos Humanos e integrante do comitê de criação do Congresso Brasileiro de Recursos Humanos (CONARH). Escreve mensalmente para as revistas "Você S.A.", sobre liderança, e "Vida Simples", sobre comportamento. Tem um programa semanal de entrevistas na rádio Estadão, chamado “Papo de Líder".

Everardo Maciel **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É consultor Jurídico e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público. Foi Secretário de Fazenda, de Planejamento e de Educação de Pernambuco, Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, Secretário-Executivo dos Ministérios da Educação, da Casa Civil, do Interior (hoje Integração Nacional) e da Fazenda, Secretário da Receita Federal, além de ter ocupado em caráter interino os cargos de Ministro da Educação, Interior e Fazenda. Também lecionou em instituições acadêmicas privadas e participou em missões das Organizações das Nações Unidas.
Fernando Gabeira **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Fernando Gabeira é jornalista e escritor. Foi deputado federal pelo PV e pelo PT. É colunista do jornal "O Estado de S. Paulo" e apresenta um programa na Globonews. É autor dos livros "O que é isso, companheiro?" (Codecri, 1979), "Diário da crise" (Rocco, 1984), "Navegação na neblina" (2006) e "Onde está tudo aquilo agora" (Companhia das Letras, 2013).
Fábio Ostermann **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Formado em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também estudou economia. Graduado em liderança para a competitividade global pela Georgetown University (EUA) e em política e sociedade civil pela International Academy for Leadership (Alemanha). Mestre em ciências sociais/ciência política na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É diretor de relações institucionais do Instituto Liberal.
Gaudencio Torquato **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Vencedor do "Prêmio Esso de Jornalismo" na categoria científica, por uma série de reportagens sobre a doença da barriga d'água, Gaudêncio Torquato trabalhou em alguns dos mais importantes meios de comunicação brasileiros como "Jornal do Comercio", "Folha de S. Paulo" e "Correio da Manhã". Atualmente, Torquato presta consultoria em marketing institucional e político, e em comunicação organizacional. Ele também ministra aulas na Universidade de São Paulo (USP) e preside a GT Marketing e Comunicação. É autor de diversos livros como "Marketing Político e Governamental – um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação" (São Paulo, Summus Editora, 1985) e "A velha era do novo" (Cromosete, 2002). Torquato cursou doutorado em Jornalismo Interpretativo pela USP.
Guilherme Fiuza **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Jornalista e escritor brasileiro, Guilherme Fiuza mantém uma coluna sobre política na revista "Época" e escreve para o jornal "O Globo". É co-autor da minissérie "O brado retumbante", exibida em 2012 pela TV Globo, e assina o livro "Meu nome não é Johnny" cuja adaptação ao cinema rendeu ao escritor o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro na categoria Melhor Roteiro Adaptado. Além deste, Fiuza escreveu "3.000 dias no bunker", "Amazônia, 20º andar", "Bussunda - A vida do Casseta" e "Giane — Vida, arte e luta". (Foto: Leo Aversa)
Guilherme Malzoni Rabello **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Engenheiro naval formado pela Universidade de São Paulo (USP), doutorando em Neurociência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Presidente do Instituto de Formação e Educação (IFE).
Gustavo Guida Reis **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Em 2000, com apenas 23 anos, Gustavo Guida Reis fundou o Bondfaro.com. Seis anos depois, o portal do economista foi incorporado ao Buscapé, formando o maior portal de pesquisas de preços da América Latina, vendido em 2009. Formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Reis fundou o portal HelpSaude.com (marcação de consultas médicas) e foi investidor anjo do portal Fisgo.com (classificados online). Atualmente é Diretor de Produto da BTCJam - que oferece uma forma direta de conexão entre investidores e tomadores de empréstimo em escala global através do protocolo Bitcoin.

Gustavo H. B. Franco **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Gustavo H.B. Franco é bacharel e mestre em economia pela PUC do Rio de Janeiro e Ph.D (1986) pela Harvard University. É estrategista-chefe da Rio Bravo e presidente do Instituto Millenium. Foi presidente do Banco Central do Brasil, e também diretor da Área Internacional do Banco Central e Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, entre 1993 e 1999. Gustavo Franco participa de diversos conselhos consultivos e de administração e escreve regularmente para jornais e revistas. É professor do Departamento de Economia da PUC desde 1986. Tem 14 livros publicados e mais de uma centena de artigos em revistas acadêmicas.
Héctor Ñaupari **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Presidente do Instituto de Estudos da Ação Humana (IEAH), no Peru, e vice-presidente da Rede Liberal da América Latina (RELIAL), no México, o advogado Héctor Ñaupari presta consultoria em temas políticos, econômicos e legais. Publicou o livro de ensaios "Páginas libertárias" (Edições Zignos-Altazor, Lima, 2004). Em 2001, ganhou o Prêmio Internacional de Ensaios Acadêmicos Charles S. Stillman, organizado pela Universidad Francisco Marroquin, na Guatemala. Formado pela Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade Nacional Mayor de San Marcos, possui mestrado em Direito Civil e Comercial e doutorado em Direito Privado pela Universidade de Salamanca, na Espanha.
Igor Barenboim **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É bacharel em economia pela Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre e Ph.D. em economia pela Universidade de Harvard. Foi membro da equipe fundadora da Gávea Investimentos. Em 2002, foi interno, pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Comissão Econômica para a América Latina (Washington D.C.).
Ilan Goldfajn **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa em Economia da Casa das Garças (IEPE/CdG). Foi sócio da Gávea Investimentos e trabalhou como Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil. Tem passagens pelo Fundo Monetário Internacional e pela Universidade de Brandeis, em Massachussetts. Escreve inúmeros papers acadêmicos e de política, além de artigos sobre economia para revistas nacionais, internacionais e jornais. Trabalhou como consultor de organizações internacionais (como o Banco Mundial, FMI e Nações Unidas), governos e o setor privado.
J.R. Guzzo **Colunista Convidado Instituto Millenium**	José Roberto Guzzo é do Conselho Editoral da Abril e colunista das revistas "Exame" e "Veja".
Jack Healey **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Jack Healey foi pioneiro na luta pelos direitos humanos, causa que defende há quatro décadas, sendo reconhecido hoje como "Mr. Human Rights". Healey ajudou a trazer o tema dos direitos humanos para a atenção pública através da mídia e do incentivo ao ativismo pacífico. Foi diretor da Anistia Internacional por 12 anos. Em 1988, organizou a turnê "Human Rights Now!", que percorreu 18 países em seis semanas, e teve o apoio de artistas como Bruce Springsteen, Sting e Tracy Chapman. Atualmente dirige a organização sem fins lucrativos Human Rights Action Center (HRAC). Um de seus projetos atuais é a impressão da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos passaportes.
Joel Pinheiro da Fonseca **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Bacharel em Ciências Econômicas pelo INSPER (antigo Ibmec-SP) e em Filosofia pela FFLCH-USP. Mestrando em Filosofia pela FFLCH-USP. É co-editor da revista Dicta&Contradicta.
Jorge Gerdau **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Considerado um dos cem brasileiros mais influentes em 2009, Jorge Gerdau formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau. A Gerdau foi fundada por João Gerdau, bisavô de Jorge Gerdau, e é a 14ª maior produtora de aço do mundo. O empresário é membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium.

Jose Andres Lopes da Costa **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É professor de direito bancário da pós-graduação de direito econômico da Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ). Foi diretor jurídico para a área de tributação no mercado financeiro e de capitais do Grupo Bozano, entre 2001 e 2008, e sócio da Rennó, Aragão & Lopes da Costa. Graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pós-graduado em direito empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Atua nas áreas de direito societário, mercado de capitais, regulatório e tributário.
Jose Eli da Veiga **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), coordenador do Núcleo de Economia Sócio-ambiental (NESA) da USP e colaborador da coluna de opinião do jornal "Valor Econômico". É autor de "O que é reforma agrária" (Brasiliense, 1981), "A reforma que virou suco" (Vozes, 1990), "O desenvolvimento agrícola" (Edusp, 1991), "Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos" (Fapesp/Annablume, 1994), "A face rural do desenvolvimento" (Editora da Universidade, 2000), "O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento" (NEAD, 2001), "Cidades imaginárias" (Autores Associados, 2002), "A História não os absolverá" (Autores Associados, 2005), "Do global ao local" (Autores Associados, 2005), "Desenvolvimento sustentável" (Garamond, 2005), "Meio ambiente e desenvolvimento" (Senac, 2006) e "A emergência sócio-ambiental" (Senac, 2007).
Jose Piñera **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Fundador e Presidente do Centro Internacional para Reforma das Aposentadorias (Santiago), acadêmico distinguido do Instituto Cato (Washington), acadêmico distinguido do Instituto Bruno Leoni (Milão) e membro do Conselho Assessor da Iniciativa Educacional para Europa Central e do Leste (Viena). No Chile, José Piñera foi ministro do Trabalho e Previdência Social, ministro da Mineração, eleito pelo conselho da comuna de Conchalí e candidato presidencial independente. É economista pela Universidad Católica do Chile (1970) e mestre (1972) e doutor em Economia na Universidade de Harvard (1974). Como ministro do Trabalho e Previdência Social, foi responsável pela reforma radical do sistema de aposentadoria do Chile. Site: www.josepinera.com
José Carlos Cavalcanti **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e sócio-fundador da Creativante, empresa de consultoria em economia da tecnologia e da inovação. Foi presidente da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe), secretário de Tecnologia, Inovação e Ensino Superior de Pernambuco e conselheiro fundador do Porto Digital. Mantém um blog de economia e tecnologia: http://jccavalcanti.wordpress.com
José Marcio Mendonça **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Jornalista e comentarista político. Editou o Caderno de Sábado, o suplemento de Cultura do "Jornal da Tarde" e foi chefe de redação da sucursal de Brasília dos jornais "O Estado de S. Paulo" e "Jornal da Tarde". É diretor do "Instituto Iniciativa Cultural". Apresenta um programa de música brasileira na Internet "Conexão MPB".
José Márcio Camargo **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Doutor em Economia pela Massachusetts Institute of Technology, atua como docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É referência em assuntos como Microeconomia e Economia do Trabalho. É economista da Opus Gestão de Recursos.
José Padilha **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Diretor do filme Tropa de Elite, José Padilha é cineasta, documentarista e produtor cinematográfico. Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Padilha também estudou Economia Política, Literatura Inglesa e Política Internacional em Oxford, na Inglaterra.
João Luiz Mauad **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Administrador de empresas formado pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas (EBAP/FGV-RJ), João Luiz Mauad é articulista dos jornais "O Globo" e "Diário do Comércio". Escreve regularmente para os sites "Midia@Mais" e "Ordem Livre".

Juan Ignacio Brito **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Graduado em Jornalismo pela Universidad Católica do Chile e mestre em Lei e Diplomacia pela The Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University, Boston. Foi diretor do jornal "El Metropolitano", editor geral da revista "Qué Pasa" e editor-chefe da AmCham-Chile. Atualmente é editor associado de Opinião do jornal "La Tercera" e professor de Informação Internacional na Universidad de los Andes em Santiago, Chile.
Juan Ramón Rallo **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Doutor em Economia e licenciado em Direito pela Universidade de Valência. Tem mestrado em Economia da Escola Austríaca pela Universidade Rei Juan Carlos, de Madri, onde atualmente é professor. Também é chefe da seção de opinião do site "Libertad Digital", membro fundador do Instituto Juan de Mariana e diretor do Observatório da Conjuntura Econômica nesta instituição. É co-autor do livro "Una crisis y cinco errores" (LID Editorial, 2009).
Lilian Zieger **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É professora formada em pedagogia com especialização em supervisão e alfabetização. Mestre em educação pela Universidade Nacional de Tres de Febrero (UNTREF - Argentina), com título revalidado pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela (USC - Espanha). Cursa doutorado em epistemologia e história da ciência na UNTREF. É presidente da Associação Nacional dos Supervisores de Educação do Brasil (ANSEB) e autora de mais de 20 obras, entre elas: "Gota D´Água" (Alcance, 1989) "Minha Porto Alegre" (FTD, 1998) "Ted, o meu tênis" (Paulinas, 2002), "A bruxa apaixonada e o lobo fujão" (Paulinas, 2004) "Escola: um lugar pra ser feliz" (ULBRA, 1999) "Ecopedagogia: o remo e o rumo da educação" (Ísis, 2004) e "Palavra Engasgada" (Sulina, 2001).
Lucas Mendes **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Economista com experiência em elaboração de projetos econômicos e sociais. Facilitador do SEBRAE para curso de empreendedorismo. Também é escritor.
Luis Gomez **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Luis Gómez nasceu em León, na Espanha, em 1962, e desde 2006 vive e trabalha em Leipzig, na Alemanha. É formado em Biologia, Biologia Humana e Bioquímica na Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, e Teologia em Santiago de Compostela. Foi consultor científico na área de Engenharia de Processo e Gestor Científico e Laboratorial para a GmbH Servamed, tendo sido responsável pelo controle de qualidade e padronização do método aplicado no laboratório. É editor do site "Desde el exílio" [http://www.desdeelexilio.com/], que aborda assuntos internacionais com foco na defesa da democracia, do capitalismo e da liberdade de expressão.
Luiz Alberto Machado **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Economista pelo Mackenzie (1977), com especialização em Criatividade pela Creative Education Foundation e em Aprendizagem Acelerada pela International Alliance for Learning. É vice-diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Eleito para o Conselho Federal de Economia (2002-2004), foi presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (2000-2001). É conselheiro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania.
Luiz Eduardo Vasconcelos **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Foi diretor executivo da Mesbla e a partir de 1996, Diretor-geral de Mídia Impressa e Rádio das Organizações Globo.
Luiz Leonardo Fração **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), graduando em Engenharia Civil pela universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e se dedica ao mercado financeiro. Atuou na área da auditoria na Pricewaterhousecoopers e participou do Grupo Gerdau como trainee no setor de informações de Mercado, e da American Chamber of Commerce (AMCHAM) no desenvolvimento e monitoramento de comitês de discussão.

Mailson Ferreira da Nóbrega **Colunista Convidado Instituto Millenium**	O economista Mailson Ferreira de Nóbrega foi Ministro da Fazenda e consultor Técnico e Chefe da Divisão de Análise de Projetos do Banco do Brasil. Nóbrega é membro de conselhos administrativos de empresas no Brasil e no exterior. Foi diretor-executivo do European Brazilian Bank, Eurobraz, em Londres. Publicou os livros "O Brasil em transformação" e "O futuro chegou". É colunista da Revista Veja e sócio da Tendências Consultoria Integrada, empresa de consultoria econômica e política sediada em São Paulo.
Marcelo Côrtes Neri **Colunista Convidado Instituto Millenium**	O economista Marcelo Côrtes Neri é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Doutor pela Universidade de Princeton e especialista em relações no mercado de trabalho, política de salários, políticas sociais e distribuição de renda. É autor de "Retratos da deficiência" (FGV, 2003), "Cobertura previdenciária: diagnóstico e propostas" (MPS,2003), "Ensaios sociais" (2003) e "Microcrédito, o mistério nordestino e o grammen brasileiro"(FGV, 2008)
Marcos Cintra **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Marcos Cintra é professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). Cintra propôs o "imposto único", reforma tributária que aplicaria a substituição, no Brasil, de todos os tributos por apenas um. Marcos é mestre em Planejamento Regional e doutor em Economia pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Publicou os seguintes livros: "A verdade sobre o Imposto Único" (LCTE, 2002), "O Brasil e a ALCA" (Câmara dos Deputados, 2002), "Economia agrícola" (Mc-Graw-Hill, 1987), "Imposto Único sobre transações (Prós e Contras)" (Folha de São Paulo, 1991), "Microeconomia" (Mcgraw-Hill, 1987), "Quatro séculos de história econômica brasileira" (McGraw-Hill, 1977), "A tragédia do Cruzado" (Folha de São Paulo, 1987), "Tributação no Brasil e o Imposto Único" (Makron Books, 1994), "Imposto Único: Um produto genuinamente brasileiro" (Meta, 1998) e "Introdução à teoria econômica" (McGraw – Hill, 1972).
Maria Lucia Victor Barbosa **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Maria Lucia Victor Barbosa é professora universitária formada em Sociologia e Administração Pública e tem especialização em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UNB). Possui experiência em planejamento e execução de programas sociais para populações de baixa renda. É autora de "O voto da pobreza e a pobreza do voto – A ética da malandragem" (Jorge Zahar, 1988), "América Latina – Em busca do paraíso perdido" (Saraiva, 1995), "Fragmentos de uma épo-ca" (UEL, 1998), "Contos da meia-noite" (UEL, 1999) e "A colheita da vida" (UEL, 2000).
Mario Cesar Flores **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Mário César Flores é almirante reformado da Marinha brasileira. Foi ministro da Marinha no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, entre 1990 e 1992.
Mary Anastasia O'Grady **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Mary Anastásia O'Grady é editora da coluna "The Americas" e editorialista do "The Wall Street Journal". Escreve sobre a América Latina e é co-editora do "Index of Economic Freedom", uma série de 10 medidas econômicas criadas pela "The Heritage Foundation" e "The WSJ", com objetivo de medir o grau de liberdade econômica em nações do mundo. O'Grady é bacharel em Inglês pelo Assumption College e MBA em gestão financeira pela Pace University. Ganhou o Inter American Press Association's David Gleaner Award, em 1997, e o In-ternational Policy Network's Bastiat Prize, em 2005.
Merval Pereira **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Colunista do jornal "O Globo", comentarista da TV Globo News e da rádio CBN, é membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do conselho editorial das Organizações Globo. Fez parte do primeiro conselho editorial do jornal "Valor Econômico". Foi diretor de jornalismo de mídia impressa e rádio das Organizações Globo. Trabalhou na revista "Veja", como chefe das sucursais de Brasília e Rio de Janeiro, como editor nacional em São Paulo e foi editor-executivo do "Jornal do Brasil". Em 1979, recebeu o Prêmio Esso de jornalismo pela série de reportagens "A segunda guerra, sucessão de Geisel", publicada no "Jornal de Brasília". Em 2009 ganhou o prêmio Maria Moors Cabot pela Columbia University, EUA. É autor dos livros "A segunda guerra – a sucessão de Geisel" (Brasiliense, 1979) e "O Lulismo no poder" (Record, 2010).

Mozart Neves Ramos **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutorado em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutorado em Química pela Politécnica de Milão - Itália. É Professor da UFPE desde 1977. É membro do Conselho Nacional de Educação. Foi Pró-Reitor Acadêmico da UFPE (1992-1995) e presidiu o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (ForGRAD). Foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre 1996 e 1999, e entre 2000 e 2003. Presidiu a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Foi Secretário de Educação de Pernambuco (2003-2006) e presidente-executivo do Todos Pela Educação (2007-2010). Trabalha nas áreas de Políticas Públicas da Educação e no Estudo de Estrutura de Moléculas. É autor do livro "Educação Sustentável" (Altana, 2006) e co-autor do livro "A Urgência da Educação" (Moderna, 2011). Em 2008, foi eleito pela revista "Época" como uma das cem pessoas mais influentes do Brasil.
Nelson Motta **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Nelson Motta é escritor, letrista, jornalista e produtor musical. Considerado referência em assuntos ligados a história da música popular na formação da sociedade brasileira nos últimos 40 anos. Foi um ativo participante dos principais acontecimentos da história da MPB e hoje ministra palestras sobre o tema. Escreve artigos semanais para os jornais “O Globo”, “Estado de S. Paulo” e “Folha de São Paulo”, além de apresentar uma coluna cultural no “Jornal da Globo” e de comandar o programa radiofônico “Sintonia Fina”. Possui 14 livros publicados, dentre eles, “Noites tropicais” (Objetiva, 2000); “Vale tudo – o som e a fúria de Tim Maia” (Objetiva, 2007); “Brasil F.C.” (Nova Fronteira, 1982) e o mais recente “Força estranha” (Suma de letras, 2009).
Odemiro Fonseca **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Odemiro Fonseca formou-se pela Escola de Administração e Economia – AESP da Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou dezesseis anos no mercado financeiro e co-fundou no Rio de Janeiro a empresa Viena-Rio Restaurantes. Fundador e Presidente da Associação Nacional de Restaurantes (ANR). Durante doze anos dirigiu o Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Trabalhou dez anos no Citibank, morando em São Paulo, Rio de Janeiro, New York e Porto Alegre. Foi professor no IBMEC e na PUC-Rio. Desde 91, é membro do conselho executivo da Wharton School.
Oscar Vilhena **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Oscar Vilhena é diretor do curso de Direito da Fundação Getulio Vargas (FGV). Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mestre em Direito pela Columbia University, nos EUA, doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e PhD pela Universidade de Oxford, na Inglaterra. Foi Procurador do Estado em São Paulo e Diretor Executivo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime (ILANUD). É colunista do jornal "Folha de São Paulo". Publicou o livro "Estado de direito e o desafio do desenvolvimento" (Editora Saraiva, 2011).
Paulo Areas **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Paulo Areas é empreendedor da área de comunicação e telecomunicação, com foco no setor de TV a cabo. Formado em administração de empresas, com especialização nas Universidades de Stanford e Columbia.
Paulo Brossard **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Colunista do jornal “Zero Hora”, de Porto Alegre, Paulo Brossard foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o governo de José Sarney. Ao longo de sua carreira política, Brossard também atuou como deputado estadual, deputado federal e senador. É formado pela faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde se especializou em Direito Civil e Constitucional. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e correspondente do jornal “O Estado de S. Paulo”.
Paulo C. Coimbra **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Paulo Coimbra é doutor e mestre em economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Professor adjunto na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (FE/UFJF). Foi professor de economia e finanças da FGV-RJ e da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Escreve sobre derivativos no portal de notícias InfoMoney, sobre a economia brasileira no portal GuiaInvest e mantém um blog sobre economia e finanças.

Paulo Feldmann **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Paulo Feldmann é professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador de projetos da Fundação Instituto de Administração (FIA). Formado em engenharia com mestrado e doutorado em Administração na Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi presidente da Iron Mountain e da Eletropaulo, Sócio da Ernst & Young, diretor da Microsoft e Grupos Sharp e Safra. Foi presidente da Sociedade de Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários (Sucesu), diretor e conselheiro do Instituto de Engenharia. É um dos coordenadores Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e atual presidente do conselho da pequena empresa da Federação do Comércio (Fecomércio).
Paulo Gontijo **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Presidente do Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). Empresário e consultor na área de comunicação com foco em educação e política. Formado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-graduado em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e em Competitividade e Liderança pela Georgetown University, nos Estados Unidos. É um dos coordenadores de projeto da Planetapontocom, OSCIP dedicada à inovação na área de midiaeducação. Apresenta, semanalmente, o programa de rádio "Em Branco", voltado para o público jovem, transmitido pela rádio Roquete Pinto (94.1 FM). Colabora como conselheiro nas ONGs Confederação Nacional de Jovens Empresários (Conaje) e Young Americas Business Trust (Yabt).
Paulo Guedes **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Um dos fundadores do Instituto Millenium, Paulo Guedes é economista com Ph.D pela Universidade de Chicago, EUA. É fundador e sócio majoritário do grupo financeiro BR Investimentos e um dos quatro fundadores do Banco Pactual. Assina colunas no jornal "O Globo" e na revista "Época". Foi professor de macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) no Rio de Janeiro. Ex-CEO e sócio majoritário do Ibmec. Suas áreas de atuação são: o mercado de capitais e gestão de recursos.
Paulo Kramer **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Paulo Kramer é cientista político com doutorado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Kramer atua como professor licenciado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB) e analista da Kramer & Ornelas - Consultoria.
Paulo Roberto de Almeida **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Diplomata, mestre em planejamento econômico pelo Colégio dos Países em Desenvolvimento da Universidade de Estado de Antuérpia e doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas. Trabalhou como assessor especial no Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. É autor dos livros: "O Mercosul no contexto regional e internacional" (Aduaneiras, 1993), " O Brasil e o multilateralismo econômico" (Livraria do Advogado, 1999), " Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira (UFRGS, 1998)", "O moderno príncipe – Maquiavel revisitado" (2007), "Relações internacionais e política externa do Brasil" (LTC, 2012) e "Nunca antes na diplomacia... - A política externa brasileira em tempos não convencionais" (Appris, 2014)
Pedro Malan **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Um dos arquitetos do Plano Real, Pedro Malan foi Ministro da Fazenda no governo Fernando Henrique Cardoso, cursou engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e é doutor economia pela Universidade de Berkeley. Malan trabalhou para o governo de Fernando Collor de Mello na reestruturação da dívida externa brasileira nos termos do Plano Brady, redução da dívida pública, reformas do estado e pela condução do plano de privatização e abertura comercial. Foi presidente do Banco Central do Brasil e do conselho de administração do Unibanco. Também participou do conselho administrativo do Ponto Frio e da Alcoa Alumínios, É autor do livro: "Política econômica externa e industrialização no Brasil" (Ipea, 1980).

Percival Puggina **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Percival Puggina é formado em Arquitetura e Urbanismo, tendo exercido a profissão durante duas décadas. A partir dos anos 1980, passou a se dedicar à atividade política e literária. Em 2002, criou a empresa Texto e Contexto Comunicação, da qual é sócio-diretor. Desde de 2006, escreve semanalmente para o jornal "Zero Hora". É autor dos livros "Crônicas contra o totalitarismo" (Fundação Tarso Dutra, 2001), "Cuba - a tragédia da utopia" (Editora Literalis, 2004) e "Pombas e Gaviões" (Editora AGE, 2010)
Rainer Erkens **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Rainer Erkens foi diretor da Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade da Alemanha dedicando-se à educação cívica no Uruguai, na África do Sul, no Brasil e na Indonésia. É consultor político na Alemanha. Publicou livros e artigos sobre a situação política, econômica e social no Brasil e guias práticos para tornar-se um político bem sucedido.
Renato Lima **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Jornalista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com MBA em Administração pelo Cedepe Business School. Foi repórter sênior de economia do Jornal do Comercio de Pernambuco e dirige o "Café Colombo – o seu programa de livros e idéias" da rádio Universitária FM, 99,9 Mhz (www.cafecolombo.com.br).
Renato Skaf **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Renato Skaf foi consultor de gestão e desenvolvimento de negócios da Booz&Company, executivo da NorskeSkog, gerente de marketing da Liberty (seguros). Implementou o primeiro portal de agrobusiness do Brasil, na Agrosite.É formado em Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Possui pós-graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), MBA pelo Ibmec e intercâmbio no MBA da New York University (NYU).
Ricardo Amorim **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Presidente da Ricam Consultoria, colunista da revista "Isto É", comentarista da rádio Eldorado e do programa Manhattan Connection, Ricardo Amorim é referência em assuntos relacionados ao mercado financeiro. Formado em economia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduado pela ÉcoleSupérieure dês SciencesEconomiquesetCommerciales de Paris, Amorim é internacionalmentereconhecido pelo seu trabalho desde a atuação na diretoria de Pesquisa da Econômica e Investimento para a América Latina do banco alemão WestLB.
Ricardo Galuppo **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Ricardo Galuppo é diretor de jornalismo do jornal Hoje em Dia. Foi editor das revistas "Veja" e "Exame", da Editora Abril, e diretor de redação da "Forbes Brasil". Lançou os livros "Raça e amor, a saga do Clube Atlético Mineiro vista da arquibancada" (Dorea Books), "Aprendi com meu chefe" (Saraiva, 2008) e "O road show não pode parar - Desmutualização e Ipo da Bovespa" (Cultura).
Rodrigo Mezzomo **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Rodrigo Mezzomo é formado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em direito pela Universidade Mackenzie-SP. É sócio do escritório Mezzomo Advogados e professor de processo civil e direito empresarial na Universidade Makenzie-Rio.
Thiago Marzagão **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Thiago Marzagão é bacharel e mestre em relações internacionais pela Universidade de Brasília (Unb) e doutorando em ciência política pela Ohio State University. Seus interesses de pesquisa são economia política, política comparada e econometria. Tem artigos publicados na "Revista Brasileira de Economia" e no jornal "O Estado de São Paulo". Entre 2002 e 2010, trabalhou no Ministério da Fazenda e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
Thor Halvorssen **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Thor Halvorssen é fundador e presidente da Human Rights Foundation (HRF), organização com foco na liberação de presos políticos e na promoção da tolerância e da democracia na América Latina. Desde sua fundação, a HRF já libertou sete prisioneiros políticos. Fundou o Moving Picture Institute, produzindo inúmeros filmes sobre direitos humanos. Halvorssen promove a liberdade concedendo palestras em universidades ao redor do mundo. É formado em Ciências Políticas e História pela Universidade da Pennsylvania, nos EUA.

Tom Palmer **Colunista Convidado Instituto Millenium**	É vice-presidente executivo de programas internacionais da Atlas Economic Research Foundation, Diretor-Geral da Iniciativa Global da Atlas para o Livre Comércio, Paz e Prosperidade. Também é membro sênior do Cato Institute e Diretor da Cato University. Além de seu trabalho na Atlas e Cato, realiza palestras sobre a história da liberdade e do constitucionalismo, livre comércio, paz e individualismo. Autor do livro "Percebendo Liberdade: A Teoria, História e Prática da Liberdade". É mestre em filosofia pela Universidade Católica da América.
Vicente de Paulo Barretto **Colunista Convidado Instituto Millenium**	O jurista, um dos mais respeitados pensadores do Direito Brasileiro, é autor de diversos artigos e livros sobre temáticas do Brasil contemporâneo. Coordenador científico do primeiro dicionário de filosofia do Direito em língua portuguesa, Barreto é, atualmente, docente vinculado à UERJ.
Wagner Lenhart **Colunista Convidado Instituto Millenium**	Wagner Lenhart é graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pós-graduado em direito do estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), MBA em gestão empresarial pela ESPM e mestrando do programa de pós-graduação em direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Associado do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), diretor de conteúdo do Instituto Liberdade e membro do conselho fiscal do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE-RS).

Elaboração própria. Fonte: http://www.institutomillenium.org.br/institucional/convidados/. Acesso em 28/06/2015.